JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Canarana 4
Camara Municipal de Cláudia 5
Camara Municipal de Dom Aquino 5
Câmara Municipal de Nova Brasilândia 5
Camara Municipal de Rondolândia 8
Camara Municipal de Santo Antônio do Leste 9
Camara Municipal de Tabaporã 9
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 9
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé 9
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 9
Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso 10
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 11
Prefeitura Municipal de Água Boa 88
Prefeitura Municipal de Alto Garças 89
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 90
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 90
Prefeitura Municipal de Apiacás 92
Prefeitura Municipal de Araguainha 115
Prefeitura Municipal de Araputanga 115
Prefeitura Municipal de Arenápolis 116
Prefeitura Municipal de Aripuanã 145
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 151
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 151
Prefeitura Municipal de Cáceres 151
Prefeitura Municipal de Campinápolis 159
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 159
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 165
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 165
Prefeitura Municipal de Canarana 168
Prefeitura Municipal de Carlinda 182
Prefeitura Municipal de Castanheira 183
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 183
Prefeitura Municipal de Cláudia 184
Prefeitura Municipal de Cocalinho 196
Prefeitura Municipal de Colíder 196
Prefeitura Municipal de Colniza 211
Prefeitura Municipal de Comodoro 212
Prefeitura Municipal de Confresa 213
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 214
Prefeitura Municipal de Cuiabá 216
Prefeitura Municipal de Curvelândia 217
Prefeitura Municipal de Diamantino 226
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 229
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 237
Prefeitura Municipal de General Carneiro 238
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 238
Prefeitura Municipal de Itanhangá 239
Prefeitura Municipal de Itiquira 240
Prefeitura Municipal de Jaciara 247
Prefeitura Municipal de Jangada 247
Prefeitura Municipal de Jauru 248

Prefeitura Municipal de Juara 248
Prefeitura Municipal de Juruena 249
Prefeitura Municipal de Juscimeira 249
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 249
Prefeitura Municipal de Marcelândia 250
Prefeitura Municipal de Matupá 250
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 251
Prefeitura Municipal de Nobres 252
Prefeitura Municipal de Nortelândia 256
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 263
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 267
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 268
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 302
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 302
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 306
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 306
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 308
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 374
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 374
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 375
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 376
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 377
Prefeitura Municipal de Paranatinga 377
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 378
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 416
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 418
Prefeitura Municipal de Poconé 418
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 419
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 419
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 419
Prefeitura Municipal de Poxoréu 420
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 423
Prefeitura Municipal de Rondolândia 424
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 425
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 427
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 427
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 427
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 453
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 454
Prefeitura Municipal de São José do Povo 456
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 457
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 457
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 458
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 458
Prefeitura Municipal de Tabaporã 459
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 460
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 462
Prefeitura Municipal de Tesouro 464
Prefeitura Municipal de União do Sul 464
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 465
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 465
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 478
Prefeitura Municipal de Vila Rica 478

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS - 2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº: 020/2018

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT

CONTRATADA: VOTECH TECNOLOGIA EM VOTAÇÃO LTDA-ME / CNPJ 09.943.7281/0001-21

OBJETO: contratação da empresa para fornecer serviço de implantação, customização, treinamento, suporte remoto e presencial, caso necessário, com atualizações, e com cessão de direito de uso permanente do sistema gerenciador para controles de microfones, imagens, tempo de oratória, e gravação de som.

VALOR TOTAL: R$ 19.948,00 (DEZENOVE MIL NOVECENTOS E QUARENTA E OITO REAIS);

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

INÍCIO: 06/08/2018 **TÉRMINO:** 06/08/2019

Cáceres-MT., 06 de agosto de 2018

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 114/2018

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais;*

R E S O L V E:

Art. 1º Interromper as férias do servidor **CHARLES FINNEY DALBEM BARBOSA**, conforme estabelece a Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997, artigo 72, para que o mesmo se reapresente, nesta Casa de Leis, para exercer suas atividades a partir do dia 06 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 06 de agosto de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS - 2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº: 019/2018

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT

CONTRATADA: CONSTRUTORA PROVIDÊNCIA EIRELI-ME / CNPJ 24.202.115/0001-27

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, COMPREENDENDO, MATERIAL, MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTOS, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT.

VALOR TOTAL: R$ 69.757,67 (SESSENTA E NOVE MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 30 (TRINTA) DIAS

INICIO: 01/08/2018 **TÉRMINO:** 30/08/2018

Cáceres-MT., 07 de agosto de 2018

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

CÂMARA
RESOLUÇÃO Nº. 219/2018.

RESOLUÇÃO Nº. 219/2018.

De 07 de agosto de 2018.

Declara Inservíveis Os Bens Móveis Do Patrimônio Do Poder Legislativo, Abaixo Relacionados.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno em seu art. 197, e Art. 51 da Lei Orgânica do Município, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte,

RESOLUÇÃO

Art. 1º.Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a dar baixa dos bens móveis do patrimônio, que se encontram considerados inservíveis, conforme segue abaixo, que deverão ser transferidos ao Executivo Municipal que dará sua destinação:

Nº DA PLACA	DISCRIMINAÇÃO	MOTIVO	Valor Aquisição	VALOR Depreciação	Valor Contábil
1103	NOBREAK 500VA BIVOLT 115 LACERDA	Queimado	320,00	74,40	245,60
598	TAPE DECK ADD 300 ALTO REVERSE SERIE 77M	Inservível	514,29	304,45	209,84
1038	MONITOR LCD 18,5" SANSUNG 933 NWBPW	Inservível	237,60	182,16	55,44
973	COMPUTADOR CELERON D3 MEMÓRIA 512 DDRI	Queimado	1.254,91	575,00	679,91
1021	CÂMERA DIGITAL SONY	Inservível	1.298,84	768,34	530,50
1016	ESTABILIZADOR	Inservível	36,40	27,78	8,62
Total			**3.662,04**	**1.932,13**	**1.729,91**

Art. 2º. – Os Bens foram avaliados em R$ 1.729,91 (Um mil setecentos e vinte nove reais e noventa e um centavos).

Art. 3º. – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões, 07 de agosto de 2018.

Ederson Porsch

Presidente

CÂMARA
ATO DA MESA Nº. 005/2018.

ATO DA MESA Nº. 005/2018.

DE 06 DE AGOSTO DE 2018

Delibera local da Sessão Ordinária

Do dia 17 de setembro de 2018.

A Mesa da Câmara Municipal de Vereadores de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base no que dispõe o Art. 1° § 3° do Regimento Interno e considerando a deliberação plenária tomada em Sessão Ordinária,

RESOLVE:

Art. 1º - A Sessão Ordinária da Câmara Municipal do dia 17 de setembro de 2018 as 19 horas, será realizada no Pavilhão da Igreja Católica na Localidade do Garapu.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessão, 06 de agosto de 2018.

_____ _____

Ederson Porsch Claudir Sonemann Feijó

Presidente Vice-Presidente

_____ _____

Rafael Govari Emmanuel Luis Magni

1ª Secretário 2º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA ESTADO DE MATO GROSSO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2018,
REFERENTE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

ESTADO DE MATO GROSSO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2018, REFERENTE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL - CONTRATANTE: Câmara Municipal de Cláudia, CNPJ- 01.311.778/0001-84 e CONTRATADA: PLC COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - CNPJ- 03.642.984/0001-00 - DO OBJETO**:** 1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos itens previstos na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE.	MARCA/ DISTRIBUIDORA	VALOR ATUAL
GASOLINA COMUM	LITROS	7.000	PETROBRÁS	R$ 4,39

DO VALOR: O valor para os referidos itens passa a ser de:

DESCRIÇÃO	PREÇO ATUAL	ACRÉSCIMO	PREÇO REEQUILIBRADO
GASOLINA COMUM	R$ 3,39	R$ 0,25	**R$ 4,64**

§1º - A justificativa do acréscimo ocorre em face da alta sobre o combustível, conforme demonstrado através de Notas Fiscais anexadas no requerimento. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta do orçamento próprio. DISPOSIÇÕES FINAIS: Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no Contrato Administrativo, celebrado entre as partes em data de 09/03/2018. MARCIEL PEREIRA RICARTE - Presidente. Cláudia - MT, 06 de Agosto de 2018.

CAMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001

SUSPENDE TEMPORARIAMENTE AS INSCRIÇÕES

O Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público da Câmara Municipal de Dom Aquino – MT, conforme os termos dos itens 9.7, 9.9 e 9. 10.1 do Edital nº. 001/2018, visando atender aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade e da publicidade:

RESOLVE:

I – Em cumprimento à requisição do Ministério Público, por meio da Promotoria de Justiça de Dom Aquino, conforme Ofício nº 382/2018/PJDA, suspender temporariamente o andamento do Concurso Público nº 001/ 2018, até ulterior deliberação, uma vez que esta Câmara Municipal já prestou as informações necessárias em relação ao Procedimento SIMP nº 000141-056/2018 no dia 20/07/2018. II – Comunicar que os prazos estabelecidos no cronograma de execução do concurso público serão revistos posteriormente.

Dom Aquino– MT, 24 de julho de 2018.

LOURIVAL SOARES DE OLIVEIRA FILHO

PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Balanço Orçamentário Janeiro à Junho de 2018 / 3º Bimestre

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Balanço Orçamentário
Janeiro à Junho de 2018 / 3º Bimestre

	Balanço Orçamentário	Até o Bimestre
1	RECEITAS	0 , 00
2	Previsão Inicial	0 , 00
3	Previsão Atualizada	0 , 00
4	Receitas Realizadas	0 , 00
5	Déficit Orçamentário	364.303,48
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0 , 00
7	DESPESAS	2.580.003,74
8	Dotação Inicial	724.500,00
9	Créditos Adicionais	0 , 00
10	Dotação Atualizada	724.500,00
11	Despesas Empenhadas	404.352,41
12	Despesas Liquidadas	364.303,48
13	Despesas Pagas	362.347,85
14	Superávit Orçamentário	0 , 00

	Despesas por Função / Subfunção	Até o Bimestre
15	Despesas Empenhadas	404.352,41
16	Despesas Liquidadas	364.303,48

	Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
17	Receita Corrente Líquida	362.250,00

	Receitas / Despesas dos Regimes de Previdência	Até o Bimestre
18	Regime Geral de Previdência Social	0 , 00
19	Receitas Previdenciárias Realizadas(I)	0 , 00
20	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	0 , 00
21	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0 , 00
22	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0 , 00
23	Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	0 , 00
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	0 , 00
25	Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0 , 00

	Resultado Nominal e Primário	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b / a)
26	Resultado Nominal	4.629,26	0,00	0 , 00

27	Resultado Primário	365.727,22	0,00		0 , 00

	Movimentação dos Restos à Pagar Por Poder e Ministério Público	Inscrição	Canc. Apurado Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo
28	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0 , 00
29	Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0 , 00
30	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0 , 00
31	RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0 , 00
32	Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0 , 00
33	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0 , 00
34	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0 , 00

	Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Contitucionais Anuais		
			% Mínim o a Apl. no Exerc.	% Aplic. Até o Bimestre	
35	Mínimo Anual de 18 / 25 das Receitas de Impostos em MDE	0,00		25,00	0 , 00
36	Mínimo Anual de 60 do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00		60,00	0 , 00
37	Mínimo Anual de 60 do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00		60,00	0 , 00
38	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00		10,00	0 , 00

	Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
39	Receitas de Operações de Crédito	0,00	0 , 00
40	Despesa de Capital Líquida	0,00	0 , 00

	Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35 º Exercício
41	Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0 , 00
42	Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0 , 00
43	Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0 , 00
44	Resultado Previdenciário (I - II)	0,00	0,00	0,00	0 , 00
45	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0 , 00
46	Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0 , 00
47	Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0 , 00
48	Resultado Previdenciário (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0 , 00

	Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Valor Apurado Até o Bi mestre	Saldo a Realizar
49	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0 , 00
50	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0 , 00

	Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Contitucionais Anual		
			% Mínimo a Apl. no Exerc.	% Aplic. Até o semestre	
51	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		0,00	15,00	0

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente

52 Total das Despesas/RCL 0 , 00

ELEANDRO MACHADO DA VEIGA
CONTADOR

ROSIMEIRE CRUZ DA SILVA
TESOUREIRA

ANTOMAR CHRISTIAM SOUZA CARDOSO
PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RONDOLÂNDIA - MT DECLARAÇÃO DE NOTIFICAÇÃO

DECLARAÇÃO DE NOTIFICAÇÃO

Certificamos para os devidos fins de comprovação da Denúncia 002/2018, que na data de 06/08/2018, por volta das 11:40 horas da manhã o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Rondolândia-MT, Gilberto Aguiar Peixoto, compareceu na Sede da Prefeitura Municipal a fim de Notificar o Senhor Prefeito Agnaldo Rodrigues de Carvalho sobre a data agendada para Sessão de Julgamento da denúncia 002/2018. Na ocasião, o mesmo se recusou a assinar a Notificação, exigindo a presença de dois funcionários da Câmara. Assim sendo, na mesma data de 06/08/2018 as 16:20 horas, o Senhor Presidente retornou até a sede da Prefeitura acompanhado de dois Funcionários, tendo constatado que o mesmo se ausentou do Município, tornando inviável a notificação. Sendo está a situação fática constatada, assinaram os presentes no verso; Gilberto Aguiar Peixoto; Gilcimar Buss; Clea Susane Motterle; Silvia Mara Pedroso Neres, Aélia Camila Alves da Costa.

Rondolandia-Mt, 06 de Agosto de 2018

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RONDOLÂNDIA - MT DECLARAÇÃO DE NOTIFICAÇÃO

DECLARAÇÃO DE NOTIFICAÇÃO

Certificamos para os devidos fins de comprovação na Denúncia 002/2018, que na data do dia, digo data, do dia 07/08/2018, as 10:40 horas e quarenta minutos o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Rondolândia-Mt , Gilberto Aguiar Peixoto acompanhado dos Vereadores; Diones Miranda Carvalho, Adriana de Oliveira Barroso, e Ligia Neiva, compareceram na Sede da prefeitura Municipal a fim de Notificar o Senhor Prefeito Agnaldo Rodrigues de Carvalho sobre a data agendada para a Sessão de Julgamento da Denúncia 002/2018. Na ocasião, o mesmo se encontra ausente, os Vereadores foram recebidos pelo Secretário de Finanças Diones Tamarossi, que não soube informar sobre o paradeiro do Senhor Prefeito Municipal. Desta forma, fica inviável notificar o mesmo. Sendo está a situação fática constatada, assinam os presentes no verso, digo abaixo.

Responsável pela entrega da Notificação: Gilberto Aguiar Peixoto

Responsável pela ciência da Notificação: Diones Tamarossi

1ª Testemunha Adriana de Oliveira Barroso

2ª Testemunha Diones Miranda Carvalho

3ª Testemunha Ligia Neiva

Rondolândia-Mt, 07 de Agosto de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RONDOLÂNDIA - MT DECLARAÇÃO DE NOTIFICAÇÃO

DECLARAÇÃO DE NOTIFICAÇÃO

Certificamos para os devidos fins de comprovação da Denúncia 002/2018, que na data de 06/08/2018, por volta das 11:40 horas da manhã o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Rondolândia-MT, Gilberto Aguiar Peixoto, compareceu na Sede da Prefeitura Municipal a fim de Notificar o Senhor Prefeito Agnaldo Rodrigues de Carvalho sobre a data agendada para Sessão de Julgamento da denúncia 002/2018. Na ocasião, o mesmo se recusou a assinar a Notificação, exigindo a presença de dois funcionários da Câmara. Assim sendo, na mesma data de 06/08/2018 as 16:20 horas, o Senhor Presidente retornou até a sede da Prefeitura acompanhado de dois Funcionários, tendo constatado que o mesmo se ausentou do Município, tornando inviável a notificação. Sendo está a situação fática constatada, assinaram os presentes no verso; Gilberto Aguiar Peixoto; Gilcimar Buss; Clea Susane Motterle; Silvia Mara Pedroso Neres, Aélia Camila Alves da Costa.

Rondolandia-Mt, 06 de Agosto de 2018

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RONDOLÂNDIA - MT RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2018

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO NO. 010/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso no exercício de suas atribuições legais retifica o edital de convocação 0010/18, de modo que onde consta, com início previsto para ás 07:30h. passe a constar com início previsto para ás 18:00h.

Sala do Poder Legislativo, em 06 de Agosto de 2018.

Gilberto Aguiar Peixoto

Presidente da CMR

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RONDOLÂNDIA - MT EDITAL DE CANCELAMENTO DA SESSAO EXTRAORDINARIA

EDITAL DE CANCELAMENTO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº. 010/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso no exercício de suas atribuições legais torna público o cancelamento do edital de convocação 0010/18, de modo que a mesma não será mais realizada em virtude de atestado médico apresentado, pelo advogado de defesa da denúncia em julgamento.

Sala do Poder Legislativo, em 07 de Agosto de 2018.

Gilberto Aguiar Peixoto

Presidente da CMR

CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

CÂMARA DE SANTO ANTONIO DO LESTE

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/2018

LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATADO: BIAZI TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP

CNPJ: 10.628.596/0001-22

OBJETO DO CONTRATO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA (SCM), PELA PRESTADORA DA PORTA DE ACESSO A INTERNET BANDA LARGA A CONTRATANTE, 24 HR. POR DIA, DISPONIBILIZANDO O ACESSO VIA RÁDIO (WIRELLESS OU CABO) À REDE DE INTERNET, COM VELOCIDADE DE 2 MEGA, PARA DOWELOADS E DE 512 KCPS DE UPLOADS, COM GARANTIA DE 30% DE BANDA.VALOR DO CONTRATO R$ 3.840,00 (TRÊS MIL, OITOCENTOS E QUARENTA REAIS).

OBJETO DO ADITIVO: ADITAMENTO DO CONTRATO 001/2018, COM ACRESCIMO NO VALOR DO CONTRATO DE 12,5% (DOZE VIRGULA CINCO POR CENTO), PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET BANDA LARGA, COM AUMENTO DA VELOCIDADE DE 02 MEGA PARA 04 MEGA. O VALOR DO CONTRATO N.º001/2018 QUE TOTALIZAVA R$ 3.840,00 (TRÊS MIL, OITOCENTOS E QUARENTA REAIS), PASSA A TER O VALOR DE R$ 4.040,00 (QUATRO MIL E QUARENTA REAIS), TOTALIZANDO O ADITAMENTO EM R$ 200,00 (DUZENTOS).

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NO ARTIGO 65, INCISO I, ALÍNEA B, DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, EM 06 DE AGOSTO DE 2018.

EUCLIDES CECATTO

PRESIDENTE DO PODER LEGISLTIVO

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº012/2018

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº012/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso Senhor Marcelo Eduardo Cavalieri, atendendo a determinação da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público que estão à disposição na Câmara Municipal, no horário das 07:00 as 12:00, a quem interessar possa os Balancete de Verificação Plano **PCASP/MT**, mês de **JULHO** de 2018 do Poder Legislativo do Município de Tabaporã Estado de Mato Grosso.

Tabaporã - MT, 08 de Agosto 2018.

MARCELO EDUARDO CAVALIERI

Presidente da Câmara Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 08/2018, PREGÃO REGISTRO DE PREÇO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, WEMERSON ADAO PRATA, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Estatuto e Contrato Consórcio, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, à vista do edital de resultado, Termo de Adjudicação e Parecer Jurídico RESOLVE: **HOMOLOGAR** o Processo Licitatório Nº 08/2018 Modalidade Pregão Presencial Registro de Preços nº. 03/2018, tendo como objeto a Aquisição de UM (1) VEICULO UTILITARIO TIPO PICK-UP, DIESEL 4x2/4x4, CABINE SIMPLES 2 Portas NOVO, que teve como VENCEDORA a Empresa FMC CENTER CAR LTDA, inscrita no CNPJ: 70.487.921/0001-06, com o VALOR TOTAL de **R$ 119.000,00** (Cento e Dezenove mil reais).

São José dos Quatro Marcos, aos 06 dias do mês de Agosto de 2018.

Presidente Wemerson Adao Prata

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ

EXTRATO DO CONTRATO 008/2018

Extrato do **Contrato 008/2018**, Contratante**:** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ-CISVAG. Contratado: **M. H. TOSTI**. Objeto: Contratação de Empresa especializada em prestação de serviços **técnicos de assessoria e consultoria contábil, incluindo responsabilidade técnica através de profissional contábil,** envio de informações do APLIC, elaboração das folhas de pagamento, envio das informações bimestrais para SIOPS, elaboração do Plano de Aplicação, acompanhamento da execução orçamentária e financeira, encerramento de balancetes e balanços anuais, atendendo a Lei nº 4320/64, o MCASP (PCASP), as normativas e fontes de recursos do TCE/MT em atendimento as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé-CISVAG,conforme especificações discriminadas no Pregão Presencial nº. 001/2018/CISVAG; Valor global de **R$ 50. 400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais)**, correspondente a doze meses**,** O valor estimado para o corrente exercício é de**: R$ 26.880,00** (vinte e seis mil oitocentos e oitenta reais)Data: 18-06-2018.

AVISO DE RESULTADO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2018/CREDENCIAMENTO Nº 003/2018/CISVAG.CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ-CISVAG

AVISO DE RESULTADO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2018/CREDENCIAMENTO Nº 003/2018/CISVAG.CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ-CISVAG

CREDENCIAMENTO 003/2018/CISVAG - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2018/PROCESSO Nº 013/2018.

A Comissão Permanente de Licitação, torna público, o resultado do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2018 - Credenciamento nº 003/2018, com fulcro no art. 25, I da Lei 8.666/93, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CONSULTAS ORTOPEDICAS PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ-CISVAG, foi Credenciada a Empresa**: A. L. DE SOUZA & CIA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ: 10.669.533/0001-14**, Credenciada ao Item 01 (um) no valor total de: R$ 146.292,00** (cento e quarenta e seis mil duzentos e noventa e dois reais)**;** Maiores informações fone 65 3266-5690 ou site www.cisvag.com.br.

Pontes e Lacerda/MT, 03 de agosto de 2018.

Patrícia Barbosa de Carvalho

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 056/2018

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: ALINE MOTA ULRICH

OBJETO: Contratação de prestação de serviços por tempo indeterminado através do processo seletivo simplificado nº 001/2017, na função de Auxiliar de Serviços Gerais.

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003-3190.04.00.00 – Código Reduzido: "0024"

CONTRATO Nº 057/2018

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: VALDINEIA ALVES DA SILVA

OBJETO: Contratação de prestação de serviços por tempo indeterminado através do processo seletivo simplificado nº 001/2017, na função de Auxiliar de Serviços Gerais.

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003-3190.04.00.00 – Código Reduzido: "0024"

CONTRATO Nº 048/2018

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA**

OBJETO: Fornecimento de medicamentos, material médico hospitalares e radiológicos, para atender às necessidades do Hospital Regional de Peixoto de Azevedo – HRPA.

VIGÊNCIA: 23/04/2018 á 23/08/2018

VALOR: R$ 231.000,00

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003. 33.90.30.00 "026"

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 007/2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

RESULTADO DA LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL 007/2018

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), por intermédio de seu Pregoeiro, torna Público para conhecimento aos interessados, que Pregão Presencial nº. 007/2018, para aquisição do Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E FILTROS. Conforme especificações e quantidades discriminadas em Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

VENCEDOR DO LOTE 01 – ABASTECIMENTO NO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT.

ITEM 01	**OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, S-10**	**50.000**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	3,79
TOTAL GERAL		**189.500,00**
ITEM 02	**OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, COMUM**	**30.000**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	3,69
TOTAL GERAL		**110.700,00**
ITEM 03	**COMBUSTIVEL - GASOLINA, CLASSIFICACAO COMUM, UTILIZACAO AUTOMOTIVO, DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE DA ANP**	**9.000**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	4,69
TOTAL GERAL		42.210,00
ITEM 04	**FLUIDO PARA LIMPEZA - ADITIVO PARA COMBUSTIVEL, ARLA 32 ANTIPOLUICAO, ADICIONADO AO DIESEL**	**90**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	60,00
TOTAL GERAL		5.400,00
ITEM 05	**FILTRO DE OLEO AUTOMOTIVO - VW, ANOS VARIADOS, GOL E VOYAGE.**	**14**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	30,00
TOTAL GERAL		420,00
ITEM 06	**FILTRO DE OLEO AUTOMOTIVO - VW, ANOS VARIADOS, GOL E VOYAGE.**	**14**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	15,00
TOTAL GERAL		210,00
ITEM 07	**SISTEMA DE AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO - FILTRO DA CABINE, PARA SISTEMA DO CONDICIONADOR DE AR, GOL VOYAGE VW.**	**14**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	15,00
TOTAL GERAL		210,00
ITEM 08	**FILTRO DE COMBUSTIVEL PRIMARIO BLINDADO AUTOMOTIVO - MB. RACOR**	**16**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	80,00
TOTAL GERAL		1.280,00
ITEM 09	**FILTRO DE COMBUSTIVEL PRIMARIO BLINDADO AUTOMOTIVO - VOLVO, ANO 2008 EM DIANTE. RACOR**	**16**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	60,00
TOTAL GERAL		960,00
ITEM 10	**FILTRO DE COMBUSTIVEL BLINDADO SECUNDARIO AUTOMOTIVO - VOLARE, MICRO ONIBUS.**	**16**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	88,00
TOTAL GERAL		1.408,00
ITEM 11	**FILTRO DE OLEO AUTOMOTIVO - VOLARE, MODELO MICRO ONIBUS, 2013, 2014, 2015, 2016.**	**11**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	100,00
TOTAL GERAL		1.100,00
ITEM 12	**FILTRO PU SECADOR DE AR, VOLVO, MB, VOLARE E AGRALE.**	**14**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	87,00
TOTAL GERAL		1.218,00
ITEM 13	**FILTRO DE DIREÇÃO HIDRÁULICA, ONIBUS VOLVO, MB, AGRALE.**	**14**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	11,00
TOTAL GERAL		154,00
ITEM 14	**FILTRO DE COMBUSTIVEL PRIMARIO BLINDADO AUTOMOTIVO - AGRALE ANOS 2013, 2014, 2015, 2016, MB E VOLARE.**	**14**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	62,00
TOTAL GERAL		868,00
ITEM 15	**FILTRO PRIMARIO DO AR DO MOTOR DO ONIBUS VOLARE E AGRALE. ANOS 2013, 2014, 2015.**	**10**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	75,00
TOTAL GERAL		750,00
ITEM 16	**FILTRO SECUNDARIO DO AR DO MOTOR DO ONIBUS VOLARE E AGRALE. ANOS 2013, 2014, 2015.**	**10**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	73,00
TOTAL GERAL		730,00
ITEM 17	**FILTRO DE AR PRIMARIO, VOLVO, MB E AGRALE**	**14**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	75,00
TOTAL GERAL		1.050,00
ITEM 18	**FILTRO DE AR SECUNDARIO, VOLVO, MB E AGRALE**	**14**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	80,00
TOTAL GERAL		1.120,00
ITEM 19	**FILTRO DE LUBRIFICANTE, VOLVO, MB E AGRALE.**	**14**

	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	80,00
TOTAL GERAL		1.120,00
ITEM 20	**FLUIDO - LIQUIDO OLEO DE FREIO, EMBALADOS EM FRASCO COM 500ML.**	**16**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	18,00
TOTAL GERAL		288,00
ITEM 21	**OLEO LUBRIFICANTE - OLEO 15W40, API CI4, VOLARE, MICRO ONIBUS, PARA LUBRIFICACAO DE MOTOR (DIESEL) BALDE DE 20 LITROS.**	**60**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	229,00
TOTAL GERAL		13.740,00
ITEM 22	**OLEO LUBRIFICANTE - OLEO TOTAL RUBIA 15W40, API CH4, VOLARE, MICRO ONIBUS, PARA LUBRIFICACAO DE MOTOR (DIESEL) BALDE DE 20 LITROS.**	**60**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	215,00
TOTAL GERAL		12.900,00
ITEM 23	**OLEO LUBRIFICANTE - OLEO TOTAL RUBIA 15W40, API CI4, VOLARE, MICRO ONIBUS, PARA LUBRIFICACAO DE MOTOR (DIESEL) GALÃO DE 4 LITROS.**	**12**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	56,00
TOTAL GERAL		672,00
ITEM 24	**OLEO LUBRIFICANTE - OLEO TOTAL RUBIA 5W40, API SN, 1 LITRO.**	**34**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	50,00
TOTAL GERAL		1.700,00
ITEM 25	**OLEO LUBRIFICANTE - FLUIDO HIDRAULICO, PARA DIRECAO HIDRAULICA E TRANSMISSAO AUTOMOMATICA, EMBALAGEM DE 1 LITRO**	**16**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	16,00
TOTAL GERAL		256,00
ITEM 26	**OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE, SINTETICO, PARA DIFERENCIAL, ESPECIFICACAO SAE 85W140 HDCF, EMBALAGEM DE 20 LITROS.**	**20**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	289,00
TOTAL GERAL		5.780,00
ITEM 27	**OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE, SINTETICO, PARA DIFERENCIAL, ESPECIFICACAO SAE 85W140 HDCF, EMBALAGEM DE 01 LITRO.**	**16**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	20,00
TOTAL GERAL		320,00
ITEM 28	**OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE, PARA TRANSMISSAO, ESPECIFICACAO API GL-5 SAE 90, EMBALAGEM DE 20 LITROS**	**10**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	230,00
TOTAL GERAL		2.300,00
ITEM 29	**OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE, PARA TRANSMISSAO, ESPECIFICACAO API GL-5 SAE 90, EMBALAGEM DE 01 LITRO.**	**14**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	19,00
TOTAL GERAL		266,00
ITEM 30	**OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE, SINTETICO, PARA TRANSMISSAO, ESPECIFICACAO SAE 80W90 HDCF, EMBALAGEM DE 20 LITROS.**	**10**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	240,00
TOTAL GERAL		2.400,00
ITEM 31	**OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE, SINTETICO, PARA TRANSMISSAO, ESPECIFICACAO SAE 80W90 HDCF, EMBALAGEM DE 01 LITRO.**	**14**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	20,00
TOTAL GERAL		280,00
ITEM 32	**DISCO DE TACOGRAFO 180 - CAIXA COM 10 UNIDADES**	**100**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	36,00
TOTAL GERAL		3.600,00
ITEM 33	**DISCO DE TACOGRAFO 125 - CAIXA COM 10 UNIDADES**	**100**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	35,00
TOTAL GERAL		3.500,00

VENCEDOR DO LOTE 02 – ABASTECIMENTO NO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE CACERES – MT.

ITEM 01	**OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, S-10**	**40.000**
	Paulo Segio Dias Posto EPP, CNPJ: 09.136.878/0002-04	3,79
TOTAL GERAL		151.600,00
ITEM 02	**OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, COMUM**	**25.000**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	3,73
TOTAL GERAL		93.250,00
ITEM 03	**COMBUSTIVEL - GASOLINA, CLASSIFICACAO COMUM, UTILIZACAO AUTOMOTIVO, DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE DA ANP**	**4.000**
	Paulo Segio Dias Posto EPP, CNPJ: 09.136.878/0002-04	4,57
TOTAL GERAL		18.280,00
ITEM 04	**FLUIDO PARA LIMPEZA - ADITIVO PARA COMBUSTIVEL, ARLA 32 ANTIPOLUICAO, ADICIONADO AO DIESEL**	**50**
	Paulo Segio Dias Posto EPP, CNPJ: 09.136.878/0002-04	59,00
TOTAL GERAL		2.950,00

São José dos Quatro Marcos - MT, 03 de agosto de 2018**.**

Danilo dos Santos Bastos - Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO 006/2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2018

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), por intermédio de seu Pregoeiro e equipe de apoio, comunica aos interessados o Resultado da Licitação na Modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº. 005/2018, nos termos da Lei 10.520/02, realizado **no dia 06 de agosto de 2018 às 08:h30min**, na Sala de Licitações do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Mato Grosso, localizada na Avenida Mato Grosso, 490, Jardim Santa Rosa, São José dos Quatro Marcos - MT. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresas que tenham interesse de prestar serviços especializados na área de saúde, para realização de consultas (***nefrologia***, cirurgião vascular) para atendimento da demanda dos municípios integrantes do CISOMT, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pelas redes municipais de saúde/sistema único de saúde, conforme termo de referência. Sagrou-se Vencedora a Empresa **CENTRO DE TRATAMENTO DO RIM LTDA – CNPJ: 02.030.980/0001-09**, com valor de R$: 300.000,00 (trezentos mil reais). São José dos Quatro Marcos - MT, 06 de agosto de 2018**. Danilo dos Santos Bastos - Pregoeiro**

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 012/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT E A EMPRESA, JULIANO MUNARETTO BEVILACCQUA – EPP, DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2018, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 006/2018 E EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NAS LEIS N.° 10.520/02 E 8.666/93 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

O **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** constituído sobre a forma jurídica de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.º 05.238.413/0001-22, com sede sito à Rua Fernando Correa da Costa, n.º 637, Centro A, nesta cidade de Rondonópolis/MT, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. **NELSON ANTÔNIO PAIM**, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Poxoréu/MT, portador do RG n.º 68190-1 e inscrito no CPF sob n.º522.597.811-87 residente e domiciliado na Rua Monteiro Lobato, nº 33, Novo Horizonte, em Poxoréu/MT, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **JULIANO MUNARETTO BEVILACQUA – EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º08.688.354/0001-82, com sede à Avenida Padre Anchieta, n.º963, Apto 902, bairro Vila Aurora I, no Município de Rondonópolis/MT, neste ato representada por **JULIANO MUNARETTO BEVILACQUA**, brasileiro (a), portador (a) do RG n.º 32.988071-8, órgão expedidor/SSP/SP, inscrito (a) no CPF sob n.º273.025.488-97, residente e domiciliado (a) na Avenida Padre Anchieta, n.º 963, Apto 902, bairro Vila Aurora I, no Município de Rondonópolis/MT, doravante designado (a) **CONTRATADA**, considerando o cumprimento do estabelecido na Proposta apresentada ao Pregão Presencial N.º 005/2018, oriunda do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 006/2018** e em observância ao disposto na Lei n.º 8.666/93 e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a: **Consulta com Infectologista,** conforme descrição e valores constantes na cláusula quarta deste Instrumento e de acordo com as especificações e demais condições constantes no **Termo de Referência n.º 005/2018** que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este contrato se consubstancia no procedimento licitatório realizado na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL n.°005/2018**, com fundamento nas Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, e nas convenções estabelecidas neste instrumento, conforme autorização da Autoridade Competente, Conselheiro Presidente **NELSON ANTÔNIO PAIM**, disposta no **Processo Administrativo N.º 005/2018-CORESS/MT**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços, conforme condições eespecificações constantes no **Termo de Referência n. 005/208**.

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial n. 005/2018** e seus anexos.

3.3. Os serviços a que se refere o presente instrumento deverão ser realizados nos **Hospitais, clínicas, consultórios dos licitantes, bem como de acordo com as necessidades do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso.**

3.4. O regime de execução deste instrumento será o de prestação de serviços em empreitada por preço unitário, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, alínea 'b' da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

COD TCE	ESPECIALIDADE MÉDICA	TIPO	MUNICÍPIO DE ATENDIMENTO	QUANT. MENSAL	QUANT. TOTAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL (09 MESES)
0004673	CONSULTA COM INFECTOLOGISTA	CONSULTA	RONDONÓPOLIS	120	1.080	120,00	129.600,00

4.1.1. O valor total do presente contrato será de R$ 129.600,00 (Cento e vinte mil e seiscentos reais).

4.1.2. No preço acima estipulado, estão incluídos os materiais, serviços, encargos e tributos relativos ao objeto deste contrato, renunciando, a **CONTRATADA**, o direito de reivindicar custos adicionais.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Consórcio Regional de Saúde, por escrito, emduas vias e entregues mediante recibo, bem como facilitar à CONTRATANTE todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, sob pena de rescisão contratual;

5.2. Executar os serviços ora contratados, nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no **Termo de Referência n.005/2018**, **de acordo com a sua proposta de preço, e pelo período de vigência fixado neste Contrato, sob as penas da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;**

5.3. Realizar somente consultas devidamente agendadas pela Central de Regulação deste Consórcio, uma vez que o mesmo não se responsabilizará pelos atendimentos realizados sem a devida autorização;

5.4. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Consórcio Regional de Saúde. No caso de subcontratação autorizada pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentesde culpa ou dolo, relativos à execução da **CONTRATADA** ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**;

5.6. Cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação a empregados de fornecedores contratados;

5.7. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências CORESS/MT;

5.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.9. A **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

5.10. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.11. A **CONTRATADA** terá como médico responsável pela realização dos atendimentos objeto deste instrumento o Dr. **JULIANO MUNARETTO BIVILACQUA**, com registro no CRM/MT sob o n.º 0001816-MT, assumindo os ônus decorrentes do vínculo trabalhista, sendo de sua única e exclusiva responsabilidade as infrações ou multas que lhe forem impostas;

5.12. Sob nenhuma alegação a **CONTRATADA** poderá adiar ou interromper a execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Cumprir obrigatoriamente todas as cláusulas e obrigações estipuladas no presente contrato, sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2. Oferecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.3. Efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços prestados, nas condições e prazos acordados neste instrumento;

6.4. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.5. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, fixando prazo para sua correção;

6.6. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.7. Acompanhar a prestação do serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste oususpensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

6.8. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá vigência de 09 (nove) meses, a contar da data de sua assinatura**, podendo ser antecipado mediante o cumprimento total do objeto contratado ou se houver necessidade unilateral da** CONTRATANTE.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 5 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária.

7.2.1. **A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela** CONTRATANTE;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, medianteapresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura ecédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório.

7.4.O prazo de início da execução do serviço, objeto da presente licitação, não poderá ser superior a 02 (dois) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

7.5. **O presente contrato pode ser prorrogado** pelas partes por períodos sucessivos até atingir o prazo máximo de vigência 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

7.5.1 **– A prorrogação do prazo de execução, mesmo devidamente justificada, somente será autorizada havendo concordância entre** CONTRATADA e CONTRATANTE**, mediante lavratura de Termo Aditivo.**

7.6. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

8.1.1. **Cópia do Registro Obrigatório de Atendimentos – ROAs, devidamente assinado e carimbado pelo profissional responsável pela execução dos serviços;**

8.1.2. **Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;**

8.1.3. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;**

8.1.4. **Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo inclusive a Regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), Estadual e Municipal, do domicílio sede da CONTRATADA.**

8.1.4.1. **O Contribuinte Individual fará prova de regularidade perante a Previdência Social mediante a apresentação Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI).**

8.2. O pagamento será efetuado pelo Consórcio Regional de Saúde mensalmente, até o 30º (trigésimo) dia útil subsequente ao mês de prestação de serviços, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentoscomprobatórios, conforme indicado no subitem 8.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

8.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviçosprestados a este Consórcio, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

8.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidasa contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5. O valor mensal deverá variar de acordo com o número de atendimentos efetivamente realizados.

8.5.1 Fica estabelecido que, para que não haja prejuízo à administração pública, só serão pagosos **plantões efetivamente realizados e os serviços prestados**, sob pena de se causar enriquecimento ilícito da CONTRATADA.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações acima especificadas.

8.7. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1.O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado odisposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

10.1. A **Contratante** se reserva ao direito de sustar pagamentos devidos à **ContratadA**, nos seguintes casos:

I – irregularidades constatadas pela fiscalização do CORESS/MT;

II – obrigações da **Contratada** com terceiros, que possam afetar os interesses da **Contratante**;

III – inadimplência total ou parcial da **Contratada**, no cumprimento e execução do aqui ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93.

11.1.2. Por acordo das partes:

a) A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Parágrafo Único: Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A **Contratante** poderá rescindir o presente contrato, se assim determinar o superior interesse Público, sem que incorra em qualquer penalidade, pagando à **CONTRATADA**, os serviços executados se os mesmos tiverem de acordo com o exigido.

§ 1º. A **Contratante** poderá rescindir, unilateralmente, o presente contrato, independentemente da notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, perdendo a **Contratada**, as garantias e retenções efetivadas nas seguintes condições:

I – descumprimento parcial ou total das cláusulas aqui acordadas, que causem evidentes prejuízos aos interesses da **Contratante**;

II – inobservância das normas e especificações;

III – subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, cessão, a qualquer título da contratação sem garantias, negociação de duplicatas, referentes a faturas emitidas, com estabelecimentos financeiros ou com terceiros, sem prévia e expressa autorização da **Contratante**;

IV – cometer qualquer fraude;

V – reiterada constatação pela fiscalização de má-fé, incapacidade técnica, financeira ou administrativa;

VI – deixar de iniciar os trabalhos de execução dos serviços, sem justo motivo, devidamente comprovado no prazo de 10 (dez) dias, após entrega da primeira Ordem de Serviços;

VII – interromper os trabalhos sem justo motivo, devidamente comprovado, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;

VIII – no interesse da **CONTRATANTE**;

§ 2º. Antes de ser declarada inadimplente, a parte será notificada pela outra, para dar cumprimento à Cláusula ou dispositivo contratual violado.

§ 3º. Exceto no caso de rescisão por mútuo acordo, não caberá à **ContratadA**, nenhuma espécie de indenização, ficando ainda estabelecido que, mesmo naquele caso, a **Contratante** não pagará indenização àquele por encargos resultantes da legislação trabalhista, e da previdência social, bem como aqueles decorrentes de atos ilícitos, praticados por ela, por seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES

13.1. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços contratados, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e lucros cessantes, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

I – suspensão do direito de licitar com a **Contratante**, pelo prazo que esta fixar, em função da natureza e da gravidade da falta cometida, não podendo, emnenhuma hipótese, ser superior em 01 (um) ano;

II – declaração de inidoneidade para licitar com a **Contratante**, considerados, para tanto, a reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade;

III – multas conforme o previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplica-se a este contrato a seguinte legislação:

a) Este Contrato vincula-se ao Pregão Presencial n.°005/2018, oriunda do Processo Administrativo n.°006/2018**,** regulando-se pelas suas Cláusulas e preceitos do Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, obrigando-se as partes a executar fielmente os dispostos neste instrumento.

b) A legislação aplicável à execução deste Contrato e especialmente nos casos omissos será a Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

15.1. Considera-se parte integrante deste Contrato, os seguintes documentos:

a) o Edital do Pregão Presencial n.º 005/2018 e o **Termo de Referência nº 005/2018**, bem comoseus anexos;

b) a Proposta de Preços apresentada na licitação pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	02
Unidade:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	001
Função:	Saúde	10
Sub Função:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Complemento as Ações do SUS	7030
Projeto/Atividade:	Manutenção e encargos com o CORESS/MT	2002
Elemento de Despesa:	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) a **CONTRATADA** obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar;

b) é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

c) é defeso à **CONTRATADA** ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Ficará responsável pela fiscalização da execução dos serviços objeto do contrato a funcionária pública, Sr.ª. **CRISTIANE DA COSTA AGUIAR KOLLING**, nomeada como Fiscal de Contratos, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das prestações de serviços, que tudo dará ciência à Administração e ao CORESS/MT, conforme art. 67, da lei nº 8666/93, com suas ulteriores alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO

20.1. As partes contratantes elegemo Foro da Comarca de Rondonópolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei n. 8.666 de 21/06/93.

Rondonópolis/MT, 13 de Abril de 2018.

NELSON ANTONIO PAIM Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT **CONTRATANTE**	**JULIANO MUNARETTO BEVILACQUA – EPP** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 014/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT E A EMPRESA CLINICA RADIOLOGICA DR. BERTINETTI LTDA, DE ACORDO COM O PROCESSO LICI-

TATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018 E EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NAS LEIS N.° 10.520/02 E 8.666/93 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

O **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** constituído sobre a forma jurídica de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.º 05.238.413/0001-22, com sede sito à Rua Fernando Correa da Costa, n.º 637, Centro A, nesta cidade de Rondonópolis/MT, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. **NELSON ANTÔNIO PAIM**, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Poxoréu/MT, portador do RG n.º 68190-1 e inscrito no CPF sob n.º522.597.811-87 residente e domiciliado na Rua Monteiro Lobato, nº 33, Novo Horizonte, em Poxoréu/MT, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **CLINICA RADIOLOGICA DR. BERTINETTI LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º32.970.345/0001-64, com sede à Rua Cafelândia, nº. 319, Anexo Cedir, bairro La Salle II, no Município de Rondonópolis/MT, neste ato representada pela Sr. **ELEMAR DOS SANTOS BERTINETTI**, brasileiro (a),casado, portador (a) do RG n.º 6006764545, órgão expedidor/SSP/RS, inscrito(a) no CPF sob n.º242.225.690-20, residente e domiciliado(a) Rua sete de Setembro nº 294, Apto.1002 bairro Vila Birigui no Município de Rondonópolis/MT, doravante designado (a) **CONTRATADA**, considerando o cumprimento do estabelecido na Proposta apresentada ao Pregão Presencial nº 005/2018, oriunda do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018** e em observância ao disposto na Lei n.º 8.666/93 e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a: **Exame RX Tórax PA/P, Exame RX Punho, Exame RX Seios da Face, Exame RX Ossos da Face, Exame RX Crânio, Exame RX Coluna Toraco Lombar, Exame RX Coluna Torácica Dorsal, Exame RX Coluna Lombo Sacra, Exame RX Sacro Coccígea, Exame RX Omoplata / Ombro, Exame RX Ombro (Escapulo-Umeral), Exame RX Antebraço, Exame RX Cotovelo,** conforme descrição e valores constantes na cláusula quarta deste Instrumento e de acordo com as especificações e demais condições constantes no **Termo de Referência nº 005/2018** que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este contrato se consubstancia no procedimento licitatório realizado na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2018**, com fundamento nas Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, e nas convenções estabelecidas neste instrumento, conforme autorização da Autoridade Competente, Conselheiro Presidente **NELSON ANTÔNIO PAIM**, disposta no **Processo Administrativo Nº 005/2018-CORESS/MT**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços, conforme condições e especificações constantes no **Termo de Referência nº 005/2018.**

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial nº 005/2018** e seus anexos.

3.3. Os serviços a que se refere o presente instrumento deverão ser realizados nos **Hospitais, clínicas, consultórios dos licitantes, bem como nas dependências do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso.**

3.4. O regime de execução deste instrumento será o de prestação de serviços em empreitada por preço unitário, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, alínea 'b' da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

COD TCE	ESPECIALIDADE MÉDICA	TIPO	MUNICÍPIO DE ATENDIMENTO	QUANT. MENSAL	QUANT. TOTAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL (09 MESES)
386350-6	RX TORAX PA/P	EXAME	RONDONÓPOLIS	15	135	90,00	12.150,00
386234-8	RX PUNHO	EXAME	RONDONÓPOLIS	15	135	90,00	12.150,00
123018-2	RX SEIOS DA FACE	EXAME	RONDONÓPOLIS	15	135	75,00	10.125,00
390525-0	RX OSSOS DA FACE	EXAME	RONDONÓPOLIS	15	135	60,00	8.100,00
0005563	RX CRANIO	EXAME	RONDONÓPOLIS	15	135	90,00	12.150,00
386219-4	RX COLUNA TORACO LOMBAR	EXAME	RONDONÓPOLIS	15	135	90,00	12.150,00
386218-6	RX COLUNA TORACICA DORSAL	EXAME	RONDONÓPOLIS	15	135	90,00	12.150,00
0005556	RX COLUNA LOMBO SACRA	EXAME	RONDONÓPOLIS	15	135	90,00	12.150,00
386221-6	RX SACRO COCCIGEA	EXAME	RONDONÓPOLIS	15	135	90,00	12.150,00
0005579	RX OMOPLATA/ OMBRO	EXAME	RONDONOPOLIS	15	135	90,00	12.150,00
386395-6	RX OMBRO (ESCAPULO-UMERAL)	EXAME	RONDONÓPOLIS	15	135	75,00	10.125,00
0005554	RX ANTEBRAÇO	EXAME	RONDONÓPOLIS	15	135	75,00	10.125,00
0005561	RX COTOVELO	EXAME	RONDONÓPOLIS	15	135	75,00	10.125,00

4.1.1. O valor total do presente contrato será de R$ 145.800,00 (Cento quarenta e cinco mil e oitocentos reais).

4.1.2. No preço acima estipulado, estão incluídos os materiais, serviços, encargos e tributos relativos ao objeto deste contrato, renunciando, a **CONTRATADA**, o direito de reivindicar custos adicionais.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Consórcio Regional de Saúde, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo, bem como facilitar à CONTRATANTE todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, sob pena de rescisão contratual;

5.2. Executar os serviços ora contratados, nos termos estabelecidos no Edital de Licitação eseus anexos, especialmente os previstos no **Termo de Referência nº 005/2018**, **de acordo com a sua proposta de preço, e pelo período de vigência fixado neste Contrato, sob as penas da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;**

5.3. Realizar somente consultas devidamente agendadas pela Central de Regulação deste Consórcio, uma vez que o mesmo não se responsabilizará pelos atendimentos realizados sem a devida autorização;

5.4. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Consórcio Regional de Saúde. No caso de subcontratação autorizada pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da **CONTRATADA** ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**;

5.6. Cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação a empregados de fornecedores contratados;

5.7. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do CORESS/MT;

5.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.9. A **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

5.10. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.11. A **CONTRATADA** terá como médico responsável pela realização dos atendimentos objeto deste instrumento o Dra. **DAYSE RIBEIRO BERTINETTI**, com registro no CRM/MT sob o n.º 0000192-MT, assumindo os ônus decorrentes do vínculo trabalhista, sendo de sua única e exclusiva responsabilidade as infrações ou multas que lhe forem impostas;

5.12. Sob nenhuma alegação a **CONTRATADA** poderá adiar ou interromper a execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Cumprir obrigatoriamente todas as cláusulas e obrigações estipuladas no presente contrato, sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2. Oferecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.3. Efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços prestados, nas condições e prazos acordados neste instrumento;

6.4. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.5. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, fixando prazo para sua correção;

6.6. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.7. Acompanhar a prestação do serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste oususpensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

6.8. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá vigência de 09 (nove) meses, a contar da data de sua assinatura**, podendo ser antecipado mediante o cumprimento total do objeto contratado ou se houver necessidade unilateral da** CONTRATANTE.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 5 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária.

7.2.1. **A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desdeque ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela** CONTRATANTE;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, medianteapresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório.

7.4. O prazo de início da execução do serviço, objeto da presente licitação, não poderá ser superior a 02 (dois) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

7.5. **O presente contrato pode ser prorrogado** pelas partes por períodos sucessivos até atingir o prazo máximo de vigência 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

7.5.1 **– A prorrogação do prazo de execução, mesmo devidamente justificada, somente será autorizada havendo concordância entre** CONTRATADA e CONTRATANTE**, mediante lavratura de Termo Aditivo.**

7.6. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s),emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

8.1.1. **Cópia do Registro Obrigatório de Atendimentos – ROAs, devidamente assinado e carimbado pelo profissional responsável pela execução dos serviços;**

8.1.2. **Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;**

8.1.3. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;**

8.1.4. **Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo inclusive a Regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), Estadual e Municipal, do domicílio sede da CONTRATADA.**

8.1.4.1. **O Contribuinte Individual fará prova de regularidade perante a Previdência Social mediante a apresentação Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI).**

8.2. O pagamento será efetuado pelo Consórcio Regional de Saúde mensalmente, até o 30º (trigésimo) dia útil subsequente ao mês de prestação de serviços, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentoscomprobatórios, conforme indicado no subitem 8.1, mediante ordem bancária, emitida através doBanco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

8.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviçosprestados a este Consórcio, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

8.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidasa contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5. O valor mensal deverá variar de acordo com o número de atendimentos efetivamente realizados.

8.5.1 Fica estabelecido que, para que não haja prejuízo à administração pública, só serão pagos os **Exame RX Tórax PA/P, Exame RX Punho, Exame RX Seios da Face, Exame RX Ossos da Face, Exame RX Crânio, Exame RX Coluna Toraco Lombar, Exame RX Coluna Torácica Dorsal, Exame RX Coluna Lombo Sacra, Exame RX Sacro Coccígea, Exame RX Omoplata / Ombro, Exame RX Ombro (Escapulo-Umeral), Exame RX Antebraço, Exame RX Cotovelo,**, sob pena de se causar enriquecimento ilícito da CONTRATADA.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma dassituações acima especificadas.

8.7. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

10.1. A **Contratante** se reserva ao direito de sustar pagamentos devidos à **ContratadA**, nos seguintes casos:

I – irregularidades constatadas pela fiscalização do CORESS/MT;

II – obrigações da **Contratada** com terceiros, que possam afetar os interesses da **Contratante**;

III – inadimplência total ou parcial da **Contratada**, no cumprimento e execução do aqui ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93.

11.1.2. Por acordo das partes:

a) A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Parágrafo Único: Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A **Contratante** poderá rescindir o presente contrato, se assim determinar o superior interesse Público, sem que incorra em qualquer penalidade, pagando à **CONTRATADA**, os serviços executados se os mesmos tiverem de acordo com o exigido.

§ 1º. A **Contratante** poderá rescindir, unilateralmente, o presente contrato, independentemente da notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, perdendo a **Contratada**, as garantias e retenções efetivadas nas seguintes condições:

I – descumprimento parcial ou total das cláusulas aqui acordadas, que causem evidentes prejuízos aos interesses da **Contratante**;

II – inobservância das normas e especificações;

III – subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, cessão, a qualquer título da contratação sem garantias, negociação de duplicatas, referentes a faturas emitidas, com estabelecimentos financeiros ou com terceiros, sem prévia e expressa autorização da **Contratante**;

IV – cometer qualquer fraude;

V – reiterada constatação pela fiscalização de má-fé, incapacidade técnica, financeira ou administrativa;

VI – deixar de iniciar os trabalhos de execução dos serviços, sem justo motivo, devidamente comprovado no prazo de 10 (dez) dias, após entrega da primeira Ordem de Serviços;

VII – interromper os trabalhos sem justo motivo, devidamente comprovado, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;

VIII – no interesse da **CONTRATANTE**;

§ 2º. Antes de ser declarada inadimplente, a parte será notificada pela outra, para dar cumprimento à Cláusula ou dispositivo contratual violado.

§ 3º. Exceto no caso de rescisão por mútuo acordo, não caberá à **ContratadA**, nenhuma espécie de indenização, ficando ainda estabelecido que, mesmo naquele caso, a **Contratante** não pagará indenização àquele por encargos resultantes da legislação trabalhista, e da previdência social, bem como aqueles decorrentes de atos ilícitos, praticados por ela, por seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES

13.1. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços contratados, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e lucros cessantes, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

I – suspensão do direito de licitar com a **Contratante**, pelo prazo que esta fixar, em função da natureza e da gravidade da falta cometida, não podendo, em nenhuma hipótese, ser superior em 01 (um) ano;

II – declaração de inidoneidade para licitar com a **Contratante**, considerados, para tanto, a reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade;

III – multas conforme o previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplica-se a este contrato a seguinte legislação:

a) Este Contrato vincula-se ao **PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2018**, oriunda do **Processo Administrativo n° 006/2018,** regulando-se pelas suas Cláusulas e preceitos do Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, obrigando-se as partes a executar fielmente os dispostos neste instrumento.

b) A legislação aplicável à execução deste Contrato e especialmente nos casos omissos será a Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

15.1. Considera-se parte integrante deste Contrato, os seguintes documentos:

a) o Edital do Pregão Presencial nº 005/2018 e o **Termo de Referência nº 005/2018**, bem como seus anexos;

b) a Proposta de Preços apresentada na licitação pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	02
Unidade:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	001
Função:	Saúde	10
Sub Função:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Complemento as Ações do SUS	7030
Projeto/Atividade:	Manutenção e encargos com o CORESS/MT	2002
Elemento de Despesa:	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) a **CONTRATADA** obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar;

b) é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

c) é defeso à **CONTRATADA** ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Ficará responsável pela fiscalização da execução dos serviços objeto do contrato a funcionária pública, Sr.ª **CRISTIANE DA COSTA AGUIAR KOLLING**, nomeada como Fiscal de Contratos, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das prestações de serviços, que tudo dará ciência à Administração e ao CORESS/MT, conforme art. 67, da lei nº 8666/93, com suas ulteriores alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO

20.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Rondonópolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei n. 8.666 de 21/06/93.

Rondonópolis/MT, 17 de Abril de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT **CONTRATANTE**	**CLINICA RADIOLOGICA DR. BERTINETTI LTDA CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 003/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SERVÍÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT E A EMPRESA E DE OLIVEIRA DUARTE ARAOZ - ME, DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2018, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 003/2018 E EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NA LEI 8.666/93 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

O **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** constituído sobre a forma jurídica de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.º 05.238.413/0001-22, com sede localizada a Rua Fernando Correa da Costa, nº 637, Centro, nesta cidade de Rondonópolis/MT, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. **FÁBIO SCHROETER**, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Campo Verde/MT, portador do RG sob o n.º 3296068 SSP/PR e inscrito no CPF sob n.º 346.080.601-04, residente e domiciliado à Rua Tupi, nº 254, bairro Vale do Sol, no Município de Campo Verde/MT, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **E DE OLIVEIRA DUARTE ARAOZ - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 18.460.413/0001-14, com sede à Avenida Brasil, s/n, Sala 03, anexo ao Hospital, Vila Cruzeiro, no Município de Poxoréu/MT, CEP: 78.800-000, neste ato representada por **ELANIA DE OLIVEIRA DUARTE ARAOZ**, brasileira, casada, portadora do RG n.º 0502931-7 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 344.591.461-34, residente e domiciliada na Avenida Cruzeiro, nº 37, Vila Cruzeiro, no Município de Poxoréu/MT, doravante designado **CONTRATADA**, considerando o cumprimento do estabelecido na Proposta apresentada ao Pregão Presencial N.º 003/2018, oriundo do PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 003/2018 e em observância ao disposto na Lei n.º 8.666/93 e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a:**Contratação de Empresa especializada para a prestação de serviços de Exames de Ultrassonografias, durante o exercício de 2018, *mediante Pregão Presencial***, conforme descrição e valores constantes na cláusula quarta deste Instrumento e de acordo com as especificações e demais condições constantes no Termo de Referencia Nº 003/2018 que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra, no Processo Administrativo n.º 003/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este contrato se consubstancia no procedimento licitatório realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.º 003/2018, com fundamento na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, e nas convenções estabelecidas neste instrumento, conforme autorização da Autoridade Competente, Conselheiro Presidente FÁBIO SCHROETER, disposta no Processo Administrativo N.º 003/2018-CORESS/MT.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços, conforme condições e especificações constantes no Processo Administrativo n.º 003/2018.

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Pregão Presencial nº. 003/2018 e seus anexos.

3.3. Os serviços a que se refere o presente instrumento deverão ser prestados nos consultórios, hospitais, clínicas e laboratórios próprios ou conveniados da **CONTRATADA**, sendo que todo o material necessário na realização dos serviços contratados será de responsabilidade da mesma.

3.4. O regime de execução deste instrumento será o de prestação de serviços em empreitada por preço unitário, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, alínea 'b' da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

CÓDIGO TCE	ESPECIALIDADE MÉDICA	TIPO	MUNICÍPIO DE ATENDIMENTO	QUANT. MENSAL	QUANT. TOTAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL (10 MESES)
280419-0	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEM TOTAL	EXAME	POXOREU	10	100	R$ 85,00	R$ 8.500,00
0000404	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEM INFERIOR	EXAME	POXOREU	10	100	R$ 85,00	R$ 8.500,00
370249-9	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEM SUPERIOR	EXAME	POXOREU	10	100	R$ 85,00	R$ 8.500,00
0000246	ULTRASSONOGRAFIA OBSTRETRICA PÉLVICA	EXAME	POXOREU	20	200	R$ 85,00	R$ 17.000,00
280427-1	ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	EXAME	POXOREU	10	100	R$ 85,00	R$ 8.500,00

4.1.1. O valor total do presente contrato será de **R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).**

4.1.2. No preço acima estipulado, estão incluídos os materiais, serviços, encargos e tributos relativos ao objeto deste contrato, renunciando, a CONTRATADA, o direito de reivindicar custos adicionais.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Consórcio Regional de Saúde, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo, bem como facilitar à **CONTRATANTE** todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, sob pena de rescisão contratual;

5.2. Executar os serviços ora contratados, nos termos estabelecidos no Processo Administrativo nº 003/2018, de acordo com a sua proposta de preço, e pelo período de vigência fixado neste Contrato, sob as penas da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;

5.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Consórcio Regional de Saúde. No caso de subcontratação autorizada pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da **CONTRATADA** ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**;

5.5. Aceitar nas mesmas condições **contratuais**, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.6. A **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

5.7. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.8. Sob nenhuma alegação a **CONTRATADA** poderá adiar ou interromper a execução dos serviços.

5.9. Prestar, quando solicitado, todos os esclarecimentos necessários à elucidação de dúvidas ocorridas no decorrer da administração contratual ou da aferição dos serviços prestados;

5.10. Dar ciência imediata ao CORESS/MT, acerca de qualquer problema que venha a surgir para a execução dos serviços;

5.11. Não subcontratar os serviços, sem que haja expressa e antecipada autorização da Contratante.

5.12. Atender as requisições do **CONTRATANTE**, fornecendo o objeto licitado na forma estipulada neste instrumento, principalmente quanto ao prazo de entrega;

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Cumprir obrigatoriamente todas as cláusulas e obrigações estipuladas no presente contrato, sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2. Oferecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.3. Efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços prestados, nas condições e prazos acordados neste instrumento;

6.4. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.5. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

6.6. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.7. Acompanhar a prestação do serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão do mesmo; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações da Planilha Orçamentária;

6.8. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá vigência de 23 de março a 31 de dezembro de 2018, podendo ser antecipado mediante o cumprimento total do objeto contratado ou se houver necessidade unilateral da CONTRATANTE.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 5 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária.

7.2.1. A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela CONTRATANTE;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório.

7.4. O prazo de início da execução do serviço, objeto da presente licitação, não poderá ser superior a 02 (dois) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

7.5. O presente contrato pode ser prorrogado pelas partes por períodos sucessivos até atingir o prazo máximo de vigência 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

7.5.1 – A prorrogação do prazo de execução, mesmo devidamente justificada, somente será autorizada havendo concordância entre CONTRATADA e CONTRATANTE, mediante lavratura de Termo Aditivo.

7.6. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

8.1.1. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

8.1.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

8.1.3. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo inclusive a Regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), Estadual e Municipal, do domicílio sede da CONTRATADA.

8.1.3.1. O Contribuinte Individual fará prova de regularidade perante a Previdência Social mediante a apresentação Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI).

8.2. O pagamento será efetuado pelo Consórcio Regional de Saúde, até o 2º (segundo) dia útil subsequente ao dia de prestação de serviços, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 8.1**, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora;**

8.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços prestados a este Consórcio, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

8.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

10.1. A **Contratante** se reserva ao direito de sustar pagamentos devidos à **ContratadA**, nos seguintes casos:

I – irregularidades constatadas pela fiscalização do CORESS/MT;

II – obrigações da **Contratada** com terceiros, que possam afetar os interesses da **Contratante**;

III – inadimplência total ou parcial da **Contratada**, no cumprimento e execução do aqui ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93.

11.1.2. Por acordo das partes:

a) A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Parágrafo Único: Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A **Contratante** poderá rescindir o presente contrato, se assim determinar o superior interesse Público, sem que incorra em qualquer penalidade, pagando à **CONTRATADA**, os serviços executados se os mesmos tiverem de acordo com o exigido.

§ 1º. A **Contratante** poderá rescindir, unilateralmente, o presente contrato, independentemente da notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, perdendo a **Contratada**, as garantias e retenções efetivadas nas seguintes condições:

I – descumprimento parcial ou total das cláusulas aqui acordadas, que causem evidentes prejuízos aos interesses da **Contratante**;

II – inobservância das normas e especificações;

III – subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, cessão, a qualquer título da contratação sem garantias, negociação de duplicatas, referentes a faturas emitidas, com estabelecimentos financeiros ou com terceiros, sem prévia e expressa autorização da **Contratante**;

IV – cometer qualquer fraude;

V – reiterada constatação pela fiscalização de má-fé, incapacidade técnica, financeira ou administrativa;

VI – deixar de iniciar os trabalhos de execução dos serviços, sem justo motivo, devidamente comprovado no prazo de 10 (dez) dias, após entrega da primeira Ordem de Serviços;

VII – interromper os trabalhos sem justo motivo, devidamente comprovado, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;

VIII – no interesse da **CONTRATANTE**;

§ 2º. Antes de ser declarada inadimplente, a parte será notificada pela outra, para dar cumprimento à Cláusula ou dispositivo contratual violado.

§ 3º. Exceto no caso de rescisão por mútuo acordo, não caberá à **ContratadA**, nenhuma espécie de indenização, ficando ainda estabelecido que, mesmo naquele caso, a **Contratante** não pagará indenização àquele por encargos resultantes da legislação trabalhista, e da previdência social, bem como aqueles decorrentes de atos ilícitos, praticados por ela, por seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES

13.1. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços contratados, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e lucros cessantes, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

I – suspensão do direito de licitar com a **Contratante**, pelo prazo que esta fixar, em função da natureza e da gravidade da falta cometida, não podendo, em nenhuma hipótese, ser superior em 01 (um) ano;

II – declaração de inidoneidade para licitar com a **Contratante**, considerados, para tanto, a reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade;

III – multas conforme o previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplica-se a este contrato a seguinte legislação:

a) Este Contrato vincula-se ao Pregão Presencial n.° 003/2018, oriundo do Processo Administrativo n.° 003/2018**,** regulando-se pelas suas Cláusulas e preceitos do Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, obrigando-se as partes a executar fielmente os dispostos neste instrumento.

b) A legislação aplicável à execução deste Contrato e especialmente nos casos omissos será a Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

15.1. Considera-se parte integrante deste Contrato, os seguintes documentos:

a) a Pregão Presencial n.º 003/2018, Processo Administrativo nº 003/2018, bem como seus anexos;

b) a Proposta de Preços apresentada na licitação pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	02
Unidade:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	001
Função:	Saúde	10
Sub Função:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Complemento as Ações do SUS	7030
Projeto/Atividade:	Manutenção e encargos com o CORESS/MT	2002
Elemento de Despesa:	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	33.90.39.00.00.00
Sub Elemento	Serviços Gráficos	6300

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) a **CONTRATADA** obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar;

b) é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

c) é defeso à **CONTRATADA** ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO

19.1. As partes contratantes elegemo Foro da Comarca de Rondonópolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei n. 8.666 de 21/06/93.

Rondonópolis/MT, 23 de março de 2018.

_____ **FÁBIO SCHROETER** Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT **CONTRATANTE**	**_____** **E DE OLIVEIRA DUARTE ARAOZ - ME** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 004/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 004/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SERVÍÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT E A EMPRESA MARLOS PEREIRA DE REZENDE - ME, DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2018, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 001/2018 E EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NA LEI 8.666/93 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

O **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** constituído sobre a forma jurídica de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.º 05.238.413/0001-22, com sede localizada a Rua Fernando Correa da Costa, nº 637, Centro, nesta cidade de Rondonópolis/MT, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. **FÁBIO SCHROETER**, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Campo Verde/MT, portador do RG sob o n.º 3296068 SSP/PR e inscrito no CPF sob n.º 346.080.601-04, residente e domiciliado à Rua Tupi, nº 254, bairro Vale do Sol, no Município de Campo Verde/MT, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **MARLOS PEREIRA DE REZENDE - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 27.180.154/0001-69, com sede à Rua Severino Botelho de Melo, nº 494, Centro, no Município de Alto Araguaia/MT, CEP: 78.780-000, neste ato representada por **MARLOS PEREIRA DE REZENDE**, brasileiro, portador do RG n.º 372490-3 SSP/GO, inscrito no CPF sob n.º 216.741.908-24, doravante designado **CONTRATADA**, considerando o cumprimento do estabelecido na Proposta apresentada ao Pregão Presencial N.º 001/2018, oriundo do PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 001/2018 e em observância ao disposto na Lei n.º 8.666/93 e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a:**Contratação de Empresa especializada para a prestação de serviços de Consultas de Ortopedia, a serem realizadas no Hospital Municipal Deputado Cacildo Hugueney, em Alto Araguaia, durante o exercício de 2018, mediante Pregão Presencial**, conforme descrição e valores constantes na cláusula quarta deste Instrumento e de acordo com as especificações e demais condições constantes no Termo de Referencia Nº 001/2018 que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra, no Processo Administrativo n.º 001/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este contrato se consubstancia no procedimento licitatório realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.º 001/2018, com fundamento na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, e nas convenções estabelecidas neste instrumento, conforme autorização da Autoridade Competente, Conselheiro Presidente FÁBIO SCHROETER, disposta no Processo Administrativo N.º 001/2018-CORESS/MT.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços, conforme condições e especificações constantes no Processo Administrativo n.º 001/2018.

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Pregão Presencial nº. 001/2018 e seus anexos.

3.3. Os serviços a que se refere o presente instrumento deverão ser prestados nos **Hospital Municipal Deputado Cacildo Hugueney**, sendo que todo o material necessário na realização dos **serviços contratados** será de responsabilidade da **CONTRATADA**.

3.4. O regime de execução deste instrumento será o de prestação de serviços em empreitada por preço unitário, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, alínea 'b' da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

CÓDIGO TCE	ESPECIALIDADE MÉDICA	TIPO	MUNICÍPIO DE ATENDIMENTO	QUANT. MENSAL	QUANT. TOTAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL (10 MESES)
0004613	ORTOPEDIA	CONSULTA	ALTO ARAGUAIA	120	1.200	R$90,00	R$ 108.000,00

4.1.1. O valor total do presente contrato será de **R$ 108.000,00 (oito mil e quinhentos reais).**

4.1.2. No preço acima estipulado, estão incluídos os materiais, serviços, encargos e tributos relativos ao objeto deste contrato, renunciando, a CONTRATADA, o direito de reivindicar custos adicionais.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Consórcio Regional de Saúde, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo, bem como facilitar à **CONTRATANTE** todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, sob pena de rescisão contratual;

5.2. Executar os serviços ora contratados, nos termos estabelecidos no Processo Administrativo nº 001/2018, de acordo com a sua proposta de preço, e pelo período de vigência fixado neste Contrato, sob as penas da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;

5.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Consórcio Regional de Saúde. No caso de subcontratação autorizada pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da **CONTRATADA** ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**;

5.5. Aceitar nas mesmas condições **contratuais**, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.6. A **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

5.7. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.8. Sob nenhuma alegação a **CONTRATADA** poderá adiar ou interromper a execução dos serviços.

5.9. Prestar, quando solicitado, todos os esclarecimentos necessários à elucidação de dúvidas ocorridas no decorrer da administração contratual ou da aferição dos serviços prestados;

5.10. Dar ciência imediata ao CORESS/MT, acerca de qualquer problema que venha a surgir para a execução dos serviços;

5.11. Não subcontratar os serviços, sem que haja expressa e antecipada autorização da Contratante.

5.12. Atender as requisições do **CONTRATANTE**, fornecendo o objeto licitado na forma estipulada neste instrumento, principalmente quanto ao prazo de entrega;

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Cumprir obrigatoriamente todas as cláusulas e obrigações estipuladas no presente contrato, sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2. Oferecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.3. Efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços prestados, nas condições e prazos acordados neste instrumento;

6.4. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.5. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

6.6. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.7. Acompanhar a prestação do serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão do mesmo; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações da Planilha Orçamentária;

6.8. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá vigência de 23 de março a 31 de dezembro de 2018, podendo ser antecipado mediante o cumprimento total do objeto contratado ou se houver necessidade unilateral da CONTRATANTE.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 5 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária.

7.2.1. A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela CONTRATANTE;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório.

7.4. O prazo de início da execução do serviço, objeto da presente licitação, não poderá ser superior a 02 (dois) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

7.5. O presente contrato pode ser prorrogado pelas partes por períodos sucessivos até atingir o prazo máximo de vigência 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

7.5.1 – A prorrogação do prazo de execução, mesmo devidamente justificada, somente será autorizada havendo concordância entre CONTRATADA e CONTRATANTE, mediante lavratura de Termo Aditivo.

7.6. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

8.1.1. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

8.1.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

8.1.3. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo inclusive a Regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), Estadual e Municipal, do domicílio sede da CONTRATADA.

8.1.3.1. O Contribuinte Individual fará prova de regularidade perante a Previdência Social mediante a apresentação Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI).

8.2. O pagamento será efetuado pelo Consórcio Regional de Saúde, até o 2º (segundo) dia útil subsequente ao dia de prestação de serviços, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 8.1**, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora;**

8.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços prestados a este Consórcio, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

8.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

10.1. A **Contratante** se reserva ao direito de sustar pagamentos devidos à **ContratadA**, nos seguintes casos:

I – irregularidades constatadas pela fiscalização do CORESS/MT;

II – obrigações da **Contratada** com terceiros, que possam afetar os interesses da **Contratante**;

III – inadimplência total ou parcial da **Contratada**, no cumprimento e execução do aqui ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93.

11.1.2. Por acordo das partes:

a) A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Parágrafo Único: Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A **Contratante** poderá rescindir o presente contrato, se assim determinar o superior interesse Público, sem que incorra em qualquer penalidade, pagando à **CONTRATADA**, os serviços executados se os mesmos tiverem de acordo com o exigido.

§ 1º. A **Contratante** poderá rescindir, unilateralmente, o presente contrato, independentemente da notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, perdendo a **Contratada**, as garantias e retenções efetivadas nas seguintes condições:

I – descumprimento parcial ou total das cláusulas aqui acordadas, que causem evidentes prejuízos aos interesses da **Contratante**;

II – inobservância das normas e especificações;

III – subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, cessão, a qualquer título da contratação sem garantias, negociação de duplicatas, referentes a faturas emitidas, com estabelecimentos financeiros ou com terceiros, sem prévia e expressa autorização da **Contratante**;

IV – cometer qualquer fraude;

V – reiterada constatação pela fiscalização de má-fé, incapacidade técnica, financeira ou administrativa;

VI – deixar de iniciar os trabalhos de execução dos serviços, sem justo motivo, devidamente comprovado no prazo de 10 (dez) dias, após entrega da primeira Ordem de Serviços;

VII – interromper os trabalhos sem justo motivo, devidamente comprovado, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;

VIII – no interesse da **CONTRATANTE**;

§ 2º. Antes de ser declarada inadimplente, a parte será notificada pela outra, para dar cumprimento à Cláusula ou dispositivo contratual violado.

§ 3º. Exceto no caso de rescisão por mútuo acordo, não caberá à **ContratadA**, nenhuma espécie de indenização, ficando ainda estabelecido que, mesmo naquele caso, a **Contratante** não pagará indenização àquele por encargos resultantes da legislação trabalhista, e da previdência social, bem como aqueles decorrentes de atos ilícitos, praticados por ela, por seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES

13.1. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços contratados, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e lucros cessantes, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

I – suspensão do direito de licitar com a **Contratante**, pelo prazo que esta fixar, em função da natureza e da gravidade da falta cometida, não podendo, em nenhuma hipótese, ser superior em 01 (um) ano;

II – declaração de inidoneidade para licitar com a **Contratante**, considerados, para tanto, a reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade;

III – multas conforme o previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplica-se a este contrato a seguinte legislação:

a) Este Contrato vincula-se ao Pregão Presencial n.° 001/2018, oriundo do Processo Administrativo n.° 001/2018**,** regulando-se pelas suas Cláusulas e preceitos do Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, obrigando-se as partes a executar fielmente os dispostos neste instrumento.

b) A legislação aplicável à execução deste Contrato e especialmente nos casos omissos será a Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

15.1. Considera-se parte integrante deste Contrato, os seguintes documentos:

a) a Pregão Presencial n.º 001/2018, Processo Administrativo nº 001/2018, bem como seus anexos;

b) a Proposta de Preços apresentada na licitação pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	02
Unidade:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	001
Função:	Saúde	10
Sub Função:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Complemento as Ações do SUS	7030
Projeto/Atividade:	Manutenção e encargos com o CORESS/MT	2002
Elemento de Despesa:	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	33.90.39.00.00.00
Sub Elemento	Serviços Gráficos	6300

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) a **CONTRATADA** obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar;

b) é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

c) é defeso à **CONTRATADA** ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO

19.1. As partes contratantes elegemo Foro da Comarca de Rondonópolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei n. 8.666 de 21/06/93.

Rondonópolis/MT, 23 de março de 2018.

FÁBIO SCHROETER Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT - **CONTRATANTE**	**MARLOS PEREIRA DE REZENDE - ME** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 005/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SERVÍÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT E A EMPRESA CLINICA MEDICA MEDINA LTDA, DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2018, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 001/2018 E EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NA LEI 8.666/93 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

O **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** constituído sobre a forma jurídica de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.º 05.238.413/0001-22, com sede localizada a Rua Fernando Correa da Costa, nº 637, Centro, nesta cidade de Rondonópolis/MT, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. **FÁBIO SCHROETER**, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Campo Verde/MT, portador do RG sob o n.º 3296068 SSP/PR e inscrito no CPF sob n.º 346.080.601-04, residente e domiciliado à Rua Tupi, nº 254, bairro Vale do Sol, no Município de Campo Verde/MT, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **CLINICA MEDICA MEDINA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 11.157.515/0001-16, com sede à Rua Rua Severino Botelho de Melo, nº 494, sala 07, Centro, no Município de Alto Araguaia/MT, CEP: 78.780-000, neste ato representada por **LUIZ EDUARDO LAZARO MEDINA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob n.º 437.129.166-04, doravante designado **CONTRATADA**, considerando o cumprimento do estabelecido na Proposta apresentada ao Pregão Presencial N.º 001/2018, oriundo do PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 001/2018 e em observância ao disposto na Lei n.º 8.666/93 e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a:**Contratação de Empresa especializada para a prestação de serviços de Consultas de Pediatria, a serem realizadas no Hospital Municipal Deputado Cacildo Hugueney, durante o exercício de 2018, mediante Pregão Presencial**, conforme descrição e valores constantes na cláusula quarta deste Instrumento e de acordo com as especificações e demais condições constantes no Termo de Referencia Nº 001/2018 que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra, no Processo Administrativo n.º 001/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este contrato se consubstancia no procedimento licitatório realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.º 001/2018, com fundamento na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, e nas convenções estabelecidas neste instrumento, conforme autorização da Autoridade Competente, Conselheiro Presidente FÁBIO SCHROETER, disposta no Processo Administrativo N.º 001/2018-CORESS/MT.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços, conforme condições e especificações constantes no Processo Administrativo n.º 001/2018.

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Pregão Presencial nº. 001/2018 e seus anexos.

3.3. Os serviços a que se refere o presente instrumento deverão ser prestados nos **Hospital Municipal Deputado Cacildo Hugueney**, sendo que todo o material necessário na realização dos **serviços contratados** será de responsabilidade da **CONTRATADA**.

3.4. O regime de execução deste instrumento será o de prestação de serviços em empreitada por preço unitário, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, alínea 'b' da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

CÓDIGO TCE	ESPECIALIDADE MÉDICA	TIPO	MUNICÍPIO DE ATENDIMENTO	QUANT. MENSAL	QUANT. TOTAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL (10 MESES)
0004614	PEDIATRIA	CONSULTA	ALTO ARAGUAIA	120	1.200	R$120,00	R$ 144.000,00

4.1.1. O valor total do presente contrato será de **R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais).**

4.1.2. No preço acima estipulado, estão incluídos os materiais, serviços, encargos e tributos relativos ao objeto deste contrato, renunciando, a CONTRATADA, o direito de reivindicar custos adicionais.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Consórcio Regional de Saúde, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo, bem como facilitar à **CONTRATANTE** todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, sob pena de rescisão contratual;

5.2. Executar os serviços ora contratados, nos termos estabelecidos no Processo Administrativo nº 001/2018, de acordo com a sua proposta de preço, e pelo período de vigência fixado neste Contrato, sob as penas da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;

5.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Consórcio Regional de Saúde. No caso de subcontratação autorizada pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da **CONTRATADA** ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**;

5.5. Aceitar nas mesmas condições **contratuais**, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.6. A **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

5.7. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.8. Sob nenhuma alegação a **CONTRATADA** poderá adiar ou interromper a execução dos serviços.

5.9. Prestar, quando solicitado, todos os esclarecimentos necessários à elucidação de dúvidas ocorridas no decorrer da administração contratual ou da aferição dos serviços prestados;

5.10. Dar ciência imediata ao CORESS/MT, acerca de qualquer problema que venha a surgir para a execução dos serviços;

5.11. Não subcontratar os serviços, sem que haja expressa e antecipada autorização da Contratante.

5.12. Atender as requisições do **CONTRATANTE**, fornecendo o objeto licitado na forma estipulada neste instrumento, principalmente quanto ao prazo de entrega;

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Cumprir obrigatoriamente todas as cláusulas e obrigações estipuladas no presente contrato, sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2. Oferecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.3. Efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços prestados, nas condições e prazos acordados neste instrumento;

6.4. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.5. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

6.6. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.7. Acompanhar a prestação do serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão do mesmo; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações da Planilha Orçamentária;

6.8. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá vigência de 23 de março a 31 de dezembro de 2018, podendo ser antecipado mediante o cumprimento total do objeto contratado ou se houver necessidade unilateral da CONTRATANTE.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 5 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária.

7.2.1. A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela CONTRATANTE;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório.

7.4. O prazo de início da execução do serviço, objeto da presente licitação, não poderá ser superior a 02 (dois) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

7.5. O presente contrato pode ser prorrogado pelas partes por períodos sucessivos até atingir o prazo máximo de vigência 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

7.5.1 – A prorrogação do prazo de execução, mesmo devidamente justificada, somente será autorizada havendo concordância entre CONTRATADA e CONTRATANTE, mediante lavratura de Termo Aditivo.

7.6. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

8.1.1. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

8.1.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

8.1.3. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo inclusive a Regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), Estadual e Municipal, do domicílio sede da CONTRATADA.

8.1.3.1. O Contribuinte Individual fará prova de regularidade perante a Previdência Social mediante a apresentação Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI).

8.2. O pagamento será efetuado pelo Consórcio Regional de Saúde, até o 2º (segundo) dia útil subsequente ao dia de prestação de serviços, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 8.1**, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora;**

8.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços prestados a este Consórcio, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

8.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

10.1. A **Contratante** se reserva ao direito de sustar pagamentos devidos à **ContratadA**, nos seguintes casos:

I – irregularidades constatadas pela fiscalização do CORESS/MT;

II – obrigações da **Contratada** com terceiros, que possam afetar os interesses da **Contratante**;

III – inadimplência total ou parcial da **Contratada**, no cumprimento e execução do aqui ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93.

11.1.2. Por acordo das partes:

a) A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Parágrafo Único: Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A **Contratante** poderá rescindir o presente contrato, se assim determinar o superior interesse Público, sem que incorra em qualquer penalidade, pagando à **CONTRATADA**, os serviços executados se os mesmos tiverem de acordo com o exigido.

§ 1º. A **Contratante** poderá rescindir, unilateralmente, o presente contrato, independentemente da notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, perdendo a **Contratada**, as garantias e retenções efetivadas nas seguintes condições:

I – descumprimento parcial ou total das cláusulas aqui acordadas, que causem evidentes prejuízos aos interesses da **Contratante**;

II – inobservância das normas e especificações;

III – subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, cessão, a qualquer título da contratação sem garantias, negociação de duplicatas, referentes a faturas emitidas, com estabelecimentos financeiros ou com terceiros, sem prévia e expressa autorização da **Contratante**;

IV – cometer qualquer fraude;

V – reiterada constatação pela fiscalização de má-fé, incapacidade técnica, financeira ou administrativa;

VI – deixar de iniciar os trabalhos de execução dos serviços, sem justo motivo, devidamente comprovado no prazo de 10 (dez) dias, após entrega da primeira Ordem de Serviços;

VII – interromper os trabalhos sem justo motivo, devidamente comprovado, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;

VIII – no interesse da **CONTRATANTE**;

§ 2º. Antes de ser declarada inadimplente, a parte será notificada pela outra, para dar cumprimento à Cláusula ou dispositivo contratual violado.

§ 3º. Exceto no caso de rescisão por mútuo acordo, não caberá à **ContratadA**, nenhuma espécie de indenização, ficando ainda estabelecido que, mesmo naquele caso, a **Contratante** não pagará indenização àquele por encargos resultantes da legislação trabalhista, e da previdência social, bem como aqueles decorrentes de atos ilícitos, praticados por ela, por seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES

13.1. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços contratados, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e lucros cessantes, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

I – suspensão do direito de licitar com a **Contratante**, pelo prazo que esta fixar, em função da natureza e da gravidade da falta cometida, não podendo, em nenhuma hipótese, ser superior em 01 (um) ano;

II – declaração de inidoneidade para licitar com a **Contratante**, considerados, para tanto, a reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade;

III – multas conforme o previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplica-se a este contrato a seguinte legislação:

a) Este Contrato vincula-se ao Pregão Presencial n.° 001/2018, oriundo do Processo Administrativo n.° 001/2018**,** regulando-se pelas suas Cláusulas e preceitos do Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, obrigando-se as partes a executar fielmente os dispostos neste instrumento.

b) A legislação aplicável à execução deste Contrato e especialmente nos casos omissos será a Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

15.1. Considera-se parte integrante deste Contrato, os seguintes documentos:

a) a Pregão Presencial n.º 001/2018, Processo Administrativo nº 001/2018, bem como seus anexos;

b) a Proposta de Preços apresentada na licitação pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	02
Unidade:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	001
Função:	Saúde	10
Sub Função:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Complemento as Ações do SUS	7030
Projeto/Atividade:	Manutenção e encargos com o CORESS/MT	2002
Elemento de Despesa:	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	33.90.39.00.00.00
Sub Elemento	Serviços Gráficos	6300

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) a **CONTRATADA** obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar;

b) é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

c) é defeso à **CONTRATADA** ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO

19.1. As partes contratantes elegemo Foro da Comarca de Rondonópolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei n. 8.666 de 21/06/93.

Rondonópolis/MT, 23 de março de 2018.

FÁBIO SCHROETER Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT - **CONTRATANTE**	**CLINICA MEDICA MEDINA LTDA CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 006/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT E A EMPRESA ESTELA MARIS MOREIRA COSTA - ME, DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018 E EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NAS LEIS N.° 10.520/02 E 8.666/93 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

O **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** constituído sobre a forma jurídica de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.º 05.238.413/0001-22, com sede sito à Rua Fernando Correa da Costa, n.º 637, Centro A, nesta cidade de Rondonópolis/MT, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. **NELSON ANTÔNIO PAIM**, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Poxoréu/MT, portador do RG n.º 68190-1 e inscrito no CPF sob n.º522.597.811-87 residente e domiciliado na Rua Monteiro Lobato, nº 33, Novo Horizonte, em Poxoréu/MT, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **ESTELA MARIS MOREIRA COSTA - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º15.331.492/0001-75, com sede à Avenida Governador Júlio José de Campos, n.°1562, consultório 02, bairro Parque Sagrada Família, no Município de Rondonópolis/MT, neste ato representada por **ESTELA MARIS MOREIRA COSTA**, brasileiro (a) , casado(a), portador(a) do RG n.º12307980 SSP-MT, inscrito(a) no CPF sob n.º856.476.911-53, residente e domiciliado(a) na Rua A-12B, n.°65,Edificio Iluminatto, Apto 501, bairro Parque Sagrada Família no Município de Rondonópolis/MT, doravante designado (a) **CONTRATADA**, considerando o cumprimento do estabelecido na Proposta apresentada ao Pregão Presencial nº 005/2018, oriunda do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018** e em observância ao disposto na Lei n.º 8.666/93 e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a: **Consulta com cardiologista, Exame Mapa, Exame Holter, Laudo Eletrocardiograma,** conforme descrição e valores constantes na cláusula quarta deste Instrumento e de acordo com as especificações e demais condições constantes no **Termo de Referência nº 005/2018** que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este contrato se consubstancia no procedimento licitatório realizado na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2018**, com fundamento nas Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, e nas convenções estabelecidas neste instrumento, conforme autorização da Autoridade Competente, Conselheiro Presidente **NELSON ANTÔNIO PAIM**, disposta no **Processo Administrativo Nº 005/2018-CORESS/MT**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços, conforme condições e especificações constantes no **Termo de Referência nº 005/2018.**

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial nº 005/2018** e seus anexos.

3.3. Os serviços a que se refere o presente instrumento deverão ser realizados nos **Hospitais, clínicas, consultórios dos licitantes, bem como nas dependências do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso.**

3.4. O regime de execução deste instrumento será o de prestação de serviços em empreitada por preço unitário, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, alínea 'b' da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

COD TCE	ESPECIALIDADE MÉDICA	TIPO	MUNICÍPIO DE ATENDIMENTO	QUANT. MENSAL	QUANT. TOTAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL (09 MESES)
0004216	CONSULTA COM CARDIOLOGISTA	CONSULTA	RONDONÓPOLIS	140	1.260	60,00	75.600,00
	EXAMES						
0000231	MAPA	EXAME	RONDONÓPOLIS	30	270	115,00	31.050,00
0000233	HOLTER	EXAME	RONDONÓPOLIS	30	270	125,00	33.750,00
336837-8	LAUDO ELETROCARDIOGRAMA - ECG	EXAME	RONDONÓPOLIS	100	900	20,00	18.000,00

4.1.1. O valor total do presente contrato será de R$ 158.400,00 (Cento cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)**.**

4.1.2. No preço acima estipulado, estão incluídos os materiais, serviços, encargos e tributos relativos ao objeto deste contrato, renunciando, a **CONTRATADA**, o direito de reivindicar custos adicionais.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Consórcio Regional de Saúde, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo, bem como facilitar à CONTRATANTE todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, sob pena de rescisão contratual;

5.2. Executar os serviços ora contratados, nos termos estabelecidos no Edital de Licitação eseus anexos, especialmente os previstos no **Termo de Referência nº 005/2018**, **de acordo com a sua proposta de preço, e pelo período de vigência fixado neste Contrato, sob as penas da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;**

5.3. Realizar somente consultas devidamente agendadas pela Central de Regulação deste Consórcio, uma vez que o mesmo não se responsabilizará pelos atendimentos realizados sem a devida autorização;

5.4. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Consórcio Regional de Saúde. No caso de subcontratação autorizada pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da **CONTRATADA** ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**;

5.6. Cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação a empregados de fornecedores contratados;

5.7. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do CORESS/MT;

5.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.9. A **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

5.10. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.11. A **CONTRATADA** terá como médico responsável pela realização dos atendimentos objeto deste instrumento o Dra. **ESTELA MARIS MOREIRA COSTA**, com registro no CRM/MT sob o n.º0001719-MT, assumindo os ônus decorrentes do vínculo trabalhista, sendo de sua única e exclusiva responsabilidade as infrações ou multas que lhe forem impostas;

5.12. Sob nenhuma alegação a **CONTRATADA** poderá adiar ou interromper a execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Cumprir obrigatoriamente todas as cláusulas e obrigações estipuladas no presente contrato, sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2. Oferecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.3. Efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços prestados, nas condições e prazos acordados neste instrumento;

6.4. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.5. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, fixando prazo para sua correção;

6.6. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.7. Acompanhar a prestação do serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste oususpensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

6.8. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá vigência de 09 (nove) meses, a contar da data de sua assinatura**, podendo ser antecipado mediante o cumprimento total do objeto contratado ou se houver necessidade unilateral da** CONTRATANTE.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 5 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária.

7.2.1. **A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desdeque ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela** CONTRATANTE;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, medianteapresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório.

7.4. O prazo de início da execução do serviço, objeto da presente licitação, não poderá ser superior a 02 (dois) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

7.5. **O presente contrato pode ser prorrogado** pelas partes por períodos sucessivos até atingir o prazo máximo de vigência 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

7.5.1 **– A prorrogação do prazo de execução, mesmo devidamente justificada, somente será autorizada havendo concordância entre** CONTRATADA e CONTRATANTE**, mediante lavratura de Termo Aditivo.**

7.6. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s),emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

8.1.1. **Cópia do Registro Obrigatório de Atendimentos – ROAs, devidamente assinado e carimbado pelo profissional responsável pela execução dos serviços;**

8.1.2. **Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;**

8.1.3. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;**

8.1.4. **Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo inclusive a Regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), Estadual e Municipal, do domicílio sede da CONTRATADA.**

8.1.4.1. **O Contribuinte Individual fará prova de regularidade perante a Previdência Social mediante a apresentação Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI).**

8.2. O pagamento será efetuado pelo Consórcio Regional de Saúde mensalmente, até o 30º (trigésimo) dia útil subsequente ao mês de prestação de serviços, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentoscomprobatórios, conforme indicado no subitem 8.1, mediante ordem bancária, emitida através doBanco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

8.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviçosprestados a este Consórcio, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

8.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidasa contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5. O valor mensal deverá variar de acordo com o número de atendimentos efetivamente realizados.

8.5.1 Fica estabelecido que, para que não haja prejuízo à administração pública, só serão pagos as **cirurgias efetivamente realizadas e os serviços prestados**, sob pena de se causar enriquecimento ilícito da CONTRATADA.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma dassituações acima especificadas.

8.7. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

10.1. A **Contratante** se reserva ao direito de sustar pagamentos devidos à **ContratadA**, nos seguintes casos:

I – irregularidades constatadas pela fiscalização do CORESS/MT;

II – obrigações da **Contratada** com terceiros, que possam afetar os interesses da **Contratante**;

III – inadimplência total ou parcial da **Contratada**, no cumprimento e execução do aqui ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93.

11.1.2. Por acordo das partes:

a) A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Parágrafo Único: Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A **Contratante** poderá rescindir o presente contrato, se assim determinar o superior interesse Público, sem que incorra em qualquer penalidade, pagando à **CONTRATADA**, os serviços executados se os mesmos tiverem de acordo com o exigido.

§ 1º. A **Contratante** poderá rescindir, unilateralmente, o presente contrato, independentemente da notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, perdendo a **Contratada**, as garantias e retenções efetivadas nas seguintes condições:

I – descumprimento parcial ou total das cláusulas aqui acordadas, que causem evidentes prejuízos aos interesses da **Contratante**;

II – inobservância das normas e especificações;

III – subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, cessão, a qualquer título da contratação sem garantias, negociação de duplicatas, referentes a faturas emitidas, com estabelecimentos financeiros ou com terceiros, sem prévia e expressa autorização da **Contratante**;

IV – cometer qualquer fraude;

V – reiterada constatação pela fiscalização de má-fé, incapacidade técnica, financeira ou administrativa;

VI – deixar de iniciar os trabalhos de execução dos serviços, sem justo motivo, devidamente comprovado no prazo de 10 (dez) dias, após entrega da primeira Ordem de Serviços;

VII – interromper os trabalhos sem justo motivo, devidamente comprovado, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;

VIII – no interesse da **CONTRATANTE**;

§ 2º. Antes de ser declarada inadimplente, a parte será notificada pela outra, para dar cumprimento à Cláusula ou dispositivo contratual violado.

§ 3º. Exceto no caso de rescisão por mútuo acordo, não caberá à **ContratadA**, nenhuma espécie de indenização, ficando ainda estabelecido que, mesmo naquele caso, a **Contratante** não pagará indenização àquele por encargos resultantes da legislação trabalhista, e da previdência social, bem como aqueles decorrentes de atos ilícitos, praticados por ela, por seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES

13.1. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços contratados, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e lucros cessantes, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

I – suspensão do direito de licitar com a **Contratante**, pelo prazo que esta fixar, em função da natureza e da gravidade da falta cometida, não podendo, em nenhuma hipótese, ser superior em 01 (um) ano;

II – declaração de inidoneidade para licitar com a **Contratante**, considerados, para tanto, a reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade;

III – multas conforme o previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplica-se a este contrato a seguinte legislação:

a) Este Contrato vincula-se ao **PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2018**, oriunda do **Processo Administrativo n° 006/2018,** regulando-se pelas suas Cláusulas e preceitos do Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, obrigando-se as partes a executar fielmente os dispostos neste instrumento.

b) A legislação aplicável à execução deste Contrato e especialmente nos casos omissos será a Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

15.1. Considera-se parte integrante deste Contrato, os seguintes documentos:

a) o Edital do Pregão Presencial nº 005/2018 e o **Termo de Referência nº 005/2018**, bem como seus anexos;

b) a Proposta de Preços apresentada na licitação pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	02
Unidade:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	001
Função:	Saúde	10
Sub Função:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Complemento as Ações do SUS	7030
Projeto/Atividade:	Manutenção e encargos com o CORESS/MT	2002
Elemento de Despesa:	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) a **CONTRATADA** obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar;

b) é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

c) é defeso à **CONTRATADA** ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Ficará responsável pela fiscalização da execução dos serviços objeto do contrato a funcionária pública, Sr.ª **CRISTIANE DA COSTA AGUIAR KOLLING**, nomeada como Fiscal de Contratos, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das prestações de serviços, que tudo dará ciência à Administração e ao CORESS/MT, conforme art. 67, da lei nº 8666/93, com suas ulteriores alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO

20.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Rondonópolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei n. 8.666 de 21/06/93.

Rondonópolis/MT, 17 de Abril de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT **CONTRATANTE**	**ESTELA MARIS MOREIRA COSTA - ME** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 007/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT E A EMPRESA MENEGAZ SERVIÇOS DE MEDICINA LTDA - ME, DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018 E EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NAS LEIS N.° 10.520/02 E 8.666/93 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

O **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** constituído sobre a forma jurídica de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.º 05.238.413/0001-22, com sede sito à Rua Fernando Correa da Costa, n.º 637, Centro A, nesta cidade de Rondonópolis/MT, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. **NELSON ANTÔNIO PAIM**, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Poxoréu/MT, portador do RG n.º 68190-1 e inscrito no CPF sob n.º522.597.811-87 residente e domiciliado na Rua Monteiro Lobato, nº 33, Novo Horizonte, em Poxoréu/MT, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **MENEGAZ SERVIÇOS DE MEDICINA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º15.108.609/0001-56, com sede à Avenida Joaquim de Oliveira, n.°1562, consultório 02, bairro Parque Sagrada Família, no Município de Rondonópolis/MT, neste ato representada pela Sr.ª **RUBIANA MONTEIRO ALVES MENEGAZ**, brasileiro (a) , casado(a), portador(a) do RG n.º MG-7.514.433 SSP-MG, inscrito(a) no CPF sob n.º029.936.376-73, residente e domiciliado(a) na Avenida Joaquim de Oliveira, nº.2001, Apto 504, Edifício Aurora Boreal II, no Município de Rondonópolis/MT, doravante designado (a) **CONTRATADA**, considerando o cumprimento do estabelecido na Proposta apresentada ao Pregão Presencial nº 005/2018, oriunda do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018** e em observância ao disposto na Lei n.º 8.666/93 e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a: **Consulta com Mastologista, Exame CORE/US Biopsia Percutania com Agulha Fina, Exame PAAF/US Punção Aspirativa com agulha Fina Guiada por USG, Exame PAAF/US Punção Aspirativa com Agulha Fina a Mão Livre, Exame Marcação por fio Metálico de Lesão não Palpável, Procedimento Cirurgia de Pequeno Porte, Procedimento Cirurgia de Médio Porte, Procedimento Cirurgia de Grande Porte,** conforme descrição e valores constantes na cláusula quarta deste Instrumento e de acordo com as especificações e demais condições constantes no **Termo de Referência nº 005/2018** que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este contrato se consubstancia no procedimento licitatório realizado na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2018**, com fundamento nas Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, e nas convenções estabelecidas neste instrumento, conforme autorização da Autoridade Competente, Conselheiro Presidente **NELSON ANTÔNIO PAIM**, disposta no **Processo Administrativo Nº 005/2018-CORESS/MT**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços, conforme condições e especificações constantes no **Termo de Referência nº 005/2018.**

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial nº 005/2018** e seus anexos.

3.3. Os serviços a que se refere o presente instrumento deverão ser realizados nos **Hospitais, clínicas, consultórios dos licitantes, bem como nas dependências do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso.**

3.4. O regime de execução deste instrumento será o de prestação de serviços em empreitada por preço unitário, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, alínea 'b' da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

COD TCE	ESPECIALIDADE MÉDICA	TIPO	MUNICÍPIO DE ATENDIMENTO	QUANT. MENSAL	QUANT. TOTAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL (09 MESES)
0004561	CONSULTA COM MASTOLOGISTA	CONSULTA	RONDONÓPOLIS	120	1.080	70,00	75.600,00
	EXAMES						
311387-6	CORE/US BIOPSIA PERCUTANIA COM AGULHA FINA	EXAME	RONDONÓPOLIS	20	180	440,00	79.200,00
309609-2	PAAF/US PUNÇÃO ASPIRATIVA COM AGULHA FINA GUIADA POR USG	EXAME	RONDONÓPOLIS	50	450	330,00	148.500,00
311389-2	PAAF/US PUNÇÃO ASPIRATIVA COM AGULHA FINA A MÃO LIVRE	EXAME	RONDONÓPOLIS	20	180	110,00	19.800,00
386673-9	MARCAÇÃO POR FIO METÁLICO DE LESÃO NÃO PALPAVEL	EXAME	RONDONÓPOLIS	20	180	330,00	59.400,00
	PROCEDIMENTOS						
00010723	CIR. PEQUENO PORTE	PROCEDIMENTO	RONDONÓPOLIS	4	36	330,00	11.880,00
00010722	CIR. MEDIO PORTE	PROCEDIMENTO	RONDONÓPOLIS	6	54	440,00	23.760,00
00010721	CIR. GRANDE PORTE	PROCEDIMENTO	RONDONÓPOLIS	4	36	770,00	27.720,00

4.1.1. O valor total do presente contrato será de R$ 445.860,00 (Quatrocentos quarenta e cinco mil, oitocentos e sessenta reais).

4.1.2. No preço acima estipulado, estão incluídos os materiais, serviços, encargos e tributos relativos ao objeto deste contrato, renunciando, a **CONTRATADA**, o direito de reivindicar custos adicionais.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Consórcio Regional de Saúde, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo, bem como facilitar à CONTRATANTE todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, sob pena de rescisão contratual;

5.2. Executar os serviços ora contratados, nos termos estabelecidos no Edital de Licitação eseus anexos, especialmente os previstos no **Termo de Referência nº 005/2018**, de acordo com a sua proposta de preço, e pelo período de vigência fixado neste Contrato, sob as penas da Lei Federal n.º 8. 666/93 e suas alterações posteriores;

5.3. Realizar somente consultas devidamente agendadas pela Central de Regulação deste Consórcio, uma vez que o mesmo não se responsabilizará pelos atendimentos realizados sem a devida autorização;

5.4. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Consórcio Regional de Saúde. No caso de subcontratação autorizada pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da **CONTRATADA** ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**;

5.6. Cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação a empregados de fornecedores contratados;

5.7. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do CORESS/MT;

5.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.9. A **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

5.10. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.11. A **CONTRATADA** terá como médico responsável pela realização dos atendimentos objeto deste instrumento o Dr. **RENATO AUGUSTO MENEGAZ**, com registro no CRM/MT sob o n.º 4278-MT, assumindo os ônus decorrentes do vínculo trabalhista, sendo de sua única e exclusiva responsabilidade as infrações ou multas que lhe forem impostas;

5.12. Sob nenhuma alegação a **CONTRATADA** poderá adiar ou interromper a execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Cumprir obrigatoriamente todas as cláusulas e obrigações estipuladas no presente contrato, sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2. Oferecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.3. Efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços prestados, nas condições e prazos acordados neste instrumento;

6.4. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.5. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, fixando prazo para sua correção;

6.6. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.7. Acompanhar a prestação do serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste oususpensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

6.8. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá vigência de 09 (nove) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser antecipado mediante o cumprimento total do objeto contratado ou se houver necessidade unilateral da CONTRATANTE.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 5 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária.

7.2.1. A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desdeque ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela CONTRATANTE;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, medianteapresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório.

7.4. O prazo de início da execução do serviço, objeto da presente licitação, não poderá ser superior a 02 (dois) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

7.5. O presente contrato pode ser prorrogado pelas partes por períodos sucessivos até atingir o prazo máximo de vigência 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

7.5.1 – A prorrogação do prazo de execução, mesmo devidamente justificada, somente será autorizada havendo concordância entre CONTRATADA e CONTRATANTE, mediante lavratura de Termo Aditivo.

7.6. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s),emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

8.1.1. Cópia do Registro Obrigatório de Atendimentos – ROAs, devidamente assinado e carimbado pelo profissional responsável pela execução dos serviços;

8.1.2. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

8.1.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

8.1.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo inclusive a Regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), Estadual e Municipal, do domicílio sede da CONTRATADA.

8.1.4.1. O Contribuinte Individual fará prova de regularidade perante a Previdência Social mediante a apresentação Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI).

8.2. O pagamento será efetuado pelo Consórcio Regional de Saúde mensalmente, até o 30º (trigésimo) dia útil subsequente ao mês de prestação de serviços, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentoscomprobatórios, conforme indicado no subitem 8.1, mediante ordem bancária, emitida através doBanco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

8.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviçosprestados a este Consórcio, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

8.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidasa contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5. O valor mensal deverá variar de acordo com o número de atendimentos efetivamente realizados.

8.5.1 Fica estabelecido que, para que não haja prejuízo à administração pública, só serão pagos as **cirurgias efetivamente realizadas e os serviços prestados**, sob pena de se causar enriquecimento ilícito da CONTRATADA.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma dassituações acima especificadas.

8.7. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

10.1. A **Contratante** se reserva ao direito de sustar pagamentos devidos à **ContratadA**, nos seguintes casos:

I – irregularidades constatadas pela fiscalização do CORESS/MT;

II – obrigações da **Contratada** com terceiros, que possam afetar os interesses da **Contratante**;

III – inadimplência total ou parcial da **Contratada**, no cumprimento e execução do aqui ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93.

11.1.2. Por acordo das partes:

a) A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Parágrafo Único: Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A **Contratante** poderá rescindir o presente contrato, se assim determinar o superior interesse Público, sem que incorra em qualquer penalidade, pagando à **CONTRATADA**, os serviços executados se os mesmos tiverem de acordo com o exigido.

§ 1º. A **Contratante** poderá rescindir, unilateralmente, o presente contrato, independentemente da notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, perdendo a **Contratada**, as garantias e retenções efetivadas nas seguintes condições:

I – descumprimento parcial ou total das cláusulas aqui acordadas, que causem evidentes prejuízos aos interesses da **Contratante**;

II – inobservância das normas e especificações;

III – subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, cessão, a qualquer título da contratação sem garantias, negociação de duplicatas, referentes a faturas emitidas, com estabelecimentos financeiros ou com terceiros, sem prévia e expressa autorização da **Contratante**;

IV – cometer qualquer fraude;

V – reiterada constatação pela fiscalização de má-fé, incapacidade técnica, financeira ou administrativa;

VI – deixar de iniciar os trabalhos de execução dos serviços, sem justo motivo, devidamente comprovado no prazo de 10 (dez) dias, após entrega da primeira Ordem de Serviços;

VII – interromper os trabalhos sem justo motivo, devidamente comprovado, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;

VIII – no interesse da **CONTRATANTE**;

§ 2º. Antes de ser declarada inadimplente, a parte será notificada pela outra, para dar cumprimento à Cláusula ou dispositivo contratual violado.

§ 3º. Exceto no caso de rescisão por mútuo acordo, não caberá à **ContratadA**, nenhuma espécie de indenização, ficando ainda estabelecido que, mesmo naquele caso, a **Contratante** não pagará indenização àquele por encargos resultantes da legislação trabalhista, e da previdência social, bem como aqueles decorrentes de atos ilícitos, praticados por ela, por seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES

13.1. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços contratados, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e lucros cessantes, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

I – suspensão do direito de licitar com a **Contratante**, pelo prazo que esta fixar, em função da natureza e da gravidade da falta cometida, não podendo, em nenhuma hipótese, ser superior em 01 (um) ano;

II – declaração de inidoneidade para licitar com a **Contratante**, considerados, para tanto, a reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade;

III – multas conforme o previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplica-se a este contrato a seguinte legislação:

a) Este Contrato vincula-se ao **PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2018**, oriunda do **Processo Administrativo n° 006/2018,** regulando-se pelas suas Cláusulas e preceitos do Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, obrigando-se as partes a executar fielmente os dispostos neste instrumento.

b) A legislação aplicável à execução deste Contrato e especialmente nos casos omissos será a Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

15.1. Considera-se parte integrante deste Contrato, os seguintes documentos:

a) o Edital do Pregão Presencial nº 005/2018 e o **Termo de Referência nº 005/2018**, bem como seus anexos;

b) a Proposta de Preços apresentada na licitação pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	02
Unidade:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	001
Função:	Saúde	10
Sub Função:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Complemento as Ações do SUS	7030
Projeto/Atividade:	Manutenção e encargos com o CORESS/MT	2002

Elemento de Despesa:	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) a **CONTRATADA** obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar;

b) é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

c) é defeso à **CONTRATADA** ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Ficará responsável pela fiscalização da execução dos serviços objeto do contrato a funcionária pública, Sr.ª **CRISTIANE DA COSTA AGUIAR KOLLING**, nomeada como Fiscal de Contratos, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das prestações de serviços, que tudo dará ciência à Administração e ao CORESS/MT, conforme art. 67, da lei nº 8666/93, com suas ulteriores alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO

20.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Rondonópolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei n. 8.666 de 21/06/93.

Rondonópolis/MT, 17 de Abril de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT **CONTRATANTE**	**MENEGAZ SERVIÇOS DE MEDICINA LTDA - ME** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

NOME: NOME:

CPF:

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 008/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT E A EMPRESA HELIO CAVALCANTI GARCIA NETO - ME, DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018 E EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NAS LEIS N.° 10.520/02 E 8.666/93 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

O **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** constituído sobre a forma jurídica de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.º 05.238.413/0001-22, com sede sito à Rua Fernando Correa da Costa, n.º 637, Centro A, nesta cidade de Rondonópolis/MT, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. **NELSON ANTÔNIO PAIM**, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Poxoréu/MT, portador do RG n.º 68190-1 e inscrito no CPF sob n.º522.597.811-87 residente e domiciliado na Rua Monteiro Lobato, nº 33, Novo Horizonte, em Poxoréu/MT, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **HELIO CAVALCANTI GARCIA NETO - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º21.476.774/0001-63, com sede à Avenida GV 11, n.°04, bairro Granville, no Município de Rondonópolis/MT, neste ato representada pela Sr. **HELIO CAVALCANTI GARCIA NETO**, brasileiro (a) , casado(a), portador(a) do RG n.º 130.4473-7, órgão expedidor/UFMT, inscrito(a) no CPF sob n.º049.245.036-65, residente e domiciliado(a) na Avenida GV 11, n.°04, bairro Granville, no Município de Rondonópolis/MT, doravante designado (a) **CONTRATADA**, considerando o cumprimento do estabelecido na Proposta apresentada ao Pregão Presencial nº 005/2018, oriunda do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018** e em observância ao disposto na Lei n.º 8.666/93 e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a: **Consulta com Gastroenterologista,** conforme descrição e valores constantes na cláusula quarta deste Instrumento e de acordo com as especificações e demais condições constantes no **Termo de Referência nº 005/2018** que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este contrato se consubstancia no procedimento licitatório realizado na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2018**, com fundamento nas Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, e nas convenções estabelecidas neste instrumento, conforme autorização da Autoridade Competente, Conselheiro Presidente **NELSON ANTÔNIO PAIM**, disposta no **Processo Administrativo Nº 005/2018-CORESS/MT**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços, conforme condições e especificações constantes no **Termo de Referência nº 005/2018.**

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial nº 005/2018** e seus anexos.

3.3. Os serviços a que se refere o presente instrumento deverão ser realizados nos **Hospitais, clínicas, consultórios dos licitantes, bem como nas dependências do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso.**

3.4. O regime de execução deste instrumento será o de prestação de serviços em empreitada por preço unitário, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, alínea 'b' da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

COD TCE	ESPECIALIDADE MÉDICA	TIPO	MUNICÍPIO DE ATENDIMENTO	QUANT. MENSAL	QUANT. TOTAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL (09 MESES)
0004558	CONSULTA COM GASTROENTEROLOGISTA	CONSULTA	RONDONÓPOLIS	200	1.800	80,00	144.000,00

4.1.1. O valor total do presente contrato será de R$ 144.000,00 (Cento e quarenta e quatro mil reais).

4.1.2. No preço acima estipulado, estão incluídos os materiais, serviços, encargos e tributos relativos ao objeto deste contrato, renunciando, a **CONTRATADA**, o direito de reivindicar custos adicionais.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Consórcio Regional de Saúde, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo, bem como facilitar à CONTRATANTE todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, sob pena de rescisão contratual;

5.2. Executar os serviços ora contratados, nos termos estabelecidos no Edital de Licitação eseus anexos, especialmente os previstos no **Termo de Referência nº 005/2018**, **de acordo com a sua proposta de preço, e pelo período de vigência fixado neste Contrato, sob as penas da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;**

5.3. Realizar somente consultas devidamente agendadas pela Central de Regulação deste Consórcio, uma vez que o mesmo não se responsabilizará pelos atendimentos realizados sem a devida autorização;

5.4. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Consórcio Regional de Saúde. No caso de subcontratação autorizada pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da **CONTRATADA** ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**;

5.6. Cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação a empregados de fornecedores contratados;

5.7. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do CORESS/MT;

5.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.9. A **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

5.10. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.11. A **CONTRATADA** terá como médico responsável pela realização dos atendimentos objeto deste instrumento o Dr. **HELIO CAVALCANTI GARCIA NETO**, com registro no CRM/MT sob o n.º5971-MT, assumindo os ônus decorrentes do vínculo trabalhista, sendo de sua única e exclusiva responsabilidade as infrações ou multas que lhe forem impostas;

5.12. Sob nenhuma alegação a **CONTRATADA** poderá adiar ou interromper a execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Cumprir obrigatoriamente todas as cláusulas e obrigações estipuladas no presente contrato, sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2. Oferecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.3. Efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços prestados, nas condições e prazos acordados neste instrumento;

6.4. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.5. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, fixando prazo para sua correção;

6.6. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.7. Acompanhar a prestação do serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste oususpensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

6.8. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá vigência de 09 (nove) meses, a contar da data de sua assinatura**, podendo ser antecipado mediante o cumprimento total do objeto contratado ou se houver necessidade unilateral da** CONTRATANTE.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 5 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária.

7.2.1. **A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desdeque ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela** CONTRATANTE;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, medianteapresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório.

7.4. O prazo de início da execução do serviço, objeto da presente licitação, não poderá ser superior a 02 (dois) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

7.5. **O presente contrato pode ser prorrogado** pelas partes por períodos sucessivos até atingir o prazo máximo de vigência 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

7.5.1 **– A prorrogação do prazo de execução, mesmo devidamente justificada, somente será autorizada havendo concordância entre** CONTRATADA e CONTRATANTE**, mediante lavratura de Termo Aditivo.**

7.6. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s),emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

8.1.1. **Cópia do Registro Obrigatório de Atendimentos – ROAs, devidamente assinado e carimbado pelo profissional responsável pela execução dos serviços;**

8.1.2. **Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;**

8.1.3. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;**

8.1.4. **Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo inclusive a Regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), Estadual e Municipal, do domicílio sede da CONTRATADA.**

8.1.4.1. **O Contribuinte Individual fará prova de regularidade perante a Previdência Social mediante a apresentação Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI).**

8.2. O pagamento será efetuado pelo Consórcio Regional de Saúde mensalmente, até o 30º (trigésimo) dia útil subsequente ao mês de prestação de serviços, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentoscomprobatórios, conforme indicado no subitem 8.1, mediante ordem bancária, emitida através doBanco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

8.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviçosprestados a este Consórcio, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

8.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidasa contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5. O valor mensal deverá variar de acordo com o número de atendimentos efetivamente realizados.

8.5.1 Fica estabelecido que, para que não haja prejuízo à administração pública, só serão pagos as **cirurgias efetivamente realizadas e os serviços prestados**, sob pena de se causar enriquecimento ilícito da CONTRATADA.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma dassituações acima especificadas.

8.7. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

10.1. A **Contratante** se reserva ao direito de sustar pagamentos devidos à **ContratadA**, nos seguintes casos:

I – irregularidades constatadas pela fiscalização do CORESS/MT;

II – obrigações da **Contratada** com terceiros, que possam afetar os interesses da **Contratante**;

III – inadimplência total ou parcial da **Contratada**, no cumprimento e execução do aqui ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93.

11.1.2. Por acordo das partes:

a) A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Parágrafo Único: Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A **Contratante** poderá rescindir o presente contrato, se assim determinar o superior interesse Público, sem que incorra em qualquer penalidade, pagando à **CONTRATADA**, os serviços executados se os mesmos tiverem de acordo com o exigido.

§ 1º. A **Contratante** poderá rescindir, unilateralmente, o presente contrato, independentemente da notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, perdendo a **Contratada**, as garantias e retenções efetivadas nas seguintes condições:

I – descumprimento parcial ou total das cláusulas aqui acordadas, que causem evidentes prejuízos aos interesses da **Contratante**;

II – inobservância das normas e especificações;

III – subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, cessão, a qualquer título da contratação sem garantias, negociação de duplicatas, referentes a faturas emitidas, com estabelecimentos financeiros ou com terceiros, sem prévia e expressa autorização da **Contratante**;

IV – cometer qualquer fraude;

V – reiterada constatação pela fiscalização de má-fé, incapacidade técnica, financeira ou administrativa;

VI – deixar de iniciar os trabalhos de execução dos serviços, sem justo motivo, devidamente comprovado no prazo de 10 (dez) dias, após entrega da primeira Ordem de Serviços;

VII – interromper os trabalhos sem justo motivo, devidamente comprovado, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;

VIII – no interesse da **CONTRATANTE**;

§ 2º. Antes de ser declarada inadimplente, a parte será notificada pela outra, para dar cumprimento à Cláusula ou dispositivo contratual violado.

§ 3º. Exceto no caso de rescisão por mútuo acordo, não caberá à **ContratadA**, nenhuma espécie de indenização, ficando ainda estabelecido que, mesmo naquele caso, a **Contratante** não pagará indenização àquele por encargos resultantes da legislação trabalhista, e da previdência social, bem como aqueles decorrentes de atos ilícitos, praticados por ela, por seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES

13.1. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços contratados, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e lucros cessantes, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

I – suspensão do direito de licitar com a **Contratante**, pelo prazo que esta fixar, em função da natureza e da gravidade da falta cometida, não podendo, em nenhuma hipótese, ser superior em 01 (um) ano;

II – declaração de inidoneidade para licitar com a **Contratante**, considerados, para tanto, a reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade;

III – multas conforme o previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplica-se a este contrato a seguinte legislação:

a) Este Contrato vincula-se ao **PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2018**, oriunda do **Processo Administrativo n° 006/2018,** regulando-se pelas suas Cláusulas e preceitos do Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, obrigando-se as partes a executar fielmente os dispostos neste instrumento.

b) A legislação aplicável à execução deste Contrato e especialmente nos casos omissos será a Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

15.1. Considera-se parte integrante deste Contrato, os seguintes documentos:

a) o Edital do Pregão Presencial nº 005/2018 e o **Termo de Referência nº 005/2018**, bem como seus anexos;

b) a Proposta de Preços apresentada na licitação pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	02
Unidade:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	001
Função:	Saúde	10
Sub Função:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Complemento as Ações do SUS	7030
Projeto/Atividade:	Manutenção e encargos com o CORESS/MT	2002

Elemento de Despesa:	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) a **CONTRATADA** obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar;

b) é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

c) é defeso à **CONTRATADA** ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Ficará responsável pela fiscalização da execução dos serviços objeto do contrato a funcionária pública, Sr.ª **CRISTIANE DA COSTA AGUIAR KOLLING**, nomeada como Fiscal de Contratos, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das prestações de serviços, que tudo dará ciência à Administração e ao CORESS/MT, conforme art. 67, da lei nº 8666/93, com suas ulteriores alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO

20.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Rondonópolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei n. 8.666 de 21/06/93.

Rondonópolis/MT, 17 de Abril de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT **CONTRATANTE**	**HELIO CAVALCANTI GARCIA NETO - ME CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 002/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SERVÍÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT E A EMPRESA SOCIEDADE HOSPITALAR SÃO JOAO BATISTA, DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2018, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 003/2018 E EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NA LEI 8.666/93 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

O **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** constituído sobre a forma jurídica de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.º 05.238.413/0001-22, com sede localizada a Rua Fernando Correa da Costa, nº 637, Centro, nesta cidade de Rondonópolis/MT, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. **FÁBIO SCHROETER**, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Campo Verde/MT, portador do RG sob o n.º 3296068 SSP/PR e inscrito no CPF sob n.º 346.080.601-04, residente e domiciliado à Rua Tupi, nº 254, bairro Vale do Sol, no Município de Campo Verde/MT, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **SOCIEDADE HOSPITALAR SÃO JOAO BATISTA**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.128.118/0001-98, com sede à Avenida Brasil, s/n, Vila Cruzeiro, no Município de Poxoréu/MT, CEP: 78.800-000, neste ato representada por **OLINET APARECIDA MADALENA DA COSTA MAGNE**, brasileira, casada, portadora do RG n.º 0243229-3 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 172.267.081-91, residente e domiciliada na Rua Natal, nº 41, Bairro Jardim Poxoréo, no Município de Poxoréu/MT, doravante designado **CONTRATADA**, considerando o cumprimento do estabelecido na Proposta apresentada ao Pregão Presencial N. º 003/2018, oriundo do PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 003/2018 e em observância ao disposto na Lei n.º 8.666/93 e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a:**Contratação de Empresa especializada para a prestação de serviços de Exames de Radiografias, durante o exercício de 2018, *mediante Pregão Presencial***, conforme descrição e valores constantes na cláusula quarta deste Instrumento e de acordo com as especificações e demais condições constantes no Termo de Referencia Nº 003/2018 que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra, no Processo Administrativo n.º 003/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este contrato se consubstancia no procedimento licitatório realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.º 003/2018, com fundamento na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, e nas convenções estabelecidas neste instrumento, conforme autorização da Autoridade Competente, Conselheiro Presidente FÁBIO SCHROETER, disposta no Processo Administrativo N.º 003/2018-CORESS/MT.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços, conforme condições e especificações constantes no Processo Administrativo n.º 003/2018.

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Pregão Presencial nº. 003/2018 e seus anexos.

3.3. Os serviços a que se refere o presente instrumento deverão ser prestados nos consultórios, hospitais, clínicas e laboratórios próprios ou conveniados da **CONTRATADA**, sendo que todo o material necessário na realização dos serviços contratados será de responsabilidade da mesma.

3.4. O regime de execução deste instrumento será o de prestação de serviços em empreitada por preço unitário, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, alínea 'b' da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

CÓDIGO TCE	ESPECIALIDADE MÉDICA	TIPO	MUNICÍPIO DE ATENDIMENTO	QUANT. MENSAL	QUANT. TOTAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL (10 MESES)
304260-0	RAIO X TORAX	EXAME	POXOREU	5	50	R$ 46,00	R$ 2.300,00
304259-6	RAIO X TORAX PA/P	EXAME	POXOREU	5	50	R$ 46,00	R$ 2.300,00
00011081-1	RAIO X ARCOS COSTAIS - 1 INCIDÊNCIA	EXAME	POXOREU	5	50	R$ 46,00	R$ 2.300,00
0000248	RAIO X SEIOS DA FACE - 2 INCIDÊNCIAS	EXAME	POXOREU	5	50	R$ 46,00	R$ 2.300,00
304205-7	RAIO X CAVUN, LAT - HIRTZ OU BOCA ABERTA E FECHADA	EXAME	POXOREU	5	50	R$ 46,00	R$ 2.300,00
304065-8	RAIO X CRANIO (PA - LAT)	EXAME	POXOREU	10	100	R$ 46,00	R$ 4.600,00
0000249	RAIO X COLUNA CERVICAL (AP + P)	EXAME	POXOREU	10	100	R$ 46,00	R$ 4.600,00
304229-4	RAIO X COLUNA DORSAL (AP - LATERAL)	EXAME	POXOREU	10	100	R$ 46,00	R$ 4.600,00
304220-0	RAIO X COLUNA LOMBO SACRA - 3 INCIDÊNCIAS	EXAME	POXOREU	10	100	R$ 46,00	R$ 4.600,00
304224-3	RAIO X SACRO COCCIX - 4 INCIDÊNCIAS	EXAME	POXOREU	2	20	R$ 46,00	R$ 920,00
304234-0	RAIO X OMOPLATA OU ESCAPULA	EXAME	POXOREU	2	20	R$ 46,00	R$ 920,00
304233-2	RAIO X CLAVICULA - 2 INCIDÊNCIAS	EXAME	POXOREU	4	40	R$ 46,00	R$ 1.840,00
304238-3	RAIO X COTOVELO - 2 INCIDÊNCIAS	EXAME	POXOREU	2	20	R$ 46,00	R$ 920,00

4.1.1. O valor total do presente contrato será de **R$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais).**

4.1.2. No preço acima estipulado, estão incluídos os materiais, serviços, encargos e tributos relativos ao objeto deste contrato, renunciando, a CONTRATADA, o direito de reivindicar custos adicionais.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Consórcio Regional de Saúde, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo, bem como facilitar à **CONTRATANTE** todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, sob pena de rescisão contratual;

5.2. Executar os serviços ora contratados, nos termos estabelecidos no Processo Administrativo nº 003/2018, de acordo com a sua proposta de preço, e pelo período de vigência fixado neste Contrato, sob as penas da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;

5.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Consórcio Regional de Saúde. No caso de subcontratação autorizada pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da **CONTRATADA** ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**;

5.5. Aceitar nas mesmas condições **contratuais**, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.6. A **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

5.7. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.8. Sob nenhuma alegação a **CONTRATADA** poderá adiar ou interromper a execução dos serviços.

5.9. Prestar, quando solicitado, todos os esclarecimentos necessários à elucidação de dúvidas ocorridas no decorrer da administração contratual ou da aferição dos serviços prestados;

5.10. Dar ciência imediata ao CORESS/MT, acerca de qualquer problema que venha a surgir para a execução dos serviços;

5.11. Não subcontratar os serviços, sem que haja expressa e antecipada autorização da Contratante.

5.12. Atender as requisições do **CONTRATANTE**, fornecendo o objeto licitado na forma estipulada neste instrumento, principalmente quanto ao prazo de entrega;

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Cumprir obrigatoriamente todas as cláusulas e obrigações estipuladas no presente contrato, sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2. Oferecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.3. Efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços prestados, nas condições e prazos acordados neste instrumento;

6.4. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.5. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

6.6. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.7. Acompanhar a prestação do serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão do mesmo; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações da Planilha Orçamentária;

6.8. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá vigência de 23 de março a 31 de dezembro de 2018, podendo ser antecipado mediante o cumprimento total do objeto contratado ou se houver necessidade unilateral da CONTRATANTE.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 5 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária.

7.2.1. A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela CONTRATANTE;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório.

7.4. O prazo de início da execução do serviço, objeto da presente licitação, não poderá ser superior a 02 (dois) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

7.5. O presente contrato pode ser prorrogado pelas partes por períodos sucessivos até atingir o prazo máximo de vigência 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

7.5.1 – A prorrogação do prazo de execução, mesmo devidamente justificada, somente será autorizada havendo concordância entre CONTRATADA e CONTRATANTE, mediante lavratura de Termo Aditivo.

7.6. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

8.1.1. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

8.1.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

8.1.3. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo inclusive a Regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), Estadual e Municipal, do domicílio sede da CONTRATADA.

8.1.3.1. O Contribuinte Individual fará prova de regularidade perante a Previdência Social mediante a apresentação Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI).

8.2. O pagamento será efetuado pelo Consórcio Regional de Saúde, até o 2º (segundo) dia útil subsequente ao dia de prestação de serviços, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 8.1**, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora;**

8.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços prestados a este Consórcio, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

8.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

10.1. A **Contratante** se reserva ao direito de sustar pagamentos devidos à **ContratadA**, nos seguintes casos:

I – irregularidades constatadas pela fiscalização do CORESS/MT;

II – obrigações da **Contratada** com terceiros, que possam afetar os interesses da **Contratante**;

III – inadimplência total ou parcial da **Contratada**, no cumprimento e execução do aqui ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93.

11.1.2. Por acordo das partes:

a) A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Parágrafo Único: Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A **Contratante** poderá rescindir o presente contrato, se assim determinar o superior interesse Público, sem que incorra em qualquer penalidade, pagando à **CONTRATADA**, os serviços executados se os mesmos tiverem de acordo com o exigido.

§ 1º. A **Contratante** poderá rescindir, unilateralmente, o presente contrato, independentemente da notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, perdendo a **Contratada**, as garantias e retenções efetivadas nas seguintes condições:

I – descumprimento parcial ou total das cláusulas aqui acordadas, que causem evidentes prejuízos aos interesses da **Contratante**;

II – inobservância das normas e especificações;

III – subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, cessão, a qualquer título da contratação sem garantias, negociação de duplicatas, referentes a faturas emitidas, com estabelecimentos financeiros ou com terceiros, sem prévia e expressa autorização da **Contratante**;

IV – cometer qualquer fraude;

V – reiterada constatação pela fiscalização de má-fé, incapacidade técnica, financeira ou administrativa;

VI – deixar de iniciar os trabalhos de execução dos serviços, sem justo motivo, devidamente comprovado no prazo de 10 (dez) dias, após entrega da primeira Ordem de Serviços;

VII – interromper os trabalhos sem justo motivo, devidamente comprovado, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;

VIII – no interesse da **CONTRATANTE**;

§ 2º. Antes de ser declarada inadimplente, a parte será notificada pela outra, para dar cumprimento à Cláusula ou dispositivo contratual violado.

§ 3º. Exceto no caso de rescisão por mútuo acordo, não caberá à **ContratadA**, nenhuma espécie de indenização, ficando ainda estabelecido que, mesmo naquele caso, a **Contratante** não pagará indenização àquele por encargos resultantes da legislação trabalhista, e da previdência social, bem como aqueles decorrentes de atos ilícitos, praticados por ela, por seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES

13.1. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços contratados, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e lucros cessantes, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

I – suspensão do direito de licitar com a **Contratante**, pelo prazo que esta fixar, em função da natureza e da gravidade da falta cometida, não podendo, em nenhuma hipótese, ser superior em 01 (um) ano;

II – declaração de inidoneidade para licitar com a **Contratante**, considerados, para tanto, a reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade;

III – multas conforme o previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplica-se a este contrato a seguinte legislação:

a) Este Contrato vincula-se ao Pregão Presencial n.° 003/2018, oriundo do Processo Administrativo n.° 003/2018**,** regulando-se pelas suas Cláusulas e preceitos do Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, obrigando-se as partes a executar fielmente os dispostos neste instrumento.

b) A legislação aplicável à execução deste Contrato e especialmente nos casos omissos será a Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

15.1. Considera-se parte integrante deste Contrato, os seguintes documentos:

a) a Pregão Presencial n.º 003/2018, Processo Administrativo nº 003/2018, bem como seus anexos;

b) a Proposta de Preços apresentada na licitação pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	02
Unidade:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	001
Função:	Saúde	10
Sub Função:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Complemento as Ações do SUS	7030
Projeto/Atividade:	Manutenção e encargos com o CORESS/MT	2002
Elemento de Despesa:	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	33.90.39.00.00.00
Sub Elemento	Serviços Gráficos	6300

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) a **CONTRATADA** obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar;

b) é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

c) é defeso à **CONTRATADA** ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO

19.1. As partes contratantes elegemo Foro da Comarca de Rondonópolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei n. 8.666 de 21/06/93.

Rondonópolis/MT, 23 de março de 2018.

_____ **FÁBIO SCHROETER** Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT **CONTRATANTE**	_____ **SOCIEDADE HOSPITALAR SÃO JOÃO BATISTA** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 020/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT E A EMPRESA INSTITUTO DE NEFROLOGIA DE PRIMAVERA DO LESTE LTDA, DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2018, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 001/2018 E EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NAS LEIS N.° 10.520/02 E 8.666/93 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

O **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** constituído sobre a forma jurídica de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.º 05.238.413/0001-22, com sede sito à Rua Fernando Correa da Costa, n.º 637, Centro A, nesta cidade de Rondonópolis/MT, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. **NELSON ANTÔNIO PAIM**, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Poxoréu/MT, portador do RG n.º 68190-1 e inscrito no CPF sob n.º522.597.811-87 residente e domiciliado na Rua Monteiro Lobato, nº 33, Novo Horizonte, em Poxoréu/MT, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **INSTITUTO DE NEFROLOGIA DE PRIMAVERA DO LESTE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º26.737.289/0001-10, com sede à Rua São Caetano n.º s/nº, quadra 113 lote 06 centro, no Município de Primavera do Leste/MT, neste ato representada por **VINICIUS FERREIRA CAMPOS**, brasileiro(a), médico, portador(a) do RG n.º 4567686 SSP/GO, inscrito(a) no CPF sob n.º016.845.631-19, residente e domiciliado(a) na Rua São Caetano n.º s/nº, quadra 113 lote 06 centro, no Município de Primavera do Leste/MT, doravante designado (a) **CONTRATADA**, considerando o cumprimento do estabelecido na Proposta apresentada ao Pregão Presencial N.º 004/2018, oriunda do PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 005/2018 e em observância ao disposto na Lei n.º 8.666/93 e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a: **Consulta com Nefrologista,** conforme descrição e valores constantes na cláusula quarta deste Instrumento e de acordo com as especificações e demais condições constantes no Termo de Referência n.º 004/2018 que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este contrato se consubstancia no procedimento licitatório realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.°004/2018, com fundamento nas Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, e nas convenções estabelecidas neste instrumento, conforme autorização da Autoridade Competente, Conselheiro Presidente **NELSON ANTÔNIO PAIM**, disposta no Processo Administrativo N.º 005/2018-CORESS/MT.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços, conforme condições eespecificações constantes no Termo de Referência n. 004/2017.

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n. 004/2018 e seus anexos.

3.3. Os serviços a que se refere o presente instrumento deverão ser realizados nos **Hospitais, clínicas, consultórios dos licitantes, bem como de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Primavera do Leste/MT.**

3.4. O regime de execução deste instrumento será o de prestação de serviços em empreitada por preço unitário, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, alínea 'b' da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

CÓDIGO TCE/MT	ESPECIALIDADE MÉDICA	TIPO	MUNICÍPIO DE ATENDIMENTO	QUANT. MENSAL	QUANT. TOTAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO R$	VALOR MÁXIMO TOTAL (09 MESES) R$
0004562	NEFROLOGISTA	CONSULTA	PVA LESTE	30	270	100,00	27.000,00

4.1.1. O valor total do presente contrato será de R$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais).

4.1.2. No preço acima estipulado, estão incluídos os materiais, serviços, encargos e tributos relativos ao objeto deste contrato, renunciando, a **CONTRATADA**, o direito de reivindicar custos adicionais.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Consórcio Regional de Saúde, por escrito, emduas vias e entregues mediante recibo, bem como facilitar à CONTRATANTE todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, sob pena de rescisão contratual;

5.2. Executar os serviços ora contratados, nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência n. 004/2018,de acordo com a sua proposta de preço, e pelo período de vigência fixado neste Contrato, sob as penas da Lei Federal n.º 8. 666/93 e suas alterações posteriores;

5.3. Realizar somente consultas devidamente agendadas pela Central de Regulação deste Consórcio, uma vez que o mesmo não se responsabilizará pelos atendimentos realizados sem a devida autorização;

5.4. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Consórcio Regional de Saúde. No caso de subcontratação autorizada pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentesde culpa ou dolo, relativos à execução da **CONTRATADA** ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**;

5.6. Cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação a empregados de fornecedores contratados;

5.7. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Secretaria Municipal de Saúde de Primavera do Leste/MT;

5.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.9. A **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

5.10. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.11. A **CONTRATADA** terá como médico responsável pela realização dos atendimentos objeto deste instrumento o Dr. **VINICIUS FERREIRA CAMPOS**, com registro no CRM/MT sob o n.º 7784., assumindo os ônus decorrentes do vínculo trabalhista, sendo de sua única e exclusiva responsabilidade as infrações ou multas que lhe forem impostas;

5.12. Sob nenhuma alegação a **CONTRATADA** poderá adiar ou interromper a execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Cumprir obrigatoriamente todas as cláusulas e obrigações estipuladas no presente contrato, sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2. Oferecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.3. Efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços prestados, nas condições e prazos acordados neste instrumento;

6.4. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.5. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, fixando prazo para sua correção;

6.6. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.7. Acompanhar a prestação do serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste oususpensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

6.8. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá vigência de 09 (nove) meses, a contar da data de sua assinatura**, podendo ser antecipado mediante o cumprimento total do objeto contratado ou se houver necessidade unilateral da** CONTRATANTE.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 5 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária.

7.2.1. **A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela** CONTRATANTE;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, medianteapresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura ecédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório.

7.4.O prazo de início da execução do serviço, objeto da presente licitação, não poderá ser superior a 02 (dois) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

7.5. **O presente contrato pode ser prorrogado** pelas partes por períodos sucessivos até atingir o prazo máximo de vigência 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

7.5.1 **– A prorrogação do prazo de execução, mesmo devidamente justificada, somente será autorizada havendo concordância entre** CONTRATADA e CONTRATANTE**, mediante lavratura de Termo Aditivo.**

7.6. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

8.1.1. **Cópia do Registro Obrigatório de Atendimentos – ROAs, devidamente assinado e carimbado pelo profissional responsável pela execução dos serviços;**

8.1.2. **Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;**

8.1.3. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;**

8.1.4. **Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo inclusive a Regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), Estadual e Municipal, do domicílio sede da CONTRATADA.**

8.1.4.1. **O Contribuinte Individual fará prova de regularidade perante a Previdência Social mediante a apresentação Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI).**

8.2. O pagamento será efetuado pelo Consórcio Regional de Saúde mensalmente, até o 30º (trigésimo) dia útil subsequente ao mês de prestação de serviços, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentoscomprobatórios, conforme indicado no subitem 8.1, mediante ordem bancária, emitida através doBanco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

8.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviçosprestados a este Consórcio, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

8.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidasa contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição,sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5. O valor mensal deverá variar de acordo com o número de atendimentos efetivamente realizados.

8.5.1 Fica estabelecido que, para que não haja prejuízo à administração pública, só serão pagosos **plantões efetivamente realizados e os serviços prestados**, sob pena de se causar enriquecimento ilícito da CONTRATADA.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações acima especificadas.

8.7. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1.O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado odisposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

10.1. A **Contratante** se reserva ao direito de sustar pagamentos devidos à **ContratadA**, nos seguintes casos:

I – irregularidades constatadas pela fiscalização do CORESS/MT;

II – obrigações da **Contratada** com terceiros, que possam afetar os interesses da **Contratante**;

III – inadimplência total ou parcial da **Contratada**, no cumprimento e execução do aqui ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93.

11.1.2. Por acordo das partes:

a) A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Parágrafo Único: Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A **Contratante** poderá rescindir o presente contrato, se assim determinar o superior interesse Público, sem que incorra em qualquer penalidade, pagando à **CONTRATADA**, os serviços executados se os mesmos tiverem de acordo com o exigido.

§ 1º. A **Contratante** poderá rescindir, unilateralmente, o presente contrato, independentemente da notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, perdendo a **Contratada**, as garantias e retenções efetivadas nas seguintes condições:

I – descumprimento parcial ou total das cláusulas aqui acordadas, que causem evidentes prejuízos aos interesses da **Contratante**;

II – inobservância das normas e especificações;

III – subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, cessão, a qualquer título da contratação sem garantias, negociação de duplicatas, referentes a faturas emitidas, com estabelecimentos financeiros ou com terceiros, sem prévia e expressa autorização da **Contratante**;

IV – cometer qualquer fraude;

V – reiterada constatação pela fiscalização de má-fé, incapacidade técnica, financeira ou administrativa;

VI – deixar de iniciar os trabalhos de execução dos serviços, sem justo motivo, devidamente comprovado no prazo de 10 (dez) dias, após entrega da primeira Ordem de Serviços;

VII – interromper os trabalhos sem justo motivo, devidamente comprovado, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;

VIII – no interesse da **CONTRATANTE**;

§ 2º. Antes de ser declarada inadimplente, a parte será notificada pela outra, para dar cumprimento à Cláusula ou dispositivo contratual violado.

§ 3º. Exceto no caso de rescisão por mútuo acordo, não caberá à **ContratadA**, nenhuma espécie de indenização, ficando ainda estabelecido que, mesmo naquele caso, a **Contratante** não pagará indenização àquele por encargos resultantes da legislação trabalhista, e da previdência social, bem como aqueles decorrentes de atos ilícitos, praticados por ela, por seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES

13.1. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços contratados, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e lucros cessantes, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

I – suspensão do direito de licitar com a **Contratante**, pelo prazo que esta fixar, em função da natureza e da gravidade da falta cometida, não podendo, emnenhuma hipótese, ser superior em 01 (um) ano;

II – declaração de inidoneidade para licitar com a **Contratante**, considerados, para tanto, a reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade;

III – multas conforme o previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplica-se a este contrato a seguinte legislação:

a) Este Contrato vincula-se ao Pregão Presencial n.°001/2018, oriunda do Processo Administrativo n.°001/2018**,** regulando-se pelas suas Cláusulas e preceitos do Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, obrigando-se as partes a executar fielmente os dispostos neste instrumento.

b) A legislação aplicável à execução deste Contrato e especialmente nos casos omissos será a Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

15.1. Considera-se parte integrante deste Contrato, os seguintes documentos:

a) o Edital doPregão Presencial n.º 001/2018 e o Termo de Referência nº 001/2018, bem comoseus anexos;

b) a Proposta de Preços apresentada na licitação pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	02
Unidade:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	001
Função:	Saúde	10
Sub Função:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Complemento as Ações do SUS	7030
Projeto/Atividade:	Manutenção e encargos com o CORESS/MT	2002
Elemento de Despesa:	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) a **CONTRATADA** obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar;

b) é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

c) é defeso à **CONTRATADA** ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Ficará responsável pela fiscalização da execução dos serviços objeto do contrato a funcionária pública, Sr.ª. **CRISTIANE DA COSTA AGUIAR KOLLING**, nomeada como Fiscal de Contratos, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das prestações de serviços, que tudo dará ciência à Administração e ao CORESS/MT, conforme art. 67, da lei nº 8666/93, com suas ulteriores alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO

20.1. As partes contratantes elegemo Foro da Comarca de Rondonópolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei n. 8.666 de 21/06/93.

Rondonópolis/MT, 13 de Abril de 2018.

_____ **NELSON ANTONIO PAIM** Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT **CONTRATANTE**	_____ **INSTITUTO DE NEFROLOGIA DE PRIMAVERA DO LESTE LTDA.** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 019/2018

ONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 019/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT E A EMPRESA VINÍCIUS T. CAZAROTTO, DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2018, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 001/2018 E EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NAS LEIS N.° 10. 520/02 E 8.666/93 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

O **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** constituído sobre a forma jurídica de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.º 05.238.413/0001-22, com sede sito à Rua Fernando Correa da Costa, n.º 637, Centro A, nesta cidade de Rondonópolis/MT, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. **NELSON ANTÔNIO PAIM**, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Poxoréu/MT, portador do RG n.º 68190-1 e inscrito no CPF sob n.º522.597.811-87, residente e domiciliado na Rua Monteiro Lobato, nº 33, Novo Horizonte, em Poxoréu/MT, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado à empresa **VINÍCIUS T. CAZAROTTO-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º25.191.382/0001-09, com sede à Avenida Presidente João Goulart, nº 957, bairro Vila Aurora, no Município de Rondonópolis/MT, neste ato representado por **VINÍCIUS TREICHEL CAZAROTTO**, brasileiro (a), médico, portador (a) do RG n.º 6060054007 SSP/RS, inscrito (a) no CPF sob n.º009.811.710-60, residente e domiciliado (a) na Avenida Presidente João Goulart, nº 957, bairro Vila Aurora, no Município de Rondonópolis/MT, doravante designado (a) **CONTRATADA**, considerando o cumprimento do estabelecido na Proposta apresentada ao Pregão Presencial N.º004/2018, oriunda do PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 005/2018 e em observância ao disposto na Lei n.º 8.666/93 e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a: **Exame videolaringoscopia, exame vídeo naso, consulta com otorrinolaringologista,** conforme descrição e valores constantes na cláusula quarta deste Instrumento e de acordo com as especificações e demais condições constantes no Termo de Referência n.º 004/2018 que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este contrato se consubstancia no procedimento licitatório realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.°004/2018, com fundamento nas Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, e nas convenções estabelecidas neste instrumento, conforme autorização da Autoridade Competente, Conselheiro Presidente **NELSON ANTÔNIO PAIM**, disposta no Processo Administrativo N.º 005/2018-CORESS/MT.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços, conforme condições eespecificações constantes no Termo de Referência n. 004/2017.

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n. 004/2018 e seus anexos.

3.3. Os serviços a que se refere o presente instrumento deverão ser realizados nos **Hospitais, clínicas, consultórios dos licitantes, bem como de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Primavera do Leste/MT.**

3.4. O regime de execução deste instrumento será o de prestação de serviços em empreitada por preço unitário, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, alínea 'b' da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

CÓDIGO TCE/MT	ESPECIALIDADE MÉDICA	TIPO	MUNICÍPIO DE ATEN-DIMENTO	QUANT. MENSAL	QUANT. TOTAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO R$	VALOR MÁXIMO TOTAL (09 MESES) R$
30002393	EXAME VIDEOLARINGOSCO-PIA	EXAME	PVA LESTE	50	450	134,99	60.745,50
339197-3	EXAME VIDEO NASO	EXAME	PVA LESTE	50	450	134,99	60.745,50
0004675	OTORRINOLARINGOLOGISTA	CONSULTA	PVA LESTE	120	1080	50,00	54.000,00

4.1.1. O valor total do presente contrato será de R$ 175.491,00 (Cento setenta e cinco mil, quatrocentos noventa e um reais)**.**

4.1.2. No preço acima estipulado, estão incluídos os materiais, serviços, encargos e tributos relativos ao objeto deste contrato, renunciando, a **CONTRATADA**, o direito de reivindicar custos adicionais.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Consórcio Regional de Saúde, por escrito, emduas vias e entregues mediante recibo, bem como facilitar à CONTRATANTE todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, sob pena de rescisão contratual;

5.2. Executar os serviços ora contratados, nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência n. 004/2018, de acordo com a sua proposta de preço, e pelo período de vigência fixado neste Contrato, sob as penas da Lei Federal n.º 8. 666/93 e suas alterações posteriores;

5.3. Realizar somente consultas devidamente agendadas pela Central de Regulação deste Consórcio, uma vez que o mesmo não se responsabilizará pelos atendimentos realizados sem a devida autorização;

5.4. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Consórcio Regional de Saúde. No caso de subcontratação autorizada pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentesde culpa ou dolo, relativos à execução da **CONTRATADA** ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**;

5.6. Cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação a empregados de fornecedores contratados;

5.7. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Secretaria Municipal de Saúde de Primavera do Leste/MT;

5.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.9. A **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

5.10. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.11. A **CONTRATADA** terá como médico responsável pela realização dos atendimentos objeto deste instrumento o Dr. **VINÍCIUS T. CAZAROTTO**, com registro no CRM/MT sob o n.º 7784, assumindo os ônus decorrentes do vínculo trabalhista, sendo de sua única e exclusiva responsabilidade as infrações ou multas que lhe forem impostas;

5.12. Sob nenhuma alegação a **CONTRATADA** poderá adiar ou interromper a execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Cumprir obrigatoriamente todas as cláusulas e obrigações estipuladas no presente contrato, sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2. Oferecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.3. Efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços prestados, nas condições e prazos acordados neste instrumento;

6.4. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.5. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, fixando prazo para sua correção;

6.6. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.7. Acompanhar a prestação do serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste oususpensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

6.8. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá vigência de 09 (nove) meses, a contar da data de sua assinatura**, podendo ser antecipado mediante o cumprimento total do objeto contratado ou se houver necessidade unilateral da** CONTRATANTE.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 5 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária.

7.2.1. **A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela** CONTRATANTE;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, medianteapresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura ecédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório.

7.4.O prazo de início da execução do serviço, objeto da presente licitação, não poderá ser superior a 02 (dois) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

7.5. **O presente contrato pode ser prorrogado** pelas partes por períodos sucessivos até atingir o prazo máximo de vigência 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

7.5.1 **– A prorrogação do prazo de execução, mesmo devidamente justificada, somente será autorizada havendo concordância entre** CONTRATADA e CONTRATANTE**, mediante lavratura de Termo Aditivo.**

7.6. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

8.1.1. **Cópia do Registro Obrigatório de Atendimentos – ROAs, devidamente assinado e carimbado pelo profissional responsável pela execução dos serviços;**

8.1.2. **Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;**

8.1.3. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;**

8.1.4. **Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo inclusive a Regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), Estadual e Municipal, do domicílio sede da CONTRATADA.**

8.1.4.1. **O Contribuinte Individual fará prova de regularidade perante a Previdência Social mediante a apresentação Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI).**

8.2. O pagamento será efetuado pelo Consórcio Regional de Saúde mensalmente, até o 30º (trigésimo) dia útil subsequente ao mês de prestação de serviços, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentoscomprobatórios, conforme indicado no subitem 8.1, mediante ordem bancária, emitida através doBanco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

8.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviçosprestados a este Consórcio, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

8.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidasa contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição,sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5. O valor mensal deverá variar de acordo com o número de atendimentos efetivamente realizados.

8.5.1 Fica estabelecido que, para que não haja prejuízo à administração pública, só serão pagosos **plantões efetivamente realizados e os serviços prestados**, sob pena de se causar enriquecimento ilícito da CONTRATADA.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações acima especificadas.

8.7. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1.O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado odisposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

10.1. A **Contratante** se reserva ao direito de sustar pagamentos devidos à **ContratadA**, nos seguintes casos:

I – irregularidades constatadas pela fiscalização do CORESS/MT;

II – obrigações da **Contratada** com terceiros, que possam afetar os interesses da **Contratante**;

III – inadimplência total ou parcial da **Contratada**, no cumprimento e execução do aqui ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93.

11.1.2. Por acordo das partes:

a) A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Parágrafo Único: Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A **Contratante** poderá rescindir o presente contrato, se assim determinar o superior interesse Público, sem que incorra em qualquer penalidade, pagando à **CONTRATADA**, os serviços executados se os mesmos tiverem de acordo com o exigido.

§ 1º. A **Contratante** poderá rescindir, unilateralmente, o presente contrato, independentemente da notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, perdendo a **Contratada**, as garantias e retenções efetivadas nas seguintes condições:

I – descumprimento parcial ou total das cláusulas aqui acordadas, que causem evidentes prejuízos aos interesses da **Contratante**;

II – inobservância das normas e especificações;

III – subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, cessão, a qualquer título da contratação sem garantias, negociação de duplicatas, referentes a faturas emitidas, com estabelecimentos financeiros ou com terceiros, sem prévia e expressa autorização da **Contratante**;

IV – cometer qualquer fraude;

V – reiterada constatação pela fiscalização de má-fé, incapacidade técnica, financeira ou administrativa;

VI – deixar de iniciar os trabalhos de execução dos serviços, sem justo motivo, devidamente comprovado no prazo de 10 (dez) dias, após entrega da primeira Ordem de Serviços;

VII – interromper os trabalhos sem justo motivo, devidamente comprovado, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;

VIII – no interesse da **CONTRATANTE**;

§ 2º. Antes de ser declarada inadimplente, a parte será notificada pela outra, para dar cumprimento à Cláusula ou dispositivo contratual violado.

§ 3º. Exceto no caso de rescisão por mútuo acordo, não caberá à **ContratadA**, nenhuma espécie de indenização, ficando ainda estabelecido que, mesmo naquele caso, a **Contratante** não pagará indenização àquele por encargos resultantes da legislação trabalhista, e da previdência social, bem como aqueles decorrentes de atos ilícitos, praticados por ela, por seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES

13.1. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços contratados, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e lucros cessantes, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

I – suspensão do direito de licitar com a **Contratante**, pelo prazo que esta fixar, em função da natureza e da gravidade da falta cometida, não podendo, emnenhuma hipótese, ser superior em 01 (um) ano;

II – declaração de inidoneidade para licitar com a **Contratante**, considerados, para tanto, a reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade;

III – multas conforme o previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplica-se a este contrato a seguinte legislação:

a) Este Contrato vincula-se ao Pregão Presencial n.°001/2018, oriunda do Processo Administrativo n.°001/2018**,** regulando-se pelas suas Cláusulas e preceitos do Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, obrigando-se as partes a executar fielmente os dispostos neste instrumento.

b) A legislação aplicável à execução deste Contrato e especialmente nos casos omissos será a Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

15.1. Considera-se parte integrante deste Contrato, os seguintes documentos:

a) o Edital doPregão Presencial n.º 001/2018 e o Termo de Referência nº 001/2018, bem comoseus anexos;

b) a Proposta de Preços apresentada na licitação pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	02
Unidade:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	001
Função:	Saúde	10
Sub Função:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Complemento as Ações do SUS	7030
Projeto/Atividade:	Manutenção e encargos com o CORESS/MT	2002
Elemento de Despesa:	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) a **CONTRATADA** obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar;

b) é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

c) é defeso à **CONTRATADA** ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Ficará responsável pela fiscalização da execução dos serviços objeto do contrato a funcionária pública, Sr.ª. **CRISTIANE DA COSTA AGUIAR KOLLING**, nomeada como Fiscal de Contratos, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das prestações de serviços, que tudo dará ciência à Administração e ao CORESS/MT, conforme art. 67, da lei nº 8666/93, com suas ulteriores alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO

20.1. As partes contratantes elegemo Foro da Comarca de Rondonópolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei n. 8.666 de 21/06/93.

Rondonópolis/MT, 13 de Abril de 2018.

NELSON ANTONIO PAIM Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT **CONTRATANTE**	**VINICIUS T. CAZAROTTO-ME.** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
EXTRATO DO II TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 019/2017

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: A. C. A. VILELA - ME **CNPJ:** 16.939.099/0001-21

OBJETO: Prorrogar parcialmente o quantitativo do objeto do Contrato n. º 019/2017, previsto em sua Cláusula 4ª, que consiste na realização **495 (quatrocentos e noventa e cinco) CONSULTAS ENDOCRINOLOGISTA PEDIATRA**, para atender no Município de Rondonópolis, visando a continuidade da prestação dos serviços aos pacientes dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

DO VALOR: R$49.495,05 (quarenta e nove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e cinco centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 combinado com o artigo §1º do artigo 2º da Lei 10.192/2001 e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 26/07/2.018 a 31/08/2.018 **DOTAÇÃO:** 33.90.39.00.00.00

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 018/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT E A EMPRESA HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO LUCAS PRIMAVERA LTDA - EPP, DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2018, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 001/2018 E EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NAS LEIS N.° 10.520/02 E 8.666/93 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

O **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** constituído sobre a forma jurídica de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.º 05.238.413/0001-22, com sede sito à Rua Fernando Correa da Costa, n.º 637, Centro A, nesta cidade de Rondonópolis/MT, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. **NELSON ANTÔNIO PAIM**, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Poxoréu/MT, portador do RG n.º 68190-1 e inscrito no CPF sob n.º522.597.811-87 residente e domiciliado na Rua Monteiro Lobato, nº 33, Novo Horizonte, em Poxoréu/MT, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO LUCAS PRIMAVERA LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º20.424.706/0001-98, com sede à Avenida Minas Gerais n.°356, bairro Centro, no Município de Primavera do Leste./MT, neste ato representada por **LUCAS DE OLIVEIRA MEDEIROS**, brasileiro(a), médico, portador(a) do RG n.º 14375436 SSP/RO, inscrito(a) no CPF sob n.º727.784.822-53, residente e domiciliado(a) na Avenida Minas Gerais n.°356, centro, no Município de Primavera do Leste/MT, doravante designado (a) **CONTRATADA**, considerando o cumprimento do estabelecido na Proposta apresentada ao Pregão Presencial N.º 004/2018, oriunda do PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 005/2018 e em observância ao disposto na Lei n.º 8.666/93 e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a: **Exame ultrassonografia renal e vias urinárias, exame ultrassonografia abdômen inferior, exame ergométrico, exame laudo de ECG, Exame ultrassonografia tireoide,** conforme descrição e valores constantes na cláusula quarta deste Instrumento e de

acordo com as especificações e demais condições constantes no Termo de Referência n.º 004/2018 que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este contrato se consubstancia no procedimento licitatório realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.°004/2018, com fundamento nas Leisn.º 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, e nas convenções estabelecidas neste instrumento, conforme autorização da Autoridade Competente, Conselheiro Presidente **NELSON ANTÔNIO PAIM**, disposta no Processo Administrativo N.º 005/2018-CORESS/MT.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços, conforme condições eespecificações constantes no Termo de Referência n. 004/2017.

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n. 004/2018 e seus anexos.

3.3. Os serviços a que se refere o presente instrumento deverão ser realizados nos **Hospitais, clínicas, consultórios dos licitantes, bem como de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Primavera do Leste/MT.**

3.4. O regime de execução deste instrumento será o de prestação de serviços em empreitada por preço unitário, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, alínea 'b' da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

CÓDIGO TCE/MT	ESPECIALIDADE MÉDICA	TIPO	MUNICÍPIO DE ATENDIMENTO	QUANT. MENSAL	QUANT. TOTAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO R$	VALOR MÁXIMO TOTAL (09 MESES) R$
0000421	ULTRASSONOGRAFIA RENAL E VIAS URINARIAS	EXAME	PVA LESTE	100	900	80,00	72.000,00
0000404	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEM INFERIOR	EXAME	PVA LESTE	100	900	79,90	71.910,00
0002270	TESTE ERGOMETRICO	EXAME	PVA LESTE	30	270	100,00	27.000,00
338368-7	LAUDO DE ECG	EXAME	PVA LESTE	80	720	11,00	7.920,00
0000422	ULTRASSONOGRAFIA TIREOIDE	EXAME	PVA LESTE	80	720	80,00	57.600,00

4.1.1. O valor total do presente contrato será de R$ 236.430,00 (Duzentos e trinta e seis mil, quatrocentos e trinta reais).

4.1.2. No preço acima estipulado, estão incluídos os materiais, serviços, encargos e tributos relativos ao objeto deste contrato, renunciando, a **CONTRATADA**, o direito de reivindicar custos adicionais.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Consórcio Regional de Saúde, por escrito, emduas vias e entregues mediante recibo, bem como facilitar à CONTRATANTE todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, sob pena de rescisão contratual;

5.2. Executar os serviços ora contratados, nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência n. 004/2018,de acordo com a sua proposta de preço, e pelo período de vigência fixado neste Contrato, sob as penas da Lei Federal n.º 8. 666/93 e suas alterações posteriores;

5.3. Realizar somente consultas devidamente agendadas pela Central de Regulação deste Consórcio, uma vez que o mesmo não se responsabilizará pelos atendimentos realizados sem a devida autorização;

5.4. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Consórcio Regional de Saúde. No caso de subcontratação autorizada pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentesde culpa ou dolo, relativos à execução da **CONTRATADA** ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**;

5.6. Cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação a empregados de fornecedores contratados;

5.7. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Secretaria Municipal de Saúde de Primavera do Leste/MT;

5.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.9. A **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

5.10. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.11. A **CONTRATADA** terá como médico responsável pela realização dos atendimentos objeto deste instrumento o Dr. **MARCELO DONIZETE MACHADO**, com registro no CRM/MT sob o n.º 0001329., assumindo os ônus decorrentes do vínculo trabalhista, sendo de sua única e exclusiva responsabilidade as infrações ou multas que lhe forem impostas;

5.12. Sob nenhuma alegação a **CONTRATADA** poderá adiar ou interromper a execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Cumprir obrigatoriamente todas as cláusulas e obrigações estipuladas no presente contrato, sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2. Oferecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.3. Efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços prestados, nas condições e prazos acordados neste instrumento;

6.4. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.5. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, fixando prazo para sua correção;

6.6. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.7. Acompanhar a prestação do serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste oususpensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

6.8. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá vigência de 09 (nove) meses, a contar da data de sua assinatura**, podendo ser antecipado mediante o cumprimento total do objeto contratado ou se houver necessidade unilateral da** CONTRATANTE.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 5 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária.

7.2.1. **A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela** CONTRATANTE;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, medianteapresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura ecédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório.

7.4.O prazo de início da execução do serviço, objeto da presente licitação, não poderá ser superior a 02 (dois) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

7.5. **O presente contrato pode ser prorrogado** pelas partes por períodos sucessivos até atingir o prazo máximo de vigência 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

7.5.1 **– A prorrogação do prazo de execução, mesmo devidamente justificada, somente será autorizada havendo concordância entre** CONTRATADA e CONTRATANTE**, mediante lavratura de Termo Aditivo.**

7.6. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

8.1.1. **Cópia do Registro Obrigatório de Atendimentos – ROAs, devidamente assinado e carimbado pelo profissional responsável pela execução dos serviços;**

8.1.2. **Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;**

8.1.3. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;**

8.1.4. **Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo inclusive a Regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), Estadual e Municipal, do domicílio sede da CONTRATADA.**

8.1.4.1. **O Contribuinte Individual fará prova de regularidade perante a Previdência Social mediante a apresentação Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI).**

8.2. O pagamento será efetuado pelo Consórcio Regional de Saúde mensalmente, até o 30º (trigésimo) dia útil subsequente ao mês de prestação de serviços, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentoscomprobatórios, conforme indicado no subitem 8.1, mediante ordem bancária, emitida através doBanco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

8.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviçosprestados a este Consórcio, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

8.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidasa contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição,sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5. O valor mensal deverá variar de acordo com o número de atendimentos efetivamente realizados.

8.5.1 Fica estabelecido que, para que não haja prejuízo à administração pública, só serão pagosos **plantões efetivamente realizados e os serviços prestados**, sob pena de se causar enriquecimento ilícito da CONTRATADA.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações acima especificadas.

8.7. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1.O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado odisposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

10.1. A **Contratante** se reserva ao direito de sustar pagamentos devidos à **ContratadA**, nos seguintes casos:

I – irregularidades constatadas pela fiscalização do CORESS/MT;

II – obrigações da **Contratada** com terceiros, que possam afetar os interesses da **Contratante**;

III – inadimplência total ou parcial da **Contratada**, no cumprimento e execução do aqui ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93.

11.1.2. Por acordo das partes:

a) A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Parágrafo Único: Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A **Contratante** poderá rescindir o presente contrato, se assim determinar o superior interesse Público, sem que incorra em qualquer penalidade, pagando à **CONTRATADA**, os serviços executados se os mesmos tiverem de acordo com o exigido.

§ 1º. A **Contratante** poderá rescindir, unilateralmente, o presente contrato, independentemente da notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, perdendo a **Contratada**, as garantias e retenções efetivadas nas seguintes condições:

I – descumprimento parcial ou total das cláusulas aqui acordadas, que causem evidentes prejuízos aos interesses da **Contratante**;

II – inobservância das normas e especificações;

III – subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, cessão, a qualquer título da contratação sem garantias, negociação de duplicatas, referentes a faturas emitidas, com estabelecimentos financeiros ou com terceiros, sem prévia e expressa autorização da **Contratante**;

IV – cometer qualquer fraude;

V – reiterada constatação pela fiscalização de má-fé, incapacidade técnica, financeira ou administrativa;

VI – deixar de iniciar os trabalhos de execução dos serviços, sem justo motivo, devidamente comprovado no prazo de 10 (dez) dias, após entrega da primeira Ordem de Serviços;

VII – interromper os trabalhos sem justo motivo, devidamente comprovado, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;

VIII – no interesse da **CONTRATANTE**;

§ 2º. Antes de ser declarada inadimplente, a parte será notificada pela outra, para dar cumprimento à Cláusula ou dispositivo contratual violado.

§ 3º. Exceto no caso de rescisão por mútuo acordo, não caberá à **ContratadA**, nenhuma espécie de indenização, ficando ainda estabelecido que, mesmo naquele caso, a **Contratante** não pagará indenização àquele por encargos resultantes da legislação trabalhista, e da previdência social, bem como aqueles decorrentes de atos ilícitos, praticados por ela, por seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES

13.1. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços contratados, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e lucros cessantes, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

I – suspensão do direito de licitar com a **Contratante**, pelo prazo que esta fixar, em função da natureza e da gravidade da falta cometida, não podendo, emnenhuma hipótese, ser superior em 01 (um) ano;

II – declaração de inidoneidade para licitar com a **Contratante**, considerados, para tanto, a reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade;

III – multas conforme o previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplica-se a este contrato a seguinte legislação:

a) Este Contrato vincula-se ao Pregão Presencial n.°001/2018, oriunda do Processo Administrativo n.°001/2018**,** regulando-se pelas suas Cláusulas e preceitos do Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, obrigando-se as partes a executar fielmente os dispostos neste instrumento.

b) A legislação aplicável à execução deste Contrato e especialmente nos casos omissos será a Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

15.1. Considera-se parte integrante deste Contrato, os seguintes documentos:

a) o Edital doPregão Presencial n.º 001/2018 e o Termo de Referência nº 001/2018, bem comoseus anexos;

b) a Proposta de Preços apresentada na licitação pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	02
Unidade:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	001
Função:	Saúde	10
Sub Função:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Complemento as Ações do SUS	7030
Projeto/Atividade:	Manutenção e encargos com o CORESS/MT	2002
Elemento de Despesa:	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) a **CONTRATADA** obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar;

b) é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

c) é defeso à **CONTRATADA** ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Ficará responsável pela fiscalização da execução dos serviços objeto do contrato a funcionária pública, Srª. **CRISTIANE DA COSTA AGUIAR KOLLING**, nomeada como Fiscal de Contratos, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das prestações de serviços, que tudo dará ciência à Administração e ao CORESS/MT, conforme art. 67, da lei nº 8666/93, com suas ulteriores alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO

20.1. As partes contratantes elegemo Foro da Comarca de Rondonópolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei n. 8.666 de 21/06/93.

Rondonópolis/MT, 13 de Abril de 2018.

NELSON ANTONIO PAIM Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT **CONTRATANTE**	**HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO LUCAS PRIMAVERA LTDA – EPP** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
EXTRATO DO XIII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 038/2015

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: AHMAD E ROTILI LTDA – EPP **CNPJ:** 15.121.336/0002-60

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.º 038/2015, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de 01/08/2018 até 31/12/2018, visando a continuidade da prestação dos serviços médicos especializados em **Exames de Holter, M.A.P.A. e Teste Ergométrico** para atender no Município de Jaciara, aos pacientes dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 combinado com o artigo §1º do artigo 2º da Lei 10.192/2001 e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 01/08/2.018 a 31/12/2.018 **DOTAÇÃO:** 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO X TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 039/2015

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: ALEIXO SILVA NETO – ME **CNPJ:** 22.303.848/0001-22

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.º 039/2015, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de 01/08/2018 até 31/12/2018, visando a continuidade dos atendimentos de **Exames de Colonoscopia, Colonoscopia com Polipectomia, Endoscopia Digestiva Alta e Endoscopia Digestiva Alta com Polipectomia**, realizados no Município de Campo Verde, aos pacientes dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e § 1º do art. 65, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 01/08/2.018 a 31/12/2018 **DOTAÇÃO:** 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO IX TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 040/2015

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: CLINICA DE RADIOLOGIA PRIME DIAGNOSTICO LTDA - ME **CNPJ:** 17.905.358/0001-66

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.º 040/2015, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de 01/08/2018 até 31/12/2018, visando a continuidade da prestação dos serviços médicos especializados na emissão de **Laudos de exames de Raios-X**, para atender no Município de Rondonópolis, aos pacientes dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 combinado com o artigo §1º do artigo 2º da Lei 10.192/2001 e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 01/08/2018 até 31/12/2018 **DOTAÇÃO:** 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO XI TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 042/2015

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: JOSÉ PAULO SPILA EIRELI **CNPJ:** 15.292.061/0001-47

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.º 042/2015, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de 01/08/2018 até 31/12/2018, visando a continuidade da prestação dos serviços médicos especializados na realização de **Exames de Audiometria (Tonal e Vocal)**, para atender no Município de Rondonópolis, aos pacientes dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 combinado com o artigo §1º do artigo 2º da Lei 10.192/2001 e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 01/08/2018 até 31/12/2018 **DOTAÇÃO:** 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO XIII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 046/2015

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: RADIUS MEDICINA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA – EPP **CNPJ:** 21.582.483/0001-50

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.º 046/2015, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de 01/08/2018 até 31/12/2018, visando a continuidade da prestação dos serviços de **Exames de Radiografia com Laudo**, no Município de Jaciara, aos pacientes dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 combinado com o artigo §1º do artigo 2º da Lei 10.192/2001 e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 01/08/2018 até 31/12/2018 **DOTAÇÃO:** 33.90.39.00.00.00

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 017/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT E A EMPRESA CARDIOCLINICA – CLINICA E DIAGNOSTICO DO CORAÇÃO LTDA - ME, DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2018, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 001/2018 E EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NAS LEIS N.° 10.520/02 E 8.666/93 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

O **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** constituído sobre a forma jurídica de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.º 05.238.413/0001-22, com sede sito à Rua Fernando Correa da Costa, n.º 637, Centro A, nesta cidade de Rondonópolis/MT, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. **NELSON ANTÔNIO PAIM**, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Poxoréu/MT, portador do RG n.º 68190-1 e inscrito no CPF sob n.º522.597.811-87 residente e domiciliado na Rua Monteiro Lobato, nº 33, Novo Horizonte, em Poxoréu/MT, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **CARDIOCLINICA – CLINICA E DIAGNOSTICO DO CORAÇÃO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º11.649.872/0001-00, com sede à Avenida Amazonas n.°350, bairro Centro, no Município de Primavera do Leste./MT, neste ato representada por **WASHINGTON LUZ ARANTES**, brasileiro(a), casado, empresário , portador(a) do RG n.º M-3. 677.653 SSP/MG, inscrito(a) no CPF sob n.º536.213.956-87, residente e domiciliado(a) na Rua Jerusalém n.°558, bairro Jardim Riva, no Município de Primavera do Leste/MT, doravante designado (a) **CONTRATADA**, considerando o cumprimento do estabelecido na Proposta apresentada ao Pregão Presencial N.º 004/2018, oriunda do PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 005/2018 e em observância ao disposto na Lei n.º 8.666/93 e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a: **Exame Holter, Exame ecocardiograma, consulta com Psiquiatra,** conforme descrição e valores constantes na cláusula quarta deste Instrumento e de acordo com as especificações e demais condições constantes no Termo de Referência n.º 004/2018 que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este contrato se consubstancia no procedimento licitatório realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.°004/2018, com fundamento nas Leisn.º 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, e nas convenções estabelecidas neste instrumento, conforme autorização da Autoridade Competente, Conselheiro Presidente **NELSON ANTÔNIO PAIM**, disposta no Processo Administrativo N.º 005/2018-CORESS/MT.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços, conforme condições eespecificações constantes no Termo de Referência n. 004/2017.

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n. 004/2018 e seus anexos.

3.3. Os serviços a que se refere o presente instrumento deverão ser realizados nos **Hospitais, clínicas, consultórios dos licitantes, bem como de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Primavera do Leste/MT.**

3.4. O regime de execução deste instrumento será o de prestação de serviços em empreitada por preço unitário, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, alínea 'b' da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

CÓDIGO TCE/MT	ESPECIALIDADE MÉDICA	TIPO	MUNICÍPIO DE ATENDIMENTO	QUANT. MENSAL	QUANT. TOTAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO R$	VALOR MÁXIMO TOTAL (09 MESES) R$
0000233	HOLTER	EXAME	PVA LESTE	50	450	115,00	51.750,00
297343-0	ECOCARDIOGRAMA	EXAME	PVA LESTE	50	450	90,00	40.500,00
	CONSULTAS						
0004217	CONSULTA COM PSIQUIATRA	CONSULTA	PVA LESTE	100	900	100,00	90.000,00

4.1.1. O valor total do presente contrato será de R$ 182.250,00 (Cento oitenta e dois mil, duzentos e cinquenta e seis reais).

4.1.2. No preço acima estipulado, estão incluídos os materiais, serviços, encargos e tributos relativos ao objeto deste contrato, renunciando, a **CONTRATADA**, o direito de reivindicar custos adicionais.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Consórcio Regional de Saúde, por escrito, emduas vias e entregues mediante recibo, bem como facilitar à CONTRATANTE todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, sob pena de rescisão contratual;

5.2. Executar os serviços ora contratados, nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência n. 004/2018,de acordo com a sua proposta de preço, e pelo período de vigência fixado neste Contrato, sob as penas da Lei Federal n.º 8. 666/93 e suas alterações posteriores;

5.3. Realizar somente consultas devidamente agendadas pela Central de Regulação deste Consórcio, uma vez que o mesmo não se responsabilizará pelos atendimentos realizados sem a devida autorização;

5.4. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Consórcio Regional de Saúde. No caso de subcontratação autorizada pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentesde culpa ou dolo, relativos à execução da **CONTRATADA** ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**;

5.6. Cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação a empregados de fornecedores contratados;

5.7. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Secretaria Municipal de Saúde de Primavera do Leste/MT;

5.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.9. A **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

5.10. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.11. A **CONTRATADA** terá como médico responsável pela realização dos atendimentos objeto deste instrumento o Dr. **WASHINGTON LUZ ARANTES**, com registro no CRM/MT sob o n.º 3371., assumindo os ônus decorrentes do vínculo trabalhista, sendo de sua única e exclusiva responsabilidade as infrações ou multas que lhe forem impostas;

5.12. Sob nenhuma alegação a **CONTRATADA** poderá adiar ou interromper a execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Cumprir obrigatoriamente todas as cláusulas e obrigações estipuladas no presente contrato, sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2. Oferecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.3. Efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços prestados, nas condições e prazos acordados neste instrumento;

6.4. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.5. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, fixando prazo para sua correção;

6.6. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.7. Acompanhar a prestação do serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste oususpensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

6.8. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá vigência de 09 (nove) meses, a contar da data de sua assinatura**, podendo ser antecipado mediante o cumprimento total do objeto contratado ou se houver necessidade unilateral da** CONTRATANTE.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 5 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária.

7.2.1. **A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela** CONTRATANTE;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, medianteapresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura ecédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório.

7.4.O prazo de início da execução do serviço, objeto da presente licitação, não poderá ser superior a 02 (dois) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

7.5. **O presente contrato pode ser prorrogado** pelas partes por períodos sucessivos até atingir o prazo máximo de vigência 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

7.5.1 **– A prorrogação do prazo de execução, mesmo devidamente justificada, somente será autorizada havendo concordância entre** CONTRATADA e CONTRATANTE**, mediante lavratura de Termo Aditivo.**

7.6. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

8.1.1. **Cópia do Registro Obrigatório de Atendimentos – ROAs, devidamente assinado e carimbado pelo profissional responsável pela execução dos serviços;**

8.1.2. **Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;**

8.1.3. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;**

8.1.4. **Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo inclusive a Regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), Estadual e Municipal, do domicílio sede da CONTRATADA.**

8.1.4.1. **O Contribuinte Individual fará prova de regularidade perante a Previdência Social mediante a apresentação Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI).**

8.2. O pagamento será efetuado pelo Consórcio Regional de Saúde mensalmente, até o 30º (trigésimo) dia útil subsequente ao mês de prestação de serviços, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentoscomprobatórios, conforme indicado no subitem 8.1, mediante ordem bancária, emitida através doBanco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

8.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviçosprestados a este Consórcio, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

8.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidasa contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição,sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5. O valor mensal deverá variar de acordo com o número de atendimentos efetivamente realizados.

8.5.1 Fica estabelecido que, para que não haja prejuízo à administração pública, só serão pagosos **plantões efetivamente realizados e os serviços prestados**, sob pena de se causar enriquecimento ilícito da CONTRATADA.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações acima especificadas.

8.7. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1.O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado odisposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

10.1. A **Contratante** se reserva ao direito de sustar pagamentos devidos à **ContratadA**, nos seguintes casos:

I – irregularidades constatadas pela fiscalização do CORESS/MT;

II – obrigações da **Contratada** com terceiros, que possam afetar os interesses da **Contratante**;

III – inadimplência total ou parcial da **Contratada**, no cumprimento e execução do aqui ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93.

11.1.2. Por acordo das partes:

a) A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Parágrafo Único: Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A **Contratante** poderá rescindir o presente contrato, se assim determinar o superior interesse Público, sem que incorra em qualquer penalidade, pagando à **CONTRATADA**, os serviços executados se os mesmos tiverem de acordo com o exigido.

§ 1º. A **Contratante** poderá rescindir, unilateralmente, o presente contrato, independentemente da notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, perdendo a **Contratada**, as garantias e retenções efetivadas nas seguintes condições:

I – descumprimento parcial ou total das cláusulas aqui acordadas, que causem evidentes prejuízos aos interesses da **Contratante**;

II – inobservância das normas e especificações;

III – subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, cessão, a qualquer título da contratação sem garantias, negociação de duplicatas, referentes a faturas emitidas, com estabelecimentos financeiros ou com terceiros, sem prévia e expressa autorização da **Contratante**;

IV – cometer qualquer fraude;

V – reiterada constatação pela fiscalização de má-fé, incapacidade técnica, financeira ou administrativa;

VI – deixar de iniciar os trabalhos de execução dos serviços, sem justo motivo, devidamente comprovado no prazo de 10 (dez) dias, após entrega da primeira Ordem de Serviços;

VII – interromper os trabalhos sem justo motivo, devidamente comprovado, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;

VIII – no interesse da **CONTRATANTE**;

§ 2º. Antes de ser declarada inadimplente, a parte será notificada pela outra, para dar cumprimento à Cláusula ou dispositivo contratual violado.

§ 3º. Exceto no caso de rescisão por mútuo acordo, não caberá à **ContratadA**, nenhuma espécie de indenização, ficando ainda estabelecido que, mesmo naquele caso, a **Contratante** não pagará indenização àquele por encargos resultantes da legislação trabalhista, e da previdência social, bem como aqueles decorrentes de atos ilícitos, praticados por ela, por seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES

13.1. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços contratados, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e lucros cessantes, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

I – suspensão do direito de licitar com a **Contratante**, pelo prazo que esta fixar, em função da natureza e da gravidade da falta cometida, não podendo, emnenhuma hipótese, ser superior em 01 (um) ano;

II – declaração de inidoneidade para licitar com a **Contratante**, considerados, para tanto, a reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade;

III – multas conforme o previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplica-se a este contrato a seguinte legislação:

a) Este Contrato vincula-se ao Pregão Presencial n.°001/2018, oriunda do Processo Administrativo n.°001/2018**,** regulando-se pelas suas Cláusulas e preceitos do Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, obrigando-se as partes a executar fielmente os dispostos neste instrumento.

b) A legislação aplicável à execução deste Contrato e especialmente nos casos omissos será a Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

15.1. Considera-se parte integrante deste Contrato, os seguintes documentos:

a) o Edital doPregão Presencial n.º 001/2018 e o Termo de Referência nº 001/2018, bem comoseus anexos;

b) a Proposta de Preços apresentada na licitação pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	02
Unidade:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	001
Função:	Saúde	10
Sub Função:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Complemento as Ações do SUS	7030
Projeto/Atividade:	Manutenção e encargos com o CORESS/MT	2002
Elemento de Despesa:	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) a **CONTRATADA** obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar;

b) é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

c) é defeso à **CONTRATADA** ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Ficará responsável pela fiscalização da execução dos serviços objeto do contrato a funcionária pública, Srª. **CRISTIANE DA COSTA AGUIAR KOLLING**, nomeada como Fiscal de Contratos, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das prestações de serviços, que tudo dará ciência à Administração e ao CORESS/MT, conforme art. 67, da lei nº 8666/93, com suas ulteriores alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO

20.1. As partes contratantes elegemo Foro da Comarca de Rondonópolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei n. 8.666 de 21/06/93.

Rondonópolis/MT, 13 de Abril de 2018.

NELSON ANTONIO PAIM Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT **CONTRATANTE**	**CARDIOCLINICA – CLINICA E DIAGNOSTICO DO CORAÇÃO LTDA - ME** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 016/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT E A EMPRESA CENTER VIDA CLINICA MÉDICA EIRELI-EPP, DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2018, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 001/2018 E EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NAS LEIS N.° 10.520/02 E 8.666/93 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

O **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** constituído sobre a forma jurídica de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.º 05.238.413/0001-22, com sede sito à Rua Fernando Correa da Costa, n.º 637, Centro A, nesta cidade de Rondonópolis/MT, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. **NELSON ANTÔNIO PAIM**, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Poxoréu/MT, portador do RG n.º 68190-1 e inscrito no CPF sob n.º522.597.811-87 residente e domiciliado na Rua Monteiro Lobato, nº 33, Novo Horizonte, em Poxoréu/MT, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **CENTER VIDA CLINICA MÉDICA EIRELI-EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º21.113.163/0001-50, com sede à Avenida Cuiabá n.°2.743, bairro Primavera II, no Município de Primavera do Leste./MT, neste ato representada por **ANA LEDA CALVO CARUCCIO**, brasileiro(a), profissão, gerente administrativa portador(a) do RG n.º Passaporte sob nº FB699207, inscrito(a) no CPF sob n.º017.489.541-05, residente e domiciliado(a) na Avenida Cuiabá n.°2.743, bairro Primavera II, no Município de Primavera do Leste/MT, doravante designado (a) **CONTRATADA**, considerando o cumprimento do estabelecido na Proposta apresentada ao Pregão Presencial N.º 004/2018, oriunda do PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 005/2018 e em observância ao disposto na Lei n.º 8.666/93 e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a: **Exame ultrassonografia de abdômen total, Exame ultrassonografia obstétrica, Exame Mapa, Consulta com cardiologista,** conforme descrição e valores constantes na cláusula quarta deste Instrumento e de acordo com as especificações e demais condições constantes no Termo de Referência n.º 004/2018 que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este contrato se consubstancia no procedimento licitatório realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.°004/2018, com fundamento nas Leisn.º 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, e nas convenções estabelecidas neste instrumento, conforme autorização da Autoridade Competente, Conselheiro Presidente **NELSON ANTÔNIO PAIM**, disposta no Processo Administrativo N.º 005/2018-CORESS/MT.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços, conforme condições eespecificações constantes no Termo de Referência n. 004/2017.

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n. 004/2018 e seus anexos.

3.3. Os serviços a que se refere o presente instrumento deverão ser realizados nos **Hospitais, clínicas, consultórios dos licitantes, bem como de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Primavera do Leste/MT.**

3.4. O regime de execução deste instrumento será o de prestação de serviços em empreitada por preço unitário, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, alínea 'b' da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

CÓDIGO TCE/MT	ESPECIALIDADE MÉDICA	TIPO	MUNICÍPIO DE ATEN-DIMENTO	QUANT. MENSAL	QUANT. TOTAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO R$	VALOR MÁXIMO TOTAL (09 MESES) R$
280419-0	ULTRASSONOGRAFIA DE AB. TOTAL	EXAME	PVA LESTE	100	900	67,49	60.741,00
0000246	ULTRASSONOGRAFIA OBS-TÉTRICA	EXAME	PVA LESTE	100	900	79,90	71.910,00
0000231	MAPA	EXAME	PVA LESTE	50	450	100,50	45.225,00
	CONSULTAS						
0004216	CONSULTA COM CARDIO-LOGISTA	CONSULTA	PVA LESTE	80	720	61,50	44.280,00

4.1.1. O valor total do presente contrato será de R$ 222.156,00 (Duzentos e vinte e dois mil, cento e cinquenta e seis reais).

4.1.2. No preço acima estipulado, estão incluídos os materiais, serviços, encargos e tributos relativos ao objeto deste contrato, renunciando, a **CONTRATADA**, o direito de reivindicar custos adicionais.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Consórcio Regional de Saúde, por escrito, emduas vias e entregues mediante recibo, bem como facilitar à CONTRATANTE todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, sob pena de rescisão contratual;

5.2. Executar os serviços ora contratados, nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência n. 004/2018,de acordo com a sua proposta de preço, e pelo período de vigência fixado neste Contrato, sob as penas da Lei Federal n.º 8. 666/93 e suas alterações posteriores;

5.3. Realizar somente consultas devidamente agendadas pela Central de Regulação deste Consórcio, uma vez que o mesmo não se responsabilizará pelos atendimentos realizados sem a devida autorização;

5.4. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Consórcio Regional de Saúde. No caso de subcontratação autorizada pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentesde culpa ou dolo, relativos à execução da **CONTRATADA** ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**;

5.6. Cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação a empregados de fornecedores contratados;

5.7. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Secretaria Municipal de Saúde de Primavera do Leste/MT;

5.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.9. A **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

5.10. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.11. A **CONTRATADA** terá como médico responsável pela realização dos atendimentos objeto deste instrumento o Dra. ALICE CALVO CARUCCIO, com registro no CRM/MT sob o n.º 2724., assumindo os ônus decorrentes do vínculo trabalhista, sendo de sua única e exclusiva responsabilidade as infrações ou multas que lhe forem impostas;

5.12. Sob nenhuma alegação a **CONTRATADA** poderá adiar ou interromper a execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Cumprir obrigatoriamente todas as cláusulas e obrigações estipuladas no presente contrato, sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2. Oferecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.3. Efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços prestados, nas condições e prazos acordados neste instrumento;

6.4. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.5. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, fixando prazo para sua correção;

6.6. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.7. Acompanhar a prestação do serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste oususpensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

6.8. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá vigência de 09 (nove) meses, a contar da data de sua assinatura**, podendo ser antecipado mediante o cumprimento total do objeto contratado ou se houver necessidade unilateral da** CONTRATANTE.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 5 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária.

7.2.1. **A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela** CONTRATANTE;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, medianteapresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura ecédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório.

7.4.O prazo de início da execução do serviço, objeto da presente licitação, não poderá ser superior a 02 (dois) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

7.5. **O presente contrato pode ser prorrogado** pelas partes por períodos sucessivos até atingir o prazo máximo de vigência 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

7.5.1 **– A prorrogação do prazo de execução, mesmo devidamente justificada, somente será autorizada havendo concordância entre** CONTRATADA e CONTRATANTE**, mediante lavratura de Termo Aditivo.**

7.6. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

8.1.1. **Cópia do Registro Obrigatório de Atendimentos – ROAs, devidamente assinado e carimbado pelo profissional responsável pela execução dos serviços;**

8.1.2. **Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;**

8.1.3. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;**

8.1.4. **Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo inclusive a Regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), Estadual e Municipal, do domicílio sede da CONTRATADA.**

8.1.4.1. **O Contribuinte Individual fará prova de regularidade perante a Previdência Social mediante a apresentação Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI).**

8.2. O pagamento será efetuado pelo Consórcio Regional de Saúde mensalmente, até o 30º (trigésimo) dia útil subsequente ao mês de prestação de serviços, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentoscomprobatórios, conforme indicado no subitem 8.1, mediante ordem bancária, emitida através doBanco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

8.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviçosprestados a este Consórcio, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

8.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidasa contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição,sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5. O valor mensal deverá variar de acordo com o número de atendimentos efetivamente realizados.

8.5.1 Fica estabelecido que, para que não haja prejuízo à administração pública, só serão pagosos **plantões efetivamente realizados e os serviços prestados**, sob pena de se causar enriquecimento ilícito da CONTRATADA.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações acima especificadas.

8.7. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1.O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado odisposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

10.1. A **Contratante** se reserva ao direito de sustar pagamentos devidos à **ContratadA**, nos seguintes casos:

I – irregularidades constatadas pela fiscalização do CORESS/MT;

II – obrigações da **Contratada** com terceiros, que possam afetar os interesses da **Contratante**;

III – inadimplência total ou parcial da **Contratada**, no cumprimento e execução do aqui ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93.

11.1.2. Por acordo das partes:

a) A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Parágrafo Único: Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A **Contratante** poderá rescindir o presente contrato, se assim determinar o superior interesse Público, sem que incorra em qualquer penalidade, pagando à **CONTRATADA**, os serviços executados se os mesmos tiverem de acordo com o exigido.

§ 1º. A **Contratante** poderá rescindir, unilateralmente, o presente contrato, independentemente da notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, perdendo a **Contratada**, as garantias e retenções efetivadas nas seguintes condições:

I – descumprimento parcial ou total das cláusulas aqui acordadas, que causem evidentes prejuízos aos interesses da **Contratante**;

II – inobservância das normas e especificações;

III – subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, cessão, a qualquer título da contratação sem garantias, negociação de duplicatas, referentes a faturas emitidas, com estabelecimentos financeiros ou com terceiros, sem prévia e expressa autorização da **Contratante**;

IV – cometer qualquer fraude;

V – reiterada constatação pela fiscalização de má-fé, incapacidade técnica, financeira ou administrativa;

VI – deixar de iniciar os trabalhos de execução dos serviços, sem justo motivo, devidamente comprovado no prazo de 10 (dez) dias, após entrega da primeira Ordem de Serviços;

VII – interromper os trabalhos sem justo motivo, devidamente comprovado, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;

VIII – no interesse da **CONTRATANTE**;

§ 2º. Antes de ser declarada inadimplente, a parte será notificada pela outra, para dar cumprimento à Cláusula ou dispositivo contratual violado.

§ 3º. Exceto no caso de rescisão por mútuo acordo, não caberá à **ContratadA**, nenhuma espécie de indenização, ficando ainda estabelecido que, mesmo naquele caso, a **Contratante** não pagará indenização àquele por encargos resultantes da legislação trabalhista, e da previdência social, bem como aqueles decorrentes de atos ilícitos, praticados por ela, por seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES

13.1. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços contratados, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e lucros cessantes, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

I – suspensão do direito de licitar com a **Contratante**, pelo prazo que esta fixar, em função da natureza e da gravidade da falta cometida, não podendo, emnenhuma hipótese, ser superior em 01 (um) ano;

II – declaração de inidoneidade para licitar com a **Contratante**, considerados, para tanto, a reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade;

III – multas conforme o previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplica-se a este contrato a seguinte legislação:

a) Este Contrato vincula-se ao Pregão Presencial n.°001/2018, oriunda do Processo Administrativo n.°001/2018**,** regulando-se pelas suas Cláusulas e preceitos do Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, obrigando-se as partes a executar fielmente os dispostos neste instrumento.

b) A legislação aplicável à execução deste Contrato e especialmente nos casos omissos será a Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

15.1. Considera-se parte integrante deste Contrato, os seguintes documentos:

a) o Edital doPregão Presencial n.º 001/2018 e o Termo de Referência nº 001/2018, bem comoseus anexos;

b) a Proposta de Preços apresentada na licitação pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	02
Unidade:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	001
Função:	Saúde	10
Sub Função:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Complemento as Ações do SUS	7030
Projeto/Atividade:	Manutenção e encargos com o CORESS/MT	2002
Elemento de Despesa:	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) a **CONTRATADA** obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar;

b) é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

c) é defeso à **CONTRATADA** ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Ficará responsável pela fiscalização da execução dos serviços objeto do contrato a funcionária pública, Srª. **CRISTIANE DA COSTA AGUIAR KOLLING**, nomeada como Fiscal de Contratos, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das prestações de serviços, que tudo dará ciência à Administração e ao CORESS/MT, conforme art. 67, da lei nº 8666/93, com suas ulteriores alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO

20.1. As partes contratantes elegemo Foro da Comarca de Rondonópolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei n. 8.666 de 21/06/93.

Rondonópolis/MT,13 de Abril de 2018.

_____ **NELSON ANTONIO PAIM** Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT **CONTRATANTE**	_____ **CENTER VIDA CLINICA MÉDICA EIRELI-EPP CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 015/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT E A EMPRESA ALEXANDRE LOVERDE FALCÃO, DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018 E EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NAS LEIS N.° 10.520/02 E 8.666/93 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

O **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** constituído sobre a forma jurídica de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.º 05.238.413/0001-22, com sede sito à Rua Fernando Correa da Costa, n.º 637, Centro A, nesta cidade de Rondonópolis/MT, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. **NELSON ANTÔNIO PAIM**, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Poxoréu/MT, portador do RG n.º 68190-1 e inscrito no CPF sob n.º522.597.811-87 residente e domiciliado na Rua Monteiro Lobato, nº 33, Novo Horizonte, em Poxoréu/MT, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **ALEXANDRE LOVERDE FALCÃO**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º21.476.774/0001-63, com sede à Avenida GV 11, n.°04, bairro Granville, no Município de Rondonópolis/MT, neste ato representada pela Sr. **ALEXANDRE LOVERDE FALCÃO**, brasileiro (a) , casado(a), portador(a) do RG n.º 130.4473-7, órgão expedidor/UFMT, inscrito(a) no CPF sob n.º049.245.036-65, residente e domiciliado(a) na Avenida GV 11, n.°04, bairro Granville, no Município de Rondonópolis/MT, doravante designado (a) **CONTRATADA**, considerando o cumprimento do estabelecido na Proposta apresentada ao Pregão Presencial nº 005/2018, oriunda do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018** e em observância ao disposto na Lei n.º 8.666/93 e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a: **Exame Laudo de Eletroencefalograma - EEG,** conforme descrição e valores constantes na cláusula quarta deste Instrumento e de acordo com as especificações e demais condições constantes no **Termo de Referência nº 005/2018** que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este contrato se consubstancia no procedimento licitatório realizado na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2018**, com fundamento nas Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, e nas convenções estabelecidas neste instrumento, conforme autorização da Autoridade Competente, Conselheiro Presidente **NELSON ANTÔNIO PAIM**, disposta no **Processo Administrativo Nº 005/2018-CORESS/MT**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços, conforme condições e especificações constantes no **Termo de Referência nº 005/2018.**

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial nº 005/2018** e seus anexos.

3.3. Os serviços a que se refere o presente instrumento deverão ser realizados nos **Hospitais, clínicas, consultórios dos licitantes, bem como nas dependências do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso.**

3.4. O regime de execução deste instrumento será o de prestação de serviços em empreitada por preço unitário, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, alínea 'b' da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

COD TCE	ESPECIALIDADE MÉDICA	TIPO	MUNICÍPIO DE ATENDIMENTO	QUANT. MENSAL	QUANT. TOTAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL (09 MESES)
270197-9	LAUDO DE ELETROENCEFALOGRAMA	EXAME	RONDONÓPOLIS	100	900	36,55	32.895,00

4.1.1. O valor total do presente contrato será de R$ 32.895,00 (Trinta e dois mil oitocentos e noventa e cinco reais).

4.1.2. No preço acima estipulado, estão incluídos os materiais, serviços, encargos e tributos relativos ao objeto deste contrato, renunciando, a **CONTRATADA**, o direito de reivindicar custos adicionais.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Consórcio Regional de Saúde, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo, bem como facilitar à CONTRATANTE todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, sob pena de rescisão contratual;

5.2. Executar os serviços ora contratados, nos termos estabelecidos no Edital de Licitação eseus anexos, especialmente os previstos no **Termo de Referência nº 005/2018**, **de acordo com a sua proposta de preço, e pelo período de vigência fixado neste Contrato, sob as penas da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;**

5.3. Realizar somente consultas devidamente agendadas pela Central de Regulação deste Consórcio, uma vez que o mesmo não se responsabilizará pelos atendimentos realizados sem a devida autorização;

5.4. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Consórcio Regional de Saúde. No caso de subcontratação autorizada pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da **CONTRATADA** ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**;

5.6. Cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação a empregados de fornecedores contratados;

5.7. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do CORESS/MT;

5.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.9. A **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

5.10. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.11. A **CONTRATADA** terá como médico responsável pela realização dos atendimentos objeto deste instrumento o Dr. **ALEXANDRE LOVERDE FALCÃO**, com registro no CRM/MT sob o n.º5971-MT, assumindo os ônus decorrentes do vínculo trabalhista, sendo de sua única e exclusiva responsabilidade as infrações ou multas que lhe forem impostas;

5.12. Sob nenhuma alegação a **CONTRATADA** poderá adiar ou interromper a execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Cumprir obrigatoriamente todas as cláusulas e obrigações estipuladas no presente contrato, sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2. Oferecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.3. Efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços prestados, nas condições e prazos acordados neste instrumento;

6.4. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.5. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, fixando prazo para sua correção;

6.6. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.7. Acompanhar a prestação do serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste oususpensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

6.8. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá vigência de 09 (nove) meses, a contar da data de sua assinatura**, podendo ser antecipado mediante o cumprimento total do objeto contratado ou se houver necessidade unilateral da** CONTRATANTE.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 5 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária.

7.2.1. **A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desdeque ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela** CONTRATANTE;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, medianteapresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório.

7.4. O prazo de início da execução do serviço, objeto da presente licitação, não poderá ser superior a 02 (dois) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

7.5. **O presente contrato pode ser prorrogado** pelas partes por períodos sucessivos até atingir o prazo máximo de vigência 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

7.5.1 **– A prorrogação do prazo de execução, mesmo devidamente justificada, somente será autorizada havendo concordância entre** CONTRATADA e CONTRATANTE**, mediante lavratura de Termo Aditivo.**

7.6. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s),emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

8.1.1. **Cópia do Registro Obrigatório de Atendimentos – ROAs, devidamente assinado e carimbado pelo profissional responsável pela execução dos serviços;**

8.1.2. **Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;**

8.1.3. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;**

8.1.4. **Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo inclusive a Regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), Estadual e Municipal, do domicílio sede da CONTRATADA.**

8.1.4.1. **O Contribuinte Individual fará prova de regularidade perante a Previdência Social mediante a apresentação Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI).**

8.2. O pagamento será efetuado pelo Consórcio Regional de Saúde mensalmente, até o 30º (trigésimo) dia útil subsequente ao mês de prestação de serviços, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentoscomprobatórios, conforme indicado no subitem 8.1, mediante ordem bancária, emitida através doBanco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

8.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviçosprestados a este Consórcio, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

8.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidasa contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5. O valor mensal deverá variar de acordo com o número de atendimentos efetivamente realizados.

8.5.1 Fica estabelecido que, para que não haja prejuízo à administração pública, só serão pagos as **cirurgias efetivamente realizadas e os serviços prestados**, sob pena de se causar enriquecimento ilícito da CONTRATADA.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma dassituações acima especificadas.

8.7. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

10.1. A **Contratante** se reserva ao direito de sustar pagamentos devidos à **ContratadA**, nos seguintes casos:

I – irregularidades constatadas pela fiscalização do CORESS/MT;

II – obrigações da **Contratada** com terceiros, que possam afetar os interesses da **Contratante**;

III – inadimplência total ou parcial da **Contratada**, no cumprimento e execução do aqui ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93.

11.1.2. Por acordo das partes:

a) A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Parágrafo Único: Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A **Contratante** poderá rescindir o presente contrato, se assim determinar o superior interesse Público, sem que incorra em qualquer penalidade, pagando à **CONTRATADA**, os serviços executados se os mesmos tiverem de acordo com o exigido.

§ 1º. A **Contratante** poderá rescindir, unilateralmente, o presente contrato, independentemente da notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, perdendo a **Contratada**, as garantias e retenções efetivadas nas seguintes condições:

I – descumprimento parcial ou total das cláusulas aqui acordadas, que causem evidentes prejuízos aos interesses da **Contratante**;

II – inobservância das normas e especificações;

III – subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, cessão, a qualquer título da contratação sem garantias, negociação de duplicatas, referentes a faturas emitidas, com estabelecimentos financeiros ou com terceiros, sem prévia e expressa autorização da **Contratante**;

IV – cometer qualquer fraude;

V – reiterada constatação pela fiscalização de má-fé, incapacidade técnica, financeira ou administrativa;

VI – deixar de iniciar os trabalhos de execução dos serviços, sem justo motivo, devidamente comprovado no prazo de 10 (dez) dias, após entrega da primeira Ordem de Serviços;

VII – interromper os trabalhos sem justo motivo, devidamente comprovado, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;

VIII – no interesse da **CONTRATANTE**;

§ 2º. Antes de ser declarada inadimplente, a parte será notificada pela outra, para dar cumprimento à Cláusula ou dispositivo contratual violado.

§ 3º. Exceto no caso de rescisão por mútuo acordo, não caberá à **ContratadA**, nenhuma espécie de indenização, ficando ainda estabelecido que, mesmo naquele caso, a **Contratante** não pagará indenização àquele por encargos resultantes da legislação trabalhista, e da previdência social, bem como aqueles decorrentes de atos ilícitos, praticados por ela, por seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES

13.1. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços contratados, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e lucros cessantes, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

I – suspensão do direito de licitar com a **Contratante**, pelo prazo que esta fixar, em função da natureza e da gravidade da falta cometida, não podendo, em nenhuma hipótese, ser superior em 01 (um) ano;

II – declaração de inidoneidade para licitar com a **Contratante**, considerados, para tanto, a reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade;

III – multas conforme o previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplica-se a este contrato a seguinte legislação:

a) Este Contrato vincula-se ao **PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2018**, oriunda do **Processo Administrativo n° 006/2018,** regulando-se pelas suas Cláusulas e preceitos do Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, obrigando-se as partes a executar fielmente os dispostos neste instrumento.

b) A legislação aplicável à execução deste Contrato e especialmente nos casos omissos será a Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

15.1. Considera-se parte integrante deste Contrato, os seguintes documentos:

a) o Edital do Pregão Presencial nº 005/2018 e o **Termo de Referência nº 005/2018**, bem como seus anexos;

b) a Proposta de Preços apresentada na licitação pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	02
Unidade:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	001
Função:	Saúde	10
Sub Função:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Complemento as Ações do SUS	7030
Projeto/Atividade:	Manutenção e encargos com o CORESS/MT	2002
Elemento de Despesa:	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) a **CONTRATADA** obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar;

b) é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

c) é defeso à **CONTRATADA** ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Ficará responsável pela fiscalização da execução dos serviços objeto do contrato a funcionária pública, Sr.ª **CRISTIANE DA COSTA AGUIAR KOLLING**, nomeada como Fiscal de Contratos, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das prestações de serviços, que tudo dará ciência à Administração e ao CORESS/MT, conforme art. 67, da lei nº 8666/93, com suas ulteriores alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO

20.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Rondonópolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei n. 8.666 de 21/06/93.

Rondonópolis/MT, 17 de Abril de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT **CONTRATANTE**	**ALEXANDRE LOVERDE FALCÃO** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 009/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT E A EMPRESA ALEXANDRE LOVERDE FALCÃO, DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018 E EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NAS LEIS N.° 10.520/02 E 8.666/93 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

O **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** constituído sobre a forma jurídica de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.º 05.238.413/0001-22, com sede sito à Rua Fernando Correa da Costa, n.º 637, Centro A, nesta cidade de Rondonópolis/MT, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. **NELSON ANTÔNIO PAIM**, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Poxoréu/MT, portador do RG n.º 68190-1 e inscrito no CPF sob n.º522.597.811-87 residente e domiciliado na Rua Monteiro Lobato, nº 33, Novo Horizonte, em Poxoréu/MT, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **ALEXANDRE LOVERDE FALCÃO**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º21.476.774/0001-63, com sede à Avenida GV 11, n.°04, bairro Granville, no Município de Rondonópolis/MT, neste ato representada pela Sr. **ALEXANDRE LOVERDE FALCÃO**, brasileiro (a) , casado(a), portador(a) do RG n.º 130.4473-7, órgão expedidor/UFMT, inscrito(a) no CPF sob n.º049.245.036-65, residente e domiciliado(a) na Avenida GV 11, n.°04, bairro Granville, no Município de Rondonópolis/MT, doravante designado (a) **CONTRATADA**, considerando o cumprimento do estabelecido na Proposta apresentada ao Pregão Presencial nº 005/2018, oriunda do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018** e em observância ao disposto na Lei n.º 8.666/93 e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a: **Consulta com Neurologista,** conforme descrição e valores constantes na cláusula quarta deste Instrumento e de acordo com as especificações e demais condições constantes no **Termo de Referência nº 005/2018** que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este contrato se consubstancia no procedimento licitatório realizado na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2018**, com fundamento nas Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, e nas convenções estabelecidas neste instrumento, conforme autorização da Autoridade Competente, Conselheiro Presidente **NELSON ANTÔNIO PAIM**, disposta no **Processo Administrativo Nº 005/2018-CORESS/MT**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços, conforme condições e especificações constantes no **Termo de Referência nº 005/2018.**

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial nº 005/2018** e seus anexos.

3.3. Os serviços a que se refere o presente instrumento deverão ser realizados nos **Hospitais, clínicas, consultórios dos licitantes, bem como nas dependências do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso.**

3.4. O regime de execução deste instrumento será o de prestação de serviços em empreitada por preço unitário, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, alínea 'b' da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

COD TCE	ESPECIALIDADE MÉDICA	TIPO	MUNICÍPIO DE ATENDIMENTO	QUANT. MENSAL	QUANT. TOTAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL (09 MESES)
0004453	CONSULTA COM NEUROLOGISTA	CONSULTA	ROO/PVA	300	2.700	69,00	186.300,00

4.1.1. O valor total do presente contrato será de R$ 186.300,00 (Cento oitenta e seis mil e trezentos reais).

4.1.2. No preço acima estipulado, estão incluídos os materiais, serviços, encargos e tributos relativos ao objeto deste contrato, renunciando, a **CONTRATADA**, o direito de reivindicar custos adicionais.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Consórcio Regional de Saúde, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo, bem como facilitar à CONTRATANTE todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, sob pena de rescisão contratual;

5.2. Executar os serviços ora contratados, nos termos estabelecidos no Edital de Licitação eseus anexos, especialmente os previstos no **Termo de Referência nº 005/2018**, **de acordo com a sua proposta de preço, e pelo período de vigência fixado neste Contrato, sob as penas da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;**

5.3. Realizar somente consultas devidamente agendadas pela Central de Regulação deste Consórcio, uma vez que o mesmo não se responsabilizará pelos atendimentos realizados sem a devida autorização;

5.4. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Consórcio Regional de Saúde. No caso de subcontratação autorizada pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da **CONTRATADA** ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**;

5.6. Cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação a empregados de fornecedores contratados;

5.7. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do CORESS/MT;

5.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.9. A **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

5.10. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.11. A **CONTRATADA** terá como médico responsável pela realização dos atendimentos objeto deste instrumento o Dr. **ALEXANDRE LOVERDE FALCÃO**, com registro no CRM/MT sob o n.º5971-MT, assumindo os ônus decorrentes do vínculo trabalhista, sendo de sua única e exclusiva responsabilidade as infrações ou multas que lhe forem impostas;

5.12. Sob nenhuma alegação a **CONTRATADA** poderá adiar ou interromper a execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Cumprir obrigatoriamente todas as cláusulas e obrigações estipuladas no presente contrato, sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2. Oferecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.3. Efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços prestados, nas condições e prazos acordados neste instrumento;

6.4. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.5. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, fixando prazo para sua correção;

6.6. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.7. Acompanhar a prestação do serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste oususpensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

6.8. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá vigência de 09 (nove) meses, a contar da data de sua assinatura**, podendo ser antecipado mediante o cumprimento total do objeto contratado ou se houver necessidade unilateral da** CONTRATANTE.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 5 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária.

7.2.1. **A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desdeque ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela** CONTRATANTE;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, medianteapresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório.

7.4. O prazo de início da execução do serviço, objeto da presente licitação, não poderá ser superior a 02 (dois) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

7.5. **O presente contrato pode ser prorrogado** pelas partes por períodos sucessivos até atingir o prazo máximo de vigência 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

7.5.1 **– A prorrogação do prazo de execução, mesmo devidamente justificada, somente será autorizada havendo concordância entre** CONTRATADA e CONTRATANTE**, mediante lavratura de Termo Aditivo.**

7.6. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s),emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

8.1.1. **Cópia do Registro Obrigatório de Atendimentos – ROAs, devidamente assinado e carimbado pelo profissional responsável pela execução dos serviços;**

8.1.2. **Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;**

8.1.3. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;**

8.1.4. **Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo inclusive a Regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), Estadual e Municipal, do domicílio sede da CONTRATADA.**

8.1.4.1. **O Contribuinte Individual fará prova de regularidade perante a Previdência Social mediante a apresentação Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI).**

8.2. O pagamento será efetuado pelo Consórcio Regional de Saúde mensalmente, até o 30º (trigésimo) dia útil subsequente ao mês de prestação de serviços, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentoscomprobatórios, conforme indicado no subitem 8.1, mediante ordem bancária, emitida através doBanco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

8.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviçosprestados a este Consórcio, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

8.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidasa contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5. O valor mensal deverá variar de acordo com o número de atendimentos efetivamente realizados.

8.5.1 Fica estabelecido que, para que não haja prejuízo à administração pública, só serão pagos as **cirurgias efetivamente realizadas e os serviços prestados**, sob pena de se causar enriquecimento ilícito da CONTRATADA.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma dassituações acima especificadas.

8.7. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

10.1. A **Contratante** se reserva ao direito de sustar pagamentos devidos à **ContratadA**, nos seguintes casos:

I – irregularidades constatadas pela fiscalização do CORESS/MT;

II – obrigações da **Contratada** com terceiros, que possam afetar os interesses da **Contratante**;

III – inadimplência total ou parcial da **Contratada**, no cumprimento e execução do aqui ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93.

11.1.2. Por acordo das partes:

a) A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Parágrafo Único: Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A **Contratante** poderá rescindir o presente contrato, se assim determinar o superior interesse Público, sem que incorra em qualquer penalidade, pagando à **CONTRATADA**, os serviços executados se os mesmos tiverem de acordo com o exigido.

§ 1º. A **Contratante** poderá rescindir, unilateralmente, o presente contrato, independentemente da notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, perdendo a **Contratada**, as garantias e retenções efetivadas nas seguintes condições:

I – descumprimento parcial ou total das cláusulas aqui acordadas, que causem evidentes prejuízos aos interesses da **Contratante**;

II – inobservância das normas e especificações;

III – subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, cessão, a qualquer título da contratação sem garantias, negociação de duplicatas, referentes a faturas emitidas, com estabelecimentos financeiros ou com terceiros, sem prévia e expressa autorização da **Contratante**;

IV – cometer qualquer fraude;

V – reiterada constatação pela fiscalização de má-fé, incapacidade técnica, financeira ou administrativa;

VI – deixar de iniciar os trabalhos de execução dos serviços, sem justo motivo, devidamente comprovado no prazo de 10 (dez) dias, após entrega da primeira Ordem de Serviços;

VII – interromper os trabalhos sem justo motivo, devidamente comprovado, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;

VIII – no interesse da **CONTRATANTE**;

§ 2º. Antes de ser declarada inadimplente, a parte será notificada pela outra, para dar cumprimento à Cláusula ou dispositivo contratual violado.

§ 3º. Exceto no caso de rescisão por mútuo acordo, não caberá à **ContratadA**, nenhuma espécie de indenização, ficando ainda estabelecido que, mesmo naquele caso, a **Contratante** não pagará indenização àquele por encargos resultantes da legislação trabalhista, e da previdência social, bem como aqueles decorrentes de atos ilícitos, praticados por ela, por seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES

13.1. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços contratados, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e lucros cessantes, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

I – suspensão do direito de licitar com a **Contratante**, pelo prazo que esta fixar, em função da natureza e da gravidade da falta cometida, não podendo, em nenhuma hipótese, ser superior em 01 (um) ano;

II – declaração de inidoneidade para licitar com a **Contratante**, considerados, para tanto, a reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade;

III – multas conforme o previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplica-se a este contrato a seguinte legislação:

a) Este Contrato vincula-se ao **PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2018**, oriunda do **Processo Administrativo n° 006/2018,** regulando-se pelas suas Cláusulas e preceitos do Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, obrigando-se as partes a executar fielmente os dispostos neste instrumento.

b) A legislação aplicável à execução deste Contrato e especialmente nos casos omissos será a Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

15.1. Considera-se parte integrante deste Contrato, os seguintes documentos:

a) o Edital do Pregão Presencial nº 005/2018 e o **Termo de Referência nº 005/2018**, bem como seus anexos;

b) a Proposta de Preços apresentada na licitação pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	02
Unidade:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	001
Função:	Saúde	10
Sub Função:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Complemento as Ações do SUS	7030
Projeto/Atividade:	Manutenção e encargos com o CORESS/MT	2002
Elemento de Despesa:	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) a **CONTRATADA** obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar;

b) é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

c) é defeso à **CONTRATADA** ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Ficará responsável pela fiscalização da execução dos serviços objeto do contrato a funcionária pública, Sr.ª **CRISTIANE DA COSTA AGUIAR KOLLING**, nomeada como Fiscal de Contratos, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das prestações de serviços, que tudo dará ciência à Administração e ao CORESS/MT, conforme art. 67, da lei nº 8666/93, com suas ulteriores alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO

20.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Rondonópolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei n. 8.666 de 21/06/93.

Rondonópolis/MT, 17 de Abril de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT **CONTRATANTE**	**ALEXANDRE LOVERDE FALCÃO** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 010/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT E A EMPRESA ANGIOLOGIA E CIRURGIA VASCULAR LTDA-ME, DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018 E EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NAS LEIS N.° 10.520/02 E 8.666/93 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

O **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** constituído sobre a forma jurídica de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.º 05.238.413/0001-22, com sede sito à Rua Fernando Correa da Costa, n.º 637, Centro A, nesta cidade de Rondonópolis/MT, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. **NELSON ANTÔNIO PAIM**, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Poxoréu/MT, portador do RG n.º 68190-1 e inscrito no CPF sob n.º522.597.811-87 residente e domiciliado na Rua Monteiro Lobato, nº 33, Novo Horizonte, em Poxoréu/MT, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **ANGIOLOGIA E CIRURGIA VASCULAR LTDA-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º08.762.309/0001-20, com sede à Rua José Salmem n.°573, bairro Vila Birigui, no Município de Rondonópolis/MT, neste ato representada pela Sr. **LUCIANO AUGSTO DE OLIVEIRA**, brasileiro (a), portador (a) do RG n.º M-4.583.033, órgão expedidor/ SSP/SG, inscrito(a) no CPF sob n.º719.075.056-87, residente e domiciliado(a) a Rua José Salmem, nº 573, bairro Vila Birigui, no Município de Rondonópolis/MT, doravante designado (a) **CONTRATADA**, considerando o cumprimento do estabelecido na Proposta apresentada ao Pregão Presencial nº 005/2018, oriunda do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018** e em observância ao disposto na Lei n.º 8.666/93 e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a: **Consulta com Cir. Vascular, Exame Doppler Venoso Membros Inferiores, Exame Doppler Carótidas,** conforme descrição e valores constantes na cláusula quarta deste Instrumento e de acordo com as especificações e demais condições constantes no **Termo de Referência nº 005/2018** que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este contrato se consubstancia no procedimento licitatório realizado na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2018**, com fundamento nas Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, e nas convenções estabelecidas neste instrumento, conforme autorização da Autoridade Competente, Conselheiro Presidente **NELSON ANTÔNIO PAIM**, disposta no **Processo Administrativo Nº 005/2018-CORESS/MT**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços, conforme condições e especificações constantes no **Termo de Referência nº 005/2018.**

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial nº 005/2018** e seus anexos.

3.3. Os serviços a que se refere o presente instrumento deverão ser realizados nos **Hospitais, clínicas, consultórios dos licitantes, bem como nas dependências do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso.**

3.4. O regime de execução deste instrumento será o de prestação de serviços em empreitada por preço unitário, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, alínea 'b' da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

COD TCE	ESPECIALIDADE MÉDICA	TIPO	MUNICÍPIO DE ATENDIMENTO	QUANT. MENSAL	QUANT. TOTAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL (09 MESES)
0004555	CONSULTA COM CIR. VASCULAR/ ANGIOLOGISTA.	CONSULTA	RONDONÓPOLIS	200	1.800	70,00	126.000,00
0000242	DOPPLER VENOSO MEMBRO INFERIORES	EXAME	RONDONÓPOLIS	100	900	205,00	184.500,00
0000429	DOPPLER CAROTIDAS	EXAME	RONDONÓPOLIS	50	450	260,00	117.000,00

4.1.1. O valor total do presente contrato será de R$ 427.500,00 (Quatrocentos vinte e sete mil e quinhentos reais).

4.1.2. No preço acima estipulado, estão incluídos os materiais, serviços, encargos e tributos relativos ao objeto deste contrato, renunciando, a **CONTRATADA**, o direito de reivindicar custos adicionais.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Consórcio Regional de Saúde, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo, bem como facilitar à CONTRATANTE todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, sob pena de rescisão contratual;

5.2. Executar os serviços ora contratados, nos termos estabelecidos no Edital de Licitação eseus anexos, especialmente os previstos no **Termo de Referência nº 005/2018**, **de acordo com a sua proposta de preço, e pelo período de vigência fixado neste Contrato, sob as penas da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;**

5.3. Realizar somente consultas devidamente agendadas pela Central de Regulação deste Consórcio, uma vez que o mesmo não se responsabilizará pelos atendimentos realizados sem a devida autorização;

5.4. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Consórcio Regional de Saúde. No caso de subcontratação autorizada pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da **CONTRATADA** ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**;

5.6. Cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação a empregados de fornecedores contratados;

5.7. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do CORESS/MT;

5.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.9. A **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

5.10. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.11. A **CONTRATADA** terá como médico responsável pela realização dos atendimentos objeto deste instrumento o Dr. **CÉSAR RODRIGUES RAMOS**, com registro no CRM/MT sob o n.º0001201-MT, assumindo os ônus decorrentes do vínculo trabalhista, sendo de sua única e exclusiva responsabilidade as infrações ou multas que lhe forem impostas;

5.12. Sob nenhuma alegação a **CONTRATADA** poderá adiar ou interromper a execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Cumprir obrigatoriamente todas as cláusulas e obrigações estipuladas no presente contrato, sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2. Oferecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.3. Efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços prestados, nas condições e prazos acordados neste instrumento;

6.4. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.5. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, fixando prazo para sua correção;

6.6. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.7. Acompanhar a prestação do serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste oususpensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

6.8. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá vigência de 09 (nove) meses, a contar da data de sua assinatura**, podendo ser antecipado mediante o cumprimento total do objeto contratado ou se houver necessidade unilateral da** CONTRATANTE.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 5 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária.

7.2.1. **A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desdeque ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela** CONTRATANTE;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, medianteapresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório.

7.4. O prazo de início da execução do serviço, objeto da presente licitação, não poderá ser superior a 02 (dois) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

7.5. **O presente contrato pode ser prorrogado** pelas partes por períodos sucessivos até atingir o prazo máximo de vigência 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

7.5.1 **– A prorrogação do prazo de execução, mesmo devidamente justificada, somente será autorizada havendo concordância entre** CONTRATADA e CONTRATANTE**, mediante lavratura de Termo Aditivo.**

7.6. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s),emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

8.1.1. **Cópia do Registro Obrigatório de Atendimentos – ROAs, devidamente assinado e carimbado pelo profissional responsável pela execução dos serviços;**

8.1.2. **Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;**

8.1.3. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;**

8.1.4. **Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo inclusive a Regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), Estadual e Municipal, do domicílio sede da CONTRATADA.**

8.1.4.1. **O Contribuinte Individual fará prova de regularidade perante a Previdência Social mediante a apresentação Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI).**

8.2. O pagamento será efetuado pelo Consórcio Regional de Saúde mensalmente, até o 30º (trigésimo) dia útil subsequente ao mês de prestação de serviços, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentoscomprobatórios, conforme indicado no subitem 8.1, mediante ordem bancária, emitida através doBanco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

8.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviçosprestados a este Consórcio, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

8.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidasa contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5. O valor mensal deverá variar de acordo com o número de atendimentos efetivamente realizados.

8.5.1 Fica estabelecido que, para que não haja prejuízo à administração pública, só serão pagos as **cirurgias efetivamente realizadas e os serviços prestados**, sob pena de se causar enriquecimento ilícito da CONTRATADA.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma dassituações acima especificadas.

8.7. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

10.1. A **Contratante** se reserva ao direito de sustar pagamentos devidos à **ContratadA**, nos seguintes casos:

I – irregularidades constatadas pela fiscalização do CORESS/MT;

II – obrigações da **Contratada** com terceiros, que possam afetar os interesses da **Contratante**;

III – inadimplência total ou parcial da **Contratada**, no cumprimento e execução do aqui ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93.

11.1.2. Por acordo das partes:

a) A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Parágrafo Único: Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A **Contratante** poderá rescindir o presente contrato, se assim determinar o superior interesse Público, sem que incorra em qualquer penalidade, pagando à **CONTRATADA**, os serviços executados se os mesmos tiverem de acordo com o exigido.

§ 1º. A **Contratante** poderá rescindir, unilateralmente, o presente contrato, independentemente da notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, perdendo a **Contratada**, as garantias e retenções efetivadas nas seguintes condições:

I – descumprimento parcial ou total das cláusulas aqui acordadas, que causem evidentes prejuízos aos interesses da **Contratante**;

II – inobservância das normas e especificações;

III – subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, cessão, a qualquer título da contratação sem garantias, negociação de duplicatas, referentes a faturas emitidas, com estabelecimentos financeiros ou com terceiros, sem prévia e expressa autorização da **Contratante**;

IV – cometer qualquer fraude;

V – reiterada constatação pela fiscalização de má-fé, incapacidade técnica, financeira ou administrativa;

VI – deixar de iniciar os trabalhos de execução dos serviços, sem justo motivo, devidamente comprovado no prazo de 10 (dez) dias, após entrega da primeira Ordem de Serviços;

VII – interromper os trabalhos sem justo motivo, devidamente comprovado, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;

VIII – no interesse da **CONTRATANTE**;

§ 2º. Antes de ser declarada inadimplente, a parte será notificada pela outra, para dar cumprimento à Cláusula ou dispositivo contratual violado.

§ 3º. Exceto no caso de rescisão por mútuo acordo, não caberá à **ContratadA**, nenhuma espécie de indenização, ficando ainda estabelecido que, mesmo naquele caso, a **Contratante** não pagará indenização àquele por encargos resultantes da legislação trabalhista, e da previdência social, bem como aqueles decorrentes de atos ilícitos, praticados por ela, por seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES

13.1. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços contratados, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e lucros cessantes, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

I – suspensão do direito de licitar com a **Contratante**, pelo prazo que esta fixar, em função da natureza e da gravidade da falta cometida, não podendo, em nenhuma hipótese, ser superior em 01 (um) ano;

II – declaração de inidoneidade para licitar com a **Contratante**, considerados, para tanto, a reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade;

III – multas conforme o previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplica-se a este contrato a seguinte legislação:

a) Este Contrato vincula-se ao **PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2018**, oriunda do **Processo Administrativo n° 006/2018,** regulando-se pelas suas Cláusulas e preceitos do Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, obrigando-se as partes a executar fielmente os dispostos neste instrumento.

b) A legislação aplicável à execução deste Contrato e especialmente nos casos omissos será a Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

15.1. Considera-se parte integrante deste Contrato, os seguintes documentos:

a) o Edital do Pregão Presencial nº 005/2018 e o **Termo de Referência nº 005/2018**, bem como seus anexos;

b) a Proposta de Preços apresentada na licitação pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	02
Unidade:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	001
Função:	Saúde	10
Sub Função:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Complemento as Ações do SUS	7030
Projeto/Atividade:	Manutenção e encargos com o CORESS/MT	2002
Elemento de Despesa:	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) a **CONTRATADA** obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar;

b) é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

c) é defeso à **CONTRATADA** ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Ficará responsável pela fiscalização da execução dos serviços objeto do contrato a funcionária pública, Sr.ª **CRISTIANE DA COSTA AGUIAR KOLLING**, nomeada como Fiscal de Contratos, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das prestações de serviços, que tudo dará ciência à Administração e ao CORESS/MT, conforme art. 67, da lei nº 8666/93, com suas ulteriores alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO

20.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Rondonópolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei n. 8.666 de 21/06/93.

Rondonópolis/MT, 17 de Abril de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT **CONTRATANTE**	**ANGIOLOGIA E CIRURGIA VASCULAR LTDA-ME** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 011/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT E A EMPRESA TAÍS ZIBARTH DE MELO LIMA, DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018 E EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NAS LEIS N.° 10.520/02 E 8.666/93 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

O **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** constituído sobre a forma jurídica de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.º 05.238.413/0001-22, com sede sito à Rua Fernando Correa da Costa, n.º 637, Centro A, nesta cidade de Rondonópolis/MT, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. **NELSON ANTÔNIO PAIM**, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Poxoréu/MT, portador do RG n.º 68190-1 e inscrito no CPF sob n.º522.597.811-87 residente e domiciliado na Rua Monteiro Lobato, nº 33, Novo Horizonte, em Poxoréu/MT, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **TAÍS ZIBARTH DE MELO LIMA**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º08.762.257/0001-92, com sede à Rua 7 de Setembro, Esquina c/ Avenida Maranhão n.°632, bairro Vila Birigui, no Município de Rondonópolis/MT, neste ato representada pela Sr. **TAÍS ZIBARTH DE MELO LIMA**, brasileiro (a),casada, portador (a) do RG n.º 5.079.549-7, órgão expedidor/ SSP/PR, inscrito(a) no CPF sob n.º873.753.209-00, residente e domiciliado(a) a Avenida Rotary Internacional, n.º1951, Apto 702 Edifício R. Rondon bairro Vila Aurora II parte, no Município de Rondonópolis/MT, doravante designado (a) **CONTRATADA**, considerando o cumprimento do estabelecido na Proposta apresentada ao Pregão Presencial nº 005/2018, oriunda do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018** e em observância ao disposto na Lei n. º 8.666/93 e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a: **Consulta com Ortopedista Pediatra,** conforme descrição e valores constantes na cláusula quarta deste Instrumento e de acordo com as especificações e demais condições constantes no **Termo de Referência nº 005/2018** que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este contrato se consubstancia no procedimento licitatório realizado na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2018**, com fundamento nas Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, e nas convenções estabelecidas neste instrumento, conforme autorização da Autoridade Competente, Conselheiro Presidente **NELSON ANTÔNIO PAIM**, disposta no **Processo Administrativo Nº 005/2018-CORESS/MT**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços, conforme condições e especificações constantes no **Termo de Referência nº 005/2018.**

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial nº 005/2018** e seus anexos.

3.3. Os serviços a que se refere o presente instrumento deverão ser realizados nos **Hospitais, clínicas, consultórios dos licitantes, bem como nas dependências do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso.**

3.4. O regime de execução deste instrumento será o de prestação de serviços em empreitada por preço unitário, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, alínea 'b' da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

COD TCE	ESPECIALIDADE MÉDICA	TIPO	MUNICÍPIO DE ATENDIMENTO	QUANT. MENSAL	QUANT. TOTAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL (09 MESES)
0004674	CONSULTA COM ORTOPEDIA PEDIATRA	CONSULTA	RONDONÓPOLIS	216	1.944	50,00	97.200,00

4.1.1. O valor total do presente contrato será de R$ 97.200,00 (Noventa e sete mil e duzentos reais).

4.1.2. No preço acima estipulado, estão incluídos os materiais, serviços, encargos e tributos relativos ao objeto deste contrato, renunciando, a **CONTRATADA**, o direito de reivindicar custos adicionais.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Consórcio Regional de Saúde, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo, bem como facilitar à CONTRATANTE todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, sob pena de rescisão contratual;

5.2. Executar os serviços ora contratados, nos termos estabelecidos no Edital de Licitação eseus anexos, especialmente os previstos no **Termo de Referência nº 005/2018**, **de acordo com a sua proposta de preço, e pelo período de vigência fixado neste Contrato, sob as penas da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;**

5.3. Realizar somente consultas devidamente agendadas pela Central de Regulação deste Consórcio, uma vez que o mesmo não se responsabilizará pelos atendimentos realizados sem a devida autorização;

5.4. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Consórcio Regional de Saúde. No caso de subcontratação autorizada pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da **CONTRATADA** ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**;

5.6. Cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação a empregados de fornecedores contratados;

5.7. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do CORESS/MT;

5.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.9. A **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

5.10. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.11. A **CONTRATADA** terá como médico responsável pela realização dos atendimentos objeto deste instrumento o Dra. **TAÍS ZIBARTH DE MELO LIMA**, com registro no CRM/MT sob o n.º0001201-MT, assumindo os ônus decorrentes do vínculo trabalhista, sendo de sua única e exclusiva responsabilidade as infrações ou multas que lhe forem impostas;

5.12. Sob nenhuma alegação a **CONTRATADA** poderá adiar ou interromper a execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Cumprir obrigatoriamente todas as cláusulas e obrigações estipuladas no presente contrato, sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2. Oferecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.3. Efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços prestados, nas condições e prazos acordados neste instrumento;

6.4. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.5. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, fixando prazo para sua correção;

6.6. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.7. Acompanhar a prestação do serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste oususpensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

6.8. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá vigência de 09 (nove) meses, a contar da data de sua assinatura**, podendo ser antecipado mediante o cumprimento total do objeto contratado ou se houver necessidade unilateral da** CONTRATANTE.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 5 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária.

7.2.1. **A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desdeque ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela** CONTRATANTE;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, medianteapresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório.

7.4. O prazo de início da execução do serviço, objeto da presente licitação, não poderá ser superior a 02 (dois) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

7.5. **O presente contrato pode ser prorrogado** pelas partes por períodos sucessivos até atingir o prazo máximo de vigência 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

7.5.1 **– A prorrogação do prazo de execução, mesmo devidamente justificada, somente será autorizada havendo concordância entre** CONTRATADA e CONTRATANTE**, mediante lavratura de Termo Aditivo.**

7.6. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s),emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

8.1.1. **Cópia do Registro Obrigatório de Atendimentos – ROAs, devidamente assinado e carimbado pelo profissional responsável pela execução dos serviços;**

8.1.2. **Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;**

8.1.3. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;**

8.1.4. **Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo inclusive a Regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), Estadual e Municipal, do domicílio sede da CONTRATADA.**

8.1.4.1. **O Contribuinte Individual fará prova de regularidade perante a Previdência Social mediante a apresentação Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI).**

8.2. O pagamento será efetuado pelo Consórcio Regional de Saúde mensalmente, até o 30º (trigésimo) dia útil subsequente ao mês de prestação de serviços, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentoscomprobatórios, conforme indicado no subitem 8.1, mediante ordem bancária, emitida através doBanco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

8.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviçosprestados a este Consórcio, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

8.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidasa contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5. O valor mensal deverá variar de acordo com o número de atendimentos efetivamente realizados.

8.5.1 Fica estabelecido que, para que não haja prejuízo à administração pública, só serão pagos as **cirurgias efetivamente realizadas e os serviços prestados**, sob pena de se causar enriquecimento ilícito da CONTRATADA.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma dassituações acima especificadas.

8.7. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

10.1. A **Contratante** se reserva ao direito de sustar pagamentos devidos à **ContratadA**, nos seguintes casos:

I – irregularidades constatadas pela fiscalização do CORESS/MT;

II – obrigações da **Contratada** com terceiros, que possam afetar os interesses da **Contratante**;

III – inadimplência total ou parcial da **Contratada**, no cumprimento e execução do aqui ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93.

11.1.2. Por acordo das partes:

a) A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Parágrafo Único: Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A **Contratante** poderá rescindir o presente contrato, se assim determinar o superior interesse Público, sem que incorra em qualquer penalidade, pagando à **CONTRATADA**, os serviços executados se os mesmos tiverem de acordo com o exigido.

§ 1º. A **Contratante** poderá rescindir, unilateralmente, o presente contrato, independentemente da notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, perdendo a **Contratada**, as garantias e retenções efetivadas nas seguintes condições:

I – descumprimento parcial ou total das cláusulas aqui acordadas, que causem evidentes prejuízos aos interesses da **Contratante**;

II – inobservância das normas e especificações;

III – subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, cessão, a qualquer título da contratação sem garantias, negociação de duplicatas, referentes a faturas emitidas, com estabelecimentos financeiros ou com terceiros, sem prévia e expressa autorização da **Contratante**;

IV – cometer qualquer fraude;

V – reiterada constatação pela fiscalização de má-fé, incapacidade técnica, financeira ou administrativa;

VI – deixar de iniciar os trabalhos de execução dos serviços, sem justo motivo, devidamente comprovado no prazo de 10 (dez) dias, após entrega da primeira Ordem de Serviços;

VII – interromper os trabalhos sem justo motivo, devidamente comprovado, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;

VIII – no interesse da **CONTRATANTE**;

§ 2º. Antes de ser declarada inadimplente, a parte será notificada pela outra, para dar cumprimento à Cláusula ou dispositivo contratual violado.

§ 3º. Exceto no caso de rescisão por mútuo acordo, não caberá à **ContratadA**, nenhuma espécie de indenização, ficando ainda estabelecido que, mesmo naquele caso, a **Contratante** não pagará indenização àquele por encargos resultantes da legislação trabalhista, e da previdência social, bem como aqueles decorrentes de atos ilícitos, praticados por ela, por seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES

13.1. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços contratados, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e lucros cessantes, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

I – suspensão do direito de licitar com a **Contratante**, pelo prazo que esta fixar, em função da natureza e da gravidade da falta cometida, não podendo, em nenhuma hipótese, ser superior em 01 (um) ano;

II – declaração de inidoneidade para licitar com a **Contratante**, considerados, para tanto, a reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade;

III – multas conforme o previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplica-se a este contrato a seguinte legislação:

a) Este Contrato vincula-se ao **PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2018**, oriunda do **Processo Administrativo n° 006/2018,** regulando-se pelas suas Cláusulas e preceitos do Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, obrigando-se as partes a executar fielmente os dispostos neste instrumento.

b) A legislação aplicável à execução deste Contrato e especialmente nos casos omissos será a Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

15.1. Considera-se parte integrante deste Contrato, os seguintes documentos:

a) o Edital do Pregão Presencial nº 005/2018 e o **Termo de Referência nº 005/2018**, bem como seus anexos;

b) a Proposta de Preços apresentada na licitação pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	02
Unidade:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	001
Função:	Saúde	10
Sub Função:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Complemento as Ações do SUS	7030
Projeto/Atividade:	Manutenção e encargos com o CORESS/MT	2002
Elemento de Despesa:	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) a **CONTRATADA** obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar;

b) é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

c) é defeso à **CONTRATADA** ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Ficará responsável pela fiscalização da execução dos serviços objeto do contrato a funcionária pública, Sr.ª **CRISTIANE DA COSTA AGUIAR KOLLING**, nomeada como Fiscal de Contratos, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das prestações de serviços, que tudo dará ciência à Administração e ao CORESS/MT, conforme art. 67, da lei nº 8666/93, com suas ulteriores alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO

20.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Rondonópolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei n. 8.666 de 21/06/93.

Rondonópolis/MT, 17 de Abril de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT **CONTRATANTE**	**TAIS ZIBARTH DE MELO LIMA** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 013/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT E A EMPRESA RAFAEL COSTA JOMAH, DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018 E EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NAS LEIS N.° 10.520/02 E 8.666/93 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

O **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** constituído sobre a forma jurídica de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.º 05.238.413/0001-22, com sede sito à Rua Fernando Correa da Costa, n.º 637, Centro A, nesta cidade de Rondonópolis/MT, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. **NELSON ANTÔNIO PAIM**, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Poxoréu/MT, portador do RG n.º 68190-1 e inscrito no CPF sob n.º522.597.811-87 residente e domiciliado na Rua Monteiro Lobato, nº 33, Novo Horizonte, em Poxoréu/MT, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **RAFAEL COSTA JOMAH**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º27.820.127/0001-03, com sede à Avenida Ary Coelho, nº 526, bairro Cidade Salmem, no Município de Rondonópolis/MT, neste ato representada pela Sr. **RAFAEL COSTA JOMAH**, brasileiro (a), portador (a) do RG n.º 13404032, órgão expedidor/ SSP/MT, inscrito(a) no CPF sob n. º017.273.361-86, residente e domiciliado(a) Avenida Ary Coelho, nº 526, bairro Cidade Salmem no Município de Rondonópolis/MT, doravante designado (a) **CONTRATADA**, considerando o cumprimento do estabelecido na Proposta apresentada ao Pregão Presencial nº 005/2018, oriunda do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018** e em observância ao disposto na Lei n.º 8.666/93 e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a: **Consulta com Proctologista,** conforme descrição e valores constantes na cláusula quarta deste Instrumento e de acordo com as especificações e demais condições constantes no **Termo de Referência nº 005/2018** que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este contrato se consubstancia no procedimento licitatório realizado na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2018**, com fundamento nas Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, e nas convenções estabelecidas neste instrumento, conforme autorização da Autoridade Competente, Conselheiro Presidente **NELSON ANTÔNIO PAIM**, disposta no **Processo Administrativo Nº 005/2018-CORESS/MT**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços, conforme condições e especificações constantes no **Termo de Referência nº 005/2018.**

3.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial nº 005/2018** e seus anexos.

3.3. Os serviços a que se refere o presente instrumento deverão ser realizados nos **Hospitais, clínicas, consultórios dos licitantes, bem como nas dependências do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso.**

3.4. O regime de execução deste instrumento será o de prestação de serviços em empreitada por preço unitário, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, alínea 'b' da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

COD TCE	ESPECIALIDADE MÉDICA	TIPO	MUNICÍPIO DE ATENDI-MENTO	QUANT. MENSAL	QUANT. TOTAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL (09 MESES)
00010720	CONSULTA COM PROCTO-LOGISTA	CONSULTA	RONDONÓPOLIS	100	900	120,00	108.000,00

4.1.1. O valor total do presente contrato será de R$ 108.000,00 (Cento e Oito mil reais).

4.1.2. No preço acima estipulado, estão incluídos os materiais, serviços, encargos e tributos relativos ao objeto deste contrato, renunciando, a **CONTRATADA**, o direito de reivindicar custos adicionais.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Consórcio Regional de Saúde, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo, bem como facilitar à CONTRATANTE todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, sob pena de rescisão contratual;

5.2. Executar os serviços ora contratados, nos termos estabelecidos no Edital de Licitação eseus anexos, especialmente os previstos no **Termo de Referência nº 005/2018**, **de acordo com a sua proposta de preço, e pelo período de vigência fixado neste Contrato, sob as penas da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;**

5.3. Realizar somente consultas devidamente agendadas pela Central de Regulação deste Consórcio, uma vez que o mesmo não se responsabilizará pelos atendimentos realizados sem a devida autorização;

5.4. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Consórcio Regional de Saúde. No caso de subcontratação autorizada pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da **CONTRATADA** ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**;

5.6. Cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação a empregados de fornecedores contratados;

5.7. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do CORESS/MT;

5.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.9. A **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

5.10. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.11. A **CONTRATADA** terá como médico responsável pela realização dos atendimentos objeto deste instrumento o Dr. **RAFAEL COSTA JOMAH**, com registro no CRM/MT sob o n.º 0001772-MT, assumindo os ônus decorrentes do vínculo trabalhista, sendo de sua única e exclusiva responsabilidade as infrações ou multas que lhe forem impostas;

5.12. Sob nenhuma alegação a **CONTRATADA** poderá adiar ou interromper a execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Cumprir obrigatoriamente todas as cláusulas e obrigações estipuladas no presente contrato, sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2. Oferecer todas as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.3. Efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços prestados, nas condições e prazos acordados neste instrumento;

6.4. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.5. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, fixando prazo para sua correção;

6.6. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.7. Acompanhar a prestação do serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste oususpensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

6.8. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá vigência de 09 (nove) meses, a contar da data de sua assinatura**, podendo ser antecipado mediante o cumprimento total do objeto contratado ou se houver necessidade unilateral da** CONTRATANTE.

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 5 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária.

7.2.1. **A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desdeque ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela** CONTRATANTE;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, medianteapresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório.

7.4. O prazo de início da execução do serviço, objeto da presente licitação, não poderá ser superior a 02 (dois) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

7.5. **O presente contrato pode ser prorrogado** pelas partes por períodos sucessivos até atingir o prazo máximo de vigência 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

7.5.1 **– A prorrogação do prazo de execução, mesmo devidamente justificada, somente será autorizada havendo concordância entre** CONTRATADA e CONTRATANTE**, mediante lavratura de Termo Aditivo.**

7.6. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s),emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

8.1.1. **Cópia do Registro Obrigatório de Atendimentos – ROAs, devidamente assinado e carimbado pelo profissional responsável pela execução dos serviços;**

8.1.2. **Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;**

8.1.3. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;**

8.1.4. **Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo inclusive a Regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), Estadual e Municipal, do domicílio sede da CONTRATADA.**

8.1.4.1. **O Contribuinte Individual fará prova de regularidade perante a Previdência Social mediante a apresentação Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI).**

8.2. O pagamento será efetuado pelo Consórcio Regional de Saúde mensalmente, até o 30º (trigésimo) dia útil subsequente ao mês de prestação de serviços, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentoscomprobatórios, conforme indicado no subitem 8.1, mediante ordem bancária, emitida através doBanco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

8.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviçosprestados a este Consórcio, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

8.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidasa contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5. O valor mensal deverá variar de acordo com o número de atendimentos efetivamente realizados.

8.5.1 Fica estabelecido que, para que não haja prejuízo à administração pública, só serão pagos as **cirurgias efetivamente realizadas e os serviços prestados**, sob pena de se causar enriquecimento ilícito da CONTRATADA.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma dassituações acima especificadas.

8.7. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

10.1. A **Contratante** se reserva ao direito de sustar pagamentos devidos à **ContratadA**, nos seguintes casos:

I – irregularidades constatadas pela fiscalização do CORESS/MT;

II – obrigações da **Contratada** com terceiros, que possam afetar os interesses da **Contratante**;

III – inadimplência total ou parcial da **Contratada**, no cumprimento e execução do aqui ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93.

11.1.2. Por acordo das partes:

a) A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Parágrafo Único: Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A **Contratante** poderá rescindir o presente contrato, se assim determinar o superior interesse Público, sem que incorra em qualquer penalidade, pagando à **CONTRATADA**, os serviços executados se os mesmos tiverem de acordo com o exigido.

§ 1º. A **Contratante** poderá rescindir, unilateralmente, o presente contrato, independentemente da notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, perdendo a **Contratada**, as garantias e retenções efetivadas nas seguintes condições:

I – descumprimento parcial ou total das cláusulas aqui acordadas, que causem evidentes prejuízos aos interesses da **Contratante**;

II – inobservância das normas e especificações;

III – subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, cessão, a qualquer título da contratação sem garantias, negociação de duplicatas, referentes a faturas emitidas, com estabelecimentos financeiros ou com terceiros, sem prévia e expressa autorização da **Contratante**;

IV – cometer qualquer fraude;

V – reiterada constatação pela fiscalização de má-fé, incapacidade técnica, financeira ou administrativa;

VI – deixar de iniciar os trabalhos de execução dos serviços, sem justo motivo, devidamente comprovado no prazo de 10 (dez) dias, após entrega da primeira Ordem de Serviços;

VII – interromper os trabalhos sem justo motivo, devidamente comprovado, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;

VIII – no interesse da **CONTRATANTE**;

§ 2º. Antes de ser declarada inadimplente, a parte será notificada pela outra, para dar cumprimento à Cláusula ou dispositivo contratual violado.

§ 3º. Exceto no caso de rescisão por mútuo acordo, não caberá à **ContratadA**, nenhuma espécie de indenização, ficando ainda estabelecido que, mesmo naquele caso, a **Contratante** não pagará indenização àquele por encargos resultantes da legislação trabalhista, e da previdência social, bem como aqueles decorrentes de atos ilícitos, praticados por ela, por seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES

13.1. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços contratados, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e lucros cessantes, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

I – suspensão do direito de licitar com a **Contratante**, pelo prazo que esta fixar, em função da natureza e da gravidade da falta cometida, não podendo, em nenhuma hipótese, ser superior em 01 (um) ano;

II – declaração de inidoneidade para licitar com a **Contratante**, considerados, para tanto, a reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade;

III – multas conforme o previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplica-se a este contrato a seguinte legislação:

a) Este Contrato vincula-se ao **PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2018**, oriunda do **Processo Administrativo n° 006/2018,** regulando-se pelas suas Cláusulas e preceitos do Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, obrigando-se as partes a executar fielmente os dispostos neste instrumento.

b) A legislação aplicável à execução deste Contrato e especialmente nos casos omissos será a Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

15.1. Considera-se parte integrante deste Contrato, os seguintes documentos:

a) o Edital do Pregão Presencial nº 005/2018 e o **Termo de Referência nº 005/2018**, bem como seus anexos;

b) a Proposta de Preços apresentada na licitação pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	02
Unidade:	Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso	001
Função:	Saúde	10
Sub Função:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Complemento as Ações do SUS	7030
Projeto/Atividade:	Manutenção e encargos com o CORESS/MT	2002
Elemento de Despesa:	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) a **CONTRATADA** obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar;

b) é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

c) é defeso à **CONTRATADA** ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. Para eficácia do presente instrumento, o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Ficará responsável pela fiscalização da execução dos serviços objeto do contrato a funcionária pública, Sr.ª **CRISTIANE DA COSTA AGUIAR KOLLING**, nomeada como Fiscal de Contratos, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das prestações de serviços, que tudo dará ciência à Administração e ao CORESS/MT, conforme art. 67, da lei nº 8666/93, com suas ulteriores alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO

20.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Rondonópolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei n. 8.666 de 21/06/93.

Rondonópolis/MT, 17 de Abril de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT **CONTRATANTE**	. **RAFAEL COSTA JOMAH** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 064/2018

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 064/2018

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto nº. 3.161/2018; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 06/08/2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 064/2018, e teve como vencedoras as empresas: **COXIPO MATERIAIS ELETRICOS LTDA – ME, CNPJ: 26.579.029/0001-63,** vencedorta dos itens 08,16,17,18,19,20,21,23,28,36,37,44,48,50 e 52 **; DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ: 37.227.550/0001-58,** vencedorta dos itens 02,07,13,22,24,27,30,33,38,40,42,45,51 e 53 e **3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ: 29.516.527/0001-55,** vencedora dos itens01,03,04,05,06,09,10,11,12,14,15,25,26,29,31,32,34,35,39,41,43,46, 47,49 e 54.

Água Boa - MT, 06 de agosto de 2018.

Marcos da Silva

Pregoeiro

PLANEJAMENTO E FINANCAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº 068/2018

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 068/2018.

TIPO: Menor Preço por Item.

OBJETO: **Contratação de empresa para prestação de serviços Médicos especializados na área de Pediatria, no Município de Água Boa-MT.**

REALIZAÇÃO: 21/08/2018.

CREDENCIAMENTO: DAS 08H00MIN. ÀS 08H30MIN. (HORÁRIO LOCAL).

INICIO ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min. (HORÁRIO LOCAL).

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 07 de agosto de 2018.

Marcos da Silva

Pregoeiro

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO 019/2018

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 3161/2018; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 31/07/2018 licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 019/2018, que teve como vencedores as empresas: Olmi Informatica Ltda Epp, CNPJ: 00.789.321/0001-17 e Portela Logistica e Construções Eireli ME, CNPJ: 16.911.267/0001-70.

Água Boa, 07 de agosto de 2018.

Ivania Cezira Volpi

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 165 DE 27 DE JULHO DE 2018

"Dispõe sobre a Nomeação da Comissão de Permanente de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear,a Comissão Permanente de Patrimônioda Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT, a seguinte formação:

ONIRIO DE MORAES – Presidente

CPF nº 880.109.451-53

RG nº 768 323 SSP/MT

JULIANA QUEIROZ RIBEIRO – Secretária

RG Nº 1735981-3 SSP/MT

CPF Nº 015.891.031-14

ODAIR CRISÓSTOMO BARBOSA – Relator

RG nº 454.994 SSP/MT

CPF nº 325.596.401-63

Art. 2º - A comissão Permanente de Patrimônio será responsável pelo controle, organização, tombamento, baixa, reavaliação, depreciação, realização de inventários, termos de responsabilidade e demais procedimentos relativos aos bens da Prefeitura Municipal de Alto Garças-MT.

Art. 3º - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais retroativamente a data de 03 de Janeiro de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 27 de Julho de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº..: 72/2018

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: CONSTRUTORA AMIL LTDA

Valor.....: 2.032.066,33 (dois milhões trinta e dois mil e sessenta e seis reais e trinta e três centavos)

Vigência.....: Início: 20/07/2018 Término: 20/03/2019

Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2018

Recursos.....: Dotação: 1.017.4.4.90.51.00.00.00.00 (90), 1.022.4.4.90.51.00.00.00.00 (92), 1.022.4.4.90.51.00.00.00.00 (93), 1.017.4.4.90.51.00.00.00.00 (685), 1.012.4.4.90.51.00.00.00.00 (687), 1.022.4.4.90.51.00.00.00.00 (701)

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E MEIO-FIO E SARJETAS, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 039/2018

O senhor **CLAUDINEI SINGOLANO, Prefeito Municipal de Alto Garças – MT**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e;

CONSIDERANDO, que o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, em seu Anexo I – Quadro de Funções prevê, tanto para o cargo de Apoio Administrativo Educacional/Vigia, quanto para o cargo de Técnico Administrativo Educacional/Auxiliar Desenvolvimento Infantil, a disponibilidade de Cadastro de Reserva;

CONSIDERANDO, que o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, dispõe em seu item 18.3 que "durante a vigência do processo seletivo simplificado, na hipótese de abertura de novas vagas, por vacância ou necessidade do Órgão, ficam considerados, os candidatos classificados que excederem a quantia de vagas neste Edital, como **Cadastro de Reserva,** obedecida rigorosamente, a ordem de classificação e o quantitativo de vagas estabelecidas em lei.

CONSIDERANDO, Ofício nº 142/2018/SME/MJMC, enviado pela Secretaria Municipal de Educação informando o surgimento de novas vagas no quadro da Municipalidade em decorrência de motivos diversos, exigindo-se a contratação de novos servidores para os respectivos cargos;

CONSIDERANDO, se tratar de funções relativas à área da rede municipal de ensino, ou seja, serviços de caráter essencial e natureza continuada;

CONSIDERANDO, que a Constituição Federal dispõe em ser art. 37, inciso IX, que "**a lei** estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público";

CONSIDERANDO, que a Lei Municipal nº 887/2011 que disciplina as contratações por tempo determinado, dispõe em seu art. 2º que "Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: [...] IV - continuidade dos serviços de educação através de admissão de professores e pessoal de apoio";

CONVOCA os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida Coronel Cajango, nº 1369, Centro, no horário das 12:00 as 18:00 horas, no prazo de 30 (trinta) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, ocasionando a perda da respectiva vaga:

Cargo: Apoio Administrativo Educacional – Vigia – Não profissionalizado

10º	JUNIOR DE SOUZA PACHECO

Cargo: Técnico Administrativo Educacional/Auxiliar Desenvolvimento Infantil

40º	LUCIANA BITES SOARES

Alto Garças – MT, 06 de Agosto de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 166 DE 30 DE JULHO DE 2018

"Instaura Processo Administrativo Disciplinar para averiguar possível falta disciplinar de servidora pública municipal."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO, o artigo 187 e seguintes, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Alto Garças, a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e demais regulamentações;

CONSIDERANDO, a Portaria n° 114/2017 que nomeia os membros da Comissão Permanente De Processo Administrativo Disciplinar do município de Alto Garças - MT e dá outras providências;

CONSIDERANDO, Ofício nº 285/2018/SMS enviado pela Secretária Municipal de Saúde, narrando que conforme informado pelo Centro de Reabilitação, através de Comunicação Interna, a servidora WANDRESSA CAMPOS DA SILVA, que prestava serviço naquela unidade, estava em gozo de licença prêmio e deveria ter retornado ao serviço em data de 26.06.2018, mas que, entretanto, desde então a servidora não mais compareceu ao trabalho, solicitando então que sejam tomadas as providências cabíveis.

R E S O L V E:

Art. 1º - Instaurar **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** para apuração de possível falta disciplinar da servidora pública municipal, Sra. **WANDRESSA CAMPOS DA SILVA, ocupante do cargo/função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.**

Art. 2º - A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá proceder à instauração do procedimento com finalidade de apurar os fatos relatados de possíveis desvios de conduta praticados pelo servidor.

Art. 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 30 de julho de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA JURIDICA N° 109/2018

EXTRATO PUBLICAÇÃO MURAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA JURIDICA **N° 109/2018,** EM CONFORMIDADE COM **PROCESSO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°038/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL N° 028/2017.**

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI – MT, REPRES. PREFEITA MUNICIPAL DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**

CONTRATADO: **BFX COMERCIO DE GLP LTDA EPP**, **CNPJ: 06.304.408/0001-33**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÁS, ÁGUA MINERAL-GARRAFA 500 ML E ÁGUA MINERAL – GALÃO DE 20 LITROS, EM CONFORMIDADE COM O SALDO DA ATA APRESENTADA NA SOLICITAÇÃO REALIZADA PELA PRESIDENTE DA CPL HIOSIANI VANNI MASSAROLO, REFERENTE AO PROCESSO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 028/2017 E ATA N° 038/2018 PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI –**

MT.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.	VLR UNID.	VALOR TOTAL
01	ÁGUA MINERAL – GARRAFA 500 ML	FD	250	R$ 21,00	R$ 5.250,00
02	GÁS P13	UNID.	250	R$ 90,00	R$ 22.500,00
03	ÁGUA MINERAL – GALÃO 20 LTS	UNID.	700	R$ 8,30	R$ 5.810,00

PRAZO: **02/08/2018 a 01/02/2019.**

VALOR: **R$ 33.560,00**

FISCAL DO CONTRATO: **EDEVILSON ALEMIDA DE MESQUITA JÚNIOR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

DECRETO N°. 002/2018

DECRETA:

Art. 1° - Fica delegada a competência de Ordenadores de Despesas, nos termos do Artigo 30, alínea "f", do Estatuto Social da Fundação Municipal de Saúde de Alto Taquari/MT, o presidente, Sr. Lairto João Sperandio, e o tesoureiro, Valdecir Aparecido Bissoli Triano, para abrir contas bancárias de depósito e em geral, solicitar saldos, extratos e comprovantes bancários, emitir e assinar cheques, efetuar transferências bancarias e autorizar pagamentos por meio eletrônico, autorizar a emissão de ordens bancárias, lebrear arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro, emitir comprovantes, quanto as contas da Fundação Municipal de Saúde de Alto Taquari – CNPJ. 14.794.575/0001-38;

Art. 2° - Os ordenadores de Despesa exercerão as atividades sem prejuízo das demais atribuições dos seus cargos ou funções.

Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Alto Taquari – MT, em 29 de Janeiro de 2018.

LAIRTO JOÃO SPERANDIO

Presidente da Fundação Municipal de Saúde de Alto Taquari/MT

DECRETO Nº 115

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aprovado o Regimento Interno da COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON DE ALTO TAQUARI, que regulamenta a sua estrutura e atividades.

DOS OBJETIVOS

Art. 2º. O PROCON DE ALTO TAQUARI, destinado a promover e implementar as ações direcionadas à educação, orientação, proteção e defesa do consumidor**,** possui os seguintes objetivos permanentes (art. 5º da Lei Municipal nº 478/2007):

I - assessorar o Prefeito Municipal na implantação e implementação do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;

II - planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de proteção e defesa do Consumidor;

III – receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

IV – orientar permanentemente os consumidores e fornecedores sobre os seus direitos, deveres e prerrogativas;

V - Encaminhar aos órgãos competentes a notícia de fatos tipificados como crimes contra as relações de consumo e as de violação a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos;

VI - incentivar e apoiar a criação e organização de associações civis de defesa do consumidor e as já existentes, bem como outros programas especiais;

VII - Promover ações contínuas de educação para o consumo, utilizando diferentes meios de comunicação, bem como realizando parcerias com outros órgãos da Administração Pública e da sociedade civil;

VIII - atuar no sistema municipal do ensino, com o objetivo de sensibilizar e, posteriormente, conscientizar os alunos e a comunidade escolar quanto aos direitos e deveres do consumidor;

IX - colocar à disposição dos consumidores, sempre que possível, mecanismos que possibilitem informá-los sobre os menores preços dos produtos básicos encontrados no mercado de consumo;

X - manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e anualmente, nos termos do art. 44 da Lei 8078/90 e dos artigos 57 a 62 do Decreto 2.181/97;

XI - expedir notificação aos fornecedores para que prestem esclarecimentos das reclamações apresentadas pelos consumidores no PROCON;

XII - fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90 e Decreto 2.181/97);

XIII - funcionar, no que se refere ao processo administrativo, como instância de instrução e julgamento, no âmbito de sua competência;

XIV - solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnica para a consecução dos seus objetivos;

XV - Instaurar, instruir e concluir processos administrativos para apurar infrações à Lei nº 8078/90, podendo mediar conflitos de consumo;

XVI – Realizar outras atividades correlatas.

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E COMPETÊNCIAS

Art. 3º. O PROCON DE ALTO TAQUARI, vinculado à Secretaria Municipal de Administração (art. 4º da Lei Municipal nº 478/2007), compõe-se das seguintes Unidades Organizacionais com os respectivos cargos de provimento efetivo, a saber:

I – Coordenadoria Executiva – cargo de coordenador executivo;

II – Setor de Atendimento, Orientação e Conciliação – cargo de conciliador;

IV – Setor de Fiscalização – cargo de assessor de fiscalização;

V – Setor de Educação para o Consumo – cargo de assessor de educação para o consumo.

Art. 4º - Compete à Coordenadoria Executiva:

I - dirigir o PROCON DE ALTO TAQUARI atuando de forma que os seus objetivos permanentes sejam alcançados;

II - presidir o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON.

III - julgar os procedimentos administrativos e aplicar multas, se for o caso, observado os critérios pertinentes;

IV - desempenhar atividades correlatas.

PARÁGRAFO ÚNICO – No caso de não provimento do cargo, vacância, impedimento, cessão para servir a outro órgão ou afastamento do Coordenador Executivo **por qualquer outro motivo**, a direção do PROCON DE ALTO TAQUARI e as demais atividades da Coordenadoria Executiva se deslocam temporariamente para a competência do Secretário Municipal de Administração em razão da hierarquia.

Art. 5º Compete ao Setor de Atendimento, Orientação e Conciliação:

I - recepcionar e orientar o consumidor;

II - registrar as denúncias em formulário próprio que servirá de abertura do procedimento administrativo correspondente, e tomar medidas para solucionar a questão, inclusive mediante realização de audiência conciliatória e posterior remessa dos autos para julgamento nos termos deste Decreto, se for o caso, garantindo-se o direito de ampla defesa desde o início do procedimento administrativo instaurado;

III - encaminhar para o Setor de Fiscalização os casos que exigirem diligências;

IV – disponibilizar para a parte interessada os documentos relativos às reclamações não resolvidas administrativamente pelo PROCON DE ALTO TAQUARI para que, caso queira, possam encaminhar à Assistência Judiciária ou ao Ministério Público;

V - comunicar solução da denúncia ao consumidor e determinar arquivamento do processo;

VI - entregar material informativo ao consumidor;

VII - expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelo consumidor ao PROCON (art. 55, § 4º, da Lei nº 8.078/90);

VIII - distribuir material informativo sobre os direitos e deveres do consumidor;

IX - efetuar estatísticas mensais do atendimento, bem como o relatório circunstanciado, onde constem denúncias, encaminhamentos e soluções ou pendências;

X - manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços;

XI - outras atividades correlatas.

Art. 6º - Compete ao Setor de Fiscalização:

I - fiscalizar as Relações de Consumo;

II - efetuar diligências especiais no atendimento de reclamações formuladas pelos consumidores, notadamente aquelas que necessitam de verificação “in loco” para a comprovação da possível prática infrativa;

III - fiscalizar de forma preventiva a veiculação da publicidade enganosa ou abusiva;

Art. 7º - Compete ao Setor de Educação para o Consumo:

I - criar e desenvolver programas de educação e informação com a finalidade de beneficiar os consumidores de bens e serviços;

II – promover programas de orientação aos empresários quanto aos seus direitos e obrigações.

III - promover eventos (feiras, palestras, seminários, debates, etc.);

IV - incentivar a criação e o desenvolvimento de associação de Proteção de Defesa ao Consumidor;

PARÁGRAFO ÚNICO: No caso de não provimento do cargo, vacância, impedimento, cessão para servir a outro órgão ou afastamento do Assessor de Educação para o Consumo por qualquer outro motivo, as atividades do Setor de Educação para o Consumo se deslocam temporariamente para a competência do Secretário Municipal de Administração em razão da hierarquia.

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 8º – O processo administrativo no âmbito do PROCON DE ALTO TAQUARI será realizado conforme as regras gerais estabelecidas no Decreto nº. 2.181/1997 e alterações, além da legislação correlata.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 9º - Este regimento se aplica a todos os processos administrativos não transitados em julgado na instância administrativa na data em que entra em vigor.

Art. 10 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 24 de julho de 2018.

FABIO MAURI GARBUGIO (Prefeito Municipal)

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 072/2017

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO – SANARA SANTOS VIEIRA -05643982170(MEI),

CONTRATO – 072/2017

OBJETO: SEGUNDO TERMO ADITIVO –AUMENTO DO QUANTITATIVO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARPINTARIA

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 029/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 033/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2018

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT.,** denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da empresa TRES E TRES LTDA -ME, CNPJ- 05.074.701/0001-99, situada à Av. Jonas Pinheiro s/n/, Centro, Apiacás-MT, CEP 78.595-000 nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 033/2018 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **aquisição de assessórios e peças mecânicas originais e de primeira linha com entrega parcelada para atender as necessidades do município de Apiacás**, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 033/2018.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DA ENTREGRA E DO CONTRATADO

4.1. As peças e acessórios necessários para a manutenção da frota de veículos e maquinas, deverão ser fornecidas pela empresa com preços de acordo com a " TABELA **DE PREÇOS DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, COMPONENTES E MATERIAIS ORIGINAIS**" , fornecido através do Sistema **TRAZ VALOR, com a devida aplicação do percentual de desconto repassado pela empresa vencedora.** Caso exista alguma situação na qual a peça não conste na Tabela de Preços e Acessórios do Sistema Traz Valor , a PREFEITURA será obrigada efetuar a pesquisa de preço de mercado para

posterior autorização e pagamento.

4.1.1. No caso de optar pela Pesquisa de Mercado, será realizado no mínimo 03 (três) orçamentos, onde será confeccionada a média ponderada do valor a ser pago pelas peça a ser fornecida (aplica-se somente quando não houve no cadastro e valor referenciado no Sistema TRAZ VALOR.

4.1.2. A entrega das peças e acessórios licitados deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas nesta Ata de Registro de Preços.

4.2. O fornecedor a descrição do lote e percentual de desconto registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

TRES E TRES LTDA –ME

CNPJ- 05.074.701/0001-99

LOTE	DESCRIÇÃO	UN. MED.	QTDE	DESCONTO
1	VEICULOS LEVES, CARROS DA MARCA FIAT	UN	12,00	40%
5	VEICULOS MEDIOS, CAMINHONETE DA MARCA TOYOTA	UN	2,00	39%
8	VEICULOS MEDIOS, VAN SPRINTER DA MARCA MERCEDES BENZ	UN	2,00	42%
20	VEICULOS PESADOS, ONIBUS DA MARCA VOLKSWAGEN	UN	5,00	55%
21	VEICULOS PESADOS, PA CARREGADEIRA DA MARCA CATERPILLAR	UN	1,00	46%

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás-MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. O prazo máximo para entrega das peças será de até 02:00 (dois) dias após a solicitação das mesmas.

5.14. O atraso na entrega das peças, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado sendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, e o restante em mais duas parcelas mensais e subseqüentes, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se incluso no preço das peças/acessórios para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada peça/acessório a ser fornecida tendo como base de preços a tabela de preços de peças/acessórios originais de primeira linha dos veículos (TRAZ VALOR) ou pesquisa de mercado.

8.2.1. Independente de variação, será aplicado o percentual de desconto oferecido sobre

o valor de tabela vigente no dia do pedido de cada peça/acessórios.

8.2.2. Quando da alteração ou atualização da tabela fornecida pelas montadoras, automaticamente fica registrado o novo valor individual de cada peça/acessórios.

8.3. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, ou na tabela de preços de peças/acessórios originais de primeira linha fornecidas pelas montadoras dos veículos, a qualquer tempo, conferindo se os mesmos condizem com os preços praticados no mercado.

8.4. O Município deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento das peças mecânicas, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

03.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA

2022 – MANUT. E ADM. DA SEC. DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

339030.000000-0033 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE APOIO EDUCACIONAL

2005 – TRANSPORTE ESCOLAR SALÁRIO EDUCAÇÃO

339030.000000-0056 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE APOIO EDUCACIONAL

2008 – TRANSPORTE ESCOLAR PNATE

339030.000000-0058 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2083– MANUTENÇÃO E TRANSPORTE ESCOLAR RECURSOS FETHAB

339030.000000-0063 - MATERIAL DE CONSUMO

07.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE A. SOCIAL

001.- – ADM GERAL SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ATIVIDADES SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

339030.000000-0329 - MATERIAL DE CONSUMO

06.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-PROGRAMAS

2066 – MANUTENÇÃO E ENARGOS COM SAUDE DA FAMILIA

339030.000000-0202 - MATERIAL DE CONSUMO

09. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE AGRICULTURA

001. – ADM GERAL SEC. DE AGRICULTURA

2027- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRIC. DESENV. ECON.

339030.00000-0465- MATERIAL DE CONSUMO

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADES. SEC. DE OBRAS

339030.000000-0504- MATERIAL DE CONSUMO

10- SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

001- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE URBANISMO

2100- RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

339030.000000- 0481 – MATERIAL DE CONSUMO

11- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

2095- ABERTURA REABERTURA E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS

339030.000000- 0514 – MATERIAL DE CONSUMO

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 033/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás - MT, 03 de agosto de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

TRES E TRES LTDA –ME

CNPJ- 05.074.701/0001-99

CONTRATADA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 210/2018

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar a Servidora **VERA LUCIA MEINERZ,** portadora da cédula de identidade nº 1047590-7 SJ/MT e inscrita no CPF sob o nº 452. 023.201-59, ocupante do cargo efetivo de **Auxiliar de Enfermagem,** que encontrava-se de Auxilio Doença.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se, Cumpra-se,

Apiacás-MT; 08 de Agosto de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 209/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AUXILIO DOENÇA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Auxílio Doença à Servidora **JUSSIANI APARECIDA DOS SANTOS,** portadora da cédula de identidade 2176501-4 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n. 035.981.401-85, ocupante do Cargo Efetivo de **Serviços Gerais**, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, no período de 06/08/2018 à 02/01/2019.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua afixação e ou publicação revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 06 de Agosto de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 023/2017

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO – **CESIRA BERGAMINI AMANCIO & CIA LTDA – ME**

CONTRATO – 023/2017

OBJETO: SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO.

CONSTRUÇÃO DO PSF III

VIGENCIA – 360 DIAS

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 029/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 033/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2018

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT.,** denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da empresa **CECILIA PINTO DA SILVA EIRELI-ME, CNPJ n° 15.593.959/0001-55**, situada a Av. Alzira Santana, n° 2.380, Nova Era, em Várzea Grande/MT, CEP: 78.130-465, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 033/2018 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **aquisição de assessórios e peças mecânicas originais e de primeira linha com entrega parcelada para atender as necessidades do município de Apiacás**, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 033/2018.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DA ENTREGRA E DO CONTRATADO

4.1. As peças e acessórios necessários para a manutenção da frota de veículos e maquinas, deverão ser fornecidas pela empresa com preços de acordo com a " TABELA **DE PREÇOS DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, COMPONENTES E MATERIAIS ORIGINAIS**" , fornecido através do Sistema **TRAZ VALOR, com a devida aplicação do percentual de desconto repassado pela empresa vencedora.** Caso exista alguma situação na qual a peça não conste na Tabela de Preços e Acessórios do Sistema Traz Valor , a PREFEITURA será obrigada efetuar a pesquisa de preço de mercado para

posterior autorização e pagamento.

8.3.1. No caso de optar pela Pesquisa de Mercado, será realizado no mínimo 03 (três) orçamentos, onde será confeccionada a média ponderada do valor a ser pago pelas peça a ser fornecida (aplica-se somente quando não houve no cadastro e valor referenciado no Sistema TRAZ VALOR.

8.4. A entrega das peças e acessórios licitados deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas nesta Ata de Registro de Preços.

4.2. O fornecedor a descrição do lote e percentual de desconto registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CECILIA PINTO DA SILVA EIRELI-ME

CNPJ n° 15.593.959/0001-55

LOTE	DESCRIÇÃO	UN. MED.	QTDE	DESCONTO
9	VEICULOS PESADOS, CAMINHOES DA MARCA AGRALE	UN	1,00	52%
10	VEICULOS PESADOS, CAMINHOES DA MARCA FORD	UN	2,00	45%
11	VEICULOS PESADOS, CAMINHOES DA MARCA MERCEDES BENZ	UN	1,00	52,5%
12	VEICULOS PESADOS, CAMINHOES DA MARCA VOLKSWAGEN	UN	5,00	55%
13	VEICULOS PESADOS, MICRO ONIBUS DA MARCA MARCOPOLO VOLARE	UN	2,00	55%
14	VEICULOS PESADOS, MICRO ONIBUS DA MARCA MERCEDES BENZ	UN	1,00	54%
15	VEICULOS PESADOS, MICRO ONIBUS DA MARCA VOLKSWAGEN	UN	1,00	50,5%

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás-MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. O prazo máximo para entrega das peças será de até 02:00 (dois) dias após a solicitação das mesmas.

5.14. O atraso na entrega das peças, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado sendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, e o restante em mais duas parcelas mensais e subseqüentes, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se incluso no preço das peças/acessórios para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada peça/acessório a ser fornecida tendo como base de preços a tabela de preços de peças/acessórios originais de primeira linha dos veículos (TRAZ VALOR) ou pesquisa de mercado.

8.2.1. Independente de variação, será aplicado o percentual de desconto oferecido sobre

o valor de tabela vigente no dia do pedido de cada peça/acessórios.

8.2.2. Quando da alteração ou atualização da tabela fornecida pelas montadoras, automaticamente fica registrado o novo valor individual de cada peça/acessórios.

8.3. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, ou na tabela de preços de peças/acessórios originais de primeira linha fornecidas pelas montadoras dos veículos, a qualquer tempo, conferindo se os mesmos condizem com os preços praticados no mercado.

8.4. O Município deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento das peças mecânicas, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

03.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA

2022 – MANUT. E ADM. DA SEC. DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

339030.000000-0033 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE APOIO EDUCACIONAL

2005 – TRANSPORTE ESCOLAR SALÁRIO EDUCAÇÃO

339030.000000-0056 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE APOIO EDUCACIONAL

2008 – TRANSPORTE ESCOLAR PNATE

339030.000000-0058 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2083– MANUTENÇÃO E TRANSPORTE ESCOLAR RECURSOS FETHAB

339030.000000-0063 - MATERIAL DE CONSUMO

07.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE A. SOCIAL

001.- – ADM GERAL SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ATIVIDADES SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

339030.000000-0329 - MATERIAL DE CONSUMO

06.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-PROGRAMAS

2066 – MANUTENÇÃO E ENARGOS COM SAUDE DA FAMILIA

339030.000000-0202 - MATERIAL DE CONSUMO

09. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE AGRICULTURA

001. – ADM GERAL SEC. DE AGRICULTURA

2027- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRIC. DESENV. ECON.

339030.00000-0465- MATERIAL DE CONSUMO

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADES. SEC. DE OBRAS

339030.000000-0504- MATERIAL DE CONSUMO

10- SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

001- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE URBANISMO

2100- RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

339030.000000- 0481 – MATERIAL DE CONSUMO

11- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

2095- ABERTURA REABERTURA E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS

339030.000000- 0514 – MATERIAL DE CONSUMO

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 033/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás - MT, 03 de agosto de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

CECILIA PINTO DA SILVA EIRELI-ME

CNPJ n° 15.593.959/0001-55

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 029/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 033/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2018

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT.,** denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da empresa DELREY NOVA BANDEIRANTES EIRELI, CNPJ n° 06.063.181/0001-81, situada a Av. José Francisco Otenio, n° 160, Centro, Nova Bandeirantes/MT, CEP: 78.565-000, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 033/2018 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei

n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **aquisição de assessórios e peças mecânicas originais e de primeira linha com entrega parcelada para atender as necessidades do município de Apiacás**, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 033/2018.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DA ENTREGRA E DO CONTRATADO

4.1. As peças e acessórios necessários para a manutenção da frota de veículos e maquinas, deverão ser fornecidas pela empresa com preços de acordo com a " TABELA **DE PREÇOS DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, COMPONENTES E MATERIAIS ORIGINAIS**" , fornecido através do Sistema **TRAZ VALOR, com a devida aplicação do percentual de desconto repassado pela empresa vencedora.** Caso exista alguma situação na qual a peça não conste na Tabela de Preços e Acessórios do Sistema Traz Valor , a PREFEITURA será obrigada efetuar a pesquisa de preço de mercado para

posterior autorização e pagamento.

8.3.1. No caso de optar pela Pesquisa de Mercado, será realizado no mínimo 03 (três) orçamentos, onde será confeccionada a média ponderada do valor a ser pago pelas peça a ser fornecida (aplica-se somente quando não houve no cadastro e valor referenciado no Sistema TRAZ VALOR.

8.4. A entrega das peças e acessórios licitados deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas nesta Ata de Registro de Preços.

4.2. O fornecedor a descrição do lote e percentual de desconto registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Empresa: DEL REY NOVA BANDEIRANTES EIRELI

CNPJ n° 06.063.181/0001-81

LOTE	DESCRIÇÃO	UN. MED.	QTDE	DESCONTO
2	VEICULOS LEVES, CARROS DA MARCA WOLKSWAGEN	UN	2,00	36%
7	VEICULOS MEDIOS, CAMINHONETES DA MARCA GM	UN	2,00	36%

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás-MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. O prazo máximo para entrega das peças será de até 02:00 (dois) dias após a solicitação das mesmas.

5.14. O atraso na entrega das peças, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado sendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, e o restante em mais duas parcelas mensais e ubsequentes, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor

a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se incluso no preço das peças/acessórios para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada peça/acessório a ser fornecida tendo como base de preços a tabela de preços de peças/acessórios originais de primeira linha dos veículos (TRAZ VALOR) ou pesquisa de mercado.

8.2.1. Independente de variação, será aplicado o percentual de desconto oferecido sobre

o valor de tabela vigente no dia do pedido de cada peça/acessórios.

8.2.2. Quando da alteração ou atualização da tabela fornecida pelas montadoras, automaticamente fica registrado o novo valor individual de cada peça/acessórios.

8.3. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, ou na tabela de preços de peças/acessórios originais de primeira linha fornecidas pelas montadoras dos veículos, a qualquer tempo, conferindo se os mesmos condizem com os preços praticados no mercado.

8.4. O Município deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento das peças mecânicas, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração

reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

03.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA

2022 – MANUT. E ADM. DA SEC. DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

339030.000000-0033 – MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE APOIO EDUCACIONAL

2005 – TRANSPORTE ESCOLAR SALÁRIO EDUCAÇÃO

339030.000000-0056 – MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE APOIO EDUCACIONAL

2008 – TRANSPORTE ESCOLAR PNATE

339030.000000-0058 – MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2083– MANUTENÇÃO E TRANSPORTE ESCOLAR RECURSOS FETHAB

339030.000000-0063 – MATERIAL DE CONSUMO

07.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE A. SOCIAL

001.- – ADM GERAL SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ATIVIDADES SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

339030.000000-0329 – MATERIAL DE CONSUMO

06.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-PROGRAMAS

2066 – MANUTENÇÃO E ENARGOS COM SAUDE DA FAMILIA

339030.000000-0202 – MATERIAL DE CONSUMO

09. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE AGRICULTURA

001. – ADM GERAL SEC. DE AGRICULTURA

2027- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRIC. DESENV. ECON.

339030.00000-0465- MATERIAL DE CONSUMO

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADES. SEC. DE OBRAS

339030.000000-0504- MATERIAL DE CONSUMO

10- SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

14- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE URBANISMO

2100- RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

339030.000000- 0481 – MATERIAL DE CONSUMO

11- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

14- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

2095- ABERTURA REABERTURA E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS

339030.000000- 0514 – MATERIAL DE CONSUMO

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 033/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás – MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás - MT, 03 de agosto de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DELREY NOVA BANDEIRANTES EIRELI,

CNPJ n° 06.063.181/0001-81,

CONTRATADA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 209/2018.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE AUXÍLIO DOENÇA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*.".*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder prorrogação de Auxilio Doença à Servidora **NAUPLIA GERUSSA BARBOSA RAIMUNDI,** portadora da cédula de identidade 7. 711.328 2 SSP/PR e inscrita no CPF sob n. 952.755.331-87, ocupante do Cargo Efetivo de **Técnica Administrativa Educacional**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14/12/2018.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 06 de Agosto de 2018.

Publique-se

Registre-se

Cumpra-se

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 029/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 033/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2018

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT.,** denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da empresa NE EQUIPAMENTOS, PEÇAS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA. , CNPJ-09.619.626/0001-55. Av. Couto Magalhães, n° 2808, Centro, Várzea Grande/MT, CEP: 78.110-400, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 033/2018 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **aquisição de assessórios e peças mecânicas originais e de primeira linha com entrega parcelada para atender as necessidades do município de Apiacás**, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 033/2018.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DA ENTREGRA E DO CONTRATADO

4.1. As peças e acessórios necessários para a manutenção da frota de veículos e maquinas, deverão ser fornecidas pela empresa com preços de acordo com a " TABELA **DE PREÇOS DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, COMPONENTES E MATERIAIS ORIGINAIS**" , fornecido através do Sistema **TRAZ VALOR, com a devida aplicação do percentual de desconto repassado pela empresa vencedora.** Caso exista alguma situação na qual a peça não conste na Tabela de Preços e Acessórios do Sistema Traz Valor , a PREFEITURA será obrigada efetuar a pesquisa de preço de mercado para

posterior autorização e pagamento.

8.3.1. No caso de optar pela Pesquisa de Mercado, será realizado no mínimo 03 (três) orçamentos, onde será confeccionada a média ponderada do valor a ser pago pelas peça a ser fornecida (aplica-se somente quando não houve no cadastro e valor referenciado no Sistema TRAZ VALOR.

8.4. A entrega das peças e acessórios licitados deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas nesta Ata de Registro de Preços.

4.2. O fornecedor a descrição do lote e percentual de desconto registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Empresa : NE-EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA-ME

CNPJ-09.619.626/0001-55

LOTE	DESCRIÇÃO	UN. MED.	QTDE	DESCONTO
16	VEICULOS PESADOS, MOTONIVELADORA DA MARCA CATERPILLAR	UN	2,00	45%
17	VEICULOS PESADOS, MOTONIVELADORA DA MARCA FIAT ALLIS	UN	1,00	45%
19	VEICULOS PESADOS, MOTONIVELADORA DA MARCA KOMATSU	UN	1,00	45%
25	VEICULOS PESADOS, RETRO ESCAVADEIRA DA MARCA RANDON	UN	1,00	45,5%

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás-MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. O prazo máximo para entrega das peças será de até 02:00 (dois) dias após a solicitação das mesmas.

5.14. O atraso na entrega das peças, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado sendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, e o restante em mais duas parcelas mensais e subseqüentes, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se incluso no preço das peças/acessórios para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada peça/acessório a ser fornecida tendo como base de preços a tabela de preços de peças/acessórios originais de primeira linha dos veículos (TRAZ VALOR) ou pesquisa de mercado.

8.2.1. Independente de variação, será aplicado o percentual de desconto oferecido sobre

o valor de tabela vigente no dia do pedido de cada peça/acessórios.

8.2.2. Quando da alteração ou atualização da tabela fornecida pelas montadoras, automaticamente fica registrado o novo valor individual de cada peça/acessórios.

8.3. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, ou na tabela de preços de peças/acessórios originais de primeira linha fornecidas pelas montadoras dos veículos, a qualquer tempo, conferindo se os mesmos condizem com os preços praticados no mercado.

8.4. O Município deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento das peças mecânicas, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

03.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA

2022 – MANUT. E ADM. DA SEC. DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

339030.000000-0033 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE APOIO EDUCACIONAL

2005 – TRANSPORTE ESCOLAR SALÁRIO EDUCAÇÃO

339030.000000-0056 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE APOIO EDUCACIONAL

2008 – TRANSPORTE ESCOLAR PNATE

339030.000000-0058 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2083– MANUTENÇÃO E TRANSPORTE ESCOLAR RECURSOS FETHAB

339030.000000-0063 - MATERIAL DE CONSUMO

07.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE A. SOCIAL

001.- – ADM GERAL SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ATIVIDADES SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

339030.000000-0329 - MATERIAL DE CONSUMO

06.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-PROGRAMAS

2066 – MANUTENÇÃO E ENARGOS COM SAUDE DA FAMILIA

339030.000000-0202 - MATERIAL DE CONSUMO

09. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE AGRICULTURA

001. – ADM GERAL SEC. DE AGRICULTURA

2027- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRIC. DESENV. ECON.

339030.00000-0465- MATERIAL DE CONSUMO

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADES. SEC. DE OBRAS

339030.000000-0504- MATERIAL DE CONSUMO

10- SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

001- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE URBANISMO

2100- RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

339030.000000- 0481 – MATERIAL DE CONSUMO

11- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

2095- ABERTURA REABERTURA E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS

339030.000000- 0514 – MATERIAL DE CONSUMO

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 033/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás - MT, 03 de agosto de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

NE EQUIPAMENTOS, PEÇAS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA

CNPJ-09.619.626/0001-55

CONTRATADA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 211/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar o Servidor **EROS CESAR RAMOS JUNIOR,** portador da cédula de identidade 1796667-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 930.197.001-59, ocupante do Cargo Efetivo de **Técnico em Informática**, exercendo a função de Assistente de Direção II, como responsável por todas as atividades correlatas acerca dos serviços de tecnologia da informação, enfim realizar todos os procedimentos necessários inerentes ao Setor.

Artigo 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos legais na data de 10 de maio de 2018, conforme Decreto 203/2018 revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 08 de Agosto de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 029/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 033/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2018

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT.,** denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da empresa **ALEXANDRE ALVES E SILVA–ME** , CNPJ n° 22.977.455/0001-02, situada a Av. Brasil, n° 100, Bairro Bom Jesus , em Apiacás/MT, CEP: 78.595-000, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 033/2018 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **aquisição de assessórios e peças mecânicas originais e de primeira linha com entrega parcelada para atender as necessidades do município de Apiacás**, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 033/2018.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DA ENTREGRA E DO CONTRATADO

4.1. As peças e acessórios necessários para a manutenção da frota de veículos e maquinas, deverão ser fornecidas pela empresa com preços de acordo com a " TABELA **DE PREÇOS DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, COMPONENTES E MATERIAIS ORIGINAIS**" , fornecido através do Sistema **TRAZ VALOR, com a devida aplicação do percentual de desconto repassado pela empresa vencedora.** Caso exista alguma situação na qual a peça não conste na Tabela de Preços e Acessórios do Sistema Traz Valor , a PREFEITURA será obrigada efetuar a pesquisa de preço de mercado para

posterior autorização e pagamento.

8.3.1. No caso de optar pela Pesquisa de Mercado, será realizado no mínimo 03 (três) orçamentos, onde será confeccionada a média ponderada do valor a ser pago pelas peça a ser fornecida (aplica-se somente quando não houve no cadastro e valor referenciado no Sistema TRAZ VALOR.

8.4. A entrega das peças e acessórios licitados deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas nesta Ata de Registro de Preços.

4.2. O fornecedor a descrição do lote e percentual de desconto registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Empresa: ALEXANDRE ALVES E SILVA -ME

CNPJ n° 22.977.455/0001-02

LOTE	DESCRIÇÃO	UN. MED.	QTDE	DESCONTO
4	VEICULOS MEDIOS, CAMINHONETE DA MARCA MITSUBISHI	UN	5,00	42%
18	VEICULOS PESADOS, MOTONIVELADORA DA MARCA FOTON	UN	1,00	50%
22	VEICULOS PESADOS, PA CARREGADEIRA DA MARCA FOTON	UN	1,00	48%
23	VEICULOS PESADOS, PA CARREGADEIRA DA MARCA XCMG	UN	1,00	55%

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás-MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. O prazo máximo para entrega das peças será de até 02:00 (dois) dias após a solicitação das mesmas.

5.14. O atraso na entrega das peças, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado sendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, e o restante em mais duas parcelas mensais e subseqüentes, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se incluso no preço das peças/acessórios para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada peça/acessório a ser fornecida tendo como base de preços a tabela de preços de peças/acessórios originais de primeira linha dos veículos (TRAZ VALOR) ou pesquisa de mercado.

8.2.1. Independente de variação, será aplicado o percentual de desconto oferecido sobre

o valor de tabela vigente no dia do pedido de cada peça/acessórios.

8.2.2. Quando da alteração ou atualização da tabela fornecida pelas montadoras, automaticamente fica registrado o novo valor individual de cada peça/acessórios.

8.3. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, ou na tabela de preços de peças/acessórios originais de primeira linha fornecidas pelas montadoras dos veículos, a qualquer tempo, conferindo se os mesmos condizem com os preços praticados no mercado.

8.4. O Município deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial,

considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento das peças mecânicas, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

03.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA

2022 – MANUT. E ADM. DA SEC. DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

339030.000000-0033 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE APOIO EDUCACIONAL

2005 – TRANSPORTE ESCOLAR SALÁRIO EDUCAÇÃO

339030.000000-0056 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE APOIO EDUCACIONAL

2008 – TRANSPORTE ESCOLAR PNATE

339030.000000-0058 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2083– MANUTENÇÃO E TRANSPORTE ESCOLAR RECURSOS FETHAB

339030.000000-0063 - MATERIAL DE CONSUMO

07.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE A. SOCIAL

001.- – ADM GERAL SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ATIVIDADES SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

339030.000000-0329 - MATERIAL DE CONSUMO

06.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-PROGRAMAS

2066 – MANUTENÇÃO E ENARGOS COM SAUDE DA FAMILIA

339030.000000-0202 - MATERIAL DE CONSUMO

09. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE AGRICULTURA

001. – ADM GERAL SEC. DE AGRICULTURA

2027- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRIC. DESENV. ECON.

339030.00000-0465- MATERIAL DE CONSUMO

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADES. SEC. DE OBRAS

339030.000000-0504- MATERIAL DE CONSUMO

10- SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

001- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE URBANISMO

2100- RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

339030.000000- 0481 – MATERIAL DE CONSUMO

11- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

2095- ABERTURA REABERTURA E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS

339030.000000- 0514 – MATERIAL DE CONSUMO

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 033/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás - MT, 03 de agosto de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

ALEXANDRE ALVES E SILVA -ME

CNPJ n° 22.977.455/0001-02

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 029/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 033/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2018

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à ruadas Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT., denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da empresa BIELMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS LTDA –EPP, CNPJ 17.274.687/0001-56, Av. Ulisses Pompeu de Campos, 2880, Centro, Várzea Grande-MT. CEP 78.110-600, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 033/2018 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **aquisição de assessórios e peças mecânicas originais e de primeira linha com entrega parcelada para atender as necessidades do município de Apiacás**, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 033/2018.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DA ENTREGRA E DO CONTRATADO

4.1. As peças e acessórios necessários para a manutenção da frota de veículos e maquinas, deverão ser fornecidas pela empresa com preços de acordo com a " TABELA **DE PREÇOS DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, COMPONENTES E MATERIAIS ORIGINAIS**" , fornecido através do Sistema **TRAZ VALOR, com a devida aplicação do percentual de desconto repassado pela empresa vencedora.** Caso exista alguma situação na qual a peça não conste na Tabela de Preços e Acessórios do Sistema Traz Valor , a PREFEITURA será obrigada efetuar a pesquisa de preço de mercado para

posterior autorização e pagamento.

8.3.1. No caso de optar pela Pesquisa de Mercado, será realizado no mínimo 03 (três) orçamentos, onde será confeccionada a média ponderada do valor a ser pago pelas peça a ser fornecida (aplica-se somente quando não houve no cadastro e valor referenciado no Sistema TRAZ VALOR.

8.4. A entrega das peças e acessórios licitados deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas nesta Ata de Registro de Preços.

4.2. O fornecedor a descrição do lote e percentual de desconto registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

BIELMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS LTDA –EPP

CNPJ 17.274.687/0001-56

LOTE	DESCRIÇÃO	UN. MED.	QTDE	DESCONTO
24	VEICULOS PESADOS, PC DA MARCA KOMATSU	UN	2,00	45,5%
26	VEICULOS PESADOS, TRATORES DA MARCA NEW HOLLAND	UN	1,00	45,5%

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás-MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. O prazo máximo para entrega das peças será de até 02:00 (dois) dias após a solicitação das mesmas.

5.14. O atraso na entrega das peças, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado sendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, e o restante em mais duas parcelas mensais e subseqüentes, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se incluso no preço das peças/acessórios para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada peça/acessório a ser fornecida tendo como base de preços a tabela de preços de peças/acessórios originais de primeira linha dos veículos (TRAZ VALOR) ou pesquisa de mercado.

8.2.1. Independente de variação, será aplicado o percentual de desconto oferecido sobre

o valor de tabela vigente no dia do pedido de cada peça/acessórios.

8.2.2. Quando da alteração ou atualização da tabela fornecida pelas montadoras, automaticamente fica registrado o novo valor individual de cada peça/acessórios.

8.3. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, ou na tabela de preços de peças/acessórios originais de primeira linha fornecidas pelas montadoras dos veículos, a qualquer tempo, conferindo se os mesmos condizem com os preços praticados no mercado.

8.4. O Município deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento das peças mecânicas, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

03.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA

2022 – MANUT. E ADM. DA SEC. DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

339030.000000-0033 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE APOIO EDUCACIONAL

2005 – TRANSPORTE ESCOLAR SALÁRIO EDUCAÇÃO

339030.000000-0056 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE APOIO EDUCACIONAL

2008 – TRANSPORTE ESCOLAR PNATE

339030.000000-0058 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2083– MANUTENÇÃO E TRANSPORTE ESCOLAR RECURSOS FETHAB

339030.000000-0063 - MATERIAL DE CONSUMO

07.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE A. SOCIAL

001.- – ADM GERAL SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ATIVIDADES SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

339030.000000-0329 - MATERIAL DE CONSUMO

06.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-PROGRAMAS

2066 – MANUTENÇÃO E ENARGOS COM SAUDE DA FAMILIA

339030.000000-0202 - MATERIAL DE CONSUMO

09. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE AGRICULTURA

001. – ADM GERAL SEC. DE AGRICULTURA

2027- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRIC. DESENV. ECON.

339030.00000-0465- MATERIAL DE CONSUMO

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADES. SEC. DE OBRAS

339030.000000-0504- MATERIAL DE CONSUMO

10- SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

001- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE URBANISMO

2100- RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

339030.000000- 0481 – MATERIAL DE CONSUMO

11- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

2095- ABERTURA REABERTURA E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS

339030.000000- 0514 – MATERIAL DE CONSUMO

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 033/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás - MT, 03 de agosto de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

BIELMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS LTDA –EPP

CNPJ 17.274.687/0001-56

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 065/2018

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO – ADEMIR CORDEIRO

CONTRATO – 065/2018

OBJETO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA

CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 029/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 033/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2018

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à ruadas Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT., denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da empresa TNOVE COMERCIO DE PEÇAS EIRELI, CNPJ 30.369.251/0001-09, Rua Barão de Melgaço n° 629, Bairro Porto, Cuiabá-MT., CEP 78.025-300, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 033/2018 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **aquisição de assessórios e peças mecânicas originais e de primeira linha com entrega parcelada para atender as necessidades do município de Apiacás**, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 033/2018.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DA ENTREGRA E DO CONTRATADO

4.1. As peças e acessórios necessários para a manutenção da frota de veículos e maquinas, deverão ser fornecidas pela empresa com preços de acordo com a " TABELA **DE PREÇOS DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, COMPONENTES E MATERIAIS ORIGINAIS**" , fornecido através do Sistema **TRAZ VALOR, com a devida aplicação do percentual de desconto repassado pela empresa vencedora.** Caso exista alguma situação na qual a peça não conste na Tabela de Preços e Acessórios do Sistema Traz Valor , a PREFEITURA será obrigada efetuar a pesquisa de preço de mercado para

posterior autorização e pagamento.

8.3.1. No caso de optar pela Pesquisa de Mercado, será realizado no mínimo 03 (três) orçamentos, onde será confeccionada a média ponderada do valor a ser pago pelas peça a ser fornecida (aplica-se somente quando não houve no cadastro e valor referenciado no Sistema TRAZ VALOR.

8.4. A entrega das peças e acessórios licitados deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas nesta Ata de Registro de Preços.

4.2. O fornecedor a descrição do lote e percentual de desconto registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

TNOVE COMERCIO DE PEÇAS EIRELI

CNPJ 30.369.251/0001-09

LOTE	DESCRIÇÃO	UN. MED.	QTDE	DESCONTO
3	VEICULOS MEDIOS CAMINHONETES DA MARCA NISSAN	UN	1,00	36,5%
6	VEICULOS MEDIOS, CAMINHONETES DA MARCA FORD	UN	1,00	36,5%

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás-MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. O prazo máximo para entrega das peças será de até 02:00 (dois) dias após a solicitação das mesmas.

5.14. O atraso na entrega das peças, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado sendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, e o restante em mais duas parcelas mensais e subseqüentes, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se incluso no preço das peças/acessórios para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada peça/acessório a ser fornecida tendo como base de preços a tabela de preços de peças/acessórios originais de primeira linha dos veículos (TRAZ VALOR) ou pesquisa de mercado.

8.2.1. Independente de variação, será aplicado o percentual de desconto oferecido sobre

o valor de tabela vigente no dia do pedido de cada peça/acessórios.

8.2.2. Quando da alteração ou atualização da tabela fornecida pelas montadoras, automaticamente fica registrado o novo valor individual de cada peça/acessórios.

8.3. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, ou na tabela de preços de peças/acessórios originais de primeira linha fornecidas pelas montadoras dos veículos, a qualquer tempo, conferindo se os mesmos condizem com os preços praticados no mercado.

8.4. O Município deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento das peças mecânicas, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

03.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA

2022 – MANUT. E ADM. DA SEC. DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

339030.000000-0033 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE APOIO EDUCACIONAL

2005 – TRANSPORTE ESCOLAR SALÁRIO EDUCAÇÃO

339030.000000-0056 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE APOIO EDUCACIONAL

2008 – TRANSPORTE ESCOLAR PNATE

339030.000000-0058 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2083– MANUTENÇÃO E TRANSPORTE ESCOLAR RECURSOS FETHAB

339030.000000-0063 - MATERIAL DE CONSUMO

07.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE A. SOCIAL

001.- – ADM GERAL SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ATIVIDADES SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

339030.000000-0329 - MATERIAL DE CONSUMO

06.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-PROGRAMAS

2066 – MANUTENÇÃO E ENARGOS COM SAUDE DA FAMILIA

339030.000000-0202 - MATERIAL DE CONSUMO

09. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE AGRICULTURA

001. – ADM GERAL SEC. DE AGRICULTURA

2027- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRIC. DESENV. ECON.

339030.00000-0465- MATERIAL DE CONSUMO

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADES. SEC. DE OBRAS

339030.000000-0504- MATERIAL DE CONSUMO

10- SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

001- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE URBANISMO

2100- RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

339030.000000- 0481 – MATERIAL DE CONSUMO

11- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

2095- ABERTURA REABERTURA E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS

339030.000000- 0514 – MATERIAL DE CONSUMO

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 033/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás - MT, 03 de agosto de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

TNOVE COMERCIO DE PEÇAS EIRELI

CNPJ 30.369.251/0001-09

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 033/2018 – PROCESSO LICITATÓRIO 053/2018

MAIOR DESCONTO POR LOTE - **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DA LINHA MECÂNICA, ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DA COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS**.

Empresas vencedoras:

Empresa: DEL REY NOVA BANDEIRANTES EIRELI

Vencedora nos itens: 02 e 07, conforme tabela abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO	UN. MED.	QTDE	DESCONTO
2	VEICULOS LEVES, CARROS DA MARCA WOLKSWAGEN	UN	2,00	36%
7	VEICULOS MEDIOS, CAMINHONETES DA MARCA GM	UN	2,00	36%

Empresa: ALEXANDRE ALVES E SILVA -ME

Vencedora nos itens: 04, 18,22 e 23, conforme tabela abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO	UN. MED.	QTDE	DESCONTO
4	VEICULOS MEDIOS, CAMINHONETE DA MARCA MITSUBISHI	UN	5,00	42%
18	VEICULOS PESADOS, MOTONIVELADORA DA MARCA FOTON	UN	1,00	50%
22	VEICULOS PESADOS, PA CARREGADEIRA DA MARCA FOTON	UN	1,00	48%
23	VEICULOS PESADOS, PA CARREGADEIRA DA MARCA XCMG	UN	1,00	55%

Empresa : CECILIA PINTO DA SILVA EIRELI-ME

Vencedora nos itens: 09 ao 15, conforme tabela abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO	UN. MED.	QTDE	DESCONTO
9	VEICULOS PESADOS, CAMINHOES DA MARCA AGRALE	UN	1,00	52%
10	VEICULOS PESADOS, CAMINHOES DA MARCA FORD	UN	2,00	45%
11	VEICULOS PESADOS, CAMINHOES DA MARCA MERCEDES BENZ	UN	1,00	52,5%
12	VEICULOS PESADOS, CAMINHOES DA MARCA VOLKSWAGEN	UN	5,00	55%
13	VEICULOS PESADOS, MICRO ONIBUS DA MARCA MARCOPOLO VOLARE	UN	2,00	55%
14	VEICULOS PESADOS, MICRO ONIBUS DA MARCA MERCEDES BENZ	UN	1,00	54%
15	VEICULOS PESADOS, MICRO ONIBUS DA MARCA VOLKSWAGEN	UN	1,00	50,5%

Empresa : TRÊS E TRÊS LTDA-ME

Vencedora nos itens: 01, 05, 08, 20 e 21 conforme tabela abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO	UN. MED.	QTDE	DESCONTO
1	VEICULOS LEVES, CARROS DA MARCA FIAT	UN	12,00	40%
5	VEICULOS MEDIOS, CAMINHONETE DA MARCA TOYOTA	UN	2,00	39%
8	VEICULOS MEDIOS, VAN SPRINTER DA MARCA MERCEDES BENZ	UN	2,00	42%
20	VEICULOS PESADOS, ONIBUS DA MARCA VOLKSWAGEN	UN	5,00	55%
21	VEICULOS PESADOS, PA CARREGADEIRA DA MARCA CATERPILLAR	UN	1,00	46%

Empresa : NE-EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA-ME

Vencedora nos itens: 16, 17 e 19, conforme tabela abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO	UN. MED.	QTDE	DESCONTO
16	VEICULOS PESADOS, MOTONIVELADORA DA MARCA CATERPILLAR	UN	2,00	45%
17	VEICULOS PESADOS, MOTONIVELADORA DA MARCA FIAT ALLIS	UN	1,00	45%
19	VEICULOS PESADOS, MOTONIVELADORA DA MARCA KOMATSU	UN	1,00	45%
25	VEICULOS PESADOS, RETRO ESCAVADEIRA DA MARCA RANDON	UN	1,00	45,5%

BIELMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS LTDA –EPP

Vencedora nos itens: 24 e 26, conforme tabela abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO	UN. MED.	QTDE	DESCONTO
24	VEICULOS PESADOS, PC DA MARCA KOMATSU	UN	2,00	45,5%
26	VEICULOS PESADOS, TRATORES DA MARCA NEW HOLLAND	UN	1,00	45,5%

TNOVE COMERCIO DE PEÇAS EIRELI

Vencedora nos itens: 03 e 06, conforme tabela abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO	UN. MED.	QTDE	DESCONTO
3	VEICULOS MEDIOS CAMINHONETES DA MARCA NISSAN	UN	1,00	36,5%
6	VEICULOS MEDIOS, CAMINHONETES DA MARCA FORD	UN	1,00	36,5%

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2018

REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Araguainha – MT, torna público aos interessados que fará realizar no dia 20**/08/2018**, ás **12h00** mim (Horário de Brasília), na sede da Prefeitura Municipal de Araguainha, à Rua Bahia, 426 - Centro, Licitação na modalidade Pregão Presencial, Registro de Preços, do Tipo Menor Preço Por Item do Lote, que tem por objeto: Gêneros Alimentícios; Material de Limpeza; Artigos, Utensílios e Utilidades de Uso Doméstico e Pessoal; Recipientes e Materiais para Acondicionamento e Embalagem; Condutores Elétricos e Equipamentos de Força E Distribuição; Equipamentos para Refeitório, Copa e Cozinha; Artigos de Higiene e Gás de Cozinha Engarrafado, para serem usados pelas secretarias Municipais**,** conforme especificações contidas no Anexo do edital. Poderão participar do Pregão Presencial, todas as Empresas, que manifestarem interesse 24 horas antes da abertura do certamente, conforme lei n°. 8.666/93. Maiores informações pelo telefone 66 3476-1210, Setor de Licitações, e-mail licitacao@araguainha.mt.gov.br

Araguainha – MT, 06 de Agosto de 2018.

JOSÉ CARLOS NAVES GONÇALVES

PREGOEIRO

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 022/2018

NUMERO DO CONTRATO: N.º 022/2018.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araguainha.

GARCIA CONSTRUÇÕES

OBJETO: 1.1 – O presente contrato objetiva a contratação de empresa de engenharia civil para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

PRAZO: 60 Dias

VALOR DO CONTRATO: R$ **13.095,88 (Treze Mil Noventa e Cinco Reais e Oitenta e Oito Centavos)**

DATA DA ASSINATURA:31/07/2018

VIGENCIA:31/07/2018 á 30/09/2018

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2018

Registro de Preços: Combustíveis (gasolina, etanol e óleo diesel), lubrificantes e outros derivados do petróleo.

O Município de Araguainha – MT, torna público aos interessados que fará realizar no dia 20**/08/2018**, ás **15h00** mim (Horário de Brasília), na sede da Prefeitura Municipal de Araguainha, à Rua Bahia, 426 - Centro, Licitação na modalidade Pregão Presencial, Registro de Preços, do Tipo Menor Preço Por Item do Lote, que tem por objeto: **Aquisição de Combustíveis (gasolina, etanol e óleo diesel), lubrificantes e outros derivados do petróleo**, para serem usados pelas secretarias Municipais**,** conforme especificações contidas no edital. Poderão participar do Pregão Presencial, todas as Empresas, que manifestarem interesse 24 horas antes da abertura do certamente, conforme lei n°. 8.666/93. Maiores informações pelo telefone 66 3476-1210, Setor de Licitações, e-mail licitacao@araguainha.mt.gov.br

Araguainha – MT, 06 de Agosto de 2018.

JOSÉ CARLOS NAVES GONÇALVES

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 235/2018

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

CONSIDERANDO, o Edital de Concurso Público nº. 01/2018, para ingresso em cargo público de provimento efetivo**,** publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) de 14 de março de 2018;

CONSIDERANDO, o Resultado Final do Concurso Público nº. 01/2018, publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) em 31 de julho de 2018;

CONSIDERANDO, a Homologação, realizado por meio Decreto Municipal nº. 38/2018, datado de 03 de agosto de 2018, publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) em 06 de agosto de 2018;

CONSIDERANDO, por fim a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Araputanga/MT;

RESOLVE:

ART. 1º- Ficam nomeados os candidatos aprovados, constante no quadro abaixo desta Portaria relacionado, para os cargos de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT.

CARGO- 01: Assistente Social

CLASS.	INSC.	NOME	NOTA FINAL
01	337	GISELE RODRIGUES MARTINS DE SOUZA	**71,00**

CARGO- 02: Auxiliar de Laboratório

CLASS.	INSC.	NOME	NOTA FINAL
01	455	GABRIEL BONINI PINTO DE ARRUDA	**69,00**

CARGO- 03: Contador

CLASS.	INSC.	NOME	NOTA FINAL
01	826	EDMA DE ASSIS DA CRUZ MACEDO	**77,00**

CARGO- 04: Enfermeiro

CLASS.	INSC.	NOME	NOTA FINAL
01	981	HUGO GIOVANE LEAL BLECHA	**95,00**

CARGO- 11: Médico Clinico Geral

CLASS.	INSC.	NOME	NOTA FINAL
01	1043	CLEO PEREIRA DA CRUZ	**63,00**

CARGO- 10: Técnico em Enfermagem

CLASS.	INSC.	NOME	NOTA FINAL
01	187	REMERSON MARIO TEODORO SANTANA	**72,00**

ART. 2º Os nomeados constantes nesta Portaria deverão comparecer na Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, situado na Rua Antenor Mamedes,nº 911, Centro, no horário das **07:00 às**

11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, para apresentação dos documentos **constante nos itens 17 a 17.8 do Edital de abertura do Concurso**, e todos os exames exigidos no Anexo IX do mencionado Edital, para encaminhamento da avaliação médica destinados à deflagração do processo de Posse.

ART. 3º- Somente tomarão posse aqueles que cumprirem as exigências do artigo anterior.

ART. 4º- Os nomeados constantes nesta Portaria que não tomarem posse em até 30 dias a contar da publicação desta Portaria, estarão renunciando, tacitamente, à vaga para qual foram nomeados. A nomeação será considerada nula, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

ART. 5º- Os nomeados que não desejarem ser empossados nos cargos poderão formalizar a desistência mediante preenchimento de Termo próprio, e encaminhar ao Setor de Recursos Humanos do Município de Araputanga/MT.

ART. 6º- Esta Portaria Entra em Vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos seis (06) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 236/2018, NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 01/2018.

Dispõe sobre a Designação e Nomeação da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Público nº 01/2018. ''

***Joel Marins de Carvalho**, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;*

RESOLVE:

***Art. 1º -** Designar e nomear os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Público nº 01/2018:*

Nome	*FUNÇÃO*	*CPF Nº*
I– SÉRGIO LUIZ PIRES SALOMÉ	*PRESIDENTE*	*495.604.411-91*
II – MARIA DE FATIMA NEVES	*MEMBRO*	*202.676.811-00*
III – DAIANY SOUZA LIMA	*MEMBRO*	*033.713.461-88*

Parágrafo Único: A Comissão Examinadora terá a responsabilidade de cumprir as determinações da Lei Orgânica Municipal e o respectivo Edital do Processo Seletivo Público.

Art. 2° – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 226/2018.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos sete (07) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
PORTARIA Nº 093 ATÉ 113.2018

P O R T A R I A Nº093/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E

Férias Regulamentares, aos Funcionários Efetivos da Secretaria de Saúde, conforme segue:

Funcionário:	Período
Ana Claudia Gonçalves	2014/2015
Gisele Lopes Costa	2015/2016
Maria Aparecida Gomes Moreira	2014/2015
Luzinete Ferreira da Silva	2016/2017
Poliana de Souza Barbosa	2017/2018
Cristiane Brito da Silva	2016/2017

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 02º dia do mês de julho de 2018

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 094/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares a funcionária efetiva ***Janete Costa de Oliveira da Silva Rocha,*** brasileira, casada, Auxiliar Administrativa, lotada na Secretaria Municipal de Educação, portadora do **RG. nº**. 12196380 SSP/MT e **CPF. nº**. 958.066.011-53, referente ao período de 2017/2018, a partir do dia 02 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis aos 02 dias do mês de Julho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 095/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

20 dias de férias Regulamentares e 10 dias de férias Remuneradas a funcionária ***Rosania Gomes Moreira,*** brasileira, casada, **Auxiliar de Serviços Gerais**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, portadora do **RG. nº.** 1347245-3 SSP/MT e **CPF. nº.** 994.688.751.72, referente ao período de 2015/2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 02 dias do mês de julho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 096/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Licença Prêmio ao servidor efetivo **Sr. Clovis de Oliveira Miranda,** brasileiro, casado, portador do **RG. nº.** 09821724 SSP/MT e **CPF. nº.** 592. 706.161-34, lotada na Secretaria de Educação junto a Escola Cimplaf, referente ao **qüinqüênio de 2012/2017**, a partir de 02 de Julho de 2018 a 30 Setembro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 02 dias do mês de Julho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº097/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares aofuncionário efetivo ***Marcio Mario Mateus,*** brasileiro, casado, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, portador do **RG. nº**. 466 787 SSP/MT e **CPF. nº**. 459.983. 881-00, referente ao período de 2017/2018, a partir do dia 02 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis aos 02 dias do mês de Julho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 098/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

15 dias de férias Regulamentares e 15 dias de férias Remuneradas a funcionária ***Maria Fernandes Beato,*** brasileira, divorciada, Contadora, lotada na Secretaria Municipal de Gestão, portadora do **RG. nº.** 425.610 SSP/MT e CPF. nº.377.906.681-53**,** referente ao período de 2014/2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 02 dias do mês de julho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 099/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

20 dias de Férias Regulamentares e 10 Dias de Férias Remuneradas a funcionária ***Eneth Ferreira da Silva,*** brasileira, casada, **Diretora,** portadora do **RG. nº. 309881 SSP/MT** e **CPF. nº.** 106.732.881.53, referente ao período de 2015/2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 09 dias do mês de julho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 100/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares ao funcionário efetivo ***Josiel Rodrigues dos Santos,*** brasileiro, casado, Agente Administrativo, portador do **RG. nº**. 10381511 SSP/MT e **CPF. nº**. 649.939.901-97, referente ao período de 2016/2017, a partir do dia 16 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis aos 09 dias do mês de Julho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº101/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E

Férias Regulamentares, aos Funcionários Efetivos da Secretaria de Saúde, a partir de 16 de julho de 2018, conforme segue:

Funcionário:	Período
Graciele Souza de Lima	2016/2017
Alba Luzia Pires da Silva	2014/2015

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 09 dia do mês de julho de 2018

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 102/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares aofuncionário efetivo ***Assis José de Moura,*** brasileiro, casado, Técnico de Enfermagem lotado na Secretaria Municipal de Saúde, portador do **RG. nº**. 1169766-0 SSP/MT e **CPF. nº**. 824.312. 051-34, referente ao período de 2014/2015, a partir do dia 17 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis aos 09 dias do mês de Julho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 103/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. JOSÉ MAURO FIGUEIREDO, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares a funcionária efetiva *Ivete Avelino Dantas de Souza,* brasileira, casada, Agente Administrativa, portadora do RG. nº. 893. 354 SSP/MT e CPF. nº. 459.949.941-20, referente ao período de 2016/ 2017, a partir do dia 23 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis aos 16 dias do mês de Julho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 0104/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

20 dias de férias Regulamentares e 10 dias de férias Remuneradas ao funcionário ***Jamilson Ferreira de Souza,*** brasileiro, casado, Controlador Interno, portador do **RG. nº.** 1820985-8 SSP/MT e **CPF. nº.016.410. 871-88,** referente ao período de 2017/2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 16 dias do mês de julho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 105/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

15 dias de férias Regulamentares e 15 dias de férias Remuneradas a funcionária ***Núbia Regina de Souza,*** brasileira, casada, Fiscal de Tributos, lotada na Secretaria Municipal de Gestão, portadora do **RG. nº.** 1463166-0 SSP/MT e CPF. nº.003.194.661-59**,** referente ao período de 2016/2017

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 16 dias do mês de julho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 0106/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

20 dias de férias Regulamentares e 10 dias de férias Remuneradas ao funcionário ***Fernando Quadros Brandão,*** brasileiro, casado, Motorista, portador do RG. nº. **12042366** SSP/MT e CPF. **nº.852.713.811-53,** referente ao período de 2015/2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 16 dias do mês de julho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 107/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares afuncionária efetiva***, Maria Madalena Firme Cardoso,*** brasileira, casada, lotada na Secretaria Municipal de Transporte, portadora do **RG. nº**. 13.538.067 SSP/MT e **CPF. nº**. 052.326.888-20, referente aos períodos de 2015/2016 e 2016/2017 a partir do dia 16 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis aos 16 dias do mês de Julho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 108/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares afuncionária efetiva***, Joelma Gomes de Souza,*** brasileira, lotada na Secretaria Municipal de Gestão, portadora do **RG. nº**. 740630 SSP/MT e **CPF. nº**. 487.681.031-15, referente aos períodos de 2014/2015, 2015/2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis aos 16 dias do mês de Julho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 0109/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Licença Saúde junto ao INSS a servidora **Sra. Marlene Rodrigues de Souza Alves,** brasileira, casada, Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do **RG. nº.** 0740548-0 SSP/MT e **CPF. nº.** 853.574.561-00, através de laudo médico apresentado com data de 05 de julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 16 dia do mês de Julho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 0110/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

R E I N T E G R A R

A servidora **Sra. Janete Alves de Souza,** brasileira, desquitada, Agente Comunitária de Saúde, portadora do **RG. nº.** 864.431 SSP/MT e **CPF. nº.** 651.865.831-20, devido o cancelamento de agendamento junto ao INSS.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 16 dia do mês de Julho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 111/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Licença Saúde junto ao INSS a servidora **Sra. Josélia Venâncio Lira,** brasileira, solteira, Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do **RG. nº.** 881.443 SSP/MT e **CPF. nº.** 593.497.191-34, conforme atestado médico, a partir do dia 17 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 17 dias do mês de Julho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 112/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Licença Saúde junto ao INSS a servidora **Sra. Sônia Maria Piovezzan,** brasileira, casada, Professora, portadora do **RG. nº.** 563.201 SSP/MT e **CPF. nº.** 811.141.411-00, conforme atestado médico, a partir do dia 19 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 19 dias do mês de Julho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 113/2018

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

20 dias de Férias Remuneradas e 10 dias de Férias Regulamentares ao servidor **Sr. Anderson Roella de Oliveira,** brasileiro, casado, Secretario de Finanças, portador do **RG. nº.** 862596 SSP/MT e **CPF. nº.** 775.468.651-15, referente ao ano de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 19 dias do mês de Julho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
ATA Nº 019 ATE 024.2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 019/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 019/2018

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS: Nº 042/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 058/2018

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos 02 dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Avenida Prefeito Caio, nº642, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ-24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. JOSE MAURO FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 10.643.694 SSP/SP, e CPF: 786.970.268-49, residente e domiciliado à Rua Oscar Josetti, n º 952, Vila Rica, neste município, **RESOLVE registrar os preços** da **EMPRESA MERCADÃO DA LIMPEZA COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME**, situada na Avenida Agricola Paes de Barros, 1294, Bairro Verdão, CEP. 78.030-210, inscrita

no CNPJ 14.689.405/0001-93, neste ato representada pela Sra. **NATALLI CARRER**, brasileira, solteira, comerciante, residente e domiciliada à Rua 02, nº 10, Quadra 01, Bairro Jardim Beira Rio, na cidade de Cuiabá/MT, CEP. 78.028-268, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. **A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTICIOS ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT**, conforme condições e especificações descritas abaixo:

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	UNI.	MARCA	VL UNIT.	VL TOTAL
15	450	AROMATIZANTE DE AMBIENTE (COM NO MIN. 140 ml)	UNI.	START	5,05	2.272,50
18	22	AZEITE DE OLIVA, EXTRA VIRGEM, OBTIDO DE AZEITONAS SÃS, COM SABOR E CHEIRO DE AZEITONA, ISENTO DE RANCO E SUBSTANCIAS ESTRANHAS, NO MIN. 250 ML	UNI.	GALO	11,80	259,60
21	93	BALDE PLASTICO RESISTENTE, COM CAPACIDADE DE NO MIN.18 LITROS.	UNI.	ARQ	7,80	725,40
28	42	BOTA DE BORRACHA	PAR	BRACOL	31,62	1.328,04
42	233	COADOR PANO GRANDE (TAMANHO APROX. 16 X 22 CM)	UNI.	CAIPIRA	3,40	792,20
45	328	COLHER DE MESA, INOX, PARA REFEIÇÕES	UNI.	MARTINAZZO	1,35	442,80
62	537	ESPONJA DE AÇO, (PCTE COM 08 UNIDADES)	PACOTE	INOVE	1,02	547,74
68	46	FACA P/ PAO, INOX, , LAMINA C/ SERRILHA	UNI.	YANGZI	8,80	404,80
73	588	FLANELA - 100% ALGODAO, MEDINDO APROX 38X58CM	UNI.	ROSABELA	1,30	764,40
83	712	GUARDANAPO DE PAPEL, SIMPLES, FOLHAS BRANCAS, (COM NO MIN. 50UN.)	UNI.	JULLY	0,65	462,80
90	100	LEITE CONDENSADO COMPOSTO DE LEITE INTEGRAL,ACUCAR E LACTOSE (TRADICIONAL), DE CONSISTENCIA CREMOSA E TESTURA HOMOGENEA (NO MIN 395GR)	UNI.	TRIANGULO	3,00	300,00
93	859	LIMPADOR MULTIUSO, LIMPADOR MULTIUSO DOMESTICO - LIMPADOR GERAL CONCENTRADO LIQUIDO (COM NO MIN. 500 ML)	UNI.	START	1,70	1.460,30
97	57	LIXEIRO C/ TAMPA, ACIONADA A PEDAL (COM CAPACIDADE MIN. DE 7 LTS)	UNI.	ARQ	11,00	627,00
98	76	LIXEIRO DE PLASTICO (COM TAMPA COM CAPACIDADE MIN. 15 LTS)	UNI.	ARQ	8,70	661,20
101	393	LUVA BORRACHA, (CANO LONGO) DE PROTECAO – (VARIADOS TAMANHOS P,M,G,GG,EG,PADRAO)	UNI.	TALGE	2,20	864,60
103	55	MACARRAO - MASSA ALIMENTICIA - VITAMINADO,ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS, SUJIDADES E PARASITAS (PCTE NO MIN. 01KG)	PCTE	DALLAS	2,90	159,50
121	308	PANO DE PRATO, PANO DE COPA E COZINHA - PARA PRATO 100% , COR BRANCA, ALGODAO, PRE-AMACIADO, MEDINDO APROX. NO MIN. 68X42CM	UNI.	MARTINS	2,35	723,80
123	241	PAPEL FILME, NO MIN. 28 X 20CM, EM ROLO	UNI.	LUSAFILM	2,63	633,83
125	620	PAPEL TOALHA, 19X22CM, EM BOBINA, GOFRADO, 100% CELULOSE VIRGEM, ISENTO DE IMPUREZA, DE ALTA QUALIDADE, NA COR BRANCA, PCTE COM NO MIN. 02 UNIDADES	PCTE	MANNY	2,50	1.550,00
127	246	PILHA BATERIA TIPO ALCALINA, NA VOLTAGEM DE 12	UNI.	RAYOVAC	6,32	1.554,72
130	74	PILHA AAA ALCALINA 1,5 WOLTS, PEQUENA, COM PCTE 2UND	PCTE	PANASSONIC	3,10	229,40
131	84	PILHA AAA2 ALCALINA 1,5 WOLTS, PEQUENA, COM PCTE 2UND	PCTE	PANASSONIC	3,10	260,40
147	1261	SABAO EM PO, COM NO MIN.1 KG	UNI.	BREZEE	3,65	4.602,65
168	238	XICARA CAFÉ COM NO MIN 60ML, COM 6PEÇAS	JOGO	MELMINE	22,00	5.236,00
VINTE E SEIS MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E TRES REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS						**26.863,68**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1. Os produtos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto, inclusive a marca;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1. O material, que será recebido pela Secretaria de Saúde, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade da Secretaria de Saúde o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de **02/08/2018.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Saúde.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá colocar os produtos nas dependências de cada **Secretaria Municipal do Município de Arenapolis/MT,** ou em local a ser determinado pela Secretaria de Saúde previamente acordado com a empresa fornecedora dos produtos até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo de entrega:

8.2.1. O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA - CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos produtos ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que os técnicos da Secretaria de Saúde julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2 Os procedimentos para avaliação do controle de qualidade dos produtos que fizerem necessários serão efetuadas por laboratório de controle de qualidade devidamente capacitada e de referência do Ministério da Saúde indicados pela Secretaria de Saúde que emitiram o respectivo laudo técnico de controle de qualidade dos produtos ou o não cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata de Registro de Preços.

9.3. Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria de Saúde aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.4. Em caso de troca do produto, em função do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.5. A avaliação da qualidade do produto efetuada pela Secretaria de Saúde, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de ARENÁPOLIS e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12 (DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2 MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4 - A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº ___/2018**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

COD. RED. 0045- 03.001.04.122.0004.2011.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0089- 04.001.23.122.0007.2020.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0112- 05.001.12.122.0008.2029.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0141- 05.002.12.361.0009.2035.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0157- 05.002.12.365.0008.2081.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0165- 05.002.12.365.0009.2032.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0244- 05.006.12.364.0031.2051.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0256- 06.001.10.122.0012.2053.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 102

COD. RED. 0272- 06.021.12.361.0009.2035.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 102 e 114

COD. RED. 0349- 06.021.10.305.0015.2068.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 114

COD. RED. 0357- 07.001.08.122.0017.2070.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0370- 07.021.08.244.0019.2073.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 129

COD. RED. 0420- 08.002.15.452.0022.2090.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 03 (três) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENAPOLIS - MT, 02 de agosto de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

EMPRESA MERCADÃO DA LIMPEZA COMERCIO E IMPORTAÇÃO

DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – ME

NATALLI CARRER

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: JAZON DE ARAUJO RAMOS

CPF: 481.946.891-04 CPF: 181.960.121-87

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 020/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 020/2018

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS: Nº 042/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 058/2018

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos 02 dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Avenida Prefeito Caio, nº642, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ-24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. JOSE MAURO FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 10.643.694 SSP/SP, e CPF: 786.970.268-49, residente e domiciliado à Rua Oscar Josetti, n º 952, Vila Rica, neste município, **RESOLVE registrar os preços** da **EMPRESA SVX COMERCIO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS E INFORMÁTICA EIRELI**, situada na Avenida João Eugenio Gonçalves Pinheiro, 200B, Bairro Areão, CEP. 78.010-308, na cidade de Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 29.424.059/0001-99, neste ato representada pelo seu Representante Legal Sr. **SEBASTIÃO VALÉRIO DA CONCEIÇÃO FILHO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliada à Rua 02, nº 10, Quadra 01, Bairro Jardim Beira Rio, na cidade de Cuiabá/MT, CEP. 78.028-268, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTICIOS ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT, conforme condições e especificações descritas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
151	SACO P/ LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 100 LITROS PACOTE COM NO MIN. 5UN	PACOTE	1.625	INDUPLAST	R$0,93	R$1.511,25
152	SACO P/ LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 50 LITROS PACOTE COM NO MIN.10UN	PACOTE	1.710	INDUPLAST	R$1,01	R$1.727,10

VALOR TOTAL DE R$3.238,35 (TRÊS MIL REAIS, DUZENTOS E TRINTA E OITOREAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1. Os produtos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto, inclusive a marca;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1. O material, que será recebido pela Secretaria de Saúde, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade da Secretaria de Saúde o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de **02/08/2018.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Saúde.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá colocar os produtos nas dependências de cada **Secretaria Municipal do Município de Arenapolis/MT,** ou em local a ser determinado pela Secretaria de Saúde previamente acordado com a empresa fornecedora dos produtos até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo de entrega:

8.2.1. O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA - CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos produtos ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que os técnicos da Secretaria de Saúde julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2 Os procedimentos para avaliação do controle de qualidade dos produtos que fizerem necessários serão efetuadas por laboratório de controle de qualidade devidamente capacitada e de referência do Ministério da Saúde indicados pela Secretaria de Saúde que emitiram o respectivo laudo técnico de controle de qualidade dos produtos ou o não cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata de Registro de Preços.

9.3. Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria de Saúde aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.4. Em caso de troca do produto, em função do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.5. A avaliação da qualidade do produto efetuada pela Secretaria de Saúde, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de ARENÁPOLIS e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12 (DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2 MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4 - A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a

critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

COD. RED. 0045- 03.001.04.122.0004.2011.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0089- 04.001.23.122.0007.2020.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0112- 05.001.12.122.0008.2029.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0141- 05.002.12.361.0009.2035.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0157- 05.002.12.365.0008.2081.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0165- 05.002.12.365.0009.2032.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0244- 05.006.12.364.0031.2051.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0256- 06.001.10.122.0012.2053.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 102

COD. RED. 0272- 06.021.12.361.0009.2035.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 102 e 114

COD. RED. 0349- 06.021.10.305.0015.2068.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 114

COD. RED. 0357- 07.001.08.122.0017.2070.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0370- 07.021.08.244.0019.2073.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 129

COD. RED. 0420- 08.002.15.452.0022.2090.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 03 (três) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENAPOLIS - MT, 02 de agosto de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

EMPRESA SVX COMERCIO DE MATERIAIS

PEDAGÓGICOS E INFORMÁTICA EIRELI

SEBASTIÃO VALÉRIO DA CONCEIÇÃO FILHO

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: JAZON DE ARAUJO RAMOS

CPF: 481.946.891-04 CPF: 181.960.121-87

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 021/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 021/2018

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS: Nº 042/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 058/2018

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos 02 dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Avenida Prefeito Caio, nº642, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ-24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. JOSE MAURO FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 10.643.694 SSP/SP, e CPF: 786.970.268-49, residente e domiciliado à Rua Oscar Josetti, n º 952, Vila Rica, neste município, **RESOLVE registrar os preços** da **EMPRESA GISLAINE GUSMÃO SAMPAIO -ME**, inscrita no CNPJ:16.812.516/0001-70, situada na AV: Prefeito Caio, nº 436 – Vila Nova - Arenapolis – MT, CEP 78.420.000, neste ato representada pelo seu procurador Sr. **JAILSON DE OLIVEIRA SAMPAIO**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF 358.328.351-15 e RG 495.304 SSP/MT, residente e domiciliado na Av. Prefeito Caio, Nº 436, Bairro Vila Nova na cidade de Arenápolis/MT, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTICIOS ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT, conforme condições e especificações descritas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	**ABACAXI -** PEROLA, COM COROA, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO,COM POLPA FIRME E INTACTA, ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA PARA ENTREGA	UNIDADE	205	PÉROLA	R$ 4,34	R$ 889,70
02	**ABOBORA CABOTIA,** TIPO MORANGA, BOA QUALIDADE, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, SEM DANOS FISICOS	QUILO	65	KABOTIÃ	R$ 2,37	R$ 154,05
03	**ACHOCOLATADO EM PÓ** (APROX. 400 GR)	UNIDADE	157	ZAELI	R$ 2,40	R$ 376,80
04	**ACUCAR** CRISTALIZADO, DE SACAROSE DE CANA DE AÇUCAR, (EMBALAGEM COM NO MIN. 2KG)	PCTE-	1.728	DOCE DIA	R$ 2,90	R$ 5. 011,20
05	**AGUA MINERAL (**GALAO COM APROXIDAMENTE 20 LTS)	UNIDADE	795	VITANI	R$ 9,40	R$ 7. 473,00
06	**AGUA MINERAL** S/ GAS 12UND DE APROXIMADAMENTE 497 ML	FARDO	365	PURÍSSIMA	R$ 8,00	R$ 2. 920,00
07	**AGUA SANITÁRIA** - SOLUCAO AQUOSA, PRINCIPIO ATIVO: HIPOCLORITO DE SODIO, PLASTICA CONTENDO NO MINIMO 1 LITRO.	UNIDADE	2.451	EPORT	R$ 1,30	R$ 3. 186,30
08	**ALCOOL 54%** COM NO MIN. 1 LITRO	UNIDADE	762	SANTA CRUZ	R$ 3,95	R$ 3. 009,90
09	**AMACIANTE** COM NO MIN.2 L	UNIDADE	445	EPORT	R$ 3,08	R$ 1. 370,60
10	**APRESUNTADO**	QUILO	470	EXCELÊNCIA	R$ 13.39	R$ 6. 293,30
11	**BANANA MACA**, EM PENCAS, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, SEM DANOS FISICOS.	QUILO	225	BRASNICA	R$ 4,19	R$ 942,75
12	**BATATA TIPO INGLESA** - LISA, DE PRIMEIRA, COMPACTA E FIRME, SEM LESOES FISICAS, TAMANHO E CONFORMACAO UNIFORME, DEVENDO SER GRAÚDA.	QUILO	105	MONALISA	R$ 4,17	R$ 437,85
13	**BISCOITO AGUA E SAL** - TIPO AGUA E SAL, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO,GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AGUA,SAL APROXIMADAMENTE 400 GR	PACOTE	110	MARILAN	R$ 2,45	R$ 269,50
14	**CAPA P/ GARRAFÃO DE AGUA** DE 20 LTS	UNIDADE	49	LIMPEX	R$ 9,50	R$ 465,50
15	**CARNE BOVINA FRESCA,** PEDACO S/ APARAS (2º)	QUILO	105	NATURAFRIG	R$ 13,25	R$ 1. 391,25
16	**CARNE MOIDA** - CARNE BOVINA - TIPO MOIDA, SEM OSSO, SEM PELANCA, SEM GORDURA, ISENTA DE SEBO, LIMPA, COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS	QUILO	210	NATURAFRIG	R$ 12,96	R$ 2. 721,60
17	**CEBOLA,** BRANCA DE PRIMEIRA, COMPACTA E FIRME,SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA, PERFURACOES OU CORTES, UNIFORME COM O TAMANHO E A COLORACAO, ISENTA DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS	QUILO	105	NACIONAL	R$ 1,65	R$ 173,25
18	**CENOURA,** DE PRIMEIRA, SEM RAMA, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESOES DE ORIGEM FISICAS, RACHADURA E CORTES, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA	QUILO	105	CENOURA G	R$ 3,88	R$ 407,40
19	**COLHER GRANDE**, EM ALUMINIO, CABO LONGO, SEM DECORAÇÃO	UNIDADE	43	SIMONAGGIO	R$ 7,90	R$ 339,70

20	**CONCHA FUNDA**, INOX, CABO LONGO, SEM DECORAÇAO	UNIDADE	36	SIMONAGGIO	R$ 7,30	R$ 262,80
21	**COPO DE VIDRO** COM NO MIN. 450 ML	UNIDADE	244	NADIR	R$ 3,87	R$ 944,28
22	**COXA E SOBRECOXA FRANGO**, SEMI-PROCESSADO - EM PECA, CONGELADO, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, SEM MANCHAS E PARASITAS	QUILO	170	SEARA	R$ 8,50	R$ 1.445,00
23	**ERVA DOCE** (COM NO MIN. 10 GR)	PACOTE	35	LELI	R$ 1,05	R$ 36,75
24	**ERVILHA** (COM NO MIN. 200 GR)	UNIDADE	70	QUERO	R$ 1,59	R$ 111,30
25	**ESPUMADEIRA GRANDE,** DE ALUMINIO, PARA USO EM COZINHA	UNIDADE	50	SIMONAGGIO	R$ 7,00	R$ 350,00
26	**FACA DE COZINHA**, INOX, TAMANHO MEDIO	UNIDADE	59	SIMONAGGIO	R$ 10,50	R$ 619,50
27	**FARINHA DE TRIGO** ESPECIAL, OBTIDA DO TRIGO MOIDO, DE COR BRANCA, ISENTA DE SUJIDADE COM NO MIN. 1KG	UNIADE	200	VITORIOSA	R$ 2,70	R$ 540,00
28	**FERMENTO BIOLOGICO** (COM NO MIN.125GR)	UNIDADE	50	SAF-INSTANT	R$ 4,49	R$ 224,50
29	**FRANGO CONGELADO**, SEMI-PROCESSADO - INTEIRO, CONGELADO, COM ASPECTO DE COR E CHEIRO PROPRIOS, SEM MANCHAS	QUILO	110	SEARA	R$ 6,22	R$ 684,20
30	**FUBA DE MILHO,** DO GRAO DE MILHO MOIDO, DE COR AMARELA,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, PACOTE 500GR	PACOTE	60	MASSON	R$ 1,00	R$ 60,00
31	**GARRAFA TERMICA** (NO MIN. 500 ML)	UNIDADE	34	ALADDIN	R$ 16,50	R$ 561,00
32	**GARRAFA TERMICA PARA CAFÉ** CAP. MIN. 1 LTS	UNIDADE	40	ALADDIN	R$ 17,90	R$ 716,00
33	**GELATINA EM PO,** PÓ PARA PREPARO DE GELATINA - COMPOSTO DE ACUCAR, SAL, AGENTE AMPONANTE, ACIDULANTE, AROMA ARTIFICIAL, CORANTES ARTIFICIAIS E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS (COM NO MIN. 85 GR)	UNIDADE	70	DR. OETKER	R$ 0,99	R$ 69,30
34	**JARRA DE VIDRO,** TRANSPARENTE, SEM TAMPA, CAPACIDADE MIN. 2LTS	UNIDADE	63	CISPER	R$ 18,50	R$ 1.165,50
35	**LARANJA**, COR AMARELA ESVERDEADA, DE PRIMEIRA, SABOR E CHEIRO CITRICOS, TAMANHO GRANDE, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, BOA QUALIDADE	QUILO	315	PERA RIO	R$ 2,14	R$ 674,10
36	**LEITE INTEGRAL** UHT LONGA VIDA COM NO MIN. 1 LITRO	UNIDADE	1.440	LACBOM	R$ 3,40	R$ 4.896,00
37	**LINGÜIÇA CALABRESA**, DEFUMADA, PREPARADA COM CARNE NAO MISTA,TOUCINHO E CONDIMENTOS, COM ASPECTO NORMAL, FIRME, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	QUILO	105	EXCELÊNCIA	R$ 15,06	R$ 1.581,30
38	**MACA NACIONAL**, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO TAMANHO, COR E CONFORMACAO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FISICOS	QUILO	235	NACIONAL	R$ 7,55	R$ 1.774,25
39	**MAIONESE** - EMULSAO CREMOSA OBTIDA COM OVOS E OLEO VEGETAL, SEM ADICAO DE CONDIMENTOS, SUBSTANCIAS, COMESTIVEIS E SEM CORANTES, DE CONSISTENCIA CREMOSA, AMARELO CLARO, COM CHEIRO E SABOR PROPRIO, ISENTO DE SUJIDADES (COM NO MIN.500 GR)	UNIDADE	35	ARISCO	R$ 4,00	R$ 140,00
40	**MAMAO FORMOSA**, DE PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FISICOS.	QUILO	305	FORMOSA	R$ 4,19	R$ 1.277,95
41	**MARGARINA,** (MIN. 80% LIPIDIOS) COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO COM NO MIN.1 KG.	UNIDADE	815	QUALY	R$ 6,00	R$ 4.890,00
42	**MELANCIA-** REDONDA, GRAUDA, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA FIRME E INTACTA	QUILO	200	BAIANINHOS	R$ 1,73	R$ 346,00
43	**MELÃO-**TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA INTACTA E FIRME	QUILO	200	NACIONAL	R$ 5,52	R$ 1.104,00
44	**MILHO DE PIPOCA** (PCTE COM NO MIN. 500 GR)	PACOTE	645	MASSON	R$ 2,13	R$ 1.373,85
45	**MILHO VERDE** EM CONSERVA - GRAOS INTEIROS, IMERSO EM LIQUIDO DE COBERTURA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES (NO MIN.200 GR)	UNIDADE	70	SÓ FRUTA	R$ 1,55	R$ 108,50
46	**MUSSARELA**, QUEIJO TIPO MUSSARELA	QUILO	570	MARILAC	R$ 23,04	R$ 13.132,80
47	**OLEO DE SOJA,** COMESTIVEL OBTIDO DE ESPECIE VEGETAL, ISENTO DE RANÇO E SUBSTANCIAS ESTRANHA EM EMBALAGEM APROPRIADA (COM NO MIN. 900 ML)	UNIDADE	251	LIZA	R$ 3,51	R$ 881,01
48	**PANO DE CHAO BRANCO**, (TAMANHO NO MIN. 80X90CM)	UNIDADE	617	GUAPEX	R$ 4,60	R$ 2.838,20
49	**PAPEL ALUMINIO**, MEDINDO APROXIMADAMENTE 45CM X 7,5 METROS, EM ROLO	UNIDADE	324	BOREDA	R$ 3,68	R$ 1.192,32
50	**PEITO DE FRANGO**	QUILO	100	SEARA	R$ 8,03	R$ 803,00
51	**PIMENTAO VERDE**, EXTRA DE OTIMA QUALIDADE, GRANDE, SEM LESOES	QUILO	105	VERDE	R$ 5,68	R$ 596,40
52	**POLPA DE FRUTAS** COM NO MIN. 100 GR POLPA DE FRUTAS, COMPOSTO LIQUIDO EXTRAIDO PELO ESMAGAMENTO DA FRUTA MADURA, APRESENTACAO NA FORMA POLPA DE FRUTA	UNIDADE	1.750	BRASFRUT	R$ 2,07	R$ 3.622,50
53	**PROTETOR SOLAR** FPS30/NO MIN. 120ML	UNIDADE	258	SUNLESS	R$ 15,90	R$ 4.102,20
54	**REPOLHO** - BRANCO, FRESCO, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, OTIMA QUALIDADE, FIRME E INTACTO, SEM LESOES DE ORIGEM RACHADURAS OU CORTES	QUIILO	105	VERDE	R$ 2,28	R$ 239,40
55	**SHAMPOO INFANTIL** COM NO MIN 500ML	UNIDADE	116	PALMOLIVE	R$ 5,40	R$ 626,40
56	**SUCO EM PO CONCENTRADO**, COM NO MIN. 1KG	PACOTE	250	QUALIMAX	R$ 3,98	R$ 995,00
57	**VASSOURA DE PALHA,** C/ CABO	UNIDADE	115	CAIPIRA DA SERRA	R$ 13,07	R$ 1.503,05

Valor total de R$ 94.322,01 (NOVENTA E QUATRO MIL, TREZENTOS E VINTE E DOIS REAIS E UM CENTAVO)

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1. Os produtos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto, inclusive a marca;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1. O material, que será recebido pela Secretaria de Saúde, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade da Secretaria de Saúde o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de **02/08/2018.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Saúde.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá colocar os produtos nas dependências de cada **Secretaria Municipal do Município de Arenapolis/MT,** ou em local a ser determinado pela Secretaria de Saúde previamente acordado com a empresa fornecedora dos produtos até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo de entrega:

8.2.1. O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA - CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos produtos ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que os técnicos da Secretaria de Saúde julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2 Os procedimentos para avaliação do controle de qualidade dos produtos que fizerem necessários serão efetuadas por laboratório de controle de qualidade devidamente capacitada e de referência do Ministério da Saúde indicados pela Secretaria de Saúde que emitiram o respectivo laudo técnico de controle de qualidade dos produtos ou o não cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata de Registro de Preços.

9.3. Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria de Saúde aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.4. Em caso de troca do produto, em função do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.5. A avaliação da qualidade do produto efetuada pela Secretaria de Saúde, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de ARENÁPOLIS e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12 (DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2 MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4 - A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

COD. RED. 0045- 03.001.04.122.0004.2011.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0089- 04.001.23.122.0007.2020.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0112- 05.001.12.122.0008.2029.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0141- 05.002.12.361.0009.2035.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0157- 05.002.12.365.0008.2081.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0165- 05.002.12.365.0009.2032.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0244- 05.006.12.364.0031.2051.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0256- 06.001.10.122.0012.2053.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 102

COD. RED. 0272- 06.021.12.361.0009.2035.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 102 e 114

COD. RED. 0349- 06.021.10.305.0015.2068.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 114

COD. RED. 0357- 07.001.08.122.0017.2070.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0370- 07.021.08.244.0019.2073.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 129

COD. RED. 0420- 08.002.15.452.0022.2090.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 03 (três) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENAPOLIS - MT, 02 de agosto de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

JAILSON DE OLIVEIRA SAMPAIO

EMPRESA GISLAINE GUSMÃO SAMPAIO -ME

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: JAZON DE ARAUJO RAMOS

CPF: 481.946.891-04 CPF: 181.960.121-87

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 022/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 022/2018

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS: Nº 042/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 058/2018

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos 02 dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, na sede do MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso, com sede administrativa na Avenida Prefeito Caio, nº642, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ-24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. JOSE MAURO FIGUEIREDO, brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 10.643.694 SSP/SP, e CPF: 786.970.268-49, residente e domiciliado à Rua Oscar Josetti, n º 952, Vila Rica, neste município, RESOLVE registrar os preços da EMPRESA SETE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ:04.578.067/0001-69, Inscrição Estadual 13.203229-5, situada Rua Padre Roquete, n 01, Centro Empresarial Shalon, Sala 05, Consil, CEP. 78.048-440, na cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.080.200, neste ato representada pelo seu representante legal Sr. PEDRO DEL BIANCO PEREIRA LOPES, brasileiro, comerciante, portador do CPF 051.427.651-76 e RG 19257694 SSP/MT, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá/MT, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTICIOS ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT, conforme condições e especificações descritas abaixo:

ITEM DESCRIÇÃO UNID QTDE MARCA V. UNIT V. TOTAL

5 ADAPTADOR DE TOMADA UNID 112 ILUMMI R$ 3,87 R$ 433,44

10 ALCOOL EM GEL

ANTISSÉPTICO (NO MIN.440G) UNID 330 PREMISSE R$ 7,50 R$ 2.475,00

17 AVENTAL DE PROTEÇÃO P

(TAMANHO MIN. 60 X 80CM) UNID 140 COPASEG R$ 6,80 R$ 952,00

31 CANECA DE ALUMINIO CAPACIDADE MIN. 3LTS,COM ALÇA UNID 36 ASJ R$ 23,68 R$ 852,48

40 CHA MATE - CONSTITUIDO DE FOLHAS NOVAS, DESSECADAS, TOSTADAS E PARTIDAS, COM

ASPECTO COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, APROXIMADAMENTE 250 GR UNID 491 XANXERE R$ 3,63 R$ 1.782,33

43 COCO RALADO, AMENDOAS DE COCO PURO, EM FLOCOS PARCIALMENTE DESIDRATADO

COM NO MIN. 100 GR UNID 80 INGACOCO R$ 2,61 R$ 208,80

44 COLHER DE INOX PARA ARROZ, UNID 81 CHEFF R$ 2,96 R$ 239,76

63 ESPONJA PARA LAVAR LOUÇA, 110 MM X 75 MM X 20 MM UNID 741 BETTANIN R$ 0,56 R$ 414,96

67 FACA DE MESA, INOX, PARA REFEIÇÕES UNID 324 MARTINAZZO R$ 2,73 R$ 884,52

81

GARRAFAO TERMICO - TIPO BUJAO ,ISOLAMENTO COM E SPUMA DE POLIURENTANO E DUPLA CAMADA DE

POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE,PARA AGUA, SUCOS, ETC,COM CAPACIDADE PARA 5

LITROS UNID 45 OBBA R$ 23,04 R$ 1.036,80

92 LENÇOL COM NO MIN 70X1,30 UNID 100 INCOFRAL R$ 15,00 R$ 1.500,00

99 LIXEIRO COM TAMPA COM NO MIN. 100 LITROS UNID 14 ANTARES R$ 46,50 R$ 651,00

112 ODORIZADOR DE AMBIENTE, AEROSOL (C/ NO MINIMO 360ML) UNID 991 DON LINE R$ 7,04 R$ 6.976,64

117 PANELA DE ALUMINIO GRANDE COM NO MIN 25 LITROS UNID 23 ASJ R$ 129,00 R$ 2.967,00

120 PANO DE CHAO FLANELADO GRANDE, TAMANHO NO MIN. 80 X 90CM. UNID 461 BRILHEX R$ 6,22 R$ 2.867,42

129 PILHA AA ALCALINA 1,5 WOLTS, PEQUENA,PCTE 2UN PCT 242 FOXLUX R$ 3,11 R$ 752,62

134 PRATO FUNDO DE VIDRO TEMPERADO, FORMATO FUNDO, TAMANHO GRANDE UNID 238 DURALEX R$ 4,21 R$ 1.001,98

137 RALADOR GRANDE EM PLASTICO UNID 25 ERCA R$ 5,99 R$ 149,75

150 SABONETE LIQUIDO, ESPESSANTE, ESPUMANTE, (COM

NO MIN. 500ML) UNID 519 PREMISSE R$ 6,89 R$ 3.575,91

VALOR TOTAL R$ 29.722,41

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1. Os produtos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto, inclusive a marca;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1. O material, que será recebido pela Secretaria de Saúde, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade da Secretaria de Saúde o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de 02/08/2018.

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Saúde.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá colocar os produtos nas dependências de cada Secretaria Municipal do Município de Arenapolis/MT, ou em local a ser determinado pela Secretaria de Saúde previamente acordado com a empresa fornecedora dos produtos até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo de entrega:

8.2.1. O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA - CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos produtos ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que os técnicos da Secretaria de Saúde julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2 Os procedimentos para avaliação do controle de qualidade dos produtos que fizerem necessários serão efetuadas por laboratório de controle de qualidade devidamente capacitada e de referência do Ministério da Saúde indicados pela Secretaria de Saúde que emitiram o respectivo laudo técnico de controle de qualidade dos produtos ou o não cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata de Registro de Preços.

9.3. Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria de Saúde aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.4. Em caso de troca do produto, em função do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.5. A avaliação da qualidade do produto efetuada pela Secretaria de Saúde, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de ARENÁPOLIS e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (DOZE) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2 MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4 - A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

COD. RED. 0045- 03.001.04.122.0004.2011.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0089- 04.001.23.122.0007.2020.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0112- 05.001.12.122.0008.2029.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0141- 05.002.12.361.0009.2035.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0157- 05.002.12.365.0008.2081.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0165- 05.002.12.365.0009.2032.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0244- 05.006.12.364.0031.2051.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0256- 06.001.10.122.0012.2053.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 102

COD. RED. 0272- 06.021.12.361.0009.2035.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 102 e 114

COD. RED. 0349- 06.021.10.305.0015.2068.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 114

COD. RED. 0357- 07.001.08.122.0017.2070.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0370- 07.021.08.244.0019.2073.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 129

COD. RED. 0420- 08.002.15.452.0022.2090.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 03 (três) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENAPOLIS - MT, 02 de agosto de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

EMPRESA SETE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP

PEDRO DEL BIANCO PEREIRA LOPES

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: JAZON DE ARAUJO RAMOS

CPF: 481.946.891-04 CPF: 181.960.121-87

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 023/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 023/2018

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS: Nº 042/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 058/2018

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos 02 dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Avenida Prefeito Caio, nº642, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ-24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. JOSE MAURO FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 10.643.694 SSP/SP, e CPF: 786.970.268-49, residente e domiciliado à Rua Oscar Josetti, n º 952, Vila Rica, neste município, **RESOLVE registrar os preços** da **EMPRESA FLOR DE MAIO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI**, inscrita no CNPJ:26.511.522/0001-41, situada na Avenida da FEB, Lot U Monteiro, 901, Bairro Ponte Nova, CEP. 78.115.810, na cidade de Várzea Grande/MT, neste ato representada pelo seu representante legal Sra. **HORTÊNCIA BEATRICE DE VITA DOMINGOS** brasileira, empresaria, portador do CPF 835.043.461-91 e RG 0133683-5 SSP/MT, residente e domiciliado na cidade de Várzea Grande/MT, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. **A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTICIOS ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT**, conforme condições e especificações descritas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	MARCA	UNITÁRIO	TOTAL
11	ALHO IN NATURA	QUILO	42	FLOR DE MAIO	R$ 12,40	R$ 520,80
13	AMIDO DE MILHO- ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, COM NO MIN. 1KG.	QUILO	42	QUALIMAX	R$ 5,80	R$ 243,60
16	ARROZ PCT DE NO MIN. 5 kg AGULHINHA, TIPO 1, LONGO	PACOTE	122	TIO LINO	R$ 10,00	R$ 1. 220,00
20	BALDE DE PLASTICO – PEQUENO, RESISTENTE, COM CAPACIDADE DE NO MIN. 8L	UNIDADE	42	ARQPLAST	R$ 2,90	R$ 121,80
24	BISCOITO TIPO CRACKER – COM NO MIN. 800 GR	PACOTE	1026	LIANE	R$ 3,28	R$ 3. 365,28
26	BISCOITO DE COCO COM NO MIN.400 GR	PACOTE	615	LIANE	R$ 3,22	R$ 1. 980,30
27	BOLACHA DE MAISENA - BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - TIPO MAIZENA, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO,GORDURA VEGETAL,SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, APROXIMADAMENTE 400 G	PACOTE	90	LIANE	R$ 3,21	R$ 288,90
29	BRILHO ALUMINIO- LIQUIDO, EM USO DOMESTICO PARA LIMPEZA DE ALUMINIO, COM OU SEM FRAGRANCIA (NO MIN. 500 ML)	UNIDADE	382	POLYLAR	R$ 1,57	R$ 599,74
30	CAFÉ EM PÓ, TORRADO E MOIDO (COM NO MIN 500GR)	PACOTE	1701	DUBOM	R$ 7,61	R$ 12. 944,61
32	CANELA EM PÓ, COM NO MIN. 10 GR	UNIDADE	33	MIKA	R$ 1,24	R$ 40,92
38	CERA LIQUIDA INCOLOR (COM NO MIN.750ML)	UNIDADE	643	POLYLAR	R$ 1,90	R$ 1. 221,70
39	CESTO PLÁSTICO TIPO BALDE, DE APROX. 60 LTS, COM TAMPA	UNIDADE	77	ARQPLAST	R$ 19,37	R$ 1. 491,49
41	COADOR DE PAPEL PARA CAFÉ 103 (COM NO MIN. 30UN)	CAIXA	201	JOVITA	R$ 1,70	R$ 341,70
48	COPO DESCARTAVEL 180ML/ POLIESTIRENO, PARA LIQUIDOS ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PROPRIA/PCTE COM 100 UND.	PACOTE	7850	COPOSUL	R$ 2,00	R$ 15. 700,00
49	COPO DESCARTAVEL 50ML/ POLIESTIRENO, PARA LIQUIDOS ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PROPRIA/PCTE COM 100 UND.	PACOTE	4524	COPOSUL	R$ 1,12	R$ 5. 066,88
51	CORDA PARA VARAL COM NO MIN. 10MTS	UNIDADE	102	VITORIA	R$ 0,91	R$ 92,82
53	CREME DE BARBEAR, EM CREME HIDRATA E AMACIA A PELE, NO MIN. 65 GR	UNIDADE	10	BIC SENSITIVE	R$ 4,36	R$ 43,60
54	CREME DE LEITE (COM NO MINIMO 300 GR)	UNIDADE	75	ITALAC	R$ 1,93	R$ 144,75
56	DESINFETANTE (COM NO MINIMO 2 LTS)	UNIDADE	1486	URCA	R$ 3,18	R$ 4. 725,48
57	DETERGENTE LIQUIDO (COM NO MINIMO 500 ML)	UNIDADE	2057	FONTANA	R$ 1,10	R$ 2. 262,70
60	ESCOVA DE LAVAR ROUPA, PLASTICA -,DE POLIETILENO, DIVERSAS CORES	UNIDADE	173	GUIRADO	R$ 1,09	R$ 188,57
61	ESCOVA P/ VASO SANITARIO PARA LIMPEZA – MODELO CONVENCIONAL, COM CERDAS FLEXIVEL EM NYLON, C/ ESTOJO	UNIDADE	89	SANILUXO	R$ 3,00	R$ 267,00
65	EXTRATO DE TOMATE, CONCENTRADO, PRODUTO RESULTANTE DE PROCESSO TECNOLOGICO (COM NO MIN. 850 GR)	UNIDADE	60	OLE	R$ 5,33	R$ 319,80
70	FEIJAO, TIPO 1,(COM NO MIN. 1KG)	PACOTE	45	VO VITO	R$ 2,51	R$ 112,95
71	FERMENTO EM PO QUIMICO, COMPOSTO DE PIROFOSFATO ACIDO DE SODIO. (COM NO MIN. 250GR)	UNIDADE	145	ROYAL	R$ 4,50	R$ 652,50
74	FOSFORO (C/10 UNIDADES)	PACOTE	389	PARANÁ	R$ 1,75	R$ 680,75
84	INSETICIDA DOMÉSTICO - MULTI-INSETICIDA, EXTERMINA QUALQUER TIPO DE INSETO CASEIRO (FRASCO NO MIN. 300ML)	UNIDADE	359	RAID	R$ 5,00	R$ 1. 795,00
94	LIMPA VIDRO - PRINCIPIO ATIVO BUTIL ETIL ETERTRIPOLIFOSFATO DE SODIO INGRIDIENT E ATIVO ETANOL 14%, COMPOSICAO BASICA BUTIL, ETIL, ETER TRIPOLIFOSFATO (FRASCO COM NO MIN. 500 ML)	UNIDADE	415	TRIEX	R$ 1,90	R$ 788,50

115	PALHO DE AÇO (COM NO MINIMO 14 PCTE COM 08UN.)	FARDO	191	Q LUS-TROS	R$ 12,05	R$ 2.301,55
124	PAPEL HIGIENICO C/ NO MIN. 8UN X 30M, COMPOSTO DE EM FIBRAS 100% DE CELULOSE NATURAL, ABSORVENTE, HIDROSSOLUVEL, NA COR BRANCA, COM FOLHA DUPLA	PACOTE	2165	DUETTO	R$ 7,80	R$ 16.887,00
138	REFRIGERANTE , MATERIAL ÁGUA GASOSA/XAROPE, SABOR COLA, EMBALAGEM COM NO MIN. 2 LITROS	UNIDADE	235	FRUTUBA	R$ 3,20	R$ 752,00
139	REFRIGERANTE, MATERIAL ÁGUA GASOSA/XAROPE, SABOR GUARANÁ, EMBALAGEM COM NO MINIMO 2 LITROS	UNIDADE	685	FRUTUBA	R$ 3,18	R$ 2.178,30
140	REFRIGERANTE, MATERIAL ÁGUA GASOSA/XAROPE, SABOR LARANJA, EMBALAGEM COM NO MINIMO 2 LITROS	UNIDADE	235	FRUTUBA	R$ 3,18	R$ 747,30
141	REFRIGERANTE, MATERIAL ÁGUA GASOSA/XAROPE, SABOR LIMÃO, EMBALAGEM COM NO MINIMO 2 LITROS	UNIDADE	415	FRUTUBA	R$ 3,18	R$ 1.319,70
143	RODO ALUMINIO 40 CM, C/ CABO	UNIDADE	78	GUIRADO	R$ 6,20	R$ 483,60
144	RODO ALUMINIO 60 CM, C/ CABO	UNIDADE	104	GUIRADO	R$ 7,72	R$ 802,88
145	RODO MADEIRA 40 CM, C/ CABO	UNIDADE	79	S.PEDRO	R$ 3,80	R$ 300,20
148	SABAO LIQUIDO, COM NO MIN. 3 LITROS	UNIDADE	100	URCA	R$ 12,48	R$ 1.248,00
149	SABONETE COM NO MIN. 90 GR	UNIDADE	420	IARA	R$ 0,70	R$ 294,00
157	SODA CAUSTICA, COM NO MIN.1KG	UNIDADE	158	INDAIA	R$ 7,65	R$ 1.208,70
163	VASSOURA CERDAS DE PLASTICO, COM CANO	UNIDADE	153	GUIRADO	R$ 3,12	R$ 477,36
165	VASSOURA DE PELO, C/ CABO	UNIDADE	193	GUIRADO	R$ 3,87	R$ 746,91
166	VASSOURA ESCOVA DURA	UNIDADE	173	GUIRADO	R$ 4,65	R$ 804,45

VALOR TOTAL R$ 87.774,09

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1. Os produtos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto, inclusive a marca;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1. O material, que será recebido pela Secretaria de Saúde, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade da Secretaria de Saúde o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de **02/08/2018.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Saúde.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá colocar os produtos nas dependências de cada **Secretaria Municipal do Município de Arenapolis/MT,** ou em local a ser determinado pela Secretaria de Saúde previamente acordado com a empresa fornecedora dos produtos até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo de entrega:

8.2.1. O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA - CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos produtos ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que os técnicos da Secretaria de Saúde julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2 Os procedimentos para avaliação do controle de qualidade dos produtos que fizerem necessários serão efetuadas por laboratório de controle de qualidade devidamente capacitada e de referência do Ministério da Saúde indicados pela Secretaria de Saúde que emitiram o respectivo laudo técnico de controle de qualidade dos produtos ou o não cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata de Registro de Preços.

9.3. Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria de Saúde aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.4. Em caso de troca do produto, em função do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.5. A avaliação da qualidade do produto efetuada pela Secretaria de Saúde, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de ARENÁPOLIS e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12 (DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2 MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4 - A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

COD. RED. 0045- 03.001.04.122.0004.2011.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0089- 04.001.23.122.0007.2020.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0112- 05.001.12.122.0008.2029.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0141- 05.002.12.361.0009.2035.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0157- 05.002.12.365.0008.2081.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0165- 05.002.12.365.0009.2032.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0244- 05.006.12.364.0031.2051.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0256- 06.001.10.122.0012.2053.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 102

COD. RED. 0272- 06.021.12.361.0009.2035.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 102 e 114

COD. RED. 0349- 06.021.10.305.0015.2068.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 114

COD. RED. 0357- 07.001.08.122.0017.2070.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0370- 07.021.08.244.0019.2073.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 129

COD. RED. 0420- 08.002.15.452.0022.2090.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 03 (três) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENAPOLIS - MT, 02 de agosto de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

EMPRESA FLOR DE MAIO COMERCIO VAREJISTA

DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

HORTÊNCIA BEATRICE DE VITA DOMINGOS

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: JAZON DE ARAUJO RAMOS

CPF: 481.946.891-04 CPF: 181.960.121-87

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 024/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 024/2018

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS: Nº 042/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 058/2018

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos 02 dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Avenida Prefeito Caio, nº642, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ-24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. JOSE MAURO FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 10.643.694 SSP/SP, e CPF: 786.970.268-49, residente e domiciliado à Rua Oscar Josetti, n º 952, Vila Rica, neste município, **RESOLVE registrar os preços** da **EMPRESA ARENA MIX COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ:15.337.202/0001-09, situada na Rua dos Curios, 03, Quadra 09, Bairro Parque Ohana, CEP. 78.080-480, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representada pelo seu representante legal Sra. **MARIA DE LOURDES POMPERMAYER ALMEIDA,** brasileira, casada, empresaria, portador do CPF 487.652.101-82 e RG 566959 SSP/MT, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá/MT, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTICIOS ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT, conforme condições e especificações descritas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UND	MARCA	V. UNIT	TOTAL
19	BACIA PLASTICA – MEDIA, (TAMANHO MIN. 6,7L)	33	UND	ARQUIPLAST	2,99	98,67
55	CREME DENTAL COM NO MIN. 90GR	65	UND	ICE FRSH	1,76	114,40
77	GARFO MESA, INOX, PARA REFEIÇÃO	226	UND	MARTINAZZO	1,38	311,88
79	GARRAFA TERMICA PARA CAFÉ INOX C/ NO MIN. 1,8 LTS	45	UND	INVICTA	91,13	4.100,85
86	ISQUEIRO, DE PLASTICO, COMB. A BASE DE FLUIDO	145	UND	HIPER	2,03	294,35
88	JARRA PLASTICA C/ TAMPA COM CAPACIDADE MIN 2 LT	34	UND	JAGUAR	4,95	168,30
96	LIXEIRO DE PLASTICO (TELADO) - DEPOSITO PARA LIXO, (CAP. NO MINIMO 10 L)	117	UND	ARQUIPLAST	3,33	389,61
100	LUSTRA MOVEIS - LIMPA MOVEIS,- EM CREME, PARA LIMPEZA DE MOVEIS, (FRASCO COM NO MIN. 200ML)	260	UND	AUDAX	2,89	751,40
114	PA DE PLASTICO, P/ LIXO, COM CABO CURTO	94	UND	GUIRADO	3,33	313,02
116	PALHA DE AÇO N°2 PCTE COM NO MINIMO 8UN	80	PCT	VEGA	0,73	58,40
128	PILHA TIPO ALCALINA, (BATERIA), NA VOLT. 9VOLTS, SIZE 522	73	UND	ELGIN	9,76	712,48
135	PRENDEDOR DE ROUPA PLÁSTICO COM 12UN	346	PCT	GUIRADO	1,24	429,04
146	SABAO EM BARRA, PCTE COM 5UN C/ NO MIN.200 GR	489	PCT	JAMARY	4,30	2.102,70
153	SACO P/ LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPAC. 30 LITROS PCT C/ NO MIN. 10UN	1540	PCT	ITAQUITI	0,81	1.247,40

154	SACO P/ LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 15 LITROS PACOTE COM NO MIN. 15UN	680	PCT	ITAQUITI	0,54	367,20
155	SACOLINHA PLASTICA TRANSP. ,P/EMBALAGEM EM POLIP., CAPAC. 1KG PCT C/ NO MIN 100UN	151	PCT	POLIMPRESS	12,03	1.816,53
159	TABUA DE PLASTICO GRANDE,TABUA DE FRIOS CIPO - DE TABUA DE PLASTICO PARA CARNE, COR BRANCA	38	UND	PLASÚTIL	9,77	371,26
160	TOALHA DE BANHO MEDINDO NO MIN. 1,40X70	100	UND	VENESA	13,32	1.332,00
161	TOALHA DE ROSTO MEDINDO NO MIN. 60X40CM	278	UND	VENESA	5,44	1.512,32
162	VASILHAS PLASTICO C/ TAMPA, TAM. MED. C/ NO MIN. 3 LT	124	UND	JAGUAR	7,38	915,12
167	XICARA CAFÉ MEDIA, C/ PIRES, NO MIN. 90ML	278	UND	WHEATON	6,57	1.826,46
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA						**19.233,39**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1. Os produtos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto, inclusive a marca;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1. O material, que será recebido pela Secretaria de Saúde, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade da Secretaria de Saúde o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de **02/08/2018.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Saúde.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá colocar os produtos nas dependências de cada **Secretaria Municipal do Município de Arenapolis/MT,** ou em local a ser determinado pela Secretaria de Saúde previamente acordado com a empresa fornecedora dos produtos até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo de entrega:

8.2.1. O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA - CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos produtos ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que os técnicos da Secretaria de Saúde julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2 Os procedimentos para avaliação do controle de qualidade dos produtos que fizerem necessários serão efetuadas por laboratório de controle de qualidade devidamente capacitada e de referência do Ministério da Saúde indicados pela Secretaria de Saúde que emitiram o respectivo laudo técnico de controle de qualidade dos produtos ou o não cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata de Registro de Preços.

9.3. Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria de Saúde aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.4. Em caso de troca do produto, em função do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.5. A avaliação da qualidade do produto efetuada pela Secretaria de Saúde, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de ARENÁPOLIS e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12 (DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2 MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4 - A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 042/2018**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

COD. RED. 0045- 03.001.04.122.0004.2011.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0089- 04.001.23.122.0007.2020.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0112- 05.001.12.122.0008.2029.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0141- 05.002.12.361.0009.2035.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0157- 05.002.12.365.0008.2081.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0165- 05.002.12.365.0009.2032.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0244- 05.006.12.364.0031.2051.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0256- 06.001.10.122.0012.2053.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 102

COD. RED. 0272- 06.021.12.361.0009.2035.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 102 e 114

COD. RED. 0349- 06.021.10.305.0015.2068.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 114

COD. RED. 0357- 07.001.08.122.0017.2070.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

COD. RED. 0370- 07.021.08.244.0019.2073.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 129

COD. RED. 0420- 08.002.15.452.0022.2090.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE 100

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 03 (três) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENAPOLIS - MT, 02 de agosto de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

EMPRESA ARENA MIX COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI

MARIA DE LOURDES POMPERMAYER ALMEIDA

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: JAZON DE ARAUJO RAMOS

CPF: 481.946.891-04 CPF: 181.960.121-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
LEI Nº 1356.2018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006.2018

LEI MUNICIPAL N° 1.356/2018

SÚMULA:ALTERA A NOMINAÇÃO DADA À RUA SÃO SEPÉ, LOCALIZADA NO BAIRRO BELA VISTA, NESTA CIDADE DE ARENÁPOLIS, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Arenápolis/MT, Exmo. Senhor; JOSÉ MAURO FIGUEIREDO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município de Arenápolis/MT, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A Rua São Sepé, localizada no Bairro Bela Vista, nesta cidade de Arenápolis-MT, passa, de ora em diante, a receber o nome de **"*MANOEL SIMPLÍCIO DA SILVA*".**

Art. 2º - Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal a tomar todas as demais providências necessárias ao cumprimento da presente lei, no sentido de proceder à nominação imediata da rua de que trata o artigo anterior, conferindo-lhe o nome dado por esta lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Arenápolis/MT, 31 de julho de 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

Prefeito Municipal de Arenápolis/MT.

EDITAL COMPLEMENTAR DE CONVOCAÇÃO 006/2018

TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO N°001/2017

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE AS NORMAS CONSTITUCIONAIS VIGENTES, E:

Considerando o ofício n° 506/2018/SMECDL, datado em 31/07/2018, oriundo da Secretaria Municipal de Educação solicitando convocação dos próximos classificados ao Cargo de Merendeira, resolve;

CONVOCAR

Art. 1º. O candidato abaixo relacionado, classificado no Teste Seletivo Simplificado homologado por meio do Decreto 05/2017, e prorrogado até dia 31 de dezembro de 2018 através do Edital Complementar de Prorrogação n° 001/2018, devidamente publicado no Jornal Oficial do Município de Arenápolis/MT, à fl. 157, Edição n°2.909, para comparecerem no período de 16 a 26 do mês de abril de 2018, apresentarem os seguintes documentos e marcarem seus exames pré admissional, junto ao RH da prefeitura municipal de Arenápolis MT, com endereço a AV. Prefeito Caio n.º 642, Bairro Vila Nova, Arenápolis MT;

I – RG e CPF/MF,

II - Certidão de Nascimento ou Casamento,

III - Título de Eleitor, Certidão de Quitação Eleitoral e Certidão de Crimes eleitorais,

VI - Carteira de reservista, se do sexo masculino,

V - Comprovante de endereço atual,

VI - Comprovante do grau de escolaridade referente ao cargo pleiteado,

VII - Carteira de trabalho, cartão ou documento oficial expedido pela instituição competente constando o cadastro de PIS/PASEP,

VIII – Certidão de nascimento de filhos menores;

IX - Declaração de bens e valores,

X- Declaração de que não exerce outro cargo público,

XI – Atestados de Sanidade Física e Mental,

XII- Certidão Negativa de Tributo Municipal.

Todos os documentos deverão ser apresentados, junto ao departamento de Recursos Humanos, em via única autenticada em cartório, exceto se acompanhados do original, para que o servidor responsável o analise e autentique.

Cargo: Merendeira					
Classificação	Nome do Candidato	Acertos	Critério de desempate - Idade	Pontuação Final	Situação
8°	Sandra das Dores B.S. Ramos	18	18/01/1984	9.0	CLASSIFICADO
9°	Adriely dos Passos Gomes	18	10/07/1989	9.0	CLASSIFICADO

Art. 2º - **Prazo de apresentação:**

O prazo de apresentação é de no máximo 10 (dez) dias corridos conforme o Art. 1º deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida à ordem de classificação, sendo considerado desistente o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

Art. 3º - **Será desclassificado o candidato que:**

I - Não comparecer na data estipulada;

II - Não apresentar a documentação exigida no artigo 1º;

III - For declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico;

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT, EM 02 DE AGOSTO DE 2018.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

RG Nº 10643694/SSP/SP - CPF Nº 786.970.268-49

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 040/2018 AO CONTRATO Nº 151/2018

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADO: GUILHERME HEIMBACH NETO - ME; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO AMBULATORIAL NA ÁREA DE CLINICA GERAL PARA ATENDIMENTO MENSAL ININTERRUPTO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO DISTRITO DE CONSELVAN, DESTE MUNICÍPIO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2018; RESCISÃO A PEDIDO DO CONTRATADO; DATA 06/08/2018.

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 038/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Sistema Registro de Preço que trata o Edital nº. 038/2018, levado a efeito às **08h00min** do dia **31/07/2018**, a empresa **CENTRAL CLEAN CUIABA COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE PROFISSIONAL LTDA - CNPJ Nº: 18.608.734/0001-13** sagrou-se vencedora de todos os itens **no valor total de R$ 506.184,20**. Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site http://www.aripuana.mt.gov.br, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã–MT, 07 de agosto de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 197/2018

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RETOMADA DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO EDUCATIVO URBANO II COM 06 SALAS DE AULA EM ATENDIMENTO A ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ ARY DA COSTA LOCALIZADA NO DISTRITO DE CONSELVAN, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ATENDENDO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ. TERMO DE COMPROMISSO PAR 29747/2014 FNDE/MEC; TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018; VALOR GLOBAL R$ 750.671,24; EXECUÇÃO 120 DIAS; VIGÊNCIA: 365 DIAS.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2018

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 046/2018

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **PURIFICA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E TRATAMENTO DE AGUAS EIRELI - EPP,** inscrita no **CNPJ Nº. 28.585.469/0001-59**, com sede na Rua Canários, Lote 28, Quadra 04 - Bairro: Petrópolis, município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.144-824, Telefone: (065) 9 9927-9081/ 3023-1754, representada por seu sócio administrador **Sr. Bruno Leonel Rossi**, portador do **RG Nº 15936910 SSP/MT** e **CPF Nº. 027.314.341-71,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3.931/2001, dos Decretos Municipais 1.392/2008, Decreto nº. 1.729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO MATERIAL – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, MARCA E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a marca, a quantidade *encontram-se indicados na tabela abaixo:*

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL UNIT.
1	690488	PASTILHA DPD - CX 1000 UNIDADES	LAMOTTE	CAIXA	9	1.750,00	15.750,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 07 de agosto de 2018.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

PURIFICA COM. DE PROD. QUIM. E TRATAMENTO DE AGUAS EIRELI - EPP

CNPJ Nº. 28.585.469/0001-59

Sr. Bruno Leonel Rossi

CPF Nº. 027.314.341-71

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 046/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Sistema Registro de Preço que trata o Edital nº. 046/2018, levado a efeito às **08h00min** do dia **02/08/2018**, a empresa **INDÚSTRIA QUIMICA CMT LTDA - CNPJ Nº: 10.717.170/0001-45** sagrou-se vencedora de 02 (dois) itens **no valor total de R$ 141.830,00,** ea empresa **PURIFICA COM. DE PROD. QUIM. E TRATAMENTO DE AGUAS EIRELI - EPP - CNPJ Nº: 28.585.469/0001-59** sagrou-se vencedora de 01 (um) item **no valor total de R$ 15.750,00.** Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site *http://www.aripuana.mt.gov.br*, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã–MT, 07 de agosto de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.252/2018

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Sra. **LUCILENE CABRAL CUNHA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 000910393 SSP/RO e inscrita no CPF sob o nº. 863.740.872-91, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR 2 CLASSE C**,*lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura***, 03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** a partir de 06/08/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 06 dias de agosto de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2018

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 038/2018

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1.729/2010.

Aos **sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **CENTRAL CLEAN CUIABA COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE PROFISSIONAL LTDA,** inscrita no **CNPJ Nº. 18.608.734/0001-13**, com sede na Av. Tancredo Neves, nº 1313 – Bairro: Praeiro, município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.070-473, Telefone: (065) 2127-9584, representada por sua sócia-administradora **Sra. Rosane do Rocio Gomes Mroz**, portadora do **RG Nº 3.672.474-9 SSP/PR** e **CPF Nº. 514.335.759-49,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3.931/2001, dos Decretos Municipais 1.392/2008, Decreto nº. 1.729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO MATERIAL – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, MARCA E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a marca, a quantidade *encontram-se indicados na tabela abaixo:*

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL UNIT.
1	682871	ALVEJANTE PARA ROUPAS BRANCAS, COM ACAO BACTERICIDA, UTILIZADO EM TECIDOS DE LINHO, ALGODAO E POLIESTER/ALGODAO. COMPOSICAO: SAIS INORGANICOS, HIPOCLORITO DE SODIO, AGUA. EMBALAGEM 30 LITROS.	UNIDADE	55	499,99	27. 499,45
2	682873	AMACIANTE DE ROUPAS QUE DESEMBARACA E AMACIA FIBRAS DOS TECIDOS, FACILITA A EXTRACAO DA AGUA, E AO PASSAR TANTO A FERRO COMO EM CALANDRA, DEIXANDO UMA SUAVE SENSACAO DE LIMPEZA E MACIES DOS TECIDOS, TEM PROPRIEDADE BACTERIOSTATICA. COMPOSICAO: SAIS DE QUARTENARIO DE AMONIA E VEICULO. EMBALAGEM 30 LITROS.	UNIDADE	55	498,00	27. 390,00
3	671486	DESINFETANTE CONCENTRADO LIQUIDO, DESODORIZANTE PERFUMADO CONTENDO TENSOATIVOS E SAIS DE QUATERNARIO DE AMONIA, COM ALTA CAPACIDADE DE DESINFECCAO. PRODUZ POUCA ESPUMA E NAO REQUER ENXAGUE. COMPOSICAO: BASE DE QUATERNARIO DE MONIA, NONIFELNOL, ETOXILADO, SEQUESTRANTE, CORANTE E FRAGANCIA. GALAO 30 LITROS	UNIDADE	175	515,35	90. 186,25
4	672401	DESINFETANTE QUATERNARIO DE AMONIA, LIQUIDO DESODORIZANTE PERFUMADO, CONTENDO TENSOTIVOS E SAIS QUATERNARIO DE AMONIA, QUE LHE CONFEREM OTIMAS PROPRIEDADES DESINFETANTES, COMPOSICAO BASE: FOSFATO, SAIS QUATERNARIO DE AMONIA, TENSOATIVO NAO-IONICO, SEQUESTRANTE, CORANTE, ESSENCIA ESPECIAL. EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE,EMBALAGEM BUJAO CONTENDO 30 LITROS.	UNIDADE	150	755,45	113. 317,50
5	688533	DETERGENTE CLORADO CONCENTRADO LIQUIDO, ESPECIALMENTE FORMULADO PARA SANITIZACAO DE UTENSILIOS, EQUIPAMENTOS, E SUPERFICIES DE MANIPULACAO DE ALIMENTOS E SUPERFICIES EM GERAL. GALAO 30 LITROS.	UNIDADE	200	506,28	101. 256,00
6	682869	DETERGENTE COMPLETO, QUE PROPORCIONA A REMOCAO DE MANCHAS DE GORDURA, GRAXA DE OLEOS. POSSUI BRANQUEADOR OPTICO AGINDO DIRETAMENTE NO TECIDO MELHORANDO O BRILHO. COMPOSICAO: SEQUESTRANTE, BRANQUEADOR, OPTICO, TENSOATIVOS, COADJUVANTES, SOLVENTES, CORANTE E VEICULO. EMBALAGEM 30 LITROS.	UNIDADE	55	1.497,00	82. 335,00

7	682870	DETERGENTE LIQUIDO ALCALINO, COM ALTO TEOR DE ADITIVOS SEQUESTRANTES E COADJUVANTES, DIMINUINDO A TENSAO SUPERFICIAL DA SOLUCAO DE LAVAGEM. IDEAL PARA LAVAGEM DE ROUPA HOSPITALAR. COMPOSICAO: HIDROXIDO DE SODIO, SEQUESTRANTES, COADJUVANTES E VEICULO. EMBALAGEM 30 LITROS.	UNIDADE	40	980,00	39.200,00
8	682872	NEUTRALIZADOR E ANTICLORO INDICADO PARA TODOS OS TIPOS DE TECIDO, EVITA O AMARELECIMENTO DAS ROUPAS, REDUZ O NUMERO DE ENXAGUES, DIMINUINDO O CONSUMO DE AGUA E ENERGIA. COMPOSICAO: METABISSULFITO DE SODIO E AGUA. EMBALAGEM 30 LITROS.	UNIDADE	40	625,00	25.000,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 07 de agosto de 2018.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

CENTRAL CLEAN CUIABA COM. DE PROD. DE HIGIENE PROFISSIONAL LTDA

CNPJ Nº. 18.608.734/0001-13

Sra. Rosane do Rocio Gomes Mroz

CPF Nº. 514.335.759-49

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 193/2018

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: NILCEIA VERICIMA FERREIRA; REFERENTE À CONTRATAÇÃO TEMPORARIA DE PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017; VALOR MENSAL R$ 1.306.93; VIGÊNCIA: 1º/08/2018 A 21/12/2018.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 195/2018

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: ANA PAULA SOUZA GOMES; REFERENTE À CONTRATAÇÃO TEMPORARIA DE PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017; VALOR MENSAL R$ 1.306.93; VIGÊNCIA: 03/08/2018 A 21/12/2018.

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO APÓS REVISÃO

PORTARIA Nº 10.231/2018

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 001/1999 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TORNAR ESTÁVEL, no serviço público municipal, nos termos do Art. 30 da Lei Complementar nº. 001/1999 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aripuanã – MT, os servidores abaixo,*lotados na Secretaria Municipal de Saúde,*considerando a avaliação final do Estágio Probatório**,** a partir do dia 1°/08/2018.

Funcionário	Admissão	Mat.	Cargo	Secretaria
Adriana Moreira de Oliveira	01/07/2015	3715	Técnico em Enfermagem	SEMUSA
Angela Maria Goes Gomes	16/07/2015	3750	Agente Comunitário de Saúde	SEMUSA
Cassia Ligia de Andrade	01/07/2015	3721	Técnico em Enfermagem	SEMUSA
Clemilda de Souza Santos	01/07/2015	3731	Agente Comunitário de Saúde	SEMUSA
Divanilce Guarez	01/07/2015	3734	Recepcionista	SEMUSA
Elidiorraine de Moura	01/07/2015	3710	Técnico em Enfermagem	SEMUSA
Elieth da Lana Lima	07/07/2015	3741	Agente de Combate as Endemias	SEMUSA
Glauciane Santiago Araujo Silva	01/07/2015	3722	Técnico em Enfermagem	SEMUSA
Jorgiana do Carmo Cerchi Santos	01/07/2015	3723	Técnico em Enfermagem	SEMUSA
Maira de Campos Santos	09/07/2015	3744	Agente Comunitário de Saúde	SEMUSA
Neudileia Bentes Ferreira	16/07/2015	3751	Técnico em Enfermagem	SEMUSA
Queila Paim de Oliveira	09/07/2015	3745	Técnico em Enfermagem	SEMUSA
Rosicleia Silva dos Anjos	01/07/2015	3733	Recepcionista	SEMUSA
Sonilda Soares da Silva	01/07/2015	3717	Recepcionista	SEMUSA
Sueli Gava Lacerda Karlil	02/07/2015	3726	Técnico em Enfermagem	SEMUSA

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de agosto de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2018

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 046/2018

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA,** inscrita no **CNPJ Nº. 10.717.170/0001-45**, com sede na Av. Gov. Júlio Domingos de Campos (loteamento Cidade de Deus), nº 6969 – Bairro: Santa Isabel, município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.150-538, Telefone: (065) 3684-8004, representada por seu sócio administrador **Sr. Rafael Rodrigues Alves Real**, portador do **RG Nº 13378163 SSP/MT** e **CPF Nº. 009.284.081-75,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3.931/2001, dos Decretos Municipais 1.392/2008, Decreto nº. 1.729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO MATERIAL – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, MARCA E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a marca, a quantidade *encontram-se indicados na tabela abaixo:*

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL UNIT.
1	682612	HIPOCLORITO DE CALCIO (CLORO), FORMULA QUIMICA Ca(OCl)2, FORMA PO GRANULADO BRANCO, MINIMO DE 65% DE CLORO ATIVO, UMIDADE MAXIMA 3.00%, GRANULOMETRIA 10-30 MESH MINIMO 90º, SOLUBILIDADE 25G/100 ML EM H2O. (KILO)	CMT	KILO	5.000	15,65	78.250,00
2	688801	SULFATO DE ALUMINIO ISENTO DE FERRO GRAUNULADO- EMBALAGEM: SACO DE 25 KG. ALUMINIO TOTAL SOLUVEL EM AGUA (AL203): MIN: 15,500%; FERRO TOTAL SOLUVEL EM AGUA (FE203): MAXIMO 0,250% BASICAMENTE LIVRE (AL203): MAXIMO 0,400% ACIDEZ LIVRE (H204) MAXIMO 0,500%, COR BRANCO CREME.	SUALL	KILO	22.000	2,89	63.580,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 07 de agosto de 2018.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

INDÚSTRIA QUIMICA CMT LTDA

CNPJ Nº. 10.717.170/0001-45

Rafael Rodrigues Alves Real

CPF Nº. 009.284.081-75

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 196/2018

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: ZENILDA MEURER; REFERENTE À CONTRATAÇÃO TEMPORARIA DE PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017; VALOR MENSAL R$ 1.306.93; VIGÊNCIA: 06/08/2018 A 21/12/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE BARRA DO BUGRES
PORTARIA Nº 016/2018

"Dispõe sobre a retificação da Portaria n. 0008/2018 que versa sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade a servidora Sra. ***Hirini Lopes de Souza****."*

O Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra do Bugres/MT – BARRA-PREVI, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constituição n.º 41/2003, c/c Art. 12, inciso III, alínea "b", da Lei Municipal n.º **1.554, de 04 de junho de 2005**, que rege a previdência municipal, Anexo da Lei Complementar n.º 052 de 11 de julho de 2013, que Reestruturou o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores do Município e Lei Municipal nº 2.314/2018 que corrige o salário dos servidores públicos municipais em virtude da revisão geral anual da remuneração;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício **Aposentadoria por Idade**, a servidora Sra. **Hirini Lopes de Souza**, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade RG n.º 0415314-6- SESP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 459. 283.471-20, servidora efetiva no cargo Auxiliar de Manutenção e Conservação - Cozinheira, Nível "08", Classe "A", com jornada de 40 horas semanais, contando com 16 anos, 09 dias de tempo de contribuição, sob a matricula n.º 000705, lotada na Secretaria Municipal de Saúde com **proventos proporcionais,** conforme processo administrativo do BARRA-PREVI, n.º 2018.02.00010P, a partir da data de 01/05/2018 até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo os seus efeitos legais a data de 01 de maio de 2018,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barra do Bugres/MT, 02 de maio de 2018.

JOSÉ EPIFANIO BRAGA

Diretor Executivo do BARRA-PREVI

Homologo:

Raimundo Nonato de Abreu Sobrinho

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 051/2018

DECRETO Nº 051/2018

Cria o Pronto Atendimento Municipal do Município de Barra do Bugres-MT.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Considerando a Ata de reunião apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, realizada em **09/05/2017**, que trata a desvinculação do Pronto atendimento do Município da Administração do Hospital Regional "Roosevelt Figueiredo Lira".

Considerando a necessidade de regularização do Cadastro do Pronto Atendimento perante aos órgão de fiscalização e Conselhos de Classe da área da saúde.

D/E/C/R/E/T/A

Art.1º - Fica criado o Pronto Atendimento Municipal de Barra do Bugres-MT, situado na Avenida Deputado Rene Barbour – Centro.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Saúde regulamentará as atribuições, atividades e quadro de pessoal lotados do Pronto Atendimento, via Portaria.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 24 de julho de 2018.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta secretaria na data supra.

CÁTIA DE FÁTIMA FERNANDES SILVA ODA

Secretária Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

LEI COMPLEMENTAR Nº 241 DE 07 DE AGOSTO DE 2018.

Projeto de Lei Complementar nº 006/2018, de autoria do Poder Executivo Municipal.

"Altera a Lei Complementar nº 181, de 29 de março de 2016 e suas alterações e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O art. 7º da Lei Complementar nº 181 de 29 de março de 2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

"*Art. 7º Os cargos de Procurador-Geral e o Subprocurador-Geral do Município, são cargos em comissão, que serão ocupados por procuradores de carreira ou não, escolhidos e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo."*

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as que se confrontarem com a presente Lei.

GABIENTE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 07 de agosto de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 453 DE 25 DE JULHO DE 2018.

Nomeia os membros da Comissão de Integração Ensino-Serviço – (CIES0), do município de Cáceres-MT, criada pela Portaria nº 540, de 03 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto

nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO a necessidade de nomear os membros da Comissão de Integração Ensino-Serviço – CIES do Município de Cáceres, instituída pela Portaria nº 540 de 03 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 31298, de 20 de julho de 2018,

RESOLVEM:

Art.1º Nomear os senhores relacionados abaixo, para compor a **COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO - CIES**, no Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, pelo mandato de 01(um) ano a contar da data de publicação.

REPRESENTANTES DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE -SMS

Titular: Rafaela Vila Ramos de Faro

Suplente:Giane Furtado Akimoto

[

REPRESENTANTES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO-UNEMAT

Titular: Carolina Roberta Ohara Barros e Jorge da Cunha

Suplente:Natália Gentil Lima

REPRESENTANTES DA FACULDADE DO PANTANAL - FAPAN

Titular:Aline Vidor Duarte Melão

Suplente:Vagner Roque Viegas da Luz

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACERES - CMS

Titular: Flávia Helena Ramos

Suplente: Divanir Ávila Miranda

REPRESENTANTES DA UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ - UNOPAR

Titular:Victor Amaral Vitorino

Suplente: Wuliana Maria de Souza Iahn Vitorino

REPRESENTANTES DO HOSPITAL REGIONAL DE CÁCERES - HRCAF

Titular:Antonia Maria Rosa

Suplente: Lucilene de Moura Sant´anna

REPRESENTANTES DO INSTITUTO EDUCACIONAL DE CÁCERES - IEC

Titular: Aline de França Mangueira

Suplente: Erinéia Nascimento da Silva

REPRESENTANTES DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE CÁCERES -VISA

Titular: Sandra Mara Fernandes Bonilha

Suplente: Jeferson de Oliveira Silva

REPRESENTANTES DA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CÁCERES

Titular: Dário José Ferreira

Suplente: Regina Aparecida de Alcântara Gonzaga

REPRESENTANTES DAS UNIDADES ESPECIALIZADAS DE CÁCERES

Titular: Fabíola Beppu Muniz Ramsdorf

Suplente: Eliete Batista Muncari

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CÁCERES-CME

Titular: Sandra Cândida Bindandi

Suplente: Flávia Lucia de Barros Alvares

REPRESENTANTES DO HOSPITAL SÃO LUIZ - HSL

Titular: Suéllen Pereira Rodrigues Macedo

Suplente: Tais Tosta Vitorazzi

Art. 2º As competências da CIES, serão estabelecidas em seu Regimento Interno, a ser criado e aprovado pela maioria de seus membros.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de julho de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 25.07.18

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 13 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE JULHO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 079** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97, de **Maria de Fatima Viana Mendes,** Licenciado em Pedagogia da EM Buriti, **Reduzir** 10 horas no período de 01/08/2018 a 21/12/2018, redistribuição de aulas na Unidade Escolar.

Cáceres, 20 de julho de 2018

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 457 DE 25 DE JULHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 31716, de 24 de julho de 2018,

R E S O L V E M:

Art.1º Conceder à senhora **IRENI OLIVIA BIOLLADO**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, sob o Regime estatutário Lei Complementar 25 de 27 de novembro de 1997 e previdenciário/INSS, pelo período de 14 de julho de 2018 a 09 de janeiro de 2019.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de julho de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 25.07.18

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 11 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE JULHO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 311** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97, de **Suely Aparecida Couto Neto,** Licenciada em Pedagogia da EM Pequeno Sábio, acréscimo de 20 horas no período de 01/08/2018 a 28/09/2018, em substituição a Silvia Cassia da Costa que se encontra de atestado médico.

Cáceres, 31 de julho de 2018

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 12 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE JULHO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 156** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97, de **Claudia Aparecida Ribeiro de Oliveira,** Licenciada em Pedagogia da EM Fazendo Arte, acréscimo de 20 horas no período de 31/07/2018 a 10/08/2018, em substituição a Marisa de Vasconcelos que se encontra de atestado médico.

Cáceres, 31 de julho de 2018

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 458 DE 25 DE JULHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013 e,

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 31254, de 19 de julho de 2018,

RESOLVEM:

Art. 1º Nomear as senhoras abaixo relacionadas para compor a presidência da **CÂMARA DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE SOCIAL, COMPROVAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB**, para o biênio de 2018/2020, a partir de 16 de julho de 2018.

Presidente: Wanclea Matos Sobrinho Brandalize

Vice-presidente: Sandra Maria Netto

Secretária: Célia Regina Egues

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de julho de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 25.07.18.

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 08 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE JULHO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 054** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97, de **Jaqueline Tamires de Campos Silva,** Licenciada em Pedagogia da EM Tancredo Neves, acréscimo de 20 horas no período de 31/07/2018 a 03/08/2018, em substituição a Laecio Neves Cardoso que se encontra de atestado médico.

Cáceres, 30 de julho de 2018

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 07 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE JULHO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 054** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97, de **Iris de Lima Sou-**

za, Licenciada em Pedagogia da EM Novo Oriente, acréscimo de 20 horas no período de 01/08/2018 a 24/08/2018, em substituição a Ireni Olivia Biolado que se encontra de licença maternidade.

Cáceres, 30 de julho de 2018

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 06 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE JULHO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 399** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97, de **Glauciene Leite Rodrigues,** Licenciada em Pedagogia da EM Madre Maria Estevão, acréscimo de 20 horas no período de 01/08/2018 a 09/08/2018, em substituição a Filinda Leite da Silva que se encontra de atestado médico.

Cáceres, 30 de julho de 2018

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 459 DE 25 DE JULHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013 e,

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 31259, de 19 de julho de 2018,

RESOLVEM:

Art. 1º Nomear os senhores abaixo relacionadas para compor a presidência da **CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**, para o mandato de 03 anos no período de 02 de julho de 2018 a 01 de julho de 2021.

Presidente: Marilda de Oliveira Costa

Vice-presidente: Luis Aurélio Alves

Secretária: Flávia Lúcia de Barros Alvares

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de julho de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 25.07.18.

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 05 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE JULHO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horáriapor prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97, de **Kelly Cristina Almeida Caetano,** Licenciada em Pedagogia da EM Vila Real, acréscimo de 10 horas no período de 01/08/2018 a 17/09/2018, em substituição a Rosangela Fatima Silva Ferreira que se encontra de atestado médico.

Cáceres, 30 de julho de 2018

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 470 DE 02 DE AGOSTO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 31910 de 25 de julho de 2018,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o senhor **DOUGLAS DE ASSIS BARBOSA LEITE**, para exercer o cargo em Comissão de Gerencia de Programação Orçamentária, Cálculos, Precatórios e Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 01 de agosto de 2018.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de agosto de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 02.08.18

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 04 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE JULHO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horáriapor prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97, de **Laura Pereira Leite,** Licenciada em Pedagogia da EM Vila Real, acréscimo de 10 horas no período de 01/08/2018

a 17/09/2018, em substituição a Rosangela Fatima Silva Ferreira que se encontra de atestado médico.

Cáceres, 30 de julho de 2018

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 14 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE AGOSTO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 196** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97, de **Maria Ednete Arruda da Silva,** Licenciada em Pedagogia da EM Vitória Régia, acréscimo de 20 horas no período de 01/08/2018 a 10/08/2018, em substituição a Jocineia Ritter Dal Magro Garcia que solicitou exoneração.

Cáceres, 01 de agosto de 2018

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 10 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE JULHO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 113** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97, de **Rosali da Silva,** Licenciada em Pedagogia da EM Prof. Erenice Simão Alvarenga, acréscimo de 20 horas no período de 31/07/2018 a 15/08/2018, em substituição a Cristiane Pinheiro de Lima Egues que solicitou rescisão de contrato.

Cáceres, 03 de agosto de 2018

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 373 DE 31 DE JULHO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 27467, de 25 de junho de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Determinar o encaminhamento do processo acima mencionado e documentos que o instruem, à Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 308, de 30.06.17, a fim de apurar os fatos narrados.

Art.2º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Caso o prazo acima citado não seja suficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito à Secretária Municipal de Administração, que autorizará, mediante despacho, a prorrogação por mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

§ 2º A prorrogação será efetivada por meio de Portaria específica.

Art.3º Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a Procuradoria Geral do Município para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 31 de julho de 2018.

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 31.07.2018

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.° 159/2018-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do Contrato Administrativo n.° 159/2018-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: M. DUARTE EZIDORO CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS

Objeto: Reforma do Almoxarifado da Farmácia Básica do Município de Cáceres. O objeto do presente contrato está orçado em **R$ 240.838,25 (duzentos e quarenta mil oitocentos e trinta e oito reais e vinte e cinco centavos)** e o prazo de sua **Vigência** estipulada em **180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir da data de sua assinatura e a **Execução** do Objeto fica estipulado o prazo de **120 (cento e vinte) dias** contados a partir da Ordem de Serviço.

Cáceres – MT, 07 de agosto de 2018.

Antônio Carlos de Jesus Mendes

Secretario Mun. De Saúde

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2018

PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2018

PARA ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES PREVISTAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, E AS CONSTANTES DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, SUJEITANDO-SE AS PARTES ÀS NORMAS CONSTANTES DA LEI Nº. 10.520/2002; E SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI Nº 8.666/93 E AL-

TERAÇÕES POSTERIORES O SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL TORNA PÚBLICO OS PREÇOS REGISTRADOS NA ATA ABAIXO DISCRIMINADA, BEM COMO A RESPECTIVA EMPRESA DETENTORA, CONFORME SEGUE:

ÓRGÃO GERENCIADOR: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL DE CÁCERES-MT.

OBJETO: Pregão Eletrônico tendo por objeto Registro de Preços visando futura e eventual Pregão Eletrônico tendo por objeto a **LOCAÇÃO DE 2 (DOIS) VEÍCULOS CAMINHÕES TOCO, COM ATÉ 04 (QUATRO) ANOS DE FABRICAÇÃO (2014), TRAÇÃO 4X2 – POTÊNCIA MÍNIMA 260 CV, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG., MOTOR A DIESEL, EQUIPADO COM COLETOR COMPACTADOR DE LIXO 15 M³**, **QUILOMETRAGEM LIVRE, VEÍCULOS ASSEGURADOS E COM MOTORISTAS DEVIDAMENTE REGISTRADOS EM REGIME CLT**, conforme - DETALHAMENTO DO OBJETO do Termo de Referência, parte integrante do presente Edital (Anexo I) com a finalidade de atender as demandas Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, no município de Cáceres/MT.

AS DESPESAS DECORRENTES DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS DO ORÇAMENTO VIGENTE, ALOCADO SOB A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:

ÓRGÃO/UNIDADE	FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
04.18.01	17.512.1011.2212	33.90.39.00	100

RESOLVE REGISTRAR O PREÇO DA EMPRESA: **LOC-SERVICE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ/MF Nº 37.408.630/0001-00**, COM SEDE NA RUA 84, N. º 328, QUADRA F, - 19, LT 30 – 4º ANDAR, SETOR SUL, GOIÂNIA/GO, CEP74.080-400, REPRESENTADA NESTE ATO PELO, SR. º **VALMIR DE SOUSA PEREIRA**, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE N. º 2019627 SSP/GO, CPF/MF N. º 379.362.391-20, PARA O ITEM ABAIXO RELACIONADO:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES
01	LOCAÇÃO DE 2 (DOIS) VEÍCULOS CAMINHÕES TOCO, COM ATÉ 04 (QUATRO) ANOS DE FABRICAÇÃO (2014), TRAÇÃO 4X2 – POTÊNCIA MÍNIMA 260 CV, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG., MOTOR A DIESEL, EQUIPADO COM COLETOR COMPACTADOR DE LIXO 15 M³, QUILOMETRAGEM LIVRE, VEÍCULOS ASSEGURADOS E COM MOTORISTAS DEVIDAMENTE REGISTRADOS EM REGIME CLT,	VOLKSWAGEN MODELO 17. 280	MÊS	R$ 37. 800,00	R$ 453. 600,00

PERFAZENDO UM VALOR TOTAL DE **R$ 453.600,00 (Quatrocentos e cinquenta e três mil e seiscentos reais).**

MARCOS DE BARROS PACHECO

DIRETOR EXECUTIVO EM SUBSTITUIÇÃO-SSAAP

Cáceres-MT, 02 de agosto de 2.018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 372 DE 31 DE JULHO DE 2018.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o artigo 45 da Lei Complementar nº 025, de 27 de novembro de 1.997;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 31205, de 19 de julho de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder vacância a partir do dia 31 de julho de 2018, a servidora **LUCIANA REGINA MARQUES** – Professora – lotada na Secretaria Municipal Educação, para tomar posse em Concurso Público.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 31 de julho de 2018.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 31.07.2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 451 DE 24 DE JULHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** no uso das atribuições que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013 e,**

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 31027 de 18 de julho de 2018,

R E S O L V EM:

Art. 1º Exonerar a pedido a senhora **ANA MARIA COELHO CARDUCCI**, do cargo em comissão de Coordenadoria de Logística e Alimentação Escolar, da Secretaria de Educação, no Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de agosto de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 24 de julho de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 24.07.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 435 DE 17 DE JULHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 29792, de 10 de julho de 2018,

RESOLVEM:

Art. 1º Nomear os Conselheiros relacionados abaixo, para exercerem as respectivas funções junto ao Conselho Municipal de Educação de Cáceres-CMEC, para o período de três anos a partir de 03 de julho de 2018.

Presidente: Luís Aurélio Alves

Vice-presidente: Sandra Maria Netto

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 17 de julho de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 17.07.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 375 DE 07 DE AGOSTO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 32750, de 01 de agosto de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **ALEXANDRE SILVA FAGUNDES**, como membro da COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS, em substituição ao servidor, **FERNANDO HENRIQUE DE SOUSA LINO** com efeitos desde 01 de agosto de 2018.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação,

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 de agosto de 2018.

LUIZ FERNANDO BERTAGLIA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 07.08.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 381 DE 07 DE AGOSTO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258 de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 33649 de 07 de agosto de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o senhor **Roberto Carlos Pereira dos Santos**, como membro Presidente em substituição ao servidor **Elizeu Pereira da Silva** para compor a **Comissão de Levantamento Patrimonial de bens móveis para o ano de 2018,** com efeitos desde 19 de julho de 2018.

Art.2 º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 agostos de 2018.

LUIZ FERNANDO BERTAGLIA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 07.08.2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 471 DE 02 DE AGOSTO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 32863 de 31 de julho de 2018,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o senhor **JOAQUIM FRANCISCO DA COSTA NETO**, para exercer o cargo de Assessor Técnico I em substituição a titular **Suely Maria de Oliveira** que se encontra em gozo de férias, no período de 01 de agosto a 30 de agosto de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de agosto de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 02.08.2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 336 DE 11 DE JULHO DE 2018.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 14255 de 28 de março de 2018 e 23494 de 24 de maio de 2018.

RESOLVE:

Art.1º Determinar o encaminhamento do processo acima mencionado e documentos que o instruem, à Comissão Permanente de Sindicância Administrativa Disciplinar, a fim de apurar os fatos narrados.

Art.2º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Caso o prazo citado seja insuficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal solicitante, que autorizará mediante despacho, a prorrogação para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

§ 2º A prorrogação será efetivada por meio de Portaria específica.

Art.3º Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a PGM para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de julho de 2018.

LUIZ FERNANDO BERTAGLIA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 12.07.18

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO N° 03/ 2018-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM PROTOCOLO 69/2018.

Interessada: Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

Objeto: Pregão Eletrônico tendo por objeto a Contratação de empresa visando a **LOCAÇÃO DE 2 (DOIS) VEÍCULOS CAMINHÕES TOCO, COM ATÉ 04 (QUATRO) ANOS DE FABRICAÇÃO (2014), TRAÇÃO 4X2 – POTÊNCIA MÍNIMA 260 CV, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, MOTOR A DIESEL, EQUIPADO COM COLETOR COMPACTADOR DE LIXO 15 M³**, **QUILOMETRAGEM LIVRE, VEÍCULOS ASSEGURADOS E COM MOTORISTAS DEVIDAMENTE REGISTRADOS EM REGIME CLT,** para atender as demandas do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, na quantidade e especificações detalhadas no item **–** DESCRIÇÃO DO OBJETOdo Termo de Referência, parte integrante do presente Edital (Anexo I).

EMPRESA VENCEDORA:

EMPRESA: LOC-SERVICE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: **37.408.630/0001-00**

ITEM: 01

VALOR TOTAL: R$ 453.600,00 (Quatrocentos e cinquenta e três mil e seiscentos reais)

Cáceres-MT, 02 de agosto de 2018.

MARCOS DE BARROS PACHECO

Diretor Executivo em Substituição–SSAAP

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 472, DE 03/08/2018.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.634/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, mediante anulação parcial e/ou total da (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária(s) no valor de R$201.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

712 04.121.1007.1137.0000 ELABORAÇÃO E REVISÃO DO PLANO DIRETOR 201.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

01 01 01 CÂMARA MUNICIPAL

7 01.031.1001.2001.0000MANUT. E ENC. COM A CAMARA MUNICIPAL -5.000,00

3.1.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R. Grupo: 1.00

14 01.031.1001.2001.0000MANUT. E ENC. COM A CAMARA MUNICIPAL -36.000,00

3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA F.R. Grupo: 1.00

19 01.031.1001.2002.0000REALIZAÇÃO DE PESQUISAS DE OPINIÃO PUBLICA -40.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

20 01.031.1001.2003.0000DESPESAS COM PUBLICIDADES -120.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIAPL DE CÁCERES-MT, 03 de agosto de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 469 DE 01 DE AGOSTO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 32520, de 30 de julho de 2018,

R E S O L V E M:

Art.1º Conceder à senhora **JUCELI DE CARVALHO VICENTE SILVA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, sob o Regime estatutário Lei Complementar 25 de 27 de novembro de 1997 e previdenciário/INSS, pelo período de 18 de julho de 2018 a 13 de janeiro de 2018.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 01 de agosto de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTÔNIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 01.08.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 368 DE 11 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 23859 de 28 de maio de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear a senhora **JUCINEIA ROSA DA SILVA**, para exercer o cargo de Gerência de Atenção Básica, da Secretaria de Saúde, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 01 de junho de 2018.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de junho de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 11.06.18

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2018.

O Município de Campinápolis - MT por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados a **RETIFICAÇÃO** do Edital nº 027/2018 no subitem 12.1 para inclusão das letras “g”, “h” e “i”. A sessão fica mantida para o dia **10/08/2018** as 13h00mins (Brasília-DF). Retificação completa no site: www.campinapolis.mt.gov.br. Informações: (66) 3437-1992. Campinápolis - MT, 07/08/2018. Gilberto F. Ribeiro de Paula-Pregoeiro.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 010/2018

PORTARIA N.° 010/2018

D*ispõe sobre a retificação da Portaria nº. 09/2017 que concedeu o benefício de aposentadoria em nome da servidora* ***Sra. Nilsinha Siqueira dos Santos***

O Secretário Municipal de Administração de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado;

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº 09/2017, publicada no Diário Oficial de Contas, em 28 de junho de 2017, Edição nº 2.759, que versa sobre a concessão do beneficio de Aposentadoria por idade em nome da Sra. **NILSINHA SIQUEIRA DOS SANTOS**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 256097 - SSP/MT e CPF nº 424.228.171-49, Servidora efetiva no cargo de Atendente, 40 Horas, Classe “A”, Nível “08”, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente matriculada sob n.º 197” referente ao processo administrativo do **PREVI-CAMP** n.º **2017.02.00012P:**

Onde se lê; Conceder o benefício de **Aposentadoria por Idade**, à **SR.ª NILSINHA SIRQUEIRA DOS SANTOS**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 2560972 -SSP/MT;

Leia-se; Conceder o benefício de **Aposentadoria por Idade**, à **Sr.ª NILSINHA SIQUEIRA DOS SANTOS**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 256097 -SSP/MT;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Campinápolis/MT, 07 de agosto de 2018

JANDER JOSE QUEIROZ FRANCO

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Homologo:

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

AVISO DE RESULTADO PP 84/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 084/2018, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais de consumo do tipo aviamentos para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, teve como vencedoras as empresas: L. FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA - ME, com o valor total de R$ 19.016,85 (dezenove mil e dezesseis reais e oitenta e cinco centavos), SIMONE CRISTINA RODRIGUES - ME, com o valor total de R$ 6.489,10 (seis mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e dez centavos).

Campo Novo do Parecis - MT, 07 de agosto de 2018.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO PP 83/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 083/2018, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada para a realização de cursos de Suporte Básico de Vida (BLS), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, teve como vencedora a empresa: CLEONICE ALVES DOS ANJOS - ME, com o valor total de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Campo Novo do Parecis - MT, 07 de agosto de 2018.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 391, DE 07 DE AGOSTO DE 2018.

ALTERA MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 388, DE 06 DE AGOSTO 2018.

NOMEIA O SERVIDOR ALISON CAETANO DE CONTO MOREIRA PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DE COMUNICAÇÃO, VINCULADO AO GOVERNO MUNICIPAL.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2018

PREGÃO PRESENCIAL: N° 81/2018– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: M. A. G. CABRAL E CIA LTDA ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção hidráulica, com todos os materiais e peças necessárias para a execução dos serviços, para atender os veículos e máquinas da frota da prefeitura.

Lote	Item	Descrição	UND	Vlr. Estim.	% desconto

1	40747	PECAS, ACESSÓRIOS E/OU COMPONENTES DE REPOSIÇÃO ORIGINAIS OU DE REPOSIÇÃO DE 1ª LINHA, NÃO REMANUFATURADOS, NÃO RECONDICIONADO, NÃO RECUPERADO, P/ USO NA MANUTENÇÃO EM COMPONENTES HIDRÁULICO PARA VEÍCULOS MICRO ÔNIBUS, VANS E VEICULOS ¾ DAS MARCAS VOLARE,AGRALE,RENAULT,FIAT,CITROEN,MERCEDES BENS,IVECO ,FORD	un - unidade	150.000,00	5%
2	40748	PECAS, ACESSÓRIOS E/OU COMPONENTES DE REPOSIÇÃO ORIGINAIS OU DE REPOSIÇÃO DE 1ª LINHA, NÃO REMANUFATURADOS, NÃO RECONDICIONADO, NÃO RECUPERADO, P/ USO NA MANUTENÇÃO EM COMPONENTES HIDRÁULICO PARA VEÍCULOS DA LINHA PESADA (CAMINHÕES E ÔNIBUS) DAS MARCAS MERCEDES BENS,FORD, VOLKSWAGEN,DAF,VOLVO E FACCHINI	un - unidade	225.000,00	5%
3	40749	PECAS, ACESSÓRIOS E/OU COMPONENTES DE REPOSIÇÃO ORIGINAIS OU DE REPOSIÇÃO DE 1ª LINHA, NÃO REMANUFATURADOS, NÃO RECONDICIONADO, NÃO RECUPERADO, P/ USO NA MANUTENÇÃO EM COMPONENTES HIDRÁULICO PARA VEÍCULOS DA LINHA LEVE DAS MARCAS FIAT, FORD, VOLKSWAGEN, CHEVROLET, MITSUBICHI, TOYOTA, EFFA TOWNER, NISSAN E RENAULT	un - unidade	100.000,00	5%
4	40750	PECAS, ACESSÓRIOS E/OU COMPONENTES DE REPOSIÇÃO ORIGINAIS OU DE REPOSIÇÃO DE 1ª LINHA, NÃO REMANUFATURADOS, NÃO RECONDICIONADO, NÃO RECUPERADO, P/ USO NA MANUTENÇÃO EM COMPONENTES HIDRÁULICO PARA TRATORES E MÁQUINAS DAS MARCAS T TANDER, CATERPILLAR, MASSEY FERGUSON,CASE, DINAPAC, FIAT ALLIS, JCB, KOMATSU, MULLER, NEW HOLLAND	un - unidade	395.000,00	5%
5	40751	PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM COMPONENTES HIDRÁULICOS, POR HORA TRABALHADA EM VEÍCULOS MICRO ÔNIBUS, VANS E VEICULOS ¾ DAS MARCAS VOLARE, AGRALE, RENAULT, FIAT, CITROEN,MERCEDES BENS,IVECO ,FORD E VOLKSWAGEN	h - Hora	10.500,00	5%
6	40752	PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM COMPONENTES HIDRÁULICOS, POR HORA TRABALHADA EM VEÍCULOS DA LINHA PESADA (CAMINHÕES E ÔNIBUS) DAS MARCAS MERCEDES BENS, FORD, VOLKSWAGEN, DAF, VOLVO E FACCHINI	h - Hora	14.166,00	5%
7	40753	PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM COMPONENTES HIDRÁULICOS, POR HORA TRABALHADA EM VEÍCULOS DA LINHA LEVE DAS MARCAS FIAT, FORD, VOLKSWAGEN, CHEVROLET, MITSUBICHI, TOYOTA, EFFA TOWNER, NISSAN E RENAULT	h - Hora	10.166,00	5%
8	40754	PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM COMPONENTES HIDRÁULICOS, POR HORA TRABALHADA EM TRATORES E MÁQUINAS DAS MARCAS T TANDER, CATERPILLAR, MASSEY FERGUSON, CASE, DINAPAC, FIAT ALLIS, JCB, KOMATSU, MULLER, NEW HOLLAND	h - Hora	161.660,00	5%

AVISO DE RESULTADO PP 87/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS,** através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 087/2018**, destinada à**REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de contêineres destinados a atendimentos a população na área de alimentação, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal,** nenhuma empresa compareceu para participar do certame, ficando então **DESERTA**.

Campo Novo do Parecis - MT, 07 de agosto de 2018.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2018

PREGÃO PRESENCIAL: N° 80/2018– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: JUNQUEIRA MATERIAIS E CONSTRUÇÃO LTDA-ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pedras brita, pedrisco e pó de pedra, especial para pavimentação asfáltica para atender as necessidades da secretaria municipal de infraestrutura.

VALOR TOTAL: 352.200,00

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2018

PREGÃO PRESENCIAL: N° 80/2018– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: JOÃO PATRICIO DO CARMO-ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pedras brita, pedrisco e pó de pedra, especial para pavimentação asfáltica para atender as necessidades da secretaria municipal de infraestrutura.

VALOR TOTAL: 437.500,00

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2018

PREGÃO PRESENCIAL: N° 80/2018– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: MOREIRA E CIA LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pedras brita, pedrisco e pó de pedra, especial para pavimentação asfáltica para atender as necessidades da secretaria municipal de infraestrutura.

VALOR TOTAL: 439.600,00

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE FOMENTO Nº 009/2018

TERMO DE FOMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS-MT E A ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES E PEQUENOS PRODUTORES DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

O **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, CNPJ/MF 24.772.287/0001-36, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na Av. Mato Grosso, nº 66-NE, Centro, representado pelo prefeito Sr. **RAFAEL MACHADO**, RG nº 5060425773 SSP/RS e CPF nº 929.162.010-68, brasileiro, em união estável, residente e domiciliado na Rua Caqui, 90-NE, Bairro Alvorada, nesta cidade, ora denominado como **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, lado outro, a **ASSOCIOÇÃO DOS FEIRANTES E PEQUENOS PRODUTORES DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, CNPJ 08.903.992/0001-79, com sede na Avenida Mato Grosso, s/n, Centro, neste Município, representada pela Presidente Sra. **VERALUCIA OSTER DORNELES CAMPOS**, RG 2642748 SESP/SC, CPF 026.654.679-09, agricultora, casada, residente e domiciliada na Linha Sucuruína 2, Km 35, nesta urbe, ora denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE**, celebram **TERMO DE FOMENTO**, com fulcro na Ementa Impositiva Nº 20, de autoria da Vereadora Antônia Aparecida de Souza, a Lei nº 13.019/2014, e demais normas pertinentes:

DO OBJETO

CLAUSULA PRIMEIRA – O objeto deste é o repasse de valores para a aquisição de caixas térmicas, com propósito de melhor equipar a organização da sociedade, conforme plano de trabalho apresentado.

DA FUNDAMENTAÇÃO

CLAUSULA SEGUNDA - Os recursos serão disponibilizados em conformidade com as Leis Federais 13.019/2014, 13.204/2015, 4.320/64, Lei Complementar 101/2000 e Decreto Municipal nº 141/2016, com dotação orçamentária especifica.

DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA TERCEIRA – A organização da sociedade obriga-se a:

§ 1º - Transitar os recursos em conta bancária da Associação dos Feirantes e Pequenos Produtores de Campo Novo do Parecis, Agência 3036-8, c.c 34.316-1, Poupança, Banco do Brasil, exclusiva para cumprimento do termo de fomento.

§ 2º - Utilizar dos recursos exclusivamente para finalidade estabelecida no presente termo e seu anexo.

§ 3º - Prestar contas dos recursos recebidos na forma estabelecida na Lei 4.320/64 e Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

§ 4º - Fornecer dados complementares ao Município de Campo Novo do Parecis e contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente termo.

§ 5º - Excluir a Administração Pública de qualquer responsabilidade civil, penal, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do objeto do presente Termo.

§ 6º - Prestar contas finais dos recursos recebidos previamente em 30 (trinta dias) do término da vigência da parceria.

§ 7º - Dar ampla publicidade ao termo, divulgando-o em seu sitio eletrônico ou mural as parcerias celebradas, contendo o objeto, data da assinatura do termo, nome do órgão responsável pela parceria, valores recebidos e a prestação de contas.

§ 8º – Apoiar o desenvolvimento de programas de acolhimento a pessoa portadora de deficiência física, dispondo de espaço físico adequado para a parceria estabelecida.

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CLAUSULA QUARTA – O Gestor/Agente Fiscalizador do termo de fomento será o servidor IVAN LUIZ BIEZUS JUNIOR, Matricula 4035, Chefe de Divisão de Agricultura Familiar e Cooperativas, a quem competirá:

I) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II) Informar o superior hierárquico sobre fatos que comprometam a execução da parceria, irregularidades na prestação de contas e quais providências para solucioná-las;

III) Emitir o Parecer Técnico conclusivo de análise das contas, fundamentado no Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação.

IV) O relatório técnico acima obrigatoriamente deve conter:

a) descrição sucinta das atividades e metas pactuadas;

b) análise das atividades e metas realizadas, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c) relação entre valores transferidos e valores comprovadamente utilizados;

d) menção aos valores pagos na forma do Art. 54 da Lei 13.019/2014 (por exceção, sem transferência eletrônica), custos indiretos, remanejamentos autorizados, sobras de recursos financeiros, aplicações e valores devolvidos, se houver;

e) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas na prestação de contas;

f) análise das auditorias realizadas pelos controles internos.

§2º. Responderão solidariamente o Gestor e a Comissão de Monitoramento e Avaliação por fatos inverídicos.

DO VALOR

CLÁUSULA QUINTA - A Administração Pública repassará a Associação dos Feirantes e Pequenos Produtores de Campo Novo do Parecis, à título de fomento, o montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a cargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLAUSULA SEXTA - As despesas e os repasses financeiros efetuados, decorrentes da execução do presente Termo de Fomento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

Unidade: 002 - Departamento de Empreendedorismo, Agricultura Familiar e Comunidade Indígena;

Programática: 08.002.20.606.0016.20053.3.3.50.41.00.00;

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários – Exercício;

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA – O pagamento será efetuado em uma única parcela, conforme plano de trabalho em anexo.

§1º. O valor fixado a partir da assinatura não será objeto de reajuste.

DO PRAZO

CLÁUSULA OITAVA - O presente termo terá vigência de um ano.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA NONA - A inexecução total ou parcial do presente Termo ou o descumprimento de qualquer dispositivo do Plano de Trabalho enseja a sua rescisão, com as consequências previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, e Decreto Municipal nº 141/2016.

§1º. A rescisão poderá dar-se mediante acordo das partes.

DAS RESPONSABILIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA - A Associação dos Feirantes e Pequenos Produtores de Campo Novo do Parecis será responsável de:

I) Arcar com eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na execução dos serviços, objeto do presente termo;

II) Arcar com as despesas diretas ou indiretas tais como: encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a empregados no desempenho dos serviços para o cumprimento deste termo, ficando ainda a Administração Pública, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

CLAUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA – A Administração Pública deve acompanhar a execução do termo, zelando pelo cumprimento das normas estabelecidas e garantindo o direito e os deveres das partes.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Pela inexecução do plano de trabalho, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

I) advertência;

II) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

III) declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até a reabilitação perante a própria autoridade.

IV) A sanção estabelecida no inciso anterior, conforme o caso, é facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias

da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

§1º. A punição do item III)" será remida caso a ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES E PEQUENOS PRODUTORES DE CAMPO NOVO DO PARECIS ressarcia a administração dos prejuízos e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, do Art. 73, da Lei 13.019/2014.

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA – TERCEIRA - A execução deste Termo será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor e pela comissão de Monitoramento e Avaliação, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 141/2016.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Será de responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, providenciar a publicação deste Termo por extrato no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso, nos termos da legislação vigente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA – QUINTA - Este Termo poderá ser alterado ou prorrogado, nos casos previstos pelo disposto na Lei n.º 13.019/2014, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA - SEXTA - Os casos omissos e controvertidos das presentes cláusulas, serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação pertinente.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA – SÉTIMA - Fica eleito o FORO da Comarca de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou demandas oriundas deste Termo de Fomento.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA - OITAVA - Integram este Termo, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição, o Anexo I.

O presente Termo será firmado em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Campo Novo do Parecis/MT, em 07 de agosto de 2018.

RAFAEL MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

VERALUCIA OSTER DORNELES CAMPOS

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Testemunhas:

1) _____ CPF nº _____

2) _____ CPF nº _____

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 132, DE 06 DE AGOSTO DE 2018.

CONVOCA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

O memorando nº 135/2018 proveniente da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; Considerando o interesse público e a necessidade administrativa;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica convocada a Conferência Municipal de Cultura de Campo Novo do Parecis a ser realizada no período de 11 de setembro, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 2º. A Conferência Municipal de Cultura tem por objetivos:

I – discutir a cultura matogrossense nas suas dimensões cidadã, simbólica e de desenvolvimento;

II – promover o debate entre artistas, produtores, conselheiros, gestores, estudiosos e pesquisadores, investidores e demais protagonistas da cultura, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;

III – propor estratégias para descentralizar e democratizar o acesso dos cidadãos à produção e à fruição dos bens e serviços culturais;

IV – propor estratégias para a consolidação dos sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura;

V – aprimorar e propor mecanismo de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil;

VI – fortalecer e facilitar a formação e funcionamento de fóruns e rede de artistas, agentes, gestores, estudiosos e pesquisadores, investidores e ativistas culturais;

VII – propor estratégias para a implantação dos Sistemas Estadual e Municipais de Cultura;

VIII – propor estratégias para o desenvolvimento econômico e social a partir da cadeia produtiva da cultura.

Art. 3º. A Conferência Municipal de Cultura de Campo Novo do Parecis terá como tema geral: "CULTURA COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL".

§ 1º A Conferência Municipal de Cultura de Campo Novo do Parecis terá como temas específicos: EIXO 1 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO – GT 1 – Gestão e Implantação do CPF – Conselho, Plano e Fundo/ GT2 – Financiamentos para a Cultura / GT3 – Economia Criativa e Inovação. EIXO 2 – POLÍTICA CULTURAL E CIDADANIA –GT1 – Democracia, Cidadania e Diversidade / GT2 – Patrimônio, Memória e Biblioteca.

Art. 4º. A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo expedirá as normas complementares para a execução deste Decreto.

Art. 5º. Fica o(a) Secretário(a) Municipal de Cultura e Turismo autorizado(a) a:

I – aprovar e promover a publicação do Regulamento da Conferência Municipal de Cultura de Campo Novo do Parecis;

II – dirimir dúvidas e solucionar os casos omissos da convocação objeto deste Decreto.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 07 dia do mês de agosto de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

DÉCIMO TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 001/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O

MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A EMPRESA L. DOS SANTOS PRESTADORA DE SERVIÇO ME.

Contratante: Município de Campo Novo do Parecis, CNPJ 24.772.287/0001-36, pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, nº.66NE, na Cidade de Campo Novo do Parecis.

Contratada: L. DOS SANTOS PRESTADORA DE SERVIÇO ME,CNPJ 09.438.242/0001-36, estabelecida na Rua Guajuvira n° 516, Bairro Alvorada, nesta cidade de Campo Novo do Parecis.

Objeto: Retifica-se a Clausula Primeira do TERMO ADITIVO 007, passando a vigora com a seguinte redação: "Fica incluída ao presente Contrato a Secretaria Municipal de Finanças com 01 (um) funcionário, para realizar a limpeza no posto fiscal Bela Vista, pelo período de 02 de julho de 2018 a 09 de janeiro de 2019, passando o atendimento da Contratada para **68 (sessenta e oito**) a quantidade total de funcionários do lote 01, a serem atendidos pelo objeto contratado",

Fundamento: § 8º, do Art. 65, da Lei nº 8.666/1993.

Campo Novo do Parecis-MT, 06 de agosto de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 392, DE 07 DE AGOSTO DE 2018.

ALTERA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE ENQUADRAMNETO DO PCCV – EDUCAÇÃO "CARGO- MONITOR".

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 005 ao Contrato de Prestação de Locação de Bem Imóvel nº 45/2013.

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x ***EDMAR PINHEIRO ROSA,***portador do RG nº 1887828-8 SSP/MT, e CPF nº 799.930.281-34

Objeto: Prorroga-se a vigência por 90 (noventa) dias, de 08 de agosto de 2018 a 07 de novembro de 2018.

Valor: R$ 7.073,91

Dotações:

Órgão:11 Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 002 – Fundo Municipal de Assistência Social

Programática: 11.002.08.244.0013.20105.3.3.90.36.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários - Exercício

Data: 06/08/2018

Procedimento Licitatório: Dispensa de Licitação n° 009/2013

Secretaria: *Secretaria de Assistência Social*

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
CONVITE PARA ASSEMBLÉIA

CONVITE

Vimos através deste, **CONVIDAR todos os Servidores Públicos Municipais,** para participarem da Assembléia Geral, que se realizará no dia 09/08/2018, às 18:00 horas, no auditório da Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis.

Lembramos que esta assembléia é de grande importância, visto que serão tratados assuntos como:

Ø Prestação de contas do primeiro semestre de 2018;

Ø Assuntos Gerais.

Contamos a com a presença de todos.

Wilson Leal Miranda

Diretor Executivo - FUNSEM

Portaria nº 1.115/2017

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE FOMENTO Nº 010/2018

TERMO DE FOMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS-MT E A ASSOCIAÇÃO PRÓ SAÚDE DO PARECIS - OS.

O **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, CNPJ/MF 24.772.287/0001-36, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na Av. Mato Grosso, nº 66-NE, Centro, representado pelo prefeito Sr. **RAFAEL MACHADO**, RG nº 5060425773 SSP/RS e CPF nº 929.162.010-68, brasileiro, em união estável, residente e domiciliado na Rua Caqui, 90-NE, Bairro Jardim Alvorada, nesta cidade, ora denominado como **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, lado outro, a **ASSOCIOÇÃO PRÓ SAÚDE DO PARECIS - OS**, CNPJ 04.854.005/0001-32, com sede na Avenida Brasil, 1669-NE, Centro, neste Município, representada pelo Presidente Sr. Ademir Marrafão, RG 40424318-SSP/RS, CPF 645.165.479-53, administrador, união estável, residente e domiciliada na Rua Angico, 227 - NE, QD 49, Lote 25, Bairro Jardim Alvorada, nesta urbe, ora denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE**, celebram **TERMO DE FOMENTO**, com fulcro na Lei nº 13.019/2014 e demais normas pertinentes:

DO OBJETO

CLAUSULA PRIMEIRA – O objeto do fomento é a aquisição de 01 ventilador pulmonar, 02 bomba de infusão, 04 oxímetro de pulso portátil, 02 detector fetal portátil, 01 monitor multiparâmetro, 02 computadores, 01 impressora, 05 camas hospitalares, 01 ar condicionado.

DA FUNDAMENTAÇÃO

CLAUSULA SEGUNDA - Os recursos serão disponibilizados em conformidade com as Leis Federais 13.019/2014, 13.204/2015, 4.320/64, Lei Complementar 101/2000 e Decreto Municipal nº 141/2016, com dotação orçamentária especifica.

§1º - Fica dispensado o Chamamento Público, nos termos do Art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014.

DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA TERCEIRA – A organização da sociedade obriga-se a:

§ 1º - Transitar os recursos para cumprimento do termo de fomento exclusivamente na conta bancária da Associação do Pró Saúde do Parecis, Agência 2302, c.c 186341, Unicred.

§ 2º - Utilizar os recursos exclusivamente para finalidade estabelecida no presente termo.

§ 3º - Prestar contas dos recursos recebidos na forma estabelecida na Lei 4.320/64, Lei 13.019/2014 e Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

§ 4º - Fornecer dados complementares ao Município de Campo Novo do Parecis e contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente termo.

§ 5º - Excluir a Administração Pública de qualquer responsabilidade civil, penal, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do objeto do presente Termo.

§ 6º - Prestar contas finais dos recursos recebidos previamente em 30 (trinta dias) do término da vigência da parceria.

§ 7º - Dar ampla publicidade ao termo, divulgando-o em seu sitio eletrônico ou mural as parcerias celebradas, contendo o objeto, data da assinatura do termo, nome do órgão responsável pela parceria, valores recebidos e a prestação de contas.

§ 8º – Apoiar o desenvolvimento de programas de acolhimento a pessoa portadora de deficiência física, dispondo de espaço físico adequado para a parceria estabelecida.

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CLAUSULA QUARTA – Será responsável pela fiscalização do termo de fomento a gestora/fiscal servidora ELAINE APARECIDA DA SILVA, Matricula 2596, a quem competirá:

I) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II) Informar o superior hierárquico sobre fatos passives de comprometer a execução da parceria, irregularidades na prestação de contas e sugerir providências para solucioná-las;

III) Emitir Parecer Técnico conclusivo de análise das contas, fundamentado no Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação.

IV) O relatório técnico acima obrigatoriamente deve conter:

a) descrição sucinta das atividades e metas pactuadas;

b) análise das atividades e metas realizadas, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c) relação entre valores transferidos e valores comprovadamente utilizados;

d) menção aos valores pagos na forma do Art. 54, da Lei 13.019/2014 (por exceção, sem transferência eletrônica), custos indiretos, remanejamentos autorizados, sobras de recursos financeiros, aplicações e valores devolvidos, se houver;

e) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas na prestação de contas;

f) análise das auditorias realizadas pelos controles internos.

§1º. O Gestor a Comissão de Monitoramento e Avaliação responderá solidariamente por fatos inverídicos.

DO VALOR

CLÁUSULA QUINTA - A Administração Pública repassará a Associação Pró Saúde do Parecis - OS, à título de fomento, o montante de R$ 85. 000,00 (oitenta e cinco mil reais), proveniente da Secretaria Municipal de Saúde.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLAUSULA SEXTA - As despesas e os repasses financeiros efetuados, decorrentes da execução do presente Termo de Fomento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10. Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.001.10.302.0010.20091.3.3.50.43.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários – Exercício

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA – O pagamento será efetuado em parcela única, conforme plano de trabalho, em anexo.

§1º. O valor fixado a partir da assinatura não será objeto de reajuste.

DO PRAZO

CLÁUSULA OITAVA - O presente termo terá vigência de um ano, à contar da data de sua ratificação.

DAS RESPONSABILIDADES

CLÁUSULA NONA - A Associação Pró Saúde do Parecis - OS será responsável de:

I) Arcar com eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na execução dos serviços, objeto do presente termo;

II) Arcar com as despesas diretas ou indiretas tais como: encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a empregados no desempenho dos serviços para o cumprimento deste termo, ficando ainda a Administração Pública, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

CLAUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA – A Administração Pública deve acompanhar a execução do termo, zelando pelo cumprimento das normas estabelecidas e garantindo o direito e os deveres das partes.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA - A inexecução total ou parcial do presente Termo ou o descumprimento de qualquer dispositivo do Plano de Trabalho enseja a sua rescisão, com as consequências previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, e Decreto Municipal nº 141/2016.

§1º. A rescisão poderá ocorrer mediante acordo das partes.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA - Pela inexecução do plano de trabalho, a Administração Pública poderá garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

I) advertência;

II) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

III) declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até a reabilitação perante a própria autoridade.

IV) A sanção estabelecida no inciso anterior, conforme o caso, é facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

§1º. A punição da alínea III será remida caso a ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES E PEQUENOS PRODUTORES DE CAMPO NOVO DO PARECIS ressarcia a administração dos prejuízos e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, do Art. 73, da Lei 13.019/2014.

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA – TERCEIRA - A execução deste Termo será acompanhada e fiscalizada pela Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 141/2016.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA - QUARTA - Será de responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, providenciar a publicação deste Termo por extrato no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso, nos termos da legislação vigente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA – QUINTA - Este Termo poderá ser alterado ou prorrogado, nos casos previstos pelo disposto na Lei n.º 13.019/2014, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA - SEXTA - Os casos omissos e controvertidos das presentes cláusulas, serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação pertinente.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA – SÉTIMA – As partes elegem o FORO da Comarca de Campo Novo do Parecis.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA - OITAVA - Integra este Termo, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição, o Anexo I.

O presente Termo será firmado em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Campo Novo do Parecis/MT, em 07 de agosto de 2018.

RAFAEL MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

ADEMIR MARRAFÃO

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Testemunhas:

1)_____ CPF nº_____

2) _____ CPF nº _____

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 389, DE 06 DE AGOSTO 2018.

NOMEIA O Sr. SEBASTIÃO PEDRO DA VITÓRIA MOREIRA PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO, VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2018

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, torna público que estará realizando processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, sob o nº 08/2018, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando selecionar a melhor proposta para Contratação de empresa especializada para construção de um Bloco Pedagógico na EMEF 15 de Outubro, conforme projeto, memorial descritivo, planilhas de quantidades e preços e cronograma fisíco financeiro, em estrita observância aos termos do edital e seus anexos.

A data de abertura está designada para 23/08/2018, às 08h00 (oito horas) do horário local, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Av. Valdir Masutti, nº 779W, Bom Jardim.

Os interessados poderão adquirir o edital e seus anexos na Prefeitura Municipal, no Departamento de Licitações e Contratos, através de meios digitais (pen drive, CD, e-mail etc).

Quaisquer informações, entrar em contato pelo telefone (65) 3387 – 2800 ou pelo e-mail licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br, licitacao3@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 07 de julho de 2018.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 85/2018.

ESPÉCIE: Serviços.

OBJETO: Construção de galerias/drenagem de águas pluviais para a Rua Rio Branco, no Bairro Águas Claras, conforme memorial descritivo, planilhas de quantidades e preços e cronograma físico financeiro, conforme projeto e planilhas e em estrita observância aos termos do edital e seus anexos.

VALOR GLOBAL: R$ 290.389,76 (duzentos e noventa mil, trezentos e oitenta e nove reais e setenta e seis centavos);

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos; Unidade: 02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos; Centro de Custo: 5200 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos; Despesa: 148 – 05.02.1.074.4.4.90.51.00.00.00.00 – Obras e Instalações - Pessoa Jurídica.

VIGÊNCIA: 180 dias.

VINCULAÇÃO: Tomada de Preços nº 06/2018, Processo Administrativo nº 98/2018, Processo de Compra nº 94/2018.

ASSINAM: JOSÉ ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e MILANI & MACHADO LTDA ME, CNPJ: 18.204.777/0001-33/CONTRATADO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO PORTARIA Nº 240/2018

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

26 de Julho de 2018 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XIII | N° 3.029

PORTARIA Nº 240/2018 DE: 02/07/2018

ONDE SE, Titular – MARIA JOSE RODRIGUES DA SILVA

CPF: 921.517.521-00

RG: 423.8416 DGPC/GO

Suplente – BONFIM ALEXANDRE BARBOSA;

CPF: 030.477.632-02

RG: 740.790-7 PC/PA

LEIA-SE, **TITULAR:** MARIA JOSE RODRIGUES DA SILVA

CPF: 075.970.061-36

RG: 3043904-3 SSP/MT

SUPLENTE: BONFIM ALEXANDRE BARBOSA

CPF: 030.477.532-02

RG: 740790-7 PC/PA, passando a vigorar com a seguinte redação.

PORTARIA Nº 240/2018 DE: 02/07/2018

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO -FUNDEB, E DA OUTRAS PROVIDENCÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º. – Ficam alterado membros do **Conselho Municipal do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica**, no município de Canabrava do Norte-MT as pessoas abaixo devidamente indicadas pela respectiva entidade e órgão representativos, conforme prevê a legislação pertinente;

1. Representantes dos Professores;

Titular – **MARIA JOSEANE ARAGÃO FEITOSA**

CPF: 867.871.791-20

RG: 397985-1 DGPC/GO

Suplente – **MARIA EUZELIA VIEIRA**

CPF: 921.517.521-00

RG: 4238416 DGPC/GO

2. Representantes do Executivo;

Titular – **ROSANIA PEREIRA RAMOS**

CPF: 025.236.521-61

RG: 488093-4 SSP/MT

Suplente – **IDEVALDO DE PAULA FARIA.**

CPF: 003.567.551-93

RG: 4762536 DGPC/GO

3. Representantes do Executivo Municipal (Secretarias);

Titular – **JOÃO BATISTA DE SOUZA**

CPF: 649.589.571-20

RG: 3840309 DGPC/GO

Suplente – **SIRLEIDE SOUZA SILVA**

CPF: 842.202.011-49

RG: 1571608 SSP/DF

4. Representante dos Diretores;

Titular – MARIA APARECIDA REIS TAVARES.

CPF: 938.656.271-53

RG: 174835-2 SSP/GO

Suplente – **FÁTIMA MARIA MOTA**

CPF: 192.194.661-04

RG: 930342 SSP/GO.

5. Representante dos servidores Técnicos Administrativos das Escolas;

Titular – IVANILDES RIBEIRO DE SOUSA

CPF: 001.350.771-09

RG: 16821947 SSP/MT

Suplente – **VALMERICE NUNES BRITO**

CPF: 947.523.031-91

RG: 460219-9 DGPC/GO

6. Representante dos Pais de Alunos;

Titular – ALDENORA FERREIRA DE SOUZA

CPF: 859.055.851-72

RG: 11723882 SSP/MT;

Suplente MANOEL DIAS DOS SANTOS.

CPF; 628.096.441-87

RG: 1137472-1 SSP/MT

Titular – FERNANDO ALMEIDA DA SILVA.

CPF: 817.082.111-87

RG: 361.1614SSP/GO

Suplente- GLARIA APARECIDA DA COSTA

CPF: 001.814.851-41

RG: 1509410-3 SSP/MT

7. Representante do Conselho Municipal de Educação;

Titular – **DJALMA FRANCISCO DE SOUSA**

CPF: 487.813.201-91

RG: 701426 SSP/MT

Suplente - MARIA HELENA RODRIGUES MALTA

CPF: 983.197.281-34

RG: 31493411443364 SSP/GO

8. Representante do Conselho Tutelar;

Titular – JOCELENE APARECIDA TAVARES DIAS

CPF: 591.301.051-53

RG: 2285430 SSP/GO

Suplente – **BERNADETE VIANA NUNES**;

CPF: 495.637.341-49

RG: 0701407-4 SSP/MT

9. Representante dos Alunos;

Titular –DALVA GOMES DA LUZ

CPF: 000.083. 291-09

RG: 4301175 DGPC/GO

Suplente – **VALDIRENE SOUZA SILVA**;

CPF: 007.411.481-61

RG: 20996373 SSP/MT

10. Representante dos Estudantes de Educação Básica Publica indicado pela Entidade de Estudantes Secundários;

TITULAR: MARIA JOSE RODRIGUES DA SILVA

CPF: 075.970.061-36

RG: 3043904-3 SSP/MT

SUPLENTE: BONFIM ALEXANDRE BARBOSA

CPF: 030.477.532-02

RG: 740790-7 PC/PA

DIRETORIA

PRESIDENTE

Titular – MARIA JOSEANE ARAGÃO FEITOSA

CPF: 867.871.791-20

RG: 397985-1 DGPC/GO

VICE-PRESIDENTE

Titular – IVANILDES RIBEIRO DE SOUSA

CPF: 001.350.771-09

RG: 16821947 SSP/MT

Artigo 2°. – Este Conselho será redigido pela **Lei nº 295/2007** de 05/03/2007 que Dispõe sobre a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-sePortaria n. 133/2017 de 27/04/2017, toda e qualquer disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de julho de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 259/2018, DE 07 DE AGOSTO DE 2018.

PORTARIA N. 259/2018, de 07 de Agosto de 2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear **JUCERLEI BONATTO**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1047478-1, emitido por SEJUS/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 770.870.891-53, para exercer o cargo de Fiscal da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 028/2018,** a presente ata de registro de preços tem por abjeto a futura e eventual contratação de empresa para a prestação de serviço de locação de maquinas para uso da secretaria municipal de obras, na realização de trabalho de execução direta e manutenção de estradas, ruas e avenidas em Canabrava do Norte, conforme a demanda.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 07 de Agosto de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2018

A Prefeitura de Canabrava do Norte-MT, através do Pregoeiro designado, torna público o resultado do Pregão Presencial 033/2018, cujo objeto é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de veículos para atender a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Canabrava do Norte**,** onde a empresa **Tatiana Capitanio - Veículos**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.103.941/0001-25, venceu o certame com um valor global de R$ 205.700,00 (duzentos e cinco mil e setecentos reais), conforme abaixo;

ITEM	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO DO VEÍCULO	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	01	Unid.	Veículo Zero Km, categoria popular, fabricação nacional, com carroceria Hatch, Motorização 1.0, 4 portas , bicombustível, potência mínima de 65 CV, ar condicionado, cor branca, direção elétrica/hidráulica, capacidade de transporte para 05 passageiros, com garantia mínima de 12 meses sem limite de quilometragem. – **Fiat Mobi**;	R$ 44.000,00	R$ 44.000,00
02	01	Unid.	Veículo automotor, tipo pick-up/camioneta, cabine dupla, 4X4, (diesel), Novo, Zero Km, 170 CV, Ano Modelo 2018/2019, com Ar condicionado, Câmbio Automático, com no mínimo AIRBAG duplo com bancos de couro, protetor de cárter, protetor de caçamba, capota marítima, estribos laterais, capacidade de 05(cinco) passageiros incluindo o motorista, 04 portas, direção hidráulica/elétrica, trio elétrico (trava, vidro, alarme), pintura sólida na cor branca. **Chevrolet S10**;	R$ 161.700,00	R$ 161.700,00

Canabrava do Norte-MT, 07 de Agosto de 2018.

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
PORTARIA Nº 402/2018

De 07 de agosto de 2018

Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito de Canarana, no uso das atribuições previstas no artigo 108, inciso II, alínea “c”, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto nos artigos 197, 198 e 200, da Lei Complementar Municipal nº 028, de 23 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor municipal T.B.I.B, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, destinado a apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, os fatos de que trata o Ofício nº 111/ADM 2018 –Secretaria de Administração, datado de 03 de agosto de 2018 (03/08/2018), bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Parágrafo único. A investigação será conduzida pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, nomeada pela Portaria nº. 718/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Canarana – MT, em 07 de agosto de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito de Canarana

PORTARIA Nº 398/2018

De 01 de Agosto de 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **EDILAINE LOPES DA COSTA** no cargo de Auxiliar Administrativo, para exercer a fiscalização dos Contratos referente ao **Processo nº 077/2018 – Carta Convite nº 008/2018 –** Contratação de empresa para prestação de serviços mensais, com presença física de no mínimo 03 (três) técnicos diariamente, 08 (oito) horas por dia de segunda a sexta feira, especializado em manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática e rede de dados, num total aproximado de 500 equipamentos e ainda serviços de manutenção em linhas telefônicas fixas e centrais de PABX, para atender as diversas secretarias do Município de Canarana-MT., conforme anexo I – Termo de Referencia.

Art. 2º **-** Nomear **ILSE TERESINHA GOTZ**, servidor no cargo de Agente Administrativo, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 01 de Agosto de 2018**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 397/2018

De 01 de Agosto de 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **EDIVAN COLOMBO**, servidor no cargo de Gerente de estoque e Almoxarifado**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 079/2018 – Carta Convite nº 009/2018 – Contratação de empresa especializada para locação de máquinas impressoras com scanner e copiadora com instalação e assistência técnica preventiva, corretiva e com material de consumo incluso (toner, cilindro e peças)**, conforme anexo I – Termo de Referencia.

Art. 2º **-** Nomear **CLEUNIR PRAXEDES PEIXOTO**, servidor no cargo de Mensageiro e Arquivista, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 01 de Agosto de 2018**.**

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 396/2018

De 01 de Agosto de 2018.

Designa Servidores Públicos Municipais para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **JOAQUIM VALDEVINO FABIO** no cargo de Motorista Escolar**,** para exercer a fiscalização dos Contratos referentes a todas **as a*quisições de diversas peças,*** e o servidor**EDILSON GOMES DE SOUSA**, servidor no cargo de Assessor de controle de Obras**, para exercer a fiscalização dos Contratos referentes a todas as prestações de serviços, ambas as fiscalizações serão oriundas do Processo nº 078/2018 – Pregão presencial nº 029/2018 –** Registro de preços para futura e eventual **contratação de empresa para serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva em geral, lavagem, serviços de guincho, torno, solda, dentre outros, com o fornecimento de peças,** para atendimento da frota do município de Canarana-MTe de acordo com as especificações do edital.

Art. 2º **-** Nomear **EZEQUIAS MAGALHAES DE LIMA**, servidor no cargo de Auxiliar de Tributos, como suplente de Fiscal dos referidos Contratos.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 01 de Agosto de 2018**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 395/2018

De 01 de Agosto 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

Resolve:

Art. 1º - Designar **JOSIANE DE OLIVEIRA MACHADO PORSCH**, servidor no cargo de Psicóloga**,** para exercer a fiscalização dos Contratos do Processo nº 082/2018 - Dispensa de Licitação nº 015/2018 - **Contratação de empresa, com profissional habilitado para prestação de serviços de educador físico, para aulas na academia publica**, junto a secretaria municipal de assistência Social de Canarana-MT.

Art. 2º **-** Nomear **SILVANE ALVES DA SILVA**, servidora no cargo de Orientador social, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 01 de Agosto de 2018**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 372/2018

De 16 de Julho de 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º **-** Designar **CLEYTON DIAS DE SOUZA**, servidor no cargo de Técnico Agrícola,como Fiscal de Contrato do Processo nº 076/2015, Tomada de Preços nº 009/2015, que tem por objeto a **Contratação de empresa para Implantação do Aterro Sanitário no Município de Canarana-MT**.

Art. 2º **-** Nomear **LUIZ FERNANDO TONINI**, servidor no cargo de Médico Veterinário, como suplente do referido Contrato.

Art. 3º - Fica revogado a Portaria nº 271/2016 de 15 de Junho de 2016.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação, com efeitos retroativos a 09/05/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 16 de Julho de 2018**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 138/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO **AO CONTRATO N.º 138/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT. E A S.A. TURRA SERVIÇOS - ME.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **S. A. TURRA SERVIÇOS EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.485.181/0001-26, estabelecida na AV. Mato Grosso nº195, Centro, Canarana - MT, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **SADI ANTONIO TURRA**, ocupando o cargo de PROPRIETARIO, naturalidade Brasileiro, estado civil Casado, RG nº 7027140503 SSPPC/RS e CPF nº387.918.460-72, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no Processo Administrativo decorrente de Licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº 041/2017**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, inciso 3.24, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 041/2017.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, do contrato originário o total de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** ficando sua vigência estendida até o **dia 18/08/2019,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e conforme clausula contratual.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2017, e ainda por necessidade de atender o município na execução de trabalhos de melhoria da qualidade de vida dos munícipes, como também para o desenvolvimento econômico dos produtores rurais, nas ocasiões em que se fizerem necessários na manutenção de estradas vicinais e rurais, uma vez que a Prefeitura Municipal não dispõe de caminhão pipa em sua frota própria, tendo como missão contribuir para com a melhoria da qualidade de vida e também com o desenvolvimento econômico dos produtores rurais do Município e principalmente no período de seca onde existe a necessidade de molhar diversas ruas na sede do município e distritos, onde justificamos a presente prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas da seguinte forma, por força da Lei Complementar nº 101/2000:

5.1.1 - De 01 de Agosto a 31 de dezembro de 2018 no Orçamento Anual de 2018 e;

5.1.2 - De 01 de janeiro a 31 de Julho de 2019 no Orçamento Anual de 2019.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 138/2017,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 03 de Agosto de 2018.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

S. A. TURRA SERVIÇOS EIRELI-ME

SADI ANTONIO TURRA

CONTRATADA:

_____

LEONARDO GONSALVES CARDOSO

PORTARIA Nº 632/2017 de 05/09/2017

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 125/2017

***PRIMEIRO TERMO ADITIVO* AO CONTRATO N.º 125/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT. E A S.A. TURRA SERVIÇOS - ME.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **S. A. TURRA SERVIÇOS EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.485.181/0001-26, estabelecida na AV. Mato Grosso nº195, Centro, Canarana - MT, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **SADI ANTONIO TURRA**, ocupando o cargo de PROPRIETARIO, naturalidade Brasileiro, estado civil Casado, RG nº 7027140503 SSPPC/RS e CPF nº387.918.460-72, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no Processo Administrativo decorrente de Licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº 041/2017**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, inciso 3.24, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 041/2017.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, do contrato originário o total de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** ficando sua vigência estendida até o **dia 31/07/2019,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e conforme clausula contratual.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2017, e ainda por necessidade de atender o município na execução de trabalhos de melhoria da qualidade de vida dos munícipes, como também para o desenvolvimento econômico dos produtores rurais, nas ocasiões em que se fizerem necessários na manutenção de estradas vicinais e rurais, uma vez que a Prefeitura Municipal não dispõe de caminhão pipa em sua frota própria, tendo como missão contribuir para com a melhoria da qualidade de vida e também com o desenvolvimento econômico dos produtores rurais do Município e principalmente no período de seca onde existe a necessidade de molhar diversas ruas na sede do município e distritos, onde justificamos a presente prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas da seguinte forma, por força da Lei Complementar nº 101/2000:

5.1.1 - De 01 de Agosto a 31 de dezembro de 2018 no Orçamento Anual de 2018 e;

5.1.2 - De 01 de janeiro a 31 de Julho de 2019 no Orçamento Anual de 2019.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 125/2017,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 23 de Julho de 2018.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

S. A. TURRA SERVIÇOS EIRELI-ME

SADI ANTONIO TURRA

CONTRATADA:

_____

SANDRA REGINA WOJAHM FACIONE

Portaria nº 561/2017

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 137/2017

***PRIMEIRO TERMO ADITIVO* AO CONTRATO N.º 137/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT. E A EMPRESA MOTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA – ME.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **MOTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 20.119.167/0001-83, estabelecida na Quadra 18, Lote 09, Sala 02 e 03, Parque real de Goiania, Estado de Goias, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por Thaissa Silva Mota, residente na Cidade de Goiania-GO, RG nº 4634785 DGPC/GO e CPF nº 004.115.491-62, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no Processo Administrativo decorrente de Licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº 046/2017**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, inciso 3.16, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 046/2017.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, do contrato originário o total de **180 (cento e oitenta) dias,** ficando sua vigência estendida até o **dia 10/02/2019,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e conforme clausula contratual.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2017, e ainda por necessidade de atender os pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde, dentre outros fatores, onde justificamos a presente prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas da seguinte forma, por força da Lei Complementar nº 101/2000:

5.1.1 - De 15 de Agosto a 31 de dezembro de 2018 no Orçamento Anual de 2018 e;

5.1.2 - De 01 de janeiro a 10 de fevereiro de 2019 no Orçamento Anual de 2019.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 114/2017,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 03 de Agosto de 2018.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

MOTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA – ME.

Thaissa Silva Mota

CONTRATADA:

_____

NIRES TEOTONIO CIRQUEIRA

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

_____

Assinatura:

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 141/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVOAO **CONTRATO N.º 141/2017**, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA - MT E A EMPRESA**PERFIL HOSPITALAR LTDA-ME**.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15. 023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, e de outro lado a empresa **PERFIL HOSPITALAR LTDA-ME**, inscrita no CNPJ nº 19.430.036/0001-33, estabelecida na Avenida Niemeyer QD 158 LT 03 Sala 01, Jardim Buriti Sereno, Cidade Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por Eduardo Antônio Martins, residente na Cidade de Aparecida de Goiânia-GO, RG nº 3823495 SSP/GO e CPF nº 858.195.901-63**,** e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo **acréscimo na fornecimento de suprimentos e formulas lácteas especializadas, para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Canarana-MT,** que passa a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira – Do Objeto, conforme quantidades mencionadas abaixo:

Item	Quant Licit.	Quant Adit	Unid	Especificação detalhada do objeto	R$ Unit	R$ Total
06	140	35	UND	Alimentação de lactentes e crianças que apresentem alergia à proteína do leite de vaca e / ou soja, distúrbios absortivos ou outras condições clínicas que requerem uma terapia nutricional com dieta ou fórmula semi-elementar e hipoalergênica. Isento de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Ingredientes: Xarope de glicose, proteína hidrolizada de soro do leite, triglicerídeos de cadeia média, óleos vegetais (colza, girassol, palma), fosfato tricálcico, fosfato dihidrogenado de potássio, cloreto de potássio, carbonato de cálcio, óleo de peixe, óleo de fungos, cloreto de colina, vitamina C, cloreto de sódio, cloreto de magnésio, taurina, inositol, sulfato ferroso, vitamina E, sulfato de zinco, Lcarnitina, uridina, citidina, adenosina, inosina, niacina, dpantotenato de cálcio, guanosina, d-biotina, sulfato de cobre, ácido fólico, sulfato de manganês, vitamina A, B2, B12, B1, D,B6, iodeto de potássio, vitamina K, selenito de sódio, emulsificante mono e diglicerídeos de ácidos graxos. PREGOMIN PEPTI - Marca: DANONE	119,75	4.191,25

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES

2.1 - Fica acrescido um percentual no montante de 25 % do valor global, perfazendo o valor total de R$ 4.191,25 (quatro mil, cento e noventa e um reais e vinte e cinco centavos) que passa a fazer parte integrante do processo.

2.2.1 – Com o acréscimo constante no item 2.1, a Cláusula Terceira, inciso 4.1, do contrato originário passará a ser de **R$ 20.956,25 (vinte vil, novecentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos).**

CLAUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL

3.1 – Conforme justificativa apresentada pela Secretaria de Saúde, a quantidade licitada constantes no contrato não foram suficientes para o atendimento das necessidades para o atendimento dos pacientes do SUS- Sistema Único de Saúde, justificando assim o acréscimo.

3.2 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e ainda inciso 6.1 alínea D do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do Contrato nº. 141/2017, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana – MT, 03 de Junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE:

PERFIL HOSPITALAR LTDA-ME

Eduardo Antônio Martins

CPF nº 858.195.901-63

CONTRATADA

FISCAL DO CONTRATO **CLEIVANIA DE SOUZA OLIVEIRA**

Portaria nº 613/2017

Testemunhas:

01:_____ 02: _____

Nome> Nome>

CPF CPF

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 134/2017

***PRIMEIRO TERMO ADITIVO* AO CONTRATO N.º 134/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT. E A EMPRESA WN DIAGNOSTICA EIRELI - EPP.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **WN DIAGNOSTICA EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ nº 09.100.467/0001-88, estabelecida na Rua Antonio Correa 1701, Bairro Jardim Paulista, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, , doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela empresaria **Vanessa Bruno**, residente na Cidade de Campo Grande - MS, RG nº 38.670.408-9 SSP/SP e CPF nº 037.231.751-04, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no Processo Administrativo decorrente de Licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº 046/2017**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, inciso 3.16, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 046/2017.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, do contrato originário o total de **180 (cento e oitenta) dias,** ficando sua vigência estendida até o **dia 10/02/2019,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e conforme clausula contratual.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2017, e ainda por necessidade de atender os pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde, dentre outros fatores, onde justificamos a presente prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas da seguinte forma, por força da Lei Complementar nº 101/2000:

5.1.1 - De 15 de Agosto a 31 de dezembro de 2018 no Orçamento Anual de 2018 e;

5.1.2 - De 01 de janeiro a 10 de fevereiro de 2019 no Orçamento Anual de 2019.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 134/2017,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 03 de Agosto de 2018.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

WN DIAGNOSTICA EIRELI – EPP.

Vanessa Bruno.

CONTRATADA:

_____

NIRES TEOTONIO CIRQUEIRA

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 133/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato Nº 133/2017, firmado com a empresa **HIDASI E AIRES SOCIEDADES DE ADVOGADOS** para aprestação de serviços de recuperação de receitas.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, por outro lado a empresa **HIDASI E AIRES SOCIEDADES DE ADVOGADOS**, inscrito no CNPJ 27.479.087/0001-88, localizado na Rua Desembargador do Amaral, nº 1745, sala 04/05, centro de Corrente-PI, CEP 64.980-000, na pessoa de seu sócio **PEDRO LUSTOSA DO AMARAL HIDASI**, inscrito na OAB/PI 8201-A, OAB/GO 29.479 e OAB/TO 4679-A; e **LUCIANO HENRIQUE SOARES DE OLIVEIRA AIRES**, inscrito na OAB/TO n° 11.663-A, OAB/PI 11.663-A, brasileiros, advogados, sócios de HIDASI e AIRES Sociedade de Advogados regularmente inscrito na OAB/PI sob o n° 43/2017 e **LEONARDO DOS SANTOS MONTEIRO**, inscrito na OAB/GO 32.336, e **ROBERTO HIDASI**, inscrito na OAB/GO 17.260, **ELAINE GUIMARÃES DA SILVA PEIXOTO,** inscrita na OAB/GO 26.871 todos com escritório sito na Av. Desembargador Amaral, n° 1745, Sala 04/05, Corrente – PI CEP 64980-000, Fones: (89) 3573-3068 / 89 (999810597), (62) 98411-6442, (62) 98222-4149 endereço eletrônico: pedrohidasi@hotmail.com; lucianohenriqueaires@hotmail.com; e escritório na rua 104-E, nº60, setor Sul, Goiânia-GO, CEP 74.080-270, com endereço eletrônico advleonardomonteiro@hotmail.com, denominados **CONTRATADOS**, firmam o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 133/2017**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **Inexigibilidade de Licitação nº 007/2017**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente **TERMO ADITIVO** tem por objeto a **prorrogação da vigência** do contrato **pelo período de 12 (doze) meses**, **passando a expirar em 1408/2019**;

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor de **R$ 0,15 (quinze centavos de reais)** para cada R$ 1,00 (um real) efetivamente recebidos pelo Município, estimando-se em **R$ 2.547.059,19 (dois milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, cinquenta e nove reais e dezenove centavos)**o valor do contrato**.**

CLAUSULA TERCEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Sexta, inciso 6.2 do referido Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 - As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas no exercício de 2018, conforme Orçamento Anual e correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 3.3.90.39.00.00 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

4.2 - Os recursos financeiros referentes ao exercício ulterior correrão por conta de dotação orçamentária prevista no Orçamento Anual do ano subsequente.

CLAUSULA QUINTA - DOMICÍLIO E FORO

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana-MT, 02 de agosto de 2018.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

_____

HIDASI E AIRES SOCIEDADES DE ADVOGADOS

PEDRO LUSTOSA DO AMARAL HIDASI

contratado

_____

FLÁVIO FERREIRA SANTOS

PORTARIA 595/2017 – DE 14/08/2017

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

Nome:_____ assinatura:_____

CPF: _____

Nome:_____ assinatura:_____

CPF: _____

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 142/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVOAO CONTRATO N.º 142/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA - MT E A EMPRESAMOTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, e de outro lado a empresa **MOTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 20.119.167/0001-83, estabelecida na Quadra 18, Lote 09, Sala 02 e 03, Parque real de Goiânia, Estado de Goiás, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **THAISSA SILVA MOTA**, residente na Cidade de Goiânia-GO, RG nº 4634785 DGPC/GO e CPF nº 004.115.491-62**,** e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo **acréscimo na fornecimento de suprimentos e formulas lácteas especializadas, para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Canarana-MT,** que passa a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira – Do Objeto, conforme quantidades mencionadas abaixo:

Item	Quant Licit.	Quant Adit	Unid	Especificação detalhada do objeto	R$ Unit	R$ Total
01	350	87	UND	Fórmula infantil de partida, indicada para latentes no primeiro semestre de vida, que atenda às recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Composição nutricional: Fonte proteica: láctea (proteínas do soro e/ou caseína); Fonte de carboidratos: lactose e/ou maltodextrina; Fonte de lipídeos: predominantemente gordura vegetal. Isenta de glúten. O produto, na data de entrega, não poderá apresentar data de fabricação superior a 60dias. NAN 1 / APTAMIL 1 - **Marca: ABBOTT**	36,50	3.175,50
02	175	43	UND	Fórmula infantil de seguimento (2° semestre), que atenda às recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Composição nutricional: Fonte proteica: láctea (proteínas do soro e/ou caseína); Fonte de carboidratos: lactose e/ou maltodextrina. Isenta de glúten. O produto, na data de entrega, não poderá apresentar data de fabricação superior a 60dias. NAN 2 / APTAMIL 2 - **Marca: ABBOTT**	38,40	1.651,20
03	175	43	UND	Fórmula infantil à base de proteína isolada de soja, para lactentes desde o nascimento até os 6 meses de idade, que atenda às recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Indicada nos casos de alergia à proteína do leite de vaca, intolerância à lactose ou em situações nas quais for indicado retirar o leite de vaca da dieta. Composição nutricional: Fonte proteica: proteína isolada de soja enriquecida com L-metionina; Fonte de carboidratos: maltodextrina (100%); Fonte de lipídeos: gordura vegetal (100%). Isenta de sacarose, glúten, leite e produtos lácteos. O produto, na data de entrega, não poderá apresentar data de fabricação superior a 60dias. NAN SOY / APTAMIL SOJA - **Marca: DANONE**	70,00	3.010,00
04	650	162	UND	Fórmula infantil em pó isenta de lactose e a base de proteína isolada do leite de vaca para lactentes com intolerância primária ou secundária a lactose. Indicado 0 a 24 meses. NAN SL / APTAMIL SL / NINHO S/L - **Marca: NESTLÉ**	81,00	13.122,00
05	35	8	UND	Fórmula infantil hipoalergênica, para lactentes no primeiro ano de vida. Indicada em casos de alergia alimentar. Composição nutricional: Fonte proteica: proteínas de soro de leite parcialmente hidrolisadas; Fonte de carboidratos: lactose e maltodextrina; Fonte de lipídeos: predominantemente gordura vegetal. Isenta de glúten. O produto, na data de entrega, não poderá apresentar data de fabricação superior a 60dias. NAN HA / APTAMIL HA - **Marca: DANONE**	70,00	560,00
06	70	17	UND	Dieta completa 100% aminoácidas livres para uso oral ou enteral, aspecto pó, para crianças portadoras de alergias alimentar, isenta de proteinas do leite de vaca, de soja e hidrolisada sem sabor. Embalagem com 400gramas. NEOCATE + NEOADVANCE - **Marca: DANONE**	252,60	4.294,20
07	140	35	UND	Nutrição à base de peptídeos para recuperação nutricional de pacientes em situações metabólicas especiais. Isenta de glúten, colesterol e lactose, com proteína de alta qualidade. Densidade Calórica: 1,0 CAL/mlProteinas: 16% (100% proteina do soro do leite hidrolizada)Carboidratos: 49% (74% polissacarídeos, 26% sacarose) Gorduras: 35% (7% TCM, 23% óleo de soja, 6%lecitina de soja) Osmolalidade 375mOsm/kg de água. NUTREN 1.0 / ENSURE - **Marca: ABBOTT**	74,80	2.618,00
08	70	17	UND	Dieta em pó nutricionalmente completa destinada a atender as necessidades nutricionais de crianças de 1 a 10 anos de idade, que apresentem: inapetência, risco nutricional/desnutrição, doenças crônicas e em pré e pós-operatório. Apropriada para administração oral e/ ou enteral.Composição nutricional: Fonte proteica: proteína do soro do leite e/ou caseinato; Fonte de carboidratos: predominantemente maltodextrina; Fonte de lipídeos: predominantemente gordura vegetal. Densidade calórica: 1 a 1,5 kcal/ ml. Isenta de lactose e glúten. Sabor: baunilha e/ou sem sabor. O produto, na data de entrega, não poderá apresentar data de fabricação superior a 60dias. NUTREN JR / PEDIASURE BAUNILHA - **Marca: ABBOTT**	73,00	1.241,00
09	100	25	UND	Dieta para necessidades acima dos 50 anos. Contém ACT-3, combinação única de cálcio, proteína e vitamina D, além de fornecer outras vitaminas e minerais. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Leite em pó desnatado, maltodextrina, proteína isolada do soro do leite de vaca, caseinato de cálcio obtido do leite de vaca, gordura láctea, frutooligossacarídeos, inulina, minerais (citrato de cálcio, carbonato de magnésio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, fosfato de cálcio, sulfato de manganês, sulfato de cobre e selenato de sódio), vitaminas (vitamina C, bitartarato de colina, vitamina E, inositol, vitamina D, vitamina A, niacina, pantotenato de cálcio, vitamina B1, vitamina B6, vitamina K, vitamina B2, ácido fólico, vitamina B12 e biotina) e emulsificante lecitina de soja. NÃO CONTÉM GLÚTEN. NUTREN SÊNIOR - **Marca: NESTLE**	60,70	1.517,50
10	100	25	UND	Composto lácteo com óleos vegetais e fibras. Indicado para alimentação complementar de criança acima de 1 ano até 5 anos, sem adição de açúcares. Informações nutricionais de 30 g (6 porções): 139 k calorias, Carboidratos 16 g, Proteínas 4,1 g, Gorduras totais: 6,4 g sendo: gordura saturada2,5 g , gordura monoinsaturada2,4 g, e gordura polinsaturada1,3g. Ingredientes; Leite parcialmente desnatado, lactose, óleo de girassol, óleo de colza, óleo de coco, óleo de palma, maltodextrina, proteína do soro de leite, galactooligossacarídeo, frutooligossacarídeo, óleo de peixe, cálcio, vitamina C, ferro, inositol, zinco, vitamina E, colina, carnitina, cobre, ácido pantotênico, niacina, vitamina A, vitamina B1, vitamina B6, manganês, vitamina B2, potássio, ácido fólico, selênio, vitamina K, vitamina D, biotina e aromatizante. MILNUTRI CONVENCIONAL- 400 E 800G, NINHO PREBIO FASES - **Marca: NESTLE**	22,00	550,00
11	250	62	UND	Composto a base de soja com sabor, adaptado as necessidade nutricionais das crianças, podendo apresentar sabores, original, banana. Informações nutricionais de 26g (2 colheres de sopa): calorias 124 kcal, Carboidratos 10 g, Proteínas 7,1 g, Gorduras totais: 6,1 g. Ingredientes: maltodextrina, proteína de soja, óleos vegetais (óleo de palma, óleo de colza, óleo de coco, óleo de girassol, óleo de milho), fosfato de cálcio tribásico, cloreto de potássio, citrato tripotássico, citrato trissódico, ácido L-ascórbico, hidrogênio fosfato de magnésio, cloreto de colina, carbonato de magnésio, L-ascorbato de sódio, inositol, sulfato ferroso, acetato de DL-alfa-tocoferila, palmitato de ascorbila, D-pantotenato de cálcio, nicotinamida, riboflavina, palmitato de retinila, DL-alfa-tocoferol, gluconato cúprico, cloridrato de piridoxina, cloridrato de cloreto de tiamina, iodato de potássio, ácido N-pteroil-L-glutâmico, fitomenadiona, colecalciferol, D-biotina, selenito de sódio, cianocobalamina, aromatizante e emulsificante lecitina de soja. Não contém glúten. Alérgicos: contém derivados de soja. Não contém proteínas lácteas. Supra soy sem lactose - Marca: JOSAPAR	39,50	2.449,00
12	140	35	UND	Composto para crianças com alergia a proteína do leite de vaca ou de soja, sem quadro diarreico, pois é elaborada com proteína extensamente hidrolisada, apresentando 85% de peptídeos e 15% de aminoácidos. Possui adição de prebióticos, essenciais para saúde intestinal, além de ácidos graxos poli-insaturados e nucleotídeos, que podem ajudar na imunidade do bebê. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Valores nutricionais 100 g, 484kcalorias, carboidratos: 52 g , lactose:21 g, proteína:12 g e Gorduras totais:26 g. Ingredientes: Proteína extensamente hidrolisada de soro de leite, maltodextrina, óleos vegetais (palma, canola, coco, girassol), fibras alimentares (galacto-oligossacarídeos e fruto-oligossacarídeos), fosfato tricálcico, cloreto de potássio, óleo de peixe, cloreto de magnésio, citrato trissódico, óleo de Mortierella alpina, carbonato de cálcio, cloreto de colina, vitamina C, taurina, sulfato ferroso, inositol, sulfato de zinco, nucleotídeos (uridina, citidina, adenosina, inosina, guanosina), vitamina E, L-carnitina, niacina, ácido pantotênico, biotina, sulfato de cobre, ácido fólico, vitamina A, vitamina B12, vitamina B1, vitamina B2, vitamina D, vitamina B6, sulfato de manganês, iodeto de potássio, vitamina K, selenito de sódio, emulsificantes ésteres de ácido cítrico e mono e diglicerídeos. EX: APTAMIL PEPTI - **Marca: DANONE**	146,40	5.124,00
13	100	25	UND	Nutrição enteral em pó à base de proteína isolada de soja, rica em isoflavonas. Nutricionalmente completa e normocalórica na diluição padrão. Hipossódica, isenta de sacarose e lactose. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Apresentação: Lata de 800 g. informações nutricionasis; por 100g, 450 kcalorias, 14g de carboidrato, 3,6g de proteinas, 3,4 g de gordura total. EX: NUTRISON SOYA - **Marca: DANONE**	94,20	2.355,00
14	350	87	UND	Fórmula infantil de partida, indicada para latentes no primeiro semestre de vida, que atenda às recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Composição nutricional: Fonte proteica: láctea (proteínas do soro e/ou caseína); Fonte de carboidratos: lactose e/ou maltodextrina; Fonte de lipídeos: predominantemente gordura vegetal. Isenta de glúten. O produto, na data de entrega, não poderá apresentar data de fabricação superior a 60dias. NAN 1 / APTAMIL 1 - **Marca: ABBOTT**	36,50	3.175,50

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES

2.1 - Fica acrescido um percentual no montante de 24,77 % do valor global, perfazendo o valor total de R$ 41.667,40 (quarenta e um mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos) que passa a fazer parte integrante do processo.

2.2.1 – Com o acréscimo constante no item 2.1, a Cláusula Terceira, inciso 4.1, do contrato originário passará a ser de **R$ 209.837,40 (duzentos e nove mil, oitocentos e trinta e sete reais e quarenta centavos).**

CLAUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL

3.1 – Conforme justificativa apresentada pela Secretaria de Saúde, a quantidade licitada constantes no contrato não foram suficientes para o atendimento das necessidades para o atendimento dos pacientes do SUS- Sistema Único de Saúde, justificando assim o acréscimo.

3.2 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e ainda inciso 6.1 alínea D do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do Contrato nº. 142/2017, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana – MT, 03 de Junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE:

MOTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA - ME

Thaissa Silva Mota

CPF nº 004.115.491-62

CONTRATADA

FISCAL DO CONTRATO **CLEIVANIA DE SOUZA OLIVEIRA**

Portaria nº 613/2017

Testemunhas:

01:_____ 02: _____

Nome> Nome>

CPF CPF

TERCEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 160/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato Nº 160/2017, firmado com a empresa**C.R.B. BARBOSA LUZ - ME., a conclusão de Escolas Indígenas Padrão FNDE no Município de Canarana-MT.**

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888. 448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, por outro lado a empresa, **C.R.B. BARBOSA LUZ - ME**, inscrita no CNPJ nº. 28.257.664/0001-50, localizada à Rua Planalto nº 923, Bairro Nova Canarana-MT, na cidade de Canarana-MT, por intermédio de seu representante legal devidamente constituído através do instrumento público de Procuração, Livro nº 0097-P, Fola 029, Translado 01, junto ao Cartório do Segundo Oficio do Município de Canarana-MT, o Sr **JOSÉ ABADIA BARBOSA**, brasileiro, solteiro, mestre de Obras, portador da Cédula de Identidade RG nº 0382946-4 SESP/MT e do CPF nº. 794.525.151-04, firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO 160/2017**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **Tomada de Preços nº 005/2017**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 – Fazem parte do presente termo aditivo, independente de transição todos os elementos que compõem o processo de licitação na modalidade **Tomada de Preços nº 005/2017** e o contrato originário.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E ALTERAÇÃO

2.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do prazo de execução**, objeto do Contrato originário, a Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra, inciso 4.1, que tem por objeto a **conclusão de Escolas Indígenas Padrão FNDE no Município de Canarana-MT,** apenas para os itens **ITEM 01 – CONCLUSÃO DA ESCOLA ALDEIA REATA – 01 SALA; ITEM 02 – CONCLUSÃO DA EMEB TANGURO - ALDEIA ATSE-**

RERE – 01 SALA e ITEM 03 – CONCLUSÃO DA EMEB AGUA BRANCA - ALDEIA BELEM – 02 SALAS.

2.2 - Fica acrescentada à Cláusula Quarta, inciso 4.1 do contrato originário o total de **90 (noventa) dias,** ficando o prazo de execução estendido até o **dia 08/11/2018**.

CLAUSULA TERCEIRA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Incisos II e III da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.2 – A presente prorrogação se justifica pelo fato de que o governo federal não vem repassando os recursos para a efetivação de medições, o que foi obrigado a diminuir o ritmo das obras, justificando assim a prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do **Contrato nº. 160/2018, 1º e 2º termos aditivos**, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana-MT, 02 de Agosto de 2018.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

Município de Canarana

CONTRATANTE

C.R.B. BARBOSA LUZ – ME

JOSÉ ABADIA BARBOSA

Procurador

CONTRATADA

MANOEL MESSIAS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Portaria nº 631/2017 de 05/09/2017

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

SEXTO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 002/2018

SEXTO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 002/2018, firmado com a empresa**RENATO LOCATELLI DOS SANTOS - ME para a Reforma de Quadra Poliesportiva Coberta na localidade Garapú no município de Canarana-MT.**

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, doravante denominada de **CONTRATANTE,** e a empresa**RENATO LOCATELLI DOS SANTOS – ME**, inscrita no CNPJ nº 11.396.288/0001-81, estabelecida a Rua Cedro Marcado nº344, Sala 01, Bairro Nova Canarana, Canarana-MT, representada por seu Diretor **RENATO LOCATELLI DOS SANTOS**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n.º 15429016 SSP/MT e do CPF nº. 010.939.881-50 residente na cidade de Canarana-MT., doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO contrato nº 002/2018**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 – Fazem parte do presente termo aditivo, independente de transição todos os elementos que compõem o processo de licitação na modalidade **Tomada de Preços nº 008/2017** e o contrato originário.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E ALTERAÇÃO

2.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do prazo de execução**, objeto do Contrato originário, a Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra, incisos 4.1, que tem por objeto a **reforma de quadra poliesportiva coberta no distrito de Garapu II a 30 km da cidade de Canarana-MT., situado a Avenida "D", Escola Elidio Corbari (área 540,00 M²),** referente ao processo de licitatório na modalidade **Tomada de Preços nº 008/2017.**

2.2 - Fica acrescentada à Cláusula Quarta, inciso 4.1 do contrato originário o total de **30 (trinta) dias,** ficando o prazo de execução estendido até o **dia 19/08/2018**.

CLAUSULA TERCEIRA – FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do **Contrato nº. 002/2018 e seus respectivos 1, 2º e 3º termos aditivos**, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana-MT, 13 de Julho de 2018.

.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

.....

RENATO LOCATELLI DOS SANTOS – ME

RENATO LOCATELLI DOS SANTOS

Sócio Diretor (proprietário)

CONTRATADA

.....

GUSTAVO HENRIQUE MACHADO ALVES

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

_____

_____

NOME:..... NOME:.....
.....

CPF:..... CPF:.....
...

QUINTO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 065/2017

QUINTO TERMO ADITIVO ao Contrato Nº 065/2017, firmado com a empresa **FACILITA – GESTÃO PUBLICA BRASIL EIRELI - ME** para serviços de consultoria com sistema de acompanhamento diário dos projetos na gestão da atenção básica de saúde do município de Canarana– MT.

O MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO, CPF n° 888.448.461-87, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **FACILITA – GESTÃO PUBLICA BRASIL EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.286.917/0001-05, estabelecida na Cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, Rua das Dálias nº 324, Bairro Jardim Cuiabá, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **EWELSON GOMES DA SILVA**, RG nº1033884-5 SJ/MT e CPF nº 843.372.141-00, resolvem celebrar o presente termo aditivo, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Clausula Primeira - DO OBJETO

1.1 - O presente termo aditivo tem por objeto manter a **SUSPENSÃO do Contrato nº. 065/207 por mais 90 (noventa) dias,** motivada por necessidade e interesses da Administração, ficando os serviços suspensos até o dia **25/10/2018**, e a suspensão do contrato em nada altera os valores contratados, os quais permanecem inalterados.

Cláusula Segunda - DA JUSTIFICATIVA

2.1 - A motivação em manter a presente suspensão é por razões de interesse publico, por necessidade e interesses da Administração, em virtude da falta de recursos financeiros disponíveis para manter a prestação dos serviços, onde os repasses mensais por parte do Governo Federal e Estadual estão muito abaixo dos previstos, o que justifica assim a suspensão do presente contrato.

2.2 - Por outro lado, a Administração tem ciência de que, estabelecido o contrato, o Contratado vislumbra a possibilidade de executar o serviço previsto no instrumento contratual, apesar de, em casos assemelhados, a legislação possibilitar a rescisão do contrato, a Administração entende ser menos oneroso aos cofres públicos e mais eficiente que se realize a suspensão do contrato e, finda esta, seja possível a retomada do prazo de vigência, o que, dos caminhos possíveis é aquele que melhor atende aos anseios do Contratado e, em especial, os anseios e necessidades da Administração Pública do Município de Canarana-MT.

Cláusula Terceira – DA PUBLICAÇÃO

3.1 – A publicação resumida deste termo aditivo na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração nos termo da Lei n. 8.666/93.

3.2 - As demais Cláusulas do Contrato original e 1º, 2º, 3º e 4º Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Clausula Quarta - DOMICÍLIO E FORO

4.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana-MT, 20 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE:

FACILITA – GESTÃO PUBLICA BRASIL EIRELI - ME

EWELSON GOMES DA SILVA

CONTRATADA:

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

SEXTO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 016/2017

SEXTO TERMO ADITIVO ao Contrato Nº 016/2017, firmado com a empresa **TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS E TURISMO LTDA** para serviços de Sistema de Gestão em Setor de Saúde.

O MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO, CPF n° 888.448.461-87, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLÓGICOS E TURISMO LTDA – ME**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida nesta cidade de Cuiabá – MT à Rua Martin Pescador nº 14, CPA IV, CEP 78.058-078, inscrita no CNPJ/MF nº 11.601.924/001-60 e Inscrição Estadual nº 13.389.750-8, **Sr. MARCIO DE FREITAS CORREA**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, a Rua Martin Pescador nº 14, Qd 87, CPA IV, Bairro Morada da Serra, Cuiabá - MT, ocupando o cargo de procurador, resolvem celebrar o presente termo aditivo, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Clausula Primeira - DO OBJETO

1.1 - O presente termo aditivo tem por objeto manter a **SUSPENSÃO PARCIAL do Contrato nº. 016/207, por mais 90 (noventa) dias,** motivada por necessidade e interesses da Administração, ficando os serviços constantes **nos itens 02 e 03, suspensos até o dia 25/10/2018**, enquanto que os

serviços do item 01, ou seja, Módulo Gestão em Saúde permanece inalterado e os serviços serão prestados normalmente e a suspensão do contrato em nada altera os valores contratados, os quais permanecem inalterados.

Cláusula Segunda - DA JUSTIFICATIVA

2.1 - A motivação em manter a presente suspensão é por razões de interesse publico, necessidade e interesses da Administração, em virtude da falta de recursos financeiros disponíveis para manter a prestação dos serviços, onde os repasses mensais por parte do Governo Federal e Estadual estão muito abaixo dos previstos, o que justifica assim a suspensão do presente contrato.

2.2 - Por outro lado, a Administração tem ciência de que, estabelecido o contrato, o Contratado vislumbra a possibilidade de executar o serviço previsto no instrumento contratual, apesar de, em casos assemelhados, a legislação possibilitar a rescisão do contrato, a Administração entende ser menos oneroso aos cofres públicos e mais eficiente que se realize a suspensão do contrato e, finda esta, seja possível a retomada do prazo de vigência, o que, dos caminhos possíveis é aquele que melhor atende aos anseios do Contratado e, em especial, os anseios e necessidades da Administração Pública do Município de Canarana-MT.

Cláusula Terceira – DA PUBLICAÇÃO

3.1 – A publicação resumida deste termo aditivo na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração nos termo da Lei n. 8.666/93.

3.2 - As demais Cláusulas do Contrato original, 1º, 2º, 3º e 4º Termos Aditivos, permanecem inalteradas.

Clausula Quarta - DOMICÍLIO E FORO

4.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana-MT, 20 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE:

TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLÓGICOS E

TURISMO LTDA – ME

MARCIO DE FREITAS CORREA

CONTRATADA:

EDINILCE PRUDENTE

PORTARIA 100/2017 – 02/02/2017

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

Assinatura:_____ **Assinatura:**

_____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

OITAVO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 129/2016

OITAVO TERMO ADITIVOao Contrato Nº 129/2016, firmado com a empresa**C.R.G. CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP para a execução de obras de Ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil Novo Lar (Creche Bela Vista) no Município de Canarana-MT.**

Pelo presente instrumento contratual, **O MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO, CPF n° 888.448.461-87, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **C.R.G. CONSTRUÇÕES EIRELI – ME**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 14.936.115/0001-05 e Inscrição Estadual sob n.º 13.443.987-2, estabelecida a Rua do Cajá nº 66 – Sala 01 –Bairro Dom Aquino – CEP 78. 015-285 – Cuiabá – Mato Grosso, representada neste ato pelo procurador Sr. **THIAGO CESAR DE JESUS CARDOSO RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CPF nº. 394.978.298-25, residente em Cuiabá-MT, doravante denominada de **CONTRATADA**, firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO 129/2016**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **Tomada de Preços nº 010/2016**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ALTERAÇÃO

1.1 - O presente termo aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de execução** à Cláusula Quarta–do Prazo da Execução da Obra, o total de **120 (cento e vinte) dias**.

1.2 – Com o acréscimo mencionados no inciso 1.1, estende-se o **prazo de execução até o dia 10/11/2018**.

CLAUSULA TERCEIRA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II, III e VI da Lei 8.6366 de 21 de junho de 1993.

3.2 – A Administração Municipal se sentiu anteriormente na obrigação de interromper os serviços pactuados, por necessidade e interesse da Administração e por acordo com a **CONTRATADA**, em função da falta de condições financeiras para dar continuidade nos serviços, em virtude da não efetivação dos repasses financeiros pelo **FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** o que provocava a falta de recursos para pagamento das medições e diante disso houve o atraso na execução da obra, justificando assim o prazo de execução.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - As demais Cláusulas do Contrato original e dos demais termos aditivos, permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUINTA - DOMICÍLIO E FORO

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana – MT, 09 de Julho de 2018.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

Município de Canarana

CONTRATANTE

CRG CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP.

THIAGO CESAR DE JESUS CARDOSO RIBEIRO

CONTRATADA

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

GABINETE
PORTARIA Nº 401/2018

De 07 de agosto de 2018

Exonerar Servidora a pedido.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido, a servidora Ana Rita Nunes da Silva, do cargo de provimento efetivo da Lei Complementar nº 123/2014 de Agente Comunitário – Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data de 07/08/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 07 de agosto de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito de Canarana

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.391 DE 07 DE AGOSTO DE 2018

(Projeto de Lei nº052/2018 de autoria do Executivo)

Autoriza doação de área de terras urbanas.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a doar ao **ROTARY CLUB DE CANARANA**, CNPJ 03.547.789/0001-93, entidade sem fins lucrativos, área de terras a ser desmembrada de área maior, matrícula nº 13.327.

Art. 2º O lote de propriedade do município a ser doado será uma área denominada “CRAS-A”, localizado na Rua Palmeira das Missões, a 40,00m (quarenta metros) da esquina da Rua Palmeiras das Missões com a Rua Horizontina, da quadra 115-A, com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), do Loteamento Nova Canarana, limitando a frente com a Rua Palmeira das Missões, medindo 15,00m (quinze metros); fundos com a Escola Municipal de Educação Básica “Pioneiros de Canarana”, medindo 15,00m(quinze metros); lado direito com o lote denominado “CRAS”, medindo 24,00m (vinte e quatro metros); lado esquerdo com APAE, medindo 24,00m (vinte e quatro metros), conforme croqui de localização anexo.

Parágrafo Único - A doação obedecerá aos termos do Art. 17 da Lei 8.666/93.

Art. 3º A área é destinada para a construção da sede do Clube de Serviço supracitado.

Art. 4º O prazo para o início da obra será de 02 (dois) anos sob pena de reversão da área doada para o Patrimônio do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, 07 de Agosto de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.389 DE 07 DE AGOSTO DE 2018

(Projeto de Lei nº050/2018 de autoria do Executivo).

Dispõe sobre Limpeza de Terrenos Baldios de Particulares e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e, considerando a Lei Municipal nº 1.232/2016, que trata do combate, prevenção e redução de doenças pelo vetor Aedes Aegypti, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou outros meios adequados.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, entende-se por terrenos baldios, os terrenos sem construções, os terrenos com construções e desabitados, os imóveis e os terrenos que, embora habitados, permaneçam sujos, colocando em risco a saúde da vizinhança.

Parágrafo único. Não será permitida, em qualquer outra hipótese a existência de terrenos cobertos de matos ou servindo de depósito de resíduos ou entulhos.

Art. 3º Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:

I – a capinagem mecânica e ou manual, roçagem do mato manual e ou mecânica, eventualmente crescido no terreno;

II – a remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.

Parágrafo único. É proibido o emprego de fogo como forma de limpeza na vegetação, lixo ou de quaisquer detritos e objetos, nos imóveis edificados e não edificados.

Art. 4º Qualquer munícipe poderá reclamar por escrito, através de requerimento endereçado a Secretaria de Obras, sobre a existência de terrenos baldios que necessitem de limpeza.

Parágrafo único. O munícipe terá seu requerimento protocolado e isento de taxas de expediente e sua reclamação deverá ser comprovada por fiscal do município.

Art. 5º A fiscalização será exercida através dos Fiscais de Obras, que ficarão incumbidos de realizar inspeções, lavrar notificações, autuar e multar, além de outros procedimentos administrativos que se tornarem necessários.

Art. 6º Constatada pela fiscalização a existência de terreno baldio que infrinja ao disposto no art. 1º desta Lei, será lavrado Auto de Infração.

Parágrafo único. Do Auto de Infração, lavrado com clareza, sem omissões e abreviaturas, sem entrelinhas ou rasuras, sem ressalvas, constarão obrigatoriamente:

I – a menção do local, data e hora da lavratura e foto do local;

II – a qualificação do infrator ou infratores, e, se existirem, das testemunhas presenciais e denunciantes;

III – a localização do imóvel e a descrição do fato e dos elementos que caracterizam a infração;

IV – o dispositivo legal infringido e a penalidade aplicada;

V – a intimação do autuado, quando for possível;

VI – a assinatura, o nome legível e o cargo da autoridade fiscal que constatou a infração e lavrou o Auto.

Art. 7º Lavrado o Auto de Infração o proprietário do imóvel ou possuidor será notificado para proceder a limpeza do terreno baldio, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação de multa.

§ 1º O prazo fixado para limpeza do terreno baldio é improrrogável.

§ 2º O art. 1º e o art. 3º deverão estar impressos na notificação emitida pelo órgão competente.

Art. 8º Quando o notificado tomar as providências exigidas, fica este obrigado a comunicar o setor competente do município para que efetue nova vistoria no local e ateste a execução do serviço em campo, o que deverá constar na própria notificação.

Art. 9º O proprietário ou possuidor do terreno será considerado regularmente notificado mediante:

I – notificação por escrito e pessoalmente ao infrator, quando feita pelo fiscal competente; ou,

II – notificação por via postal com aviso de recebimento (AR); ou,

III – notificação por edital público divulgado em Jornal Local e no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 10 A notificação será feita por edital quando o proprietário ou possuidor do imóvel a qualquer título não for identificado, não for encontrado ou se recusar a receber a intimação.

Art. 11 Esgotado o prazo inicial previsto no art. 7º, o mesmo estará sujeito à multa de 10 (dez) Unidades Fiscais Municipais (UFMP), e ou na forma da Lei Complementar nº 163/2017 – Código Tributário do Município e demais legislações pertinentes.

Art. 12 Findo o prazo de que trata o artigo anterior, fica o município autorizado a executar os serviços através da Secretaria de Obras, sem prévio aviso ou interpelação e sem qualquer direito a reclamações, ficando o proprietário do respectivo terreno obrigado a ressarcir aos cofres públicos as despesas efetuadas ou contratar empresa, correndo as respectivas despesas por conta do infrator ou possuidor do imóvel.

§ 1º O Infrator não poderá opor qualquer resistência à execução dos serviços referidos neste artigo, por parte do município, sob pena de ser requerida força policial e ou autorização judicial.

§ 2º Em caso de terreno não habitado, cercado por qualquer modalidade de construção, poderá o município, através da Secretaria de Obras, efetuar rompimento do cadeado ou outro tipo de tranca ou lacre, podendo, ainda, proceder o rompimento de qualquer obstáculo, ou seja, muro e ou cerca, para efetuar o serviço, objeto da notificação.

§ 3º Caso seja efetivado qualquer das medidas do § 2º deste artigo, o município não será obrigado a reparar ou restituir em valores qualquer dano causado, mediante prévia notificação.

§ 4º Os valores dos serviços realizados serão fixados por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 13 Concluídos os trabalhos pelo município, o infrator será notificado a efetuar o pagamento do débito no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Se o pagamento não se realizar no prazo determinado, o mesmo estará sujeito à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do auto de infração.

Art. 14 O débito não pago no prazo previsto no art. 13 será inscrito em dívida ativa e processada a cobrança administrativa e ou judicial, acrescido de juros de mora e correção monetária, nos termos da Lei.

Art. 15 Para efeitos desta Lei os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Art. 16 As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 17 O Chefe do Poder Executivo editará decreto no prazo de até 30 (trinta) dias, fixando os valores relativos aos serviços a serem executados pelo município com base nesta Lei, tanto para a roçada manual ou máquinas em metro quadrado, quando for o caso, bem como para a retirada de lixos e entulhos depositados impropriamente por metro cúbico.

Parágrafo único. Nos valores fixados na forma deste artigo deverão estar computadas as despesas com a remoção dos rejeitos da capinação e limpeza.

Art. 18 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19 Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Canarana – MT, 07 de Agosto de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.390 DE 07 DE AGOSTO DE 2018

(Projeto de Lei nº051/2018 de autoria do Legislativo).

Autoriza o Poder Legislativo do Município de Canarana, Estado do Mato Grosso a filiar-se a União das Câmaras Municipais do Estado do Mato Grosso-UCMMAT e dá outras Providências.

A Câmara Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais na forma do Regimento Interno em seu artigo 189, aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º- Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a filiar-se a União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Groso- UCMMAT.

Parágrafo Único: A presente autorização e para o prazo de 05 (cinco) meses, compreendendo os meses de agosto a dezembro de 2018.

Art. 2º- Os custos da contribuição mensal associativa serão da ordem de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais), a ser pagos em 05 parcelas, no valor mensal de R$ 800,00 (oitocentos reais), e será aportado junto a seguinte dotação orçamentária 01.01.2002.3.3.90.41.00.00 – Contribuição.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 07 de Agosto de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.388 DE 07 DE AGOSTO DE 2018

(Projeto de Lei nº049/2018 de autoria do Executivo).

"Dispõe Sobre a Autorização para Abertura de Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotações e dá Outras Providências"

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotações no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) para dar cobertura às dotações abaixo discrimina-

das a serem incluídas na Lei Orçamentária Anual 1.327/17 de 22 de novembro de 2017:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

UNIDADE: 03.01 – GABINETE DO SECRETÁRIO(A) ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA:0003 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

FONTE DE RECURSO: 100 – Recursos Ordinários

Proj:/Ativ: 2.010 – Manutenção das Atividades ADM da Sec de Administração

03.01.0003.2.0103.3.90.41.00 – Contribuições R$50.000,00

SOMA R$ 50.000,00

Art. 2º - Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de Anulação de Dotações, conforme discriminação abaixo.

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

UNIDADE: 03.01 – GABINETE DO SECRETÁRIO(A) ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA:0003 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

FONTE DE RECURSO: 100 – Recursos Ordinários

Proj:/Ativ: 2.010 – Manutenção das Atividades ADM da Sec de Administração

03.01.0003.2.0103.3.90.39.00 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica R$ 50.000,00

SOMA R$ 50.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 07 de Agosto de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.387 DE 07 DE AGOSTO DE 2018

(Projeto de Lei nº047/2018 de autoria do Executivo).

Autoriza o Poder Executivo a celebrar contrato/convênio com todos os estabelecimentos bancários, instituições financeiras, inclusive cooperativas de crédito deste Município, para concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a celebrar contrato/convênio com todos os estabelecimentos bancários, instituições financeiras, inclusive cooperativas de crédito deste Município, para concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento, aos servidores públicos efetivos, inclusive aos inativos e pensionistas, comissionados e ocupantes de cargos eletivos do Poder Executivo.

Parágrafo único. A escolha da instituição bancária ficará a cargo do servidor interessado na contratação de empréstimo e outros, cabendo-lhe indica-la à Prefeitura Municipal de Canarana - MT, para efeito de consignação do empréstimo em folha de pagamento.

Art. 2º Os descontos aludidos no artigo anterior, em folha de pagamento, ressalvados os obrigatórios, somente serão admitidos mediante expressa autorização do servidor ou do agente político, não podendo exceder a 30 % (trinta por cento).

Art. 3º Será considerada remuneração disponível o valor recebido a título de remuneração mensal, subtraindo-se eventuais descontos referentes a:

a) contribuições previdenciárias;

b) pensão alimentícia;

c) imposto de renda;

d) decisão judicial ou administrativa;

e) descontos de dívidas bancárias anteriores.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 07 de Agosto de 2018

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

VIGESIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 071/2009

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

CONTRATADO: CONSTRUTORA IMPACTO LTDA, **CNPJ n.º 26.601.047/0001-02**

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE NOVAS EDIFICAÇÕES PARA INSTALAÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS DO MUNICIPIO DE CARLINDA-MT.

VIGENCIA E EXECUÇÃO: 30 de Janeiro de 2019.

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

DECIMO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 057/2008

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

CONTRATADO: LUCA VERDE CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ n.º 09.450.985/0001-21

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE 60 UNIDADES DE HABITAÇÃO POPULAR COM – AREA DE 24,12 M² DO PROGRAMA HABITACIOAL MEU LAR. NO MUNICIPIO DE CARLINDA-MT.

VIGENCIA E EXECUÇÃO: 30 de Janeiro de 2019.

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2018

EDITAL COMPLEMENTAR Nº001/2018

A Excelentíssima Senhora Prefeita do Município de Carlinda, Carmelinda Leal Martines Coelho, no uso de suas atribuições legais, através da Pregoeira e equipe de apoio, nomeada pelo Decreto nº240/2018, **TORNA PUBLICO**, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve inclusão no Edital nº038/2018, abaixo apresentadas:

INCLUSÃO.

12. DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO:

12.2.3 O material deverá ser coletado no município de Carlinda/MT.

Esta Pregoeira por interesse público decide **PRORROGAR** a abertura da referida licitação, a qual se realizará na data de **16 de Agosto de 2018, às 08:00 (oito horas)**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Carlinda – Estado de Mato Grosso.

Ficam mantidos os demais termos do Edital nº 038/2018. Este Edital Complementar integra o Edital respectivo para todos os efeitos legais.

Carlinda – MT, 07 de Agosto de 2018.

_____

Deise Dione Mutschall

Pregoeira Oficial

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PP N.º 038/2018

AVISO DE RESULTADO DE LICITACAO

O Pregoeiro torna público o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 38/2018**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM.** O objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS E GENUINA, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA – MT. ASSIM COMO AQUELES VEÍCULOS QUE VIEREM A SER INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DESTA CONTRATAÇÃO,** e sagraram-se vencedoras as empresas: **MAYCON F.REQUENA PEÇAS - ME**. inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 08.490.833/0001-90** no valor total de **R$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais)** a empresa **OLAPER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES E ONEUS EIRELI** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 17.553.866/0001-22** no valor total de **R$ 480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil reais)** e a empresa **TNOVE COMERCIO DE PEÇAS EIRELI** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 30.369.251/0001-09** no valor total de **R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais)**

Castanheira – MT **08** de **agosto** de **2018**.

Wilson Vieira

Pregoeiro

DECRETO Nº 024/2018

DECRETO Nº 024/2018

Dispõe sobre a adesão do município de Castanheira-MT à I Conferência Intermunicipal de Cultura de Juína e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Castanheira - MT, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de atender a **PORTARIA SEC Nº 119/SEC/2018** que estabelece as diretrizes para a realização das Conferências Municipais /Intermunicipais /Regionais /Setoriais de Cultura como etapa preparatória da IV Conferência Estadual de Cultura.

DECRETA

Artigo 1º - O município de Castanheira - MT adere a I Conferência Intermunicipal de Cultura que será realizada nos dias 24 e 25 de agosto, em Juína-MT, conforme o Decreto Municipal 203/2018;

Art. 2º - O tema central da I Conferência Intermunicipal de Cultura é **"A CULTURA COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL".**

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Educação e Cultura fica autorizada a realizar reunião ou encontro prévio para escolha dos delegados/representantes do município de Castanheira-MT.

Parágrafo Único: As despesas com alimentação, hospedagem e transporte dos representantes do município de Castanheira correrão por conta da Secretaria Municipal de Educação e Cultura deste município.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal, em 07 de agosto de 2018

MABEL DE FÁTIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal de Castanheira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

PORTARIA N.º 012/2018/GAB/PAD

PORTARIA N.º 012/2018/GAB/PAD

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 001/2018/GAB/PAD.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Ofício nº 010/2018/PAD, subscrito pela Sra. Fabiana Zancheta Giglio, que solicita a prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos pertinentes ao Processo Administrativo Disciplina instituído pela Portaria nº 001/2018,

RESOLVE:

Art. 1. Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, a partir do dia 08 de julho de 2018, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 001/2017/GAB/PAD.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 08 de julho de 2018, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 02 de agosto de 2018.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães

LICITAÇÃO
ERRATA AO CONTRATO N° 004/2018

O **MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES,** devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 03.507.530/0001-19, com sede administrativa sito á Rua Tiradentes 166, centro, Chapada dos Guimarães, neste ato representado pelo Presidente da CPL **Luiz Sávio Fernandes de Campos,** torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar a seguinte errata.

ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
25	Abacaxi Avaí ou perola de primeira qualidade, com 70% de maturação, livre de sujidade, sem danos físicos e mecânicos do manuseio e transporte, em caixa, com polpa firme.	KG	400	R$ 2,99	R$ 1.196,00
VALOR TOTAL R$ 1.196,00 (mil cento e noventa e seis reais)					

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
25	Mamão papaya de primeira qualidade, livre de sujidades bem desenvolvida, com polpa firme sem danos fisícos do manuseio e transporte, de colheita recente, em caixa.	KG	400	R$ 2,99	R$ 1. 196,00
VALOR TOTAL R$ 1.196,00 (mil cento e noventa e seis reais)					

Chapada dos Guimarães, 07 de agosto de 2018.

LUIZ SÁVIO FERNANDES DE CAMPOS

Presidente da Comissão de Licitação

PORTARIA N.º 011/2018/GAB/PAD

PORTARIA N.º 011/2018/GAB/PAD

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 001/2018/GAB/PAD.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Ofício nº 008/2018/PAD, subscrito pela Sra. Fabiana Zancheta Giglio, que solicita a prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos pertinentes ao Processo Administrativo Disciplina instituído pela Portaria nº 001/2018,

RESOLVE:

Art. 1. Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, a partir do dia 09 de maio de 2018, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 001/2017/GAB/PAD.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 09 de maio de 2018, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 25 de julho de 2018.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães

LICITAÇÃO
ERRATA AO CONTRATO N° 003/2018

O **MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES,** devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 03.507.530/0001-19, com sede administrativa sito á Rua Tiradentes 166, centro, Chapada dos Guimarães, neste ato representado pelo Presidente da CPL **Luiz Sávio Fernandes de Campos,** torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar a seguinte errata.

ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
25	Abacaxi Avaí ou perola de primeira qualidade, com 70% de maturação, livre de sujidade, sem danos físicos e mecânicos do manuseio e transporte, em caixa, com polpa firme.	KG	1. 600	R$ 2,99	R$ 4. 784,00
32	Abóbora Cabotiã madura de primeira qualidade, livre de sujidades, bem desenvolvida, com polpa firme sem danos físicos do manuseio e transporte, de colheita recente, em caixa.	KG	500	R$ 2,89	R$ 1. 445,00
VALOR TOTAL R$ 6.229,00 (Seis mil e duzentos e vinte e nove reais)					

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
25	Mamão papaya de primeira qualidade, livre de sujidades bem desenvolvida, com polpa firme sem danos físicos do manuseio e transporte, de colheita recente, em caixa.	KG	1. 600	R$ 2,99	R$ 4. 784,00
32	Tomate de primeira qualidade, livre de sujidades bem desenvolvida, com polpa firme sem danos físicos do manuseio e transporte, de colheita recente, em caixa.	KG	500	R$ 2,89	R$ 1. 445,00
VALOR TOTAL R$ 6.229,00 (Seis mil e duzentos e vinte e nove reais)					

Chapada dos Guimarães, 07 de agosto de 2018.

LUIZ SÁVIO FERNANDES DE CAMPOS

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA – Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Gaspar Dutra, s/nº, Centro, Cláudia – MT, CEP: 78.540-000, inscrita no CNPJ 01.310.499/0001-04, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria n° 398/2018, torna Público para conhecimento os interessados, que realizará às **08h00min (Horário Oficial de Cláudia – MT),**do dia **28 de Agosto de 2018,** na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal, sito a Av. Gaspar Dutra, s/n°, Centro – Cláudia – MT, abertura da **Tomada de Preços nº 005/2018,** pelo Menor Preço Global, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CLUBE DOS IDOSOS NO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E MEMORIAL DESCRITIVO (CÓDIGO DO TCE 380565-4).**

O edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Cláudia – MT, localizada na Av. Gaspar Dutra, s/n°, Centro, durante o horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 13h00min.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente, das 07h00-min às 13h00min, ou através do telefone (66) 3546-3100.

Cláudia – MT, 07 de Agosto de 2018.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

HEMILIN FERNANDA TIEDT

Presidente da C.P.L.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, com sede na Av. Gaspar Dutra, s/nº, na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Srº. ALTAMIR KURTEN, brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786.169-00*, residente e domiciliado nesta cidade de Cláudia/MT, residente e domiciliado nesta cidade de Cláudia/MT*, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **S.F.S DALLA COSTA & CIA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.115.682/0001-88 e Inscrição Estadual n.º 13.154.965-0, estabelecida a Avenida Jucelino Kubstchek, n.º 1121, bairro Centro, cidade de Cláudia/MT, neste ato representada pelo seu procurador Srº. Diego Danilo Dos Santos Dalla Costa, portador do CIRG n.º 1802086-0 SSP/MT e CIC n.º 010.855.581-00, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 039/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICÃO DE MOLAS, GRAMPOS E PEÇAS DIVERSAS, BEM COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE MECÂNICA PESADA EM ÔNIBUS E CAMINHÕES DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME CONDIÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERENCIA, sendo na oportunidade registrados os seguintes itens e valores conforme detalhado abaixo:

Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
48319	MOLA TRAZEIRA MB- 112-1ª	UNIDADE	30,0000	115,9900	3.479,7000
48320	MOLA TRAZEIRA MB- 112-3ª	UNIDADE	15,0000	105,0000	1.575,0000
48321	MOLA TRAZEIRA MB- 112-4ª	UNIDADE	15,0000	83,6000	1.254,0000
48322	MOLA TRAZEIRA MB- 112-5ª	UNIDADE	15,0000	78,5000	1.177,5000
48323	MOLA TRAZEIRA MB- 112-6ª	UNIDADE	15,0000	69,9000	1.048,5000
48324	MOLA TRAZEIRA MB- 112-7ª	UNIDADE	15,0000	62,5000	937,5000
48325	MOLA TRAZEIRA MB- 112-8ª	UNIDADE	15,0000	56,2000	843,0000
48326	MOLA TRAZEIRA MB- 112-9ª	UNIDADE	15,0000	49,6000	744,0000
48327	MOLA LISA S/ FURO 90X3/8X1200	UNIDADE	20,0000	138,0000	2.760,0000
48328	MOLA LISA S/ FURO 90X3/8X1100	UNIDADE	20,0000	90,0000	1.800,0000
48329	MOLA LISA S/ FURO 90X3/8X1000	UNIDADE	20,0000	84,0000	1.680,0000
48333	MOLA LISA SEM FURO 80X12X1300	UNIDADE	30,0000	143,2000	4.296,0000
48334	MOLA DIANTEIRA FORD FO-627-1ª	UNIDADE	10,0000	256,0000	2.560,0000
48335	MOLA DIANTEIRA FORD (FO-627-2ª)	UNIDADE	10,0000	238,2000	2.382,0000
48336	MOLA DIANTEIRA FORD (FO-627-2ª A)	UNIDADE	10,0000	228,2000	2.282,0000
48337	MOLA DIANTEIRA FORD (FO-627-3ª)	UNIDADE	10,0000	168,9000	1.689,0000
48338	MOLA DIANTEIRA FORD (FO-627-4ª)	UNIDADE	10,0000	140,9800	1.409,8000
48339	MOLA DIANTEIRA FORD (FO-627-5ª)	UNIDADE	10,0000	115,2400	1.152,4000
48340	MOLA DIANTEIRA FORD (FO-627-6ª)	UNIDADE	10,0000	123,6800	1.236,8000
48341	MOLA DIANTEIRA MB 1620 (MB-335-1ª)	UNIDADE	10,0000	191,4800	1.914,8000
48342	MOLA DIANTEIRA MB 1620 (MB-335-2ª)	UNIDADE	10,0000	206,0000	2.060,0000
48343	MOLA DIANTEIRA MB 1620 (MB-335-3ª)	UNIDADE	6,0000	170,6400	1.023,8400
48344	MOLA DIANTEIRA MB 1620 (MB-335-4ª)	UNIDADE	6,0000	149,0000	894,0000
48350	MOLA DIANTEIRA MB- 120-1ª	UNIDADE	4,0000	319,0000	1.276,0000
48351	MOLA DIANTEIRA MB- 120-2ª	UNIDADE	4,0000	287,6500	1.150,6000
48352	MOLA DIANTEIRA MB- 120-3ª	UNIDADE	4,0000	239,0000	956,0000
48353	MOLA DIANTEIRA MB- 120-4ª	UNIDADE	4,0000	146,6000	586,4000
48371	MOLA DIANTEIRA MB- 104-2ªA	UNIDADE	10,0000	139,9000	1.399,0000
48372	MOLA DIANTEIRA MB- 104-3ª	UNIDADE	10,0000	126,5400	1.265,4000
48373	MOLA DIANTEIRA MB- 104- 4ª	UNIDADE	10,0000	114,5900	1.145,9000
48374	MOLA DIANTEIRA MB- 104-5ª	UNIDADE	10,0000	96,5000	965,0000
48384	MOLA CUICAO 30 X 30 MASTER	UNIDADE	40,0000	53,6000	2.144,0000
48385	MOLA CUICA CONICA PEQUENA 7/8/9"	UNIDADE	30,0000	5,5000	165,0000
48386	BALANCA RANDON FURO 50MM	UNIDADE	20,0000	191,6500	3.833,0000
48387	BALANCA TRUK 1620	UNIDADE	20,0000	238,0000	4.760,0000
48388	PINO DE BALANCA 50X205MM	UNIDADE	20,0000	70,0000	1.400,0000
48389	PINO DE BALANCA 50X225MM	UNIDADE	20,0000	84,0000	1.680,0000
48391	PINO DE CENTRO 9/16X7"	UNIDADE	50,0000	7,0300	351,5000
48393	PINO DE CENTRO 12X7"	UNIDADE	50,0000	5,4000	270,0000
48395	PINO DE CENTRO 12X9"	UNIDADE	50,0000	8,2000	410,0000
48397	PINO DE MOLA DIANTEIRO MB 1620	UNIDADE	50,0000	16,2500	812,5000

48400	PINO PATIM ADAPTACAO MB(FURADO)-62.303.132	UNIDADE	30,0000	19,2500	577,5000
48401	BUCHA DE BALANCA 50X60X120MM	UNIDADE	20,0000	34,0000	680,0000
48409	BUCHA TIRANTE SILENCIOSA MB-1620/CARGO-3116	UNIDADE	40,0000	18,5000	740,0000
48410	BUCHA TIRANTE DUPLA CARGO/VW/VOLVO-3396	UNIDADE	20,0000	51,6000	1.032,0000
48411	GRAMPO DE MOLA 7/8X92X340	UNIDADE	20,0000	36,0000	720,0000
48412	GRAMPO DE MOLA 7/8X92X360	UNIDADE	20,0000	35,0000	700,0000
48413	GRAMPO DE MOLA 7/8X92X380	UNIDADE	20,0000	36,0000	720,0000
48414	GRAMPO DE MOLA 7/8X92X400	UNIDADE	20,0000	39,0000	780,0000
48415	GRAMPO PNEUMATICO 7/8X130X600	UNIDADE	4,0000	57,8000	231,2000
48416	GRAMPO PNEUMATICO 7/8X130X650	UNIDADE	8,0000	58,0000	464,0000
48417	GRAMPO PNEUMATICO 7/8X130X700	UNIDADE	6,0000	62,0000	372,0000
48418	GRAMPO DE MOLA 3/4X82X320	UNIDADE	20,0000	24,5000	490,0000
48419	GRAMPO DE MOLA 3/4X82X340	UNIDADE	20,0000	25,0000	500,0000
48420	GRAMPO DE MOLA 3/4X82X360	UNIDADE	40,0000	26,5000	1.060,0000
48421	GRAMPO DE MOLA 3/4X82X300	UNIDADE	20,0000	26,0000	520,0000
48427	GRAMPO DE MOLA 3/4X102X240	UNIDADE	20,0000	23,5000	470,0000
48435	GRAMPO 7/8 X 82 X 500 D	UNIDADE	10,0000	49,0000	490,0000
48436	GRAMPO 7/8 X82 X 480	UNIDADE	10,0000	46,0000	460,0000
48439	PORCA 9/16-1986	UNIDADE	100,0000	1,4000	140,0000
48440	PORCA 3/4 DUPLA	UNIDADE	300,0000	1,9500	585,0000
48441	PORCA 7/8 DUPLA	UNIDADE	300,0000	2,4500	735,0000
48444	PORCA 3/8	UNIDADE	50,0000	0,4000	20,0000
48445	PORCA PINO ESTIRANTE MB-1620/CARGO-5043	UNIDADE	20,0000	5,5000	110,0000
48446	TRAVA PINO DE MOLA MB1620	UNIDADE	50,0000	4,4500	222,5000
48447	ALGEMA MOLA DIANTEIRA MB 1620	UNIDADE	8,0000	45,0000	360,0000
48451	SUPORTE CARDAN COM ROLAMENTO 45MM-R-3062	UNIDADE	4,0000	303,4000	1.213,6000
48452	SUPORTE CENTRAL BALANCA TRUCK MOLA 92MM -0239	UNIDADE	2,0000	520,0000	1.040,0000
48453	SUPORTE CENTRAL BALANCA TRUCK MOLA 92MM (CARGO)	UNIDADE	2,0000	520,0000	1.040,0000
48455	SUPORTE CENTRAL MB 1620	UNIDADE	4,0000	465,0000	1.860,0000
48456	SUPORTE MOLA DIANTEIRA MB002 (1620)	UNIDADE	12,0000	59,0000	708,0000
48463	ASSENTO MOLEJO FORD FO126	UNIDADE	10,0000	39,8000	398,0000
48464	DESLISANTE MOVEL CAMINHAO CARGO 2421	UNIDADE	10,0000	59,0000	590,0000
48465	DESLIZANTE MOVEL SUPORTE DIANTEIRO MB1620	UNIDADE	10,0000	51,0000	510,0000
48466	DESLIZANTE MOVEL SUPORTE TRASEIRO MB1620	UNIDADE	10,0000	51,0000	510,0000
48467	MANCAL PINO BALANCA TIPO “G” 50MM	UNIDADE	10,0000	24,0000	240,0000
48468	MANCAL PINO BALANCA RODOVIARIA EXT 50MM CARGO	UNIDADE	10,0000	46,0000	460,0000
48469	MANCAL PINO BALANCA RODOVIARIA INT. 50MM CARGO	UNIDADE	10,0000	43,5000	435,0000
48470	CUNHA MOLA TRASEIRA MB 1620	UNIDADE	10,0000	17,5000	175,0000
48471	ABRACADEIRA MOLA 80X140MM	UNIDADE	15,0000	16,0000	240,0000
48472	ABRACADEIRA MOLA 80X160MM	UNIDADE	15,0000	17,5000	262,5000
48473	ABRACADEIRA MOLA 90X140MM-AB-101	UNIDADE	15,0000	16,5000	247,5000
48476	SEPARADOR DE GRAMPO TRUCK MB1620	UNIDADE	10,0000	33,9000	339,0000
48477	SEPARADOR DE GRAMPO TRACAO MB1620	UNIDADE	10,0000	33,4000	334,0000
48479	REBITE MOLA 3/8	UNIDADE	30,0000	1,7500	52,5000
48481	REBITE LONA FREIO 13 X 14	UNIDADE	2.000,0000	0,1300	260,0000
48482	REFIL ROLAMENTO CARDAN 40 mm pista larga -R-3056	UNIDADE	30,0000	140,0000	4.200,0000
48485	REFIL ROLAMENTO CARDAN 45MM-R-778-R-BLINDADO	UNIDADE	10,0000	143,0000	1.430,0000
48486	CRUZETA CARDAN MB-1620/VW-15-190 CZ-271	UNIDADE	30,0000	100,0000	3.000,0000
48487	CRUZETA CARDAN MB/FORD/GM/VW -CZ-254	UNIDADE	26,0000	60,0000	1.560,0000
48488	CRUZETA CARDAN MB/FORD/GM/VW -CZ-264	UNIDADE	20,0000	113,0000	2.260,0000
48489	CRUZETA CARDAN MB-2638 ENTRE EIXOS -CZ-284	UNIDADE	4,0000	243,0000	972,0000
48495	LONA FREIO -TH-166	UNIDADE	32,0000	190,0000	6.080,0000
48496	LONA FREIO TH-191	UNIDADE	12,0000	253,0000	3.036,0000
48497	LONA DE FREIO TH-4515	UNIDADE	4,0000	178,0000	712,0000
48498	LONA DE FREIO TH-133	UNIDADE	20,0000	160,0000	3.200,0000
48499	LONA DE FREIO TH-134	UNIDADE	8,0000	129,0000	1.032,0000
48505	RETENTOR CUBO TRASEIRO FORD/MB/VW-02713	UNIDADE	50,0000	46,0000	2.300,0000
48506	RETENTOR CUBO TRUCK CARGO-0310 B	UNIDADE	30,0000	12,8000	384,0000
48507	RETENTOR CUBO TRASEIRO MB-1620-01884	UNIDADE	30,0000	24,0000	720,0000
48508	RETENTOR CUBO DIANTEIRO MB-1620-02049	UNIDADE	30,0000	16,5000	495,0000
48509	CATRACA 24 ESTRIAS VW-7100/8150 MANUAL	UNIDADE	4,0000	140,0000	560,0000
48510	CATRACA FREIO 28 EST.VW-15.190/FORD CARGO	UNIDADE	20,0000	86,5000	1.730,0000
48511	CATRACA FREIO TRAS. MB-1620-BOECHAT-6060	UNIDADE	6,0000	148,0000	888,0000
48515	COLA ADESIVO P/JUNTAS	UNIDADE	220,0000	7,2000	1.584,0000
48518	REPARO CUICAO 30X30 MASTER	UNIDADE	38,0000	29,0000	1.102,0000
48521	DIAFRAGMA FREIO A AR 8 COM ANEL	UNIDADE	80,0000	14,5000	1.160,0000
48522	DIAFRAGMA FREIO A AR 8"	UNIDADE	30,0000	14,8000	444,0000
48523	MOLA CABINE MB-1214/1723 (1ª)	UNIDADE	2,0000	94,0000	188,0000
48525	MOLA DIANTEIRA VW-132.1	UNIDADE	8,0000	340,0000	2.720,0000
48526	MOLA DIANTEIRA VW-132.2	UNIDADE	8,0000	317,0000	2.536,0000
48527	MOLA TRUCK FORD CARGO-SR-566.1	UNIDADE	40,0000	123,0000	4.920,0000
48528	FEIXE DE MOLA TRUCK FORD CARGO-SR-566-FX	UNIDADE	4,0000	900,0000	3.600,0000
48529	MOLA TRUCK CAVALO FORD CARGO-RND-5859	UNIDADE	30,0000	134,0000	4.020,0000
48531	CONICO 24 MM LISO	UNIDADE	100,0000	7,9000	790,0000
48532	ARRUELA ENCOSTO PINO MOLA DIANTEIRA	UNIDADE	200,0000	1,6000	320,0000
48535	FLEXIVEL FREIO 16 MM X 16 MM 800 MM	UNIDADE	50,0000	22,0000	1.100,0000
48540	PARAFUSO RODA TRASEIRA 18 X 80-CH-27 VW-6	UNIDADE	30,0000	14,5000	435,0000

48542	PARAFUSO PINO TENSOR MB-1620/FORD CARGO-199.34.01	UNIDADE	20,0000	16,5000	330,0000
48543	PORCA PARAFUSO RODA 18MM CH-27 OCILANTE	UNIDADE	30,0000	6,9000	207,0000
48544	PORCA PARAFUSO RODA OSCILANTE 22MM CH 32	UNIDADE	70,0000	7,0000	490,0000
48546	FOLE SUSPENSOR ENCAIXE GRANDE	UNIDADE	6,0000	265,0000	1.590,0000
				Total:	150.959,4400
48551	MAO DE OBRA CAMINHAO	HORAS	900,0000	89,0000	80.100,0000
				TOTAL:	231.059,4400

1.2. Todos os serviços descritos no Termo de Referência (anexo III) deverão ser prestados de boa qualidade e os materiais deverão ser de primeira qualidade e de acordo com as especificações constantes no mesmo.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de 07/08/2018 até 06/08/2019.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 039/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais ou serviços e emissão da referida Nota Fiscal.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os produtos e os serviços serão adquiridos conforme necessidade das Secretarias Municipais e deverão ser entregues ou executados de forma parcelada, nos termos da Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento expedido pelo órgão solicitante.

4.1.2 Os produtos registrados através deste Pregão Presencial deverão ser **entregues nas quantidades solicitadas e nos locais indicados,** no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis após solicitação da Secretaria responsável, sendo que os serviços registrados deverão ter sua execução iniciada em até 48 (quarenta e oito) horas após solicitação da Secretaria responsável.

4.2. Em caso de emergência os serviços deverão ser realizados imediatamente pela contratada, podendo ocorrer de segunda a sexta-feira, bem como aos finais de semana e feriados, a depender do caso.

4.3 O objeto desta licitação será acompanhado levando-se em conta o disposto no art. 73, II, Lei 8.666/93, no que couber.

4.4 Os serviços licitados através deste Pregão deverão ser executados conforme solicitação pela secretaria competente e entregue no local indicado.

4.5 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.6 A Secretaria terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para processar a conferência do serviço, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição dos serviços em desacordo com as especificações.

4.7 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

4.8A vigência da Ata de Registro de Preços será para 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da mesma.

4.8.1As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.9 O objeto licitado somente será adquirido se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - DO MUNICÍPIO:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 - Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 039/2018** e a proposta da empresa **S.F.S DALLA COSTA & CIA LTDA ME**, classificada em 1º (primeiro) lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 07 de Agosto de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

S.F.S DALLA COSTA & CIA LTDA ME

Diego Danilo Dos Santos Dalla Costa

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

Nome: Thiago Bianchin Silva

CPF: 046.300.551-18

_____

Nome: Tattiely Thais De Almeida

CPF: 048.884.441-02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, com sede na Av. Gaspar Dutra, s/nº, na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Srº. ALTAMIR KURTEN, brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786.169-00*, residente e domiciliado nesta cidade de Cláudia/MT, residente e domiciliado nesta cidade de Cláudia/MT*, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **SERGIO ROSSATTO FELBER ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.806.860/0001-78, e Inscrição Estadual n.º 13.205.659-3, estabelecida a Avenida Marechal Cândido Rondon, n.º 961, bairro Centro, cidade de Cláudia/MT, neste ato representada pelo Srº. Sergio Rossatto Felber, portador do CIRG n.º 56585389 SSP/PR e CIC n.º 749.904.389-49,

doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10. 520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 039/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICÃO DE MOLAS, GRAMPOS E PEÇAS DIVERSAS, BEM COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE MECÂNICA PESADA EM ÔNIBUS E CAMINHÕES DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME CONDIÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERENCIA, sendo na oportunidade registrados os seguintes itens e valores conforme detalhado abaixo:

Código	Descrição	Unidade	Quantidade	V. Unitário	Valor Total
48330	MOLA LISA SEM FURO 80X12X1600	UNIDADE	30	143,0000	4.290,0000
48331	MOLA LISA SEM FURO 80X12X1100	UNIDADE	30	103,0000	3.090,0000
48332	MOLA LISA SEM FURO 80X12X1200	UNIDADE	30	130,0000	3.900,0000
48345	MOLA TRASEIRA MB- 60-1ª	UNIDADE	2	331,0000	662,0000
48346	MOLA TRASEIRA MB- 60-2ª	UNIDADE	2	288,5000	577,0000
48347	MOLA TRASEIRA MB- 60-3ª	UNIDADE	2	239,5000	479,0000
48348	MOLA TRASEIRA MB- 60-4ª	UNIDADE	2	228,5000	457,0000
48349	MOLA TRASEIRA MB- 60-5ª	UNIDADE	2	131,0000	262,0000
48354	MOLA FEIXE AUXILIAR VW135-1ª	UNIDADE	4	179,5000	718,0000
48355	MOLA TRASEIRA VW124-1ª	UNIDADE	4	180,5000	722,0000
48356	MOLA TRASEIRA VW124-2ª	UNIDADE	4	151,5000	606,0000
48357	MOLA TRASEIRA VW124-2ª-A	UNIDADE	4	140,5000	562,0000
48358	MOLA TRASEIRA VW 124-3ª	UNIDADE	4	136,5000	546,0000
48359	MOLA TRASEIRA VW 124-4ª	UNIDADE	4	119,0000	476,0000
48360	MOLA TRASEIRA VW 124-5ª	UNIDADE	4	105,0000	420,0000
48361	MOLA TRASEIRA VW 124-6ª	UNIDADE	4	169,5000	678,0000
48362	MOLA DIANTEIRA VW 8-150 1ª (VWC2501/PARABOLICA)	UNIDADE	4	500,0000	2.000,0000
48363	MOLA DIANTEIRA VW 8-150 2ª (VWC2502/PARABOLICA)	UNIDADE	4	499,0000	1.996,0000
48364	MOLA TRASEIRA MB- 4-1ª	UNIDADE	8	269,5000	2.156,0000
48365	MOLA TRASEIRA MB- 4-2ª	UNIDADE	8	260,0000	2.080,0000
48366	MOLA TRASEIRA MB- 4-3ª	UNIDADE	8	190,0000	1.520,0000
48367	MOLA TRASEIRA AG- 43-1ª	UNIDADE	6	211,5000	1.269,0000
48368	MOLA TRASEIRA AG- 43-2ª	UNIDADE	6	198,5000	1.191,0000
48369	MOLA DIANTEIRA MB- 997-1ª	UNIDADE	6	211,5000	1.269,0000
48370	MOLA DIANTEIRA MB- 997-2ª	UNIDADE	6	180,0000	1.080,0000
48375	MOLA TRASEIRA VW- 133-1ª	UNIDADE	5	293,0000	1.465,0000
48376	MOLA TRASEIRA VW- 133-2ª	UNIDADE	5	292,5000	1.462,5000
48377	MOLA TRASEIRA VW- 133-3ª	UNIDADE	5	260,0000	1.300,0000
48378	MOLA TRASEIRA VW- 133-4ª	UNIDADE	5	230,0000	1.150,0000
48379	MOLA TRASEIRA VW- 133-5ª	UNIDADE	5	213,0000	1.065,0000
48380	MOLA TRASEIRA VW- 133-6ª	UNIDADE	5	194,0000	970,0000
48381	MOLA TRASEIRA VW- 133-7ª	UNIDADE	5	173,0000	865,0000
48382	MOLA TRASEIRA VW- 133-8ª	UNIDADE	5	199,5000	997,5000
48383	MOLA TRASEIRAVW- 133-9ª	UNIDADE	5	214,0000	1.070,0000
48390	PINO DE CENTRO 9/16X6"	UNIDADE	20	6,0000	120,0000
48392	PINO DE CENTRO 9/16X8"	UNIDADE	20	7,5000	150,0000
48394	PINO DE CENTRO 12X8"	UNIDADE	50	5,0000	250,0000
48396	PINO DE CENTRO 3/8X4"	UNIDADE	50	3,0000	150,0000
48398	PINO DE MOLA DIANTEIRO VW 15-190 CURTO	UNIDADE	100	23,0000	2.300,0000
48399	PINO DE MOLA DIANTEIRO VW15-190 LONGO	UNIDADE	70	25,5000	1.785,0000
48402	BUCHA MOLA DIANTEIRA VW 8-150 R-262	UNIDADE	30	18,5000	555,0000
48403	BUCHA MOLA DIANTEIRA VW 8-150 3001-IABV	UNIDADE	18	18,0000	324,0000
48404	BUCHA DE MOLA TRASEIRA VW 8-150 3045-IABV	UNIDADE	18	28,5000	513,0000
48405	BUCHA DE MOLA DIANTEIRA VW 15-190	UNIDADE	120	17,0000	2.040,0000
48406	BUCHA DE MOLA DIANTEIRA MB-812 (R3253)	UNIDADE	50	6,1000	305,0000
48407	BUCHA DE MOLA TRASEIRA GRANDE MB-812 (R-3254 IABV)	UNIDADE	20	22,5000	450,0000
48408	BUCHA DE MOLA TRASEIRA PEQUENA MB-812 (R-3265 IABV)	UNIDADE	30	19,2000	576,0000
48422	GRAMPO DE MOLA 3/4X82X220	UNIDADE	10	21,5000	215,0000
48423	GRAMPO DE MOLA 3/4X82X240	UNIDADE	10	23,0000	230,0000
48425	GRAMPO DE MOLA 3/4X82X260	UNIDADE	10	25,0000	250,0000
48426	GRAMPO DE MOLA 3/4X102X220	UNIDADE	20	20,0000	400,0000
48428	GRAMPO DE MOLA 5/8X82X320	UNIDADE	8	24,5000	196,0000
48429	GRAMPO DE MOLA 5/8X82X340	UNIDADE	8	26,0000	208,0000
48430	GRAMPO DE MOLA 5/8X82X360	UNIDADE	10	27,0000	270,0000
48431	GRAMPO 9/16 X77 X 180 D	UNIDADE	30	12,0000	360,0000
48432	GRAMPO MOLA 18X72X180 D	UNIDADE	20	18,5000	370,0000
48433	GRAMPO MOLA 18X72X200 D	UNIDADE	20	18,5000	370,0000
48434	GRAMPO MOLA 18X72X220 D	UNIDADE	20	18,5000	370,0000
48437	PORCA 12MM	UNIDADE	100	0,6000	60,0000
48438	PORCA 9/16-1789	UNIDADE	120	1,0000	120,0000
48442	PORCA 18 MM	UNIDADE	100	1,8000	180,0000
48443	PORCA 5/8 DUPLA	UNIDADE	50	1,7000	85,0000
48448	ALGEMA TRASEIRA VW 8-150	UNIDADE	2	162,5000	325,0000

48449	ALGEMA MOLA DIANTEIRA VW 15-190 (FO-118)	UNIDADE	10	67,1000	671,0000
48450	ALGEMA MOLA TRASEIRA MB058	UNIDADE	2	113,5000	227,0000
48457	SUPORTE MOLA TRASEIRO VW 8-150	UNIDADE	4	198,0000	792,0000
48458	SUPORTE AUXILIAR TRASEIRO VW 8-150	UNIDADE	4	60,5000	242,0000
48459	SUPORTE MOLA DIANTEIRO VW 15-190	UNIDADE	6	289,8000	1.738,8000
48460	SUPORTE MOLA TRASEIRA PARTE DA FRENTE MB 812	UNIDADE	2	113,5000	227,0000
48461	SUPORTE MOLA TRASEIRA PARTE DE TRAS MB 812	UNIDADE	2	104,5000	209,0000
48462	SUPORTE MOLA DIANTEIRO PARTE DE TRAS VW216	UNIDADE	10	122,5000	1.225,0000
48474	ABRAÇADEIRA MOLA 70X110MM	UNIDADE	10	19,1000	191,0000
48475	ABRAÇADEIRA MOLA 100 X 110 MM	UNIDADE	14	20,9000	292,6000
48478	REPARO DE ENGATE RAPIDO NG-12 (QA4002)	UNIDADE	20	11,0000	220,0000
48480	REBITE LONA FREIO 10 X 14	UNIDADE	2000	0,1000	200,0000
48483	REFIL ROLAMENTO CARDAN 40 mm pista larga -R-968 -R	UNIDADE	4	120,9000	483,6000
48484	REFIL ROLAMENTO CARDAN 45MM-R-3061	UNIDADE	30	211,0000	6.330,0000
48490	LONA FREIO TH-258	UNIDADE	14	122,0000	1.708,0000
48491	LONA FREIO TH-259	UNIDADE	4	129,9000	519,6000
48492	LONA FREIO TH-202	UNIDADE	20	130,0000	2.600,0000
48493	LONA FREIO TRAS. VOLARE-FD-72	UNIDADE	20	90,0000	1.800,0000
48494	LONA FREIO TH-161	UNIDADE	10	125,0000	1.250,0000
48500	RETENTOR CUBO DIANTEIRO VW-8.150 VOLARE 0188BA	UNIDADE	40	25,0000	1.000,0000
48501	RETENTOR CUBO TRASEIRO F-4000/VW-8150-09123	UNIDADE	60	17,5000	1.050,0000
48502	RETENTOR CUBO TRASEIRO MB-710 -02938	UNIDADE	10	17,9800	179,8000
48503	RETENTOR CUBO DIANTEIRO MB-710 -02753	UNIDADE	10	17,0000	170,0000
48504	RETENTOR CUBO DIANTEIRO FORD CARGO/VW-02484	UNIDADE	40	31,5000	1.260,0000
48512	REPARO EIXO "S" DIANTEIRO VW-8.150	UNIDADE	2	32,0000	64,0000
48513	REPARO EIXO "S" TRASEIRO VW-8.150	UNIDADE	2	52,0000	104,0000
48514	REBITE LONA FREIO 10 X 14	UNIDADE	5500	0,1100	605,0000
48516	CAMARA FREIO 16X24 CUICÃO	UNIDADE	2	384,0000	768,0000
48517	CAMARA FREIO 30X30 CUICÃO	UNIDADE	10	180,0000	1.800,0000
48519	DIAFRAGMA CUICA 7" RASA	UNIDADE	40	14,5000	580,0000
48520	DIAFRAGMA FREIO A AR 6.1/2	UNIDADE	40	14,6000	584,0000
48524	MOLA CUICÃO 16X24-VWS	UNIDADE	2	63,3000	126,6000
48530	CONICO 20 MM LISO	UNIDADE	100	1,8000	180,0000
48533	PASTILHA FREIO F-4000-SNA-118	UNIDADE	20	74,0000	1.480,0000
48534	PASTILHA DE FREIO MB-L-812-P-117	UNIDADE	10	146,0000	1.460,0000
48536	TERMINAL DIREÇÃO VW/FORD DIREITO-PD-3310	UNIDADE	6	159,0000	954,0000
48537	TERMINAL DIREÇÃO VW/FORD ESQUERDO-PD-3309	UNIDADE	6	159,0000	954,0000
48538	TERMINAL DE DIREÇÃO VW/7.100/8.150 DIREITO-PD-3136	UNIDADE	6	131,8000	790,8000
48539	TERMINAL DE DIREÇÃO VW/7.100/8.150 ESQUERDO-PD-3135	UNIDADE	6	131,8000	790,8000
48541	PARAFUSO RODA TRASEIRA VW/FORD CARGO	UNIDADE	60	16,5000	990,0000
48545	GRAXEIRA 3/8" RETA	UNIDADE	100	1,9000	190,0000
				TOTAL:	93.885,6000
48550	MAO DE OBRA ONIBUS	HORAS	600	99,0000	59.400,0000
				TOTAL:	153.285,6000

1.2. Todos os serviços descritos no Termo de Referência (anexo III) deverão ser prestados de boa qualidade e os materiais deverão ser de primeira qualidade e de acordo com as especificações constantes no mesmo.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de 07/08/2018 até 06/08/2019.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 039/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais ou serviços e emissão da referida Nota Fiscal.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os produtos e os serviços serão adquiridos conforme necessidade das Secretarias Municipais e deverão ser entregues ou executados de forma parcelada, nos termos da Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento expedido pelo órgão solicitante.

4.1.2 Os produtos registrados através deste Pregão Presencial deverão ser **entregues nas quantidades solicitadas e nos locais indicados,** no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis após solicitação da Secretaria responsável, sendo que os serviços registrados deverão ter sua execução iniciada em até 48 (quarenta e oito) horas após solicitação da Secretaria responsável.

4.2. Em caso de emergência os serviços deverão ser realizados imediatamente pela contratada, podendo ocorrer de segunda a sexta-feira, bem como aos finais de semana e feriados, a depender do caso.

4.3 O objeto desta licitação será acompanhado levando-se em conta o disposto no art. 73, II, Lei 8.666/93, no que couber.

4.4 Os serviços licitados através deste Pregão deverão ser executados conforme solicitação pela secretaria competente e entregue no local indicado.

4.5 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.6 A Secretaria terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para processar a conferência do serviço, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição dos serviços em desacordo com as especificações.

4.7 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

4.8A vigência da Ata de Registro de Preços será para 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da mesma.

4.8.1As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.9 O objeto licitado somente será adquirido se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - DO MUNICÍPIO:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 - Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 039/2018** e a proposta da empresa **SERGIO ROSSATTO FELBER ME**, classificada em 1º (primeiro) lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 07 de Agosto de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

SERGIO ROSSATTO FELBER ME

Sergio Rossatto Felber

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

Nome: Thiago Bianchin Silva

CPF: 046.300.551-18

_____

Nome: Tattiely Thais De Almeida

CPF: 048.884.441-02

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

A Prefeitura Municipal de Cocalinho, através da Prefeita Municipal a SRª Dalva Maria de Lima Peres, torna publico aos interessados que homologou a Licitação na modalidade Pregão Presencial - Registro de Preços nº 006/2018, para aquisição de ar condicionado para atender a Prefeitura e suas unidades, e sagrou - se vencedoras as empresas: NV FRANCO COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA E CLIMATIZAÇÃO - EIRELI, A EMPRESA: SIGA - COMERCIO E SERVIÇOS - EIRELI

E A EMPRESA: WANDA - COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA - EPP

COCALINHO, 07 DE AGOSTO DE 2018

DALVA MARIA DE LIMA PERES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 756/2018

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, a senhora **MARIA DE FATIMA DA SILVA**, do cargo em comissão de **Chefe de Departamento**, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso a partir de 31 de julho de 2018.

Artigo 2º - Esta Portaria entrou em vigor na data de 31 de julho de 2018.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 31 de julho de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº 18/2018 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NOBORU TOMIYOSHI, Prefeito Municipal de

COLIDER, Estado de MATO GROSSO, no uso

de suas atribuições legais,

especialmente a Lei Municipal n.º

2967/2017, e em consonância com a Lei

Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de COLIDER

- MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 675.000,00 (SEISCENTOS E SETENTA E

CINCO MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

03 GABINETE DO PREFEITO

001.04.122.0008.20030 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO 30.756,00

SUBTOTAL 30.756,00

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E CULTURA

001.27.812.0013.20070 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ESPORTE

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO 6.000,00

002.13.392.0041.10170 APOIO A EVENTOS CULTURAIS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3350410000 CONTRIBUICOES 3.000,00

002.13.392.0041.20090 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CULTURA

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3190040000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 7.500,00

SUBTOTAL 21.500,00

05 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO, FAZENDA E ADMINISTRACAO

001.04.122.0048.10210 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE DA SPLAFA

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 16.000,00

SUBTOTAL 16.000,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

001.12.361.0037.20180 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR-ESTADO-F125

0.1.30.000000 RECURSOS DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO - FETHAB

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

001.12.361.0039.20130 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA EDUCACAO

0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3390340000 OUTRAS DESPESAS DECORRENTES DE TERCEIRIZAÇÃO 100.000,00

003.12.361.0037.20310 FUNDEB 40 - FUNDAMENTAL

0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)

3190040000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 35.000,00

3190130000 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS 9.000,00

3191130000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS 23.000,00

003.12.365.0037.20320 FUNDEB 40 - INFANTIL CRECHE

0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)

3190040000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 44.483,00

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 80.261,00

3190130000 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS 9.600,00

3191130000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS 25.000,00

SUBTOTAL 336.344,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO

001.10.301.0044.20340 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FMS F-102

0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390340000 OUTRAS DESPESAS DECORRENTES DE TERCEIRIZAÇÃO 150.000,00

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 19.500,00

001.10.301.0044.20370 BLOCO I - ATENCAO BASICA

0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 2.800,00

001.10.302.0044.20380 BLOCO II - MAC

0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 5.000,00

001.10.304.0044.20400 BLOCO III - VIGILANCIA SANITARIA

0.1.14.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - UNIAO

3390360000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 400,00

SUBTOTAL 187.700,00

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL

001.08.244.0033.10530 MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI

0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 1.700,00

SUBTOTAL 1.700,00

10 SEC.MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRA E URBANISMO

001.25.752.0047.20570 MANUTENCAO DA ILUMINACAO PUBLICA

0.1.17.000000 CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 81.000,00

SUBTOTAL 81.000,00

TOTAL 675.000,00

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será

coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

03 GABINETE DO PREFEITO

001.04.122.0008.20030 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 5.000,00

001.04.122.0043.10050 CONSTRUCOES, REFORMAR E READEQUACAO PACO MUNICIPAL

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 5.000,00

SUBTOTAL 10.000,00

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E CULTURA

002.13.392.0041.10170 APOIO A EVENTOS CULTURAIS

0.1.24.000000 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASS

3350410000 CONTRIBUICOES 3.000,00

002.13.392.0041.20090 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CULTURA

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 7.500,00

SUBTOTAL 10.500,00

05 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO, FAZENDA E ADMINISTRACAO

001.04.122.0008.20110 MANUTENCAO DA ATIVIDADES DA SPLAFA

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 16.000,00

SUBTOTAL 16.000,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

001.12.361.0037.20180 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR-ESTADO-F125

0.1.25.000000 DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

001.12.361.0039.20130 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA EDUCACAO

0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 100.000,00

001.12.364.0040.20260 APOIO E PARCERIAIS COM ENSINO SUPERIOR

0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 25.000,00

003.12.361.0037.20310 FUNDEB 40 - FUNDAMENTAL

0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3190040000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 35.000,00

3190130000 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS 9.000,00

3191130000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS 23.000,00

003.12.365.0037.20320 FUNDEB 40 - INFANTIL CRECHE

0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3190040000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 44.483,00

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 81.017,00

3190130000 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS 25.000,00

3191130000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS 9.600,00

SUBTOTAL 362.100,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO

001.10.301.0043.10310 CONSTRUCAO/REFORMA/AMPL/READEQ/SEMSAS

0.1.42.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - ESTADO

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 2.800,00

001.10.301.0044.10330 MODERNIZACAO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO

0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 2.500,00

001.10.301.0044.20340 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FMS F-102

0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390140000 DIARIAS - CIVIL 17.000,00

001.10.301.0044.20370 BLOCO I - ATENCAO BASICA

0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 150.000,00

001.10.302.0044.20380 BLOCO II - MAC

0.1.14.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - UNIAO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 5.000,00

001.10.304.0044.20400 BLOCO III - VIGILANCIA SANITARIA

0.1.42.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - ESTADO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 400,00

SUBTOTAL 187.700,00

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL

001.08.244.0033.10530 MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 1.700,00

SUBTOTAL 1.700,00

10 SEC.MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRA E URBANISMO

001.25.752.0047.20570 MANUTENCAO DA ILUMINACAO PUBLICA

0.1.17.000000 CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 81.000,00

001.26.782.0048.10610 EQUIPAMENTOS, MAQUINAS E IMPLEMENTOS - SINFRA

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 6.000,00

SUBTOTAL 87.000,00

TOTAL 675.000,00

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua

publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO COLIDER - MT.

AO HUM DIA DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZOITO.

NOBORU TOMIYOSHI

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº 37/2018 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NOBORU TOMIYOSHI, Prefeito Municipal de

COLIDER, Estado de MATO GROSSO, no uso

de suas atribuições legais,

especialmente a Lei Municipal n.º

2995/2018, e em consonância com a Lei

Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de COLIDER

- MT, abre CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, até o montante de R$ 40. 000,00 (QUARENTA MIL REAIS), nas

dotações orçamentárias:

03 GABINETE DO PREFEITO

001.04.131.0007.10100 PUBLICACAO DE ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3350430000 SUBVENCOES SOCIAIS 40.000,00

SUBTOTAL 40.000,00

TOTAL 40.000,00

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

03 GABINETE DO PREFEITO

001.04.122.0008.20030 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390930000 INDENIZACOES E RESTITUICOES 40.000,00

SUBTOTAL 40.000,00

TOTAL 40.000,00

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO COLIDER - MT.

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZOITO.

NOBORU TOMIYOSHI

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
RELAÇÃO DE FÉRIAS E LICENÇA PRÊMIO Nº 07/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER – MT

SERVIDORES EM FERIAS E LICENÇA PRÊMIO MÊS JULHO/2018

MAT	SERVIDOR	PERÍODO	INÍCIO	FINAL	DIAS
361	ADOLFO FERREIRA MOURA	2017/2018	13/07/2018	27/07/2018	15
4302	ADRIANA SANTOS LUNA	2017/2018	02/07/2018	31/07/2018	30
2816	ALEXANDRE DIAS BARREIROS	2016/2017	12/07/2108	31/07/2018	20
2816	ALEXANDRE DIAS BARREIROS	2016/2017	ABONO	ABONO	10
3981	ANA LUCIA LOPES CASSEMIRO	2017/2018	09/07/2018	20/07/2018	12
2276	ANGELITA DOS SANTOS BRESSAN	2017/2018	02/07/2018	31/07/2018	30
2804	APARECIDA DE FATIMA GROSSI RODRIGUES	2015/2016	02/07/2018	31/07/2018	30
3471	CARDECK CARVALHO DE OLIVEIRA	2016/2017	16/07/2018	14/08/2018	30
1060	CARMEM ALICE COTRIM GARCIA STROPA	2017/2018	17/07/2018	31/07/2018	15
1004	CLAUDIO ADAO GESSI	2016/2017	01/07/2018	30/07/2018	30
342	CLAUDIOMIRO PEREIRA DOS SANTOS	2015/2016	11/07/2018	30/07/2018	20
3472	CLEBIL MARQUES GONÇALVES	2015/2016	15/07/2018	30/07/2018	16
2885	CLEMENCILVA PEREIRA DOS SANTOS MADEIRA	2015/2016	18/07/2018	27/07/2018	10
3081	CLEONIR DRUCZKOWSKI	2016/2017	09/07/2018	28/07/2018	20
3081	CLEONIR DRUCZKOWSKI	2016/2017	ABONO	ABONO	10
345	CLOVIS JOSE ALVES	2014/2015	09/07/2018	28/07/2018	20
2465	CRISTIANE DOS SANTOS PAULA	2017/2018	ABONO	ABONO	10
3658	CRISTINA GERMANA DA MATA	2017/2018	30/07/2018	28/08/2018	30
4091	DEBORA JUCILENE MARTINS ALMEIDA	2017/2018	16/07/2018	30/07/2018	15
3122	DEBORA MIRIAN MARTINS R. SOARES	2017/2018	13/07/2018	27/07/2018	15
4085	DEBORA NARRARY MENDONÇA DE OLIVEIRA	2017/2018	30/07/2018	08/08/2018	10
4476	DELZUITA LAVES DOS SANTOS	2017/2018	16/07/2018	30/07/2018	15
4090	ELAINE DA SILVA MIRANDA	2017/2018	02/07/2018	31/07/2018	30
418	ELAINE FERREIRA DE SOUZA	2016/2017	17/07/2018	05/08/2018	20
4348	ELIENE ALBERTINA SOARES	2016/2017	02/07/2018	31/07/2018	30
1307	ELIZANGELA DA SILVA FONSECA	2017/2018	02/07/2018	31/07/2018	30
4076	FATIMA APARECIDA DE SOUZA SMERDECK	2017/2018	16/07/2018	31/07/2018	15
3153	FATIMA COSTA DE OLIVEIRA	2014/2015	02/07/2018	16/07/2018	15
2466	FRANCIANO RENATO PEREGO	2014/2015	02/07/2018	16/07/2018	15
463	FRANCISCA NOEL GARDAS	2016/2017	02/07/2018	31/07/2018	30
4433	HIRAN ANDREAZZA SALES	2017/2018	11/07/2018	25/07/2018	15
84	HOSANA CARRARA DE ABREU	2016/2017	02/07/2018	16/07/2018	15
1312	IDALICE LIMA SANTOS	2017/2018	02/07/2018	31/07/2018	30
2145	ILSON MOREIRA	2016/2017	INDENIZADA	INDENIZADA	20
4395	IRACI BEZERRA DA SILVA MELO	2017/2018	23/07/2018	01/08/2018	10
226	ISMAEL ALVES SIQUEIRA	2011/2012	13/07/2018	11/08/2018	30
349	JOÃO DA SILVA	2015/2016	01/07/2018	31/07/2018	30
408	JOÃO MARIA DOMINGOS	2016/2017	01/07/2018	31/07/2018	30
4923	JOSÉ COSTA NEVES	2017/2018	02/07/2018	31/07/2018	30
3089	JOSÉ LUIZ PEREIRA DE OLIVEIRA	2016/2017	16/07/2018	30/07/2018	15
4502	JOSÉ PEDRO BATISTA	2017/2018	02/07/2018	31/07/2018	30
240	JOSÉ REINALDO DA SILVA FERREIRA	2017/2018	17/07/2018	28/07/2018	12
5157	KARINA MARIANO PIETRO	2018/2019	09/07/2018	13/07/2018	05
4351	LARISSA DORINI	2017/2018	02/07/2018	31/07/2018	30
363	LUANA CRISTINA RIBEIRO	2016/2017	23/07/2018	06/08/2018	15
5175	LUCIANA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA	2018/2019	16/07/2018	20/07/2018	05
3154	LUCIMAR MARIA DA SILVA	2016/2017	02/07/2018	31/07/2018	30
4257	MARICA APARECIDA ALEXANDRE	2017/2018	02/07/2018	31/07/2018	30
450	MARIA APARECIDA DE CASTRO DOMINGOS	2015/2016	16/07/2018	14/08/2017	30
1322	MARIA EVANGELISTA DE ARAUJO	2017/2018	02/07/2018	31/07/2018	30
293	MARIA HELENA BERNARDO DA SILVA CORDEIRO	2017/2018	02/07/2018	11/07/2018	10

3922	MARIA TEREZINHA DUARTE	2017/2018	16/07/2018	30/07/2018	15
3085	MARLENE DE OLIVEIRA SANTOS	2015/2016	02/07/2018	31/07/2018	30
466	MARTA NOGUEIRA BASTOS SANTOS	2016/2017	30/07/2018	28/08/2018	30
4301	MEIRE RIBEIRO DA SILVA SANTOS	2017/2018	02/07/2018	31/07/2018	30
3087	MICHELLE ALVES DE SOUZA ROSA	2017/2018	02/07/2018	31/07/2018	30
1714	NEZIO CRUZ RAMIRO	2017/2018	18/07/2018	16/08/2018	30
4086	ORLI MONTEIRO SANTOS	2017/2018	02/07/2018	31/07/2018	30
1285	PEDRO AMARAL DA FONSECA	2016/2017	16/07/2018	30/07/2018	15
2843	PRISCILLA ROSANE RODRIGUES	2016/2017	23/07/2018	06/08/2018	15
147	QUERGINALDO LUIZ DE MORAIS	2017/2018	23/07/2018	11/08/2018	20
3927	ROBERTA MARTINS CONTE	2017/2018	02/07/2018	21/07/2018	20
3927	ROBERTA MARTINS CONTE	2017/2018	ABONO	ABONO	10
1334	ROSA ALVES DA SILVA MOREIRA	2016/2017	09/07/2018	23/07/2018	15
1336	SILVANA MOREIRA ZAMONER	2015/2016	02/07/2018	16/07/2018	15
455	SIRLENE FERREIRA DA SILVA	2017/2018	23/07/2018	21/08/2018	30
78	SUELI APARECIUDA DE ALMEIDA PINTO	2015/2016	02/07/2018	21/07/2018	20
78	SUELI APARECIUDA DE ALMEIDA PINTO	2016/2017	23/07/2018	11/08/2018	20
4933	TAKAKPE TAPAYUNA METUKTIRE	2017/2018	06/07/2018	01/08/2018	27
111	UBERACI DAS CHAGAS	2017/2018	ABONO	ABONO	10
3911	VALDINEIA APARECIDA PERES	2017/2018	04/07/2018	13/07/2018	10
4857	VALERIA NEGRAO BENTO DE OLIVEIRA	2017/2018	ABONO	ABONO	10
2500	VALESCA SALETE DE CAMPOS	2016/2017	ABONO	ABONO	10
3082	WILMA APARECIDA DE MOURA	2017/2018	02/07/2018	21/07/2018	20

LICENÇA PRÊMIO

MAT	SERVIDOR	PERÍODO	INÍCIO	FINAL	DIAS
302	ADRIANO MARCOS CAMILO DE OLIVEIRA	2010/2015	30/07/2018	02/08/2018	04
1733	CIRLENE APARECIDA BALIEIRO CAROBA	2009/2014	INDENIZADA	INDENIZADA	30
90	CLEIDE ALVES DOS SANTOS	2013/2018	INDENIZADA	INDENIZADA	30
73	DEJAIME DA SILVA	2012/2017	16/07/2018	15/08/2018	30
109	ELAINE CRISTINA BIANCHI DE OLIVEIRA	2009/2014	04/07/2018	02/08/2018	30
3130	ELIANE LOPES PEREIRA	2012/2017	26/07/2018	23/10/2018	90
2528	FABIANA REGINA FRANCISCO	2010/2015	16/07/2018	14/08/2018	30
3128	FERNANDA BERNERT DAMACENO	2012/2017	30/07/2018	28/08/2018	30
3124	HELENA COSTA DE ARAUJO	2012/2017	INDENIZADA	INDENIZADA	45
458	JAILDA OLIVEIRA SILVA CAVASINI	2012/2017	11/07/2018	25/07/2018	15
161	JANAINA CANTOIA TONA GARCIA	2009/2014	30/07/2018	28/08/2018	30
305	LEILA DA SILVA TEIXEIRA DE ALMEIDA	2010/2015	30/07/2018	01/10/2018	64
382	MARIA APARECIDA JESUS CORNIANI	2012/2017	30/07/2018	12/09/2018	45
397	MARINALVA RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO	2007/2012	30/07/2018	12/09/2018	45
246	ROSIMEIRE SILVA DOS SANTOS	2009/2014	02/07/2018	31/07/2018	30
394	SEBASTIANA ALVES FERNANDES	2012/2017	30/07/2018	27/10/2018	90

Colider – MT, 31 de julho de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº 036/2018 SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Senhor NOBORU TOMIYOSHI, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 2997/2018, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Credito Adicional Especial ao Orçamento Programa do Exercício de 2018 no Valor de R$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais) na Seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02 – Previdência Municipal.

Unidade: 001 – Previdência Municipal.

Função: 09 – Previdência Social

SubFunção: 272 – Previdência do Regime Estatutário.

Programa: 0006 – Gestão do - Previlider

Atividade: 2002 – Manutenção das Atividades do Previlider

Natureza da Despesa:

3390.98.00 – Compensações ao RGPS

R$

200.000,00

0.1.50 – Recursos do Regime Próprio de Previdência RPPS

R$

200.000,00

TOTAL DA AÇÃO

R$

200.000,00

Artigo 2º - O presente crédito adicional ampara-se nos artigos 40 e 43 da Lei nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964, e os recursos utilizados são os previstos no inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei citada, ou seja, os resultantes de anulação parcial ou total de dotação orçamentária ou de créditos adicionais especial, autorizados em Lei;

Órgão: 02 – Previdência Municipal.

Unidade: 001 – Previdência Municipal.

Função: 09 – Previdência Social

SubFunção: 272 – Previdência do Regime Estatutário

Programa: 0006 – Gestão do Previlider

Projeto: 9977 – Reserva do RPPS

Natureza da Despesa:

999999 – Reserva Legal do RPPS

R$

200.000,00

0.1.50 – Recursos do Regime Próprio de Previdência RPPS

R$

200.000,00

TOTAL DA AÇÃO

R$

200.000,00

TOTAL GERAL

R$

200.000,00

Artigo 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, e publicado por afixação no lugar público de costume na data supra, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 18 de julho de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2018

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 051/2018, cujo objeto é a aquisição de concreto betuminoso usinado a quente (C.B.U.Q) para ser utilizado na restauração de pavimentação com operação tapa buraco em diversas vias do município de Colider/MT. Sagrou-se vencedora a empresa:

EMPRESA	ITEM	VLR. TOTAL (R$)
HIPOSAL COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E TRATAMENTO DE AGUA LTDA - ME	01	238.010,80

Colider/MT, 07 de Agosto de 2018.

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – CONVITE Nº 003/2018

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público o RESULTADO do julgamento do **Convite nº 003/2018**, cujo objeto é **c**ontratação de empresa para prestar serviços de assessoria e consultoria jurídica junto a Prefeitura Municipal de Colider/MT. Sagrou-se vencedora do certame licitatório a empresa **ANILDO COELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ nº 30.755.784/0001-29 com valor total de R$ 73.750,00.

Colider/MT, em 07 de Agosto de 2018.

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Presidente da CPL

Publique-se

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO 101/2017 HOMOLOGA O PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA, DO MUNICÍPIO DE COLÍDER – MT, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2018.

O Excelentíssimo Senhor NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal de Colíder, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município de Colíder MT.

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Plano Anual de Auditoria Interna, do Município de Colíder /MT, relativo ao exercício financeiro de 2018.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ou por afixação no lugar público de costume na data supra, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Colíder/MT, em 28 de dezembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº 040/2018 SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Excelentíssimo Senhor NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal de Colíder, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município de Colíder MT.

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Plano Anual de Auditoria Interna, do Município de Colíder /MT, relativo ao exercício financeiro de 2018.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ou por afixação no lugar público de costume na data supra, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Colíder/MT, em 28 de dezembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº 29/2018 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NOBORU TOMIYOSHI, Prefeito Municipal de

COLIDER, Estado de MATO GROSSO, no uso

de suas atribuições legais,

especialmente a Lei Municipal n.º

2967/2017, e em consonância com a Lei

Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de COLIDER

- MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 1.429.000,00 (UM MILHAO E

QUATROCENTOS E VINTE E NOVE MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E CULTURA

001.27.812.0013.10180 APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 9.000,00

001.27.812.0013.20070 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ESPORTE

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 29.410,00

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO 4.500,00

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 14.000,00

002.13.392.0041.10170 APOIO A EVENTOS CULTURAIS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3350410000 CONTRIBUICOES 40.000,00

002.13.392.0041.20090 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CULTURA

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3190040000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 7.000,00

3190130000 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS 3.500,00

SUBTOTAL 107.410,00

05 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO, FAZENDA E ADMINISTRACAO

001.04.122.0008.20110 MANUTENCAO DA ATIVIDADES DA SPLAFA

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390340000 OUTRAS DESPESAS DECORRENTES DE TERCEIRIZAÇÃO 100.000,00

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 30.000,00

SUBTOTAL 130.000,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

001.12.361.0037.10270 CONSTRUCAO/REFORMA/AMPL/READEQ/E.E. FUNDAMENTAL

0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 40.000,00

001.12.361.0039.20130 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA EDUCACAO

0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO 350,00

3390340000 OUTRAS DESPESAS DECORRENTES DE TERCEIRIZAÇÃO 100.000,00

003.12.361.0037.20310 FUNDEB 40 - FUNDAMENTAL

0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3190130000 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS 300,00

003.12.365.0037.20320 FUNDEB 40 - INFANTIL CRECHE

0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3191130000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS 33.000,00

SUBTOTAL 173.650,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO

001.10.301.0044.20340 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FMS F-102

0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390140000 DIARIAS - CIVIL 10.000,00

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 13.500,00

3390340000 OUTRAS DESPESAS DECORRENTES DE TERCEIRIZAÇÃO 150.000,00

001.10.301.0044.20350 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CMS F-102

0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 12.000,00

001.10.301.0044.20370 BLOCO I - ATENCAO BASICA

0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190040000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 12.000,00

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 69.800,00

3191130000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS 31.800,00

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 6.200,00

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 20.000,00

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 4.000,00

001.10.301.0044.20430 BLOCO VI - INVESTIMENTOS

0.1.23.000000 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - SAÚDE

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 32.000,00

001.10.302.0044.20380 BLOCO II - MAC

0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 50.200,00

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO 4.000,00

001.10.303.0044.20410 BLOCO IV - FARMACIA BASICA

0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390320000 MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA 29.200,00

001.10.304.0044.20400 BLOCO III - VIGILANCIA SANITARIA

0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 23.000,00

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 19.200,00

3190130000 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS 400,00

3191130000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS 4.000,00

3191130000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS 3.400,00

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.440,00

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 400,00

SUBTOTAL 500.540,00

08 SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

001.20.608.0021.10400 FOMENTO A DIVERSIFICACAO DE CULTURAS AGRONOMICAS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 22.500,00

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 482.500,00

SUBTOTAL 505.000,00

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL

001.08.243.0041.10700 IMPLANTACAO DO CATIS

0.1.21.000000 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ASSISTÊNCIA SOCIAL

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.900,00

001.08.244.0008.20500 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FMAS

0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

3390140000 DIARIAS - CIVIL 2.000,00

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO 1.200,00

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO 2.900,00

SUBTOTAL 8.000,00

10 SEC.MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRA E URBANISMO

001.15.452.0046.20560 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE SERVICOS URBANOS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 4.400,00

SUBTOTAL 4.400,00

TOTAL 1.429.000,00

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será

coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

03 GABINETE DO PREFEITO

001.04.122.0043.10050 CONSTRUCOES, REFORMAR E READEQUACAO PACO MUNICIPAL

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 300,00

001.04.124.0007.20050 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA GERAL

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 350,00

SUBTOTAL 650,00

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E CULTURA

001.27.812.0013.20070 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ESPORTE

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3190040000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 39.000,00

3390140000 DIARIAS - CIVIL 7.500,00

3390930000 INDENIZACOES E RESTITUICOES 4.000,00

002.13.392.0041.10190 MANUTENCAO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 10.000,00

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00

002.13.392.0041.20090 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CULTURA

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 7.000,00

002.13.392.0041.20100 MANUTENCAO DA FANFARRA, BANDA E CORAL

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390140000 DIARIAS - CIVIL 1.500,00

SUBTOTAL 89.000,00

05 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO, FAZENDA E ADMINISTRACAO

001.28.843.0049.10250 SERVICOS DA DIVIDA FUNDADA E PRECATORIOS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390910000 SENTENCAS JUDICIAIS 130.000,00

SUBTOTAL 130.000,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

001.12.361.0037.10260 CONSTRUCAO/REFORMA/AMPL/READEQ/SME

0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 7.000,00

001.12.361.0037.10270 CONSTRUCAO/REFORMA/AMPL/READEQ/E.E. FUNDAMENTAL

0.1.15.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃ

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 2.050,00

001.12.361.0037.10300 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE-SME

0.1.15.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃ

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 2.900,00

001.12.361.0037.20180 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR-ESTADO-F125

0.1.25.000000 DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 40.000,00

001.12.361.0039.20130 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA EDUCACAO

0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 100.000,00

SUBTOTAL 151.950,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO

001.10.301.0043.10310 CONSTRUCAO/REFORMA/AMPL/READEQ/SEMSAS

0.1.42.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - ESTADO

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 20.000,00

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 43.260,00

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 19.200,00

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 12.000,00

001.10.301.0044.20340 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FMS F-102

0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 42.000,00

3390140000 DIARIAS - CIVIL 20.000,00

001.10.301.0044.20370 BLOCO I - ATENCAO BASICA

0.1.14.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - UNIAO

3190040000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 32.000,00

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 10.000,00

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 61.800,00

3191130000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS 31.800,00

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 150.000,00

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 2.000,00

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 2.000,00

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 400,00

001.10.301.0044.20430 BLOCO VI - INVESTIMENTOS

0.1.23.000000 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - SAÚDE

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 6.000,00

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 1.800,00

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.200,00

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00

001.10.301.0048.10320 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE-SEMSAS

0.1.26.000000 DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS À SAÚDE

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 4.000,00

001.10.302.0044.20380 BLOCO II - MAC

0.1.14.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - UNIAO

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO 4.000,00

001.10.303.0044.20410 BLOCO IV - FARMACIA BASICA

0.1.14.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - UNIAO

3390320000 MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA 8.000,00

001.10.304.0044.20400 BLOCO III - VIGILANCIA SANITARIA

0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 3.400,00

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 4.000,00

3390360000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 1.600,00

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 1.000,00

001.10.305.0044.20390 BLOCO III - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA

0.1.42.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - ESTADO

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 3.600,00

002.17.512.0026.10350 ATERRO SANITARIO E RESIDUOS SOLIDOS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 15.000,00

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 23.000,00

SUBTOTAL 528.060,00

08 SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

001.11.334.0022.20480 PROMOCAO DO TRABALHO EMPREGO E RENDA

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00

001.18.541.0026.10450 LAGO DOS PIONEIROS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 1.500,00

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00

001.18.541.0026.20460 APOIO AO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 5.000,00

001.18.543.0024.10420 RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 10.000,00

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 5.000,00

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 5.000,00

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00

001.20.608.0019.10460 APOIAR A REALIZACAO DE FEIRAS, FESTAS E EXPOSICOES

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 10.000,00

001.20.608.0019.20440 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SMDE

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 30.000,00

001.20.608.0019.20450 APOIO AO CONSELHO MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO RURAL

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 5.000,00

001.20.608.0021.10390 MANUTENCAO E AMPLIACAO VIVEIRO DE MUDAS

0.1.24.000000 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 5.000,00

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 5.000,00

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00

001.20.608.0021.10400 FOMENTO A DIVERSIFICACAO DE CULTURAS AGRONOMICAS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 3.500,00

001.20.608.0021.10410 APOIO A AGROPECUARIA EM GERAL - PROMAP

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 5.000,00

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 5.000,00

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00

001.20.608.0021.10430 CONTRIBUICAO AO CONSORCIO PORTAL DA AMAZONIA

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3371700000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO 30.000,00

001.20.608.0043.10370 CONSTRUCAO/REFORMA/AMPL/READEQ/SMDE

0.1.24.000000 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASS

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 25.000,00

001.20.608.0048.10380 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE DA SMDE

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 20.000,00

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 50.000,00

001.20.609.0019.10640 IMPLANTACAO DO SIM

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 5.000,00

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 5.000,00

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00

001.21.631.0023.20470 REGULARIZACAO FUNDIARIA RURAL E URBANA

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 5.000,00

001.22.661.0019.10480 PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 10.000,00

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 10.000,00

001.23.695.0023.10470 FOMENTO A TURISMO LOCAL

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 10.000,00

001.26.782.0043.10440 TERMINAL RODOVIARIO

0.1.24.000000 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASS

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 5.000,00

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 5.000,00

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00

SUBTOTAL 400.000,00

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL

001.08.241.0026.10720 CONSTRUIR E MANTER PISCINA TERMICA COM COBERTURA

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 5.740,00

001.08.241.0041.10520 SERVICOS DE ASSISTENCIA AO IDOSO

0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 200,00

001.08.244.0008.20500 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FMAS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390140000 DIARIAS - CIVIL 3.000,00

SUBTOTAL 8.940,00

10 SEC.MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRA E URBANISMO

001.15.451.0046.10620 AQUISICAO DE IMOVEIS DE INTERESSE PUBLICO

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490610000 AQUISICAO DE IMOVEIS 4.400,00

001.25.752.0047.10600 EXPANSAO DA REDE DE ILUMINACAO PUBLICA

0.1.17.000000 CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 6.000,00

001.26.782.0032.10630 CONSTRUCAO, MANUTENCAO ESTRADAS PONTES E BUEIROS

0.1.24.000000 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASS

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 22.500,00

001.26.782.0048.10610 EQUIPAMENTOS, MAQUINAS E IMPLEMENTOS - SINFRA

0.1.24.000000 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 87.500,00

SUBTOTAL 120.400,00

TOTAL 1.429.000,00

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua

publicação, revogando-se as disposições em contrário:

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação

no lugar público de costume na data supra.

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO COLIDER - MT.

AO HUM DIA DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZOITO.

NOBORU TOMIYOSHI

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 746 A/2018

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, a senhora **MARILENE RIVADAVEA DE SOUZA**, portadora do CPF n **º**. 020.690.801-61, do cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, classe A, nível 01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso a partir de 10 de julho de 2018.

Artigo 2º - Esta Portaria entrou em vigor na data de 10 de julho de 2018.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 20 de julho de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PORTARIA/SMPFA Nº 102/2018

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE CONTRATO

O secretário municipal de planejamento, fazenda e administração do município Colíder-MT, senhor **Vanderlei Aparecido Borges da Silva**, no uso de suas atribuições resolve nomear, a servidora **MARYANA ANÁSTACIO OLIVEIRA** , (titular), e a servidora **BENAIA TEIXEIRA GONZAGA** (suplente), fiscal de Contrato nº 075/2018, que representará a administração municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos na portaria.

CONTRATADA: ALEX MARQUES DA SILVA 01038769108

VALOR: R$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais)

DATA DA ASSINATURA: 01/08/2018

VIGENCIA: 31/12/2018

LICITAÇÃO
PORTARIA/SMPFA Nº 099/2018

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O secretário municipal de planejamento, fazenda e administração do município Colíder-MT, senhor **Vanderlei Aparecido Borges da Silva**, no uso de suas atribuições resolve nomear, a servidora **EDRIANE CASSIA CARBONERA**, (titular), e a servidora **FERNANDA DA CRUZ SHEHNEN** (suplente), fiscal de Ata de Registro de Preço nº 024/2018, que representará a administração municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos na portaria.

CONTRATADA: MAXIMA AMBIENTAL SERV. GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA
VALOR: 35.550,00 (trinta e cinco mil quinhentos e cinquenta reais)
CONTRATADA: WM SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA – EPP
VALOR: 13.000,00 (treze mil reais)
DATA DA ASSINATURA: 30/07/2018
VIGENCIA:30/07/2019

LICITAÇÃO
EXTRATO – OITAVO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 100/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: N.T. LUIZE – EPP

Objeto: Aquisição de brinquedos pedagógicos para a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Colider/MT, destinados ao atendimento do Programa Brasil Carinhoso.

Prorroga o Prazo de Vigência: Por 25 (vinte e cinco) dias, terminando o prazo de vigência em 27/08/2018

Data de Assinatura: 02/08/2018

LICITAÇÃO
EXTRATO – OITAVO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 096/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: N.T. LUIZE – EPP

Objeto: Aquisição de brinquedos pedagógicos para a Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Colider/MT, destinados ao atendimento do Programa Brasil Carinhoso.

Prorroga o Prazo de Vigência: Por 25(vinte e cinco) dias, terminando o prazo de vigência em 27/08/2018

Data de Assinatura: 02/08/2018

LICITAÇÃO
ERRATA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 084/2017

Errata do Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 084/2017, entre Prefeitura Municipal de Colider/MT e a empresa JOLCINARA SILVA DE OLIVEIRA - ME , publicado no jornal oficial eletrônico dos Municípios (AMM),no dia 07/08/2018.

Onde-se lê, Primeiro Termo Aditivo do Contrato 084/2017, leia-se Primeiro Termo Aditivo do contrato 023/2018.

Colider-MT 07/08/2018

LICITAÇÃO
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 025/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS LTDA – ME

Objeto: Prestação de serviços de locação de sistemas de informação com instrumentos de gestão em saúde pública municipal integrando todas as unidades de saúde, agentes comunitários, vigilâncias com certificação digital e assinatura digital, ponto eletrônico, incluindo manutenção legal e corretiva, suporte técnico presencial, configuração, parametrização e customização para adaptar o sistema às necessidades do município de Colider/MT.

Alteração de Dotação: às despesas decorrentes deste instrumento obedecerá as seguintes dotações orçamentárias:

Recurso: EMENDA PARLAMENTAR Nº 81000173 – INCREMENTO PAB

Código: 383

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2037 – Bloco I – Atenção Básica

Elemento de Despesa: 3390.39.000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.14.000000 – Transferência de Recursos do Sist. Único Saúde SUS

Valor: R$ 62.000,00

RECURSO: BLOCO III – VIGILÂNCIA SANITÁRIA – FONTE 114

Código: 492

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2040 – Bloco III – Vigilância Sanitária

Elemento de Despesa: 3390.39.000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.14.000000 – Transferência de Recursos do Sist. Único Saúde SUS

Valor: R$ 12.500,00

RECURSO: PRÓPRIO DA PREFEITURA

Código: 341

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Projeto/Atividade: 2034 – Manutenção das Atividades do FMS F-102

Elemento de Despesa: 3390.39.000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.02.000000 – Receitas de impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Valor: R$ 4.500,00

Vigência: 31/12/2018

Data de Assinatura: 06/08/2018

LICITAÇÃO
PORTARIA/SMPFA Nº 100/2018

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O secretário municipal de planejamento, fazenda e administração do município Colíder-MT, senhor **Vanderlei Aparecido Borges da Silva**, no uso de suas atribuições resolve nomear, a servidora **KELLEN DA SILVA SOUZA** , (titular), e a servidora **KARINE DINIZ** (suplente), fiscal de Ata de Registro de Preço nº 025/2018, que representará a administração municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos na portaria.

CONTRATADA:OPEN FARMA COMÉRCIO DE PROD HOSPITALARES LTDA - EPP
VALOR: R$ 41.111,00 (quarenta e um mil cento e onze reais)
CONTRATADA:AGNUS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP
VALOR: R$ 17.771,28 (dezessete mil setecentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos)
CONTRATADA:COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS HOPITALARES MACROSUL LTDA
VALOR: R$9.000,00 (nove mil reais)
CONTRATADA:ROSANGELA SOARES SARDINHA CORNETTA - ME
VALOR: R$ 15.285,65 (quinze mil duzentos e oitenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos)
CONTRATADA:COLOPLAST DO BRASIL LTDA
VALOR: R$ 366.036,00 (trezentos e sessenta e seis mil e trinta e seis reais)
CONTRATADA:PARAGON FARMA LTDA - ME
VALOR: R$ 10.998,00 (dez mil novecentos e noventa e oito reais)
CONTRATADA:CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA
VALOR: R$ 189.821,25 (cento e oitenta e nove mil oitocentos e vinte e um reais e vinte e cinco reais)
CONTRATADA: DISNORMA COM ATAC DE MED E MAT MÉDICO HOSP LTDA - EPP
VALOR: R$ 31.964,40 (trinta e um mil novecentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos)
VIGÊNCA: 31/07/2019

LICITAÇÃO
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 061/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: R. C. TEMOTIO DOS SANTOS - ME

Objeto: Prestação de serviços de Locação de Veículo Tipo VAN, para transportes de pacientes da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico do Município de Colíder – MT

Alteração de Dotação: às despesas decorrentes deste instrumento obedecerá as seguintes dotações orçamentárias:

Recurso: EMENDA PARLAMENTAR Nº 81000173 – INCREMENTO PAB

Código: 383

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2037 – Bloco I – Atenção Básica

Elemento de Despesa: 3390.39.000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.14.000000 – Transferência de Recursos do Sist. Único Saúde SUS

Valor: R$ 28.400,00

Vigência: 31/12/2018

Data de Assinatura: 06/08/2018

LICITAÇÃO
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 020/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: M. S. DIAGNÓSTICA LTDA

Objeto: fornecimento de manutenção corretiva no equipamento de hematologia KX 21N da marca Sysmex/Roche e fornecimento de kits/reagentes e insumos de laboratório para o equipamento analisador Cobas C111 da marca Roche, ambos aparelhos pertencentes ao laboratório da Secretaria Municipal de Saúde de Colider/MT

Alteração de Dotação: às despesas decorrentes deste instrumento obedecerá as seguintes dotações orçamentárias:

Recurso: EMENDA PARLAMENTAR Nº 81000173 – INCREMENTO PAB

Código: 383

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2037 – Bloco I – Atenção Básica

Elemento de Despesa: 3390.39.000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.14.000000 – Transferência de Recursos do Sist. Único Saúde SUS

Valor: R$ 2.346,00

Código: 371

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2037 – Bloco I – Atenção Básica

Elemento de Despesa: 3390.30.000000 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.14.000000 – Transferência de Recursos do Sist. Único Saúde SUS

Valor: R$ 125.684,00

Vigência: 31/12/2018

Data de Assinatura: 06/08/2018

LICITAÇÃO
PORTARIA/SMPFA Nº 101/2018

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O secretário municipal de planejamento, fazenda e administração do município Colíder-MT, senhor **Vanderlei Aparecido Borges da Silva**, no uso de suas atribuições resolve nomear, o servidor **UERITON VALERI** , (titular), e o servidor **JOÃO ZANDONATO PINTO** (suplente), fiscal de Ata de Registro de Preço nº 026/2018, que representará a administração municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos na portaria.

CONTRATADA: L. J. POSTAL EIRELI - ME
VALOR: R$ $ 1.565.687,00 (Hum Milhão Quinhentos e Sessenta e Cinco Mil Seiscentos e Oitenta e Sete Reais)
CONTRATADA:ASC OBRAS DE TERRAPLENAGEM LTDA - EPP
VALOR: R$ 1.137.950,00 (Hum Milhão Cento e Trinta e Sete Mil Novecentos e Cinquenta Reais)
VIGÊNCA: 01/08/2019

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER

COLIDER - MT, TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO

Terça-feira, 7 de Agosto de 2018

RELAÇAO DE CONTRATOS DE SERVIDORES

Número/Ano	Pessoa	Objeto	Valor	Vig. Inicial	Vig. Final	Tipo	Situação
00000205/2018	AMANDA KHETHELYN DE OLIVEIRA SANTAN	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE (TDI) TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.428,7500	01/08/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000206/2018	VANESSA APARECIDA MENOSSI	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE (TDI) TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.428,7500	01/08/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000207/2018	ANNA PAULA BEZERRA DE SOUSA SANTOS	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE (TDI) TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.428,7500	01/08/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000208/2018	LILIANE LEILA DA SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE (TDI) TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.428,7500	01/08/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000209/2018	JANAINA FAGUNDES ARAUJO DA SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE (TDI) TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.428,7500	01/08/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000210/2018	LENITA DA SILVA BARRETO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE (TDI) TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.428,7500	01/08/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000211/2018	ADRIANA ALVES ARAUJO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE (TDI) TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.428,7500	01/08/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000212/2018	ZELGILDA RAMIRES RAMOS	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE (TDI) TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.428,7500	01/08/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000213/2018	CRISTIANE ALVES GEROLA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM	1.428,7500	01/08/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
COLIDER - MT, TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO

Terça-feira, 7 de Agosto de 2018

RELAÇAO DE CONTRATOS DE SERVIDORES

Número/Ano	Pessoa	Objeto	Valor	Vig. Inicial	Vig. Final	Tipo	Situação
		VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE (TDI) TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.					
00000214/2018	VALERIA SOARES CARVALHO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE (TDI) TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.428,7500	01/08/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000215/2018	JESSICA JANAINA DA SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE (TDI) TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.428,7500	01/08/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000216/2018	ELIDAISY SARAIVA GALANTE	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE (TDI) TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.428,7500	01/08/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000217/2018	JACQUELINE MARQUES DE OLIVEIRA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.763,4000	01/08/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução

Total: 13

ARRelatorio_Contratos_Servidores Página: 2 / 2

LICITAÇÃO
PORTARIA/SMPFA Nº 105/2018

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE CONTRATO

O secretário municipal de planejamento, fazenda e administração do município Colíder-MT, senhor **Vanderlei Aparecido Borges da Silva**, no uso de suas atribuições resolve nomear, o servidor **CLAUDIOMIRO PEREIRA SANTOS** , (titular), e a servidora **CLEMENCILVA PEREIRA DOS SANTOS MADEIRA** (suplente), fiscal de Contrato nº 077/2018, que representará a administração municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos na portaria.

CONTRATADA: CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA

VALOR: R$ 1.002.505,27 (hum milhão dois mil quinhentos e cinco reais e vinte e sete centavos).

DATA DA ASSINATURA: 03/08/2018

VIGENCIA: 31/12/2018

LICITAÇÃO
PORTARIA/SMPFA Nº 104/2018

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O secretário municipal de planejamento, fazenda e administração do município Colíder-MT, senhor **Vanderlei Aparecido Borges da Silva**, no uso de suas atribuições resolve nomear, a servidora **MARCIA DAS CHAGAS**, (titular), e a servidora **ROSEMERI DUARTE DE OLIVEIRA CARVALHO** (suplente), fiscal de Ata de Registro de Preço nº 027/2018, que represen-

tará a administração municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos na portaria.

CONTRATADA:COMPATIVEL COMERCIO MATERIAIS PARA ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELI - ME
VALOR:R$ 4.626,99 (quatro mil seiscentos e vinte e seis reais e noventa e nove centavos)
CONTRATADA:J. C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA - ME
VALOR: R$ 2.165,10 (dois mil cento e sessenta e cinco reais e dez centavos)
CONTRATADA:L FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA - EPP
VALOR: R$ 52.947,50 (cinquenta e dois mil novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)
CONTRATADA: **MOTTIVA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME**
VALOR: R$ 17.047,45 (dezessete mil e quarenta e sete reais e quarenta e cinco centavos)
CONTRATADA: **RUIZ & PAIXAO LTDA - ME**
VALOR:R$ 107.857,83 (cento e sete mil oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e três centavos)
ASSINATURA: 02/08/2018
VIGÊNCIA: 02/08/2019

LICITAÇÃO
PORTARIA/SMPFA Nº 103/2018

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE CONTRATO

O secretário municipal de planejamento, fazenda e administração do município Colíder-MT, senhor **Vanderlei Aparecido Borges da Silva**, no uso de suas atribuições resolve nomear, a servidora **SILVIA SANTOS QUEIROZ** , (titular), e o servidor **MARCELO VACARIO DE AQUINO** (suplente), fiscal de Contrato nº 076/2018, que representará a administração municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos na portaria.

CONTRATADA: MARCICLEIA SANTANA SOARES 00155269178

VALOR: R$ 32.499,99 (trinta e dois mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)

DATA DA ASSINATURA: 01/08/2018

VIGENCIA: 31/12/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 262/GP/2018

PORTARIA Nº 262/GP/2018, DE 03 DE AGOSTO DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar **Rafael Castro da Silva,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 2482521-2 SSP/MT e CPF n° 063.416.991-23, do Cargo em Comissão de **Assessor de Departamento**, vinculado à Secretaria Municipal de Administração.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir dia 06 de agosto de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 03 de agosto de 2018.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 03 de agosto de 2018.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 237/GP/2018

PORTARIA Nº.237/GP/2018, DE 30 DE JULHO DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Revoga em inteiro teor a Portaria nº. 104/GP/2018, de 20 de março de 2018, que designou Carlos Roberto Ferreira Martins.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 30 de julho de 2018.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 30 de julho de 2018.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018

Procedimento nº 25.255/2018

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que foi prorrogado o procedimento de **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 029/2018.** Cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TIPO MELOSA, CAMINHÃO PIPA E CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO, POR UM PERIODO DE 12 (DOZE) MESES, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE COLNIZA/MT,** conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante do edital.

MOTIVO: READEQUAÇÃO DE EDITAL.

A abertura desta licitação ocorrerá no dia **20/08/2018, às 08h00min (oito) horas** em obediência ao prazo mínimo legal,no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza - MT, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº. 01 - Propostas de Preços e nº. 02 - Documentos de Habilitação ao Pregoeiro, bem como a Declaração, em separado dos envelopes acima mencionados, dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no ato convocatório do certame. Permanecem as demais condições do Edital.

Colniza – MT, 07 de Agosto de 2018.

Mauricio R. V. de Jesus

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 236/GP/2018

PORTARIA Nº.236/GP/2018, DE 30 DE JULHO DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Revoga em inteiro teor a Portaria nº. 096/GP/2018, de 08 de março de 2018, que designou Eillian Thiago Martins de Carvalho.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 30 de julho de 2018.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 30 de julho de 2018.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 263/GP/2018

PORTARIA Nº 263/GP/2018, DE 03 DE AGOSTO DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar **Edson Teixeira,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 000896861 SSP/RO e CPF n° 853.492.082-68, docargo de **Coordenador de Departamento,** vinculado a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir dia 06 de agosto de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 03 de agosto de 2018.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 03 de agosto de 2018.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 042/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 042/2018

PREGÃO: N° 63/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 199 E, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 01.367. 853/0001-29, representado neste ato pelo Prefeito Municipal o Sr. Jeferson Ferreira Gomes, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado à Rua das Acácias nº 112, Centro, nesta cidade de Comodoro – MT, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1195680-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 839.891.171-15, doravante denominado de GERENCIADOR, e a empresa COMODORO CONCRETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ 18.048.691/0001-69, instalada na Av. Selmo Antônio Barbieiro, nº 580 S, Bairro Setor industrial II, na cidade de Comodoro/MT, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União nº. 4CE6.C37A.5E94.213E de 06/04/2018 à 03/ 10/2018, representada neste ato pelo seu procurador Sr. Jadson Alves da Silva, casado, empresário, portador do CPF nº 729.004.661-72 e do RG nº 13295861 SSP/MT, residente e domiciliado à Rua dos Ipês nº 277 E, Centro, Município de Comodoro – MT, doravante denominada **FORNECEDORA**, acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 063/2018 – Processo Administrativo nº. 097/2018, ao REGISTRO DE PREÇOS, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

A presente licitação tem por objeto o registro de preço para futura e eventual aquisição de tubos de concreto (manilhas) para atender a secretaria municipal de obras, sendo registrados os preços da empresa: COMODORO CONCRETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, no valor de R$ 220. 500,00 (Duzentos e vinte mil e quinhentos reais).

O valor total da presente ata é de R$ R$ 220.500,00 (Duzentos e vinte mil e quinhentos reais)

A presente Ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

Comodoro-MT, 07 de Agosto 2018.

Original com texto completo devidamente assinado, consta dos autos do processo do Pregão Presencial com Registro de Preço n.º 063/2018.

EXTRATO ADITIVO Nº 129/2018

DECIMO TERMO ADITIVO Nº 129/2018 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 040/2014 E ADITIVO Nº056/2015, 259/2015, 047/ 2016, 159, 311/2016, 011/2017 E 052/2017, 176/2017 E 020/2018

DATA: 06/08/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: M. P. De Oliveira Silva Soluções Web

OBJETO: Aditivo de prorrogação de prazo e valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 040/2014 e Aditivos nºs 056/2015, 259/2015, 047/2016 e 159, 311/2016, 011/2017 e 052/2017, 176/2017 e 020/2018, que tem por objeto a prestação de serviços de manutenção do sistema administrador da website www.COMODORO.mt.gov.br, Sistema de Ouvidoria, Portal Transparência hospedagens, suporte técnico, atendimento, administração das contas de e-mail, locação do sistema administrador, alteração de visu-

al e de dados sempre que necessário, no valor de R$8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), vigorando de 07/08/2018 à 07/04/2019.

DOTAÇÃO: 03.04.2.102.3.3.90.39 (113)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
MANDADO DE CITAÇÃO E NOTIFICAÇÃO

MANDADO DE CITAÇÃO E NOTIFICAÇÃO

A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

DISCIPLINAR 007/2018, INSTITUIDA PELA PORTARIA

493/2017 POR INTERMÉDIO DE SEU PRESIDENTE

GILSON GERSINO DE SOUZA, VEM DETERMINAR:

1- A Citação da Servidora ALESSANDRA FERREIRA DE ANDRADE DOMINGUES, matricula 010355, efetiva no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde/UBS-Vila 2000, a fim de dar conhecimento dos fatos constantes do presente processo, no qual figura na condição de acusado, sendo-lhe facultado acompanhá-lo, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, ter vista dos autos, arrolar testemunhas e produzir provas. 2- Na oportunidade, NOTIFICA a servidora para comparecer na Secretaria Municipal de Finanças, no dia 10/08/2018, ás 14h15min para sua oitiva perante a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, informa ainda que a reunião ocorrerá na sala da Coordenação do Departamento de Tributos. 3- Informa que a Servidora poderá constituir advogado (caso julgue necessário) para acompanha-la nos atos e elaborar defesa escrita. 4- Caso a servidora, regularmente citada, não compareça em dia e hora indicados para sua oitiva será considerado revel, na forma do artigo 218, do Estatuto dos Servidores Municipais de Confresa. 5- Por fim, registre-se que a abertura do presente processo deu-se pelo motivo de que a servidora deixou de comparecer ao trabalho por mais de 30(trinta) dias consecutivos, sem justificativa alguma, caracterizando abandono de cargo, consoante Art. 154, do Estatuto dos Servidores Municipais de Confresa. Confresa/MT, 01 de Agosto de 2018.

_____

GILSON GERCINO DE SOUZA

PRESIDENTE

COMISSÃO PERM. PROC. ADM. DISCIPLINAR

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2018
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 043/2018

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2018

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna público, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial Nº 043/2018 conforme segue:

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA PARA ATENDER O PROJETO DE ASSENTAMENTO INDEPENDENTE I CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 8534442/2017/CAIXA.

ADJUDICADO/HOMOLOGADO

Para as empresas:

L. GUILHERME HOFFMANN ME

CNPJ: 28.553.978/0001-08

END.: AVENIDA INDUSTRIAL, S/Nº, CENTRO, CEP. 78.652-000, CONFRESA/MT.

TELEFONES: (66) 98423-5423

E-MAIL: ledir_hoffmann@hotmail.com

Vencedora dos itens 01 e 02 no valor global de R$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais).

Registro de Preços válido por um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE REABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2018
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 067/2018

AVISO DE REPETIÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2018

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no **dia 21 de agosto de 2018, às 14:00 hs**, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **Pregão Presencial - SRP Nº 067/2018 do tipo Menor Preço Por Item,** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Depto. de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014/2018.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇO DE COORDENADOR GERAL, COORDENADOR TÉCNICO PEDAGÓGICO E MONITORES PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SELEÇÃO DO FUTURO, CONFORME CONVENIO Nº 852619/2017 JUNTO AO MINISTÉRIO DO ESPORTE.

Confresa-MT, 07 de agosto de 2018.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº-075/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº062/2018

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

NA EDIÇAO Nº3.037, do Diário Oficial dos Municípios no dia 07 de Agosto de 2018

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2018

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 062/2018

ONDE SE LÊ :

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no **dia 20 de julho de 2018, às 14:00 hs**, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **Pregão Presencial - SRP Nº 062/2018 do tipo Menor Preço Por Item,** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Depto. de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014/2018.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE TOMOGRA-

FIA COMPUTADORIZADA, RAIOS-X E ELETROCARDIOGRAMA COM LAUDO. JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

LEIA-SE:

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no **dia 20 de AGOSTO de 2018, às 14:00 hs**, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **Pregão Presencial - SRP Nº 062/2018 do tipo Menor Preço Por Item,** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Depto. de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014/2018.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, RAIOS-X E ELETROCARDIOGRAMA COM LAUDO. JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Confresa-MT, 07 de AGOSTO de 2018.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

Pregoeiro

PREVICON
PORTARIA Nº 005/2018 - PREVICON

PORTARIA Nº 005/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora ***Srª. Maria Lucia Barbosa de Castilho."***

O Diretor Executivo do Fundo de Previdência Social dos Servidores de Confresa, no uso de suas atribuições legais e fundamentado;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no art. 40, §1º, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003 c/c §5º da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 20/1998 e Art. 12, incisos III, alínea "a" da Lei n.º 208/2005, que rege a previdência municipal, Lei Complementar nº 046, de 04 de abril de 2008 que dispõe sobre reestruturação da carreira dos profissionais da educação básica do Município de Confresa/MT e o último reajuste concedido pela Lei nº. 731 de 17 de junho de 2016;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a Sra. **Maria Lucia Barbosa de Castilho,** brasileira, portadora da cédula de identidade n.º 354.566 - SSP/MT e inscrita no CPF n.º 303.703. 531-53, servidora efetiva no cargo de Professora Nível Médio/Magistério, Nível "IV", Classe "C", com carga horária de 30 horas semanais, matriculada sob nº 685, lotada na Secretaria Municipal de Educação, contando com 25 (vinte e cinco) anos, 10 (dez) meses e 11 (onze) dias de tempo de contribuição, com **proventos calculados pela integralidade da média aritmética,** conforme processo administrativo do PREVICON, n.º **2017.04. 05060P**, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a **01 de agosto de 2018**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Confresa - MT, 07 de agosto de 2018.

CARLOS LOYSE ALVES LUZ

Diretor Executivo do PREVICON

Homologo,

CICERO ROMAO DIAS BRAGA

Presidente do PREVICON

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 434/2018 DE 06 DE AGOSTO DE 2018 - RETIFICAÇÃO

Portaria 434/2018 de 06 de Agosto de 2018.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal 020/2005.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder LICENÇA SEM VENCIMENTOS no período de 03/08/2018 a 03/08/2019 ao servidor público municipal MICHELLE VEIGA DE ALMEIDA, matricula 011971, ocupante do cargo efetivo de PNSS - ENFERMEIRO - 40 HORAS, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 06 de Agosto de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

RESULTADO DO PREGÃO 102/2018 PROCESSO 151/2018

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 102/2018 obteve os seguintes resultados:

A empresa **CIRURGICA GONCALVES LTDA - ME,** CNPJ 15.371.628/0001-70, foi vencedora do item **1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38** com valor global de **R$ 796.787,00 (SETECENTOS E NOVENTA E SEIS MIL SETECENTOS E OITENTA E SETE REAIS).**

O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 07 de Agosto de 2018.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 151/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 102/2018

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 151/2018

b) Licitação Nr.: 102/2018-PR

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 06/08/2018

e) Objeto da Licitação: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAS, PARA ATENDER A POPULAÇÃO DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU, REFERENTE A PROCEDIMENTOS DA ATENÇÃO BÁSICA E ATENÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE"**

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

011785 – MOACYR MANDADORI - ME (38 ITENS) totalizando (38) itens no valor global de R$ 796.787,00 (SETECENTOS E NOVENTA E SEIS MIL SETECENTOS E OITENTA E SETE REAIS).

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 027/2018 PROCESSO Nº 160/2018

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto **é**

ASSUNTO: **"AQUISIÇÃO DE NITROGENIO LÍQUIDO, PARA O FORTALECIMENTO DA PECUÁRIA DE LEITE NO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU/MT PARA ACONDICIONAMENTO DAS DOSES DE SÊMEM AOS PRODUTORES QUE BUSCAM O MELHORAMENTO GENÉTICO E PRODUTIVO DO SEU REBANHO LEITEIRO CADASTRADOS NA SECRETARIA DE AGRICULTURA",** com fulcro no artigo 24da Lei no 8.666/93 e lei municipal 1.006/2017, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CONTRATADO: DEP PLUS DISTR DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA ME

CNPJ: 09.111.556/0001-20

ENDEREÇO: AV. JK, Nº 1687 – EXPANSÃO COMERCIAL CEP: 78.320.000 – JUINA - MT.

VALOR GLOBAL: R$ 7.200,00 (SETE MIL E DUZENTOS REAIS).

VIGÊNCIA: 03 (três) MESES a partir da data de assinatura do contrato.

Cotriguaçu/MT, 07 de Agosto de 2018.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 160/2018 - DISPENSA 027/2018

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº: 160/2018

b) Licitação Nrº: 027/2018- DL

c) Modalidade: Dispensa de licitação p/ Compras e Serviços

d) Data Homologação: 07/08/2018

e) Objeto da Licitação**: "AQUISIÇÃO DE NITROGENIO LÍQUIDO, PARA O FORTALECIMENTO DA PECUÁRIA DE LEITE NO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU/MT PARA ACONDICIONAMENTO DAS DOSES DE SÊMEM AOS PRODUTORES QUE BUSCAM O MELHORAMENTO GENÉTICO E PRODUTIVO DO SEU REBANHO LEITEIRO CADASTRADOS NA SECRETARIA DE AGRICULTURA".**

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

011742 – DEP PLUS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS – CNPJ: **09.111.556/0001-20**

(01 ITEM), no valor global de **R$ 7.200,00 (SETE MIL E DUZENTOS REAIS).**

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO N° 062/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT E A EMPRESA DEP PLUS DISTR DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA ME – CNPJ: 09.111.556/0001-20 "AQUISIÇÃO DE NITROGENIO LÍQUIDO, PARA O FORTALECIMENTO DA PECUÁRIA DE LEITE NO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU/MT PARA ACONDICIONAMENTO DAS DOSES DE SÊMEM AOS PRODUTORES QUE BUSCAM O MELHORAMENTO GENÉTICO E PRODUTIVO DO SEU REBANHO LEITEIRO CADASTRADOS NA SECRETARIA DE AGRICULTURA". O presente contrato tem o valor global de R$: 7.200,00 (SETE MIL E DUZENTOS REAIS). Válidos por 03 (três) meses podendo ser prorrogado, O presente contrato vigorará a partir 08 de Agosto de 2018 válido até 08 de Novembro de 2018. *O presente instrumento contratual advém de* PROCESSO DE COMPRA **Nº 160/2018** na modalidade de DIPENSA *Nº 27/2018*, cujas regras e condições também estão insertas no edital e processo e vincula-se na íntegra às disposições legais contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações posteriores.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 82/2018

JAIR KLASNER, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no artigo 24 da Lei Municipal nº 019/2005.

C O N V O C A:

Os abaixo relacionados, aprovados em Processo Seletivo Simplificado 003/2017, que deverão comparecer no prazo de 10 (Dez) dias, à contar desta data, na Prefeitura Municipal, no horário de 7:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando **fotocópia** da seguinte documentação:

• Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;

• Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos, se tiver;

• Fotocópia da Cédula de Identidade e CPF;

• Cópia da Carteira de Trabalho e do Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP;

• Fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição;

• Fotocópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);

• Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa; (prefeitura fornece modelo)

• Fotocópia do comprovante de Escolaridade;

• Declaração de Bens e Direitos; (prefeitura fornece modelo da declaração);

• Declaração de não acumulo ilegal de cargo; (prefeitura tem o modelo)

• Conta bancária;

• Endereço atualizado;

• Fotocopia da CNH exigida para o exercício do cargo (quando necessário).

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 10 (Dez) dias, à partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi selecionado(a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cotriguaçu – MT, em 07 de Agosto de 2018.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DOS CONVOCADOS

CARGO: PROFESSOR – PEDAGOGO/CENTRO

ANA PAULA ROSIN SCHUSTER

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 109/2018 PROCESSO 163/2018 ERRATA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU MT, torna público a ERRATA do PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2018 PROCESSO Nº 163/2018, tendo em vista que a data da abertura do Pregão em questão não estava correto, a correção se dá na seguinte data:

ONDE LÊ-SE: A abertura dessa licitação ocorrera no dia 20 (vinte) de Maio de 2018, as 08:30 (Oito horas e trinta minutos)

LEIA - SÊ: A abertura dessa licitação ocorrera no dia 20 (vinte) de Agosto de 2018, as 08:30 (Oito horas e trinta minutos)

OBJETO: "LOCAÇÃO DE HORAS DE CAMINHÃO PIPA COM CAPACIDADE OPERACIONAL DE NO MINIMO 10 (DEZ) TONELADAS COM QUANTIDADE DE HORAS ESTIMADAS EM 300 (TREZENTAS) HORAS POR MÊS E POR UM PERÍODO ESTIMADO DE 4 (QUATRO) MESES, PERÍODO DE SECA, SENDO QUE AS DESPESAS COM ABASTECIMENTO DO TANQUE COM ÁGUA, LOCAL DE RECOLHIMENTO DA ÁGUA, MOTORISTA, COMBUSTÍVEL, MECANICA EM GERAL, ELETRICA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E PNEUS, INCLUSIVE CONSERTOS CORRENDO POR CONTA DO LOCATÁRIO, NO DESTRITO DE NOVA UNIÃO"

EDILSON VARGAS CHARNESKI

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 055/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 74.067/2018)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde - SMS

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Equipamentos Hospitalares para atender o Hospital e Pronto Socorro de Cuiabá-MT, na forma do Edital, Pregão Eletrônico e seus Anexos.

Data/Horário: 27/08/2018 às 10h (dez horas) – Fuso Horário de Brasília.

Informações: Tal prorrogação se dá para que haja tempo hábil para responder os pedidos de esclarecimentos e impugnações.

Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2018

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos - Interino

Cuiabá/MT, 07 de agosto de 2018.

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 056/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72.599/2018)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde - SMS

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Equipamentos Hospitalares para atender o Hospital e Pronto Socorro de Cuiabá-MT, na forma do Edital, Pregão Eletrônico e seus Anexos.

Data/Horário: 27/08/2018 às 15h30min (quinze horas e trinta minutos) – Fuso Horário de Brasília.

Informações: Tal prorrogação se dá para que haja tempo hábil para responder os pedidos de esclarecimentos e impugnações.

Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2018

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 07 de agosto de 2018.

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO - 2º REPETIÇÃO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA Nº. 001/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33.024/2017)

ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS – SMSU

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA MANUAL, MECANIZADA, SELETIVA E FLUVIAL, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SMSU, CONFORME NORMAS E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E ANEXOS.

DATA E HORA: Às 15h00min (quinze horas) do dia 10 de setembro de 2018 (fuso horário de Cuiabá).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de Licitações localizada no subsolo da Prefeitura Municipal de Cuiabá - Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº 158 - Bairro: Centro - Município de Cuiabá/MT.

INFORMAÇÕES: Diretoria Especial de Licitações e Contratos/Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 e/ou no e-mail: li-

citacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 h.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Através do endereço: www.cuiaba.mt.gov.br – Serviços – Licitações.

Cuiabá/MT, 07 de agosto de 2018.

Agmar Divino Lara de Siqueira

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 028/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018

O Município de Curvelândia do Estado de Mato Grosso, RESOLVE Registrar os Preços da Empresa: MERCADÃO DA LIMPEZA COM. E IMPORT. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME, inscrita no CNPJ: 14.689.405/0001-93.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de **gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, gás e utensílios de copa e cozinha.**

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO / MARCA	UND	QT.	R$ UNIT.	R$ TOTAL
3	089.016.084	AGUA MINERAL - NATURAL SEM GAS- ACONDICIONADA EM GARRAFA COM TAMPA E LACRE- CONTENDO 500ML- VASILHAME PLASTICO RECICLAVEL Marca: LEBRINHA	UN	700	1,08	756,00
6	089.015.245	ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PO - OBTIDO PELA MISTURA DE CACAU EM PO SOLUVEL-LEITE EM PO E/OU SORO- EXTRATO DE MALTE- ACUCAR E SAL- CONSTITUIDO DE PO FINO E HOMOGENEO- ISENTO DE SOJA OU FARINHA- SUJIDADES- PARASITAS- LARVAS E MATERIAIS ESTRANHOS- COR- ODOR E SABOR PROPRIOS- ADMITINDO TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 8% EM PESO- ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO ATOXICO COM PESO LIQUIDO DE 500g Marca: MARATA	UN	555	5,20	2.886,00
7	089.006.059	AMENDOIM - CRU- COM PELE- CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS-SAOS-LIMPOS E DE PRIMEIRA QUALIDADE- SEM FERMENTACAO E MOFO- ISENTO DE SUJIDADES-PARASITAS E LARVAS, ENTREGUE EM PACOTE COM 500G Marca: PINDUCA	UN	100	5,43	543,00
19	089.007.081	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - TIPO MAIZENA- COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO-GORDURA VEGETAL-SAL- ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS- ACONDICIONADO EM FILME BOPP- CAIXA COM 40 PACOTES- PESANDO 400 GRAMAS CADA Marca: DALLAS	UN	1020	3,70	3.774,00
28	089.009.073	CHOCOLATE - AO LEITE-TIPO GRANULADO-PREPARADO COM CACAU- ACUCAR- LEITE- LICOR DE CACAU-MANTEIGA DE CACAU E OUTRAS SUBSTANCIAS-EMBALADO EM SACO COM 130G Marca: DORI	UN	180	2,97	534,60
35	089.005.191	ERVILHA VERDE EM CONSERVA - SIMPLES- INTEIRA- IMERSA EM LIQUIDO- TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES- ACONDICIONADA EM LATA COM 200 GRAMAS- SENDO CONSIDERADO COMO PESO LIQUIDO O PRODUTO DRENADO Marca: QUERO	KG	20	1,88	37,60
45	089.003.002	LEITE CONDENSADO - COMPOSTO DE LEITE DESNATADO-ACUCAR E LACTOSETRADICIONAL- DE CONSISTENCIA CREMOSA E TESTURA HOMOGENEA- ACONDICIONADO EM CAIXA CARTONADA COM 395G Marca: TRIANGULO	LT	380	3,26	1.238,80
51	089.007.326	MASSA ALIMENTICIA - CABELO DE ANJO,APROPRIADO,COM COR APROPRIADA,OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA MISTURA COM FARINHA DE TRIGO ESPECIAL,E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS 500G Marca: DALLAS	UN	100	4,20	420,00
52	089.007.337	MASSA ALIMENTICIA - TIPO SECA PARA MACARRONADA- FORMATO ESPAGUETE- COR AMARELA- OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA COMPOSTA DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL- INTEGRAL- ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS- ISENTO DE SUJIDADES- PARASITAS E LARVAS- ADMITINDO UMIDADE MAXIMA 13%- ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE E ATOXICO 1KG Marca: DALLAS	UN	344	2,88	990,72
53	089.007.328	MASSA ALIMENTICIA - TIPO SECA PARA SOPA- FORMATO PADRE NOSSO- COR AMARELA- OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA FARINHA DE TRIGO ESPECIAL- OVOS E DEMAIS SUBSTANCIAS PERMITIDAS- ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS- SUJIDADES-PARASITAS-ADMITINDO UMIDADE MAXIMA 13%- ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO-TRANSPARENTE-ATOXICO 1KG Marca: DALLAS	UN	324	2,88	933,12
58	089.005.170	MILHO VERDE EM CONSERVA - SIMPLES-GRAOS INTEIROS-IMERSO EM LIQUIDO DE COBERTURA- TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES-ACONDICIONADO EM LATA COM 320 GRAMAS-DEVENDO SER CONSIDERADO COMO PESO LIQUIDO O PRODUTO DRENADO Marca: SOFRUTA	KG	225	1,54	346,50
65	089.009.050	PIRULITO - COM SABOR ARTIFICIAL DE FRUTA- NO FORMATO REDONDO, PACOTE COM 50 UNIDADES Marca: FLOPITO	UN	730	7,60	5.548,00
66	089.010.029	PO PARA PREPARO DE GELATINA - ACUCAR CRISTAL, GELATINA EM PO, SAL, ACIDULANTE, AROMATIZANTE, FOSFATO TRICALCICO E DIOXIDO DE SILICIO, FERRO E VITAMINAS, EDULCORANTES ARTIFICIAIS E CORANTES ARTIFICIAIS, SEM GLUTEN, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA .UNIDADE DE FORNECIMENTO : EMBALAGEM DE NO MINIMO 25 GRAMAS Marca: SOL	UN	500	0,95	475,00
70	089.016.028	REFRIGERANTE - COMPOSTO DE EXTRATO DE COLA- AGUA GASEIFICADA- SACARINA- EXTRATOS VEGETAIS- CAFEINA- CORANTE- CARAMELO- ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS- LIVRE DE SUJIDADES- PARASITAS E LARVAS- ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PET DE 02 LITROS Marca: SCHIN	UN	740	4,20	3.108,00
78	079.005.266	AGUA SANITARIA - SOLUCAO AQUOSA- PRINCIPIO ATIVO: HIPOCLORITO DE SODIO-PLASTICA CONTENDO 1000 ML PRODUTO COM REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE-HIPOCLORITO DE SODIO- HIDROXIDO DE SODIO E AGUA- TEOR ATIVO ENTRE 2% E 2-5% P/P PERFUMADA Marca: START	UN	1912	1,70	3.250,40
79	079.005.249	ALCOOL ETILICO - COM TEOR ALCOOLICO 70%,HIDRATADO, EMBALADO EM TUBO COM 500 ML, EM FORMA DE GEL BACTERICIDA Marca: START	UN	620	5,45	3.379,00
83	079.005.051	CERA LIQUIDA PARA PISO - PRINCIPIO ATIVO SOLVENTE DE PETROLEO- COMPOSICAO BASICA SILICONE-PARAFINA-FORMOL- CONSERVANTE-PERFUME- E OUTRAS SUBSTANCIAS QUIMICAS PERMITIDAS- TEOR NAO VOLATEIS MINIMO 3-5% NA CATEGORIA PRONTO USO- NA COR INCOLOR- ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO-CONTENDO 750ML- PRODUTO COM REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE Marca: START	UN	350	2,45	857,50
84	085.003.062	GUARDANAPO DE PAPEL - MEDINDO (22 X 20)CM EM FOLHA SIMPLES TIPO GOFRADO COR BRANCA ALVURA SUPERIOR A 70%CONFORME NORMA ISO IMPUREZA MAXIMA 15MM2/M2CONFORME NORMA TAPPI T437 OM-90 Marca: JULLY	UN	1015	0,65	659,75
90	079.006.032	DESODORIZADOR AMBIENTAL - AEROSOL- NA FRAGANCIA LAVANDA SUAVE- QUATERNARIO DE AMONIO- SOLUBILIZANTES- ETC- EM FRASCO DE ALUMINIO COM 400G Marca: ULTRAFRESH	UN	178	6,50	1.157,00
95	065.221.603	ESCOVA PARA LIMPEZA - MAMADEIRAS, CONVENCIONAL, BASE DE BASE PLASTICA, COM CERDAS MACIAS, CABO DE CABO EM PLASTICO, MEDINDO NO FORMATO OVAL Marca: NEOPAN	UN	20	11,00	220,00

97	079.004.013	ESPONJA PARA LIMPEZA - TIPO SIMPLES C/08 UNIDADES- MEDINDO 110X90X26MM- COM FORMATO RETANGULAR- ACO CARBONO- NA COR GRAFITE Marca: INOVE	UN	605	1,30	786,50
99	072.001.025	FLANELA - EM 100% ALGODAO,MEDINDO 28CM X 48CM,NA COR LARANJA. Marca: ROSA BELA	UN	360	1,00	360,00
101	072.001.048	PANO DE LIMPEZA - MEDINDO (46 X 70)CM, PESANDO NO MINIMO 120 GRAMAS, COM VARIACAO DE 10% (POR CENTO),TIPO PISO DE BANHEIRO,100% (POR CENTO) EM ALGODAO LISO, NA COR BRANCA Marca: TC MARTINS	UN	260	2,60	676,00
104	085.003.021	PAPEL TOALHA - DE ALTA QUALIDADE MACIO INTERFOLHAS COM 2 DOBRAS MEDINDO (23 X 27)CM ISENTO DE IMPUREZA 100% CELULOSE C/ GRAMATURA DE 40/42 GR/M2 ABSORCAO PROPRIA COR BRANCA COM 2 ROLOS Marca: MANNY	UN	580	2,82	1.635,60
105	085.002.025	PENTE PARA CABELO - DE PLASTICO,DENTES FINOS,COM CABO, PARA CORTE,CORES DIVERSAS Marca: CONDOR	UN	10	1,45	14,50
111	085.001.087	SABONETE - EM TABLETE, COM PH ENTRE 5,5 A 8,5, COMUM, PARA HIGIENE CORPORAL, COM 90G Marca: MOTIVUS	UN	410	0,87	356,70
117	073.030.848	ACENDEDOR - TIPO ISQUEIRO, DE PLASTICO, TAMANHO GRANDE, COMBUSTIVEL A BASE DE FLUIDO Marca: BIC	UN	25	3,50	87,50
119	072.003.235	BALDES - DE PLASTICO RESISTENTE, COM ALCA, COM CAPACIDADE PARA 10 L Marca: ARQ	UN	28	5,00	140,00
120	072.003.231	BALDES - EM PLASTICO,COM CAPACIDADE DE 15 LITROS Marca: ARQ	UN	22	5,00	110,00
124	081.003.040	CAIXA DE PLASTICO - EM POLIPROPILENO, MEDINDO APROXIMADAMENTE (25X36X14) CM, CAPACIDADE PARA 10 LITROS, COM TAMPA, DE FORMATO RETANGULAR, PARA ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS Marca: RAINHA	UN	11	19,00	209,00
125	073.030.225	CANECA PLASTICA - DE POLIPROPILENO NATURAL, ESPESSURA (3MM), DIAMETRO (80MM), ALTURA (83MM), COM (300ML) Marca: ERCAPLAST	UN	100	1,40	140,00
127	073.030.778	COLHER - COLHER DESCARTAVEL EM POLIESTIRENO,PARA SOBREMESA,NA COR BRANCA,EM EMBALAGEM ADEQUADA Marca: SERTPLAST	UN	700	1,97	1.379,00
130	073.030.514	COPO DESCARTAVEL - DE POLIESTIRENO, PARA LIQUIDOS, COM CAPACIDADE DE 180ML, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM 100 COPOS Marca: COPOSUL	UN	9980	2,50	24.950,00
131	073.030.557	COPO DESCARTAVEL - DE POLIESTIRENO, PARA LIQUIDOS, COM CAPACIDADE DE 300ML, 330 GRAMAS, PACOTE COM 100 UNIDADES Marca: COPOSUL	UN	500	4,25	2.125,00
134	073.030.606	FACA - EM INOX, DE SERRA, CABO EM POLIPROPILENO Marca: ARTNOX	UN	10	1,50	15,00
138	073.230.092	GARRAFA - GARRAFA TERMICA, REVESTIDA EM PLASTICO RIGIDO, AMPIDRO TEMPERADO, COM TAMPA TIPO PRESSAO., CAPACIDADE DE 1 LITRO. Marca: INVICTA	UN	12	19,00	228,00
144	073.230.051	PEGADOR - EM ALUMINIO, PARA MACARRAO Marca: YANGZI	UN	4	7,40	29,60
147	073.020.909	PORTA MANTIMENTOS - EM PLASTICO POLIETILENO, FORMATO RETANGULAR, CAPACIDADE PARA 1 LITRO, PARA ACONDICIONAR GENEROS ALIMENTICIOS, LISO COM TAMPA HERMETICAMENTE FECHADA, TRANSPARENTE Marca: JR	UN	6	4,00	24,00
151	073.020.904	PORTA MANTIMENTOS - EM PLASTICO POLIETILENO, FORMATO RETANGULAR, CAPACIDADE PARA 5 LITROS, PARA ACONDICIONAR GENEROS ALIMENTICIOS, LISO COM TAMPA HERMETICAMENTE FECHADA, TRANSPARENTE Marca: MB	UN	4	9,40	37,60
152	073.020.901	PORTA MANTIMENTOS - EM PLASTICO POLIETILENO, FORMATO RETANGULAR, CAPACIDADE PARA 500ML, PARA ACONDICIONAR GENEROS ALIMENTICIOS, LISO COM TAMPA, TRANSPARENTE Marca: JR	UN	6	3,20	19,20
155	073.010.666	RALADOR - EM INOX, TIPO MANUAL, PARA USO DOMESTICO, ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA Marca: YAZI	UN	18	17,30	311,40
156	072.003.860	RECIPIENTES PARA LIXOS - DE PLASTICO, NO FORMATO CILINDRICO, COM CAPACIDADE PARA 10 L, MODELO COM TAMPA Marca: ARQ	UN	11	4,70	51,70
161	081.001.196	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO COM CAPACIDADE DE 30 LITROS MEDINDO LARG59CMXALT62CMXESP0 06MM NA COR PRETA PESANDO 2 5KGS NBR 9190 NBR 9191, PACOTE COM 10 UNIDADES Marca: MERC	UN	2750	1,00	2.750,00
162	081.001.201	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO COM CAPACIDADE DE 50 LITROS MEDINDO 63CMX0 08MM NA COR PRETA PESANDO 3 KGS NBR 9190 NBR 9191, PACOTE COM 8 UNIDADES Marca: MERC	UN	4150	1,10	4.565,00
163	081.001.561	SACO PLASTICO EM BOBINA P/ EMBALAGEM - DE POLIPROPILENO MEDINDO 30X20CM COM CAPACIDADE P/ 2KG C/ ESPESSURA DE 0 10 MICRAS NA COR TRANSPARENTE, POR KG Marca: MERC	UN	45	15,00	675,00
164	081.001.562	SACO PLASTICO EM BOBINA P/ EMBALAGEM - DE POLIPROPILENO MEDINDO 40X30CM COM CAPACIDADE P/ 5KG C/ ESPESSURA DE 0 12MICRAS NA COR TRANSPARENTE POR KG Marca: MERC	UN	45	15,00	675,00
172	079.004.027	VASSOURA - DE PELO, COM CABO EM MADEIRA, REVESTIDO EM PLASTICO, COM 1,20M DE COMPRIMENTO,MEDIDA DA BASE 25 CM,BASE REVESTIDA EM PLASTICO RIGIDO. Marca: PLAST	UN	75	5,30	397,50
Valor Total Registrado R$						**73.863,79**

Vigência: A Ata de Registro de Preço terá sua vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura e publicação na imprensa oficial do Município.

Data de Assinatura:07 de Agosto de 2018.

Assinam: Pelo Município de Curvelândia o Sr. Sidinei Custódio da Silva, pela Detentora da Ata de Registro de Preços o Sr. Tiago Cavalari Godoi.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018

O Município de Curvelândia do Estado de Mato Grosso, RESOLVE Registrar os Preços da Empresa: LAMPA COMERCIO EIRELI-ME, inscrita no CNPJ: 18.743.001/0001-91.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de **gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, gás e utensílios de copa e cozinha.**

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO / MARCA	UND	QT.	R$ UNIT.	R$ TOTAL
10	089.005.175	AZEITONA EM CONSERVA - VERDE- INTEIRA COM CAROCO- IMERSA EM LIQUIDO- TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES- ACONDICIONADA EM VIDRO COM 500 GRAMAS- DEVENDO SER CONSIDERADO COMO PESO LIQUIDO O PRODUTO DRENADO Marca: CAMPO BELO	KG	70	8,69	608,30
18	089.007.130	BISCOITO COM SAL - TIPO CREAM CRACKER- COMPOSICAO BASICA AROMATIZADO ARTIFICIALMENTE- FARIMHA DE TRIGO- GORDURA VEGETAL HIDROGENADA- SAL- C/ GLUTEN- EXTRATO DE MALTE E FERMENTO BIOLOGICO- ACONDICIONADO EM PACOTES- 400 G Marca: MY BIT	UN	950	3,70	3.515,00
20	089.015.004	CAFE - DEVENDO CONTER ATE 5 KCAL- PRIMEIRA QUALIDADE- COM SELO DA ABIC- ISENTO DE GRAOS PRETOS-VERDES OU FERMENTADOS E CRUS- NA COR CASTANHO CLARO A MODERADO ESCUROS/AMARGOR - TORRADO E MOIDO- AROMA E SABOR CARACTERISTICOS DE REGULAR A INTENSO - PESANDO 500G Marca: AGRICULTOR	UN	1085	9,31	10.101,35
29	089.008.056	COCO RALADO - AMENDOAS DE COCO PURO-PARCIALMENTE DESIDRATADO- OBTIDO POR PROCESSO TECNOLOGICO ADEQUADO- COM UMIDADE MAXIMA DE 4% P/P E LIPIDIOS ENTRE 35% A 60%- ISENTO DE IMPUREZAS-SUJIDADES E RANCO- ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA 100G Marca: BOM COCO	UN	330	2,89	953,70
30	089.014.023	COLORIFICO - EM PO FINO-HOMOGENEO- OBTIDO DE FRUTOS MADUROS DE ESPECIMES GENUINOS-GRAOS SAOS-LIMPOS-DESSECADOS E MOIDOS- DE COLORACAO VERMELHO INTENSO- COM ASPECTO COR-CHEIRO E SABOR PROPRIOS- ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE- ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE-ATOXICO- RESISTENTE E HERMETICAMENTE VEDADO 500G Marca: MARATA	UN	62	4,85	300,70
37	089.006.128	FARINHA DE MANDIOCA - TORRADA- SECA- FINA- TIPO 1- BRANCA- ISENTA DE SUJIDADES- ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO- TRANSPARENTE CONTENDO 01 KG Marca: TIA ELIZA	UN	130	6,80	884,00
40	089.007.048	FERMENTO QUIMICO - TIPO EM PO- COMPOSTO DE PIROFOSFATO ACIDO DE SODIO- BICARBONATO DE SODIO-FOSFATO MONO-CALCIO- ACONDICIONADO EM LATA HERMETICAMENTE FECHADA COM 100G Marca: NITA	UN	220	2,50	550,00
43	089.006.074	FUBA DE MILHO - SIMPLES- DO GRAO DO MILHO- DE COR AMARELA- COM ASPECTO COR- CHEIRO E SABOR PROPRIOS- COM AUSENCIA DE UMIDADE E FERMENTACAO- ISENTO DE SUJICIDADE- PARASITAS E LARVAS- ACONDICIONADO EM PACOTE COM 500G Marca: DIODORO	UN	510	2,13	1.086,30
56	089.006.136	MILHO DE CANJICA BRANCA - DE PRIMEIRA QUALIDADE-BENEFICIADO-POLIDO-LIMPO- ISENTO DE SUJIDADES-PARASITAS E LARVAS- ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 14% PACOTE COM 500 G Marca: DIODORO	UN	225	2,70	607,50
57	089.006.135	MILHO DE PIPOCA - DE PRIMEIRA QUALIDADE-BENEFICIADO-POLIDO-LIMPO- ISENTO DE SUJIDADES-PARASITAS E LARVAS- ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 14% PACOTE COM 500G Marca: DIODORO	UN	250	2,75	687,50
Valor Total Registrado R$						**19.294,35**

Vigência: A Ata de Registro de Preço terá sua vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura e publicação na imprensa oficial do Município.

Data de Assinatura:07 de Agosto de 2018.

Assinam: Pelo Município de Curvelândia o Sr. Sidinei Custódio da Silva, pela Detentora da Ata de Registro de Preços a Srª. Zenóbia Olimpia de Arruda.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 024/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018

O Município de Curvelândia do Estado de Mato Grosso, RESOLVE Registrar os Preços da Empresa: SETE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ: 04.578.067/0001-69.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de **gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, gás e utensílios de copa e cozinha.**

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO / MARCA	UND	QT.	R$ UNIT.	R$ TOTAL
26	089.015.092	CHA - ERVA MATE QUEIMADO- CONSTITUIDO DE FOLHAS NOVAS- DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS-TOSTADOS E PARTIDOS- DE COR PARDACENTA- COM ASPECTO COR-CHEIRO E SABOR PROPRIOS- ISENTO DE SUJIDADES-PARASITAS E LARVAS- ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A GRANEL- EMBALADO EM CAIXA PAPEL CARTAO COM 200G Marca: XANXERE	UN	605	3,80	2.299,00
80	079.005.247	ALCOOL ETILICO - COM TEOR ALCOOLICO DE 70 GL- HIDRATADO- LIQUIDO-EMBALADO EM FRASCO PLASTICO RESISTENTE CONTENDO 01 LITRO Marca: STA CRUZ	UN	822	4,85	3.986,70
81	079.005.190	AMACIANTE - PRINCIPIO ATIVO CLORETO DE DIESTEARIL DIETIL AMONIO- COMPOSICAO BASICA QUATERNARIO DE AMONIO- CORANTE E OUTRAS SUBSTANCIAS QUIMICAS PERMITIDAS- TEOR DE NAO VOLATEIS BASICO:2-0%MINIMO- TEOR DE ATIVOS CATIONICO BASICO:1-8%MINIMO- COMPOSICAO AROMATICA LAVANDA- ACONDICIONAMENTO EM FRASCO PLASTICO COM 2000ML- E AS SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUCAO MS 1/78-PORT874/98 Marca: PROEZA	UN	242	3,59	868,78
85	079.005.454	LIMPA METAIS - LIQUIDO-A BASE DE ACIDO SULFONICO E CLORIDRICO-EM USO DOMESTICO PARA LIMPEZA DE ALUMINIO-COM OU SEM FRAGRANCIA-EMBALAGEM DE 500 ML Marca: FUZETTO	UN	830	1,73	1.435,90

87	079.004.349	LUVA - LATEX SINTETICO,TAMANHO M, PAR Marca: MEDIX	UN	442	1,89	835,38
89	079.005.163	DESINFETANTE - CATEGORIA BASICA RESTRITA AO USO PURO PRINCIPIO ATIVO CLORETO ALQUIL BENZILAMONIO- PRINCIPIO ATIVO MONIL FENOL- COMPOSICAO BASICA ETOXILADO- CORANTE OLEO DE EUCALIPTO- COMPOSICAO AROMATICA EUCALIPTO- ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO CONTENDO 2L - Marca: PROEZA	UN	1578	3,29	5.191,62
91	079.005.119	DETERGENTE LIQUIDO - PRINCIPIO ATIVO DETERGENTE LIQUIDO CONCENTRADO- COM GLICERINA-COMTENSOATIVOS ANIONICOS-ANFOTEROS- COADJUVANTES- COMPOSICAO BASICA PRESERVANTES- SEQUESTRANTES- ESPESSANTES- CONTROLADOR DE PH- BRANQUEADOR OPTICO- CORANTES- FRAGRANCI- PRESERVANTES-SEQUESTRANTE-ESPESSANTE-FRAGANCIAS A E VEICULO- TEOR DE ATIVOS COMPONENTE ATIVO LINEAR ALQUILBENZENO SULFANATO DESODIO- COM TENSOATIVOS BIODEGRADAVEIS- COMPOSICAO AROMATICA NEUTRO- ACONDICIONADO EM TUBO DE PLASTICO COM 500 ML- TAMPA DOSADORA- REG MS 300589-1 Marca: LIMPISSIMO	UN	2768	1,25	3.460,00
93	079.004.158	ESCOVA PARA LIMPEZA - LIMPEZA DE BANHEIROS- ESCOVA SANITARIA COM SUPORTE- BASE DE CORPO EM POLIPROPILENO- MEDINDO BASE DA BOLA COM 11CM E 9CM DE PROFUNDIDADE- MEDINDO CABO COM 38CM DE COMPRIMENTO- NA COR BRANCA Marca: PLASTGRAN	UN	86	3,50	301,00
96	079.004.012	ESPONJA PARA LIMPEZA - TIPO DUPLA FACE- MEDINDO 110MM X 75MM X 20 MM- COM FORMATO RETANGULAR- POLIURETAN0 E FIBRA SINTETICA- NA COR VERDE/AMARELO LIMPEZA PESADA Marca: BETTANIN	UN	410	0,50	205,00
98	065.515.589	FILTRO SOLAR - FATOR DE PROTECAO SOLAR 60 COM PROTECAO UVA/UVBTIPO HIPOALERGENICO SEM PERFUME COM VITAMINA E NAO COMEDOGENICO E RESISTENTE A AGUAFORMA FARMACEUTICA LOCAO CREMOSA HIDRATANTEFORMA DE APRESENTACAO BISNAGAVIA DE ADMINISTRACAO TOPICA Marca: SUNLAU	UN	160	40,00	6.400,00
100	072.001.431	PANO DE COPA E COZINHA - DE ALGODAO LISO (PARA PRATO), MEDINDO 43 X 67CM, NA COR BRANCA, 100% ALGODAO Marca: MARTINS	UN	189	2,20	415,80
103	085.003.103	PAPEL HIGIENICO DE BOA QUALIDADE - FOLHA SIMPLESNEUTROTEXTURA MACIAPICOTADOCOM SUPORTE EM REGIME DE COMODATO NA COR BRANCO MEDINDO 300M X 10CM NEUTRO SEM RELEVO COMPOSTO DE 100% FIBRAS NATURAIS TUBETE MEDINDO 10 CM EMBALAGEM COM BOA VISIBILIDADE DO PRODUTO FARDOS C/08 ROLOS COMLAUDO MICROBIOLOGICO DENTRO DA VALIDADE. Marca: NOBRE	UN	2109	3,65	7.697,85
107	037.007.392	RASTELO - EM PLASTICO, COM TAMANHO MEDIO Marca: DSR	UN	84	8,90	747,60
110	079.005.198	SABAO EM BARRA - COMPOSICAO BASICA CARBONATO DE SODIO-DIOXIDO DE TITANIO-GLICERINA-CORANTE E OUTRAS SUBSTANCIAS QUIMICAS PERMITIDAS- ESPECIFICACOES PH 1%=11-5MAXIMO-ALCALINIDADE LIVRE:MAXIMO 0-5%P/P- DE GLICERINA- NA COR AMARELA- EMBALADO EM SACO PLASTICO- EB 56/54 DA ABNT, PACOTE COM 5 UNIDADES Marca: KRA KRA	UN	160	3,84	614,40
113	079.005.276	SODA CAUSTICA - TIPO ESCAMA- EMBALADA EM FRASCO PLASTICO-CONTENDO 1 QUILO- COMPOSTA DE HIDROXIDO DE SODIO Marca: INDAIA	UN	52	10,40	540,80
118	084.004.470	AVENTAL DE PROTECAO - EM NAPA NO COMPRIMENTO DO VESTIDO TAMANHO 2 G NA COR BRANCO Marca: COPASEG	UN	38	7,00	266,00
128	073.030.733	COLHER - DE INOX, PARA REFEICOES Marca: MARTINOX	UN	380	1,49	566,20
135	081.001.654	FILME PARA EMBALAGEM DE ALIMENTOS - EM PLASTICO ADERENTE DE PVC MEDINDO 30M X 28CM COM ESPESSURA DE 10 MICRAS TIPO EM BOBINA EMBALAGEM SEM SERRILHA Marca: GUARAFILME	UN	100	2,64	264,00
136	073.030.702	FILTRO DESCARTAVEL PARA CAFE 103, CONTENDO 30 UNIDADES COM MICROFUROS, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E QUANTIDADE Marca: JOVITTA	UN	30	3,04	91,20
137	073.030.808	GARFO - DE PLASTICO DESCARTAVEL, PARA REFEICAO, APRESENTACAO LISA, 100 UN Marca: SERTPLAST	UN	700	3,04	2.128,00
154	073.030.350	PRATO DESCARTAVEL - DE POLIETILENO,DIAMETRO DE 18CM,COM ALTURA DE 1,5CM,ESPESSURA DE 25 MICRAS,COM CAPACIDADE DE 250ML,SEM TAMPA COM 10 UNIDADES Marca: MINAPLAST	UN	1500	1,16	1.740,00
158	079.004.092	RODOPUXA E SECA - CABO DE ALUMINIO- BASE MEDINDO 60CM- BASE DE ALUMINIO- COM 2 LAMINAS DE BORRACHA Marca: 2000	UN	116	20,00	2.320,00
159	079.004.101	RODOPUXA E SECA - CABO DE MADEIRA- BASE MEDINDO 40CM- BASE DE PLASTICO- COM DUAS LAMINAS DE BORRACHA Marca: DSR	UN	81	4,00	324,00
160	081.001.192	SACO PARA LIXO DOMESTICO DE POLIETILENO COM CAPACIDADE DE 100 LITROS MEDINDO LARG75CMXALT105CMXESP0 13MM NA COR PRETA PESANDO 4KGS NBR 9190 NBR 9191, PACOTE COM 5 UNIDADES Marca: REPORPACK	UN	1950	1,80	3.510,00
169	085.004.148	TOALHA DE ROSTO - MEDINDO (70 X 45)CM NA COR BRANCA 100% ALGODAO Marca: MARTINS	UN	126	5,55	699,30
171	079.004.036	VASSOURA - DE PELO SINTETICO DE NYLON- CABO DE MADEIRA REVESTIDO COM CAPA PLASTICA-MEDIDA DA BASE ENTRE 24 A 27 CM- COM BASE DE MADEIRA PINTADA- CONTENDO ROSCA PARA CABO Marca: DSR	UN	69	4,76	328,44
Valor Total Registrado R$						**47.236,97**

Vigência: A Ata de Registro de Preço terá sua vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura e publicação na imprensa oficial do Município.

Data de Assinatura:07 de Agosto de 2018.

Assinam: Pelo Município de Curvelândia o Sr. Sidinei Custódio da Silva, pela Detentora da Ata de Registro de Preços o Sr. Pedro Del Bianco Pereira Lopes.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018

O prefeito Municipal de Curvelândia - MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 43, VI, da Lei 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação da Comissão de Licitação e de acordo com o Parecer do Assessor Jurídico desta Prefeitura, Resolve, **ADJUDICAR** o item licitado, perfazendo o valor total de R$ 65.894,93 (Sessenta e Cinco Mil, Oitocentos e Noventa e Quatro Reais e Noventa e Três Centavos) à Empresa NS CONSTRUTORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ Nº 14.039.081/0001-48, e **HOMOLOGAR** o presente processo licitatório na modalidade Tomada de Preços Nº 002/2018, tipo menor preço por empreitada por preço global, cujo objeto é Contratação de Empresa para construção de salas para ampliação da farmácia básica no prédio do antigo posto de Saúde do Município de Curvelândia - MT, e **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da empresa vencedora. Curvelândia - MT, 07 de Agosto de 2018. **SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA -** Prefeito Municipal.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018

O Município de Curvelândia do Estado de Mato Grosso, RESOLVE Registrar os Preços da Empresa: K. M. FERRARI & CIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ: 15.363.074/0002-40.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de **gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, gás e utensílios de copa e cozinha.**

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO / MARCA	UND	QT.	R$ UNIT.	R$ TOTAL
1	089.005.073	ABACAXI - PEROLA, COM COROA, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, PESANDO APROXIMADAMENTE POR UNIDADE ENTRE 1 A 1,5KG Marca: LG VERDURAS	KG	600	5,44	3.264,00
2	089.008.040	ACUCAR - OBTIDO DA CANA DE ACUCAR-TIPO CRISTAL- COM ASPECTO COR-CHEIRO PROPRIOS-SABOR DOCE- COM TEOR DE SACAROSE MINIMO DE 99-3%P/P E UMIDADE MAXIMA DE 0-3%P/P- SEM FERMENTACAO-ISENTO DE SUJIDADES-PARASITAS- MATERIAIS TERROSOS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS- ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO ATOXICO-CONTENDO 2KG DO PRODUTO Marca: ITAMARATI	UN	1375	3,34	4.592,50
4	089.016.078	AGUA MINERAL - NATURAL SEM GAS- ACONDICIONADA EM GARRAFAO POLIPROPILENO-TAMPA DE PRESSAO E LACRE- CONTENDO 20 LITROS- SEM VASILHAME Marca: CLASSICA	UN	1330	9,41	12.515,30
5	089.004.105	ALHO - BULBO- NACIONAL- DE OTIMA QUALIDADE- FRESCO- SEM LESOES DE ORIGEM LIVRE DE RESIDUOS- TAMANHO E COR UNIFORMES- DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO- ISENTO DE SUJIDADES- PARASITAS E LARVAS- ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO- PESANDO APROXIMADAMENTE PESANDO 1 KG Marca: COROADO	KG	66	18,49	1.220,34
8	089.006.082	AMIDO DE MILHO - PRODUTO AMILACEO EXTRAIDO DO MILHO- PARA O PREPARO DE MINGAU- COM ASPECTO COR- CHEIRO E SABOR PROPRIO- SABOR: TRADICIONAL-- COM UMIDADE MAX 14% POR PESO- ISENTO DE SUJIDADES- PARASITAS E LARVAS- ACONDICIONADO EM SACO DE PAPEL IMPERMEAVEL- FECHADO- ETC- REEMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CAIXA- VEDADO- ETC-COM PESO LIQUIDODE 500 GRAMAS Marca: ZAELI	UN	120	4,29	514,80
9	089.006.097	ARROZ - AGULHINHA- TIPO 1- LONGO- GRAOS INTEIROS- COM TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 15%-ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS- ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO-CONTENDO 5 QUILOS Marca: MASSON	UN	570	10,99	6.264,30
12	089.004.147	BANANA - MACA, EM PENCAS, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE Marca: LG VERDURAS	KG	40	4,29	171,60
13	089.004.148	BANANA - NANICA- EM PENCAS- DE PRIMEIRA- TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES- COM POLPA FIRME E INTACTA- DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA- SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE Marca: LG VERDURAS	KG	350	3,65	1.277,50
14	089.004.140	BANANA - PACOVAN,EM PENCA,DE PRIMEIRA QUALIDADE,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,COM POLPA FIRME E INTACTA,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA,SEM DANOS FISICOS E MECANICOS,SEM DANIFICAÇAO DO MANUSEIO E TRANSPORTE,ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA Marca: LG VERDURAS	KG	60	4,39	263,40
15	089.004.080	BATATA - LISA- DE PRIMEIRA- COMPACTA E FIRME- SEM LESOES DE ORIGEM SEM LESOES FISICAS OU MECANICAS- TAMANHO E CONFORMACAO UNIFORME- DEVENDO SER GRAUDA- ACONDICIONADA EM SACOS DE ACONDICIONADAS EM SACO- PESANDO APROXIMADAMENTE KG Marca: LG VERDURAS	KG	260	4,15	1.079,00
16	089.004.086	BATATA DOCE - ROSADA, BOA QUALIDADE, COMPACTA E FIRME, SEM LESOES DE ORIGEM FISICAS OU MECANICAS Marca: LG VERDURAS	KG	10	3,99	39,90
17	089.004.128	BETERRABA - OTIMA QUALIDADE- FRESCA- COMPACTA E FIRME- ISENTA DE ENFERMIDADES ISENTA DE ENFERMIDADE E SUJIDADES- TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES- DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA- ACONDICIONADA EM CAIXA DE MADEIRA- PESANDO APROXIMADAMENTE KG Marca: LG VERDURAS	KG	80	3,59	287,20
21	089.001.089	CARNE BOVINA - TIPO ACEM-PESCOCO-PEITO-PALETADIANTEIRO- PECA INTEIRA- RESFRIADA- E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO-COR-CHEIRO E SABOR PROPRIO- EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE-ATOXICO- PESANDO ENTRE 35 A 53KGS Marca: FRIBOI	KG	560	15,39	8.618,40
22	089.001.119	CARNE BOVINA - TIPO ALCATRA SEM PELANCA- EM BIFE AMACIADO- RESFRIADA- E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA LIMPA-COM ASPECTO-COR-CHEIRO E SABOR PROPRIOS E NOMAXIMO 10% DE SEBO OU GORDURA- EMBALADA EM EMBALAGEM PROPRIA- PESANDO SEM SUGIDADES E ACAO DE MICROBIOS- INSPECIONADA PELO SIF Marca: FRIBOI	KG	630	21,49	13.538,70
23	089.001.088	CARNE BOVINA - TIPO MUSCULO- MOIDA- CONGELADAENTRE -10-C E -25-C- E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO-COR-CHEIRO E ODOR PROPRIOS- EMBALADA EM CAIXA DE PAPELAO-ROTULADA- PESANDO ENTRE 5 A 20KGS-POR CAIXA Marca: FRIBOI	KG	590	13,29	7.841,10
24	089.004.216	CEBOLA - TIPO BRANCA-DE COLHEITA RECENTE- PROCEDENTE DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINAS E SAS- NAO DEVENDO APRESENTAR RACHADURAS OU CORTES NA CASA-SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA-LIVRES DE ENFERMIDADES E RESIDUOS DE FERTILIZANTES-BEM DESENVOLIDAS-ISENTA DE SUJIDADES- PARASITAS E LARVAS-ACONDICIONADA EM CAIXA DE POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE--CONFORME RESOLUCAO CNNPA N°12 DE 1978 Marca: LG VERDURAS	KG	170	4,19	712,30

25	089.004.149	CENOURA - VERMELHA- DE PRIMEIRA- SEM RAMA- FRESCA- COMPACTA E FIRME- SEM LESOES DE ORIGEM SEM RACHADURAS- SEM DANOS FISICOS E MECANICOS- DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS- ACONDICIONADA EM CAIXA DE MADEIRA- PESANDO APROXIMADAMENTE POR QUILO Marca: LG VERDURAS	KG	200	3,45	690,00
31	089.014.065	CRAVO DA INDIA - OBTIDO DO BOTAO FLORAL DE ESPECIME GENUINA-DE COLORACAO PARDO ESCURA- CHEIRO E SABOR PROPRIOS-COM TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 16%-ISENTO DE DETRITOS DO PROPRIO PRODUTO E IMPUREZAS DOS GRAOS OU SEMENTES-ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO-TIPO TRANSPARENTE COM 20G Marca: SICAL	UN	100	3,29	329,00
32	089.003.107	CREME DE LEITE - APRESENTANDO TEOR DE MATERIA GORDA MINIMA DE 25%- EMBALADO EM CAIXA CARTONADA-PESANDO 200 GRAMAS Marca: ITALAC	LT	350	2,64	924,00
33	089.009.043	DOCE EM BARRA - DE GOIABA, EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM FILME PLASTICO COM 400G Marca: VAL	UN	120	4,40	528,00
34	089.014.055	ERVA DOCE - EM GRAO- OBTIDA DE DE PRIMEIRA QUALIDADE APRESENTANDO TAMANHO E CONFORMACAO UNIFORMES- DE ESPECIME DE VEGETAIS GENUINOS- ISENTO DE FERMENTACAO E MOFO- HOMOGENEA- COM ASPECTO- CHEIRO E SABOR PROPRIOS- ISENTA DE AUSENCIA DE SUJIDADES-PARAZITAS E LARVAS- ACONDICIONADA EM ACONDICIONADO EM SACO POLIETILENO-ESTERILIZADO EM ATMOSFERA MODIFICADA- EMBALADO EM EMBALAGEM APROPRIADA- CONFORME NTA-57DEC12486-DE 20/10/78 Marca: SICAL	UN	200	1,92	384,00
36	089.014.095	EXTRATO DE TOMATE - SIMPLES- CONCENTRADO-PRODUTO RESULTANTE DA CONCENTRACAO DA POLPA DE TOMATE POR PROCESSO TECNOLOGICO-PREPARADO COM FRUTOS MADUROS SELECIONADOS SEM PELE- SEM SEMENTES E CORANTES ARTIFICIAIS-ISENTO DE SUJIDADES E FERMENTACAO-ACONDICIONADO EM EMBALAGEM FECHADA CONTENDO 190G Marca: QUERO	UN	880	1,69	1.487,20
38	089.006.011	FARINHA DE TRIGO - ESPECIAL- OBTIDA DO TRIGO MOIDO-LIMPO-DESGERMINADO- DE COR BRANCA- ISENTA DE SUJIDADES-PARASITOS E LARVAS- LIVRE DE FERMENTACAO-MOFO E MATERIAIS TERROSOS- ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE COM 1000G Marca: PRIMOR	UN	630	3,05	1.921,50
39	089.006.112	FEIJAO - CARIOCA- TIPO 1- NOVO- CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS E SADIOS- COM A UMIDADE PERMITIDA EM LEI- ISENTO DE MATERIAL TERROSO-SUJIDADES ISENTO DE MATERIAL TERROSO-SUJIDADES E MISTURAS D E OUTRAS ESPECIES- ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO- CONTENDO 1KG Marca: MASSON	UN	320	3,80	1.216,00
41	089.002.038	FRANGO PROCESSADO - FRANGO PROCESSADO-FILE DE PEITO DE FRANGO-CARNE DE FRANGO DE PRIMEIRA QUALIDADE-LIMPA-SEM OSSOS-COM FORMA E TAMANHO UNIFORMES-COM ASPECTO-COR- CHEIRO E SABOR PROPRIOS-ISENTO DE SUJIDADES- PARASITAS- MANCHAS E LARVAS-DEVENDO SER CONSIDERADO O PESO LIQUIDO DO PRODUTO DRENADO-ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A VACUO- CONGELADAS A 12 GRAUS CELSIUS Marca: SADIA	KG	1060	12,29	13.027,40
42	089.002.133	FRANGO SEMI-PROCESSADO - INTEIRO- RESFRIADO- SEM PES- PESCOCO E VISCERAS- COM ASPECTO COR E CHEIRO PROPRIOS- SEM MANCHAS E PARASITAS- ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO- PESO POR QUILO Marca: SADIA	KG	560	7,45	4.172,00
44	089.004.221	LARANJA - PERA- COR AMARELA ESVERDEADA- DE PRIMEIRA- LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES SABOR E CHEIRO CITRICOS- TAMANHO GRANDE- DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA- BOA QUALIDADE- ACONDICIONADA EM APROPRIADA Marca: LG VERDURAS	KG	500	3,19	1.595,00
46	089.003.041	LEITE LONGA VIDA - UHT INTEGRAL- TEOR DE MATERIA GORDA COMPOSTO CARBOIDRATOS- PROTEINAS- GORDURAS TOTAIS E SATURADAS- GORDURAS TRANS OG- FIBRA ALIMENTAR OG- SODIO E CALCIO- RECIPIENTE HERMETICO EM TIPO TETRA PAK COM 1 LITRO E VALIDADE DE NO MINIMO 90 DIAS- COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA Marca: VENCEDOR	LT	890	4,24	3.773,60
47	089.002.002	LINGUICA - FRESCAL- CARNE SUINA- PREPARADA COM CARNE PERNIL E CONDIMENTOS- COM ASPECTO NORMAL-FIRME-SEM UMIDADE- ISENTA DE SUJIDADES-PARASITAS E LARVAS- MANTIDA EM TEMPERATURA DE REFRIGERACAO ADEQUADA- ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO-DEVIDAMENTE FECHADO Marca: NUTRIBRAS	KG	30	11,19	335,70
48	089.004.094	MACA - VERMELHA GRANDE- NACIONAL- DE PRIMEIRA- APRESENTANDO TAMANHO- COR E CONFORMACAO UNIFORME- DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA- COM POLPA INTACTA E FIRME- SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE- ACONDICIONADA EM CAIXA PAPELAO ONDULADO Marca: LG VERDURAS	KG	300	5,89	1.767,00
49	089.004.153	MANDIOCA - GRAUDA- BOA QUALIDADE- FRESCA-COMPACTA E FIRME- TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES- DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA- ACONDICIONADA EM CAIXA DE MADEIRA495X355X220MM- PESANDO APROXIMADAMENTE 25KGS Marca: LG VERDURAS	KG	210	3,60	756,00
50	089.013.027	MARGARINA VEGETAL - COM SAL- COMPOSTO DE 80% DE GORDURA E LEITE LIPIDEOS- PODENDO CONTER VITAMINA E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS- COM ASPECTO COR- CHEIRO E SABOR PROPRIO- ACONDICIONADO EM POTE CONTENDO 500 GRAMAS- EMBALADO EM POTE INDIVIDUAL DE 500 GRAMAS Marca: CLAYBOM	UN	390	5,29	2.063,10
54	089.004.241	MELANCIA - REDONDA- GRAUDA- DE PRIMEIRA- LIVRE DE SUJIDADES-PARASITAS E LARVAS- TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES- DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA- COM POLPA FIRME E INTACTA- ACONDICIONADA EM A GRANEL-PESANDO ENTRE 6 A 10KG CADA UNIDADE Marca: LG VERDURAS	KG	650	2,11	1.371,50
55	089.004.189	MELAO - AMARELO- DE PRIMEIRA- TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES- DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO- COM POLPA INTACTA E FIRME- 620X360X175MM-COM 10 A 11 UNIDADES-13KGS Marca: LG VERDURAS	KG	500	5,25	2.625,00
59	089.002.011	MORTADELA - CONSTITUIDA DA MISTURA DE CARNES CARNE DE FRANGO- COMPOSTA DE COM CONDIMENTOS- APRESENTANDO NO MAXIMO 25 % DE UMIDADE- DE PRIMEIRA QUALIDADE- ISENTO DE SUJIDADES E OUTRAS ISENTA DE SUJIDADES E CORPOS ESTRANHOS- ACONDICIONADO EM PECA UNICA- INPECIONADA PELO SIF Marca: QUALI BOM	KG	80	14,39	1.151,20
60	089.013.004	OLEO COMESTIVEL - DE SOJA- OBTIDO DA SOJA- SEM COLESTEROL E SEM ADITIVO- ISENTO DE RANCO E SUBSTANCIAS ESTRANHAS- ACONDICIONADO EM LATA DE 900 ML Marca: CONCORDIA	UN	560	3,60	2.016,00
61	089.014.058	OREGANO - EM FOLHAS SECAS- OBTIDO DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS- GRAOS SAO E LIMPOS- DE COLORACAO VERDE PARDACENTA- COM CHEIRO AROMATICO E SABOR PROPRIO- ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE- ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE COM 100G Marca: SICAL	UN	70	4,60	322,00
62	089.019.001	OVO - DE GALINHA- BRANCO- GRANDE- ISENTO DE SUJIDADES-FUNGOS E SUBSTANCIAS TOXICAS-ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA Marca: KOKODECO	DZ	325	5,95	1.933,75
64	089.004.170	PIMENTAO - VERDE- EXTRA DE OTIMA QUALIDADE- GRANDE- SEM LESOES DE ORIGEM SEM LESOES- ACONDICIONADO EM SACO- PESANDO APROXIMADAMENTE UNIDADE Marca: LG VERDURAS	KG	43	7,30	313,90
67	089.002.106	PRESUNTO - MAGRO- PRE-COZIDO- FATIADO- DE FRANGO- COM ASPECTO- COR- CHEIRO E SABOR PROPRIOS- ISENTO DE SUJIDADES- PARASITOS E LARVAS- ACONDICIONADO EM PLASTICA- ATOXICA- REEMBALADO EM CAIXA DE PAPELAO REFORCADA- INSPECIONADO PELO SIF Marca: QUALI BOM	KG	390	16,50	6.435,00
68	089.015.033	PREPARADO SOLIDO ARTIFICIAL PARA REFRESCO - PREPARO SOLIDO PARA REFRESCO-COLORIDO ARTIFICIALMENTE- DE FACIL PREPARO PELA ADICAO DE AGUA ENRIQUECIDO COM VITAMINA C COMPOSTO DE ACUCAR- POLPA DE FRUTA A 1%- PRODUTO EM PO SOLUVEL EM AGUA- EMBALAGEM DE SACO DE POLIETILENO COM 1KG Marca: QUALIMAX	UN	550	5,17	2.843,50

69	089.003.071	QUEIJO - TIPO MUSSARELA-FATIADA- EMBALADO EM PLASTICO INVIOLAVEL Marca: VENCEDOR	KG	440	23,60	10.384,00
71	089.016.055	REFRIGERANTE - COMPOSTO DE EXTRATO DE GUARANA-AGUA GASEIFICADA-ACUCAR- 0-02G A 0-2G DE EXTRATO DE SEMENTE DE GUARANA- CORANTES ARTIFICIAIS- LIVRE DE SUJIDADES-PARASITAS E LARVAS- ACONDICIONADO PET COM TAMPA DE ROSCA-EMBALAGEM PLASTICA COM 6 UNIDADES-CONTENDO 2 LITROS CADA Marca: SIMBA	UN	640	3,79	2.425,60
72	089.016.044	REFRIGERANTE - COMPOSTO DE EXTRATO DE LARANJA- AGUA GASEIFICADA- AROMA NATURAL-MENOS DE 1-5KCAL- CORANTES- LIVRE DE SUJIDADES- PARASITAS E LARVAS- ACONDICIONADO EM GARRAFA DE 2 LITROS Marca: SIMBA	UN	440	3,79	1.667,60
73	089.004.110	REPOLHO - BRANCO-- FRESCO- DE PRIMEIRA-- TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES- DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO- OTIMA QUALIDADE- FIRME E INTACTO- SEM LESOES DE ORIGEM RACHA-DURAS OU CORTES- ACONDICIONADO EM ENGRADADOS DE MADEIRA- PESANDO APROXIMADA-MENTE POR QUILO Marca: LG VERDURAS	KG	135	3,20	432,00
74	089.014.086	SAL - REFINADO- IODADO- EXTRAIDO DE FONTES NATURAIS- AUSENCIA DE SUJIDADES IMPUREZAS ORGANICAS- COM NO MINIMO 96-95% DE CLORETO DE SODIO E SAIS DE IODO- UMIDADE MAXIMA DE 0-2%- ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO DE 1KG Marca: MARFIM	UN	280	1,49	417,20
75	089.002.161	SALSICHA - HOT DOG- COMPOSTA DE CARNE BOVINA- CONGELADA COM CONDIMENTOS TRITURA-DOS E COZIDOS- ACONDICIONADA EM ACONDICIONADOS EM SISTEMA CRY-O-VAC- PESANDO APROXIMADAMENTE 50G POR UNIDADE Marca: PERDIGÃO	KG	310	8,38	2.597,80
76	089.004.121	TOMATE - SALADA- EXTRA- GRAUDO- COM POLPA FIRME E INTACTA- ISENTO DE ENFERMIDADES MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL- LIVRES DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES SUJIDADES-PARASITAS E LARVAS- SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA-RACHADURAS E CORTES Marca: LG VERDURAS	KG	410	5,14	2.107,40
77	089.014.105	VINAGRE - DE ALCOOL-PRODUTO NATURAL FERMENTADO ACETICO SIMPLES-ISENTO DE CORAN-TES ARTIFICIAIS- ACIDOS ORGANICOS EMINERAIS ESTRANHOS-LIVRE DE SUJIDADES-MATERIAL TERROSO- E DETRITOS DE ANIMAIS E VEGETAIS-ACONDICIONADO EM CAIXA COM12 UNIDADES Mar-ca: VITALIA	UN	40	1,39	55,60
112	085.001.139	SHAMPOO - NEUTRO,PARA AMACIAR E DAR BRILHO,PARA CABELOS NORMAIS Marca: DARLING	UN	100	4,69	469,00
114	084.004.594	TOUCA - EM TERTELA BRANCA COM DETALHE EM TECIDO VERDE CONFORME AMOSTRA COM ELÁS-TICO NA PARTE TRAZEIRA NUCA TAMANHO UNICO PARA FUCIONARIOS: COZINHEIROS E AUXILIA-RES DE COZINHA, PACOTE Marca: TALGE	UN	40	5,35	214,00
115	091.015.003	GAS DE COZINHA - COMPOSICAO BASICA PROPANO E BUTANO,ALTAMENTE TOXICO E INFLAMAVEL, TIPO A GRANEL RESIDENCIAL, PESANDO 13KGS, ACONDICIONADO EM BOTIJAO, E SUAS CONDICO-ES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A (PORT,47,DE 24/03/99 ANP),(NBR-14024 DA ABNT) Marca: NACIONAL GAZ	UN	133	98,40	13.087,20
121	073.030.867	BANDEJAS - EM INOX, MEDINDO <30CMX25CM>, RETANGULAR Marca: NICOPLAN	UN	4	48,50	194,00
122	081.003.233	CAIXA DE ISOPOR - FABRICADA EM POLIMERO DE CIRENO 170 L COM TAMPA NA COR BRANCA Mar-ca: ISOTERM	UN	5	190,00	950,00
123	081.003.229	CAIXA DE ISOPOR - POLIMERO DE CIRENO 120 LITROS COM DRENO BRANCA Marca: ISOTERM	UN	10	125,50	1.255,00
129	073.030.041	COPO - DE COPO DE VIDRO, COM 200ML, DIAMETRO 7CM, ALTURA 10CM, PARA USO DOMESTICO, NA COR BRANCO TRANSPARENTE Marca: NADIR	UN	285	0,99	282,15
133	073.030.571	FACA - EM ACO CARBONO, MEDINDO 20 CM DE LAMINA, COM CABO DE MADEIRA Marca: TRAMONTI-NA	UN	22	11,99	263,78
142	081.007.009	PAPEL ALUMINIO - MEDINDO 0 45CMX7 50M ESPESSURA DE 0 011MICRAS APRESENTADO EM ROLO COM CODIGO DE BARRAS DO FABRICANTE Marca: WYDA	UN	110	3,90	429,00
143	073.090.063	PECA DE REPOSICAO PARA UTENSILIOS DE COZINHA - BORRACHA PARA PANELA DE PRESSAO DE 7,5 LITROS Marca: MAXIMO	UN	10	3,00	30,00
145	073.020.854	PENEIRA - EM ACO INOXIDAVEL, COM DIAMETRO DE 25 CM, E BORDA EM ACO INOXIDAVEL, SEM CA-BO, PARA SEPARAR IMPUREZAS Marca: MIMO STYLO	UN	4	18,00	72,00
148	073.020.905	PORTA MANTIMENTOS - EM PLASTICO POLIETILENO, FORMATO RETANGULAR, CAPACIDADE PARA 10 LITROS, PARA ACONDICIONAR GENEROS ALIMENTICIOS, LISO COM TAMPA HERMETICAMENTE FECHADA, TRANSPARENTE Marca: RISCHIOTO	UN	4	35,79	143,16
149	073.020.902	PORTA MANTIMENTOS - EM PLASTICO POLIETILENO, FORMATO RETANGULAR, CAPACIDADE PARA 2 LITROS, PARA ACONDICIONAR GENEROS ALIMENTICIOS, LISO COM TAMPA HERMETICAMENTE FE-CHADA, TRANSPARENTE Marca: RISCHIOTO	UN	6	12,45	74,70
150	073.020.903	PORTA MANTIMENTOS - EM PLASTICO POLIETILENO, FORMATO RETANGULAR, CAPACIDADE PARA 3 LITROS, PARA ACONDICIONAR GENEROS ALIMENTICIOS, LISO COM TAMPA HERMETICAMENTE FE-CHADA, TRANSPARENTE Marca: RISCHIOTO	UN	6	17,98	107,88
153	073.030.181	PRATO DE VIDRO - DIAMETRO DE 226MM, COM ALTURA DE 19,0MM, TIPO RASO Marca: DURALEX	UN	350	3,99	1.396,50
157	073.010.985	REGISTRO DE GAS - REGULADOR DE GAS EM ALUMINIO, COM REGISTRO E BORBOLETA, VAZAO 1KG/H, USO EM BUTIJAO DE GAS GLP DOMESTICO DE 13 K, COM GARANTIA DE 1 ANO E CERTIFICA-CAO INMETRO Marca: ALIANÇA	UN	2	27,00	54,00
165	081.001.440	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - EM PLASTICO PARA CACHORRO QUENTE 20 X 11 5CM TRANSPA-RENTE, PCT COM 100 Marca: TALGE	UN	200	3,99	798,00
166	077.040.421	TABUA DE FRIOS CIPO - DE TABUA DE PLASTICO PARA CARNE, COR BRANCA Marca: ARQPLAST	UN	30	11,54	346,20
167	072.002.541	TAPETE - TIPO PISO PARA BANHEIRO,EM TECIDO 100% ALGODAO, NA COR BRANCA,MEDINDO 48 X 80CM Marca: ITATEX	UN	25	13,08	327,00
170	079.004.034	VASSOURA - DE CERDA DE PALHATIPO CAIPIRA- CABO DE MADEIRA- MEDIDA DA BASE 30CM- COM BASE DE ARAME Marca: SAO MATEUS	UN	214	15,49	3.314,86
Valor Total Registrado R$						**160.077,32**

Vigência: A Ata de Registro de Preço terá sua vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura e publicação na imprensa oficial do Município.

Data de Assinatura:07 de Agosto de 2018.

Assinam: Pelo Município de Curvelândia o Sr. Sidinei Custódio da Silva, pela Detentora da Ata de Registro de Preços o Sr. Carlos Cardoso da Silva.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 027/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018

O Município de Curvelândia do Estado de Mato Grosso, RESOLVE Registrar os Preços da Empresa: R G DA PAZ EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ: 21. 058.617/0001-38.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de **gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, gás e utensílios de copa e cozinha.**

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO / MARCA	UND	QT.	R$ UNIT.	R$ TOTAL
82	084.002.489	BOTA - BORRACHA, 34 A 49 Marca: CALFOR	UN	37	31,50	1.165,50
86	079.005.029	LIMPADOR MULTIUSO DOMESTICO - LIQUIDO- ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA DE 500ML- COM- COMPOSTO DE COMPOSICAO: ALQUIL BENZENO- SULFONAO DE SODIO- ALCOOL ETOXILADO- COADJUVANTES- SEQUESTRANTE- ESSENCIA E AGUA- PERFUME- EMBALADO EM EMBALAGEM CONTENDO EM SEU ROTULO: DADOS DO FABRICANTE- PRINCIPIO ATIVO- MODO DE USO- RESPONSAVEL TECNICO- E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE OU ANVISA Marca: AUDAX	UN	500	1,85	925,00
88	085.001.063	CREME DENTAL - EM GEL, USO ADULTO, PESANDO 100GR, MENTA, COMPOSTO DE FLUOR,LAURIL SULFATO DE SODIO,SACARINA,AGUA, SORBITOL,METILPARABENO,CORANTES, MONOFLUORFOSFATO DE SODIO,GOMA DE POLISSACARIDEO, SILICA, MONOFLUORFOSFATO DE SODICO, EMBALADO EM FRASCO PLASTICO Marca: ICEFRESH	UN	40	2,15	86,00
92	085.002.037	ESCOVA DENTAL - PARA ADULTO, COM CERDA MEDIA, NA COR VERMELHA, COMUM, MODELO ANATOMICO, MANUAL Marca: MEDFIO	UN	100	0,83	83,00
94	079.004.148	ESCOVA PARA LIMPEZA - LIMPEZA GERAL- OVAL- BASE DE MADEIRA- COM CERDAS NYLON- S/ALCA-CABO DE S/CABO- NA COR AMARELA Marca: GUIRADO	UN	95	1,65	156,75
102	072.003.199	PA DE LIXO PLASTICA - DE POLIPROPILENO, DIMENSAO (320COMPX212LARGX45ALT)MM, NA COR AZUL Marca: DSR	UN	10	2,56	25,60
106	072.003.894	PRENDEDOR DE ROUPA - DE PLASTICO, NO FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 8CM, ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA, PACOTE COM 12 UNIDADES Marca: GUIRADO	UN	10	1,57	15,70
108	079.005.385	REMOVEDOR - DE COMPOSICAO QUIMICA: AGUA MINERAL 70/90% - AGUARAZ CITRICA DE 10% E MAX DE 30% - SOLVENTE HIDROC- ARBONATO ALIFATICO- DE APRESENTACAO LIQUIDA- PARA USO DOMESTICO EM GERAL- ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO TRANSPARENTE DE 1000 ML- COM TAMPA APROPRIADA Marca: BIO	UN	132	6,55	864,60
109	079.005.410	SABAO ALVEJANTE - EM PO- PARA LIMPEZA PESADA- EM USO EM GERAL- ACONDICIONADO EM CAIXA DE 500GR Marca: CLASS	UN	1082	2,15	2.326,30
116	073.030.845	ACENDEDOR - TIPO FOSFORO, DE MADEIRA, COMPOSTO DE VEGETAL E MINERIO, APRESENTADO NA FORMA DE PALITO, COM PONTA DE POLVORA, CAIXA COM 40 PALITOS, MEDIO, PACOTE COM 10 CAIXAS Marca: PARANÄ	UN	77	2,70	207,90
126	073.020.763	COADOR - COADOR DE PANO PARA CAFE, EM TECIDO ESPECIAL,COM ARO DE APOIO E CABO PLASTICO, DIAMETRO DE 22CM, TAMANHO GRANDE Marca: MARTINS	UN	42	3,20	134,40
132	073.030.515	COPO DESCARTAVEL - DE POLIESTIRENO, PARA LIQUIDOS, COM CAPACIDADE DE 50ML, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM 100 COPOS Marca: COPOSUL	UN	1300	1,25	1.625,00
139	073.030.281	JARRA - DE PLASTICO, CAPACIDADE 4 LITROS, COM DIAMETRO DE 120 MM, ALTURA DE 210 MM, TRANSPARENTE, SEM TAMPA Marca: PLASUTIL	UN	6	12,50	75,00
140	073.030.278	JARRA - DE POLIPROPILENO, CAPACIDADE (3000ML), COM DIAMETRO DE (138,0MM), ALTURA DE (234MM), TRANSPARENTE, COM TAMPA Marca: PLASUTIL	UN	6	12,00	72,00
141	073.020.594	PANELAS - ALUMINIO, DE PRESSAO, COM CAPACIDADE PARA 05 LITROS, COM CABO Marca: ASJ	UN	4	69,30	277,20
168	072.001.543	TOALHA DE MESA - EM OXFORD,MEDINDO 2,00X1,40M,NO FORMATO REDONDO,TIPO COBRE MANCHAS Marca: GROH	UN	9	40,00	360,00
Valor Total Registrado R$						**8.399,95**

Vigência: A Ata de Registro de Preço terá sua vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura e publicação na imprensa oficial do Município.

Data de Assinatura:07 de Agosto de 2018.

Assinam: Pelo Município de Curvelândia o Sr. Sidinei Custódio da Silva, pela Detentora da Ata de Registro de Preços o Sr. Rodrigo Garcia da Paz.

GABINETE
PORTARIA MUNICIPAL Nº 212/2018

DESIGNA SERVIDOR PARA OCUPAR INTERINAMENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUARIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **MARCOS CHAVES,** Secretário de Obras e Serviços Públicosnomeadopela Portaria nº 041/2018, para responder interinamente pelas ações da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária exercendo cumulativamente as atribuições de ambas as secretarias a partir de 07 de agosto de 2018.

Art. 2º - Pela acumulação dos cargos descritos no artigo anterior, não decorrerá ao nomeado direito de acréscimo aos seus vencimentos, continuando o mesmo a receber como Secretário de Obras e Serviços Públicos.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 07 de agosto de 2018.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA MUNICIPAL Nº 213/2018

DESIGNA SERVIDOR PARA OCUPAR INTERINAMENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **WELLINGTON DE CARVALHO SILVA,** Secretário de Administração, Planejamento e Finanças,nomeadopela Portaria nº 135/2018, para responder interinamente pelas ações da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, exercendo cumulativamente as atribuições de ambas as secretarias a partir de 07 de agosto de 2018.

Art. 2º - Pela acumulação dos cargos descritos no artigo anterior, não decorrerá ao nomeado direito de acréscimo aos seus vencimentos, continuando o mesmo a receber como Secretário de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 07 de agosto de 2018.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE
EDITAL Nº. 004/2018

CANCELAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA – MT; inscrita no CNPJ sob o **nº. 04.217.647/0001-20**, com sede na Rua São Bernardo nº. 523; CENTRO – CURVELANDIA – MT - CEP 78.237-000, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE E LAZER neste ato representado pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado sob Portaria Municipal nº. 122/2018, publicada na data de 23/04/2018, bem como nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 072 e 075 de 2013, que dispõe sobre a CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público;

TORNA PÚBLICO a todos os Interessados, que em virtude de ACÓRDÃO Nº 255/2018 do Tribunal de Contas do Estado, esta Comissão Nomeada juntamente com a Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT, **decide CANCELAR O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2018.**

Este Edital de Cancelamento do Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Pessoal, entra em vigor na data de sua publicação, constante nesse Edital revogadas as disposições em contrário.

Curvelândia – MT; 07 de agosto de 2018.

MARILENE EUGENIA DA SILVA FERREIRA - Presidente da Comissão

NEUZA MARIA ALVES DO CARMO - Secretária

ROGERIO COIMBRA - Membro

JHONATAN PINHEIRO SALLES - Secretário de Educação

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2018

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2018

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR EMPREITADA

A prefeitura Municipal de Curvelândia - MT, através do Presidente da Comissão da Licitação, nomeado pela portaria nº 098/2018, torna público para os interessados o resultado da Tomada de Preços 003/2018, cujo objeto é contratação de Empresa para Execução de Obras de Pavimentação Asfáltica tipo tratamento superficial duplo (TSD) e drenagem superficial, distribuídos em 5.210,60 M² nas ruas Paranavaí, Desbravadores, Primavera, Paraíba e estrada do rio dos Bugres no Município de Curvelândia – MT. Embora tenha sido devidamente publicado no Mural e Site Oficial da Prefeitura Municipal de Curvelândia – MT, no Jornal Oficial Eletrônico do Estado de Mato Grosso-AMM nº 3025 página 50,no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso-TCE nº 10402 página 41 e no Diário oficial do Estado-DOE Nº 27.304 página 124, marcado respectivamente para o dia 07 de Agosto de 2018, verificou-se que nenhuma empresa se fez presente na sessão, resultando assim como Licitação **DESERTA.** Curvelândia - MT, 07 de Agosto de 2018. CLÁUDIO NASCIMENTO LOPES - Presidente da CPL.

GABINETE
PORTARIA MUNICIPAL Nº 211/2018

*EXONERA **SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA**,E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar **ANTONIO MANOEL DE AGUIAR**, matrícula funcional N° 2735, lotado na Secretaria de Agricultura e Pecuária do cargo de **SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA**.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia-MT, 07 de agosto de 2018.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°076/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO COM EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TOPOGRÁFICO PARA SISTEMAS DE COORDENADAS, LATITUDES, LONGITUDES, E ALTITUDES GEODÉSICAS E UTM PARA FINS REGULARIZATÓRIOS DAS SEGUINTES MATRICULAS 37.716; 8.953, 23.760, 34.820, 34.173 E 62

VALOR TOTAL: R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: A PARTIR DA SUA ASSINATURA, ATÉ 01/09/2018.

CONTRATADO: P E C GIRALDELI ASSESSORIA - EPP

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 02 DE AGOSTO DE 2018.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2018, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03. 648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2. 287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423,TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇOS, do tipo “Menor por item”,tendo como objetivo: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES POR KG E SEF-SERVICE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO-MT**, que se deu no dia 06/08/2018, onde **sagrou-se vencedora dos itens de nº 47221 e 47220 a empresa SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA - EPP, perfazendo um valor total de R$ 76.480,00 (Setenta e seis mil e quatrocentos e oitenta reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.**

Diamantino – MT, 06 de Agosto de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

GABINETE
PORTARIA Nº 115/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Senhora **ROSINETE SOARES DA SILVA** brasileira, casada,portadora do RG N. º 0484459-9 SSP/MT e CPF N.º 346.732. 881-49 como Fiscal do Contrato nº **070/2018**, cujo OBJETO é: Prestação de Serviço Médico Clínico Geral, na Especialidade de Psiquiatria e Plantonistas para Atendimento nas Unidades Básicas de Saúde, no Centro de Atenção Psicossocial SAE/CTA no Município de Diamantino-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 31 de julho de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2018, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03. 648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2. 287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423,TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇOS, do tipo “Menor por item”,tendo como objetivo: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO (COFFE BREAK), PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO-MT**, que se deu no dia 06/08/2018, onde **sagrou-se vencedora dos itens de nº 47245, 47241, 47246, 47240, 47239, 47238, 47233, 47232, 47231, 47230, 47229, 47228, 47227, 47226, 47225, 47224, 47223 e 47222 a empresa SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA - EPP, perfazendo um valor total sobre os itens o valor de R$ 200.405,00 (Duzentos mil e quatrocentos e cinco reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.**

Diamantino – MT, 06 de Agosto de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°075/2018

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS DOS SERVIÇOS DE SAUDE, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILANCIA SANITARIA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.

VALOR TOTAL: R$ 240.000,00 (DUZENTOS E QUARENTA MIL REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

CONTRATADO: PAZ AMBIENTAL LTDA

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 01 DE AGOSTO DE 2018.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°077/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS COM FINALIDADE DE ATENDIMENTO AS DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO-MT.

VALOR TOTAL: R$ 162.000,00 (CENTO E SESSENTA E DOIS MIL).

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

CONTRATADO: SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA - EPP

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 06 DE AGOSTO DE 2018.

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 185/2018

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal, Senhora **ISIS MARCIA GUARBERTO DA SILVA** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **01 de Junho de 2010 a 31 de Maio de 2015;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **ISIS MARCIA GUARBERTO DA SILVA,** matrícula funcional 2412-1**,** ocupante do Cargo/Função de Agente Público Municipal/Servente, lotada na Secretaria Municipal de Administração, a serem usufruídas no período de 03 de Setembro de 2018 a 02 de Outubro de 2018.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 07 de Agosto de 2018.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

GABINETE
PORTARIA Nº 120/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra. **Jessika Amanda Barros Silva,** brasileira, casada, portadora do RG N. º 2052415-3SSP/MT e CPF N.º 732.629.431-34 como Fiscal de Obras do Contrato **nº 58/2018**, cujo OBJETO é: Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento de Vidros para Futura e Eventual Aquisição de Metros de Vidros para Substituição de portas e Janelas no Prédio da Prefeitura Municipal de Diamantino-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 02 agosto de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SETOR RH
PORTARIA Nº 186/2018

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder nos termos da Lei 741/2010, conforme lhe faculta o artigo 1º, Licença Maternidade, de 180(cento e oitenta) dias à servidora **NAYARA MARTINS DE BARROS,** matrícula 3518-2**,** no período de 01 de Agosto de 2018 a 27 de Janeiro de 2019.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a 01 de Agosto de 2018.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 07 de Agosto de 2018.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

GABINETE
PORTARIA Nº 119/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra. **Jessika Amanda Barros Silva,** brasileira, casada, portadora do RG N. º 2052415-3SSP/MT e CPF N.º 732.629.431-34 como Fiscal do Contrato **nº 58/2018**, cujo OBJETO é: Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento de Vidros para Futura e Eventual Aquisição de Metros de Vidros para Substituição de portas e Janelas no Prédio da Prefeitura Municipal de Diamantino-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 02 agosto de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 121/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

Considerando que a nomeação do Fiscal do Contrato Administrativo n.º 030/2018, foi realizada no próprio instrumento contratual;

Considerando a orientação do TCE de que as nomeações desta espécie sejam feitas por meio de portarias, para fins de alimentação correta do sistema APLIC.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **BRUNO RICARDO FREIRE LACHMANN,** brasileiro, solteiro, portador do RG N. º 21376946-8 SSP/MT e CPF N.º 025. 579.941-11 como Fiscal do Contrato **nº 030/2018**, cujo OBJETO é: Contratação de Empresa Especializada para Reforma Parcial com Troca de Telhado e Forro para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura Atender a Escola Municipal Elza Martins de Queiroz Oliveira no Município de Diamantino-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 15 de maio de 2018, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 02 agosto de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 118/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Senhor **MÁRCIO ROBERTO SOARES,** brasileiro, casado, portador do RG N. º 47960029 SSP/MS e CPF N.º 810.146.789-00, efetivo, Engenheiro Civil, como Fiscal de Obras do Contrato **nº 067/2018**, cujo OBJETO é: Contratação de Empresa Especializada para Execução do Projeto de Reforma e ampliação da Escola Municipal Maria Euzébia Ferreira na Agrovila Bojuí no Município de Diamantino-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 02 de agosto de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE 006/2018 - CREDENCIAMENTO Nº 005/2018

OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS ESPECIALIDADES DE GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA, PEDIATRIA, DE FORMA COMPLEMENTAR AOS SERVIÇOS OFERECIDOS NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Presidente da CPL, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como vencedor/Credenciado a empresa:

PAULO EDUARDO DE SIQUEIRA - ME, inscrita no CNPJ nº: 21.036.472/0001-74, que sagrou-se credenciada para o item de nº 46346 com o valor total anual de R$ 976.244,40 (novecentos e setenta e seis mil duzentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos).

Diamantino – MT, 06 de Agosto de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 122/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Senhor **MÁRCIO ROBERTO SOARES,** brasileiro, casado, portador do RG N. º 47960029 SSP/MS e CPF N.º 810.146.789-00, efetivo, Engenheiro Civil, como Fiscal de Obras do Contrato **nº 030/2018**, cujo OBJETO é: Contratação de Empresa Especializada para Reforma Parcial com Troca de Telhado e Forro para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura Atender a Escola Municipal Elza Martins de Queiroz Oliveira no Município de Diamantino-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 02 de agosto de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 117/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Senhor **RUBIN TADEU DA SILVA** brasileiro, casado,portador do RG N. º 11097475 SSP/SP e CPF N.º 015.322.188-17 como Fiscal do Contrato nº **076/2018**, cujo OBJETO é: Aquisição de Serviço com Empresa Especializada em Execução de Serviços, Topográficos para Sistemas de Coordenadas, Latitudes, Longitudes, e Altitudes Geodésicas e UTM para fins Regulatórios das Seguintes Matrículas 37.716; 8.953; 23.760; 38.820; 34.173 e 62.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 02 de agosto de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO E RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2018/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia 22 de Agosto de 2018, estará abrindo o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DOS RESIDUOS SOLIDOS NA ESTAÇÃO DE TRANSBORDO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESIDUOS SOLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS (CLASSIFICADOS SEGUNDO NBR 10.004 COMO CLASSE IIA E IIB), GERADOS NA AREA URBANA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.** Fez-se necessário a prorrogação, em virtude da necessidade de retificação do editalno tocante a clausulas editalicias e a especificação do item nº 02 do Anexo - I.O Edital Retificado poderá ser obtido junto à Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 08 de Agosto de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

GABINETE
PORTARIA Nº 114/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Senhora **ROSINETE SOARES DA SILVA** brasileira, casada,portadora do RG N. º 0484459-9 SSP/MT e CPF N.º 346.732.881-49 como Fiscal do Contrato nº **071/2018**, cujo OBJETO é: Contratação de Empresa para Aquisição de Materiais Instrumentais para Atender as 08 Unidades de Saúde Básicas.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 31 de julho de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIALNº 043/2018, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03.648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2341 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, **TORNA PÚBLICO**, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇOS, do tipo **"Menor preço por item",** tendo como objetivo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ÔNIBUS EXECUTIVO DE TURISMO COMPLETO, VAN E MICRO ÔNIBUS DE TURISMO COMPLETO POR QUILOMETRO RODADO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICIPIO DE**

DIAMANTINO-MT, que se deu no dia 07/08/2018, sendo **DESERTA** a presente licitação**. A ata encontra-se disponível no setor de licitação.**

Diamantino – MT, 07 de Agosto de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

GABINETE
PORTARIA Nº 116/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Senhora **ROSINETE SOARES DA SILVA** brasileira, casada,portadora do RG N. º 0484459-9 SSP/MT e CPF N.º 346.732. 881-49 como Fiscal do Contrato nº **074/2018**, cujo OBJETO é: Contratação de Pessoa Jurídica Especializada em Exames Médicos de Endoscopia Digestiva Alta de Forma Complementar aos Serviços Oferecidos pelo Município de Diamantino-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 02 de agosto de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 113/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Senhora **TANIA MARA MARUCHI** brasileira, casada,portadora do RG N. º 1153985-2 SSP/MT e CPF N.º 771.399.689-34 como Fiscal do Contrato nº **073/2018**, cujo OBJETO é: Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviço de Assessoria de Forma Geral para Representar o Prefeito em Assuntos de Interesse da Prefeitura na Cidade em Brasília - DF.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 31 de julho de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 211/2018 DE 01 DE AGOSTO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A VALMIR ALVES DE JESUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que o servidor trabalhou na Secretaria de Obras, no cargo de Técnico Operacional, no período aquisitivo de **10/03/2017 a 10/03/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao servidor **VALMIR ALVES DE JESUS.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **01/08/2018 a 30/08/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 01 de agosto de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 187/2018 DE 06 JULHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE VACÂNCIA DE CARGO POR MOTIVO DE FALCIMENTO DO SERVIDOR GERALDO VILTO DA SILVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em especial o Artigo 24, Inciso VI da Lei 854/2003.

R E S O L V E

ART. 1º - Declarar a vacância do cargo de **Técnico Operacional** pelo falecimento do servidor **GERALDO VILTO DA SILVA**.

ART. 2º - A vacância declarada no art. 1º será a partir **de 04 de julho de 2018.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Municipal em 06 de julho de 2018.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e Publicada por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

LUIZ CASTRO DE SOUZA Chefe de gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 186/2018 DE 06 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A MARIA DO CARMO SANTOS FURTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou no Gabinete do Prefeito, no cargo de Técnico Administrativo, no período aquisitivo de **05/04/2017 a 05/04/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **MARIA DO CARMO SANTOS FURTADO.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **10/07/2018 a 08/08/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 06 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 185/2018 DE 06 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA CLARICE BEATRIZ SCHWAMKE MELO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, no período aquisitivo de **12/04/2013 a 12/04/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a servidora **CLARICE BEATRIZ SCHWAMKE MELO.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **01/08/2018 a 30/08/2018.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 06 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 190/2018 DE 06 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A FLAVIO FERREIRA GUIMARAES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que o servidor trabalhou na Secretaria de Turismo, no cargo de Secretário, no período aquisitivo de **19/11/2016 a 19/11/2017.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao servidor **FLAVIO FERREIRA GUIMARAES.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **09/07/2018 a 07/08/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 06 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 184/2018 DE 06 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A JOSENY CASTRO DE ARAUJO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que o servidor trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, no período aquisitivo de **12/04/2017 a 12/04/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao servidor **JOSENY CASTRO DE ARAUJO.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **09/07/2018 a 07/08/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 06 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 183/2018 DE 06 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A LUSINALDO JOÃO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que o servidor trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **11/02/2017 a 11/02/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao servidor **LUSINALDO JOÃO DA SILVA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **06/07/2018 a 04/08/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 06 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 182/2018 DE 05 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A MARIA ROSA DE FREITAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **27/09/2015 a 27/09/2016.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **MARIA ROSA DE FREITAS.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **05/07/2018 a 03/08/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 05 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 181/2018 DE 04 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A CLARICE BEATRIZ SCHWAMKE MELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, no período aquisitivo de **12/04/2017 a 12/04/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **CLARICE BEATRIZ SCHWAMKE MELO.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **02/07/2018 a 31/07/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 04 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 191/2018 DE 06 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA NEUDIA MOREIRA SANTANA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **09/02/2009 a 09/02/2014.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a servidora **NEUDIA MOREIRA SANTANA.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **16/07/2018 a 14/08/2018.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 06 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 192/2018 DE 06 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A EDILAINE DE FARIA MIRANDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria de Saúde, no

cargo de Técnico Administrativo, no período aquisitivo de **02/03/2016 a 02/03/2017.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **EDILAINE DE FARIA MIRANDA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **16/07/2018 a 14/08/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 06 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 193/2018 DE 06 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A RAILENE MARIA SOUZA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, no período aquisitivo de **12/04/2017 a 12/04/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **RAILENE MARIA SOUZA SILVA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **16/07/2018 a 14/08/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 06 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 194/2018 DE 06 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA ROSIMAR LUIZA DE MACEDO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente Comunitária de Saúde, no período aquisitivo de **12/04/2013 a 12/04/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a servidora **ROSIMAR LUIZA DE MACEDO.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **01/08/2018 a 30/08/2018.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 06 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 195/2018 DE 06 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 60 (SESSENTA) DIAS DE FÉRIAS A FATIMA DA FONSECA DE SOUZA FRANCELINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, no período aquisitivo de **12/04/2016 a 12/04/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de Férias a servidora **FATIMA DA FONSECA DE SOUZA FRANCELINO.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **02/07/2018 a 30/08/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 06 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 196/2018 DE 11 DE JULHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA PORTARIA Nº 148/2018 NA DESIGNAÇÃO E ATRIBUIÇÕES AOS SERVIDORES NA FUNÇÃO DE FISCAIS DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDECIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições e com base no Inciso VI, Artigo 107 da Lei Orgânica do Município,

- Considerando a Exoneração da servidora Zildinete Almeida Torres da Secretaria Municipal de Educação, a mesma será substituída pela Professora Maria Helenicia Braga de Souza;

R E S O L V E

ART. 1º - Designar os Servidores abaixo relacionados**,** para responder como **Fiscais de Contratos** das Secretarias Municipais desta Prefeitura.

Ø CARMEM CRISTINNE ALVES VALUZ – Secretaria de Assistência Social

Ø ROSELI DAS GRAÇAS MARIS – Secretaria de Finanças e Planejamento

Ø LEILIANE FERREIRA DE SOUZA – DAE – Departamento de Água e Esgoto

Ø MANOEL DE JESUS DA SLVA – Secretaria de Agricultura

Ø MARIA HELENICIA BRAGA DE SOUZA – Secretaria de Educação, Esporte e Lazer

Ø JACS LARA STEVANATO – Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo

Ø LUCINEIA CRISTIANE ROSA DA SILVA – Departamento de Frotas

Ø FLAVIO FERREIRA GUIMARÃES – Secretaria de Turismo Cultura e Meio Ambiente

Ø MARCELA TEODORO DE REZENDE E SILVA – Secretaria de Saúde

Ø DANIELE CRISTINA FARIAS DA SILVA – Secretaria de Administração

ART. 2º - Os servidores terão a função de fiscalizar e acompanhar os contratos das referidas secretarias.

ART. 3º - O prazo de validade desta Portaria será até **31/12/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 11 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 197/2018 DE 11 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A JOEL LÁZARO DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que o servidor trabalhou na Secretaria de Educação, no cargo de Assessor Técnico de Esportes, no período aquisitivo de **05/04/2017 a 05/04/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao servidor **JOEL LÁZARO DOS SANTOS.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **09/07/2018 a 07/08/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 11 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 198/2018 DE 12 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A VALERIANA PEREIRA DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, no período aquisitivo de **01/04/2017 a 01/04/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **VALERIANA PEREIRA DE SOUZA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **16/07/2018 a 14/08/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 12 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 199/2018 DE 12 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A RUTE GETULIO PATRICIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **09/02/2014 a 09/02/2015.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **RUTE GETULIO PATRICIO.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **16/07/2018 a 14/08/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 12 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 200/2018 DE 12 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A MANOEL DA GUIA DE PAULA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que o servidor trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente de Combate a Endemias, no período aquisitivo de **12/04/2017 a 12/04/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao servidor **MANOEL DA GUIA DE PAULA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **06/08/2018 a 04/09/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 12 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 201/2018 DE 12 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA SUELEN FERREIRA MUNERETTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e em especial o Artigo 26, Inciso II da Lei 854/2003.

R E S O L V E

ART. 1º - Exonerar do cargo de **Auxiliar de Desenvolvimento Infantil-ADI** a servidora **SUELEN FERREIRA MUNERETTO** por não ter mais interesse em continuar.

ART. 2º - A Exoneração concedida no art. 1º será a partir de **12/07/2018.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 12 de julho de 2018.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 202/2018 DE 12 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A GILMAR PEREIRA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que o servidor trabalhou na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, no período aquisitivo de **03/03/2016 a 03/03/2017.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao servidor **GILMAR PEREIRA DA SILVA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **14/07/2018 a 12/08/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 12 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 203/2018 DE 17 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A ROSALINA RODRIGUES DA SILVA PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria de Educação, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **11/07/2017 a 11/07/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **ROSALINA RODRIGUES DA SILVA PEREIRA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **18/07/2018 a 16/08/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 17 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 204/2018 DE 17 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A DORACI MARIA DA SILVA GONZAGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, no período aquisitivo de **12/04/2017 a 12/04/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **DORACI MARIA DA SILVA GONZAGA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **08/08/2018 a 06/09/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 17 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 205/2018 DE 18 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A NEUSA CONCEIÇÃO DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeira, no período aquisitivo de **14/03/2016 a 14/03/2017.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **NEUSA CONCEIÇÃO DE SOUZA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **18/07/2018 a 16/08/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 18 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 206/2018 DE 23 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A JÉSSICA LAURA SILVA SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria de Finanças, no cargo de Técnico Administrativo, no período aquisitivo de **03/02/2017 a 03/02/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **JÉSSICA LAURA SILVA SANTOS.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **23/07/2018 a 21/08/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 23 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 207/2018 DE 24 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A LÁZARO ALVES MOREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por

lei e considerando que o servidor trabalhou na Secretaria de Agricultura, no cargo de Secretário, no período aquisitivo de **03/01/2017 a 03/01/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao servidor **LÁZARO ALVES MOREIRA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **24/07/2018 a 22/08/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 24 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 208/2018 DE 24 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A KÁTIA FERREIRA DE ALMEIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **22/07/2017 a 22/07/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **KÁTIA FERREIRA DE ALMEIDA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **23/07/2018 a 21/08/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 24 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 209/2018 DE 31 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 90 (NOVENTA) DIAS DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA MARIA DORISMAR FARIA DOS SANTOS NASCIMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **03/01/2004 a 03/01/2009.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio a servidora **MARIA DORISMAR FARIA DOS SANTOS NASCIMENTO.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **01/08/2018 a 29/10/2018.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 31 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 210/2018 DE 31 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A PATRICIA FERNANDA FERREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, no período aquisitivo de **12/04/2017 a 12/04/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **PATRICIA FERNANDA FERREIRA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **08/08/2018 a 06/09/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 31 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 212/2018 DE 01 DE AGOSTO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A ALDIRENE SANTANA MONTE STEVANATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria de Educação, no cargo de Professora, no período aquisitivo de **03/02/2017 a 03/02/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **ALDIRENE SANTANA MONTE STEVANATO.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **01/08/2018 a 30/08/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 01 de agosto de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 189/2018 DE 06 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A CLAUDIO CALDEIRA GONÇALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que o servidor trabalhou na Secretaria de Esporte e Lazer, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **02/04/2016 a 02/04/2017.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao servidor **CLAUDIO CALDEIRA GONÇALVES.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **09/07/2018 a 07/08/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 06 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 188/2018 DE 06 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A ROSIMAR LUIZA DE MACEDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA , Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, no período aquisitivo de **12/04/2017 a 12/04/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **ROSIMAR LUIZA DE MACEDO.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **02/07/2018 a 31/07/2018.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 06 de julho de 2018.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 216/2018

DATA: 04 DE JULHO DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Exonerar, a Sr.ª **ANTONIA DULCINEIA BATISTA LIMA,** do seu cargo em comissão de **ASSESSORIA IV**, lotado junto a Secretaria Municipal e Administração, Planejamento e Finanças do Município de Feliz Natal/MT.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de Julho de 2018.

Artigo 3.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE GROSSO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 216/2018

DATA: 04 DE JULHO DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Exonerar, a Sr.ª **ANTONIA DULCINEIA BATISTA LIMA,** do seu cargo em comissão de **ASSESSORIA IV**, lotado junto a Secretaria Municipal e Administração, Planejamento e Finanças do Município de Feliz Natal/MT.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de Julho de 2018.

Artigo 3.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE GROSSO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

LEI N° 933/2018

LEI N.º 933/2018 De, 07 de agosto de 2018.

"REVISÃO ANUAL DOS SERVIDORES INATIVOS DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCELO DE AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, inciso IX da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado ao General-Previ a efetuar a revisão anual dos servidores Inativo do Poder Legislativo no percentual de 8,29%, relativo às percas salariais ao exercício de 2017 e 2018.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de General Carneiro/MT, 07 de agosto de 2018.

MARCELO DE AQUINO

PREFEITO

LEI N° 932/2018

LEI N.º 932/2018 De, 07 de agosto de 2018.

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DO PORTO MUNICIPAL DO RIO BARREIRO DO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO - MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCELO DE AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, inciso IX da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica denominada de **Porto Barreirão Anízio Dias Lima** o Porto que dá acesso ao Rio Barreiro, nesta cidade de General Carneiro - MT.

Art. 2º) Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de General Carneiro/MT, 07 de agosto de 2018.

MARCELO DE AQUINO

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO 204,205,206,207 E 208 DE 2018.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 204/2018

OBJETO FORNECIMENTO de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS da Agricultura Familiar Rural para atender as necessidades dos alunos matriculados nas Escolas Indígenas Karanhim (Anexas EKETI E PÃIRE), NGREJKUE-TI, NHAKBÁ (anexa NGREJKUETI), KONKRARE (anexa NGREJKUETI) MATUKRE (Anexa PESUATÃ), KREMAITI (anexa MATUKRE), KOKRITI (anexa MSTUKRE, BEPKRA, KWYRERE, TAKAKBEIRETI E KASÃ), e KREMAITI DO MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE, de acordo com as especificações no termo de referência e em conformidade com as disposições do edital e seus anexos que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

DATA: 07/08/2018

CONTRATADO: KOKOKAURUTI MEKRAGNOTIRE

VALOR**: R$ 1.157,50**

Guarantã do Norte, 07 de agosto de 2018.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 205/2018

OBJETO FORNECIMENTO de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS da Agricultura Familiar Rural para atender as necessidades dos alunos matriculados nas Escolas Indígenas Karanhim (Anexas EKETI E PÃIRE), NGREJKUE-TI, NHAKBÁ (anexa NGREJKUETI), KONKRARE (anexa NGREJKUETI) MATUKRE (Anexa PESUATÃ), KREMAITI (anexa MATUKRE), KOKRITI (anexa MSTUKRE, BEPKRA, KWYRERE, TAKAKBEIRETI E KASÃ), e KREMAITI DO MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE, de acordo com as especificações no termo de referência e em conformidade com as disposições do edital e seus anexos que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

DATA: 07/08/2018

CONTRATADO: NGREITO MEKRAGNOTIRE

VALOR**: R$ 958,00**

Guarantã do Norte, 07 de agosto de 2018.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 206/2018

OBJETO FORNECIMENTO de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS da Agricultura Familiar Rural para atender as necessidades dos alunos matriculados nas Escolas Indígenas Karanhim (Anexas EKETI E PÃIRE), NGREJKUE-TI, NHAKBÁ (anexa NGREJKUETI), KONKRARE (anexa NGREJKUETI) MATUKRE (Anexa PESUATÃ), KREMAITI (anexa MATUKRE), KOKRITI (anexa MSTUKRE, BEPKRA, KWYRERE, TAKAKBEIRETI E KASÃ), e KREMAITI DO MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE, de acordo com as especificações no termo de referência e em conformidade com as disposições do edital e seus anexos que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

DATA: 07/08/2018

CONTRATADO: PATY PANARA

VALOR**: R$ 1.218,00**

Guarantã do Norte, 07 de agosto de 2018.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 207/2018

OBJETO: **OBJETO** FORNECIMENTO de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS da Agricultura Familiar Rural para atender as necessidades dos alunos matriculados nas Escolas Indígenas Karanhim (Anexas EKETI E PÃIRE), NGREJKUE-TI, NHAKBÁ (anexa NGREJKUETI), KONKRARE (anexa NGREJKUETI) MATUKRE (Anexa PESUATÃ), KREMAITI (anexa MATUKRE), KOKRITI (anexa MSTUKRE, BEPKRA, KWYRERE, TAKAKBEIRETI E KASÃ), e KREMAITI DO MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE, de acordo com as especificações no termo de referência e em conformidade com as disposições do edital e seus anexos que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

DATA: 07/08/2018

CONTRATADO: KOKORATI KAIAPO

VALOR**: R$ 1.315,00**

Guarantã do Norte, 07 de agosto de 2018.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 208/2018

OBJETO: **OBJETO** FORNECIMENTO de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS da Agricultura Familiar Rural para atender as necessidades dos alunos matriculados nas Escolas Indígenas Karanhim (Anexas EKETI E PÃIRE), NGREJKUE-TI, NHAKBÁ (anexa NGREJKUETI), KONKRARE (anexa NGREJKUETI) MATUKRE (Anexa PESUATÃ), KREMAITI (anexa MATUKRE), KOKRITI (anexa MSTUKRE, BEPKRA, KWYRERE, TAKAKBEIRETI E KASÃ), e KREMAITI DO MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE, de acordo com as especificações no termo de referência e em conformidade com as disposições do edital e seus anexos que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

DATA: 07/08/2018

CONTRATADO: BARIKAI MEKRAGNOTIRE

VALOR**: R$ 720,00**

Guarantã do Norte, 07 de agosto de 2018.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2018

A Prefeitura Municipal, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que a Tomada de Preços nº **013/2018**, obteve o seguinte resultado: A empresa **FERNANDA KELLY GONÇALVES DUARTE EIRELI** sagrou-se **VENCEDORA** do certame com o valor global de **R$ 145.131,11 (Cento e quarenta e cinco mil cento e trinta e um real e onze centavos)**. Os interessados, querendo, terão vistas dos autos, podendo, eventualmente, interpor recursos, pertinentes a essa fase, no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar da data da efetiva publicação do extrato deste julgamento. O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, n° 135, Bairro Jardim Vitória, neste município de Guarantã Norte/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público. Guarantã do Norte/MT, 07 de agosto de 2018. **Gutenberg Xavier Alves dos Santos -** Presidente da CPL.

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/ 2018-SRP

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº 060/2018 obteve o seguinte resultado: A empresa UTILISSIMA COMÉRCIO DE VARIEDADES EIRELI - ME sagrou-se vencedora com o valor global de 28.260,00 (vinte e oito mil duzentos e sessenta reais). A empresa ALISON D. S. TRICHES – ME sagrou-se vencedora com o valor global de R$ 26.558,00 (vinte e seis mil quinhentos e cinquenta e oito reais). O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Guarantã do Norte/MT, 07 de agosto de 2018. **Silvana de Lourdes Pereto/Pregoeira**.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 092/2015

OBJETO: prorrogação de prazo de vigência para mais 180 (cento e oitenta) dias e prazo de execução por mais 90 (noventa) dias para todos os itens do contrato PMGN/MT/Nº 092/2015.

DATA: 03/08/2018

CONTRATADO: REBEQUI & CIA LTDA

Guarantã do Norte, 03 de agosto de 2018.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS N° 003/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Florianópolis, n° 200, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78. 579-000, inscrita no CNPJ: 07.209.225/0001-00, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria n° 348/2017, torna Público para conhecimento os interessados, que realizará às **08h00min (Horário Oficial de Itanhangá – MT),** do dia **24 de agosto de 2018,** na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal, abertura da **Tomada de Preços nº 003/2018**, pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para **"Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para reforma e ampliação do PSF I do Município de Itanhangá-MT.".**

Maiores informações bem como o edital, poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min ou através do telefone (66) 3578-2500ou através do e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br

Itanhangá – MT, 07 de agosto de 2018.

CAMILA BRUNA MORESCO

Presidente da C.P.L

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.° 17/2018 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2018

A Prefeitura Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, através do seu representando legal Prefeito Edu Laudi Pascoski e tendo em vista a homologação final do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2018 realizado em 18 de fevereiro de 2018. CONVOCA a candidata em Cadastro Reserva para contratação por tempo determinado, conforme a relação nominal constante no Item I.

A candidata deverá se apresentar junto ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, Rua Florianópolis, Centro, 200, Itanhangá – MT no horário das 7:00 horas as 11:00 horas, no prazo de 48 hrs (quarenta e oito) 2 dias, após a data de publicação deste Edital no site https://diariomunicipal.org/mt/amm/, munidos dos documentos que refere o Item II, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Provimento no cargo público. A contratação será conforme regulamenta a Lei Municipal 267/2011.

O Município de Itanhangá reserva-se o direito de solicitar outros documentos complementares que julgar necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos.

Item I

CARGO		CARGA HORÁRIA
TDI - Técnico de Desenvolvimento Infantil		*40 Horas*
Candidato	*RG*	*Classificação*
Franciele Caroline Germano dos Santos	2166630-0	8º

Item II

CÓPIA E ORIGINAL

1. RG;

2. CPF (não sendo aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação). Em caso de 2ª via, o mesmo pode ser expedido através da internet;

3. Certidão de Nascimento ou Casamento;

4. Certidão de Nasc. dos filhos menores de 18 anos (dependentes comprovantes);

5. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

6. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

7. Título de eleitor;

8. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui numero de contribuição;

9. CTPS (Carteira de Trabalho);

10. RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);

11. CPF dos dependentes;

12. Comprovante de residência atual em nome do admitido;

13. Carteira Nacional de Habilitação conforme exigência do Cargo.

14. Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.

ORIGINAL

15. FOTO 3X4 (atual, colorida);

16. Certidão de Distribuição Primeiro Grau Ações e Execuções Cíveis e Criminais da Esfera Estadual conforme Estado cadastrado em seu endereço da ficha de inscrição do presente concurso;

17. Certidão Negativa do Poder Judiciário Justiça Militar da União de Ações Criminais (masculino);

18. Certidão de Quitação Eleitoral;

19. Certidão Negativa de Débitos Municipais – CNDM;

20. Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública;

21. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda atualizado;

22. Declaração para IRFF e salário família

23. Declaração de Não Ter Sofrido Penalidade Incompatível com Nova Investidura em Cargo Público;

24. Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso.

25. Exame Médico Admissional.

ITANHANGÁ - MT, 07 DE AGOSTO DE 2018.

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE RATEIO

Espécie: Segundo Aditamento ao Contrato de Rateio nº 001/2018 que entre si celebram o Município de Itanhangá-MT e o Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires,

Objeto: Fica alterado o Parágrafo Terceiro da CLÁUSULA SEGUNDA do Contrato – "Do Valor" – para o fim de aditar em R$ 70.000,00 (sessenta mil reais), o valor a ser utilizado para a aquisição de medicamentos e materiais médicos e odontológicos através da CONSORCIANTE, que será pago conforme a utilização pelo município**.**

Assinatura: 27 de julho de 2018.

***EDU LAUDI PASCOSKI* –** Prefeito Municipal

ARI GENÉSIO LAFIN - Presidente Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2018

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, torna público que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 046/2018**, instaurada para a **"Contratação de serviços de fornecimento com instalação de calhas em prédios públicos do Município de Itanhangá-MT. ",** teve como vencedora a seguinte empresa: **UM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – ME - CNPJ – 26.237.379/0001-41** sagrou se vencedoracom o valor de R$ 26.619,12 (vinte e seis mil seiscentos e dezenove reais e doze centavos).

Itanhangá-MT, 07 de agosto de 2018.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2018

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018

A Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Avenida Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, através da senhora Juliane Presotto, pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE CARGAS DE GASES MEDICINAIS, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: **BONATTI COMERCIO DE OXIGENIO E FERRAMENTAS LTDA, CNPJ nº 11.496.251/0001-25** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 63.800,00 (sessenta e três mil e oitocentos reais).

Itiquira/MT, 07 de agosto de 2018.

Juliane Presotto

Pregoeira

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 032/2018 DE: 01.06.2018

"Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 1.264.145,68 (Um milhão duzentos e sessenta e quatro mil cento e quarenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), em favor das Secretarias Municipais de Assistência Social, de Educação, de Saúde, e de Infraestrutura, e dá outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1001/2017 de 08/12/2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R$ 1.264.145,68 (Um milhão duzentos e sessenta e quatro mil, cento e quarenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
2.087	1435	0030	3.3.90.30.00.00.00.00	15.500,00
2.106	757	0000	3.3.90.39.00.00.00.00	18.000,00
2.105	748	0000	3.3.90.39.00.00.00.00	28.000,00
2.116	913	0002	3.3.90.39.00.00.00.00	4.087,24
2.116	913	0002	3.3.90.39.00.00.00.00	1.000,00
2.087	1435	0030	3.3.90.30.00.00.00.00	50.000,00
1.074	780	0000	3.3.90.36.00.00.00.00	4.900,00
2.076	1437	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	5.000,00
1.035	858	0002	4.4.90.52.00.00.00.00	2.615,00
2.075	1436	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	7.000,00
2.076	1437	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	5.000,00
2.077	1438	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	3.000,00
2.169	1316	0000	3.3.90.31.00.00.00.00	120,00
2.161	1221	0000	3.3.90.30.00.00.00.00	3.000,00
2.079	1440	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	1.000,00
2.078	1439	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	1.000,00
2.062	402	0000	3.3.90.92.00.00.00.00	257.384,18
2.075	1436	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	10.000,00
2.111	822	0000	3.3.90.30.00.00.00.00	30.000,00
2.075	1436	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	1.000,00
2.078	1439	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	1.000,00
2.115	897	0000	3.3.90.30.00.00.00.00	2.000,00
2.157	1190	0029	3.3.90.36.00.00.00.00	8.000,00
2.116	912	0002	3.3.90.36.00.00.00.00	10.000,00
2.065	489	0001	3.3.90.36.00.00.00.00	580,00
2.063	433	0001	3.1.90.04.00.00.00.00	15.000,00
2.080	533	0001	3.1.91.13.00.00.00.00	5.000,00
2.092	611	0018	3.1.90.04.00.00.00.00	5.000,00
2.096	631	0018	3.1.90.11.00.00.00.00	50.000,00
2.096	633	0018	3.1.90.13.00.00.00.00	5.000,00
2.106	752	0000	3.1.90.13.00.00.00.00	5.000,00
2.116	903	0002	3.1.90.04.00.00.00.00	110.000,00
2.119	934	0002	3.1.90.11.00.00.00.00	50.000,00
2.119	936	0002	3.1.91.13.00.00.00.00	10.000,00
2.120	941	0002	3.1.90.11.00.00.00.00	55.000,00
2.120	943	0002	3.1.91.13.00.00.00.00	15.000,00
2.121	951	0002	3.1.91.13.00.00.00.00	5.000,00
2.122	959	0002	3.1.91.13.00.00.00.00	5.000,00
2.127	1004	0014	3.1.90.13.00.00.00.00	10.000,00
2.128	1012	0042	3.1.90.11.00.00.00.00	30.000,00
2.130	1028	0014	3.1.90.11.00.00.00.00	20.000,00
2.143	1089	0014	3.1.90.04.00.00.00.00	5.000,00
2.051	392	0000	4.6.90.71.00.00.00.00	21.459,26
2.128	1011	0014	3.1.90.11.00.00.00.00	10.000,00
2.146	1127	0000	3.1.91.13.00.00.00.00	500,00
2.077	1438	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	3.000,00
1.064	643	0000	3.3.90.30.00.00.00.00	6.000,00
1.104	1244	0000	4.4.90.52.00.00.00.00	20.000,00
2.075	1436	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	7.000,00
2.162	1233	0000	3.3.90.30.00.00.00.00	14.000,00
2.105	746	0000	3.3.90.30.00.00.00.00	15.000,00
2.126	999	0002	3.3.90.30.00.00.00.00	33.000,00
2.115	898	0002	3.3.90.30.00.00.00.00	25.000,00
1.117	4	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	80.000,00
1.118	5	0000	4.4.90.52.00.00.00.00	100.000,00
2.186	14	0000	3.3.90.35.00.00.00.00	60.000,00
TOTAL				**1.264.145,68**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
1.089	870	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	15.500,00
2.055	396	0000	3.2.90.21.00.00.00.00	46.000,00
2.055	396	0000	3.2.90.21.00.00.00.00	4.087,24
1.070	777	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	1.000,00
1.060	469	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	50.000,00
1.076	786	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	4.900,00
1.086	266	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	5.000,00
1.090	874	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	2.615,00
1.090	874	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	15.000,00
1.099	1168	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	120,00
1.099	1168	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	3.000,00
1.099	1168	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	2.000,00

1.067	670	0030	4.4.90.51.00.00.00.00	100.000,00
1.067	668	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	152.000,00
1.067	669	0024	4.4.90.51.00.00.00.00	5.384,18
1.067	669	0024	4.4.90.51.00.00.00.00	40.000,00
1.067	669	0024	4.4.90.51.00.00.00.00	2.000,00
2.115	900	0002	3.3.90.35.00.00.00.00	2.000,00
2.115	900	0002	3.3.90.35.00.00.00.00	18.000,00
2.115	900	0002	3.3.90.35.00.00.00.00	580,00
1.067	669	0024	4.4.90.51.00.00.00.00	80.693,34
2.184	550	0015	3.1.90.04.00.00.00.00	6.000,00
2.044	405	0000	3.1.90.11.00.00.00.00	200.000,00
1.071	675	0024	4.4.90.51.00.00.00.00	15.400,00
1.090	874	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	32.385,00
1.075	255	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	19.000,00
1.082	264	0030	4.4.90.51.00.00.00.00	46.521,66
1.082	264	0030	4.4.90.51.00.00.00.00	18.189,76
1.082	262	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	16.769,50
1.064	649	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	6.000,00
1.100	1123	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	20.000,00
1.074	782	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	7.000,00
1.074	782	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	87.000,00
1.117	2	0000	3.3.90.30.00.00.00.00	20.000,00
1.117	3	0000	3.3.91.39.00.00.00.00	20.000,00
1.117	4	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	100.000,00
1.118	5	0000	4.4.90.52.00.00.00.00	100.000,00
TOTAL				**1.264.145,68**

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia de mês de junho de 2018.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 027/2018

Data assinatura: 27/07/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: EMAM – EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA, CNPJ Nº 04.420.916/0003-13

Valor Global: R$ 616.560,00 (seiscentos e dezesseis mil quinhentos e sessenta reais)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA TIPO RL-1C E PÓ DE PEDRA PARA APLICAÇÃO DE LAMA ASFÁLTICA NO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA.

Data da vigência: 12 meses

Pregão Presencial nº 017/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 024/2018

Data assinatura: 17/07/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: MEDFORT MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP, CNPJ nº 12.407.590/0001-50

Valor Global: R$ 86.512,20 (oitenta e seis mil quinhentos e doze reais e vinte centavos)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT.

Data da vigência: 12 meses

Pregão Eletrônico nº 003/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2014

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT E **FLAVIA MEZA 01047867109**

CNPJ nº 19.364.787/0001-07**.**

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do contrato nº 030/2014, assinado em 14/07/2014, a partir de 14/07/2018, vencendo em 31/12/2018. Valor total: R$ 23.598,00 (vinte e três mil quinhentos e noventa e oito reais).

Data de Assinatura: 13/07/2018.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 026/2018

Data assinatura: 17/07/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI – ME, CNPJ nº 27.860.256/0001-25

Valor Global: R$ 80.924,00 (oitenta mil novecentos e vinte e quatro reais)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT.

Data da vigência: 12 meses

Pregão Eletrônico nº 003/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 022/2018

Data assinatura: 17/07/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: MEDFORT MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP, CNPJ nº 12.407.590/0001-50

Valor Global: R$ 34.833,10 (trinta e quatro mil oitocentos e trinta e três reais e dez centavos)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT.

Data da vigência: 12 meses

Pregão Eletrônico nº 002/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 025/2018

Data assinatura: 17/07/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: GREEN FARMACEUTICA EIRELI EPP, CNPJ nº 03.411.908/0001-86

Valor Global: R$ 12.840,00 (doze mil oitocentos e quarenta reais)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT.

Data da vigência: 12 meses

Pregão Eletrônico nº 003/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2014

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT E **MONTEIRO MIRANDA & SANTOS LTDA – ME**, CNPJ nº 13.504.680/0001-22.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO do contrato nº 028/2014 de prazo e valor, assinado em 14/07/2014, a partir de 14/07/2018, vencendo em 31/12/2018. Valor total: R$ 139.075,20 (cento e trinta e nove mil cento e setenta e cinco reais e vinte centavos).

Data de Assinatura: 13/07/2018.

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 DIVULGA GABARITO PRELIMINAR

A Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, nos termos dos itens 9.7,9.8 e 9.9 do Edital de Abertura nº 002/2018, visando atender os princípios norteadores da Administração Pública, da publicidade, da legalidade e da impessoalidade;

RESOLVE:

I – Divulgar o Gabarito Preliminar das provas do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2018.

II – Informar que o referido gabarito se encontra a disposição dos interessados no site www.itiquira.mt.gov.br.

III – Abrir o prazo para recursos contra o gabarito preliminar nos dias 07 e 08 de agosto de 2018.

Itiquira-MT, 06 de agosto de 2018.

.....

Ana Maria Moraes e Souza

Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado

N.º 002/2018

GABARITO

NÍVEL FUNDAMENTAL

Nº QUESTÃO	SERVENTE DE PEDREIRO																			
	PORTUGUÊS					MATEMATICA					CON. GERAIS					CON. ESPECIFICOS				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVA	D	A	A	D	C	B	A	A	A	A	D	D	D	D	D	D	B	B	D	C

Nº QUESTÃO	PEDREIRO																			
	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CON. GERAIS					CON. ESPECÍFICOS				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVA	D	A	A	D	C	B	A	A	A	A	D	D	D	D	D	A	A	D	D	A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 020/2018

Data assinatura: 17/07/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: PREMIUM HOSPITALAR EIRELI, CNPJ nº 27.325.768/0001-91

Valor Global: R$ 47.658,00 (quarenta e sete mil seiscentos e cinquenta e oito reais)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT.

Data da vigência: 12 meses

Pregão Eletrônico nº 002/2018

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 023/2018 DE: 02.05.2018

"Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 87.895,08 (oitenta e sete mil oitocentos e noventa e cinco reais e oito centavos), em favor das Secretarias Municipais de Assistência Social, de Educação, de Saúde, e de Infraestrutura, e dá outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1001/2017 de 08/12/2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R$ 87.895,08 (oitenta e sete mil oitocentos e noventa e cinco reais e oito centavos), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
2.005	41	0000	3.1.90.91.00.00.00.00	29.000,00
1.063	642	0024	4.4.90.51.00.00.00.00	15.495,08
2.116	912	0002	3.3.90.36.00.00.00.00	6.000,00
2.040	361	0000	3.3.90.36.00.00.00.00	17.400,00
2.075	1436	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	20.000,00
TOTAL				**87.895,08**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
1.114	1292	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	29.000,00
1.063	641	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	15.495,08
2.044	405	0000	3.1.90.11.00.00.00.00	6.000,00
2.040	362	0000	3.3.90.39.00.00.00.00	17.400,00
1.082	262	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	20.000,00
TOTAL				**87.895,08**

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, ao segundo dia de mês de maio de 2018.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 019/2018 DE: 02.04.2018

"Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 634.579,28 (seiscentos e trinta e quatro mil quinhentos e setenta e nove reais e vinte e oito centavos), em favor das Secretarias Municipais de Assistência Social, de Educação, de Saúde, e de Infraestrutura, e dá outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1001/2017 de 08/12/2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R$ 634.579,28 (Seiscentos e trinta e quatro mil quinhentos reais e vinte e oito centavos), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
1.066	657	0030	3.3.90.30.00.00.00.00	40.000,00
2.130	1035	0014	3.3.90.39.00.00.00.00	200,00
2.041	365	0000	3.1.90.13.00.00.00.00	55,52
2.063	436	0001	3.1.91.13.00.00.00.00	1.500,00
2.094	621	0019	3.1.90.11.00.00.00.00	11.500,00
2.094	623	0019	3.1.91.13.00.00.00.00	3.000,00
2.106	753	0000	3.1.91.13.00.00.00.00	3.500,00
2.107	758	0000	3.1.90.04.00.00.00.00	2.942,76
2.108	765	0000	3.1.90.04.00.00.00.00	2.000,00
2.115	893	0002	3.1.90.11.00.00.00.00	10.000,00
2.122	959	0002	3.1.91.13.00.00.00.00	2.000,00
2.130	1028	0014	3.1.90.11.00.00.00.00	11.287,22
2.149	1152	0000	3.1.91.13.00.00.00.00	2.800,00
2.087	1435	0030	3.3.90.30.00.00.00.00	20.000,00
2.118	927	0002	3.1.91.13.00.00.00.00	500,00
2.001	9	0000	3.3.90.36.00.00.00.00	1.700,00
2.005	41	0000	3.1.90.91.00.00.00.00	10.000,00
1.063	642	0024	4.4.90.51.00.00.00.00	129.504,92
1.063	641	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	382.088,86
TOTAL				**634.579,28**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
1.083	799	0017	3.3.90.39.00.00.00.00	40.000,00
1.089	869	0000	3.3.90.39.00.00.00.00	200,00
1.114	1292	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	71.085,50
1.114	1292	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	1.700,00
1.114	1292	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	10.000,00
2.040	355	0000	3.1.90.11.00.00.00.00	500.000,00
2.044	405	0000	3.1.90.11.00.00.00.00	11.593,78
TOTAL				**634.579,28**

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, ao segundo dia de mês de abril de 2018.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 029/2018 DE: 10.05.2018

"Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 905.664,61 (novecentos e cinco mil seiscentos e sessenta e quatro reais e sessenta e um centavos), em favor das Secretarias Municipais de Assistência Social, de Educação, de Saúde, e de Infraestrutura, e dá outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1001/2017 de 08/12/2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R$ 905.664,61 (Novecentos e cinco mil seiscentos e sessenta e quatro reais e sessenta e um centavos), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
1.104	1441	0024	4.4.90.52.00.00.00.00	293.000,00
2.116	912	0002	3.3.90.36.00.00.00.00	2.000,00
2.169	1316	0000	3.3.90.31.00.00.00.00	2.600,00
2.087	1435	0030	3.3.90.30.00.00.00.00	43.000,00
2.116	912	0002	3.3.90.36.00.00.00.00	600,00
2.005	41	0000	3.3.90.91.00.00.00.00	1.000,00
2.116	912	0002	3.3.90.36.00.00.00.00	3.000,00
2.087	1435	0030	3.3.90.30.00.00.00.00	52.800,00
2.041	365	0000	3.1.90.13.00.00.00.00	524,47
2.063	436	0001	3.1.91.13.00.00.00.00	3.359,54
2.092	611	0018	3.1.90.04.00.00.00.00	3.370,55
2.094	623	0019	3.1.90.13.00.00.00.00	4.147,10
2.106	752	0000	3.1.90.13.00.00.00.00	245,88
2.106	753	0000	3.1.90.13.00.00.00.00	3.667,54
2.108	765	0000	3.1.90.04.00.00.00.00	2.477,40
2.115	892	0002	3.1.90.04.00.00.00.00	2.514,75
2.118	927	0002	3.1.91.13.00.00.00.00	2.691,34
2.119	936	0002	3.1.91.13.00.00.00.00	5.287,46
2.120	943	0002	3.1.91.13.00.00.00.00	2.270,66
2.122	959	0002	3.1.91.13.00.00.00.00	1.728,54
2.128	1009	0014	3.1.90.04.00.00.00.00	66.255,44
2.128	1012	0042	3.1.90.11.00.00.00.00	19.066,88
2.149	1152	0000	3.1.91.13.00.00.00.00	2.875,22
2.161	1219	0000	3.1.91.13.00.00.00.00	112,50
2.168	1304	0000	3.1.91.13.00.00.00.00	827,21
2.081	543	0001	3.1.91.13.00.00.00.00	10.000,00
2.092	611	0018	3.1.90.04.00.00.00.00	3.000,00
2.128	1009	0014	3.1.90.04.00.00.00.00	25.000,00
2.021	187	0000	3.1.91.13.00.00.00.00	1.000,00
2.119	936	0002	3.1.91.13.00.00.00.00	1.000,00
2.063	436	0001	3.1.91.13.00.00.00.00	1.000,00
2.161	1219	0000	3.1.91.13.00.00.00.00	1.000,00
2.096	631	0018	3.1.90.11.00.00.00.00	8.000,00
2.168	1304	0000	3.1.91.13.00.00.00.00	500,00
1.074	780	0000	3.3.90.36.00.00.00.00	4.000,00
2.116	913	0002	3.3.90.39.00.00.00.00	10.000,00
1.066	657	0030	3.3.90.30.00.00.00.00	50.000,00
2.029	276	0000	3.3.90.39.00.00.00.00	24.500,00
1.066	657	0030	3.3.90.30.00.00.00.00	50.000,00
2.079	1440	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	4.000,00
2.077	1438	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	5.000,00
2.078	1439	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	3.810,24
2.075	1436	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	10.000,00
2.076	1437	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	4.000,00
1.022	640	0000	4.4.90.52.00.00.00.00	8.000,00
2.141	1085	0014	3.3.90.30.00.00.00.00	50.000,00
2.087	1435	0030	3.3.90.30.00.00.00.00	25.000,00
2.001	7	0000	3.3.90.30.00.00.00.00	2.000,00
2.040	362	0000	3.3.90.39.00.00.00.00	14.000,00
2.087	1435	0030	3.3.90.30.00.00.00.00	10.000,00
2.116	913	0002	3.3.90.39.00.00.00.00	19.731,89
1.011	254	0000	4.4.90.52.00.00.00.00	6.700,00
2.115	902	0002	3.3.90.39.00.00.00.00	20.000,00
2.120	946	0002	3.3.90.30.00.00.00.00	10.000,00
2.115	896	0002	3.3.90.14.00.00.00.00	5.000,00
TOTAL				**905.664,61**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
2.011	96	0000	3.1.90.04.00.00.00.00	20.000,00
2.011	97	0000	3.1.90.11.00.00.00.00	113.000,00
2.011	98	0000	3.1.90.13.00.00.00.00	20.000,00
2.011	99	0000	3.1.90.13.00.00.00.00	2.000,00
2.011	100	0000	3.3.90.14.00.00.00.00	2.000,00
2.011	101	0000	3.3.90.30.00.00.00.00	20.000,00
1.071	674	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	100.000,00
1.071	675	0024	4.4.90.51.00.00.00.00	16.000,00
1.114	1292	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	2.000,00
1.114	1292	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	2.600,00
1.114	1292	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	33.000,00
2.044	405	0000	3.1.90.11.00.00.00.00	10.000,00
1.114	1292	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	600,00
2.044	405	000	3.1.90.11.00.00.00.00	1.000,00
2.044	405	0000	3.1.90.11.00.00.00.00	3.000,00
1.083	799	00017	3.3.90.39.00.00.00.00	52.800,00
2.010	86	0000	3.1.90.11.00.00.00.00	100.000,00
1.067	669	0024	4.4.90.51.00.00.00.00	31.422,48
1.067	669	0024	4.4.90.51.00.00.00.00	28.000,00
1.067	669	0024	4.4.90.51.00.00.00.00	12.500,00
1.074	782	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	4.000,00
1.089	870	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	10.000,00
1.065	655	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	50.000,00
1.089	870	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	24.500,00
1.082	263	0024	4.4.90.51.00.00.00.00	50.000,00
1.082	264	0030	4.4.90.51.00.00.00.00	22.810,24
1.082	264	0030	4.4.90.51.00.00.00.00	4.000,00
1.082	264	0030	4.4.90.51.00.00.00.00	8.000,00

1.099	1168	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	50.000,00
1.099	1168	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	27.000,00
2.043	389	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	14.000,00
1.099	1168	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	10.000,00
1.080	258	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	19.731,89
1.099	1168	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	6.700,00
1.075	256	0030	4.4.90.51.00.00.00.00	20.000,00
1.075	256	0030	4.4.90.51.00.00.00.00	10.000,00
1.071	675	0024	4.4.90.51.00.00.00.00	5.000,00
TOTA2.184L				**905.664,61**

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, ao décimo dia de mês de maio de 2018.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 DIVULGA GABARITO PRELIMINAR

A Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, nos termos dos itens 9.7,9.8 e 9.9 do Edital de Abertura nº 002/2018, visando atender os princípios norteadores da Administração Pública, da publicidade, da legalidade e da impessoalidade;

RESOLVE:

I – Divulgar o Gabarito Preliminar das provas do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2018.

II – Informar que o referido gabarito se encontra a disposição dos interessados no site www.itiquira.mt.gov.br.

III – Abrir o prazo para recursos contra o gabarito preliminar nos dias 07 e 08 de agosto de 2018.

Itiquira-MT, 06 de agosto de 2018.

.....

Ana Maria Moraes e Souza

Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado

N.º 002/2018

GABARITO

NÍVEL FUNDAMENTAL

Nº QUESTÃO	SERVENTE DE PEDREIRO																			
	PORTUGUÊS					MATEMATICA					CON. GERAIS					CON. ESPECIFICOS				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVA	D	A	A	D	C	B	A	A	A	A	D	D	D	D	D	D	B	B	D	C

Nº QUESTÃO	PEDREIRO																			
	PORTUGUÊS					MATEMÁTICA					CON. GERAIS					CON. ESPECÍFICOS				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ALTERNATIVA	D	A	A	D	C	B	A	A	A	A	D	D	D	D	D	A	A	D	D	A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 023/2018

Data assinatura: 17/07/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: CCAF COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR EIRELI, CNPJ nº 16.917.181/0001-55

Valor Global: R$ 13.992,02 (treze mil novecentos e noventa e dois reais e dois centavos)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT.

Data da vigência: 12 meses

Pregão Eletrônico nº 002/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 021/2018

Data assinatura: 17/07/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME, CNPJ nº 22.803.038/0001-35

Valor Global: R$ 49.406,00 (quarenta e nove mil quatrocentos e seis reais)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT.

Data da vigência: 12 meses

Pregão Eletrônico nº 002/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO DE ADESÃO N.º 005/2018

Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 005/2017, oriunda do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 005/2017. Aderente: Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, da anuência à solicitação de adesão ao referido Pregão Eletrônico, emitida através do SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO do **MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCIO BRASILEIRO CML 1º R M – HOSPITAL GERAL DO RIO DE JANEIRO** e do ofício da empresa detentora do Registro de Preços **GE HEALTHCARE DO BRASIL COMERCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF n° **00.029.372/0006-55,** cujo objeto é **"Aquisição de 01 (um) aparelho de anestesia para atendimento do Hospital Municipal de Jaciara-MT"**,ao valor global de **R$ 76.700,00 (Setenta e seis mil e setecentos reais).** Maiores informações junto à sede da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT, localizada na Av. Antonio Ferreira Sobrinho, Nº 1075, Centro, Fone (66) 3461-7925 das 12h00m às 18h00m. Jaciara-MT, 06 de agosto de 2018.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 018/2018 - TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, Sr. EDERZIO DE JESUS MENDES, torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pelo Srº SILVANA CAMPOS LACERDA, Secretaria Municipal De Administração, no processo de contratação direta com Pessoa Jurídica: TOTTUM ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL LTDA-ME, objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE REVISÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DO PPA – PLANO PLURIANUAL, ELABORAÇÃO DA LDO PARA O EXERCÍCIO 2019, ELABORAÇÃO DA LOA – LEI ORÇAMENTARIA ANUAL PARA EXERCÍCIO DE 2019, COM INSTRUÇÕES E COLETA DE DADOS COM OS GESTORES MUNICIPAIS, REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS, ELABORAÇÃO DE ANEXOS E PROJETOS DE LEIS CORRESPONDENTES PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE JANGADA-MT, mediante o pagamento de valor total de R$ 24.200,00 (vinte e quatro mil e duzentos reais), onde formulou-se expediente de dispensa de licitação 018/2018, fulcrada nas disposições do art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, e no que couber a Lei Municipal Nº 621/2014, **RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a Prestação dos Serviços.**

Jangada/MT, 07 de Agosto de 2018.

EDERZIO DE JESUS MENDES - Prefeito Municipal

P O R T A R I A N º 058/2018

Dispõe sobre a Designação do Senhor RODRIGO AUGUSTO VERISSIMO PEREIRA para ser Fiscal de Obras.

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, Srº EDERZIO DE JESUS MENDES, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de Fiscalizar os Contratos abaixo, resolve:

Art. 1º - Nomear o Senhor RODRIGO AUGUSTO VERISSIMO PEREIRA, Engenheiro de Obras, como fiscal de Obras conforme segue:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2018

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM SUPERFICIAL E SINALIZAÇÃO VIARIA NA COMUNIDADE RAIZAMA NO MUNICIPÍO DE JANGADA/MT.

Contratado: ORION CONSTRUÇÕES E IMOBILIARIA LTDA – EPP

CNPJ Nº: 15.319.010/0001-61

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2018

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM SUPERFICIAL E SINALIZAÇÃO VIARIA NA COMUNIDADE NOVA JANGADA E TIRA BARRO NO MUNICIPÍO DE JANGADA/MT.

Contratado: ORION CONSTRUÇÕES E IMOBILIARIA LTDA – EPP

CNPJ Nº: 15.319.010/0001-61

Esta Portaria terá seus efeitos retroagidos a 06/07/2018

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em Jangada/MT 07/08/2018.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

P O R T A R I A N º 057/2018

Dispõe sobre a Designação do Senhor EDER TRAJANO OLIVEIRA para ser Fiscal dos Contratos.

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, Srº EDERZIO DE JESUS MENDES, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de Fiscalizar os Contratos abaixo, resolve:

Art. 1º - Nomear o Senhor EDER TRAJANO OLIVEIRA, Assessor Técnico Superior II, como fiscal dos Contratos conforme segue:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2018

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM SUPERFICIAL E SINALIZAÇÃO VIARIA NA COMUNIDADE RAIZAMA NO MUNICIPÍO DE JANGADA/MT.

Contratado: ORION CONSTRUÇÕES E IMOBILIARIA LTDA – EPP

CNPJ Nº: 15.319.010/0001-61

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2018

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM SUPERFICIAL E SINALIZAÇÃO VIARIA NA COMUNIDADE NOVA JANGADA E TIRA BARRO NO MUNICIPÍO DE JANGADA/MT.

Contratado: ORION CONSTRUÇÕES E IMOBILIARIA LTDA – EPP

CNPJ Nº: 15.319.010/0001-61

Esta Portaria terá seus efeitos retroagidos a 06/07/2018

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em Jangada/MT 07/08/2018.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 017/2018 - TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, Sr. EDERZIO DE JESUS MENDES, torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pelo Srº NOE JOAQUIM DOS SANTOS, Secretaria Municipal De INFRA ESTRUTURA, no processo de contratação direta com Pessoa Jurídica: **MARCILIO & MARCILIO LTDA, objeto:**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS BETUMINOSOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA NO DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS NO MUNICIPIO DE JANGADA-MT**, mediante o pagamento de valor total de R$ 15.750,00 (quinze mil setecentos e cinquenta reais), onde formulou-se expediente de dispensa de licitação 017/2018, fulcrada nas disposições do art. 24, inciso II, da Lei Fe-**

deral 8.666/93, e no que couber a Lei Municipal Nº 621/2014, **RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a Prestação dos Serviços.**

Jangada/MT, 07 de Agosto de 2018.

EDERZIO DE JESUS MENDES - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 039/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: SOCIEDADE SAGA COMERCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: **Contratação de empresa que ofereça a Municipalidade Gestão e Gerenciamento de frotas por sistema de gestão automotiva, o qual reúna diversos módulos operacionais capazes de prestar serviços de controle e intermediação de consumo de combustível, monitoramento e localização via satélite, fiscalização de manutenção preventiva e corretiva de frotas com gerenciamento de fornecimento de peças e serviços por intermediação em rede credenciada, acompanhamento e regulação de contratos com emissão de relatórios bem como geração de tabelas para prestação de contas aos órgãos de controle.**

VIGENCIA: 12 (doze) meses

VALOR ESTIMADO EM R$: 375.961,50 **(**trezentos e setenta e cinco mil novecentos e sessenta e um real e cinquenta centavos)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01315/2018.

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2018.

O Município de Jauru, através de sua Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº. 001/2018, torna público aos interessados que às 14:00 horas do dia 23 de agosto de 2018, em sua sede, sito Paço Municipal "José Peres", a Rua do Comercio nº. 480, Centro, serão recebidos os envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas de preço para seleção de empresa especializada em **recuperação de pavimentação asfaltica com microrrevestimento em vias urbanas no município de jauru de acordo com recursos do convenio nº 1247/2018/SECID/PMJ**, conforme planilha e projeto Básico que acompanha o Edital, com recursos oriundos do Convenio nº. 1247/2018 da Secretaria de Estado das Cidades - SECID.

Rege a presente a Licitação a Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

A documentação completa do Edital pode ser adquirida na Sede da Prefeitura no endereço acima mencionado, a partir do dia 09 de agosto de 2018, no horário das 12:00 às 17:00 horas, até o terceiro dia que anteceder a abertura dos envelopes, pelo preço unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), não reembolsável, que se refere ao custo efetivo de reprodução gráfico do Edital e seus anexos.

Maiores informações, junto a Comissão Permanente de Licitações pelos Telefones 0xx65 3244 – 1849 – www.jauru.mt.gov.br ou e-mail licitaçao@jauru.mt.gov.br.

Jauru-MT, 07 de agosto de 2018.

POLIANA CANDIDA VIEIRA

Presidente da CPL

TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO RATIFICAÇÃO

Na publicação do dia 7 de agosto, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, pagina 320, Ratificação de Inexigibilidade de Licitação nº. 009/2018, onde se Lê Valor Estimado de R$ 377.964,18 (trezentos e setenta e sete mil novecentos e sessenta e quatro reais e dezoito centavos), LEIA – SE R$ 375.961,50 (trezentos e setenta e cinco mil novecentos e sessenta e um real e dezoito centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº. 067/2018/GS/SME/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº. 067/2018/GS/SME/MT

Retifica, em parte, a Portaria nº 80/2017/GS/SME/MT, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso de 27-11-2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, *no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a necessidade de alteração parcial na Portaria nº 80/2017/GS/SME/MT, que determina o Calendário Escolar para a Educação Básica da rede municipal para o ano letivo de 2018.*

RESOLVE:

Art.1º.

(...)

Art.11 – Estabelece e regulamenta o início, das férias e o encerramento do ano letivo de 2018;

I. 19.02.2018 - Início do ano letivo de 2018 para as Escolas Urbanas;

a) Escolas do Campo tem o início das aulas com data diferente devido ao período chuvoso, a contratação de professores e transporte escolar.

-E.M. Rui Barbosa – 05-03-2018 - início do ano letivo 2018;

-E.M.N.S. Lourdes – 07-03-2018 - início do ano letivo 2018;

-E.M.do Campo Gairova –08-03-2018 - início do ano letivo 2018;

-E.M. Bairro Machado – 12-03-2018 - início do ano letivo 2018;

-E.M. Ellen Buckup – 12-03-2018 - início do ano letivo 2018;

-E.M. Renascer– 12-03-2018 - início do ano letivo 2018;

-E.M. Francisco Sampaio – 12-03-2018 - início do ano letivo 2018;

-E.M. Santo Antonio – 15-03-2018 - início do ano letivo 2018;

-E.M. Santa Clara – 09-04-2018 - início do ano letivo 2018;

-E.M. Tancredo Neves – 09-04-2018 - início do ano letivo 2018;

b) Todas as escolas tem garantido os 200 dias letivos.

II. 16/07/2018 a 30/07/2018 – após o termino do 1º semestre letivo, (15 dias de férias escolares – para professores da zona urbana em sala de aula e Escola Municipal Rui Barbosa);

a) 14/07/2018 a 29/07/2018 – para após o término do 1º semestre letivo, (15 dias de férias escolares - para professores do campo em sala de aula); por motivo do ano letivo iniciar mais tarde.

21/12/2018 - Término do ano letivo de 2018, para as escolas da urbana e do campo.

(...)

Art. 25. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais a partir do ano letivo de 2018, permanecendo todo o restante do conteúdo da respectiva Portaria, inalterado.

Juara-MT, 06 de Agosto de 2018.

_____

Isac Pintor

Secretário Municipal de Educação

Portaria GP/008/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

QUARTO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 - JURUENA/MT

A Prefeita do Município de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, as legislações Estadual e Municipal em vigor e considerando a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo simplificado nº. 001/2018 TORNA **PÚBLICA A CONVOCAÇÃO** (QUARTA CHAMADA) dos Candidatos Habilitados, relacionados no anexo II deste Edital.

Os convocados deverão comparecer, conforme data de apresentação estipuladas no ANEXO II do presente Edital, de segunda a sexta-feira das 07h00min às 13h00min no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura Municipal de Juruena, Avenida 04 de Julho, nº. 360 – Centro, para apresentação e entrega dos documentos constantes no anexo I deste edital tendo o prazo de 10 (dez) dias para o comparecimento.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT 07 de Agosto de 2018.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena/MT

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PELOS CANDIDATOS HABILITADOS E CONVOCADOS – **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018**, OS CANDIDATOS DEVERÃO APRESENTAR FOTOCOPIA, JUNTAMENTE COM O DOCUMENTO ORIGINAL:

Cópia simples da carteira de identidade.

Cópia simples do CPF.

Cópia simples do PIS/PASEP.

Cópia simples da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

Cópia simples do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral.

Cópia simples da certidão de casamento ou nascimento.

Cópia simples da certidão de nascimento do(s) filho(s).

Cópia simples do cartão de vacina para filho(s) menor de 07 anos ou cópia simples da declaração escolar do(s) filho(s) maior de 07 anos.

Cópia do comprovante de escolaridade atualizado.

Cópia simples do certificado de reservista para candidatos do sexo masculino.

Cópia simples do comprovante de residência atualizado.

Cópia simples da certidão negativa cível e criminal expedida pela Comarca onde reside.

Cópia simples do comprovante de inscrição de Registro no Conselho de Classe para os cargos em que for requisito do cargo e cópia simples do comprovante de regularidade com o Conselho de Classe para os cargos em que for requisito do cargo.

Exame Admissional.

ANEXO II

CANDIDATOS HABILITADOS E CONVOCADOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS		
COLOCAÇÃO	**CANDIDATO**	**DATADE APRESENTAÇÃO**
9º	MARIA APARECIDA DE LIMA RODRIGUES	08/08/2018

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PORTARIA Nº 148/2018, 01 DE AGOSTO DE 2018.

"Dispõe sobre **EXONERAÇAO** do **Cargo de Gerente de Esportes e Lazer** do Município de Juscimeirae da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR o Srº REGINALDO ALVES DA SILVA, CPF nº 951.457.451-68, RG nº 1255084-1/SSP/MT, residente e domiciliado à Rua Dr. Castilho nº 89, Centro Juscimeira-MT, do **Cargo de Gerente de Esporte e Lazer**.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 01 de Agosto de 2018.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018 AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, localizada a Avenida Joaquim Miguel dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus, Juscimeira-MT através de seu Pregoeiro Oficial, nomeada pela Portaria nº 001/2018, TORNA PÚBLICO que realizará às **08:00 HORAS DO DIA 21 DE AGOSTO 2018** na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, sessão pública para realização de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por objeto o "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL; GASOLINA COMUM, ETANOL, ÓLEO DIESEL COMUM e ÓLEO DIESEL S-10",** conforme Itens constantes no Termo de Referência anexo do Edital. Os envelopes contendo as proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **08:00 HORAS DO DIA 21 DE AGOSTO 2018.** O credenciamento **será efetuado no inicio da sessão (ou abertura dos envelopes)**., onde os licitantes deverão indicar um representante para ser credenciado. Os interessados poderão ler ou obter cópia do Edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Juscimeira no endereço acima, no horário das 08:00 às 13:00 horas, através petição do e-mail licitação@juscimeira.mt.govnos dias úteis a partir desta data. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (66) 3412-1062.

Juscimeira/MT., 07 De Agosto 2018.

Diva Maria Santos Gardin

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

DISPENSA DE LICITAÇAO 028/2018 TERMO DE RATIFICAÇAO

DISPENSA DE LICITAÇAO 028/2018

TERMO DE RATIFICAÇAO

O prefeito municipal de Lambari D´Oeste –MT, Estado De Mato Grosso, srº EDVALDO ALVES DOS SANTOS, torna público que em virtude da haver concordado com a justificativa apresentada no processo de contratação direta com a pessoa fisica JONAS MANEA, CPF :178903221-00, localizado na Rua sepotuba, s/n centro, CEP; 78278-000 Lambari D´oeste - MT , cujo objeto: **LOCAÇÃO DE IMOVEL COMERCIAL PARA FUNCIONAMENTO DA AGENCIA DE CORREIOS UNIDADE DE LAMBARI D´O-**

ESTE –MT" em um valor mensal de R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) totalizando de R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais) por período de 12 meses onde formulou se expediente de dispensa de licitação 029/2018, fulcrada nas disposições do art.24, inciso II da lei federal 8. 666/93, RATIFICA a justificativa, ordena sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal , e autoriza a contratação da pessoa física JONAS MANEA para realização do objeto.

Lambari D´Oeste, MT 08 AGOSTO de 2018

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇAO 027/2018 TERMO DE RATIFICAÇAO

DISPENSA DE LICITAÇAO 027/2018

TERMO DE RATIFICAÇAO

O prefeito municipal de Lambari D´Oeste –MT, Estado De Mato Grosso, srº EDVALDO ALVES DOS SANTOS, torna público que em virtude da haver concordado com a justificativa apresentada no processo de contratação direta com a empresa CENECIR SPORTS –COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA-ME , CNPJ: 17.934.847/0001-46, localizada na Rua Germano Greve , Nº 524, Centro, CEP: 78.280-000 Mirassol D´Oeste - MT , cujo objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA O DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER DE LAMBARI D´OESTE -MT**" em um valor total de R$ 8.538,80 (oito mil quinhentos e trinta e oito reais e oitenta centavos) onde formulou se expediente de dispensa de licitação 027/2018, fulcrada nas disposições do art.24, inciso II da lei federal 8.666/93, RATIFICA a justificativa, ordena sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal , e autoriza a contratação da CENECIR SPORTS –COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA-ME para realização do objeto.

Lambari D´Oeste, MT 08 de agosto de 2018

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 008/2018 PARA NOMEAÇÃO E POSSE DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

O Exmo Senhor **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Concurso Público realizado no dia 17 de maio de 2015 nos termos do Edital 001/2015 e homologado pelo Decreto de nº 055/2015 de 16 de junho de 2015, Convoca pelo presente Edital os candidatos Aprovados, para preenchimento de vaga existente no momento, conforme relação abaixo:

Nº Insc	Candidatos	Cargo	Carga Hora	Classificação
0493	Luiza Bento dos Santos	Técnico em enfermagem	40 horas	17º Aprovada

A candidata convocada por este Edital terá o prazo de até 30 (trinta) dias a contar desta data, 07 de agosto de 2018, para tomar posse no referido cargo.

A candidata convocada deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munido dos seguintes documentos:

Documento de Identidade (original) e I (cópia); Certidão de Nascimento ou Casamento (original) e 1 (cópia); RG e CPF do cônjuge;	**ORIGINAL** 02 Fotos 3x4; Atestado Médico expedido pela Junta Médica Oficial e exames complementares de acordo com o cargo;
Certidão de nascimento dos filhos (original) e 1 (cópia); Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original e 1 cópia) Título de Eleitor (original) e 1 (cópia) comprovação que está quite com as obrigações eleitorais; Certificado de Reservista (original e 1 cópia) (se masculino); Carteira de trabalho, PIS ou PASEP (original) e 1 (cópia); CPF (original) e 1 (cópia) Comprovante de residência Carteira de Habilitação (motorista)	Certidão negativa da Justiça (civil e criminal) onde tenha residido nos últimos cinco anos; Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar; Declaração dos Dependentes de IRRF; Declaração do exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, em qualquer esfera de governo, da administração direta de qualquer dos Poderes; Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso; Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio. Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

A Candidata convocada que não apresentar as documentações no prazo estabelecido será considerada eliminada do Concurso Público.

A Candidata deverá apresentar-se também, junto a Previlândia – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Marcelândia - MT, para filiar-se a esta Instituição.

O Município de Marcelândia - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar legal e necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos/funções.

Marcelândia MT, em 07 de agosto de 2018.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 113/2018

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato "**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOAUTOMOTOR DO TIPO CAMINHONETE, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO, ATRAVES DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 019/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018, DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT".**

CONTRATADA: BRESSAN, LAMONATTO & CIA LTDA

Valor/Global: O valor do presente Termo de Contrato para aquisição do veículo é de **R$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais).**

Assinatura: 18/07/2018 Vigência: 31/12/2018

Da Dotação Orçamentária:

07.070.0.2.12.122.0029.1.0116 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDIMENTO A SMED – 4.4.90.52.00.00 – MATERIAL PERMANENTE – 0.1.01.00.00.00 – FONTE DE RECURSO – R$ 105.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LEILÃO - Nº. 02/2018

O Município de Matupá/MT, através da Comissão Permanente de Licitação e da Comissão Permanente do Patrimônio Municipal, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 28 de AGOSTO de 2018 às 08h00min no Pátio de Obras do Município, o "LEILÃO Nª 02/2018 QUE TEM COMO OBJETO A VENDA DE VEÍCULOS AMBULÂNCIA, CAMINHÃO, TANQUES DE COMBUSTÍVEL, BOMBA DE ABASTECIMENTO, PERFURADOR DE SOLO, COMPRESSORES, CORTADOR DE GRAMA, GRADES ARADORA E NIVELADORA, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA MARCENARIA E PADARIA". Maiores informações através do Edital

nº. 081/2018 que está disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 06 de agosto de 2018. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 053/2018

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 22 de agosto de 2018 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a "PREGÃO PRESENCIAL PARA GRADE ARADORA INTEMEDIÁRIA CONTROLE REMOTO COM 14 DISCO, DISCO DE 7,5 MM, 28 POLEGADAS COM PNEU EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE AGRICULTURA". Maiores informações através do Edital nº. 082/2018, que está disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 07 de agosto de 2018. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 054/2018

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 22 de agosto de 2018 às 10h00min na sede da Prefeitura Municipal, a "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE JAZIDA 1º CATEGORIA PARA BASE, SUB-BASE E CASCALHAMENTO DE VIAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES". Maiores informações através do Edital nº. 083/2018, que está disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 07 de agosto de 2018. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE OBRAS Nº. 020/2018

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: CONSTRUTORA GLOBAL E ENGENHARIA EIRELI

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS PÚBLICAS URBANAS (AVENIDA SEBASTIÃO ALVES JUNIOR E RUA 04 I 1 – BAIRRO INDUSTRIAL – ZI-001) CONFORME CONVÊNIO Nº 828109/2016 CELEBRADO ENTRE A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. Contidas nos anexos do Edital 0157/2017, TOMADA DE PREÇO 027/2017, com fornecimento pela empresa contratada de todos os materiais, equipamentos, peças e serviços**.**

OBJETIVO: **Fica alterada a Cláusula Sexta que passam a vigorar com a seguinte redação:**

O novo prazo de **execução** do contrato é aditado em 135 (cento e trinta e cinco) dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **31 DE DEZEMBRO DE 2018,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 07/08/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 041 DE 07 DE AGOSTO DE 2018.

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 041 DE 07 DE AGOSTO DE 2018.

O Sr. **VALTER CESAR COUTINHO**, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** a necessidade de acompanhar e monitorar a execução do **2° Termo Aditivo de Contrato nº 003/2017** da unidade Administrativo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI e fornecedores de bens e/ou serviços;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **GLEICY MARTINEZ OCHIUTO,** Admitida no mês e ano 09/2007, como **AGENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**,para acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução, além do dever de conhecer, cumprir e fazer cumprir, detalhadamente, as obrigações mútuas previstas no instrumento do **2° Termo Aditivo de Contrato nº 003/2017** com objetivo de **Serviços no recebimento das faturas de água, esgoto e serviços afins, de qualquer consumidor, emitidas e distribuídas pelo SAEMI**, contratando a empresa **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data do dia 07 de agosto de 2018.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Mirassol D'Oeste/MT, 07 de agosto de 2018.

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO

DECRETO Nº 3347 DE 03 DE AGOSTO DE 2018.

ESTABELECE EXPEDIENTE INTERNO NA FARMÁCIA MUNICIPAL NOS DIAS QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D´OESTE, **Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;**

Considerando a necessidade efetuar balanço geral do estoque de medicamentos da Farmácia Municipal, com a finalidade de qualificar a gestão da assistência farmacêutica, contribuindo para ampliação do acesso aos medicamentos e da atenção à saúde prestados à população, com vistas à implantação do HÓRUS-Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica, disponibilizado pelo Ministério da Saúde, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems),

R E S O L V E

Art. 1º - **Estabelecer Expediente Interno na FARMÁCIA MUNICIAL, no dia 08/08/2018 das 12h às 16h e, no dia 09/08/2018 das 7h às 11h e das 12h às 16h, não havendo atendimento ao público nos dias e horários mencionados.**

Parágrafo Único: Será garantida somente adistribuição de medicamentos considerados de urgências e/ou emergências.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do município de Mirassol d´Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede provisória do Paço Municipal, em 03 de agosto de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 386 DE 07 DE AGOSTO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO NOMEADA PELA PORTARIA 342/2018 QUE INSTAURA INQUÉRITO E, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições e, considerando as justificativas apresentadas através da CI nº 004/CPS/ 2018,

R E S O L V E

Art. 1º - Prorrogar até o dia 08 de setembro de 2018, o prazo para conclusão dos trabalhos da comissão nomeada pela Portaria nº 342/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D Oeste, Sede Provisória do Paço Municipal, Avenida Tancredo Neves 5659 em 07 de agosto de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 149/2018

PORTARIA Nº. 149/2018

"Dispõe sobre a Transferência de Secretarias os seguintes servidores,e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Transferir de Secretaria os Servidores abaixo Relacionados:

NOME	CARGO	SEC. ATUAL	SEC. LOTAÇÃO
Angela Maria Dalmazo	Assessor Técnico	Sec. De Administração	Sec. De saúde
Carina Dias C. da Silva	Assessor Técnico	Sec. De Administração	Sec. De Saúde
Gilberto Rabelo Junior	Assessor Técnico	Sec. De Administração	Sec. De Saúde
Juliane Ana dos Santos	Encarregado de Divisão	Sec. De Saúde	Sec. De Administração
Kemilly Emanuely A. Carvalho	Assessor Técnico	Sec. De Administração	Se. De Finanças
Lucienne de Loyola Felizardo	Chefe de Departamento	Gabinete	Sec. De Administração
Natalino Luiz de Souza	Agente Exec. D Secretaria	Sec. De Saúde	Sec. De Fiscalização Tributária
Suellen Cristina de Arruda	Assessor Técnico	Sec. De Administração	Sec. De Infraestrutura
Walter Max Prehl	Assistente de Secretaria	Sec. Finanças	Sec. De Fiscalização Tributária
Agnaldo Soares de Campos	Agente administrativo	Sec. De Administração	Gabinete do Prefeito
Ana Darc Dias de Carvalho	Fiscal de Obras e Postura	Administração	Sec. De Fiscalização Tributária
Ataide Martins Rodrigues	Vigia	Sec. De Administração	Sec. De Infraestrutura
Carlos Bueno Rocha	Sup. de Departamento	Sec. De Infraestrutura	Sec. De Fiscalização Tributária
Dirce Tomásia da Silva	Aux. Administrativo	Sec. De Finanças	Sec. De Saúde
Ednalva C. da Cruz	Vigia	Sec. De Administração	Sec. De Turismo e Cultura
Fabiano José da Silva	Fiscal de Obras e Postura	Sec. De Administração	Sec. De Fiscalização Tributária
Glória Andisa de Almeida	Aj. De Serviços Gerais	Sec. De Administração	Sec. Assistência social
José Carlos da Silva	Fiscal de Obras e Postura	Sec. De Administração	Sec. De Fiscalização Tributária
Tais Cândido de Jesus	Encarregada de Divisão	Sec. De Assistência Social	Sec. De Finanças

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02/07/2018, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 26 de julho de 2018.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO 36/2018

A Comissão de Apoio de Pregão – CAP, da Prefeitura Municipal de Nobres/MT, torna público para amplo conhecimento que a licitação modalidade **Pregão Presencial n° 36/2018,** cujo Objeto é ***Prestação De Serviço De Limpeza De Fossa, Para Atender As Necessidades Da Secretaria Municipal De Infraestrutura Do Município De Nobres – MT***. Sagrou-se vencedora a empresa **ODAIR DA ROSA - ME,** inscrito no **CNPJ n° 13.475.342/0001-00,** com o valor global de R$ 312.000,00 (trezentos e doze mil reais).

Nobres, 07 de agosto de 2018.

Quézia da Rosa Ferreira

Pregoeira

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 173/2018

PORTARIA Nº. 173/2018

"Dispõe sobre a exoneração da Sra. ***Yasmim Ayumi Sauer****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a *Sra.* ***Yasmim Ayumi Sauer***, portadora do RG nº. 12.523.509-3 SSP/PR, devidamente cadastrada no CPF nº. 037.109.311-26, do cargo em Comissão de Assistente de Secretaria da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Mineração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/08/2018 revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 03 de agosto de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 172/2018

PORTARIA Nº. 172/2018

"Dispõe sobre a exoneração da Sra. ***Karina Raielle Cardoso Weber****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a *Sra.* ***Karina Raielle Cardoso Weber***, portadora do RG nº. 2373346-2 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 021.284.952-29, do cargo em Comissão de Analista de Secretaria da Secretaria de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 03 de agosto de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 171/2018

PORTARIA Nº. 171/2018

"Dispõe sobre a exoneração da Srtª. ***Ellyde Renata de Loiola Matos****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Exonerar a Srª. ***Ellyde Renata de Loiola Matos***, portadora do RG nº. 1687953-8 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 023.498. 671-96, do cargo em Comissão de Encarregada de Divisão de Vigilância Sanitária.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 03 de agosto de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 170/2018

PORTARIA Nº. 170/2018

"Dispõe sobre a concessão de FG ao Sr. ***Agnaldo Soares de Campos****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal Complementar nº. 002/2017.

Art. 1º. Conceder FG de 30% para o *Sr.* ***Agnaldo Soares de Campos***, portador do RG nº. 569.154 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 442.142. 431-53.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 de agosto de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 169/2018

PORTARIA Nº. 169/2018

"Dispõe sobre a concessão de FG à Sra. ***Sirlene Gonçalves Sandra****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal Complementar nº. 002/2017.

Art. 1º. Conceder FG de 50% para *a Sra.* ***Sirlene Gonçalves Sandra***, portadora do RG nº. 11504005-2 SSP/MT, e inscrita no CPF nº. 865.896. 361-68.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 de agosto de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 168/2018

PORTARIA Nº. 168/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Ivo Querobino,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear o Sr. ***Ivo Querobino***, portador do RG nº. 065.4224-7 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 015.127.331-64, para exercer o cargo em Comissão de Assistente de Monitor Técnico de Vigilância.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 de agosto de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 167/2018

PORTARIA Nº. 167/2018

"Dispõe sobre a nomeação da Sra. ***Amanda Borges Esteves,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear a Sra. ***Amanda Borges Esteves,***, portadora do RG nº. 979137 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 649.971.971-49, para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Departamento do CREAS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 de agosto de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 166/2018

PORTARIA Nº. 166/2018

"Dispõe sobre a nomeação da Sra. ***Euzair Espirito Santo Ferreira,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear a Sra. ***Euzair Espirito Santo Ferreira***, portadora do RG nº. 748667 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 482.236.381-34, para exercer o cargo em Comissão de Assistente de Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 de agosto de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 165/2018

PORTARIA Nº. 165/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Jorge Mitsuo Takagi****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear o Sr. ***Jorge Mitsuo Takagi***, portador do RG nº. 527134 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 345.424.501-04, para exercer o cargo em Comissão de Monitor Técnico de Obras.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 de agosto de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 164/2018

PORTARIA Nº. 164/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***João Alves de Oliveira****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear o Sr. ***João Alves de Oliveira***, portador do RG nº. 6025447 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 441.788.081-68, para exercer o cargo em Comissão de Assistente de Secretaria de Obras.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 de agosto de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 163/2018

PORTARIA Nº. 163/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Apolonio Pereira de Almeida****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear o Sr. ***Apolonio Pereira de Almeida***, portador do RG nº. 331090 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 293.325.401-87, para exercer o cargo em Comissão de Assistente de Secretaria de Transporte.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 de agosto de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 162/2018

PORTARIA Nº. 162/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Jeverson Barbosa Moura****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear o Sr. ***Jeverson Barbosa Mouea***, portador do RG nº. 1322140-0 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 913.461.421-49, para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Transporte.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 de agosto de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 161/2018

PORTARIA Nº. 161/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Pedro Pinto de Nazareth****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear o Sr. ***Pedro Pinto de Nazareth***, portador do RG nº. 415743 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 502.221.121-15, para exercer o cargo em Comissão de Encarregado de Divisão de Transporte.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 de agosto de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 160/2018

PORTARIA Nº. 160/2018

"Dispõe sobre a nomeação da Sra. ***Alessandra Barros de Almeida****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear a Sra. ***Alessandra Barros de Almeida***, portadora do RG nº. 12019844 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 018.852. 621-83, para exercer o cargo em Comissão de Encarregada de Divisão de Odontologia.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 de agosto de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 159/2018

PORTARIA Nº. 159/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Ronivan dos Reis Torres****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear o Sr. ***Ronivan dos Reis Torres***, portador do RG nº. 1639619 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 030.601.271-58, para exercer o cargo em Comissão de Encarregado de Divisão de Obras.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 de agosto de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 158/2018

PORTARIA Nº. 158/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Jesse de Jesus de Moraes****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear o Sr. ***Jesse de Jesus de Moraes***, portador do RG nº. 1984807-2 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 029.516.401-88, para exercer o cargo em Comissão de Analista de Secretaria de Obras.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 de agosto de 2018.

***Leocir Hanel* Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 157/2018

PORTARIA Nº. 157/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Gilmar Ravadelli****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear o Sr. ***Gilmar Ravadelli***, portador do RG nº. 1611339-0 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 989.725.611-34, para exercer o cargo em Comissão de Assistente de Secretaria de Obras.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 de agosto de 2018.

***Leocir Hanel* Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 156/2018

PORTARIA Nº. 156/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Antônio Benitez****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear o Sr. ***Antônio Benitez***, portador do RG nº. Y274495-6 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 733.812.761-15, para exercer o cargo em Comissão de Assistente de Secretaria de Obras

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 de agosto de 2018.

***Leocir Hanel* Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 155/2018

PORTARIA Nº. 155/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Carlos Adriano Vieira****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear o Sr. ***Carlos Adriano Vieira***, portador do RG nº. 1389582-6 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 953.385.511-87, para exercer o cargo em Comissão de chefe de Departamento de Obras.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 de agosto de 2018.

***Leocir Hanel* Prefeito Municipal de Nobres**

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO 40/2018

A Comissão de Apoio de Pregão – CAP, da Prefeitura Municipal de Nobres/MT, torna público para amplo conhecimento que a licitação modalidade **Pregão Presencial n° 40/2018,** cujo Objeto é ***Prestação De Serviço Com Caminhão Pipa, Para Atender As Necessidades Da Secretaria Municipal De Infraestrutura Do Município De Nobres – MT***. Sagrou-se vencedora a empresa **MV MATTAR,** inscrito no **CNPJ n° 17.901.062/0001-77,** com o valor global de R$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais).

Nobres, 07 de agosto de 2018.

Quézia da Rosa Ferreira

Pregoeira

ADMINISTRAÇÃO
"EDITAL DE CHAMAMENTO"

"EDITAL DE CHAMAMENTO"

Para: MARCIO FERREIRA GOMES

Esgotados nossos recursos de localização e tendo em vista encontrar-se em local não sabido, convidamos o Sr. **MARCIO FERREIRA GOMES,** a comparecer na Prefeitura Municipal de Nobres/MT, a fim de retornar ao trabalho ou justificar as faltas desde 01/07/2018, dentro do prazo de 10 dias a partir desta publicação, sob pena de ficar rescindido automaticamente. (Lei Municipal nº. 992/2006, art. 203 - Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Nobres/MT).

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 30 de Julho de 2018

***Leocir Hanel* Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 170/2018

PORTARIA Nº. 170/2018

"Dispõe sobre a concessão de FG ao Sr. ***Agnaldo Soares de Campos****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal Complementar nº. 002/2017.

Art. 1º. Conceder FG de 30% para o *Sr.* ***Agnaldo Soares de Campos***, portador do RG nº. 569.154 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 442.142. 431-53.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 de agosto de 2018.

***Leocir Hanel* Prefeito Municipal de Nobres**

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 117/2018

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sito a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **RENATA SOUSA DE REZENDE BATISTA**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n.° 5609778 PC/GO** e do **CPF n.° 040.710.351-10** a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei nº 1148/2009 que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse

publico, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e da outras providencias, na função de **FARMACEUTICO**.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria Municipal de **SAUDE** desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 90 (Noventa) dias, contados dos dias **02/07/2018** estendendo-se até **29/09/2018.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 4.247,55 (Quatro Mil, Duzentos e Quarenta e Sete Reais e Cinquenta e Cinco Centavos) mensais.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus a percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas, que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 02 de julho de 2018.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES CONTRATADO

Testemunhas:

_____ _____

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 045/2018

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Quézia da Rosa Ferreira, nomeada pela portaria 122/2018, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 045/2018**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorrerá as 08:00hs do dia 20/08/2018, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **Aquisição de Combustíveis, com fornecimento continuo e fracionado, conforme demanda, por um período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades de diversas Secretarias Municipais do Município de Nobres – MT, mediante abastecimento diretamente nas bombas localizadas nas dependências da empresa contratada, de forma parcelada,** conforme condições e especificações constantes neste Edital e seus anexos. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 e 13:00h ás 17:00 ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/ . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4219.

Nobres, 07 de Agosto de 2018.

Quezia da Rosa Ferreira

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
CONTRATO COMPRAS E SERVIÇOS 016/2018

CONTRATO COMPRAS E SERVIÇOS 016/2018

CREDENCIAMENTO Nº 001/2018

Processo licitatório nº 002/2018

Inexigibilidade – Credenciamento - nº 001/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL Nº 016/2018

CLAUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 03. 425.170/0001-06, com sede na Avenida Prefeito João Macaúba, nº 82, nesta cidade de NORTELÂNDIA-MT, neste ato devidamente representada pelo Prefeito, Jossimar José Fernandes, brasileiro, casado, inscrito no RG nº 351.773 SSP/MT e CPF nº 503.511.841.04, residente à Rua Antonio Olimpio de Oliveira, nesta cidade.

CONTRATADO: JOSÉ ANTONIO SOUZA SILVA 05023445127, ATRAVES DA EMPRESA JOSÉ ANTONIO SOUZA SILVA – MEI CNPJ – 29549563/ 0001-15.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - Contratação de MEI, devidamente credenciados, para prestação de serviços relacionados: Pintor.

2.2 –considerando como serviços de pintor, seus materiais e maquinários os seguintes:

Descrição sintética dos serviços: *Realizar serviços de pintura externa e interna, raspando, emassando e cobrindo com camadas de tinta, locais como paredes, tetos, portas, janelas e grades de madeira e metal, nas dependências das Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal.*

Materiais: *pincéis, rolos de pintura, tintas, solvente serão fornecidos pela Administração Pública Municipal, para as atividades do serviço de pintura.*

Maquinários: *compressores com pistola de pintura, lixadeira. Sendo de total responsabilidade do credenciado. Ferramentas e ou insumos necessários para um perfeito atendimento do serviço: espátula, bandejas para tinta, cabo extensor do rolo. Sendo de total responsabilidade do credenciado.*

CLÁUSULA TERCEIRA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1 - O presente contrato decorre do Processo nº 002/2018, Inexigibilidade 001/2018.

3.2 - A fundamentação jurisprudencial verifica-se através da consulta nº 16/2013 TCE/MT.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - A autorização para realização do serviço será expedida pelo Departamento de Compras.

4.2 - Depois de receber a autorização, o credenciado terá o prazo máximo de 2 (dois) dias para dar início à prestação dos serviços, exceto nos casos emergenciais, que serão prontamente comunicados aos microempreendedores quando da autorização para execução dos serviços.

4.3 - Os serviços serão prestados nos locais definidos na autorização, no âmbito do Município de Nortelândia.

4.4 - O credenciado deverá ter todo o maquinário e ferramentas necessários à execução dos serviços, cabendo ao Município o fornecimento dos itens a serem aplicados, de acordo com a natureza de cada serviço.

4.5 - O Município não se responsabiliza pela reposição do maquinário e ferramentas que se deteriorarem na execução dos serviços.

4.6 - O serviço deverá possuir prazo de garantia mínima de 5 (cinco) meses, contados a partir da finalização e entrega do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E PAGAMENTOS

5.1 - Os preços dos serviços são aqueles definidos através do anexo I, parte integrante desse instrumento.

5.2 - Os serviços serão remunerados metro quadrado efetivamente trabalhado, devidamente apontada pelo Município.

5.3 - O número de metros quadrados estimado para a presente contratação corresponde a serviços de pintura conforme descritos, para um período de 12 (doze) meses.

5.4 - O valor unitário da da tabela de metros quadradas trabalhada corresponde:

Nº ITEM	ITEM	TCE	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR	TOTAL
1	319904	299179-9	Pintura esmalte acetinado em madeira, duas demãos cod. Sinapi **73739/001**	m² - Metro quadrado	1700	10,83	18.411,00
2	319902	432004-2	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em paredes, duas demãos. Cod sinapi **88487**	m² - Metro quadrado	2737	3,25	8.895,25
3	319903	430883-2	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos. Cod. Sinapi **88489**	m² - Metro quadrado	3260	6,09	19.853,40
4	319901	441101-3	Aplicação e lixamento de massa látex em paredes, uma demão. Cod sinapi **88495**	m² - Metro quadrado	2965	5,84	17.315,60
Total					64.475,25		

5.5 - O valor total estimado para o presente contrato equivale a R$ 64.475,25 (sessenta e quatro mil quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)

5.6 - Depois de concluídos e aceitos os serviços, o microempreendedor poderá emitir a competente nota fiscal, devidamente acompanhada do relatório de aceite, e deverá entrega-la na Tesouraria Municipal.

5.7 - Verificada a regularidade da nota fiscal e a compatibilidade com o relatório de aceite dos serviços, a Tesouraria Municipal processará o pagamento, na forma de seu regulamento, para ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da entrega.

5.8 - Caso se verifique irregularidades nos documentos apresentados para pagamento, os mesmos serão restituídos ao microempreendedor, para verificação e ratificação, iniciando-se o prazo de pagamento após a entrega dos documentos escoimados dos vícios detectados.

5.9 - O Município poderá exigir do prestador de serviços, para fins de pagamento, comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, conforme solicitado nesse edital.

5.10 - O Município poderá proceder à retenção dos pagamentos devidos ao prestador de serviços, para garantia do cumprimento de obrigação contratada e indenização por danos decorrentes da prestação dos serviços.

5.11 - Os valores serão reajustados conforme levantamento realizado pelo município aos serviços prestados, posterior a doze meses de serviços prestados.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 - As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

SECR. MUN. ADMINISTRACAO, PLANEJAMENTO E FINANCAS 03.001.04.122.0004.20009.3390390000 76

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

04.001.10.301.0023.20178.3390390000 325

SEC. MUN. EDUCACAO ,CULTURA, DESP. LAZER

05.001.12.361.0039.20221.3390390000 468

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

06.001.08.244.0021.20039.3390390000 593

SECR. MUN. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGRICULTURA E MEIO

07.001.20.122.0002.20075.3390390000 652

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

7.1 - O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 - Constituem motivos para rescisão do contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

c) O atraso injustificado no início da prestação dos serviços;

d) A paralisação do serviço, sem justa causa ou prévia comunicação a CONTRATANTE;

e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio, pelo representante da CONTRATANTE designado para acompanhamento e fiscalização deste contrato;

f) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato.

8.2 – Esse contrato poderá ser rescindido, na forma do disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - O CONTRATADO incorrerá em multa quando houver o descumprimento do objeto contratado, no valor equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, sem prejuízo de outras penalidades legais aplicáveis.

9.1.1 - AO CONTRATADO, serão aplicadas penalidades de:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município por prazo de até 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar com a administração pública;

e) rescisão do contrato nas hipóteses permitidas legalmente;

f) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à administração Pública Municipal.

9.1.2 - O CONTRATADO incorrerá nas mesmas penas previstas nas alíneas “c” e “d” da cláusula nona, se:

a) sofrer condenação definitiva por praticar meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, entre eles, a litigância de má-fé;

c) demonstrar inidoneidade para contratar com a PREFEITURA em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES

10.1 – DA CONTRATADA

10.1.1 - Os serviços serão prestados nos locais definidos na autorização (no município de Nortelândia).

10.1.2 - O serviço deverá possuir prazo de garantia de 5 (cinco) meses, contados a partir da finalização e entrega do mesmo.

10.1.3 - Durante o prazo de garantia, o licitante obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio.

10.1.4 - Não transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o Contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da Contratante;

10.1.5 - Relatar ao Município e toda e qualquer irregularidade observada onde houver prestação dos serviços;

10.1.6 - Manter durante toda a vigência do Contrato as condições de habilitação exigidas para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;

10.1.7 - Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vitimas quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade ora Contratada;

10.1.8 - O reconhecimento dos direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93.

10.1.9 - Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por eventuais danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio.

10.1.10 - Arcar com os tributos federais, estaduais ou municipais, que por ventura incidam ou venham a incidir sobre o respectivo contrato, bem como os encargos sociais, trabalhista e previdenciários do mesmo.

10.2 - DO CONTRATANTE

10.2.1 - Efetuar os pagamentos na forma deste contrato;

10.2.2 - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

10.2.3 - Acompanhar e fiscalizar todas as atividades da contratada pertinentes ao objeto a ser celebrado, o que não exime esta da responsabilidade por danos causados;

10.2.4 - Notificar a Contratada, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do especificado no Contrato;

10.2.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

10.2.6 - Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados.

10.2.7- realizar publicação do extrato desse contrato na forma do parágrafo único, do art. 61 da lei 8.66/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - O município designara servidor para a elaboração do servidor para a fiscalização a execução do objeto desse contrato.

11.2 - O fiscal do contrato expedira relatório diário de horas trabalhadas com indicação, no mínimo, dos seguintes dados:

a) Número do contrato;

b) Nome do prestador de serviço;

c) Local da prestação de serviço;

d) Veículo no qual foi prestado o serviço (se couber);

e) Número de horas efetivamente trabalhadas;

f) Local, data e assinatura;

g) Assinatura do prestador de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

12.1 - Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei n º 8.666/93 e demais legislação vigente aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1 - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, sempre através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nortelândia-MT, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2 – A eficácia do presente instrumento contratual é condicionada à publicação e seu extrato na forma do parágrafo único, do art. 61 da lei 8.66/93.

14.3 - Para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, é lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes Contratantes que a tudo assistiram.

NORTELÂNDIA, 14 DE JUNHO DE 2018.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

CONTRATANTE

JOSÉ ANTONIO SOUZA SILVA

CPF – 05023445127

CONTRATADO

TESTEMUNHAS

Nome_____ Nome _____

CPF CPF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
CONTRATO COMPRAS E SERVIÇOS 017/2018

CONTRATO COMPRAS E SERVIÇOS 017/2018

CREDENCIAMENTO Nº 001/2018

Processo licitatório nº 002/2018

Inexigibilidade – Credenciamento - nº 001/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL Nº 017/2018

CLAUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 03. 425.170/0001-06, com sede na Avenida Prefeito João Macaúba, nº 82, nesta cidade de NORTELÂNDIA-MT, neste ato devidamente representada pelo Prefeito, Jossimar José Fernandes, brasileiro, casado, inscrito no RG nº 351.773 SSP/MT e CPF nº 503.511.841.04, residente à Rua Antonio Olimpio de Oliveira, nesta cidade.

CONTRATADO: ELEANDRO FERREIRA CHAVIER CNPJ: 30523116000176 Nacionalidade: BRASILEIRO CEP: 78430000 Cidade: NORTELANDIA-MT Logradouro: MANOEL RIBEIRO DE CAMPOS Bairro: DA PONTE Número: 577

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - Contratação de MEI, devidamente credenciados, para prestação de serviços relacionados: Pintor.

2.2 –considerando como serviços de pintor, seus materiais e maquinários os seguintes:

Descrição sintética dos serviços: *Realizar serviços de pintura externa e interna, raspando, emassando e cobrindo com camadas de tinta, locais como paredes, tetos, portas, janelas e grades de madeira e metal, nas dependências das Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal.*

Materiais: *pincéis, rolos de pintura, tintas, solvente serão fornecidos pela Administração Pública Municipal, para as atividades do serviço de pintura.*

Maquinários: *compressores com pistola de pintura, lixadeira. Sendo de total responsabilidade do credenciado. Ferramentas e ou insumos necessários para um perfeito atendimento do serviço: espátula, bandejas para tinta, cabo extensor do rolo. Sendo de total responsabilidade do credenciado.*

CLÁUSULA TERCEIRA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1 - O presente contrato decorre do Processo nº 002/2018, Inexigibilidade 001/2018.

3.2 - A fundamentação jurisprudencial verifica-se através da consulta nº 16/2013 TCE/MT.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - A autorização para realização do serviço será expedida pelo Departamento de Compras.

4.2 - Depois de receber a autorização, o credenciado terá o prazo máximo de 2 (dois) dias para dar início à prestação dos serviços, exceto nos casos emergenciais, que serão prontamente comunicados aos microempreendedores quando da autorização para execução dos serviços.

4.3 - Os serviços serão prestados nos locais definidos na autorização, no âmbito do Município de Nortelândia.

4.4 - O credenciado deverá ter todo o maquinário e ferramentas necessários à execução dos serviços, cabendo ao Município o fornecimento dos itens a serem aplicados, de acordo com a natureza de cada serviço.

4.5 - O Município não se responsabiliza pela reposição do maquinário e ferramentas que se deteriorarem na execução dos serviços.

4.6 - O serviço deverá possuir prazo de garantia mínima de 5 (cinco) meses, contados a partir da finalização e entrega do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E PAGAMENTOS

5.1 - Os preços dos serviços são aqueles definidos através do anexo I, parte integrante desse instrumento.

5.2 - Os serviços serão remunerados metro quadrado efetivamente trabalhado, devidamente apontada pelo Município.

5.3 - O número de metros quadrados estimado para a presente contratação corresponde a serviços de pintura conforme descritos, para um período de 12 (doze) meses.

5.4 - O valor unitário da da tabela de metros quadradas trabalhada corresponde:

Nº ITEM	ITEM	TCE	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR	TOTAL
1	319904	299179-9	Pintura esmalte acetinado em madeira, duas demãos cod. Sinapi **73739/001**	m² - Metro quadrado	1700	10,83	18.411,00
2	319902	432004-2	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em paredes, duas demãos. Cod sinapi **88487**	m² - Metro quadrado	2737	3,25	8.895,25
3	319903	430883-2	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos. Cod. Sinapi **88489**	m² - Metro quadrado	3260	6,09	19.853,40
4	319901	441101-3	Aplicação e lixamento de massa látex em paredes, uma demão. Cod sinapi **88495**	m² - Metro quadrado	2965	5,84	17.315,60
Total					64.475,25		

5.5 - O valor total estimado para o presente contrato equivale a R$ 64.475,25 (sessenta e quatro mil quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)

5.6 - Depois de concluídos e aceitos os serviços, o microempreendedor poderá emitir a competente nota fiscal, devidamente acompanhada do relatório de aceite, e deverá entrega-la na Tesouraria Municipal.

5.7 - Verificada a regularidade da nota fiscal e a compatibilidade com o relatório de aceite dos serviços, a Tesouraria Municipal processará o pagamento, na forma de seu regulamento, para ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da entrega.

5.8 - Caso se verifique irregularidades nos documentos apresentados para pagamento, os mesmos serão restituídos ao microempreendedor, para verificação e ratificação, iniciando-se o prazo de pagamento após a entrega dos documentos escoimados dos vícios detectados.

5.9 - O Município poderá exigir do prestador de serviços, para fins de pagamento, comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, conforme solicitado nesse edital.

5.10 - O Município poderá proceder à retenção dos pagamentos devidos ao prestador de serviços, para garantia do cumprimento de obrigação contratada e indenização por danos decorrentes da prestação dos serviços.

5.11 - Os valores serão reajustados conforme levantamento realizado pelo município aos serviços prestados, posterior a doze meses de serviços prestados.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 - As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

SECR. MUN. ADMINISTRACAO, PLANEJAMENTO E FINANCAS 03.001.04.122.0004.20009.3390390000 76

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

04.001.10.301.0023.20178.3390390000 325

SEC. MUN. EDUCACAO ,CULTURA, DESP. LAZER

05.001.12.361.0039.20221.3390390000 468

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

06.001.08.244.0021.20039.3390390000 593

SECR. MUN. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGRICULTURA E MEIO

07.001.20.122.0002.20075.3390390000 652

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

7.1 - O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 - Constituem motivos para rescisão do contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

c) O atraso injustificado no início da prestação dos serviços;

d) A paralisação do serviço, sem justa causa ou prévia comunicação a CONTRATANTE;

e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio, pelo representante da CONTRATANTE designado para acompanhamento e fiscalização deste contrato;

f) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato.

8.2 – Esse contrato poderá ser rescindido, na forma do disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - O CONTRATADO incorrerá em multa quando houver o descumprimento do objeto contratado, no valor equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, sem prejuízo de outras penalidades legais aplicáveis.

9.1.1 - AO CONTRATADO, serão aplicadas penalidades de:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município por prazo de até 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar com a administração pública;

e) rescisão do contrato nas hipóteses permitidas legalmente;

f) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à administração Pública Municipal.

9.1.2 - O CONTRATADO incorrerá nas mesmas penas previstas nas alíneas “c” e “d” da cláusula nona, se:

a) sofrer condenação definitiva por praticar meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, entre eles, a litigância de má-fé;

c) demonstrar inidoneidade para contratar com a PREFEITURA em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES

10.1 – DA CONTRATADA

10.1.1 - Os serviços serão prestados nos locais definidos na autorização (no município de Nortelândia).

10.1.2 - O serviço deverá possuir prazo de garantia de 5 (cinco) meses, contados a partir da finalização e entrega do mesmo.

10.1.3 - Durante o prazo de garantia, o licitante obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio.

10.1.4 - Não transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o Contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da Contratante;

10.1.5 - Relatar ao Município e toda e qualquer irregularidade observada onde houver prestação dos serviços;

10.1.6 - Manter durante toda a vigência do Contrato as condições de habilitação exigidas para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;

10.1.7 - Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vitimas quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade ora Contratada;

10.1.8 - O reconhecimento dos direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93.

10.1.9 - Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por eventuais danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio.

10.1.10 - Arcar com os tributos federais, estaduais ou municipais, que por ventura incidam ou venham a incidir sobre o respectivo contrato, bem como os encargos sociais, trabalhista e previdenciários do mesmo.

10.2 - DO CONTRATANTE

10.2.1 - Efetuar os pagamentos na forma deste contrato;

10.2.2 - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

10.2.3 - Acompanhar e fiscalizar todas as atividades da contratada pertinentes ao objeto a ser celebrado, o que não exime esta da responsabilidade por danos causados;

10.2.4 - Notificar a Contratada, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do especificado no Contrato;

10.2.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

10.2.6 - Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados.

10.2.7- realizar publicação do extrato desse contrato na forma do parágrafo único, do art. 61 da lei 8.66/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - O município designara servidor para a elaboração do servidor para a fiscalização a execução do objeto desse contrato.

11.2 - O fiscal do contrato expedira relatório diário de horas trabalhadas com indicação, no mínimo, dos seguintes dados:

a) Número do contrato;

b) Nome do prestador de serviço;

c) Local da prestação de serviço;

d) Veículo no qual foi prestado o serviço (se couber);

e) Número de horas efetivamente trabalhadas;

f) Local, data e assinatura;

g) Assinatura do prestador de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

12.1 - Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei n º 8.666/93 e demais legislação vigente aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1 - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, sempre através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nortelândia-MT, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2 – A eficácia do presente instrumento contratual é condicionada à publicação e seu extrato na forma do parágrafo único, do art. 61 da lei 8.66/93.

14.3 - Para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, é lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes Contratantes que a tudo assistiram.

NORTELÂNDIA, 13 DE MAIO DE 2018.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

CONTRATANTE

ELEANDRO FERREIRA CHAVIER

CNPJ - 30523116000176

CONTRATADO

TESTEMUNHAS

Nome_____ Nome _____

CPF CPF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 335/2018, DE 06 DE AGOSTO DE 2018.

Concede licença paternidade ao servidor Wesley Moura Andrade e dá outras providências.

Sr. **Jossimar José Fernandes**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença paternidade de 10 (dez) dias consecutivos ao servidor- Comissionado: **Wesley Moura Andrade,** Coordenador de Comunicação Social, lotado no Gabinete do Prefeito – Departamento de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Nortelândia – MT, cujo gozo se observará no período de 06/08/2018 (seis de agosto de dois mil e dezoito) a 16/08/2018 (dezesseis de agosto de dois mil e dezoito).

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento: Título V – "Das Licenças, Afastamentos e Ausências Justificáveis", capitulo I – "Das Licenças", secção I – "Das Disposições Gerais", Subseção IX - Da Licença a Gestante, Puérpera, Adotante e Paternidade, Artigo 102 da Lei Complementar nº 021/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica a Fundacional do Município de Nortelândia - MT).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 6º do mês de agosto de 2018, 65º da Emancipação Político-Administrativa. 06.08.2018.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JÚLIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 47/2018

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 47/2018

Processo: 002498/2018-1.

Assunto: contratação de empresa especializada em prestação de serviço para implantação do Site Oficial da Prefeitura Municipal, com direcionamento de links externos para o Portal da Transparência e Ouvidoria OnLine e manutenção e hospedagens dos serviços do Site oficial do Portal Transparência da Prefeitura M. de Nª Sª do Livramento- Mt.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a- "contratação de empresa especializada em prestação de serviço para implantação do Site Oficial da Prefeitura Municipal, com direcionamento de links externos para o Portal da Transparência e Ouvidoria OnLine e manutenção e hospedagens dos serviços do Site oficial do Portal Transparência da Prefeitura M. de Nª Sª do Livramento- Mt".

Conforme exigências e especificações constantes neste termo de referência nº.076/2018**PESSOA JURIDICA – MP DE OLIVEIRA SILVA SOLUCOES WEB EIRELI ME CNPJ: 14.728.0004/0001-03,** no valor total contratado de **R$ 15.700,00(QUINZE MIL E SETECENTOS REAIS)**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA						
A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretária/Programa	**Recurso**	Projeto/Ativ.	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor (R$)**
Sec. ADM	Próprio	2089- Manut. Das Ativid. De ADM e PLANEJ	040026	33.90.39.00-	0100	R$ 15.700,00
			TOTAL			**R$** 15.700,00

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$**15.700,00(QUINZE MIL E SETECENTOS REAIS),** em favor da **PESSOA JURIDICA – MP DE OLIVEIRA SILVA SOLUCOES WEB EIRELI ME CNPJ: 14.728.0004/0001-03,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 076/2018.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 07 AGOSTO de 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 058 2018

***Extrato* CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 058 2018**

***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE IMPRENSA PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO VISANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO*E A EMPRESA QUEILA CRISTINA ALVES MONTEIRO SILVA, 02614355909 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2504/2018, DISPENSA DE LICITAÇÃO 046/2018AS CLAUSULAS A SEGUIR:**

DO FUNDAMENTO

1.1 As partes acima identificadas têm entre si, justos e acertadas, o presente contrato de aquisição, com base no Processo Administrativo nº 2504/2018 Dispensa de Licitação 046/2018, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações Posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e pelas clausulas seguintes e condições descritas no presente contrato.

DO OBJETO

O objeto do presente instrumento contratual é a Contratação de **empresa especializada em prestação de serviços de assessoria de imprensa para Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento visando atender a demanda da Secretaria de Administração e Planejamento** Processo Administrativo nº 2504/2018 Dispensa de Licitação 046/2018.

DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes dos serviços contratados com base na presente licitação correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Secretaria ADM e Planejamento	Próprio	2089 – Manut. das Ativid.de ADM e Planej.	040026	33.90.39.00	100	**27.000,00**

DA VIGÊNCIA

A vigência deste contrato será de 06 (seis) meses, a partir de sua assinatura.

Nossa Senhora Do Livramento-MT, 07 de Agosto de 2018

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

Empresa **QUEILA CRISTINA ALVES MONTEIRO SILVA 02614355909**

CNPJ/MF sob o nº 30.871.267/0001-15

Representada pela Senhora Queila Cristina Alves Monteiro Silva

RG: nº 28300530 SSP/MT e CPF nº 026.143.559-09

DECRETO Nº 098/2018

DECRETO Nº 098/2018

"CONVOCA O CANDIDATO CLASSIFICADO NO EDITAL Nº 001/2017 PROCESSO SELETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT".

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo Nº 001/2017;

Considerando as atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora do Livramento/MT;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocado o candidato aprovado no Processo Seletivo nº 001/2017 para o Cargo abaixo relacionado para se apresentarem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, na Avenida Coronel Botelho nº 458, Centro de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, fone: (65) 3351-1200 ou 3351-1500, no período de 08/08/2018 à 22/08/2018, no horário de 08:00 hs às 13:00 hs, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de Procuração Pública.

Psicóloga – Equipe Volante

1- Bruna Luiza Procópio da Silva

Art.2º. O candidato ao cargo deverá se apresentar com os seguintes documentos:

1. Documentos reproduzidos por cópias autenticadas em Cartório. 1.1 Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos; 1.2 Certidão de Casamento ou Nascimento; 1.3 Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF); 1.4 Título de Eleitor; 1.5 Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse; 1.6 Cartão do PIS/PASEP; 1.7 Diploma ou Declaração de conclusão do curso de graduação, em instituição reconhecida pelo MEC; 1.8 Registro no Conselho de Classe, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade; 1.9 Certidão de Reservista (quando do sexo masculino); **2. Documentação complementar:** 2.1. Certidões da Justiça Federal; 2.2. Certidões da Justiça Estadual 2.3. Certidão de Tributos Municipais; 2.4. Exame Médico Admissional; 2.5. 01 (uma) fotos 3x4, coloridas e recentes; 2.6. Declaração contendo endereço residencial; 2.7. Declaração negativa de acúmulo de cargo público; 2.8. Declaração de Bens; 2.9. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função; **2.10.** Conta bancária Banco do Brasil.

Art. 3º Seo candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação, ainda queincompleta, no prazo estabelecidopor este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art.4º Após a apresentação de toda a documentação, o candidato será contratado e terá prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse no cargo respectivo, podendo o prazo para a posse ser prorrogado por 15 (quinze) dias, mediante requerimento do interessado.

Art.5º Se o candidato não entrar em exercício no prazo estipulado, o Decreto de Nomeação será revogado, ficando caracterizada a desistência do candidato.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.7º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE- SE. CUMPRA-SE.

Nossa Senhora do Livramento/MT, em 07 de Agosto de 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 48/2018

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 48/2018

Processo: 001931/2018-1.

Assunto: Contratação de uma empresa especializada em prestação de serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, a fim de elaborar programa de prevenção de riscos ambientais para laudo Técnico das condições ambientais de trabalho – PCMSO - programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional; PPRA – Programa de Prevenção de Risco Ambientais; LTCAT – laudo Técnico das Condições de Meio Ambiente de Trabalho; PPP – Perfil Profissiografico Previdenciário, para atender especificamente os Servidores da Secretaria de Saúde e Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT..

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a**-** Contratação de uma empresa especializada em prestação de serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, a fim de elaborar programa de prevenção de riscos ambientais para laudo Técnico das condições ambientais de trabalho – PCMSO - programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional; PPRA – Programa de Prevenção de Risco Ambientais; LTCAT – laudo Técnico das Condições de Meio Ambiente de Trabalho; PPP – Perfil Profissiografico Previdenciário, para atender especificamente os Servidores da Secretaria de Saúde e Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT.. **Conforme** exigências e especificações constantes neste termo de referência nº.072/2018 **PESSOA JURIDICA – REGIANE MARIA ALVARENGA REZENDE -ME CNPJ: 26.899.499/0001-04,** no valor total contratado de **R$ 7.500,00(sete mil e quinhentos reais).**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias.

10 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA						
10.1 A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretária/Programa	**Recurso**	Projeto/Ativ.	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor (R$)**
SEC SAUDE	PROPRIO	2030-manut.encargos da saúde	70008	33.90.39.00	100	6.100,00
SEC OBRAS	PROPRIO	2074- manut. Encargos de salario	80009	33.90.39.00	100	1.400,00
			TOTAL			**R$** 7.500,00

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ **7.500,00(sete mil e quinhentos reais).** Em favor da **PESSOA JURIDICA – REGIANE MARIA ALVARENGA REZENDE -ME CNPJ: 26.899.499/0001-04,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 072/2018.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 07 AGOSTO de 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 49/2018

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 49/2018

Processo: 001974/2018-1.

Assunto: contratação de empresa para realização de serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva e assistência Técnica na parte elétrica dos ônibus escolares da frota Municipal conforme descrições e especificações apresentadas.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a**-** "contratação de empresa para realização de serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva e assistência Técnica na parte elétrica dos ônibus escolares da frota Municipal conforme descrições e especificações apresentadas".

Conforme exigências e especificações constantes neste termo de referência nº.077/2018**PESSOA JURIDICA – JOILTON PEREIRA LEITE 01107678102 CNPJ: 19.915.551/0001-03,** no valor total contratado de **R$ 12.900,00 (DOZE MIL E NOVECENTOS REAIS).**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA						
A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretária	**Recurso**	Projeto/Ativ.	**Natureza de Despesa**	**Cód. Reduzido**	**Fonte**	**Valor (R$)**
Sec. Municipal de Educação	Próprio	2216- Gestão do transporte Escolar	33.90.39-Outros Serv. De Terceiros Pessoa Juridica	050029	100	R$ 12. 900,00
			TOTAL			**R$** 12. 900,00

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ **12.900,00 (DOZE MIL E NOVECENTOS REAIS),** em favor da **PESSOA JURIDICA – JOILTON PEREIRA LEITE 01107678102 CNPJ: 19.915.551/0001-03,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 077/2018.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 07 AGOSTO de 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

LEI Nº 868/2018

LEI nº 868/2018

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial à LOA/PPA/LDO do exercício de 2018."

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT, FAZ SABER QUE A CAMARA APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no exercício financeiro de 2018, Crédito **Adicional Especial no valor de R$ 960.985,87 (Novecentos e sessenta mil, novecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e sete centavos) valor este referente ao convênio nº 1410/2018 firmado com a Secretaria de Estado das Cidades, que deverá ser efetuado neste exercício e terá sua dotação no orçamento acrescentada à Lei Municipal 844/2017, conforme listados a seguir:**

Dotações Criadas:

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Obras e Infra estrutura

10.001. 04.122.0101.1965.000– **Recuperação do pavimento com CBUQ em diversas ruas do município de Nossa Senhora do Livramento-MT**				
NATUREZA DA DESPESA	FONTE	ORIGEM RECURSO	VALOR	T O T A L
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações	01.24	Estadual	960. 985,87	960. 985,87
SOMA			**960. 985,87**	**960. 985,87**

Art. 2º. Os recursos necessários ao cumprimento do projeto de Lei desta lei correrão por conta dos **Recursos do Governo Estadual por intermédio da Secretaria de Estado das Cidades,** por conta específica aberta no Banco do Brasil - AG. 2764-2 C/C 72.726-1 Várzea Grande – MT.

Art. 3º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 08 de Agosto de 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

AVISO DE RETOMADA DE SESSÃO DO PREGÃO ELETRONICO 13.2018.

AVISO DE RETOMADA DE SESSÃO DO PREGÃO ELETRONICO 13. 2018.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 1095/2018

OBJETO: Contratação de prestação de serviço especializado de conservação, limpeza e manutenção geral da piscina com 104m², da lona térmica e da caixa de máquinas, com fornecimento de mão de obra e todos os materiais, produtos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessário para a realização do serviço por um período de 12 meses, Conforme Exigências Constantes no Anexo I (Termo de Referência) do Presente Edital.

Após orientação verbalmente da assessoria jurídica está CPL, "**RETOMA**" a reabertura da sessão no dia 21 de agosto de 2018 as 10:30 hs horário de Brasília, **para o prosseguimento da sessão.**

Senhor licitante tendo em vista erro no lançamento no sistema no cadastramento unitário do valor de referencia que deu margem para duvida quanto ao certame a ser realizado na modalidade **item** e **não global** que é correto e tendo as licitantes cadastrados suas propostas para o item, a CPL – Comissão Permanente de Licitação para não perder o ato, a CPL continuara o certame nessa modalidade, todavia o "contrato" será assinado na forma global, ou seja o valor da proposta multiplicado por 12 meses – conforme julgamento previsto no edital "menor preço global".

Nossa Senhora do Livramento – MT.,07 de agosto de 2018.

Leonildes Benevides

Pregoeira

Portaria n. 001/2018

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 50/2018

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 50/2018

Processo: 002339/2018-1.

Assunto: Contratação de uma empresa especializada em manutenção de Recarga de Extintores de Incendido **PQS AGP CO2 ABC 4KG e ABC 6KG** dos Extintores das Secretarias da Prefeitura e dos veículos (ônibus) que realizam o Transporte Escolar em nosso Município; **Total de 17.Ônibus Placas: 1. OBL -7381; 2. OBF – 6846; 3. NUF – 8417; 4. OBL – 7231; 5.OAT – 4671; 6. NPM – 1696; 7. NJR – 6252; 8. NJV – 0522; 9. NPH – 1046 10. NUF – 8457; 11. NJV – 5952; 12. OAX – 1544; 13. NJV – 6742; 14. QBD – 1540; 15. OAX – 2474; 16. NPH – 2254; 17. OAZ – 8222,** para atender as Secretarias Municipais de Nossa Senhora do Livramento, conforme exigências e especificações constantes neste Termo de Referência em anexo

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a Contratação de uma empresa especializada em manutenção de Recarga de Extintores de Incendido **PQS AGP CO2 ABC 4KG e ABC 6KG** dos Extintores das Secretarias da Prefeitura e dos veículos (ônibus) que realizam o Transporte Escolar em nosso Município; **Total de 17.Ônibus Placas: 1. OBL -7381; 2. OBF – 6846; 3. NUF – 8417; 4. OBL – 7231; 5.OAT – 4671; 6. NPM – 1696; 7. NJR – 6252; 8. NJV – 0522; 9. NPH – 1046 10. NUF – 8457; 11. NJV – 5952; 12. OAX – 1544; 13. NJV – 6742; 14. QBD – 1540; 15. OAX – 2474; 16. NPH – 2254; 17. OAZ – 8222,** para atender as Secretarias Municipais de Nossa Senhora do Livramento, conforme exigências e especificações constantes neste Termo de Referência nº.073/2018**EMPRESA – EXTINCENTER COMERCIO E RECARGA DE EXTINTORES EIRELI CNPJ: 03.551.500/0001-00,** no valor total contratado de **R$ 7.180,00(sete mil, cento e oitenta reais).**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

10.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa, Recurso, Projeto/Atividade, Natureza da Despesa, Fonte e Valor.

SECRETARIA	RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPEZA	FONTE	REDUZIDO	VALOR
		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
SAÚDE	**PROPRIO**	**2067 – Manut. das Ativid. Hospitalar e Ambulatorial MAC**	33.90.39.00	100	070033	R$ 1.485,00
		TOTAL				**R$ 1.485,00**
		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2045 –Manut. e Encargos da Educação**	33.90.39.00	100	050019	R$ 805,00
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2216 – Manut. do Transporte Escolar**	33.90.39-00	100	050029	R$ 1.570,00
TOTAL						**R$ 2.375,00**
		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2090 - Fundo da Infância e Adolescência**	33.90.39.00	100	060038	R$ 1.620,00
TOTAL						**R$ 1.620,00**
		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
SAD	**PROPRIO**	**2089- Manutenção das Atividades de ADM e Planejamento**	33.90.39.00	100	040026	R$ 1.150,00
		TOTAL				**R$ 1.150,00**
		SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL				
DESENVOLVIMENTO	**PROPRIO**	**2036- Manutenção e Encargos da Secretaria**	33.90.39.00	100	100007	R$ 275,00
		TOTAL				**R$ 275,00**
		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS				
OBRAS	**PROPRIO**	**2074- Manutenção Encargos e Salários**	33.90.39.00	100	080009	R$ 275,00
		TOTAL				**R$ 275,00**

TOTAL GERAL R$ 7.180,00

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$**7.180,00(sete mil, cento e oitenta reais).** Em favor da **EMPRESA – EXTINCENTER COMERCIO E RECARGA DE EXTINTORES EIRELI CNPJ: 03.551.500/0001-00,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 073/2018.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 07 AGOSTO de 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

AVISO DE RETOMADA DE SESSÃO DO PREGÃO ELETRONICO 14.2018.

AVISO DE RETOMADA DE SESSÃO DO PREGÃO ELETRONICO 14. 2018.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 1232/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS,para Futura e Eventual Contratação de Serviços de Implantação e Licença na utilização dos Sistemas especializados em Assessoria, Consultoria e Softwares de Gestão Administrativa Educacional, Acadêmica, Pedagógica e Estatística Educacional para atender 1.920 alunos da rede urbana e rural (Escolas, Creches) e Secretaria Municipal de Educação de Nossa Senhora do Livramento- MT, conforme quantidades e descrições constantes no Termo de Referência n. 045/2018, e seus anexos que integram este Edital.

Após orientação verbalmente da assessoria jurídica está CPL, "**RETOMA**" a reabertura da sessão no dia 22 de agosto de 2018 as 10:30 hs horário de Brasília, **para o prosseguimento da sessão.**

Senhor licitante tendo em vista erro no lançamento no sistema no cadastramento unitário do valor de referencia que deu margem para duvida quanto ao certame a ser realizado na modalidade **item** e **não global** que é correto e tendo as licitantes cadastrados suas propostas para o item, a CPL – Comissão Permanente de Licitação para não perder o ato, a CPL continuara o certame nessa modalidade, todavia o "contrato" será assinado na forma global, ou seja o valor da proposta multiplicado por 12 meses – conforme julgamento previsto no edital "menor preço global".

Nossa Senhora do Livramento – MT.,07 de agosto de 2018.

Leonildes Benevides

Pregoeira

Portaria n. 001/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2018

CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE

Adelino Schmoller, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por lei e, considerando a Licença requisitada pelo Vereador titular Paulo Neves e que a mesma foi concedida e ainda, considerando que o primeiro Suplente José Valdir da Silva protocolou desistência da vaga, utiliza do presente para **CONVOCAR** o 2º Suplente, a Senhora DENIKELI QUEIROZ SOARES para assumir o exercício do cargo de Vereador por tempo determinado e tomar Posse perante o Plenário desta Câmara Municipal no dia 13 de agosto de 2018 às 19h:30min.

Nova Bandeirantes - MT, 07 de agosto de 2018

Adelino Schmoller

Presidente

Biênio 2017/2018

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO 004/2018

RESOLUÇÃO Nº 004/2018

***SÚMULA**: Autoriza o Poder Legislativo Municipal de Nova Bandeirantes/ MT, a transferir, Doar, Bens Patrimoniais para a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, conforme relação abaixo.*

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais propõe, e após aprovação do Plenário da Câmara, o senhor Presidente sanciona e promulga a seguinte Resolução:

RESOLVE

Art. 1° - Fica o Poder Legislativo Municipal de Nova Bandeirantes – MT, autorizado a Fazer DOAÇÃO em caráter definitivo, dos seguintes bens patrimoniais para a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT:

Relação de bens a serem doados:

Patrimônio nº	Discriminação	Valor R$
300	Uma Cadeira Presidente Giratória com braço 781BC2	105,70
303	Uma Cadeira Presidente Giratória com braço 781BC2	105,70
363	Uma Cadeira Giratória Vanda Flex 3001JS97	285,42
	TOTAL	**496.82**

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 07 de Agosto de 2018

Adelino Schmoller

Presidente Câmara

Biênio 2017/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

RETIFICAÇÃO - ANEXOS RREO 1º BIMESTRE 2018 - DECLARAÇÃO SINCONFI

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — Tesouro Nacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.418.662,95	20.637.336,95	3.363.208,79	16,30	9.749.292,83	47,24	10.888.044,12
RECEITAS CORRENTES	17.995.924,51	18.214.598,51	2.745.186,42	15,07	8.656.520,46	47,53	9.558.078,05
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.019.764,51	1.019.764,51	156.306,09	15,33	427.314,88	41,90	592.449,63
Impostos	934.900,00	934.900,00	140.672,86	15,05	357.498,28	38,24	577.401,72
Taxas	84.864,51	84.864,51	15.633,23	18,42	69.816,60	82,27	15.047,91
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	665.900,00	665.900,00	65.169,21	9,79	226.418,73	34,00	439.481,27
Contribuições Sociais	415.900,00	415.900,00	44.334,95	10,66	164.308,34	39,51	251.591,66
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	250.000,00	250.000,00	20.834,26	8,33	62.110,39	24,84	187.889,61
RECEITA PATRIMONIAL	1.496.100,00	1.496.100,00	42.469,26	2,84	338.627,36	22,63	1.157.472,64
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	100,00	100,00					100,00
Valores Mobiliários	1.496.000,00	1.496.000,00	42.469,26	2,84	338.627,36	22,64	1.157.372,64
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	553.400,00	553.400,00	100.046,75	18,08	290.901,88	52,57	262.498,12
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	553.400,00	553.400,00	100.046,75	18,08	290.901,88	52,57	262.498,12
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.245.460,00	14.464.134,00	2.374.858,59	16,42	7.366.895,14	50,93	7.097.238,86
Transferências da União e de suas Entidades	7.786.460,00	8.005.134,00	1.233.911,43	15,41	3.603.085,32	45,01	4.402.048,68
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	5.555.000,00	5.555.000,00	937.689,46	16,88	3.179.638,17	57,24	2.375.361,83
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	904.000,00	904.000,00	203.257,70	22,48	584.171,65	64,62	319.828,35
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.300,00	15.300,00	6.336,52	41,42	6.362,47	41,58	8.937,53
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	400,00	400,00	6.300,00	1.575,00	6.325,95	1.581,49	-5.925,95
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes	14.900,00	14.900,00	36,52	0,25	36,52	0,25	14.863,48

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	2.422.738,44	2.422.738,44	618.022,37	25,51	1.092.772,37	45,10	1.329.966,07
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	0,00		0,00		100.000,00
Alienação de Bens Móveis	100.000,00	100.000,00					100.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.322.738,44	2.322.738,44	618.022,37	26,61	1.092.772,37	47,05	1.229.966,07
Transferências da União e de suas Entidades	1.569.163,40	1.569.163,40	618.022,37	39,39	861.772,37	54,92	707.391,03
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	753.575,04	753.575,04			231.000,00	30,65	522.575,04
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							0,00
Resgate de Títulos do Tesouro							0,00
Demais Receitas de Capital							0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	711.000,00	711.000,00	188.175,44	26,47	403.502,30	56,75	307.497,70
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	21.129.662,95	21.348.336,95	3.551.384,23	16,64	10.152.795,13	47,56	11.195.541,82
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	21.129.662,95	21.348.336,95	3.551.384,23	16,64	10.152.795,13	47,56	11.195.541,82
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	21.129.662,95	21.348.336,95	3.551.384,23	16,64	10.152.795,13	47,56	11.195.541,82
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.101.535,65	8.101.535,65			1.252.906,96		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	8.101.535,65	8.101.535,65					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais					1.252.906,96		
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	20.408.514,95	22.801.474,44	4.350.177,07	12.673.092,14	10.128.382,30	4.155.565,89	9.370.311,24	13.431.163,20	9.058.782,60	0,00
DESPESAS CORRENTES	17.381.871,55	18.619.090,25	3.933.760,59	11.144.837,72	7.474.252,53	3.579.951,46	8.511.266,17	10.107.824,08	8.205.495,73	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.370.595,55	8.985.552,48	1.480.388,70	4.251.983,21	4.733.569,27	1.480.388,70	4.251.983,21	4.733.569,27	4.222.859,56	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	250,00	250,00			250,00			250,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.011.026,00	9.633.287,77	2.453.371,89	6.892.854,51	2.740.433,26	2.099.562,76	4.259.282,96	5.374.004,81	3.982.636,17	
DESPESAS DE CAPITAL	2.237.543,40	3.393.284,19	416.416,48	1.528.254,42	1.865.029,77	575.614,43	859.045,07	2.534.239,12	853.286,87	0,00
INVESTIMENTOS	2.224.293,40	3.383.034,19	416.416,48	1.528.254,42	1.854.779,77	575.614,43	859.045,07	2.523.989,12	853.286,87	
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.000,00									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	11.250,00	10.250,00			10.250,00			10.250,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	789.100,00	789.100,00			789.100,00			789.100,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	736.148,00	764.108,00	143.190,96	427.263,11	336.844,89	143.190,96	427.263,11	336.844,89	357.685,41	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	21.144.662,95	23.565.582,44	4.493.368,03	13.100.355,25	10.465.227,19	4.298.756,85	9.797.574,35	13.768.008,09	9.416.468,01	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	21.144.662,95	23.565.582,44	4.493.368,03	13.100.355,25	10.465.227,19	4.298.756,85	9.797.574,35	13.768.008,09	9.416.468,01	0,00
SUPERÁVIT (XIII)							355.220,78		736.327,12	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	21.144.662,95	23.565.582,44	4.493.368,03	13.100.355,25		4.298.756,85	10.152.795,13		10.152.795,13	0,00
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	711.000,00	711.000,00	188.175,44	26,47	403.502,30	56,75	307.497,70
RECEITAS CORRENTES	711.000,00	711.000,00	188.175,44	26,47	403.502,30	56,75	307.497,70
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	711.000,00	711.000,00	188.175,44	26,47	403.502,30	56,75	307.497,70
Contribuições Sociais	711.000,00	711.000,00	188.175,44	26,47	403.502,30	56,75	307.497,70
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	736.148,00	764.108,00	143.190,96	427.263,11	336.844,89	143.190,96	427.263,11	336.844,89	357.685,41	0,00
DESPESAS CORRENTES	736.148,00	764.108,00	143.190,96	427.263,11	336.844,89	143.190,96	427.263,11	336.844,89	357.685,41	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	736.148,00	764.108,00	143.190,96	427.263,11	336.844,89	143.190,96	427.263,11	336.844,89	357.685,41	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.403.014,95	22.800.974,44	4.350.177,07	12.673.092,14	96,74	10.127.882,30	4.155.565,89	9.370.311,24	95,64	13.430.663,20	0,00
Legislativa	704.500,00	704.500,00	104.729,53	394.435,91	3,01	310.064,09	116.263,07	354.386,98	3,62	350.113,02	0,00
Ação Legislativa	704.500,00	704.500,00	104.729,53	394.435,91	3,01	310.064,09	116.263,07	354.386,98	3,62	350.113,02	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	4.942.500,00	6.328.590,48	1.530.501,27	4.045.512,40	30,88	2.283.078,08	1.640.780,44	3.398.878,29	34,69	2.929.712,19	0,00
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	4.872.500,00	6.268.990,48	1.522.009,28	4.023.085,45	30,71	2.245.905,03	1.632.288,45	3.376.451,34	34,46	2.892.539,14	
Administração Financeira	60.000,00	57.100,00	8.491,99	20.426,95	0,16	36.673,05	8.491,99	20.426,95	0,21	36.673,05	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos	10.000,00	2.500,00		2.000,00	0,02	500,00		2.000,00	0,02	500,00	
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	636.996,00	617.294,27	158.378,32	348.449,30	2,66	268.844,97	57.534,91	203.607,67	2,08	413.686,60	0,00
Assistência ao Idoso	41.300,00	62.423,62	14.512,55	33.523,62	0,26	28.900,00	994,80	15.209,31	0,16	47.214,31	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	225.540,00	179.998,48	14.455,42	57.377,78	0,44	122.620,70	19.708,66	57.377,78	0,59	122.620,70	
Assistência Comunitária	300.156,00	237.924,77	59.380,33	187.517,88	1,43	50.406,89	36.831,45	131.020,58	1,34	106.904,19	

Documento gerado em 30/07/2018 16:23:32

Página 7 de 34

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções	70.000,00	136.947,40	70.030,02	70.030,02	0,53	66.917,38				136.947,40	
Previdência Social	1.354.900,00	1.354.900,00	201.749,32	633.711,10	4,84	721.188,90	207.711,32	598.625,10	6,11	756.274,90	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	1.354.900,00	1.354.900,00	201.749,32	633.711,10	4,84	721.188,90	207.711,32	598.625,10	6,11	756.274,90	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	3.838.600,00	4.358.584,00	1.079.270,30	2.943.116,75	22,47	1.415.467,25	836.726,72	2.011.544,72	20,53	2.347.039,28	0,00
Atenção Básica	1.152.000,00	1.247.708,00	321.222,39	828.482,95	6,32	419.225,05	288.279,19	690.446,82	7,05	557.261,18	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.345.000,00	1.763.294,00	516.325,52	1.348.688,41	10,30	414.605,59	305.483,96	628.593,02	6,42	1.134.700,98	
Suporte Profilático e Terapêutico	340.000,00	358.000,00	42.188,79	124.385,19	0,95	233.614,81	42.188,79	123.385,19	1,26	234.614,81	
Vigilância Sanitária	19.500,00	89.300,00	24.920,67	68.499,41	0,52	20.800,59	26.279,43	68.499,41	0,70	20.800,59	
Vigilância Epidemiológica	140.000,00	141.000,00	13.957,24	38.848,16	0,30	102.151,84	1.925,24	21.550,20	0,22	119.449,80	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	842.100,00	759.282,00	160.655,69	534.212,63	4,08	225.069,37	172.570,11	479.070,08	4,89	280.211,92	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	21.000,00	21.000,00	1.368,40	5.564,98	0,04	15.435,02	1.368,40	5.564,98	0,06	15.435,02	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	21.000,00	21.000,00	1.368,40	5.564,98	0,04	15.435,02	1.368,40	5.564,98	0,06	15.435,02	
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	3.878.875,55	4.335.995,55	508.490,30	2.046.176,31	15,62	2.289.819,24	546.992,54	1.469.292,13	15,00	2.866.703,42	0,00
Ensino Fundamental	2.122.152,00	2.599.822,00	285.379,37	1.348.777,81	10,30	1.251.044,19	337.472,61	889.520,54	9,08	1.710.301,46	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	1.391.723,55	1.393.923,55	156.709,44	413.982,75	3,16	979.940,80	152.924,63	397.173,88	4,05	996.749,67	
Educação de Jovens e Adultos	10.000,00	3.500,00				3.500,00				3.500,00	
Educação Especial	5.000,00	1.850,00				1.850,00				1.850,00	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	350.000,00	336.900,00	66.401,49	283.415,75	2,16	53.484,25	56.595,30	182.597,71	1,86	154.302,29	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	71.000,00	15.000,00	0,00	0,00		15.000,00	0,00	0,00		15.000,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	71.000,00	15.000,00				15.000,00				15.000,00	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	295.000,00	902.204,87	316.905,56	343.905,56	2,63	558.299,31	0,00	6.000,00	0,06	896.204,87	0,00
Infra-Estrutura Urbana	295.000,00	672.204,87	129.897,56	156.897,56	1,20	515.307,31		6.000,00	0,06	666.204,87	
Serviços Urbanos		230.000,00	187.008,00	187.008,00	1,43	42.992,00				230.000,00	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	5.000,00	1.000,00	0,00	0,00		1.000,00	0,00	0,00		1.000,00	0,00
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	5.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	1.753.413,40	968.506,98	59.298,02	365.653,36	2,79	602.853,62	109.781,97	283.830,68	2,90	684.676,30	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	1.753.413,40	968.506,98	59.298,02	365.653,36	2,79	602.853,62	109.781,97	283.830,68	2,90	684.676,30	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00		15.000,00	0,00	0,00		15.000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	145.000,00	959.197,00	70.435,47	385.667,76	2,94	573.529,24	270.873,75	297.445,40	3,04	661.751,60	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural	140.000,00	959.197,00	70.435,47	385.667,76	2,94	573.529,24	270.873,75	297.445,40	3,04	661.751,60	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções	5.000,00										
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	15.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial	5.000,00										
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	10.000,00										
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	10.000,00	47.450,00	31.350,50	40.269,00	0,31	7.181,00	31.350,50	40.269,00	0,41	7.181,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	10.000,00	47.450,00	31.350,50	40.269,00	0,31	7.181,00	31.350,50	40.269,00	0,41	7.181,00	
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	1.522.130,00	1.249.879,66	287.700,08	1.106.026,90	8,44	143.852,76	336.182,27	686.263,48	7,00	563.616,18	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	1.500.750,00	1.249.729,66	287.700,08	1.106.026,90	8,44	143.702,76	336.182,27	686.263,48	7,00	563.466,18	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções	21.380,00	150,00				150,00				150,00	
Desporto e Lazer	44.000,00	15.000,00	0,00	0,00		15.000,00	0,00	0,00		15.000,00	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	39.000,00	15.000,00				15.000,00				15.000,00	
Lazer	5.000,00										
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	361.000,00	117.771,63	0,00	14.602,81	0,11	103.168,82	0,00	14.602,81	0,15	103.168,82	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	361.000,00	117.771,63		14.602,81	0,11	103.168,82		14.602,81	0,15	103.168,82	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	789.100,00	789.100,00				789.100,00				789.100,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	736.148,00	764.108,00	143.190,96	427.263,11	3,26	336.844,89	143.190,96	427.263,11	4,36	336.844,89	
TOTAL (III) = (I + II)	21.139.162,95	23.565.082,44	4.493.368,03	13.100.355,25	100,00	10.464.727,19	4.298.756,85	9.797.574,35	100,00	13.767.508,09	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/■ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/■ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	736.148,00	764.108,00	143.190,96	427.263,11	3,26	336.844,89	143.190,96	427.263,11	4,36	336.844,89	0,00
Legislativa	20.000,00	20.000,00	3.420,01	9.916,50	0,08	10.083,50	3.420,01	9.916,50	0,10	10.083,50	0,00
Ação Legislativa	20.000,00	20.000,00	3.420,01	9.916,50	0,08	10.083,50	3.420,01	9.916,50	0,10	10.083,50	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∥ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∥ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	292.100,00	271.100,00	55.821,53	163.198,19	1,25	107.901,81	55.821,53	163.198,19	1,67	107.901,81	0,00
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	287.100,00	266.100,00	54.617,35	160.792,34	1,23	105.307,66	54.617,35	160.792,34	1,64	105.307,66	
Administração Financeira											
Controle Interno	5.000,00	5.000,00	1.204,18	2.405,85	0,02	2.594,15	1.204,18	2.405,85	0,02	2.594,15	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	7.800,00	13.400,00	678,94	6.638,16	0,05	6.761,84	678,94	6.638,16	0,07	6.761,84	0,00
Assistência ao Idoso	500,00	500,00				500,00				500,00	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
Assistência Comunitária	2.300,00	7.900,00	678,94	6.638,16	0,05	1.261,84	678,94	6.638,16	0,07	1.261,84	
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	4.500,00	4.500,00	0,00	792,50	0,01	3.707,50	0,00	792,50	0,01	3.707,50	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	4.500,00	4.500,00		792,50	0,01	3.707,50		792,50	0,01	3.707,50	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	176.400,00	198.660,00	35.874,34	111.874,47	0,85	86.785,53	35.874,34	111.874,47	1,14	86.785,53	0,00
Atenção Básica	68.000,00	76.750,00	8.797,05	36.276,46	0,28	40.473,54	8.797,05	36.276,46	0,37	40.473,54	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	30.000,00	30.000,00	1.281,00	4.912,27	0,04	25.087,73	1.281,00	4.912,27	0,05	25.087,73	
Suporte Profilático e Terapêutico	10.000,00	14.500,00	2.846,48	7.692,55	0,06	6.807,45	2.846,48	7.692,55	0,08	6.807,45	
Vigilância Sanitária	500,00	6.800,00	2.036,46	4.870,05	0,04	1.929,95	2.036,46	4.870,05	0,05	1.929,95	
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	10.000,00		831,54	0,01	9.168,46		831,54	0,01	9.168,46	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	57.900,00	60.610,00	20.913,35	57.291,60	0,44	3.318,40	20.913,35	57.291,60	0,58	3.318,40	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∎ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∎ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	209.348,00	231.448,00	43.297,40	122.991,88	0,94	108.456,12	43.297,40	122.991,88	1,26	108.456,12	0,00
Ensino Fundamental	102.348,00	110.048,00	25.349,29	71.845,96	0,55	38.202,04	25.349,29	71.845,96	0,73	38.202,04	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	87.000,00	103.100,00	17.948,11	51.145,92	0,39	51.954,08	17.948,11	51.145,92	0,52	51.954,08	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	20.000,00	18.300,00				18.300,00				18.300,00	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	25.000,00	25.000,00	4.098,74	11.851,41	0,09	13.148,59	4.098,74	11.851,41	0,12	13.148,59	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	25.000,00	25.000,00	4.098,74	11.851,41	0,09	13.148,59	4.098,74	11.851,41	0,12	13.148,59	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∥ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∥ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	1.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	1.000,00										
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2018
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	1,610,111.58	1,505,121.17	1,298,746.69	1,422,625.68	1,429,446.19	2,480,009.37	1,344,051.23	2,158,984.74	1,282,851.34	1,736,801.62	1,644,322.11	1,445,827.40	19,357,999.12	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	143,637.09	141,567.46	-27,425.59	72,886.72	44,714.35	221,330.93	60,934.87	31,216.26	47,314.78	127,393.27	90,293.74	66,012.35	1,019,816.23	0,00
IPTU	3,868.39	36,306.60	1,275.86	960.38	1,099.47	805.02	5,876.65	1,863.33	4,211.48	11,086.66	20,755.38		88,109.22	
ISS	30,306.97	25,742.95	37,097.65	58,177.43	39,204.83	67,372.97	37,366.91	15,244.98	21,403.73	14,369.74	18,527.16	66,012.35	430,827.67	
ITBI	480.00	43,137.72	4,235.11			39,955.34	9,005.05	358.39		87,675.34	33,741.44		218,588.39	
IRRF	94,151.94	1,721.36	1,798.90	2,177.70	1,770.67	89,265.67	1,294.50		1,305.17	1,613.88	1,636.53		196,736.32	
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14,829.79	34,598.83	-71,833.11	11,571.21	2,639.38	23,931.93	7,391.76	13,749.56	20,394.40	12,647.65	15,633.23		85,554.63	
Contribuições			84,174.74				10,362.35	11,243.53	9,607.09	10,063.16	9,909.63	10,924.63	146,285.13	
Receita Patrimonial	26,771.33	25,206.95	17,637.35	15,373.94	12,772.91	10,798.33	12,444.70	161,881.54	11,915.30	109,916.56	10,561.79	31,907.47	447,188.17	0,00
Rendimentos de Aplicação Financeira							12,444.70	161,881.54	11,915.30	109,916.56	10,561.79	31,907.47	338,627.36	
Outras Receitas Patrimoniais	26,771.33	25,206.95	17,637.35	15,373.94	12,772.91	10,798.33							108,560.81	
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços		4,443.97						91,666.97		99,188.16		100,046.75	295,345.85	
Transferências Correntes	1,433,721.36	1,322,213.47	1,212,907.90	1,325,016.11	1,364,758.16	2,227,637.95	1,260,300.66	1,862,076.44	1,213,996.87	1,390,240.47	1,527,220.43	1,236,936.20	17,377,026.02	0,00
Cota-Parte do FPM	692,428.59	191,496.74	394,421.66	446,992.31	459,762.90	614,926.64	562,076.40	734,809.64	494,162.79	518,062.73	636,038.55	595,386.01	6,340,564.96	
Cota-Parte do ICMS	251,899.67	346,000.63	371,200.63	269,214.16	395,685.96	381,515.26	357,671.55	303,198.79	295,963.56	261,311.68	381,759.57	261,114.88	3,877,126.34	
Cota-Parte do IPVA	20,958.80	20,703.86	15,903.17	11,864.15	13,227.10	7,645.17	15,369.51	19,835.40	29,620.54	40,917.46	36,422.93	29,721.05	262,189.14	
Cota-Parte do ITR	1,138.33	7,750.14	19,907.77	213,589.24	62,260.92	47,418.96	23,305.34	9,837.96	69.93	1,212.47	316.07	3,922.79	389,729.92	
Transferências da LC nº 87/1996	1,260.35	1,260.35	1,260.35	1,260.35	1,260.35	1,260.35	1,255.64	1,255.64	1,255.64	1,255.64	1,255.64	1,255.64	15,095.94	
Transferências da LC nº 61/1989		2,343.03	2,192.99	2,332.49	4,460.81	3,414.83	2,408.43	2,368.75	2,267.68	2,239.90	2,153.28	2,088.43	28,270.62	
Transferências do FUNDEB	70,738.82	90,284.14	59,017.42	76,285.16	70,325.19	228,649.48	103,473.97	101,622.45	90,868.66	84,948.87	116,005.79	87,251.91	1,179,471.86	
Outras Transferências Correntes	395,306.80	662,374.58	349,403.91	303,478.25	357,774.93	942,807.26	194,739.82	689,147.81	299,788.07	480,291.72	353,268.60	256,195.49	5,284,577.24	
Outras Receitas Correntes	5,981.80	11,749.32	11,452.29	9,348.91	7,200.77	20,242.16	8.65		17.30		6,336.52		72,337.72	
DEDUÇÕES (II)	137,721.34	169,090.49	160,458.64	188,583.94	186,439.33	210,553.20	191,935.59	255,716.67	164,160.47	242,596.04	211,018.03	222,614.96	2,340,888.70	0,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência								41,929.25		78,044.14		44,334.95	164,308.34	
Compensações Financ. entre Regimes Previdência														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	137,721.34	169,090.49	160,458.64	188,583.94	186,439.33	210,553.20	191,935.59	213,787.42	164,160.47	164,551.90	211,018.03	178,280.01	2,176,580.36	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - I)	1,472,390.24	1,336,030.68	1,138,288.05	1,234,041.74	1,243,006.86	2,269,456.17	1,152,115.64	1,902,268.07	1,118,690.87	1,494,205.58	1,433,304.08	1,223,212.44	17,017,110.42	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	2.103.000,00	2.103.000,00	839.948,81	988.371,55
Receita de Contribuições dos Segurados	415.900,00	415.900,00	164.308,34	80.264,59
Civil	415.900,00	415.900,00	164.308,34	80.264,59
Ativo	413.000,00	413.000,00	164.308,34	80.264,59
Inativo	2.900,00	2.900,00		
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	711.000,00	711.000,00	403.502,30	443.249,23
Civil	711.000,00	711.000,00	403.502,30	443.249,23
Ativo	711.000,00	711.000,00	403.502,30	329.558,66
Inativo				113.690,57
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos Previdenciário				
Receita Patrimonial	976.000,00	976.000,00	272.138,17	464.857,73
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários	976.000,00	976.000,00	272.138,17	464.857,73
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	100,00	100,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes	100,00	100,00		
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)				
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II)	2.103.000,00	2.103.000,00	839.948,81	988.371,55

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2018	Em 2017
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (V)	4.500,00	4.500,00	792,50	1.049,50	792,50	1.049,50	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital	4.500,00	4.500,00	792,50	1.049,50	792,50	1.049,50		
PREVIDÊNCIA (VI)	1.355.400,00	1.355.400,00	633.711,10	564.131,50	598.625,10	533.764,50	0,00	0,00
Benefícios - Civil	1.355.400,00	1.355.400,00	633.711,10	564.131,50	598.625,10	533.764,50	0,00	0,00
Aposentadorias	888.000,00	888.000,00	432.747,64	408.660,02	432.747,64	408.660,02		
Pensões	120.000,00	120.000,00	52.068,58	44.864,30	52.068,58	44.864,30		
Outros Benefícios Previdenciários	347.400,00	347.400,00	148.894,88	110.607,18	113.808,88	80.240,18		
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	1.359.900,00	1.359.900,00	634.503,60	565.181,00	599.417,60	534.814,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)	743.100,00	743.100,00	205.445,21	423.190,55	240.531,21	453.557,55		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2018	2017
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Investimentos e Aplicações	8.342.740,33	8.101.535,65
Outros Bens e Direitos		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2018	Em 2017
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2018
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	18.214.598,51	8.656.520,46
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.019.764,51	427.314,88
IPTU	142.100,00	42.148,08
ISS	354.500,00	171.054,49
ITBI	245.300,00	127.353,07
IRRF	193.000,00	5.850,08
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	84.864,51	80.909,16
Contribuições	665.900,00	226.418,73
Receita Patrimonial	1.496.100,00	338.627,36
Aplicações Financeiras (II)	1.496.000,00	338.627,36
Outras Receitas Patrimoniais	100,00	
Transferências Correntes	14.464.134,00	7.366.895,14
Cota-Parte do FPM	6.368.274,00	2.832.488,69
Cota-Parte do ICMS	2.880.000,00	1.488.808,37
Cota-Parte do IPVA	200.000,00	137.509,64
Cota-Parte do ITR	160.000,00	30.931,69
Transferências da LC 87/1996	16.000,00	6.027,12
Transferências da LC nº 61/1989	18.000,00	13.526,47
Transferências do FUNDEB		
Outras Transferências Correntes	4.821.860,00	2.857.603,16
Demais Receitas Correntes	568.700,00	297.264,35
Outras Receitas Financeiras (III)	100,00	36,52
Receitas Correntes Restantes	568.600,00	297.227,83
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	16.718.498,51	8.317.856,58
RECEITAS DE CAPITAL (V)	2.422.738,44	1.092.772,37
Operações de Crédito (VI)		
Amortização de Empréstimos (VII)		
Alienação de Bens	100.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		
Outras Alienações de Bens	100.000,00	
Transferências de Capital	2.322.738,44	1.092.772,37
Convênios	2.322.738,44	404.772,37
Outras Transferências de Capital		688.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	2.422.738,44	1.092.772,37
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	19.141.236,95	9.410.628,95

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2018					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	18.619.090,25	11.144.837,72	8.511.266,17	8.205.495,73	170.044,22	672.736,04	669.233,71
Pessoal e Encargos Sociais	8.985.552,48	4.251.983,21	4.251.983,21	4.222.859,56			
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	250,00						
Outras Despesas Correntes	9.633.287,77	6.892.854,51	4.259.282,96	3.982.636,17	170.044,22	672.736,04	669.233,71
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	18.618.840,25	11.144.837,72	8.511.266,17	8.205.495,73	170.044,22	672.736,04	669.233,71
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	3.393.284,19	1.528.254,42	859.045,07	853.286,87	7.188,00	178.164,97	178.164,97
Investimentos	3.383.034,19	1.528.254,42	859.045,07	853.286,87	7.188,00	178.164,97	178.164,97
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)							
Aquisição de Título de Crédito (XIX)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XX)	10.250,00						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	3.383.034,19	1.528.254,42	859.045,07	853.286,87	7.188,00	178.164,97	178.164,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	22.001.874,44	12.673.092,14	9.370.311,24	9.058.782,60	177.232,22	850.901,01	847.398,68

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2018
	VALOR INCORRIDO
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc))	-672.784,55

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-2.306.331,95

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o bimestre 2018
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2018
	VALOR INCORRIDO
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	-672.784,55

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-675.000,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	Saldo	
	Em 31/12/2017 (a)	Até o Bimestre (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		
DEDUÇÕES (XXIX)	4.952.963,85	4.806.906,91
Disponibilidade de Caixa	4.952.501,98	4.804.766,90
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.214.937,37	4.893.472,40
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	262.435,39	88.705,50
Demais Haveres Financeiros	461,87	2.140,01
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-4.952.963,85	-4.806.906,91

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	-146.056,94

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o bimestre 2018
	VALOR INCORRIDO
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	173.729,89
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	
OUTROS AJUSTES (XXXV)	
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	-319.786,83

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)	-319.786,83

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	
Reserva Orçamentária do RPPS	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Receitas Primárias	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receita Primárias	-	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Despesas Primárias	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Despesas Empenhadas Até o Bimestre / 2018	Despesas Empenhadas Até o Bimestre / 2017	Despesas Liquidadas Até o Bimestre / 2018	Despesas Liquidadas Até o Bimestre / 2017	Em 2018	Em 2017
Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)							
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Primário	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF
	VALOR CORRENTE
Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Primário	-
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Resultado Nominal	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc -VIb)	Até o Bimestre (VIc - VIa)
Resultado Nominal	-	-
RESULTADO NOMINAL		

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Nominal	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF
	VALOR CORRENTE
Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Nominal	-
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão										
	Poder/Órgão										
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2017 (g)				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	85.203,17	177.232,22	177.232,22	0,00	85.203,17	337.229,09	1.212.252,04	880.313,51	876.811,18	0,00	672.669,95
PODER EXECUTIVO	85.203,17	177.232,22	177.232,22		85.203,17	337.229,09	1.212.252,04	880.313,51	876.811,18		672.669,95
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal											
Tribunal de Contas do Município											
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	85.203,17	177.232,22	177.232,22	0,00	85.203,17	337.229,09	1.212.252,04	880.313,51	876.811,18	0,00	672.669,95

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra										
	Poder/Órgão Intra										
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2017 (g)				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO											
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal											
Tribunal de Contas do Município											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	REGISTROS EFETUADOS EM 2018	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais			
Riscos não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)

Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS											
PPP A CONTRATAR (II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V) = (IV) / (III)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	21.129.662,95
Previsão Atualizada	21.348.336,95
Receitas Realizadas	10.152.795,13
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	1.252.906,96
DESPESAS	
Dotação Inicial	21.144.662,95
Créditos Adicionais	2.420.919,49
Dotação Atualizada	23.565.582,44
Despesas Empenhadas	13.100.355,25
Despesas Liquidadas	9.797.574,35
Despesas Pagas	9.416.468,01
Superávit Orçamentário	355.220,78

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	13.100.355,25
Despesas Liquidadas	9.797.574,35

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	17.017.110,42

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	839.948,81
Despesas Previdenciárias Liquidadas	599.417,60
Resultado Previdenciário	240.531,21
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Resultado Previdenciário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Resultados Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário	-	-	-
Resultado Nominal - Acima da Linha	-675.000,00	-672.784,55	99,67
Resultado Primário - Acima da Linha	-2.306.331,95	-672.784,55	29,17

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	262.435,39	0,00	177.232,22	85.203,17
Poder Executivo	262.435,39		177.232,22	85.203,17
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.549.481,13	0,00	876.811,18	672.669,95
Poder Executivo	1.549.481,13		876.811,18	672.669,95
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	1.811.916,52	0,00	1.054.043,40	757.873,12

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.042.903,38	25,00	33,76
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	402.198,37	60,00	68,81
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida	668.663,18	2.724.621,01

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	1.559.928,13	2.187.047,96	1.838.510,76	575.105,21
Despesas Previdenciárias	870.558,75	1.863.060,05	3.328.314,30	1.871.010,94
Resultado Previdenciário	689.369,38	323.987,91	-1.489.803,54	-1.295.905,73
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		100.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	1.173.582,13	15,00	19,40

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	**-**
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO AO EDITAL COMPLEMENTAR 003 - CONCURSO PÚBLICO 001/2018

RECURSOS

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO RESULTADO ISENÇÃO				
Inscrição	Nome	Situação	Detalhes	Situação
4990	ALEXSANDRO DE MELO E SILVA	INDEFERIDO	boa tarde. eu ganho menos que um salario minimo e meio. queria a insencao da taxa. tel 66999226027	O candidato não fez nenhuma solicitação de isenção da taxa de Inscrição. Consta somente a inscrição com pagamento da taxa, no período de isenção da taxa de inscrição.
160	JEFERSON RIBEIRO DA SILVA	INDEFERIDO	Estou desempregado desde o mês de Abril. Enviei a foto da minha Carteira se Trabalho original	O candidato no momento do pedido de isenção da taxa de inscrição apresentou documentos faltando a carteira de identidade, somente a comprovação do último contrato. "O Candidato não apresentou documento de identidade (item 3.5.1.1 - Edital de Concurso Público nº 001/2018)".
3270	JOSE APARECIDO XAVIER	INDEFERIDO	Boa tarde gostaria se saber se fui aceito na pedido de isenção?	O candidato não fez nenhuma solicitação de isenção da taxa de inscrição. Consta somente a inscrição com pagamento da taxa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 022/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: SOTREQ S/A;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM DESLOCAMENTO DE MECÂNICO ESPECIALIZADO PARA FAZER A SUBSTITUIÇÃO DAS PEÇAS DANIFICADAS NA MOTO NIVELADORA CATERPILLAR 120K, PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS TERMO DE REFERENCIA, constantes do Edital da Dispensa de Licitação 017/2018;

VIGÊNCIA: 02/04/2018 até 31/12/2018;

VALOR: R$ 16.268,86 (dezesseis mil duzentos e sessenta e oito reais e oitenta e seis centavos);

Nova Lacerda-MT, 02 de abril de 2018.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO:J.A. FIUZA-ME ;

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.1.1 – Alteração de Acréscimo em razão de reajuste no preço de impostos cobrados sobre combustíveis;

1.1.1.1 – Acréscimo de aproximadamente 8,57% (oito vírgula cinquenta e sete por cento), ou seja, R$ 0,32 (zero vírgula trinta e dois centavos) sobre o preço do litro do combustível Diesel Comum;

1.1.1.2 Acréscimo de aproximadamente 7,05% (sete vírgulas zero cinco por cento), ou seja, R$ 0,27 (zero vírgula vinte e sete centavos) sobre o preço do litro do combustível Diesel S10;

1.1.1.3 Acréscimo de aproximadamente 1,59% (um vírgula cinquenta e nove por cento), ou seja, R$ 0,07 (zero vírgula sete centavos) sobre o preço do litro do combustível Gasolina Comum;

1.1.1.4 Acréscimo de aproximadamente 5,09 % (cinco vírgula zero nove por cento), ou seja, R$ 0,15 (zero vírgula quinze centavos) sobre o preço do litro do combustível Etanol;

1.2 – O valor do contrato original passará a ser o valor de R$ 2.038,10,00 (dois milhões e trinta e oito mil e cem reais).

Nova Lacerda-MT, 21 de maio de 2018.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 033/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: ALESSANDRO DA CONCEIÇÃO FURTADO 70297021150;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE JARDINAGEM EM PODAS DE ARVORES NO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA-MT, ATENDENDO SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS TERMO DE REFERENCIA, constantes do Edital da Dispensa de Licitação 025/2018;

VIGÊNCIA: 17/04/2018 até 31/12/2018;

VALOR: R$ 13.380,00 (Treze mil e trezentos e oitenta reais);

Nova Lacerda-MT, 17 de abril de 2018.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DISPENSA LICITAÇÃO Nº 41/2018

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 41/2018

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- MT, torna público aos interessados a contratação;

Contratação de empresa fornecedora de medicamentos, para protocolo de 250 animais bovinos fêmeas raça leiteiro, para atender a Secretaria de Desenvolvimento Rural, no Projeto de Incentivo ao melhoramento genético do rebanho leiteiro do Município.

Favorecida RAÇAVET COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA R$ 5.496,68 (Cinco mil e quatrocentos e noventa e seis reais e sessenta e oito centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, Lei Municipal 730/2015 e Decreto municipal 895/2015.

Nova Lacerda- MT 07 de Agosto de 2018.

Uilson Jose da Silva

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
LEI Nº. 815/2018.

LEI Nº. 815/2018.

"Altera a redação do inciso IV do artigo 48 da Lei Municipal n. 638, de 27 de dezembro de 2012 que Instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Nova Lacerda/MT e, dá outras providências"

Eu, UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A redação do inciso IV do art. 48 da Lei Municipal n.º 638 de 27 de dezembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 48. .....

.

IV - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 13,83% (treze inteiros e oitenta e três centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo: 11% (onze inteiros por cento) relativo ao custo normal e 2,83% (dois inteiros e oitenta e três centésimos por cento) referentes à alíquota de custo especial, escalonado nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em ABRIL/2018.

Art. 3º A contribuição previdenciária prevista no inciso IV do art. 48 na redação dada por esta lei será exigida a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.

Art. 4º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, respeitado o disposto no artigo anterior.

Gabinete do Prefeito do Município de Nova Lacerda /MT, em 27 de Junho de 2018.

UILSON JOSÉ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

ESCALONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Ano de amortização	Alíquota
2018	2,83%
2019	2,91%
2020	3,00%
2021	3,08%
2022	3,17%
2023	3,25%
2024	3,34%
2025	3,42%
2026	3,51%
2027	3,60%
2028	4,00%
2029	4,39%
2030	4,79%
2031	5,18%
2032	5,58%
2033	5,97%
2034	6,37%
2035	6,76%
2036	7,16%
2037	7,55%
2038	7,95%
2039	8,35%
2040	8,74%
2041	9,14%
2042	9,53%
2043	9,93%
2044	10,32%

2045	10,72%
2046	11,11%
2047	11,51%
2048	11,90%

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 036/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: J. A. FIÚZA - ME ;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS DESTINADOS À FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA QUE ACOMPANHOU O EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 006/2018, DE ACORDO COM AS NORMAS VOLTADAS AO SETOR PÚBLICO;

VIGÊNCIA: 21/05/2018 até 21/05/2019;

VALOR: R$ 1.913.650,00 (um milhão e novecentos e treze mil e seiscentos e cinquenta reais);

Nova Lacerda-MT, 21 de maio de 2018.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 035/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: CCAF COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MAT HOSPITALAR EIRELI;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALAR PARA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE E MELHORAR O ATENDIMENTO OS PACIENTES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA-MT, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS TERMO DE REFERENCIA, constantes do Edital da Dispensa de Licitação 026/2018;

VIGÊNCIA: 26/04/2018 até 31/12/2018;

VALOR: R$ 4.622,22 (quatro mil e seiscentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos);

Nova Lacerda-MT, 26 de abril de 2018.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 029/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO:DANILO APARECIDO BORELLA-EPP;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LIQUIDO PARA O PROJETO DE INCENTIVO AO MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO PARA ATENDER OS PECUARISTAS ASSISTIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA-MT, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA DO PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 022/2018;

VIGÊNCIA: 10/04/2018 até 10/04/2019;

VALOR: R$ 8.000,00 (Quatro mil e oitocentos reais) ;

Nova Lacerda-MT, 10 de abril de 2018.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 028/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: JOSÉ ROBERTO TUAN ;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS 3 ÔNIBUS USADOS, PARA ATENDER A NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA-MT, CONSTANTES NO PROCEDIMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2018;

VIGÊNCIA: 06/04/2018 até 31/12/2018;

VALOR: R$ 112.000,00 (cento e doze mil reais);

Nova Lacerda-MT, 06 de abril de 2018.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 027/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: L. F. MARTINS- ME;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA FABRICAÇÃO DE COBERTURA METÁLICA, ATENDENDO AO CONVENIO EXISTENTE ENTRE O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO (DETRAN) E O MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA-MT, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS TERMO DE REFERENCIA, constantes do Edital da Dispensa de Licitação 020/2018;

VIGÊNCIA: 10/04/2018 até 10/04/2019;

VALOR: R$ 13.020,00 (treze mil e vinte reais);

Nova Lacerda-MT, 10 de abril de 2018.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 026/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: L. RICARDO DE MAGALHÃES-EPP;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE COMO REFERÊNCIA DE PREÇO PARA LICITAÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA-MT, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS TERMO DE REFERENCIA, constantes do Edital da Dispensa de Licitação 019/2018;

VIGÊNCIA: 10/04/2018 a 10/04/2019;

VALOR: R$ 15.344,40 (quinze mil trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos);

Nova Lacerda-MT, 10 de abril de 2018.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 030/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: HIAGO FULIOTTO PRUDENCIO;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) LAVADORA COM POTENCIA 500- MOTOR TRIFÁSICO, PARA MANUTENÇÃO DA OFICINA MECÂNICA, ATENDENDO A SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA-MT, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS TERMO DE REFERENCIA, constantes do Edital da Dispensa de Licitação 021/2018**;**

VIGÊNCIA: 10/04/2018 até 10/04/2019;

VALOR: R$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais);

Nova Lacerda-MT, 10 de abril de 2018.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: J. A. FIÚZA - ME;

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.1.1 – Alteração de redução em razão da greve dos caminhoneiros sobre combustíveis;

1.1.1.1 – Redução de aproximadamente 8,89 % (oito vírgulas oitenta e nove por cento), ou seja, R$ 0,36 (zero vírgula trinta e seis centavos) sobre o preço do litro do combustível Diesel Comum;

1.1.1.2 - Redução de aproximadamente 8,89 % (oito vírgulas oitenta e nove por cento), ou seja, R$ 0,36 (zero vírgula trinta e seis centavos) sobre o preço do litro do combustível Diesel S10**;**

Nova Lacerda – MT, 11 de julho de 2018.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 031/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: ELIANE FERREIRA DA SILVA 70041563115;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DE RH, CONTABILIDADE, LICITAÇÃO E CONTRATO E ENVIO DAS CARGAS MENSAIS E TEMPESTIVAS DO APLIC ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÃOES PRESTADAS AO SISTEMA GEO-OBRAS, ATENDENDO AS EXIGÊNCIAS DO TCE/MT, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS TERMO DE REFERENCIA, constantes no procedimento da Carta Convite 02/2018**;**

VIGÊNCIA:11/04/2018 até 11/04/2019;

VALOR: R$ 80.820,00 (Oitenta mil oitocentos e vinte reais);

Nova Lacerda-MT, 11 de abril de 2018.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 034/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: STAMP DISTRIBUIDORA DE MALHAS LTDA;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PERSONALIZADAS EM COMEMORAÇÃO AO DIA DAS MÃES QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 11 DE MAIO DE 2018 NA PRAÇA MUNICIPAL JOSE LUIZ HOFFMAN, ATENDENDO A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS TERMO DE REFERENCIA, constantes do Edital da Dispensa de Licitação 023/2018;

VIGÊNCIA: 16/04/2018 até 31/12/2018;

VALOR: R$ 12.345,00 (doze mil e trezentos e quarenta e cinco reais);

Nova Lacerda-MT, 16 de abril de 2018.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 025/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: MAFRE SEGUROS GERAIS S.A;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS, COM ASSISTÊNCIA 24HS, COBERTURA COMPREENSIVA (COLISÃO, INCÊNDIO E ROUBO), COBERTURA A TERCEIRO, DANOS MATERIAIS E DANOS PESSOAIS POR PASSAGEIROS, FRANQUIA OBRIGATÓRIA NORMAL, VIDROS E RETROVISORES, ATENDENDO A SECRETARIA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS TERMO DE REFERENCIA, constantes do Edital da Dispensa de Licitação 018/2018;

VIGÊNCIA: 10/04/2018 até 10/04/2019;

VALOR: R$ 10.413,13 (Dez mil e quatrocentos e treze reais e treze centavos);

Nova Lacerda-MT, 10 de abril de 2018.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 024/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: S. D. DE JESUS ENGENHARIA;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL COM DISPONIBILIDADE DE 01 (UM) ENGENHEIRO CIVIL 01 (UM) TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES CREDENCIADOS JUNTO AO CREA-MT, AMBOS COM CONHECIMENTO NA ÁREA PÚBLICA E DISPONIBILIDADE PARA CUMPRIR 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS, NA SEDE DO MUNICÍPIO, COMO RESPONSÁVEIS TÉCNICO NA ELABORAÇÃO, GERENCIAMENTO, ANÁLISE, FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DE PROJETO BÁSICOS DE ENGENHARIA, ELABORAÇÃO DE LAUDOS, AVALIAÇÕES,PARECERES TÉCNICOS E OUTRAS ATIVIDADES, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS TERMO DE REFERENCIA, constantes no procedimento da Carta Convite 003/2018;

VIGÊNCIA:06/04/2018 até 06/04/2019;

VALOR: R$ 142.200,00 (cento e quarenta e dois mil e duzentos reais);

Nova Lacerda-MT, 06 de abril de 2018.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 032/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: PONTES E LACERDA COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA –ME;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE TELA ALAMBRADO 60 X 60 M F12 PARA UTILIZAR NA QUADRA DE ESPORTE DA ESCOLA MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS ATENDENDO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS TERMO DE REFERENCIA, constantes do Edital da Dispensa de Licitação 024/2018;

VIGÊNCIA: 16/04/2018 até 31/12/2018;

VALOR: R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais);

Nova Lacerda-MT, 16 de abril de 2018.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 021/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: AVALIAR MAIS EDUCACIONAL LTDA-ME;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA PEDAGÓGICA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCADORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE NOVA LACERDA-MT, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS TERMO DE REFERENCIA, constantes do Edital da Dispensa de Licitação 003/2018;

VIGÊNCIA: 26/02/2018 até 26/02/2019;

VALOR: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

Nova Lacerda-MT, 26 de fevereiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2014

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2013, GESTÃO WENER KLESLEY DOS SANTOS, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CARLOS ADRIANO DALFIOR SILVA,

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E NO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA LEGISLATIVA, FAZ SABER QUE O SOBERANO PLENÁRIO APROVOU E ELE PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Ficam aprovadas as Contas do Poder Executivo deste Município de Nova Marilândia-MT, de que tratam o Processo nº 7.542-6/2013 , que tratam das Contas Anuais de Gestão da Prefeitura de Nova Marilândia ao exercício 2013, gestão do Prefeito Wener Klesley dos Santos .

Parágrafo único – Faz parte integrante deste Decreto Legislativo o PARECER exarado Pela Comissão de Justiça e Redação e Economia e Orçamento, ao atual chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo foi proposto com base no Parecer exarado pelas Comissões de Economia e Orçamento e Justiça e Redação, na forma e no prazo da lei e consoante as normas estabelecidas nos artigos 343/345, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo, originário do Projeto do Decreto Legislativo nº 001/2014, discutido e votado e aprovado pelo Soberano Plenário do Parlamento Municipal, é promulgado pelo Presidente da Mesa diretora nesta da, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA-MT, AOS 13 DE JULHO DE 2018.

_____

CARLOS ADRIANO DALFIOR SILVA

Presidente da Câmara

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DA EMPRESA - FUTURA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME, CNPJ: 11.073.488/0001-01.

AVISO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2018

PROCESSO Nº. 361/2018

ATA: 03/2018 – EMPRESA - FUTURA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME, CNPJ: 11.073.488/0001-01.

OBJETO: *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E CORRELATOS COM ENTREGA PARCELADA, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE NOVA MONTE VERDE – MT, CONFORME SOLICITAÇÕES EM ANEXO, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.*

O Município **DE NOVA MONTE VERDE-MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº 51, Centro, nesta cidade, doravante denominada PREFEITURA, neste ato devidamente representada pela Prefeita Municipal, Sra. **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, brasileira, casada, portadora da C.I. RG n.º 3.365.940 SSP/PR e CPF/MF nº. 788.664.809-91, residente e domiciliada á Rua José Joaquim Vieira Nº. 88 nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, considerando o descumprimento do item 5.2 da Ata de registro Nº 03/2018, com fundamento no item 9.4 da mesma Ata, resolve **CANCELAR** o registro de preços da empresa **FUTURA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME, CNPJ: 11.073.488/0001-01,** sediada naAv. Fernando Correa da Costa, Nº 4413, Coxipó da Ponte, Cuiabá – MT, cessando a partir da presente publicação o fornecimento dos produtos registrados, conforme disposto no item 9.5 da mesma ATA.

Nova Monte Verde-MT, 06 de Agosto de 2018.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro

Decreto 042/2017

Publique-se

RECURSOS HUMANOS
EDITAL 030/2018 OITAVA CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018

EDITAL 030/2018

Oitava Convocação do Processo Seletivo Simplificado 001/2018

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Modalidade Análise Curricular, de 09 de Fevereiro de 2018 homologado no dia 09 de Fevereiro de 2018, CONVOCA pelo presente Edital os candidatos para preenchimento de vagas existentes, conforme relação abaixo:

CLASS.	NOME	LOTAÇÃO	CARGO
6º	Maria Aparecida Gomes Magalhães Carvalho	EMEF Roberto J. Ferreira	Professor De Pedagogia – 20 Horas

Os candidatos convocados por este Edital terão prazo de 05 (cinco) dias úteis, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, no horário das 07:00 as 12:30, e apresentar original e 01 (uma) cópia dos seguintes documentos:

CARTEIRA DE IDENTIDADE;

CPF;

TÍTULO DE ELEITOR

COMPROVANTE DA ÚLTIMA ELEIÇÃO OU CERTIDÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL DE QUE ESTÁ QUITE COM A MESMA;

CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO;

COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE;

DIPLOMA DO CURSO – REGISTRADO NO ÓRGÃO COMPETENTE;

CARTEIRA PROFISSIONAL DE ACORDO COM O CARGO;

PIS/PASEP;

COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA;

CARTEIRA DE TRABALHO;

ATESTADO DE SAUDE OCUPACIONAL;

DECLARAÇÃO DE BENS (ANEXO I)

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO (ANEXO II)

01 FOTO 3X4;

NUMERO DA CONTA DO BANCO DO BRASIL.

CARTEIRA DE RESERVISTA (se MASCULINO);

CARTEIRA DE HABILITAÇÃO CONFORME EDITAL (PARA MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS CNH CATEGORIA C)

COPIA DE DOCUMENTOS DO CONJUGE;

CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE FILHOS MENORES DE 21 (VINTE E UM) ANOS;

A falta de quaisquer documentos, bem como a não apresentação em conformidade com o Edital, implicará na inabilitação do candidato.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde-MT, 07 de Agosto de 2018

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), residente e domiciliado na (endereço), declaro para os devidos fins que até a presente data o meu patrimônio é constituído pelos bens arrolados a seguir:

1) Bem... Valor

2) Bem... Valor

3) Bem... Valor

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo)

(assinatura)

OBS: Em sendo o caso, substituir a última parte por "declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar".

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), declaro para os devidos fins que, na presente data, não exerço outro cargo público.

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo)

Assinatura

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 56/2017/ DEPTO/ADM/ COMPRAS/LICITAÇÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº. 56/2017/ DEPTO/ADM/COMPRAS

O MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 37.465.556/0001-63, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra**BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, brasileira, casada, portadora da C.I. RG n. 3.365.940 SSP/PR e CPF/MF nº 788.664.809-91, residente e domiciliada á Rua José Joaquim Vieira nº 88, centro, nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, *doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a Empresa* **M R BARRETO & CIA LTDA - ME, inscrita no CPNJ nº. 27.886.979/0001-01,** com sede na Rua Arlindo Nossol**, nº. 21, Bairro Centro, na cidade de Nova Monte Verde,** Estado de Mato Grosso; neste ato representada pelo Sr. **Daniel Rocha de Albuquerque**, brasileiro, maior e capaz, portador do RG 000817334 SSP/RO e CPF 820.812.982-87, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem entre si efetuar o **Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº. 56/2017/DEPTO/ADM/COMPRAS** nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 no que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Objetiva o presente, Aditar o Contrato Administrativo firmado em 08 de Agosto de 2017, cujo objeto trata da **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE DA FÁMILIA (USF I, JOÃO HUNKA NETO), PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME SOICITAÇÃO EM ANEXO**, para fins de prorrogação do **PRAZO DE VIGÊNCIA,** estabelecido na Cláusula Décima Segunda, parágrafo segundo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

O PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE CONTRATO FICA PRORROGADO DO DIA 09 DE AGOSTO DE 2018 ATÉ O DIA 07 DE OUTUBRO DE 2018, conforme solicitação apresentada pela **CONTRATADA** e aceita pela administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Principal naquilo que não contrarie o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e contratadas, as partes passam a assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 03 (três) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Nova Monte Verde-MT, 08 de Agosto de 2018.

MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES PREFEITA MUNICIPAL	**M R BARRETO & CIA LTDA - ME, CNPJ: 27.886.979/0001-01 CONTRATADA**

Testemunhas:

VANUZA APARECIDA ONOFRE TENFEN CPF: 012.818.481-74 RG: 1602658-6 SSP/*MT*	ALESSANDRA MARTA DO NASCIMENTO CPF 984.401.601-00 RG 1438360-8 SSP/MT

LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2018

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2018

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto Nº 042/2017, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 33/2018, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **20/08/2018 às 08:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Mato Grosso, Nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS CONFECCIONADAS, Á FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, JUNTO AO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE NO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.**

Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal Nº. 14/2010, Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Publicações - Editais - 2018 - Geral**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 07 de Agosto de 2018.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro Oficial do Município

Decreto 042/2017

Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 225/2018

SÚMULA: DECLARA VAGO O CARGO DE MOTORISTA OCUPADO PELO SENHOR DERCI APARECIDO PERÃO, POR MOTIVO DE EXONERAÇÃO.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 224/2018, da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT que exonerou a pedido o senhor DERCI APARECIDO PERÃO.

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar vago nos termos do art. 70, inciso I da Lei Municipal nº 830/2016 (Estatuto dos Servidores da educação do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso), a partir de 07 de Agosto de 2018, o cargo de Motorista do quadro de cargos de provimento efetivo da Lei Municipal 705/2014, ocupado pelo servidor DERCI APARECIDO PERÃO, matricula nº 1398, por motivo de exoneração.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde, 07 de Agosto de 2018

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 224/2018

SÚMULA: FICA EXONERADO, A PEDIDO O SR. DERCI APARECIDO PERÃO, DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA, LOTADO NA SECRETARIA DE OBRAS, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica exonerado, a pedido, o Sr. DERCI APARECIDO PERÃO do cargo efetivo de MOTORISTA lotado na Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 07 de Agosto de 2018

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 223/2018

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 59/2018 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do contrato nº59/2018/DPTO/ADM/COMPRAS, celebrado entre o MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE e ROSIMEIRE DA SILVA BIGOTO EIRELI

CONTRATO Nº 59/2018/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4149/2018

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E ORGANIZAÇÃO DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS PARA O EVENTO DE COMEMORAÇÃO AO 27º ANIVERSÁRIO DE NOVA MONTE VERDE-MT ENTRE OS DIAS 17, 18 E 19 DO MÊS DE AGOSTO DE 2018.

DATA DA ASSINATURA: 06 DE AGOSTO 2018

VIGENCIA: 06 DE AGOSTO DE 2018 Á 06 DE SETEMBRO 2018

VALOR: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

FISCAL TITULAR: LUCIMAR BARBOSA MARTINS

RG Nº: 333614835 SSP/MT

CPF Nº: 272.748.508-57

CARGO: TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 593

FISCAL SUBSTITUTO: VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ

RG Nº: 16196694 SSP/MT

CPF Nº: 023.283.979-48

CARGO: PROFESSORA DE PEDAGOGIA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 136

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 06 de Agosto de 2018.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PORTARIA Nº 1.368 DE 27 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 1.368 DE 27 DE JULHO DE 2018

"NOMEIA COMISSÃO PARA RECEBIMENTO E ANALISE DE AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS PARA MANUTENÇÃO PREDIAL E OUTRAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Senhor **JOÃO TEODORO FILHO** Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei e conforme disposto no **Edital de Pregão Presencial nº 025/2018, Processo Administrativo nº 050/2018.**

RESOLVE,

Art.1º- CONSTITUIR a **Comissão para recebimento e analise** de **diversos materiais de construção e ferramentas para manutenção predial e outras atividades das secretarias municipais** que serão adquiridos das empresas **CONSTRULARES MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME**, devidamente inscrita no CNPJ nº 21.603.640/0001-66, **SOARES AGUIAR & CIA LTDA-ME**, devidamente inscrita no CNPJ nº 16.702.455/0001-99 e **MARCENARIA E MADEIREIRA BAHIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ nº 22.910.781/0001-94, ambas vencedora de diversos lotes no processo de licitação na modalidade **pregão presencial nº 025/2018** realizado no dia 10/07/2018.

Art.2º- ESTABELECER que a Comissão de que trata o art. 1º terá como competências:

I – receber e examinar, no que diz respeito à quantidade e a qualidade, o material que será entregue em cumprimento às exigências do edital;

II – solicitar se preciso, à a indicação de servidor habilitado com conhecimento técnico em área especifica, para respectiva análise e parecer técnico do material adquirido;

III – rejeitar o material sempre que estiver fora das especificações do Termo de Referencia ou em desacordo com a proposta de preços apresentada pelas empresas, podendo submetê-lo, se necessário, ao Controle de Qualidade;

IV – Expedir Termo de Recebimento, Termo de Aceitação, Resultado de Analise ou Notificação, no caso de rejeição de material;

V – receber os recursos interpostos contra seus atos e tomar as providências pertinentes;

VI – rever seus atos, de ofício ou mediante provocação;

VII – remeter à autoridade superior o recurso, devidamente instruído e informado;

VIII – a critério da comissão, a mesma poderá se dirigir até a sede das empresas vencedoras para outros averiguações que acharem necessário.

Art.3º- NOMEAR, para compor a referida Comissão, os seguintes servidores:

JOICIELLY AVILA ALMEIDA – CPF Nº 147.015.171-43

ENOQUE DE SOUSA LIMA – CPF Nº888. 401.151-53

NUBIA MATILDES DE CARVALHO, CPF Nº 001.870.101-92

Art.4º- DETERMINAR que nenhum material ou bem deverá ser liberado aos usuários antes de cumpridas as formalidades de recebimento, aceitação e registro no competente instrumento de controle.

Art.5º- REVOGADAS as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Divulgue-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Nazaré em **27 de Julho de 2.018.**

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 1845 DE 07 DE AGOSTO DE 2.018.

DECRETO Nº. 1845 DE 07 DE AGOSTO DE 2.018.

"Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade".

O Sr. **João Teodoro Filho**, Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Art. 95 da Lei Complementar nº. 023 de 23 de Agosto de 2007.

DECRETA

Art. 1º. - Fica concedido ao servidor público **Nivelson Borba Mciel,** lotado na Secretaria de Saúde, na função de Guarda, licença prêmio de 03 (três) meses por assiduidade com subsidio do cargo efetivo, conforme citado no Artigo acima mencionado.

Art. 2°. – O período concedido terá inicio no dia 06 de Agosto de 2018 e término no dia 06 de Novembro de 2018, após esse período o servidor citado no Art. 1°, deverá retornar a sua função na secretaria lotada.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroa revogadas as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso aos sete dias do mês de Agosto de 2.018.

_____ ***JOÃO TEODORO FILHO***

Prefeito Municipal.

RRO 3 BIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.118.489,62	28.317.337,38	3.089.084,49	10,91	9.013.579,43	31,83	19.303.757,95
RECEITAS CORRENTES	25.118.489,62	28.317.337,38	3.089.084,49	10,91	9.013.579,43	31,83	19.303.757,95
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.158.709,10	1.158.709,10	47.463,17	4,10	233.380,26	20,14	925.328,84
Impostos	1.158.709,10	1.158.709,10	47.463,17	4,10	233.380,26	20,14	925.328,84
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	455.300,00	455.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	455.300,00
Contribuições Sociais	365.300,00	365.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	365.300,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.451.124,92	1.451.124,92	82.877,16	5,71	87.614,81	6,04	1.363.510,11
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	1.451.124,92	1.451.124,92	82.877,16	5,71	87.614,81	6,04	1.363.510,11
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	527.955,15	527.955,15	0,00	0,00	666,98	0,13	527.288,17
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	128,55	0,12	109.871,45
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	417.955,15	417.955,15	0,00	0,00	538,43	0,13	417.416,72
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.524.400,45	24.723.248,21	2.957.371,66	11,96	8.686.320,47	35,13	16.036.927,74
Transferências da União e de suas Entidades	12.773.920,59	12.773.920,59	1.446.062,33	11,32	3.872.248,37	30,31	8.901.672,22
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	8.750.479,86	8.830.479,86	1.011.732,37	11,46	3.229.509,87	36,57	5.600.969,99
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	3.118.847,76	499.576,96	16,02	1.584.562,23	50,81	1.534.285,53
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	1.000,00	1.372,50	137,25	5.596,91	559,69	-4.596,91
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	1.372,50	0,00	5.476,56	0,00	-5.476,56
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	120,35	12,04	879,65

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	533.700,00	533.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	533.700,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	25.652.189,62	28.851.037,38	3.089.084,49	10,71	9.013.579,43	31,24	19.837.457,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	25.652.189,62	28.851.037,38	3.089.084,49	10,71	9.013.579,43	31,24	19.837.457,95
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII) = (V + VI)	25.652.189,62	28.851.037,38	3.089.084,49	10,71	9.013.579,43	31,24	19.837.457,95
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00			0,00		
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	24.521.791,83	25.097.637,37	3.253.099,89	10.532.118,21	14.565.519,16	3.059.630,65	8.120.302,75	16.977.334,62	6.090.616,75	0,00
DESPESAS CORRENTES	20.387.372,48	21.156.359,58	3.169.740,47	10.069.589,36	11.086.770,22	2.955.353,77	7.931.793,61	13.224.565,97	5.944.346,61	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.740.240,72	10.246.308,11	1.605.561,70	4.371.354,07	5.874.954,04	1.615.933,47	4.321.501,38	5.924.806,73	2.798.061,20	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.647.131,76	10.910.051,47	1.564.178,77	5.698.235,29	5.211.816,18	1.339.420,30	3.610.292,23	7.299.759,24	3.146.285,41	
DESPESAS DE CAPITAL	3.827.419,35	3.785.340,79	83.359,42	462.528,85	3.322.811,94	104.276,88	188.509,14	3.596.831,65	146.270,14	0,00
INVESTIMENTOS	3.527.419,35	3.447.940,79	83.359,42	125.128,85	3.322.811,94	83.359,42	125.128,85	3.322.811,94	82.889,85	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	300.000,00	337.400,00	0,00	337.400,00	0,00	20.917,46	63.380,29	274.019,71	63.380,29	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	307.000,00	155.937,00			155.937,00			155.937,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	302.397,79	464.252,25	102.924,80	304.728,21	159.524,04	102.794,32	304.597,73	159.654,52	304.597,73	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	24.824.189,62	25.561.889,62	3.356.024,69	10.836.846,42	14.725.043,20	3.162.424,97	8.424.900,48	17.136.989,14	6.395.214,48	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	24.824.189,62	25.561.889,62	3.356.024,69	10.836.846,42	14.725.043,20	3.162.424,97	8.424.900,48	17.136.989,14	6.395.214,48	0,00
SUPERÁVIT (XIII)							588.678,95		2.618.364,95	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	24.824.189,62	25.561.889,62	3.356.024,69	10.836.846,42		3.162.424,97	9.013.579,43		9.013.579,43	0,00
RESERVA DO RPPS	828.000,00	773.000,00			773.000,00			773.000,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	533.700,00	533.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	533.700,00
RECEITAS CORRENTES	533.700,00	533.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	533.700,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	533.700,00	533.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	533.700,00
Contribuições Sociais	533.700,00	533.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	533.700,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	302.397,79	464.252,25	102.924,80	304.728,21	159.524,04	102.794,32	304.597,73	159.654,52	304.597,73	0,00
DESPESAS CORRENTES	302.397,79	464.252,25	102.924,80	304.728,21	159.524,04	102.794,32	304.597,73	159.654,52	304.597,73	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	302.397,79	464.252,25	102.924,80	304.728,21	159.524,04	102.794,32	304.597,73	159.654,52	304.597,73	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04202280000171
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.349.791,83	25.870.637,37	3.253.099,89	10.532.118,21	97,19	15.338.519,16	3.059.630,65	8.120.302,75	96,38	17.750.334,62	0,00
Legislativa	1.109.250,00	1.107.250,00	0,00	0,00	0,00	1.107.250,00	0,00	0,00	0,00	1.107.250,00	0,00
Ação Legislativa	1.109.250,00	1.107.250,00	0,00	0,00	0,00	1.107.250,00	0,00	0,00	0,00	1.107.250,00	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	4.778.227,28	5.160.308,94	593.412,44	2.372.979,12	21,90	2.787.329,82	510.135,16	1.578.748,93	18,74	3.581.560,01	0,00
Planejamento e Orçamento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
FU04 - Administração Geral	3.022.462,28	4.048.157,93	426.315,62	2.017.317,21	18,62	2.030.840,72	353.050,13	1.258.082,60	14,93	2.790.075,33	
Administração Financeira	1.341.500,00	832.945,30	116.141,94	296.615,96	2,74	536.329,34	105.824,94	262.548,96	3,12	570.396,34	
Controle Interno	68.000,00	63.000,00	17.209,19	20.258,34	0,19	42.741,66	17.514,40	19.329,76	0,23	43.670,24	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social	53.500,00	54.101,50	3.745,69	4.065,99	0,04	50.035,51	3.745,69	4.065,99	0,05	50.035,51	
FU04 - Demais Subfunções	282.765,00	152.104,21	30.000,00	34.721,62	0,32	117.382,59	30.000,00	34.721,62	0,41	117.382,59	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	955.818,35	1.153.257,50	271.004,74	681.180,82	6,29	472.076,68	216.654,24	528.418,00	6,27	624.839,50	0,00
Assistência ao Idoso	11.059,00	11.359,00	3.600,00	10.962,92	0,10	396,08	0,00	7.362,92	0,09	3.996,08	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	74.840,00	82.708,00	26.520,66	66.139,55	0,61	16.568,45	26.520,66	66.139,55	0,79	16.568,45	
Assistência Comunitária	734.500,00	951.721,15	240.884,08	604.078,35	5,57	347.642,80	190.133,58	454.915,53	5,40	496.805,62	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	135.419,35	107.469,35	0,00	0,00	0,00	107.469,35	0,00	0,00	0,00	107.469,35	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	435.000,00	470.000,00	0,00	0,00	0,00	470.000,00	0,00	0,00	0,00	470.000,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	435.000,00	460.000,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	3.752.746,20	3.770.353,32	545.424,13	1.987.943,36	18,34	1.782.409,96	509.322,62	1.569.466,72	18,63	2.200.886,60	0,00
Atenção Básica	2.526.523,72	3.077.198,72	532.862,90	1.962.001,48	18,10	1.115.197,24	496.761,39	1.543.524,84	18,32	1.533.673,88	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	755.000,00	367.242,12	0,00	0,00	0,00	367.242,12	0,00	0,00	0,00	367.242,12	
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária	430.000,00	284.690,00	0,00	0,00	0,00	284.690,00	0,00	0,00	0,00	284.690,00	
Vigilância Epidemiológica	41.222,48	41.222,48	12.561,23	25.941,88	0,24	15.280,60	12.561,23	25.941,88	0,31	15.280,60	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	7.049.000,00	6.815.967,51	956.426,12	3.138.390,92	28,96	3.677.576,59	982.617,06	2.442.355,97	28,99	4.373.611,54	0,00
Ensino Fundamental	6.718.000,00	6.479.930,40	956.426,12	3.132.353,81	28,90	3.347.576,59	982.617,06	2.436.318,86	28,92	4.043.611,54	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00	
Educação Infantil	299.000,00	304.037,11	0,00	6.037,11	0,06	298.000,00	0,00	6.037,11	0,07	298.000,00	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	89.000,00	90.601,50	3.843,56	12.430,64	0,11	78.170,86	3.843,56	12.430,64	0,15	78.170,86	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	89.000,00	90.601,50	3.843,56	12.430,64	0,11	78.170,86	3.843,56	12.430,64	0,15	78.170,86	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	1.332.500,00	1.480.402,85	259.418,31	628.121,90	5,80	852.280,95	238.553,28	577.512,34	6,85	902.890,51	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos	732.500,00	839.699,53	234.659,10	603.362,69	5,57	236.336,84	213.794,07	552.753,13	6,56	286.946,40	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral	50.000,00	90.703,32	0,00	0,00	0,00	90.703,32	0,00	0,00	0,00	90.703,32	
FU15 - Demais Subfunções	550.000,00	550.000,00	24.759,21	24.759,21	0,23	525.240,79	24.759,21	24.759,21	0,29	525.240,79	
Habitação	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	669.000,00	672.253,50	15.853,97	34.274,94	0,32	637.978,56	12.353,97	30.774,94	0,37	641.478,56	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	169.000,00	172.253,50	15.853,97	34.274,94	0,32	137.978,56	12.353,97	30.774,94	0,37	141.478,56	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	720.000,00	953.752,50	186.491,70	428.485,40	3,95	525.267,10	201.761,85	303.304,21	3,60	650.448,29	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural	590.500,00	701.333,67	123.058,25	239.184,06	2,21	462.149,61	146.448,35	184.869,07	2,19	516.464,60	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções	129.500,00	252.418,83	63.433,45	189.301,34	1,75	63.117,49	55.313,50	118.435,14	1,41	133.983,69	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	500.000,00	315.010,00	0,00	0,00	0,00	315.010,00	0,00	0,00	0,00	315.010,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial	500.000,00	315.010,00	0,00	0,00	0,00	315.010,00	0,00	0,00	0,00	315.010,00	
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

Documento gerado em 07/08/2018 14:29:13

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	1.889.500,00	1.918.909,32	342.509,19	1.053.943,76	9,73	864.965,56	343.691,21	925.379,74	10,98	993.529,58	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	1.889.500,00	1.918.909,32	342.509,19	1.053.943,76	9,73	864.965,56	343.691,21	925.379,74	10,98	993.529,58	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	284.750,00	383.633,43	78.715,73	194.367,35	1,79	189.266,08	40.697,70	151.911,26	1,80	231.722,17	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	284.750,00	383.633,43	78.715,73	194.367,35	1,79	189.266,08	40.697,70	151.911,26	1,80	231.722,17	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	1.135.000,00	928.937,00				928.937,00				928.937,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	302.397,79	464.252,25	102.924,80	304.728,21	2,81	159.524,04	102.794,32	304.597,73	3,62	159.654,52	
TOTAL (III) = (I + II)	25.652.189,62	26.334.889,62	3.356.024,69	10.836.846,42	100,00	15.498.043,20	3.162.424,97	8.424.900,48	100,00	17.909.989,14	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	302.397,79	464.252,25	102.924,80	304.728,21	2,81	159.524,04	102.794,32	304.597,73	3,62	159.654,52	0,00
Legislativa	3.750,00	5.750,00	0,00	0,00	0,00	5.750,00	0,00	0,00	0,00	5.750,00	0,00
Ação Legislativa	3.750,00	5.750,00	0,00	0,00	0,00	5.750,00	0,00	0,00	0,00	5.750,00	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	190.000,00	122.159,52	17.377,37	48.803,50	0,45	73.356,02	17.246,89	48.673,02	0,58	73.486,50	0,00
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	171.500,00	86.293,93	6.837,99	27.249,36	0,25	59.044,57	6.707,51	27.118,88	0,32	59.175,05	
Administração Financeira	14.500,00	25.872,00	7.710,59	16.671,58	0,15	9.200,42	7.710,59	16.671,58	0,20	9.200,42	
Controle Interno	2.000,00	4.799,59	1.430,79	3.484,56	0,03	1.315,03	1.430,79	3.484,56	0,04	1.315,03	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social	1.500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
FU04 - Demais Subfunções	500,00	4.694,00	1.398,00	1.398,00	0,01	3.296,00	1.398,00	1.398,00	0,02	3.296,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	6.500,00	19.199,44	4.768,72	15.892,16	0,15	3.307,28	4.768,72	15.892,16	0,19	3.307,28	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
Assistência Comunitária	5.500,00	18.199,44	4.768,72	15.892,16	0,15	2.307,28	4.768,72	15.892,16	0,19	2.307,28	
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	35.647,79	123.493,31	28.480,85	88.142,05	0,81	35.351,26	28.480,85	88.142,05	1,05	35.351,26	0,00
Atenção Básica	34.147,79	120.048,75	27.680,82	85.315,59	0,79	34.733,16	27.680,82	85.315,59	1,01	34.733,16	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica	1.500,00	3.444,56	800,03	2.826,46	0,03	618,10	800,03	2.826,46	0,03	618,10	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/■ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/■ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	49.000,00	136.829,49	40.988,44	112.209,48	1,04	24.620,01	40.988,44	112.209,48	1,33	24.620,01	0,00
Ensino Fundamental	48.000,00	135.829,49	40.988,44	112.209,48	1,04	23.620,01	40.988,44	112.209,48	1,33	23.620,01	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	1.000,00	1.000,00	0,00	798,44	0,01	201,56	0,00	798,44	0,01	201,56	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	1.000,00	1.000,00	0,00	798,44	0,01	201,56	0,00	798,44	0,01	201,56	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	5.500,00	8.439,00	2.394,14	7.241,93	0,07	1.197,07	2.394,14	7.241,93	0,09	1.197,07	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos	5.500,00	8.439,00	2.394,14	7.241,93	0,07	1.197,07	2.394,14	7.241,93	0,09	1.197,07	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∎ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∎ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	2.000,00	10.471,26	1.186,47	3.576,78	0,03	6.894,48	1.186,47	3.576,78	0,04	6.894,48	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural	1.500,00	2.818,35	644,89	1.957,66	0,02	860,69	644,89	1.957,66	0,02	860,69	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções	500,00	7.652,91	541,58	1.619,12	0,01	6.033,79	541,58	1.619,12	0,02	6.033,79	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	4.500,00	31.310,23	6.252,04	23.978,43	0,22	7.331,80	6.252,04	23.978,43	0,28	7.331,80	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	4.500,00	31.310,23	6.252,04	23.978,43	0,22	7.331,80	6.252,04	23.978,43	0,28	7.331,80	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	3.500,00	4.600,00	1.476,77	4.085,44	0,04	514,56	1.476,77	4.085,44	0,05	514,56	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/▮ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/▮ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	3.500,00	4.600,00	1.476,77	4.085,44	0,04	514,56	1.476,77	4.085,44	0,05	514,56	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04202280000171
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Liquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2018
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	1.655.326,48	1.612.393,41	2.452.339,71	1.693.625,18	2.067.728,85	3.456.109,96	1.836.040,03	1.896.163,00	1.648.587,35	1.493.496,79	1.895.271,36	1.696.845,63	23.403.927,75	31.436.181,14
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	55.940,48	66.880,31	62.592,85	96.134,22	210.144,23	77.758,81	103.968,71	44.117,65	10.077,66	27.753,07	30.117,05	17.346,12	802.831,16	1.158.709,10
IPTU	4.171,17	1.227,89	2.587,02	4.504,17	8.846,74	5.786,21	3.035,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.158,47	381.000,00
ISS	10.352,36	2.804,07	23.619,84	17.284,08	20.337,08	9.364,93	9.342,49	4.064,52	3.887,48	5.927,32	13.101,24	4.446,82	124.532,23	202.482,64
ITBI	25.780,82	16.682,78	3.128,53	8.209,89	161.943,88	9.759,55	11.109,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	236.614,97	240.344,51
IRRF	6.211,20	34.105,70	25.676,45	45.550,15	15.304,22	42.956,13	80.481,43	40.053,13	6.190,18	21.825,75	17.015,81	12.899,30	348.269,45	334.881,75
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.424,93	12.059,87	7.581,01	20.585,93	3.712,31	9.891,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.256,04	0,00
Contribuições	3.734,55	3.996,30	321.272,06	73.076,98	91.719,24	78.616,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	572.416,09	455.300,00
Receita Patrimonial	5.374,16	44.041,49	464.861,82	3.150,61	19.619,28	2.584,89	2.569,09	2.167,92	0,64	0,00	0,00	82.877,16	627.247,06	1.451.124,92
Rendimentos de Aplicação Financeira	5.374,16	44.041,49	464.861,82	3.150,61	19.619,28	2.584,89	2.569,09	2.167,92	0,64	0,00	0,00	82.877,16	627.247,06	1.451.124,92
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	666,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	676,98	527.955,15
Transferências Correntes	1.590.277,29	1.497.475,31	1.603.602,98	1.521.263,37	1.746.246,10	3.297.149,30	1.728.246,14	1.849.877,43	1.637.513,70	1.463.103,77	1.865.154,31	1.595.249,85	21.395.159,55	27.842.091,97
Cota-Parte do FPM	692.428,59	469.737,94	394.421,66	446.992,31	459.762,90	884.609,68	562.076,40	734.809,64	494.114,29	516.062,73	635.788,83	595.386,01	6.888.190,98	7.992.241,17
Cota-Parte do ICMS	495.573,20	682.972,76	733.899,55	531.403,47	781.046,97	753.075,31	699.035,16	590.958,27	576.425,22	509.316,99	743.197,36	508.933,42	7.605.837,68	6.956.033,83
Cota-Parte do IPVA	9.000,17	3.659,05	1.709,22	862,24	2.118,69	2.123,80	1.236,92	8.182,50	7.228,47	8.042,98	6.730,54	5.904,05	56.698,63	43.553,01
Cota-Parte do ITR	968,89	667,15	32.952,45	170.242,45	49.458,65	75.353,89	21.569,88	323,16	7.464,46	326,11	327,61	14.100,11	373.754,81	404.480,28
Transferências da LC nº 87/1996	2.487,82	2.487,82	2.487,82	2.487,82	2.487,82	2.487,82	2.447,35	2.447,35	2.447,35	2.447,35	2.447,35	2.447,35	29.611,02	29.924,49
Transferências da LC nº 61/1989	1.282,12	4.246,02	3.629,05	3.546,82	8.440,46	6.348,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.492,76	0,00
Transferências do FUNDEB	172.954,71	220.742,54	144.296,13	186.515,45	171.943,56	559.042,48	289.603,75	291.329,97	260.521,14	243.530,41	332.321,34	167.255,62	3.040.057,10	3.118.847,76
Outras Transferências Correntes	215.581,79	112.962,03	290.207,10	179.212,81	270.987,05	1.014.108,03	152.276,68	221.826,54	289.312,77	181.377,20	144.341,28	301.323,29	3.373.516,57	9.297.011,43
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	589,11	0,00	995,35	2.639,95	0,00	1.372,50	5.596,91	1.000,00
DEDUÇÕES (II)	184.444,93	231.904,84	551.435,29	299.764,20	350.694,14	368.210,40	257.273,07	267.344,13	217.535,88	207.639,15	277.698,28	225.334,22	3.439.278,53	3.485.143,76
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	318.341,24	69.366,63	91.719,24	78.616,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	558.044,07	365.300,00
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	184.444,93	231.904,84	233.094,05	230.397,57	258.974,90	289.593,44	257.273,07	267.344,13	217.535,88	207.639,15	277.698,28	225.334,22	2.881.234,46	3.118.843,76
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.470.881,55	1.380.488,57	1.900.904,42	1.393.860,98	1.717.034,71	3.087.899,56	1.578.766,96	1.628.818,87	1.431.051,47	1.285.857,64	1.617.573,08	1.471.511,41	19.964.649,22	27.951.037,38

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04202280000171
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	365.300,00	365.300,00	0,00	0,00
Civil	365.300,00	365.300,00	0,00	0,00
Ativo	365.300,00	365.300,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	533.700,00	533.700,00	0,00	0,00
Civil	533.700,00	533.700,00	0,00	0,00
Ativo	533.700,00	533.700,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II)	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2018	Em 2017
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (V)	257.000,00	287.000,00	0,00	43.196,26	0,00	41.771,11	0,00	0,00
Despesas Correntes	257.000,00	277.000,00	0,00	43.196,26	0,00	41.771,11		
Despesas de Capital	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PREVIDÊNCIA (VI)	415.000,00	440.000,00	0,00	294.486,23	0,00	160.501,63	0,00	0,00
Benefícios - Civil	415.000,00	440.000,00	0,00	294.486,23	0,00	160.501,63	0,00	0,00
Aposentadorias	330.000,00	330.000,00	0,00	215.000,00	0,00	118.787,14		
Pensões	70.000,00	70.000,00	0,00	53.000,00	0,00	21.960,85		
Outros Benefícios Previdenciários	15.000,00	40.000,00	0,00	26.486,23	0,00	19.753,64		
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	672.000,00	727.000,00	0,00	337.682,49	0,00	202.272,74	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)	828.000,00	773.000,00	0,00	-337.682,49	0,00	-202.272,74		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	-
VALOR	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	828.000,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2018	2017
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.192.489,66	5.191.751,44
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2018	Em 2017
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2018
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	28.317.337,38	9.013.579,43
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.158.709,10	233.380,26
IPTU	381.000,00	3.035,27
ISS	202.482,84	40.769,87
ITBI	240.344,51	11.109,52
IRRF	334.881,75	178.465,60
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	455.300,00	0,00
Receita Patrimonial	1.451.124,92	87.614,81
Aplicações Financeiras (II)	1.451.124,92	87.614,81
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	24.723.248,21	8.686.320,47
Cota-Parte do FPM	6.400.195,74	2.832.190,37
Cota-Parte do ICMS	5.524.827,06	2.902.293,25
Cota-Parte do IPVA	34.842,41	29.780,48
Cota-Parte do ITR	323.584,22	35.289,10
Transferências da LC 87/1996	23.939,59	11.747,28
Transferências da LC nº 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	3.118.847,76	1.584.562,23
Outras Transferências Correntes	9.297.011,43	1.290.457,76
Demais Receitas Correntes	528.955,15	6.263,89
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	120,35
Receitas Correntes Restantes	528.955,15	6.143,54
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	26.866.212,46	8.925.844,27
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	26.866.212,46	8.925.844,27

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2018					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	21.136.359,58	10.069.589,36	7.931.793,61	5.944.346,61	287.926,05	77.303,52	59.391,87
Pessoal e Encargos Sociais	10.246.308,11	4.371.354,07	4.321.501,38	2.798.061,20	14.242,08	7.169,50	7.169,50
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.890.051,47	5.698.235,29	3.610.292,23	3.146.285,41	273.683,97	70.134,02	52.222,37
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	21.136.359,58	10.069.589,36	7.931.793,61	5.944.346,61	287.926,05	77.303,52	59.391,87
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	3.785.340,79	462.528,85	188.509,14	146.270,14	14.263,67	340.000,00	340.000,00
Investimentos	3.447.940,79	125.128,85	125.128,85	82.889,85	14.263,67	340.000,00	340.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	337.400,00	337.400,00	63.380,29	63.380,29	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	3.447.940,79	125.128,85	125.128,85	82.889,85	14.263,67	340.000,00	340.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	928.937,00						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	25.513.237,37	10.194.718,21	8.056.922,46	6.027.236,46	302.189,72	417.303,52	399.391,87

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2018
	VALOR INCORRIDO
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc))	2.197.026,22

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	1.811.852,73

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o bimestre 2018
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	0,00
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2018
	VALOR INCORRIDO
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	2.197.026,22

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	Saldo	
	Em 31/12/2017 (a)	Até o Bimestre (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o bimestre 2018
	VALOR INCORRIDO
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	0,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXV)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
Reserva Orçamentária do RPPS	773.000,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Receitas Primárias	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receita Primárias	-	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Despesas Primárias	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Despesas Empenhadas Até o Bimestre / 2018	Despesas Empenhadas Até o Bimestre / 2017	Despesas Liquidadas Até o Bimestre / 2018	Despesas Liquidadas Até o Bimestre / 2017	Em 2018	Em 2017
Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)							
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Primário	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF
	VALOR CORRENTE
Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Primário	-
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Resultado Nominal	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc -VIb)	Até o Bimestre (VIc - VIa)
Resultado Nominal	-	-
RESULTADO NOMINAL		

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Nominal	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF
	VALOR CORRENTE
Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Nominal	-
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2017 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	345,327,46	392,017,44	302,189,72	0,00	435,155,18	1,994,825,27	360,505,18	417,303,52	399,391,87	-724,71	1,956,663,29	2,391,818,47
PODER EXECUTIVO												
PODER LEGISLATIVO	345,327,46	392,017,44	302,189,72	0,00	435,155,18	1,994,825,27	360,505,18	417,303,52	399,391,87	-724,71	1,956,663,29	2,391,818,47
Câmara Municipal	345,327,46	392,017,44	302,189,72	0,00	435,155,18	1,994,825,27	360,505,18	417,303,52	399,391,87	-724,71	1,956,663,29	2,391,818,47
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	345,327,46	392,017,44	302,189,72	0,00	435,155,18	1,994,825,27	360,505,18	417,303,52	399,391,87	-724,71	1,956,663,29	2,391,818,47

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2017 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO												
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04202280000171
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	REGISTROS EFETUADOS EM 2018	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)

Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V) = (IV) / (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	63.516.806,43
Previsão Inicial	25.652.189,62
Previsão Atualizada	28.851.037,38
Receitas Realizadas	9.013.579,43
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	79.025.419,57
Dotação Inicial	25.652.189,62
Créditos Adicionais	737.700,00
Dotação Atualizada	26.389.889,62
Despesas Empenhadas	10.836.846,42
Despesas Liquidadas	8.424.900,48
Despesas Pagas	6.395.214,48
Superávit Orçamentário	588.678,95

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	10.836.846,42
Despesas Liquidadas	8.424.900,48

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	19.964.649,22

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Resultados Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário	-	-	-
Resultado Nominal - Acima da Linha	0,00	2.197.026,22	0,00
Resultado Primário - Acima da Linha	0,00	2.197.026,22	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	737.344,90	0,00	302.189,72	435.155,18
Poder Executivo	737.344,90	0,00	302.189,72	435.155,18
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2.355.330,45	724,71	399.391,87	1.955.213,87
Poder Executivo	2.355.330,45	724,71	399.391,87	1.955.213,87
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.092.675,35	724,71	701.581,59	2.390.369,05

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	645.565,76	25,00	23,47
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	296.173,10	60,00	50,98
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	10.689,43	3.651.981,92

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	462.186,36	15,00	16,80

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04202280000171
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

RRO 2 BIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.118.489,62	28.317.337,38	2.716.909,11	9,59	5.924.494,94	20,92	22.392.842,44
RECEITAS CORRENTES	25.118.489,62	28.317.337,38	2.716.909,11	9,59	5.924.494,94	20,92	22.392.842,44
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.158.709,10	1.158.709,10	37.830,73	3,26	185.917,09	16,05	972.792,01
Impostos	1.158.709,10	1.158.709,10	37.830,73	3,26	185.917,09	16,05	972.792,01
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	455.300,00	455.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	455.300,00
Contribuições Sociais	365.300,00	365.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	365.300,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.451.124,92	1.451.124,92	0,64	0,00	4.737,65	0,33	1.446.387,27
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	1.451.124,92	1.451.124,92	0,64	0,00	4.737,65	0,33	1.446.387,27
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	527.955,15	527.955,15	0,00	0,00	666,98	0,13	527.288,17
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	128,55	0,12	109.871,45
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	417.955,15	417.955,15	0,00	0,00	538,43	0,13	417.416,72
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.524.400,45	24.723.248,21	2.675.442,44	10,82	5.728.948,81	23,17	18.994.299,40
Transferências da União e de suas Entidades	12.773.920,59	12.773.920,59	1.165.271,29	9,12	2.426.186,04	18,99	10.347.734,55
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	8.750.479,86	8.830.479,86	1.006.119,60	11,39	2.217.777,50	25,12	6.612.702,36
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	3.118.847,76	504.051,55	16,16	1.084.985,27	34,79	2.033.862,49
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	1.000,00	3.635,30	363,53	4.224,41	422,44	-3.224,41
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	3.514,95	0,00	4.104,06	0,00	-4.104,06
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	1.000,00	1.000,00	120,35	12,04	120,35	12,04	879,65

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	533.700,00	533.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	533.700,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	25.652.189,62	28.851.037,38	2.716.909,11	9,42	5.924.494,94	20,53	22.926.542,44
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	25.652.189,62	28.851.037,38	2.716.909,11	9,42	5.924.494,94	20,53	22.926.542,44
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII) = (V + VI)	25.652.189,62	28.851.037,38	2.716.909,11	9,42	5.924.494,94	20,53	22.926.542,44
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00			0,00		
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	24.521.791,83	24.465.850,99	2.943.901,66	7.279.018,32	17.186.832,67	2.577.162,66	5.060.672,10	19.405.178,89	3.977.056,58	0,00
DESPESAS CORRENTES	20.387.372,48	20.761.088,64	2.879.169,66	6.899.848,89	13.861.239,75	2.523.885,59	4.976.439,84	15.784.648,80	3.903.505,32	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.740.240,72	10.569.968,61	1.322.322,54	2.765.792,37	7.804.176,24	1.332.795,48	2.705.567,91	7.864.400,70	2.020.100,55	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.647.131,76	10.191.120,03	1.556.847,12	4.134.056,52	6.057.063,51	1.191.090,11	2.270.871,93	7.920.248,10	1.883.404,77	
DESPESAS DE CAPITAL	3.827.419,35	3.548.825,35	64.732,00	379.169,43	3.169.655,92	53.277,07	84.232,26	3.464.593,09	73.551,26	0,00
INVESTIMENTOS	3.527.419,35	3.211.425,35	27.332,00	41.769,43	3.169.655,92	31.080,00	41.769,43	3.169.655,92	31.088,43	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	300.000,00	337.400,00	37.400,00	337.400,00	0,00	22.197,07	42.462,83	294.937,17	42.462,83	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	307.000,00	155.937,00			155.937,00			155.937,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	302.397,79	358.338,63	103.787,85	201.803,41	156.535,22	103.787,85	201.803,41	156.535,22	201.803,41	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	24.824.189,62	24.824.189,62	3.047.689,51	7.480.821,73	17.343.367,89	2.680.950,51	5.262.475,51	19.561.714,11	4.178.859,99	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	24.824.189,62	24.824.189,62	3.047.689,51	7.480.821,73	17.343.367,89	2.680.950,51	5.262.475,51	19.561.714,11	4.178.859,99	0,00
SUPERÁVIT (XIII)							662.019,43		1.745.634,95	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	24.824.189,62	24.824.189,62	3.047.689,51	7.480.821,73		2.680.950,51	5.924.494,94		5.924.494,94	0,00
RESERVA DO RPPS	828.000,00	828.000,00			828.000,00			828.000,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	533.700,00	533.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	533.700,00
RECEITAS CORRENTES	533.700,00	533.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	533.700,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	533.700,00	533.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	533.700,00
Contribuições Sociais	533.700,00	533.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	533.700,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	302.397,79	358.338,63	103.787,85	201.803,41	156.535,22	103.787,85	201.803,41	156.535,22	201.803,41	0,00
DESPESAS CORRENTES	302.397,79	358.338,63	103.787,85	201.803,41	156.535,22	103.787,85	201.803,41	156.535,22	201.803,41	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	302.397,79	358.338,63	103.787,85	201.803,41	156.535,22	103.787,85	201.803,41	156.535,22	201.803,41	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04202280000171
	Exercício: 2018
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.349.791,83	25.293.850,99	2.943.901,66	7.279.018,32	97,30	18.014.832,67	2.577.162,66	5.060.672,10	96,17	20.233.178,89	0,00
Legislativa	1.109.250,00	1.109.250,00	0,00	0,00	0,00	1.109.250,00	0,00	0,00	0,00	1.109.250,00	0,00
Ação Legislativa	1.109.250,00	1.109.250,00	0,00	0,00	0,00	1.109.250,00	0,00	0,00	0,00	1.109.250,00	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	4.778.227,28	4.932.176,06	632.357,33	1.779.566,68	23,79	3.152.609,38	520.169,66	1.068.613,77	20,31	3.863.562,29	0,00
Planejamento e Orçamento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
FU04 - Administração Geral	3.022.462,28	3.384.464,74	541.704,30	1.591.001,59	21,27	1.793.463,15	446.162,80	905.032,47	17,20	2.479.432,27	
Administração Financeira	1.341.500,00	1.153.386,81	90.130,88	180.474,02	2,41	972.912,79	73.178,88	156.724,02	2,98	996.662,79	
Controle Interno	68.000,00	67.800,00	1,85	3.049,15	0,04	64.750,85	307,68	1.815,36	0,03	65.984,64	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social	53.500,00	52.820,30	320,30	320,30	0,00	52.500,00	320,30	320,30	0,01	52.500,00	
FU04 - Demais Subfunções	282.765,00	263.704,21	200,00	4.721,62	0,06	258.982,59	200,00	4.721,62	0,09	258.982,59	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	955.818,35	1.012.387,85	253.564,27	410.176,08	5,48	602.211,77	170.538,32	311.763,76	5,92	700.624,09	0,00
Assistência ao Idoso	11.059,00	11.059,00	2.558,48	7.362,92	0,10	3.696,08	4.159,96	7.362,92	0,14	3.696,08	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	74.840,00	75.740,00	20.717,77	39.618,89	0,53	36.121,11	20.717,77	39.618,89	0,75	36.121,11	
Assistência Comunitária	734.500,00	790.169,50	230.288,02	363.194,27	4,86	426.975,23	145.660,59	264.781,95	5,03	525.387,55	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	135.419,35	135.419,35	0,00	0,00	0,00	135.419,35	0,00	0,00	0,00	135.419,35	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	435.000,00	435.000,00	0,00	0,00	0,00	435.000,00	0,00	0,00	0,00	435.000,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	435.000,00	435.000,00	0,00	0,00	0,00	435.000,00	0,00	0,00	0,00	435.000,00	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	3.752.746,20	3.758.519,20	574.524,30	1.442.519,23	19,28	2.315.999,97	568.817,34	1.060.144,10	20,15	2.698.375,10	0,00
Atenção Básica	2.526.523,72	2.928.296,72	572.416,35	1.429.138,58	19,10	1.499.158,14	561.679,09	1.046.763,45	19,89	1.881.533,27	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	755.000,00	504.000,00	0,00	0,00	0,00	504.000,00	0,00	0,00	0,00	504.000,00	
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária	430.000,00	285.000,00	0,00	0,00	0,00	285.000,00	0,00	0,00	0,00	285.000,00	
Vigilância Epidemiológica	41.222,48	41.222,48	2.107,95	13.380,65	0,18	27.841,83	7.138,25	13.380,65	0,25	27.841,83	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	7.049.000,00	6.976.415,79	733.212,75	2.181.964,80	29,17	4.794.450,99	761.550,83	1.459.738,91	27,74	5.516.676,88	0,00
Ensino Fundamental	6.718.000,00	6.640.378,68	727.175,64	2.175.927,69	29,09	4.464.450,99	755.513,72	1.453.701,80	27,62	5.186.676,88	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00	
Educação Infantil	299.000,00	304.037,11	6.037,11	6.037,11	0,08	298.000,00	6.037,11	6.037,11	0,11	298.000,00	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	89.000,00	89.320,30	4.273,54	8.587,08	0,11	80.733,22	4.357,99	8.587,08	0,16	80.733,22	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	89.000,00	89.320,30	4.273,54	8.587,08	0,11	80.733,22	4.357,99	8.587,08	0,16	80.733,22	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	1.332.500,00	1.344.200,00	154.665,77	368.703,59	4,93	975.496,41	164.021,40	338.959,06	6,44	1.005.240,94	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos	732.500,00	744.200,00	154.665,77	368.703,59	4,93	375.496,41	164.021,40	338.959,06	6,44	405.240,94	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
FU15 - Demais Subfunções	550.000,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00	
Habitação	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	669.000,00	670.481,20	14.178,56	18.420,97	0,25	652.060,23	14.178,56	18.420,97	0,35	652.060,23	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	169.000,00	170.481,20	14.178,56	18.420,97	0,25	152.060,23	14.178,56	18.420,97	0,35	152.060,23	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	720.000,00	866.350,48	178.165,36	241.993,70	3,23	624.356,78	64.033,92	101.542,36	1,93	764.808,12	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural	590.500,00	666.150,48	81.208,75	116.125,81	1,55	550.024,67	24.823,56	38.420,72	0,73	627.729,76	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções	129.500,00	200.200,00	96.956,61	125.867,89	1,68	74.332,11	39.210,36	63.121,64	1,20	137.078,36	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	500.000,00	315.010,00	0,00	0,00	0,00	315.010,00	0,00	0,00	0,00	315.010,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial	500.000,00	315.010,00	0,00	0,00	0,00	315.010,00	0,00	0,00	0,00	315.010,00	
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	1.889.500,00	1.860.076,00	346.749,15	711.434,57	9,51	1.148.641,43	256.762,05	581.688,53	11,05	1.278.387,47	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	1.889.500,00	1.860.076,00	346.749,15	711.434,57	9,51	1.148.641,43	256.762,05	581.688,53	11,05	1.278.387,47	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	284.750,00	290.727,11	52.210,63	115.651,62	1,55	175.075,49	52.732,59	111.213,56	2,11	179.513,55	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	284.750,00	290.727,11	52.210,63	115.651,62	1,55	175.075,49	52.732,59	111.213,56	2,11	179.513,55	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	1.135.000,00	983.937,00				983.937,00				983.937,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	302.397,79	358.338,63	103.787,85	201.803,41	2,70	156.535,22	103.787,85	201.803,41	3,83	156.535,22	
TOTAL (III) = (I + II)	25.652.189,62	25.652.189,62	3.047.689,51	7.480.821,73	100,00	18.171.367,89	2.680.950,51	5.262.475,51	100,00	20.389.714,11	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	302.397,79	358.338,63	103.787,85	201.803,41	2,70	156.535,22	103.787,85	201.803,41	3,83	156.535,22	0,00
Legislativa	3.750,00	3.750,00	0,00	0,00	0,00	3.750,00	0,00	0,00	0,00	3.750,00	0,00
Ação Legislativa	3.750,00	3.750,00	0,00	0,00	0,00	3.750,00	0,00	0,00	0,00	3.750,00	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/■ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/■ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	190.000,00	132.047,38	16.634,71	31.426,13	0,42	100.621,25	16.634,71	31.426,13	0,60	100.621,25	0,00
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	171.500,00	113.862,79	10.675,37	20.411,37	0,27	93.451,42	10.675,37	20.411,37	0,39	93.451,42	
Administração Financeira	14.500,00	14.500,00	4.590,16	8.960,99	0,12	5.539,01	4.590,16	8.960,99	0,17	5.539,01	
Controle Interno	2.000,00	2.684,59	1.369,18	2.053,77	0,03	630,82	1.369,18	2.053,77	0,04	630,82	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social	1.500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
FU04 - Demais Subfunções	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	6.500,00	12.623,44	5.289,85	11.123,44	0,15	1.500,00	5.289,85	11.123,44	0,21	1.500,00	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
Assistência Comunitária	5.500,00	11.623,44	5.289,85	11.123,44	0,15	500,00	5.289,85	11.123,44	0,21	500,00	
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	35.647,79	73.520,46	29.352,47	59.661,20	0,80	13.859,26	29.352,47	59.661,20	1,13	13.859,26	0,00
Atenção Básica	34.147,79	71.494,03	28.261,66	57.634,77	0,77	13.859,26	28.261,66	57.634,77	1,10	13.859,26	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica	1.500,00	2.026,43	1.090,81	2.026,43	0,03	0,00	1.090,81	2.026,43	0,04	0,00	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											

Documento gerado em 06/08/2018 17:11:21

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	49.000,00	102.289,28	38.970,22	71.221,04	0,95	31.068,24	38.970,22	71.221,04	1,35	31.068,24	0,00
Ensino Fundamental	48.000,00	101.289,28	38.970,22	71.221,04	0,95	30.068,24	38.970,22	71.221,04	1,35	30.068,24	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	1.000,00	1.000,00	0,00	798,44	0,01	201,56	0,00	798,44	0,02	201,56	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	1.000,00	1.000,00	0,00	798,44	0,01	201,56	0,00	798,44	0,02	201,56	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	5.500,00	7.347,79	2.394,14	4.847,79	0,06	2.500,00	2.394,14	4.847,79	0,09	2.500,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos	5.500,00	7.347,79	2.394,14	4.847,79	0,06	2.500,00	2.394,14	4.847,79	0,09	2.500,00	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/■ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/■ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	2.000,00	3.033,89	1.285,40	2.390,31	0,03	643,58	1.285,40	2.390,31	0,05	643,58	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural	1.500,00	1.956,35	743,82	1.312,77	0,02	643,58	743,82	1.312,77	0,02	643,58	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções	500,00	1.077,54	541,58	1.077,54	0,01	0,00	541,58	1.077,54	0,02	0,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	4.500,00	18.226,39	8.623,12	17.726,39	0,24	500,00	8.623,12	17.726,39	0,34	500,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	4.500,00	18.226,39	8.623,12	17.726,39	0,24	500,00	8.623,12	17.726,39	0,34	500,00	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	3.500,00	3.500,00	1.237,94	2.608,67	0,03	891,33	1.237,94	2.608,67	0,05	891,33	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/▮ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/▮ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	3.500,00	3.500,00	1.237,94	2.608,67	0,03	891,33	1.237,94	2.608,67	0,05	891,33	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04202280000171
	Exercício: 2018
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

RGF I SEMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	843.629,37	875.413,95	867.531,00	788.194,95	840.295,07	956.554,90	765.794,18	704.772,62	692.274,73	744.308,60	854.927,91	863.799,88	9.797.497,16	9.243,64
Pessoal Ativo	820.285,29	852.069,87	800.886,47	788.194,95	840.295,07	903.373,22	765.794,18	704.772,62	692.274,73	744.308,60	854.927,91	863.799,88	9.630.982,79	9.243,64
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	715.168,29	706.891,88	724.529,44	679.182,78	663.833,63	851.224,26	668.832,18	618.233,29	608.934,44	658.417,84	757.053,44	762.091,06	8.414.392,53	2.074,14
Obrigações Patronais	99.737,41	137.824,25	66.230,04	109.012,17	176.461,44	28.606,61	96.962,00	86.539,33	83.340,29	85.890,76	97.874,47	101.708,82	1.170.187,59	7.169,50
Benefícios Previdenciários	5.379,59	7.353,74	10.126,99	0,00	0,00	23.542,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.402,67	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	23.344,08	23.344,08	66.644,53	0,00	0,00	53.181,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	166.514,37	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	18.951,91	18.951,91	51.780,02	0,00	0,00	41.693,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	131.377,01	0,00
Pensões	4.392,17	4.392,17	14.864,51	0,00	0,00	11.488,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.137,36	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	28.723,67	30.697,82	76.771,52	0,00	0,00	76.724,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	212.917,04	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	28.723,67	30.697,82	76.771,52	0,00	0,00	76.724,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	212.917,04	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	814.905,70	844.716,13	790.759,48	788.194,95	840.295,07	879.830,87	765.794,18	704.772,62	692.274,73	744.308,60	854.927,91	863.799,88	9.584.580,12	9.243,64

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	19.965.392,26	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	19.965.392,26	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	9.593.823,76	48,05
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	10.781.311,82	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	10.242.246,23	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	9.703.180,64	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Dívida Consolidada	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.055.637,71	19.965.392,26	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	22.866.765,25	23.958.470,71	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	20.580.088,73	21.562.623,64	0,00
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00
Depósitos e Consignações Sem Contrapartida	0,00	0,00	0,00
RP Não-Processados	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00
Apropriação de Depósitos Judiciais - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04202280000171
	Exercício: 2018
	Período de referência: 1º semestre

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite											
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte			Exercício do Terceiro Período Seguinte		
	Quadrimestre/Semestre em que Excedeu o Limite			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte			Terceiro Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor Mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (j)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04202280000171
	Exercício: 2018
	Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — Tesouro Nacional	
	Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
	Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04202280000171
	Exercício: 2018
	Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.5 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios Semestral



siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.5 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Garantias Concedidas	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-
AOS ESTADOS (**I**)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (**II**)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (**III**)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (**IV**)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (**I** + **II** + **III** + **IV**)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (**VI**)	19.055.637,71	19.965.392,26	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (V/**VI**)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	4.192.240,30	4.392.386,30	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso **III** do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	3.773.016,27	3.953.147,67	0,00
Contragarantias Recebidas	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-
DOS ESTADOS (**VII**)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (**VIII**)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (**IX**)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (**XI**) = (**VII** + **VIII** + **IX** + X)	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (**I**)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (**II**)	0,00	0,00
TOTAL (**III**)	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.965.392,26	
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.194.462,76	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	2.875.016,49	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.397.577,46	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Semestre
	Valor Até o Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	19.965.392,26
Receita Corrente Líquida Ajustada	19.965.392,26

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	9.593.823,76	48,05
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	10.781.311,82	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	10.242.246,23	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	9.703.180,64	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
	Saldo Exercício até o Primeiro Semestre	Saldo Exercício até o Segundo Semestre
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	0,00	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	23.958.470,71	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
	Saldo Exercício até o Primeiro Semestre	Saldo Exercício até o Segundo Semestre
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas	0,00	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.392.386,30	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04202280000171
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.194.462,76	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.397.577,46	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	0,00	0,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

LEI Nº. 528/2018

LEI Nº. 528/2018

(PROJETO DE LEI Nº 014/2018)

DATA: 06/06/2018

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar o reajuste anual (perca inflacionaria) aos demais servidores temporários, concursados, comissionados e eletivos exceto os servidores do magistério que já foram contemplados pela lei nº 521/2018.

JOAO TEODORO FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA NAZARE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com a Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a Conceder ajuste 2,00 % (dois pontos, zero por cento) de perca salarial conforme previsto na lei nº 030/2010 e lei 031/2010 e 033/2010 que corresponde ao índice de INPC do período de 01/2017 a 04/2018.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01.04.2018, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Fazem parte dessa lei o anexo de estudo de impacto financeiro e orçamentário contendo 12 páginas numeradas referente ao poder executivo.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 07 de Agosto de 2018.

JOAO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 1842 DE 07 DE AGOSTO DE 2.018.

DECRETO Nº. 1842 DE 07 DE AGOSTO DE 2.018.

“Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade”.

O Sr. **João Teodoro Filho**, Prefeita Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Art. 95 da Lei Complementar nº. 023 de 23 de Agosto de 2007.

DECRETA

Art. 1º. - Fica concedido ao servidor público **Nivelson Borba Mciel,** lotado na Secretaria de Saúde, na função de Guarda, licença prêmio de 03 (três) meses por assiduidade com subsidio do cargo efetivo, conforme citado no Artigo acima mencionado.

Art. 2°. – O período concedido terá inicio no dia 06 de Agosto de 2018 e término no dia 06 de Novembro de 2018, após esse período o servidor citado no Art. 1°, deverá retornar a sua função na secretaria lotada.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroa revogadas as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso aos sete dias do mês de Agosto de 2.018.

_____ ***JOÃO TEODORO FILHO***

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 1371 DE 30 DE JULHO DE 2.018.

PORTARIA Nº 1371 DE 30 DE JULHO DE 2.018.

Dispõe sobre a Nomeação de Fiscal de Contratos da Secretária Municipal de Educação e Cultura, e dá outras providências.

O Senhor ***João Teodoro Filho*** Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, considerando o que dispõe o art. 67 da Lei n° 8666/93.

RESOLVE

Art. 1º - - Designar como Fiscal dos Contratos realizados no ano de 2018 e 2019, pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Prefeitura Municipal de Nova Nazaré – MT, com a função de realizar o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, o servidor **SEBASTIÃO DIONISIO DE SIQUEIRA,** efetivo, no cargo de motorista, inscrito sob CPF n° **348. 998.471-49** e matricula n° 56, lotado na Secretaria Municipal Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos em 02 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, aos trinta dias do mês de Julho de 2.018.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1373 DE 30 DE JULHO DE 2.018.

PORTARIA Nº 1373 DE 30 DE JULHO DE 2.018.

Dispõe sobre a Nomeação de Fiscal de Contratos das Secretárias Municipais de: Administração, Finanças, Desenvolvimento Rural, e dá outras providências.

O Senhor ***João Teodoro Filho*** Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, considerando o que dispõe o art. 67 da Lei n° 8666/93.

RESOLVE

Art. 1º - Designar como Fiscal dos Contratos realizados no ano de 208 e 2019, pelas Secretarias Municipais de: Administração, Finanças, Desenvolvimento Rural da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré – MT, com a função de realizar o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, o servidor **EDER PEREIRA DA SILVA,** efetivo, no cargo **Comissionado como Assessor de Gabinete e relações públicas** inscrito sob CPF n° **009.121.251-01** matricula n° **004**, lotada na Secretaria Municipal Administração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,e retroagindo seus efeitos em 02 de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, aos trinta dias do mês de Julho de 2.018.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 1839 DE 30 DE JULHO DE 2.018.

DECRETO N.º 1839 DE 30 DE JULHO DE 2.018.

"Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade."

O Sr. *JOÃO TEODORO FILHO*, Prefeito do Município de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e;

Considerando o Art. 95 da Lei da Lei Complementar n.º 023 de 23, de Agosto de 2007;

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido a servidora pública ***CLEUSA MARIA ALVES CARNEIRO*** inscrita sob o CPF n° **848.697.471-20**, e RG **1232109** SSP/MT, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de ***Apoio Administrativo Educacional***, **licença prêmio de três (03)** meses por assiduidade com subsidio de cargo efetivo, conforme citado no Artigo mencionado.

Art. 2º - O período concedido terá inicio no dia 30 de Julho de 2018 e termino no dia 30 de Outubro de 2018.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso aos 30 dias do mês de Julho de 2018.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

PORTARIA Nº 1370 DE 30 DE JULHO DE 2.018.

PORTARIA Nº 1370 DE 30 DE JULHO DE 2.018.

Dispõe sobre a Nomeação de Fiscal de Contratos da Secretária Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O Senhor ***João Teodoro Filho*** Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, considerando o que dispõe o art. 67 da Lei n° 8666/93.

RESOLVE

Art. 1º - Designar como Fiscal dos Contratos realizados no ano de 2018 e 2019, pela Secretaria Municipal de Saúde - Prefeitura Municipal de Nova Nazaré – MT, com a função de realizar o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, o servidor **DONIZETE ALVES DE OLIVEIRA,** efetivo, no cargo Comissionado como **DIRETOR GERAL DA SAÚDE**, inscrito sob CPF n° **650.593.871-00** e matricula n° 104, lotado na Secretaria Municipal Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos em 02 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, aos trinta dias do mês de Julho de 2.018.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público n.º 3484/2018

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratada: ANA PAULA DA SILVA

Cargo/ Função: Professora

Vencimento Mensal: R$ 1.888,91(Um mil oitocentos e oitenta e oito reais e noventa e um centavos)

Vigência: 06/08/2018 à 06/08/2019.

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 178 DE 06 DE AGOSTO DE 2018.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO.

JOSÉ ELPIDO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder a **Licença Prêmio por Assiduidade** a servidora pública deste município, **Senhora SANDRA MARIA DE JESUS ANDRADE ocupante do CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura, Turismo e Lazer.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo primeiro desta portaria, **será pelo prazo de 03 (três) meses**, considerando como período aquisitivo **2008/2013**, tendo **início em 06 de Agosto de 2018 e término em 03 de Novembro de 2018**, nos termos do artigo 99º da Lei Municipal 775/2008.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 06 de Agosto de 2. 018.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 179 DE 07 DE AGOSTO DE 2018.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ACOMPANHAR CONJUGE".

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder **LICENÇA POR MOTIVO DE ACOMPANHAMENTO DE CONJUGE**, à servidora Pública deste Município, Senhora **NEIVA SOARES ORLANDO** ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Limpeza Pública lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O afastamento de que trata o artigo primeiro desta portaria, será por tempo indeterminado e sem remuneração, nos termos dos artigos 95 e 96 da Lei Municipal n.º 775/2008, Subseção II.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo para o dia 01/08/2018 revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 07 de Agosto de 2018.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO PP 033/2018

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2018.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, com data de abertura prevista para o dia 20 de Agosto de 2018, ás 08h00min, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, tendo como objeto Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Lanches (Bolos e Salgados), destinadas a diversas Secretarias do Município de Nova Santa Helena-MT, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena-MT – Comissão Permanente de Licitação, sito na Paço Municipal José Gabriel Lorca s/n - Nova Santa Helena/MT e no site **www.novasantahelena.mt.gov.br**

Nova Santa Helena/MT, em 06 de Agosto de 2018.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2018

1. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2018.

A Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº. 003/2018 da Prefeitura Municipal Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais determinadas pela Portaria nº. 171/2018 de 20 de julho de 2018, torna Público:

A relação dos candidatos com inscrição **DEFERIDO E INDEFERIDO** para realização das provas do Processo Seletivo Simplificado que se realizarão no Município de Nova Santa Helena no dia, horário e local abaixo especificados:

DATA: 12/08/2018 - HORÁRIO FECHAMENTO DOS PORTÕES: 07:00 HORAS

HORÁRIO REALIZAÇÃO DAS PROVAS: 07:00 às 12:00 HORAS

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO

Rua: Maria Helena Monteiro de Araújo, s/n. – Bairro Centro, na cidade de Nova Santa Helena – MT.

CANDIDATOS AO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

QUANTIDADE	NOME	TELEFONE	RG	CPF	INSCRIÇÃO	Deferido/Indeferido
01	LUCIANA ALVES DA SILVA	(66) 99723-1445	2015621-9 SSP-MT	026.856.011-04	009	**Deferido**
02	WEYDIS VALERIO SILVA	(66) 98435-2133	2490441-4 SSP-MT	051.549.981-11	010	**Deferido**

CANDIDATOS AO CARGO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

QUANTIDADE	NOME	TELEFONE	RG	CPF	INSCRIÇÃO	Deferido/Indeferido
01	ANDRESSA FABIANA SILVEIRA DA SILVA	(66) 98448-2514	2606187-2 SSP-MT	057.498.811-48	008	**Deferido**
02	CERES PATRICIA RIBEIRO SOARES	(66) 98463-0383	2480717-6 SSP-MT	050.537.861-27	006	**Deferido**
03	ELIENE OLIVEIRA MENDONÇA	(66) 98422-8631	1461003-5 SSP-MT	632.597.961-34	003	**Deferido**
04	ERICA PARECIDA ROSA DE OLIVEIRA	(66) 98422-0169	2681066-2 SSP-MT	703.686.931-39	001	**Deferido**
05	FELIPE BATISTA CABRERA	(66) 99918-4309	2681228-2 SSP-MT	060.553.231-17	002	**Deferido**
06	FERNADO BRAGA DA SILVA	(91) 98829-4892	3209524-4 SSP-MT	040.908.332-13	004	**Deferido**
07	MARIA JOSÉ DELABENETA SOUZA	(66) 99924-5614	1070117-6 SSP-MT	002.965.101-81	005	**Deferido**
08	PEDRO ALEXANDRE SARAN DE SOUZA	(66) 98420-8493	2419979-6 SSP-MT	263.459.218-31	007	**Deferido**
09	ROBSON JACINTO DA SILVA	(66) 98427-6927	1759933-4 SSP-MT	028.518.021-51	011	**Deferido**
10	VALDIR BENTO DOS SANTOS	(66) 3523-1194	2177303-3 SSP-MT	026.727.531-56	012	**Deferido**

Os candidatos acima relacionados ficam **CONVOCADOS** a comparecerem no dia, horário e local acima especificado.

Os candidatos deverão comparecer com antecedência de meia hora ao horário estipulado para início da prova**, munidos de comprovante de inscrição, cédula de identidade original ou documento de identificação oficial (com foto), e caneta esferográfica azul ou preta.**

Não haverá segunda chamada para nenhuma das provas, importando a ausência do candidato por qualquer motivo, inclusive moléstia ou atraso, na sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado. Os portões de acesso a prova serão fechados às 07:00 horas, sendo que nenhum candidato retardatário terá acesso à participação das provas.

Nova Santa Helena/MT, 07 de agosto de 2018.

KARIN DAYANE VERONA DA SILVA

Presidente da Comissão do Processo

Seletivo Simplificado 003/2018.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO 004/2018

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 004/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA-MT

CONTRATADA:***FORGOV CONSULTORIA & CONTABILIDADE LTDA – ME***

OBJETIVO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar os serviços acrescidos ao objeto contratual, bem como aditar o seu valor, conforme previstos na Cláusula Primeira e Cláusula Quarta, respectivamente, do Contrato nº 004/2017.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO, ASSESSORIA E CONSULTORIA ENVOLVENDO ÁREA CONTABIL, FINANCEIRA, PLANEJAMENTO E PRESTAÇÕES DE CONTAS.**

VALOR: R$:*10.000,00*

VIGÊNCIA: 29/06/2018 até 30/11/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO PP 034/2018

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2018.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, com data de abertura prevista para o dia 21 de Agosto de 2018, ás 08h00min, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, tendo como objeto Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material de Informática, destinadas a diversas Secretarias do Município de Nova Santa Helena-MT, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos. O Edital completo e o arquivo “MEDIADOR” está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena-MT – Comissão Permanente de Licitação, sito na Paço Municipal José Gabriel Lorca s/n - Nova Santa Helena/MT e no site **www.novasantahelena.mt.gov.br**

Nova Santa Helena/MT, em 07 de Agosto de 2018.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

DESISTÊNCIA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2018

DESISTÊNCIA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2018

A Prefeitura de Nova Xavantina-MT informa a **Desistência** de candidata convocada através do 09º edital de convocação, referente ao Processo Seletivo Simplificado nº 01/2018, do seguinte cargo;

CARGO: MÉDICA GENERALISTA 40 HORAS

LORENA CABRAL PAZETTO

Nova Xavantina-MT, 07 de agosto de 2018. DANIELLA SEHNEM

Gerência de Gestão de Pessoas

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2.018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2.018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL com o objeto: AQUISIÇÃO DE

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Data de abertura dos envelopes: 23/08/2.018, às 9h00min (horário de Brasília), no Palácio dos Pioneiros – Sala de Licitações, sito à Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e/ou pelo e-mail: compraspmnx@gmail.com.. Quaisquer informações através dos telefones (66) 3438-3362.

Nova Xavantina – MT, 07 de agosto de 2.018.

Walmir Arruda Costa

Pregoeiro Oficial

ORDEM DE SERVIÇO - CONTRATO Nº 32/2018

O Município de Nova Xavantina, MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ 15.024.045.0001-73, com sede administrativa na Avenida Expedição Roncador Xingu, 249, setor Xavantina, em Nova Xavantina, MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal João Batista Vaz da Silva, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 282.509.151-00 e no RG 1392532 SSPGO, residente e domiciliado na Rua Santarém, nº 250, Centro, em Nova Xavantina, MT, solicita a empresa HERCON SERVIÇOS EIRELLI EPP, inscrita no CNPJ nº 14.020.137/0001-12, neste ato representado por Hermes Lima Neto, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob o nº. 909.940.191-49 e no RG n°. 4345493 DGPC/GO, residente e domiciliado neste Município, adiante denominada CONTRATADA, a iniciar de imediato a construção de meio fio e sarjetas, conforme especificações dos memoriais descritivos e planilhas integrantes do edital de Tomada de Preços nº 13/2018, contrato nº 32/2018.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - Cebola

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2.018

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2.018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL** para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS, TRATORES, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT,** às 9h00min (horário de Brasília) do dia 22 de agosto de 2.018, no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – centro – St. Xavantina. Os interessados em adquirir cópia do Edital, deverão retirar junto ao setor de Licitações, no endereço supracitado e/ou através do telefone (66) 3438-3362, ou ainda pelo e-mail: **compraspmnx@gmail.com**

Nova Xavantina – MT, 07 de agosto de 2.018.

Walmir Arruda Costa - Pregoeiro

10º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS 01/2018

10º EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2018

O Município de Nova Xavantina **CONVOCA** candidata classificada referente ao Processo Seletivo Simplificado 01/2018 em razão da desistência de candidata convocada anteriormente,para comparecer no **prazo de 10 (dez) dias,** a partir da publicação deste edital na Gerência de Gestão de Pessoas na Sede da Prefeitura Municipal, apresentando os documentos de habilitação descritos abaixo.

CARGO: MEDICO GENERALISTA 40 HORAS

ORD	Nº INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
2	19	RHAYANNE NAYARA CANDIDO BARZOTTO	Classificada

Informamos que os candidatos que não tiverem interesse em assumir compareçam na Gerência de Gestão de Pessoas para assinar o termo de desistência.

Será considerado desistente e perdendo a vaga respectiva, o candidato aprovado e/ou Classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital e/ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Município de Nova Xavantina/MT, convocar o candidato classificado na colocação subseqüente.

Nova Xavantina-MT, 07 de agosto de 2018.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA – CEBOLA

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2.018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2.018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITADA, às 9h00min (horário de Brasília) do dia 24 de agosto de 2.018, no Palácio dos Pioneiros – Sala de Licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e/ou pelo e-mail: compraspmnx@gmail.com. Quaisquer informações através dos telefones (66) 3438-3362.

Nova Xavantina – MT, 07 de agosto de 2.018.

Walmir Arruda Costa

Pregoeiro oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 19/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PRO LEI.

RESOLVE:

I – Exonerar à pedido a Srª. Neiva Stuani Schultz, portadora do Rg. 426.202 SSP/MT. e CPF. 535.763.901-97, que vinha exercendo a função de Atendente de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT., em 30 de dezembro de 1.994.

JUNIOR PEREIRA NEVES

=PREFEITO MUNICIPAL=

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 171/2018

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 15(quinze) dias de férias ao servidor: **Wanderley Vieira** brasileiro, maior, portador do RG: nº 629.255 SSP/MT e do CPF: nº 535. 814.231-20, lotado na **Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento** no cargo de **Auxiliar de Contabilidade,** referente ao período aquisitivo de 2016/2017 a partir de 08/08/2018 a 22/08/2018.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT,07 de agosto de 2018.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2015

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.

CONTRATADA: SOLUTIONS CORP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA – EPP.

CNPJ: **07.461.414/0001-67**

OBJETO: ALTERAÇÃO DE PROJETO, PLANILHA E CRONOGRAMA CONFORME ANEXO.

VIGÊNCIA: DE ACORDO COM O CONTRATO.

Novo Santo Antônio – MT, em 07 de Agosto de 2018.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 67/SLC/2018

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS

FISCAL DE CONTRATOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Tomada de Preços nº 08/2018 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores.	**Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA.**
Objeto: a Contratação de Empresa Especializada visando a **Retomada de Execução Física da Obra da Escola Municipal Indígena Otávio Kurewe – PAR 29758/2014**, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas nos respectivos ANEXOS do Edital.	
Vigência: 30/07/2018 A 30/07/2018.	

Contratado: MARIA BRITO OLIVEIRA DA MATA - ME, **CNPJ 09.666.823/0001-25**
Valor do Contrato: R$ 190.657,40 (cento e noventa mil e seiscentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos),

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidor **Jean Carlos de Ávila e Silva**, **Matrícula nº 5683**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Fiscal do Contrato nº **58/2018,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a Servidora **Francisca Moreira Braga, Matrícula nº 1935**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 30 de Julho de 2018, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 30 DE JULHO DE 2018.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Jean Carlos de Ávila e Silva e **Francisca Moreira Braga** declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Jean Carlos de Ávila e Silva

Fiscal de Contrato

Francisca Moreira Braga

suplente

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 54/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria nº 126 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2018**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Gás de Cozinha e Água Mineral**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias do Município de Paranatinga - MT. Conforme especificações constantes no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Empresas Vencedoras **ROSINEI BRAGA DO NASCIMENTO & CIA LTDA - EPP, CNPJ: 36.889.467/0001-81, R$: 317.808,00. ESTRELAO GAS LTDA – ME, CNPJ: 22.204.634/0001-07, R$ 608.652,65.** Em 07 de agosto de 2018. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

EDITAL N. 024/2018- CONVOCAÇÃO APROVADO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2018

EDITAL Nº 024/2018, 06 DE AGOSTO 2.018.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Súmula: Edital de Convocação do Seletivo Simplificado nº 001/2018 – Áreas Afins, e dá outras providências.

O Sr. JUVENAL PEREIRA BRITO, **Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018,** CONVOCAÇÃO de pessoal por tempo determinado para substituição de servidores de carreira afastados de suas funções devido a licenças/afastamentos legalmente concedidos e/ou para situações temporárias de excepcional interesse público – conforme Processo Seletivo 001/2018.

As necessidades são:

MOTORISTA/SEDE

CLASSIF.	Nº INSC.	NOME DOS CANDIDATOS	JUSTIFICATIVA	LOTAÇÃO
9º	0000137	SILVANIO APARECIDO M. ELIAS	EM SUBSTITUIÇÃO AO MOTORISTA **MARCOS DANILO DA SILVA RIBEIRO** QUE PEDIU RESCISÃO DE CONTRATO A PARTIR DO DIA 01/08/2018. SENDO QUE O MESMO ESTAVA SUBSTITUINDO O MOTORISTA FERNANDO FERREIRA DE MELO QUE ENCONTRA-SE EM AFASTAMENTO POR INTERESSE PARTICULAR	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MONITOR/SEDE

CLASSIF.	Nº INSC.	NOME DOS CANDIDATOS	JUSTIFICATIVA	LOTAÇÃO
6º	0000278	MARLI APARECIDA BARAZZETTI	EM SUBSTITUIÇÃO A MONITORA MARIANA PEREIRA NATES QUE ENCONTRA-SE EM LICENÇA MÉDICA POR 15 DIAS E POSTERIORMENTE ENTRARÁ EM LICENÇA PRÊMIO.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS SEIS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

LUIZ CÂNDIDO RODRIGUES PEREIRA

Sec. Coordenadoria Geral Administrativa

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

DECRETO N.º 083/2018- CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

DECRETO N° 083/2018

DE 24 DE JULHO DE 2018

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar abertura de Crédito Adicional Especial com Recursos dasPropostas de Convênio para Aquisição de Veículos; e Casamento Comunitário".

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - **Fica o Poder Executivo Municipal**, autorizado a proceder no orçamento vigente, abertura de CREDITO ADICIONAL ESPECIAL **até o montante de R$. 86.000,00 (oitenta e seis mil reais)**, inserindo na LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1020/2017, combinado com os arts. 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado à inclusão da natureza de despesas 4490520000 – Equipamentos e Material Permanente; e 3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica com a fonte de recurso de Transferências de Convênios do Estado através das propostas cadastradas no portal dos convênios do Governo Estadual; na seguinte dotação:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

082440030.1054 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

4490520000 – Equipamentos e Material Permanente R$. 80.000,00

Fr: 0122055000 – Transferências de Convênios do Estado

SOMA R$. 80.000,00

002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

082440030.2005 – MANUT.DAS ATIVS.DO FUNDO M.DE ASSIST. SOCIAL

3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$. 6.000,00

Fr: 0122055000 – Transferências de Convênios do Estado

SOMA R$. 6.000,00

TOTAL GERAL R$. 86.000,00

Artigo 2º - Para cobertura do crédito referido no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do repasse do GOVERNO ESTADUAL – SETAS; proposta nº 1450/2018 no valor de R$. 80.000,00 (oitenta mil reais); proposta nº 0327/2018 no valor de R$. 6.000,00 (seis mil reais), de acordo com a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1020/2017, combinado com os arts. 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado à suplementação na dotação acima descrita.

TOTAL DAS PROPOSTAS R$. 86.000,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA - MT,

AOS VINTE E QUATRO DE JULHO DE DOIS MIL E DEZOITO

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

LEI N.º 1.064/2018- CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

LEI N°. 1.064/2018.

DE 30 DE JULHO DE 2018

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar abertura de Crédito Adicional Especial com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores".

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei.

Artigo 1º - Fica o **Poder Executivo Municipal** autorizado a proceder, no orçamento vigente, abertura de **CREDITO ADICIONAL ESPECIAL até o montante de R$. 835.805,16 (oitocentos e trinta e cinco mil oitocentos e cinco reais e dezesseis centavos),** inserindo na LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1020/2017, combinado com os arts. 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado à inclusão da fonte de recurso do FUNDEB do superávit financeiro de exercícios anteriores; na seguinte dotação:

0

7 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

003 – FUNDO DE MANUT. E DESEENV.DA EDUC. BÁSICA - FUNDEB

123610013.2122 – REMUN.DOS PROF.DO MAGIST.FUNDAMENTAL 60%

276 - 3190040000 – Contratação por Tempo Determinado R$. 596.000,00

277 – 3190110000 – Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$. 92.805,16

279 – 3190130000 – Obrigações Patronais R$. 147.000,00

Fr: 03180000000 – Recursos de Exercícios Anteriores – FUNDEB 60%

TOTAL GERAL R$. 835.805,16

Artigo 2º - Para cobertura do crédito referido no artigo anterior será utilizado recursos do saldo do FUNDEB, proveniente do superávit financeiro de exercícios anteriores no valor de R$. 835.805,16 (oitocentos e trinta e cinco mil oitocentos e cinco reais e dezesseis centavos), de acordo com o disposto no art. 42 e art. 43; § 1º - Consideram-se recursos para fim deste artigo, desde que não comprometidos: I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; § 2º - Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas;

§ 1º - Em anexo a esse projeto segue:

I – Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício de 2017; e,

II – Demonstrativo do Saldo da Conta Bancaria do FUNDEB em 31/12/2017.

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a inserir no Anexo I da Lei n°. 1018/2017 do Plano Plurianual; Lei n°. 1019/2017 de Diretrizes Orçamentárias e da Lei nº. 1020/2017 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2018, a fonte 0318000000 - Recursos de Exercícios Anteriores atividade 2122 – Remuneração dos Prof. Do Magistério Fundamental – 60%.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – MT

AOS TRINTA DIAS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZOITO

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

DECRETO N.º 087/2018- DECRETO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

DECRETO N.º087/2018
De 30 DE JULHO DE 2018

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2018 e dá outras providências

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO NO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA, no uso de suas atribuições legais: especialmente a Lei Municipal n.º 1.063/2018 e em consonância com a Lei Federal n.º 4320/64.

Art. 1º - Fica ao Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e orçamento municipal um crédito adicional suplementar, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R$ 4.080.869,07 (quatro milhões, oitenta mil, oitocentos e sessenta e nove reais e sete centavos).

Suplementação

02.000.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0002.1.005.		AQUISIÇÃO DE VEICULOS	
2 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	150.000,00
02.001.04.122.0002.2.004.		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
8 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.0003.1.006.		AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS	
24 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	40.000,00
03.001.04.122.0005.2.012.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
38 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00
40 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
41 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	105.000,00
03.001.14.422.0005.2.146.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROCON	
58 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
04.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
04.001.04.129.0007.2.017.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
80 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
83 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	
05.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	
05.001.04.122.0011.1.021.		AQUISIÇÃO DE VEICULOS	
87 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	75.000,00
05.001.04.122.0011.2.021.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
93 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
95 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	80.000,00
05.001.15.451.0009.1.015.		PAVIMENTAÇAO E DRENAGEM DE VIAS PUBLICAS	
97 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	217.500,00

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

05.001.26.782.0011.1.026.		CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	
109 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	54.500,00
05.001.26.782.0011.2.027.		CONSERV. E MANUT. DE ESTRADAS VICINAIS E ESTADUAIS	
120 - 3.3.90.30.00.00	71	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
124 - 3.3.90.39.00.00	71	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
06.001.20.122.0037.2.088.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGRICOLAS	
133 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
06.001.20.608.0055.1.103.		CONSTRUIR FRIGORIFICO DE PEIXES	
153 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.001.12.306.0014.2.224.		MANTER ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-CRECHE-REC.PROPRIO	
182 - 3.3.90.30.00.00	2	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
07.001.12.306.0014.2.225.		MANTER ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-INFANTIL-REC.PROPRIO	
183 - 3.3.90.30.00.00	2	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
07.001.12.361.0013.2.029.		MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
193 - 3.3.90.30.00.00	2	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001.08.243.0026.2.064.		MANUT. DO CONSELHO TUT. DO MENOR E DO ADOLESCENTE	
310 - 3.3.90.14.00.00	1	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
08.001.08.244.0030.1.051.		AQUISIÇÃO DE EQUIPAENTOS	
321 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19.000,00
08.001.08.244.0030.1.054.		AQUISIÇÃO DE VEICULOS	
323 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	63.100,00
08.001.08.244.0030.2.073.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
329 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	16.000,00
331 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
08.001.08.244.0030.2.075.		MANUTENÇÃO DA CASA TRANSITORIA	
332 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00
334 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
08.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MONICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002.08.244.0030.2.072.		MANUTENÇÃO PBV II - SCFV - 0 A 15 ANOS	
374 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
375 - 3.3.90.30.00.00	69	MATERIAL DE CONSUMO	13.200,00
08.002.08.244.0030.2.161.		MANUTENÇÃO DO IGD/SUAS	
379 - 3.3.90.30.00.00	69	MATERIAL DE CONSUMO	4.500,00
381 - 3.3.90.39.00.00	69	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
08.002.08.244.0050.2.119.		PROGRAMA ATENÇÃO INTEGRAL A FAMILIA - PAIF	
393 - 3.3.90.30.00.00	69	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
08.002.08.244.0050.2.206.		MANTER O CRAS	
396 - 3.3.90.30.00.00	69	MATERIAL DE CONSUMO	1.300,00
398 - 3.3.90.39.00.00	69	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER	
09.001.13.392.0032.2.217.		AUXILIO FINANCEIRO FESTA DO RODEIO	
413 - 3.3.60.45.00.00	1	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	45.000,00
09.001.27.122.0036.2.085.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
421 - 3.3.90.14.00.00	1	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
422 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	95.000,00
424 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	80.000,00
09.001.27.812.0036.1.064.		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E LAZER	
453 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
09.001.27.812.0036.1.065.		AQUISIÇÃO DE VEICULOS	
454 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	42.000,00
09.001.27.812.0036.2.151.		DISTRIB. DE PREMIOS A VENC. DE CAMPEONATOS AMADORES	
455 - 3.3.90.31.00.00	1	PREM. CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTIF. DESPORT. E OUTRAS	19.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMP. PUBL. E SERV. URBANOS	
10.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMP. PUBL. E SERV. URBANOS	
10.001.04.122.0042.2.095.		MANUTENÇÃO DE CEMITERIOS	
461 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00
463 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
10.001.15.122.0039.2.090.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
472 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	36.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
11.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
11.001.10.122.0024.2.059.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
506 - 3.1.90.11.00.00	3	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	174.000,00
507 - 3.1.90.13.00.00	3	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	35.000,00
511 - 3.3.90.30.00.00	3	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
515 - 3.3.90.39.00.00	3	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
517 - 4.4.90.52.00.00	3	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
11.001.10.302.0020.2.050.		MANUTENÇÃO DO HOSPITAL, POLICLINA MUNICIPAL	
532 - 3.1.90.11.00.00	3	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	550.000,00
533 - 3.1.90.13.00.00	3	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	110.000,00
536 - 3.3.90.14.00.00	3	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	16.000,00
537 - 3.3.90.30.00.00	3	MATERIAL DE CONSUMO	250.000,00
539 - 3.3.90.39.00.00	3	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	120.000,00
11.001.10.302.0024.2.195.		CAPACITAR AS EQUIPES DA REDE BASICA DE SAUDE (PSF/VIGILANCIA)	
543 - 3.3.90.14.00.00	1	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
11.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
11.002.10.301.0018.2.211.		PASCAR-PROG. APOIO SAUDE C/ASSENT.RURAIS - ESTADUAL	
570 - 3.1.90.04.00.00	72	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	21.400,00
571 - 3.1.90.13.00.00	72	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.120,00
11.002.10.301.0019.2.048.		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA	

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

583 - 3.1.90.11.00.00	47	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	154.000,00
585 - 3.1.90.13.00.00	47	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	24.000,00
11.002.10.301.0019.2.049.		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAUDE BUCAL	
597 - 3.1.90.11.00.00	48	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	54.000,00
599 - 3.1.90.13.00.00	48	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.400,00
11.002.10.301.0019.2.100.		PROG. DE APOIO A SAUDE FAMILIA COMUNITARIA - PASF	
613 - 3.1.90.11.00.00	45	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	74.000,00
615 - 3.1.90.13.00.00	45	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	14.400,00
618 - 3.3.90.08.00.00	45	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	4.350,00
11.002.10.302.0024.2.104.		GESTÃO PLENA DO SIST. MUN DE SAUDE MEDIA COMPLEX	
654 - 3.1.90.11.00.00	1	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	306.099,07
656 - 3.1.90.13.00.00	1	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	35.000,00
11.002.10.304.0021.2.246.		PROGRAMA DE VIGILANCIA EM SAUDE	
699 - 3.3.90.30.00.00	45	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
11.002.10.305.0022.2.054.		PREVENÇÃO E COMBATE A DOENÇA EPIDEMIOLOGICAS - ECD	
705 - 3.1.90.11.00.00	45	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	40.000,00
706 - 3.1.90.13.00.00	45	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	8.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
12.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
12.001.23.695.0054.1.125.		CONSTRUCAO DE PRACA DE MULTIUSO	
751 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	17.000,00

Total Suplementação: 4.080.869,07

Art. 2º - Para atender o dispositivo no Artigo 1º da Lei, servirá como recurso Anulação de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

02.000.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0002.1.004.		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	
1 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
02.001.04.122.0002.2.159.		MANUTENÇÃO FUN. ESP. PROC. GERAL MUNICIPIO-FE-PGMPP	
11 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	4.800,00
02.001.06.122.0002.2.114.		APOIO A SEGURANÇA	
20 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
21 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
22 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO	
03.001.03.092.0004.2.011.		CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURIDICO DO MUNICIPIO	
23 - 3.3.90.35.00.00	1	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	2.500,00
03.001.04.122.0003.1.092.		REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL	

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

25 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.500,00
26 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.500,00
03.001.04.122.0003.2.010.		MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DA JUNTA MILITAR	
29 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
30 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
03.001.04.122.0003.2.097.		DESPESAS COM PUBLICIDADES	
31 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.500,00
03.001.04.122.0003.2.220.		REFORMA DO PREDIO DA GUARDA MIRIM	
32 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
03.001.04.122.0005.2.012.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
39 - 3.3.90.35.00.00	1	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15.000,00
03.001.04.122.0005.2.189.		IMPLANTAR E MANTER PROG. FIQUE LEGAL	
43 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
44 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
45 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
03.001.04.127.0003.1.007.		DESAPROPRIAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE IMOVEIS	
46 - 4.4.90.61.00.00	1	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	241,00
03.001.04.127.0003.2.222.		EXECUTAR REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA	
47 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.000,00
03.001.14.422.0003.2.156.		MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE DEF. CONS. - FMDC	
49 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
50 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
51 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
52 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
03.001.14.422.0005.2.146.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROCON	
57 - 3.3.90.14.00.00	1	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	500,00
59 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	100,00
03.001.22.662.0003.1.009.		IMPLANTAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL	
61 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
62 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00
03.001.23.695.0006.1.011.		IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA	
63 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
64 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00
03.001.24.722.0003.2.214.		SERVIÇOS DE RADIOFUSAO	
66 - 3.3.50.43.00.00	1	SUBVENÇÕES SOCIAIS	20.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
04.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
04.001.04.123.0007.2.153.		AUXILIO FINANCEIRO A ASSOC. COM.IND - ACIPP	
72 - 3.3.50.43.00.00	1	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.000,00

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

04.001.04.123.0007.2.160.		SENTENÇAS JUDICIAIS	
73	- 4.4.90.91.00.00 1	SENTENÇAS JUDICIAIS	30.000,00
04.001.04.129.0007.1.013.		AQUISIÇÃO DE PREMIOS PARA CAMPANHA DO IPTU	
74	- 3.3.90.32.00.00 1	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12.000,00
04.001.04.129.0007.2.017.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
81	- 3.3.90.35.00.00 1	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	28.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	
05.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	
05.001.04.122.0011.1.019.		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	
86	- 4.4.90.52.00.00 1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
05.001.04.122.0011.2.021.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
94	- 3.3.90.36.00.00 1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00
05.001.15.451.0009.1.015.		PAVIMENTAÇAO E DRENAGEM DE VIAS PUBLICAS	
99	- 4.4.90.51.00.00 68	OBRAS E INSTALAÇÕES	132.100,00
05.001.15.451.0009.1.148.		CONSTRUCAO DE REDE DE ESGOTO E SERVICOS COMPLEMENTARES	
100	- 4.4.90.51.00.00 1	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
101	- 4.4.90.51.00.00 67	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00
05.001.15.451.0011.1.096.		CONSTRUÇÃO DO TREVO URBANO NA BR-364	
102	- 4.4.90.51.00.00 1	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.500,00
05.001.17.511.0056.2.202.		MANTER SANEAMENTO BASICO RURAL	
104	- 3.3.90.36.00.00 1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
105	- 3.3.90.39.00.00 1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
05.001.18.543.0010.1.018.		CONSTRUÇAO DE GALERIAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	
106	- 4.4.90.51.00.00 1	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
05.001.26.782.0011.1.025.		AQUISIÇÃO DE MAQUINAS RODOVIARIAS	
107	- 4.4.90.52.00.00 1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
108	- 4.4.90.52.00.00 71	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	140.000,00
05.001.26.782.0011.1.027.		CONST. E AMPL. DE PONTES, BUEIROS E SERVS. COMPL	
111	- 4.4.90.51.00.00 1	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
05.001.26.782.0011.2.026.		CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES E BUEIROS	
113	- 3.3.90.30.00.00 1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
115	- 3.3.90.36.00.00 1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
117	- 3.3.90.39.00.00 1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
05.001.26.782.0011.2.027.		CONSERV. E MANUT. DE ESTRADAS VICINAIS E ESTADUAIS	
121	- 3.3.90.36.00.00 1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
122	- 3.3.90.36.00.00 71	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.500,00
123	- 3.3.90.39.00.00 1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
06.001.20.122.0037.2.088.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGRICOLAS	
135	- 4.4.90.52.00.00 1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

06.001.20.122.0037.2.150.		AUXILIO FINAN. A ASSOC. DE PROD. RURAIS	
136 - 3.3.50.43.00.00	1	SUBVENÇÕES SOCIAIS	20.000,00
06.001.20.511.0037.1.069.		IMPLANT. E EXTENSÃO DE REDE DE AGUA E SERV.COMPLEME	
137 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.500,00
138 - 4.4.90.51.00.00	67	OBRAS E INSTALAÇÕES	200.000,00
139 - 4.4.90.52.00.00	68	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
06.001.20.608.0037.2.086.		INCENTIVOS A PRODUÇÃO AGRICOLA	
145 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.500,00
146 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.500,00
06.001.20.608.0037.2.216.		MANTER SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM	
150 - 3.3.50.43.00.00	1	SUBVENÇÕES SOCIAIS	5.500,00
06.001.20.608.0037.2.221.		ESTUDOS GEOFISICOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS	
151 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
152 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
06.001.20.608.0055.2.174.		CONSTRUIR TANQUES DE PISCICULTURA	
156 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00
06.001.20.608.0056.2.087.		INCENTIVOS A PRODUÇÃO A PECUARIA	
160 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
161 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
162 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
163 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00
06.001.20.608.0056.2.172.		DESENVOLVER A CADEIA PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR	
164 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
165 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
166 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
06.001.20.752.0037.1.068.		IMPLANTAÇÃO DE ELETRIFICAÇÃO RURAL	
167 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.001.12.122.0015.1.145.		REFORMA, AMPLIACAO E MELHORAMENTOS NO PREDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
168 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00
07.001.12.122.0015.1.146.		CONSTRUCAO DE AUDITORIO MUNICIPAL DA EDUCACAO	
169 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	35.000,00
07.001.12.122.0015.1.150.		CONSTRUCAO DE LABORATORIO DE INFORMATICA	
170 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	40.000,00
07.001.12.122.0015.2.139.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
179 - 3.3.90.39.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	59.000,00
180 - 3.3.90.92.00.00	2	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.000,00
181 - 4.4.90.52.00.00	2	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	76.000,00
07.001.12.361.0013.2.029.		MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
197 - 4.4.90.61.00.00	2	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	20.000,00

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

07.001.12.361.0013.2.033.		REFORMA E MANUTENÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES	
198 - 3.3.90.30.00.00	2	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
199 - 3.3.90.36.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	8.000,00
07.001.12.361.0013.2.168.		PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO	
201 - 3.1.90.04.00.00	2	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	10.000,00
202 - 3.1.90.13.00.00	2	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.100,00
203 - 3.3.90.36.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
204 - 3.3.90.39.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
07.001.12.361.0015.1.033.		AQUISIÇÃO DE VEICULOS P/ ENSINO FUNDAMENTAL	
205 - 4.4.90.52.00.00	2	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.000,00
07.001.12.361.0016.2.040.		MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
209 - 3.3.90.30.00.00	2	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
210 - 3.3.90.36.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	8.000,00
212 - 3.3.90.92.00.00	2	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.000,00
07.001.12.364.0017.2.116.		MANUTENÇÃO DA UAB	
215 - 3.1.90.11.00.00	2	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
216 - 3.1.90.13.00.00	2	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.500,00
217 - 3.1.90.94.00.00	2	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
219 - 3.3.90.30.00.00	2	MATERIAL DE CONSUMO	7.018,00
220 - 3.3.90.39.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
221 - 4.4.90.52.00.00	2	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
07.001.12.365.0014.1.029.		CONSTRUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO ENS. INFANTIL	
222 - 4.4.90.51.00.00	2	OBRAS E INSTALAÇÕES	200.000,00
07.001.12.365.0014.1.030.		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	
225 - 4.4.90.52.00.00	2	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	86.956,00
07.001.12.365.0014.1.123.		CONTRUIR BRIQUEDOTECA	
226 - 4.4.90.51.00.00	2	OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00
07.001.12.365.0014.1.144.		CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE PARQUES INFANTIS EM UNIDADES ESCOLARES	
227 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
228 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
229 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
230 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
231 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
07.001.12.365.0014.2.034.		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
236 - 3.3.90.30.00.00	2	MATERIAL DE CONSUMO	58.281,75
237 - 3.3.90.36.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.968,60
238 - 3.3.90.39.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	42.799,06
07.001.12.365.0014.2.035.		REFORMA E MANUT.DE UNID DE ENSINO INFANTIL	

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

239 - 3.3.90.30.00.00	2	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
240 - 3.3.90.36.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
241 - 3.3.90.39.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	150.000,00
07.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.002.12.306.0015.2.039.		PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE/ED.JOVENS E ADULTOS	
242 - 3.3.90.30.00.00	58	MATERIAL DE CONSUMO	247,46
07.002.12.306.0015.2.177.		PROGRAMA NAC.ALIM.ESCOLAR-PNAE/CRECHE	
243 - 3.3.90.30.00.00	58	MATERIAL DE CONSUMO	981,39
07.002.12.306.0015.2.178.		PROGRAMA NAC.ALIM.ESCOLAR-PNAE/ENSINO FUNDAMENTAL	
244 - 3.3.90.30.00.00	58	MATERIAL DE CONSUMO	8,25
07.002.12.306.0015.2.179.		PROGRAMA NAC.ALIM.ESCOLAR-PNAE/ENSINO INFANTIL	
245 - 3.3.90.30.00.00	58	MATERIAL DE CONSUMO	0,98
07.002.12.306.0015.2.180.		PROGRAMA NAC.ALIM.ESCOLAR-PNAE/MAIS EDUCAÇÃO	
246 - 3.3.90.30.00.00	58	MATERIAL DE CONSUMO	25.122,85
07.002.12.306.0015.2.240.		PROGRAMA NA.ALIM.ESCOLAR-PNAE/ATEND.EDUC.ESPECIALIZADO(AEE)	
247 - 3.3.90.30.00.00	58	MATERIAL DE CONSUMO	3.678,46
07.002.12.361.0015.2.038.		PROGRAMA SALARIO E EDUCAÇÃO	
249 - 3.3.90.36.00.00	56	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
251 - 4.4.90.52.00.00	56	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
07.002.12.361.0015.2.203.		REALIZAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO DOS SERVS. DA EDUCAÇÃO	
253 - 3.3.90.30.00.00	2	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
254 - 3.3.90.36.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
07.002.12.361.0016.2.134.		AUXILIO FINANCEIRO AO TRANSPORTE ESCOLAR	
259 - 3.1.90.13.00.00	64	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	20.000,00
07.002.12.365.0014.2.219.		MANTER O PROGRAMA BRASIL CARINHOSO	
264 - 3.3.90.30.00.00	60	MATERIAL DE CONSUMO	335,03
265 - 3.3.90.36.00.00	60	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
266 - 3.3.90.39.00.00	60	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
267 - 4.4.90.52.00.00	60	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
07.002.12.366.0052.2.223.		MANTER O PROGRAMA DE JOVENS E ADULTOS - PEJA	
272 - 3.3.90.30.00.00	2	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
273 - 3.3.90.36.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
274 - 3.3.90.39.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.500,00
275 - 4.4.90.52.00.00	2	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001.08.243.0026.2.064.		MANUT. DO CONSELHO TUT. DO MENOR E DO ADOLESCENTE	
314 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
08.001.08.243.0026.2.152.		MANUT. DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOL.	

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

315 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
316 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
317 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
318 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00
08.001.08.243.0030.2.183.		MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO	
320 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
08.001.08.244.0030.2.163.		MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL ANTI DROGAS-COMAD	
335 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
336 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
337 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
338 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
339 - 4.4.90.52.00.00	62	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
08.001.08.244.0030.2.184.		VIVA SEU BAIRRO	
340 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
341 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
342 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
08.001.08.244.0030.2.185.		LEITE FAMILIA	
343 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
08.001.08.244.0030.2.186.		APOIO A INCLUSAO PRODUTIVA	
344 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
345 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
346 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
08.001.08.244.0030.2.250.		IMPLEMENTACAO DO PROJETO MAOS TALENTOSAS	
347 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
348 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00
349 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
350 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
08.001.16.481.0031.1.104.		PROGRAMA NAC. HAB. RURAL - PNHR	
351 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	8.000,00
352 - 4.4.90.51.00.00	69	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
08.001.16.482.0031.1.056.		CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	
353 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
08.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MONICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002.08.241.0030.2.136.		MANUTENÇAO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - PSB	
356 - 3.3.90.39.00.00	69	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
08.002.08.244.0030.1.106.		CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DO CRAS	
358 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
08.002.08.244.0030.2.005.		MANUT. DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL	

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

360 - 3.3.90.30.00.00	69	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
364 - 3.3.90.39.00.00	69	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	600,00
365 - 3.3.90.92.00.00	69	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000,00
366 - 4.4.90.52.00.00	69	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
08.002.08.244.0030.2.065.		MAN. DO FUNDO DE INV.ASSIST. SOCIAL-FUMS	
367 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	9.400,00
372 - 3.3.90.39.00.00	69	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
373 - 4.4.90.52.00.00	69	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
08.002.08.244.0030.2.205.		MANTER O IGD/PBF	
389 - 3.3.90.36.00.00	69	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
391 - 3.3.90.39.00.00	69	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
392 - 4.4.90.52.00.00	69	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER	
09.001.13.392.0032.2.076.		REALIZAÇÕES ALUSIVAS AS DATAS COMEMOR. E EVENTOS	
402 - 3.3.90.30.00.00	67	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
403 - 3.3.90.30.00.00	68	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
408 - 3.3.90.39.00.00	67	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	35.000,00
409 - 3.3.90.39.00.00	68	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
09.001.13.392.0032.2.078.		INSENTIVO A CULTURA	
410 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
09.001.13.392.0034.2.080.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	
414 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
415 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
416 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
09.001.27.812.0035.1.142.		CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE ACADEMIAS PUBLICAS	
430 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00
431 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
432 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
433 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
09.001.27.812.0035.1.143.		CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE PARQUES INFANTIS	
435 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	7.000,00
437 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
439 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
09.001.27.812.0035.2.081.		MANUTENÇÃO DE QUADRAS E MINI CAMPOS	
441 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	18,80
443 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	189,20
09.001.27.812.0035.2.082.		CONSERVAÇÃO E REFORMAS DE PRAÇAS DE ESPORTES	

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

446 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
09.001.27.812.0035.2.083.		MANUTENÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO E DE EVENTOS	
448 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
09.001.27.812.0035.2.084.		REFORMA E CONSERVAÇÃO DE QUADRAS E MINI CAMPOS	
450 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
451 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMP. PUBL. E SERV. URBANOS	
10.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMP. PUBL. E SERV. URBANOS	
10.001.04.122.0040.2.169.		PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO	
456 - 3.1.90.04.00.00	1	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	790,00
457 - 3.1.90.13.00.00	1	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	210,00
10.001.04.122.0042.1.095.		CONTRUÇÃO/REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CEMITERIOS	
458 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
459 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
10.001.04.122.0042.2.095.		MANUTENÇÃO DE CEMITERIOS	
462 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.400,00
10.001.15.122.0039.1.072.		AQUISIÇÃO DE VEICULOS	
464 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
10.001.15.122.0039.2.090.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
473 - 3.3.90.92.00.00	1	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000,00
10.001.15.122.0040.2.227.		REFORMAR E MANTER PREDIOS PUBLICOS	
474 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
475 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
10.001.15.451.0040.1.073.		AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	
478 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.000,00
10.001.15.451.0040.1.075.		CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS PARQUES E JARDINS	
480 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
481 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
10.001.15.451.0040.1.076.		IMPLANT. DE GUIAS, SARJETAS E DRENAGENS DE AGU. PLUVI	
482 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00
10.001.15.451.0040.1.141.		CONSTRUCAO DE PRACA MULTIUSO	
483 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
484 - 4.4.90.51.00.00	67	OBRAS E INSTALAÇÕES	300.000,00
10.001.15.451.0041.2.094.		AMPLIAÇÃO/CONSERV.MANUT. DA SINALIZAÇÃO HORIZ. E VERTICAL	
485 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
486 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
487 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
10.001.15.451.0041.2.207.		AMPLIAR SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL	
488 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
10.001.15.452.0039.2.188.		LIMPEZA, COLETA E DESTINAÇÃO DO LIXO	

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

489 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	39.789,76
10.001.15.452.0040.1.147.		CONSTRUCAO DE CALCADAS E PASSEIOS PUBLICOS	
490 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
491 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
492 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
493 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	38.850,00
10.001.15.452.0040.2.093.		CONSERVAÇÃO E MANUT. DE PRAÇAS E JARDINS	
494 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	3.160,00
495 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
496 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
10.001.15.452.0040.2.209.		CONSERVAR/URBANIZAR VIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS	
497 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
498 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
499 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
10.001.25.751.0040.2.208.		CONSERVAR E MANTER SISTEMA ILUMINAÇÃO PUBLICA	
501 - 3.3.90.36.00.00	29	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
502 - 3.3.90.39.00.00	29	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00
10.001.25.752.0040.1.108.		AMPLIAR SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	
503 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
504 - 4.4.90.51.00.00	29	OBRAS E INSTALAÇÕES	30.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
11.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
11.001.10.122.0024.2.059.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
512 - 3.3.90.32.00.00	3	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	9.000,00
11.001.10.301.0018.1.036.		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ATENÇÃO BASICA EM SAUDE	
521 - 4.4.90.52.00.00	3	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
11.001.10.302.0020.1.140.		CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE UNIDADES DE SAUDE	
525 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
526 - 3.3.90.30.00.00	34	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
527 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
528 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
529 - 3.3.90.39.00.00	34	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
530 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00
531 - 4.4.90.51.00.00	34	OBRAS E INSTALAÇÕES	80.000,00
11.001.10.302.0024.2.195.		CAPACITAR AS EQUIPES DA REDE BASICA DE SAUDE (PSF/VIGILANCIA)	

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

544 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
545 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
11.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
11.002.10.122.0024.2.062.		MANUTENÇAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
550 - 4.4.90.52.00.00	3	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
11.002.10.301.0018.2.047.		MANUTENÇÃO DO PAB-FIXO FEDERAL	
555 - 3.3.90.36.00.00	46	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
557 - 4.4.90.52.00.00	46	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.990,00
11.002.10.301.0018.2.164.		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DIABETES MELIT - ESTADUAL	
559 - 3.3.90.30.00.00	151	MATERIAL DE CONSUMO	312,00
11.002.10.301.0018.2.165.		MANUTENÇÃO DO CAPS	
560 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
562 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
11.002.10.301.0019.1.039.		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAUDE DA FAMILIA	
581 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
11.002.10.301.0019.1.113.		CONSTRUIR E AMPLIAR UNIDADES DE SAUDE - UBS	
582 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
11.002.10.301.0019.2.157.		MANUT. PROG. NAC. MELH. ACES. DA IGUAL - PMAQ-AB	
640 - 3.3.90.30.00.00	46	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
641 - 3.3.90.36.00.00	46	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
642 - 3.3.90.39.00.00	46	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
643 - 4.4.90.51.00.00	46	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
644 - 4.4.90.52.00.00	46	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	46.000,00
11.002.10.302.0024.1.112.		AQUISIÇÃO DE UTI MOVEL	
648 - 4.4.90.52.00.00	3	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
11.002.10.302.0024.2.102.		PROGRAMA-REGIONALIZADO DE SAUDE I - ESTADUAL	
650 - 3.3.90.30.00.00	159	MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00
651 - 3.3.90.36.00.00	159	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
652 - 3.3.90.39.00.00	159	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
653 - 4.4.90.52.00.00	159	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00
11.002.10.302.0024.2.104.		GESTÃO PLENA DO SIST. MUN DE SAUDE MEDIA COMPLEX	
660 - 3.3.90.14.00.00	1	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
661 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
662 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
663 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.150,00
11.002.10.302.0024.2.210.		MANTER CENTRO DE ESPECIALIZAÇÃO REABILITAÇÃO	

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

670 - 3.1.90.11.00.00	3	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.000,00
671 - 3.1.90.13.00.00	3	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	210,00
672 - 3.3.90.14.00.00	3	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
673 - 3.3.90.30.00.00	3	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
674 - 3.3.90.36.00.00	3	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
675 - 3.3.90.39.00.00	3	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
676 - 4.4.90.52.00.00	3	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	600,00
11.002.10.302.0024.2.247.		TETO MUNICIPAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
678 - 3.3.90.36.00.00	20	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15.000,00
679 - 3.3.90.39.00.00	20	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	149.800,00
680 - 4.4.90.52.00.00	20	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
11.002.10.303.0023.2.056.		MANUTENÇÃO DA FARMACIA BASICA	
685 - 3.3.90.30.00.00	156	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
11.002.10.305.0022.1.044.		AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	
703 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.700,00
11.002.10.305.0022.1.045.		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	
704 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
11.002.10.306.0018.2.193.		PROGRAMA FINANCEIRO AÇOES P/ ALIMENTOS E NUTRIÇÃO	
712 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
12.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
12.001.18.541.0054.1.023.		CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ATERRO SANITARIO	
714 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
12.001.18.541.0054.2.024.		MANUTENÇÃO DE ATERRO SANITARIO	
720 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	630,48
721 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
12.001.18.541.0054.2.025.		MANUTENÇÃO DA USINA DE RECICLAGEM DE LIXO	
722 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	200,00
723 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
724 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	300,00
12.001.18.541.0054.2.196.		RECUPERAR E CONS. NASCENTES, CORREGOS E RIOS	
726 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
727 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
728 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.230,00
12.001.18.541.0054.2.198.		AQUISIÇÃO E PLANTIO DE MUDAS	
733 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
734 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
12.001.18.541.0054.2.199.		DESAPROPRIAR E ADQUIRIR IMOVEL P/ ATERRO SANITARIO	

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

735 - 4.4.90.61.00.00	1	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	10.000,00
12.001.18.541.0054.2.200.		IMPLANTAR VIVEIROS DE MUDAS	
736 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
737 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
738 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
12.001.18.541.0054.2.212.		MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
745 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
746 - 3.3.90.92.00.00	1	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.000,00
747 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00
12.001.18.541.0054.2.213.		MANTER AÇÕES EM VIGILANCIA AMBIENTAL	
748 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
749 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
750 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
12.001.23.695.0054.2.060.		MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM TURISMO	
752 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	2.500,00
12.001.23.695.0054.2.230.		REALIZACAO DE EVENTOS EM COMEMORACAO AO ANIVERSARIO DO MUNICIPIO	
753 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
754 - 3.3.90.30.00.00	67	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
755 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
756 - 3.3.90.36.00.00	67	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
757 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.500,00
758 - 3.3.90.39.00.00	67	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	85.000,00

Total Redução: 4.080.869,07

Artigo 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA-MT
AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZOITO.

JUVENAL PEREIRA BRITO
PREFEITO

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

LEI Nº 1.063-2018 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

LEI Nº 1.063/2018
De 30 DE JULHO DE 2018

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2018 e dá outras providências

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO NO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA, no uso de suas atribuições legais:

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica ao Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e orçamento municipal um crédito adicional suplementar, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R$ 4.080.869,07 (quatro milhões, oitenta mil, oitocentos e sessenta e nove reais e sete centavos).

Suplementação

02.000.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0002.1.005.		AQUISIÇÃO DE VEICULOS	
2 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	150.000,00
02.001.04.122.0002.2.004.		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
8 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.0003.1.006.		AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS	
24 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	40.000,00
03.001.04.122.0005.2.012.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
38 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00
40 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
41 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	105.000,00
03.001.14.422.0005.2.146.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROCON	
58 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
04.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
04.001.04.129.0007.2.017.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
80 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
83 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	
05.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	
05.001.04.122.0011.1.021.		AQUISIÇÃO DE VEICULOS	
87 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	75.000,00
05.001.04.122.0011.2.021.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
93 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
95 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	80.000,00
05.001.15.451.0009.1.015.		PAVIMENTAÇAO E DRENAGEM DE VIAS PUBLICAS	
97 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	217.500,00

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

05.001.26.782.0011.1.026.		CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	
109 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	54.500,00
05.001.26.782.0011.2.027.		CONSERV. E MANUT. DE ESTRADAS VICINAIS E ESTADUAIS	
120 - 3.3.90.30.00.00	71	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
124 - 3.3.90.39.00.00	71	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
06.001.20.122.0037.2.088.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGRICOLAS	
133 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
06.001.20.608.0055.1.103.		CONSTRUIR FRIGORIFICO DE PEIXES	
153 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.001.12.306.0014.2.224.		MANTER ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-CRECHE-REC.PROPRIO	
182 - 3.3.90.30.00.00	2	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
07.001.12.306.0014.2.225.		MANTER ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-INFANTIL-REC.PROPRIO	
183 - 3.3.90.30.00.00	2	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
07.001.12.361.0013.2.029.		MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
193 - 3.3.90.30.00.00	2	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001.08.243.0026.2.064.		MANUT. DO CONSELHO TUT. DO MENOR E DO ADOLESCENTE	
310 - 3.3.90.14.00.00	1	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
08.001.08.244.0030.1.051.		AQUISIÇÃO DE EQUIPAENTOS	
321 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19.000,00
08.001.08.244.0030.1.054.		AQUISIÇÃO DE VEICULOS	
323 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	63.100,00
08.001.08.244.0030.2.073.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
329 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	16.000,00
331 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
08.001.08.244.0030.2.075.		MANUTENÇÃO DA CASA TRANSITORIA	
332 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00
334 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
08.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MONICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002.08.244.0030.2.072.		MANUTENÇÃO PBV II - SCFV - 0 A 15 ANOS	
374 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
375 - 3.3.90.30.00.00	69	MATERIAL DE CONSUMO	13.200,00
08.002.08.244.0030.2.161.		MANUTENÇÃO DO IGD/SUAS	
379 - 3.3.90.30.00.00	69	MATERIAL DE CONSUMO	4.500,00
381 - 3.3.90.39.00.00	69	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
08.002.08.244.0050.2.119.		PROGRAMA ATENÇÃO INTEGRAL A FAMILIA - PAIF	
393 - 3.3.90.30.00.00	69	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
08.002.08.244.0050.2.206.		MANTER O CRAS	
396 - 3.3.90.30.00.00	69	MATERIAL DE CONSUMO	1.300,00
398 - 3.3.90.39.00.00	69	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER	
09.001.13.392.0032.2.217.		AUXILIO FINANCEIRO FESTA DO RODEIO	
413 - 3.3.60.45.00.00	1	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	45.000,00
09.001.27.122.0036.2.085.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
421 - 3.3.90.14.00.00	1	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
422 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	95.000,00
424 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	80.000,00
09.001.27.812.0036.1.064.		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E LAZER	
453 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
09.001.27.812.0036.1.065.		AQUISIÇÃO DE VEICULOS	
454 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	42.000,00
09.001.27.812.0036.2.151.		DISTRIB. DE PREMIOS A VENC. DE CAMPEONATOS AMADORES	
455 - 3.3.90.31.00.00	1	PREM. CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTIF. DESPORT. E OUTRAS	19.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMP. PUBL. E SERV. URBANOS	
10.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMP. PUBL. E SERV. URBANOS	
10.001.04.122.0042.2.095.		MANUTENÇÃO DE CEMITERIOS	
461 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00
463 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
10.001.15.122.0039.2.090.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
472 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	36.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
11.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
11.001.10.122.0024.2.059.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
506 - 3.1.90.11.00.00	3	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	174.000,00
507 - 3.1.90.13.00.00	3	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	35.000,00
511 - 3.3.90.30.00.00	3	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
515 - 3.3.90.39.00.00	3	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
517 - 4.4.90.52.00.00	3	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
11.001.10.302.0020.2.050.		MANUTENÇÃO DO HOSPITAL, POLICLINA MUNICIPAL	
532 - 3.1.90.11.00.00	3	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	550.000,00
533 - 3.1.90.13.00.00	3	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	110.000,00
536 - 3.3.90.14.00.00	3	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	16.000,00
537 - 3.3.90.30.00.00	3	MATERIAL DE CONSUMO	250.000,00
539 - 3.3.90.39.00.00	3	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	120.000,00
11.001.10.302.0024.2.195.		CAPACITAR AS EQUIPES DA REDE BASICA DE SAUDE (PSF/VIGILANCIA)	
543 - 3.3.90.14.00.00	1	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
11.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
11.002.10.301.0018.2.211.		PASCAR-PROG. APOIO SAUDE C/ASSENT.RURAIS - ESTADUAL	
570 - 3.1.90.04.00.00	72	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	21.400,00
571 - 3.1.90.13.00.00	72	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.120,00
11.002.10.301.0019.2.048.		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA	

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

583 - 3.1.90.11.00.00	47	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	154.000,00
585 - 3.1.90.13.00.00	47	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	24.000,00
11.002.10.301.0019.2.049.		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAUDE BUCAL	
597 - 3.1.90.11.00.00	48	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	54.000,00
599 - 3.1.90.13.00.00	48	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.400,00
11.002.10.301.0019.2.100.		PROG. DE APOIO A SAUDE FAMILIA COMUNITARIA - PASF	
613 - 3.1.90.11.00.00	45	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	74.000,00
615 - 3.1.90.13.00.00	45	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	14.400,00
618 - 3.3.90.08.00.00	45	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	4.350,00
11.002.10.302.0024.2.104.		GESTÃO PLENA DO SIST. MUN DE SAUDE MEDIA COMPLEX	
654 - 3.1.90.11.00.00	1	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	306.099,07
656 - 3.1.90.13.00.00	1	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	35.000,00
11.002.10.304.0021.2.246.		PROGRAMA DE VIGILANCIA EM SAUDE	
699 - 3.3.90.30.00.00	45	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
11.002.10.305.0022.2.054.		PREVENÇÃO E COMBATE A DOENÇA EPIDEMIOLOGICAS - ECD	
705 - 3.1.90.11.00.00	45	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	40.000,00
706 - 3.1.90.13.00.00	45	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	8.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
12.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
12.001.23.695.0054.1.125.		CONSTRUCAO DE PRACA DE MULTIUSO	
751 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	17.000,00

Total Suplementação: 4.080.869,07

Art. 2º - Para atender o dispositivo no Artigo 1º da Lei, servirá como recurso Anulação de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

02.000.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0002.1.004.		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	
1 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
02.001.04.122.0002.2.159.		MANUTENÇÃO FUN. ESP. PROC. GERAL MUNICIPIO-FE-PGMPP	
11 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	4.800,00
02.001.06.122.0002.2.114.		APOIO A SEGURANÇA	
20 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
21 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
22 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO	
03.001.03.092.0004.2.011.		CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURIDICO DO MUNICIPIO	
23 - 3.3.90.35.00.00	1	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	2.500,00
03.001.04.122.0003.1.092.		REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL	

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

25 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.500,00
26 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.500,00
03.001.04.122.0003.2.010.		MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DA JUNTA MILITAR	
29 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
30 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
03.001.04.122.0003.2.097.		DESPESAS COM PUBLICIDADES	
31 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.500,00
03.001.04.122.0003.2.220.		REFORMA DO PREDIO DA GUARDA MIRIM	
32 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
03.001.04.122.0005.2.012.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
39 - 3.3.90.35.00.00	1	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15.000,00
03.001.04.122.0005.2.189.		IMPLANTAR E MANTER PROG. FIQUE LEGAL	
43 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
44 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
45 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
03.001.04.127.0003.1.007.		DESAPROPRIAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE IMOVEIS	
46 - 4.4.90.61.00.00	1	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	241,00
03.001.04.127.0003.2.222.		EXECUTAR REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA	
47 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.000,00
03.001.14.422.0003.2.156.		MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE DEF. CONS. - FMDC	
49 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
50 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
51 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
52 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
03.001.14.422.0005.2.146.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROCON	
57 - 3.3.90.14.00.00	1	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	500,00
59 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	100,00
03.001.22.662.0003.1.009.		IMPLANTAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL	
61 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
62 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00
03.001.23.695.0006.1.011.		IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA	
63 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
64 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00
03.001.24.722.0003.2.214.		SERVIÇOS DE RADIOFUSAO	
66 - 3.3.50.43.00.00	1	SUBVENÇÕES SOCIAIS	20.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
04.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
04.001.04.123.0007.2.153.		AUXILIO FINANCEIRO A ASSOC. COM.IND - ACIPP	
72 - 3.3.50.43.00.00	1	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.000,00

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

04.001.04.123.0007.2.160.		SENTENÇAS JUDICIAIS	
73	- 4.4.90.91.00.00 1	SENTENÇAS JUDICIAIS	30.000,00
04.001.04.129.0007.1.013.		AQUISIÇÃO DE PREMIOS PARA CAMPANHA DO IPTU	
74	- 3.3.90.32.00.00 1	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12.000,00
04.001.04.129.0007.2.017.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
81	- 3.3.90.35.00.00 1	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	28.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	
05.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	
05.001.04.122.0011.1.019.		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	
86	- 4.4.90.52.00.00 1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
05.001.04.122.0011.2.021.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
94	- 3.3.90.36.00.00 1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00
05.001.15.451.0009.1.015.		PAVIMENTAÇAO E DRENAGEM DE VIAS PUBLICAS	
99	- 4.4.90.51.00.00 68	OBRAS E INSTALAÇÕES	132.100,00
05.001.15.451.0009.1.148.		CONSTRUCAO DE REDE DE ESGOTO E SERVICOS COMPLEMENTARES	
100	- 4.4.90.51.00.00 1	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
101	- 4.4.90.51.00.00 67	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00
05.001.15.451.0011.1.096.		CONSTRUÇÃO DO TREVO URBANO NA BR-364	
102	- 4.4.90.51.00.00 1	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.500,00
05.001.17.511.0056.2.202.		MANTER SANEAMENTO BASICO RURAL	
104	- 3.3.90.36.00.00 1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
105	- 3.3.90.39.00.00 1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
05.001.18.543.0010.1.018.		CONSTRUÇAO DE GALERIAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	
106	- 4.4.90.51.00.00 1	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
05.001.26.782.0011.1.025.		AQUISIÇÃO DE MAQUINAS RODOVIARIAS	
107	- 4.4.90.52.00.00 1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
108	- 4.4.90.52.00.00 71	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	140.000,00
05.001.26.782.0011.1.027.		CONST. E AMPL. DE PONTES, BUEIROS E SERVS. COMPL	
111	- 4.4.90.51.00.00 1	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
05.001.26.782.0011.2.026.		CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES E BUEIROS	
113	- 3.3.90.30.00.00 1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
115	- 3.3.90.36.00.00 1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
117	- 3.3.90.39.00.00 1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
05.001.26.782.0011.2.027.		CONSERV. E MANUT. DE ESTRADAS VICINAIS E ESTADUAIS	
121	- 3.3.90.36.00.00 1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
122	- 3.3.90.36.00.00 71	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.500,00
123	- 3.3.90.39.00.00 1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
06.001.20.122.0037.2.088.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGRICOLAS	
135	- 4.4.90.52.00.00 1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

06.001.20.122.0037.2.150.		AUXILIO FINAN. A ASSOC. DE PROD. RURAIS	
136 - 3.3.50.43.00.00	1	SUBVENÇÕES SOCIAIS	20.000,00
06.001.20.511.0037.1.069.		IMPLANT. E EXTENSÃO DE REDE DE AGUA E SERV.COMPLEME	
137 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.500,00
138 - 4.4.90.51.00.00	67	OBRAS E INSTALAÇÕES	200.000,00
139 - 4.4.90.52.00.00	68	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
06.001.20.608.0037.2.086.		INCENTIVOS A PRODUÇÃO AGRICOLA	
145 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.500,00
146 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.500,00
06.001.20.608.0037.2.216.		MANTER SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM	
150 - 3.3.50.43.00.00	1	SUBVENÇÕES SOCIAIS	5.500,00
06.001.20.608.0037.2.221.		ESTUDOS GEOFISICOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS	
151 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
152 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
06.001.20.608.0055.2.174.		CONSTRUIR TANQUES DE PISCICULTURA	
156 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00
06.001.20.608.0056.2.087.		INCENTIVOS A PRODUÇÃO A PECUARIA	
160 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
161 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
162 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
163 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00
06.001.20.608.0056.2.172.		DESENVOLVER A CADEIA PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR	
164 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
165 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
166 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
06.001.20.752.0037.1.068.		IMPLANTAÇÃO DE ELETRIFICAÇÃO RURAL	
167 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.001.12.122.0015.1.145.		REFORMA, AMPLIACAO E MELHORAMENTOS NO PREDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
168 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00
07.001.12.122.0015.1.146.		CONSTRUCAO DE AUDITORIO MUNICIPAL DA EDUCACAO	
169 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	35.000,00
07.001.12.122.0015.1.150.		CONSTRUCAO DE LABORATORIO DE INFORMATICA	
170 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	40.000,00
07.001.12.122.0015.2.139.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
179 - 3.3.90.39.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	59.000,00
180 - 3.3.90.92.00.00	2	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.000,00
181 - 4.4.90.52.00.00	2	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	76.000,00
07.001.12.361.0013.2.029.		MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
197 - 4.4.90.61.00.00	2	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	20.000,00

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

07.001.12.361.0013.2.033.		REFORMA E MANUTENÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES	
198 - 3.3.90.30.00.00	2	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
199 - 3.3.90.36.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	8.000,00
07.001.12.361.0013.2.168.		PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO	
201 - 3.1.90.04.00.00	2	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	10.000,00
202 - 3.1.90.13.00.00	2	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.100,00
203 - 3.3.90.36.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
204 - 3.3.90.39.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
07.001.12.361.0015.1.033.		AQUISIÇÃO DE VEICULOS P/ ENSINO FUNDAMENTAL	
205 - 4.4.90.52.00.00	2	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.000,00
07.001.12.361.0016.2.040.		MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
209 - 3.3.90.30.00.00	2	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
210 - 3.3.90.36.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	8.000,00
212 - 3.3.90.92.00.00	2	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.000,00
07.001.12.364.0017.2.116.		MANUTENÇÃO DA UAB	
215 - 3.1.90.11.00.00	2	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
216 - 3.1.90.13.00.00	2	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.500,00
217 - 3.1.90.94.00.00	2	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
219 - 3.3.90.30.00.00	2	MATERIAL DE CONSUMO	7.018,00
220 - 3.3.90.39.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
221 - 4.4.90.52.00.00	2	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
07.001.12.365.0014.1.029.		CONSTRUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO ENS. INFANTIL	
222 - 4.4.90.51.00.00	2	OBRAS E INSTALAÇÕES	200.000,00
07.001.12.365.0014.1.030.		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	
225 - 4.4.90.52.00.00	2	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	86.956,00
07.001.12.365.0014.1.123.		CONTRUIR BRIQUEDOTECA	
226 - 4.4.90.51.00.00	2	OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00
07.001.12.365.0014.1.144.		CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE PARQUES INFANTIS EM UNIDADES ESCOLARES	
227 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
228 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
229 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
230 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
231 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
07.001.12.365.0014.2.034.		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
236 - 3.3.90.30.00.00	2	MATERIAL DE CONSUMO	58.281,75
237 - 3.3.90.36.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.968,60
238 - 3.3.90.39.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	42.799,06
07.001.12.365.0014.2.035.		REFORMA E MANUT.DE UNID DE ENSINO INFANTIL	

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

239 - 3.3.90.30.00.00	2	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
240 - 3.3.90.36.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
241 - 3.3.90.39.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	150.000,00
07.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.002.12.306.0015.2.039.		PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE/ED.JOVENS E ADULTOS	
242 - 3.3.90.30.00.00	58	MATERIAL DE CONSUMO	247,46
07.002.12.306.0015.2.177.		PROGRAMA NAC.ALIM.ESCOLAR-PNAE/CRECHE	
243 - 3.3.90.30.00.00	58	MATERIAL DE CONSUMO	981,39
07.002.12.306.0015.2.178.		PROGRAMA NAC.ALIM.ESCOLAR-PNAE/ENSINO FUNDAMENTAL	
244 - 3.3.90.30.00.00	58	MATERIAL DE CONSUMO	8,25
07.002.12.306.0015.2.179.		PROGRAMA NAC.ALIM.ESCOLAR-PNAE/ENSINO INFANTIL	
245 - 3.3.90.30.00.00	58	MATERIAL DE CONSUMO	0,98
07.002.12.306.0015.2.180.		PROGRAMA NAC.ALIM.ESCOLAR-PNAE/MAIS EDUCAÇÃO	
246 - 3.3.90.30.00.00	58	MATERIAL DE CONSUMO	25.122,85
07.002.12.306.0015.2.240.		PROGRAMA NA.ALIM.ESCOLAR-PNAE/ATEND.EDUC.ESPECIALIZADO(AEE)	
247 - 3.3.90.30.00.00	58	MATERIAL DE CONSUMO	3.678,46
07.002.12.361.0015.2.038.		PROGRAMA SALARIO E EDUCAÇÃO	
249 - 3.3.90.36.00.00	56	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
251 - 4.4.90.52.00.00	56	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
07.002.12.361.0015.2.203.		REALIZAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO DOS SERVS. DA EDUCAÇÃO	
253 - 3.3.90.30.00.00	2	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
254 - 3.3.90.36.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
07.002.12.361.0016.2.134.		AUXILIO FINANCEIRO AO TRANSPORTE ESCOLAR	
259 - 3.1.90.13.00.00	64	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	20.000,00
07.002.12.365.0014.2.219.		MANTER O PROGRAMA BRASIL CARINHOSO	
264 - 3.3.90.30.00.00	60	MATERIAL DE CONSUMO	335,03
265 - 3.3.90.36.00.00	60	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
266 - 3.3.90.39.00.00	60	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
267 - 4.4.90.52.00.00	60	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
07.002.12.366.0052.2.223.		MANTER O PROGRAMA DE JOVENS E ADULTOS - PEJA	
272 - 3.3.90.30.00.00	2	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
273 - 3.3.90.36.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
274 - 3.3.90.39.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.500,00
275 - 4.4.90.52.00.00	2	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001.08.243.0026.2.064.		MANUT. DO CONSELHO TUT. DO MENOR E DO ADOLESCENTE	
314 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
08.001.08.243.0026.2.152.		MANUT. DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOL.	

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

315 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
316 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
317 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
318 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00
08.001.08.243.0030.2.183.		MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO	
320 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
08.001.08.244.0030.2.163.		MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL ANTI DROGAS-COMAD	
335 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
336 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
337 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
338 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
339 - 4.4.90.52.00.00	62	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
08.001.08.244.0030.2.184.		VIVA SEU BAIRRO	
340 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
341 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
342 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
08.001.08.244.0030.2.185.		LEITE FAMILIA	
343 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
08.001.08.244.0030.2.186.		APOIO A INCLUSAO PRODUTIVA	
344 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
345 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
346 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
08.001.08.244.0030.2.250.		IMPLEMENTACAO DO PROJETO MAOS TALENTOSAS	
347 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
348 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00
349 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
350 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
08.001.16.481.0031.1.104.		PROGRAMA NAC. HAB. RURAL - PNHR	
351 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	8.000,00
352 - 4.4.90.51.00.00	69	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
08.001.16.482.0031.1.056.		CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	
353 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
08.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MONICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002.08.241.0030.2.136.		MANUTENÇAO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - PSB	
356 - 3.3.90.39.00.00	69	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
08.002.08.244.0030.1.106.		CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DO CRAS	
358 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
08.002.08.244.0030.2.005.		MANUT. DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL	

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

360 - 3.3.90.30.00.00	69	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
364 - 3.3.90.39.00.00	69	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	600,00
365 - 3.3.90.92.00.00	69	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000,00
366 - 4.4.90.52.00.00	69	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
08.002.08.244.0030.2.065.		MAN. DO FUNDO DE INV.ASSIST. SOCIAL-FUMS	
367 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	9.400,00
372 - 3.3.90.39.00.00	69	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
373 - 4.4.90.52.00.00	69	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
08.002.08.244.0030.2.205.		MANTER O IGD/PBF	
389 - 3.3.90.36.00.00	69	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
391 - 3.3.90.39.00.00	69	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
392 - 4.4.90.52.00.00	69	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER	
09.001.13.392.0032.2.076.		REALIZAÇÕES ALUSIVAS AS DATAS COMEMOR. E EVENTOS	
402 - 3.3.90.30.00.00	67	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
403 - 3.3.90.30.00.00	68	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
408 - 3.3.90.39.00.00	67	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	35.000,00
409 - 3.3.90.39.00.00	68	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
09.001.13.392.0032.2.078.		INSENTIVO A CULTURA	
410 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
09.001.13.392.0034.2.080.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	
414 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
415 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
416 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
09.001.27.812.0035.1.142.		CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE ACADEMIAS PUBLICAS	
430 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00
431 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
432 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
433 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
09.001.27.812.0035.1.143.		CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE PARQUES INFANTIS	
435 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	7.000,00
437 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
439 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
09.001.27.812.0035.2.081.		MANUTENÇÃO DE QUADRAS E MINI CAMPOS	
441 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	18,80
443 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	189,20
09.001.27.812.0035.2.082.		CONSERVAÇÃO E REFORMAS DE PRAÇAS DE ESPORTES	

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

446 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
09.001.27.812.0035.2.083.		MANUTENÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO E DE EVENTOS	
448 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
09.001.27.812.0035.2.084.		REFORMA E CONSERVAÇÃO DE QUADRAS E MINI CAMPOS	
450 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
451 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMP. PUBL. E SERV. URBANOS	
10.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMP. PUBL. E SERV. URBANOS	
10.001.04.122.0040.2.169.		PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO	
456 - 3.1.90.04.00.00	1	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	790,00
457 - 3.1.90.13.00.00	1	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	210,00
10.001.04.122.0042.1.095.		CONTRUÇÃO/REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CEMITERIOS	
458 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
459 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
10.001.04.122.0042.2.095.		MANUTENÇÃO DE CEMITERIOS	
462 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.400,00
10.001.15.122.0039.1.072.		AQUISIÇÃO DE VEICULOS	
464 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
10.001.15.122.0039.2.090.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
473 - 3.3.90.92.00.00	1	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000,00
10.001.15.122.0040.2.227.		REFORMAR E MANTER PREDIOS PUBLICOS	
474 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
475 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
10.001.15.451.0040.1.073.		AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	
478 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.000,00
10.001.15.451.0040.1.075.		CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS PARQUES E JARDINS	
480 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
481 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
10.001.15.451.0040.1.076.		IMPLANT. DE GUIAS, SARJETAS E DRENAGENS DE AGU. PLUVI	
482 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00
10.001.15.451.0040.1.141.		CONSTRUCAO DE PRACA MULTIUSO	
483 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
484 - 4.4.90.51.00.00	67	OBRAS E INSTALAÇÕES	300.000,00
10.001.15.451.0041.2.094.		AMPLIAÇÃO/CONSERV.MANUT. DA SINALIZAÇÃO HORIZ. E VERTICAL	
485 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
486 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
487 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
10.001.15.451.0041.2.207.		AMPLIAR SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL	
488 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
10.001.15.452.0039.2.188.		LIMPEZA, COLETA E DESTINAÇÃO DO LIXO	

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

489 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	39.789,76
10.001.15.452.0040.1.147.		CONSTRUCAO DE CALCADAS E PASSEIOS PUBLICOS	
490 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
491 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
492 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
493 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	38.850,00
10.001.15.452.0040.2.093.		CONSERVAÇÃO E MANUT. DE PRAÇAS E JARDINS	
494 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	3.160,00
495 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
496 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
10.001.15.452.0040.2.209.		CONSERVAR/URBANIZAR VIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS	
497 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
498 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
499 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
10.001.25.751.0040.2.208.		CONSERVAR E MANTER SISTEMA ILUMINAÇÃO PUBLICA	
501 - 3.3.90.36.00.00	29	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
502 - 3.3.90.39.00.00	29	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00
10.001.25.752.0040.1.108.		AMPLIAR SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	
503 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
504 - 4.4.90.51.00.00	29	OBRAS E INSTALAÇÕES	30.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
11.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
11.001.10.122.0024.2.059.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
512 - 3.3.90.32.00.00	3	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	9.000,00
11.001.10.301.0018.1.036.		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ATENÇÃO BASICA EM SAUDE	
521 - 4.4.90.52.00.00	3	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
11.001.10.302.0020.1.140.		CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE UNIDADES DE SAUDE	
525 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
526 - 3.3.90.30.00.00	34	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
527 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
528 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
529 - 3.3.90.39.00.00	34	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
530 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00
531 - 4.4.90.51.00.00	34	OBRAS E INSTALAÇÕES	80.000,00
11.001.10.302.0024.2.195.		CAPACITAR AS EQUIPES DA REDE BASICA DE SAUDE (PSF/VIGILANCIA)	

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

544 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
545 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
11.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
11.002.10.122.0024.2.062.		MANUTENÇAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
550 - 4.4.90.52.00.00	3	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
11.002.10.301.0018.2.047.		MANUTENÇÃO DO PAB-FIXO FEDERAL	
555 - 3.3.90.36.00.00	46	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
557 - 4.4.90.52.00.00	46	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.990,00
11.002.10.301.0018.2.164.		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DIABETES MELIT - ESTADUAL	
559 - 3.3.90.30.00.00	151	MATERIAL DE CONSUMO	312,00
11.002.10.301.0018.2.165.		MANUTENÇÃO DO CAPS	
560 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
562 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
11.002.10.301.0019.1.039.		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAUDE DA FAMILIA	
581 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
11.002.10.301.0019.1.113.		CONSTRUIR E AMPLIAR UNIDADES DE SAUDE - UBS	
582 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
11.002.10.301.0019.2.157.		MANUT. PROG. NAC. MELH. ACES. DA IGUAL - PMAQ-AB	
640 - 3.3.90.30.00.00	46	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
641 - 3.3.90.36.00.00	46	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
642 - 3.3.90.39.00.00	46	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
643 - 4.4.90.51.00.00	46	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
644 - 4.4.90.52.00.00	46	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	46.000,00
11.002.10.302.0024.1.112.		AQUISIÇÃO DE UTI MOVEL	
648 - 4.4.90.52.00.00	3	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
11.002.10.302.0024.2.102.		PROGRAMA-REGIONALIZADO DE SAUDE I - ESTADUAL	
650 - 3.3.90.30.00.00	159	MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00
651 - 3.3.90.36.00.00	159	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
652 - 3.3.90.39.00.00	159	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
653 - 4.4.90.52.00.00	159	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00
11.002.10.302.0024.2.104.		GESTÃO PLENA DO SIST. MUN DE SAUDE MEDIA COMPLEX	
660 - 3.3.90.14.00.00	1	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
661 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
662 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
663 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.150,00
11.002.10.302.0024.2.210.		MANTER CENTRO DE ESPECIALIZAÇÃO REABILITAÇÃO	

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

670 - 3.1.90.11.00.00	3	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.000,00
671 - 3.1.90.13.00.00	3	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	210,00
672 - 3.3.90.14.00.00	3	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
673 - 3.3.90.30.00.00	3	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
674 - 3.3.90.36.00.00	3	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
675 - 3.3.90.39.00.00	3	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
676 - 4.4.90.52.00.00	3	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	600,00
11.002.10.302.0024.2.247.		TETO MUNICIPAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
678 - 3.3.90.36.00.00	20	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15.000,00
679 - 3.3.90.39.00.00	20	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	149.800,00
680 - 4.4.90.52.00.00	20	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
11.002.10.303.0023.2.056.		MANUTENÇÃO DA FARMACIA BASICA	
685 - 3.3.90.30.00.00	156	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
11.002.10.305.0022.1.044.		AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	
703 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.700,00
11.002.10.305.0022.1.045.		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	
704 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
11.002.10.306.0018.2.193.		PROGRAMA FINANCEIRO AÇOES P/ ALIMENTOS E NUTRIÇÃO	
712 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
12.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
12.001.18.541.0054.1.023.		CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ATERRO SANITARIO	
714 - 4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
12.001.18.541.0054.2.024.		MANUTENÇÃO DE ATERRO SANITARIO	
720 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	630,48
721 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
12.001.18.541.0054.2.025.		MANUTENÇÃO DA USINA DE RECICLAGEM DE LIXO	
722 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	200,00
723 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
724 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	300,00
12.001.18.541.0054.2.196.		RECUPERAR E CONS. NASCENTES, CORREGOS E RIOS	
726 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
727 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
728 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.230,00
12.001.18.541.0054.2.198.		AQUISIÇÃO E PLANTIO DE MUDAS	
733 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
734 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
12.001.18.541.0054.2.199.		DESAPROPRIAR E ADQUIRIR IMOVEL P/ ATERRO SANITARIO	

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

735 - 4.4.90.61.00.00	1	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	10.000,00
12.001.18.541.0054.2.200.		IMPLANTAR VIVEIROS DE MUDAS	
736 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
737 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
738 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
12.001.18.541.0054.2.212.		MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
745 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
746 - 3.3.90.92.00.00	1	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.000,00
747 - 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00
12.001.18.541.0054.2.213.		MANTER AÇÕES EM VIGILANCIA AMBIENTAL	
748 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
749 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
750 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
12.001.23.695.0054.2.060.		MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM TURISMO	
752 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	2.500,00
12.001.23.695.0054.2.230.		REALIZACAO DE EVENTOS EM COMEMORACAO AO ANIVERSARIO DO MUNICIPIO	
753 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
754 - 3.3.90.30.00.00	67	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
755 - 3.3.90.36.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
756 - 3.3.90.36.00.00	67	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
757 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.500,00
758 - 3.3.90.39.00.00	67	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	85.000,00

Total Redução: 4.080.869,07

Artigo 3º- Esta LEI entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA-MT
AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZOITO.

JUVENAL PEREIRA BRITO
PREFEITO

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA DE PEDRA PRETA

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000
Fone: (66) 3486-4400Fax: (66) 3486-4401 gabinete@pedrapreta.mt.gov.br

EDITAL N.º 002-2018- AUDIÊNCIA PÚBLICA / ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS- LDO/2019

E D I T A L N.002/2018

Audiência Pública – Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO/2019.

O Sr°. **JUVENAL PEREIRA BRITO,** Prefeito do município de Pedra Preta Estado de Mato Grosso, em atendimento ao que determina o Parágrafo

Único, do artigo 48 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000, convoca para as Audiências Públicas, nos dias 09/08/2018, na Escola Municipal Ari Griesang – Vila Garça Branca (Serra), às 19:00 hs, 10/08/2018 na Escola Municipal Francisco Ferreira Gonçalves – Distrito de São José do Planalto (Birro), às 19:00 hs e 13/08/2018, no Plenário da Câmara Municipal de Pedra Preta, sito à Rua: Noda Guenko, 338 às 15:00 hs, para tratarmos da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) referente ao ano de 2019.

Pedra Preta – MT, 07 de Agosto de 2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N° 007/2018

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO GLOBAL"

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT, através de sua Comissão de Licitação, Instituída pela Portaria n° 268/2018 de 18 de maio de 2.018, de acordo com a Lei n° 8.666/93 e as alterações que a sucederam, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: **TOMADA DE PREÇO**

Objeto. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a realização de serviços de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Profunda no Bairro Jardim Morumbi no Município de Pedra Preta – MT, mediante o regime empreitada por menor preço global conforme especificações constantes no Memorial Descritivo, Orçamento da Obra (Sem Desoneração), Resumo do Orçamento (Sem desoneração), Cronograma Físico Financeiro, Composição do BDI e Quadro de Composição do Investimento – QCI (Sem Desoneração) – ANEXOS, os mesmos são parte integrante deste Edital, referente ao Processo nº 59800.601953/2016-92, Convenio 842670/2016 – SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro – Oeste.

Data da Abertura: Dia 28/08/2018 ÀS 09h00min.

Data de Cadastramento e Atualização de Cadastro das Empresas: Do Dia 08/08/2018 a 22/08/2018.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, sito Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13h00min às 17h00min). Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (066) 3486-4400, fax (066) 3486-4416, junto à Comissão Permanente de Licitação.

Pedra Preta – MT, 07 de Agosto de 2018.

_____

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

PRESIDENTE CPL

SEGUNDO AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 017/2018

A Chefe do departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais, considerando impugnação enviado nos e-mails licitacao@pedrapreta.mt.gov.br e pregão@pedrapreta.mt.gov.br da empresa CQC TECNOLOGIA EM SISTEMA DIAGNOSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ: 46.962.122/0003-21, referente a Descrição do Item 64738 do Anexo VIII – Termo de Referencia. Foi constado que o questionamento levantado pela empresa supracitada está correto, desta forma **RETIFICANDO** o **Item** 64738passando para a seguinte redação:

I - ONDE SE LÊ:

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO
64738	UND	01	**ANALISADOR AUTOMATICO DE HEMATOLOGIA- PRINCIPIOS E TECNOLOGIA**S: LEUCÓCITOS, ERITRÓCITOS E PLAQUETAS- WBCS, RBCS, RBCS E PLTS SÃO ANALISADOS PELO METODO DE IMPEDANCIA COM DISCRIMINIDORES AUTOMATICOS QUE SEPARAM CORRETAMENTE AS POPULAÇÕES DE CELULAS. A INTENSIDADAE DO PULSO ELÉTRICO É PROPORÇIONAL AO SEU VOLUMO. O HEMATÓCRITO (HCT) É DETERMINADO A PARTIR DA ANALISE DOS ERITRÓCITOS. **DETERMINAÇÃO DA HEMOGLOBINA-** A ANALISE DA HEMOGLOBINA DEVE SER REALIZADA POR UM METODO DE FERRAMENTA LIVRE DE CIANETO- **VCM, HCM,CHCM, PLT, LYM%, MXD%, NEUT%, LYM#, MXD#, NEUT#, RDW-SD, RDW-CV, MPV, PDW, PLCR, PCT. HISTOGRAMA:** WBC (3 DIFF), RBC E PLT; **VELOCIDADE:** 60 amostras/hora (máx.); **VOLUME DE ASPIRAÇÃO DE AMOSTRAS:** Modo sangue total: 50 ml; Pré-diluido: 20 ml; **MEMORIA:** 40.00 resultados com histogramas; **CONTROLE DE QUALIDADE:** 60 pontos x 6 arquivos com gráficos de Levey-Jennings; **MATERIAL DE CONTROLE DE QUALIDADE:** Eigtcheck - 3wp (Baixo, normal e alto); **IDENTIFICACAO DE AMOSTRA:** Até 15 caracteres alfanuméricos; **IMPRESSORA:** Interna térmica e externa; **INTERFACES:** Ethernet (TCP/RS-232C); **IDIOMAS:** 11 idiomas, incluindo português, Espanhol, Inglês e Francês; **Linearidade: Sangue total:** WBC: 1,0 - 99,9 X 10^3/ml; RBC: 0,30 - 7,00 X 10 elevado, a 6 potencial/ml; PTL: 10,0 - 999,0 X 10^3 ml; HGB: 0,1 - 25,0g/dl; HCT: 10,0 - 60,0%; **DIMENSÕES:** (L x A x P/ Peso): 42 cm x 48 cm x 35,5 cm / 33 kg.

II - LER-SE-Á:

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO
64738	UND	01	**ANALISADOR AUTOMATICO DE HEMATOLOGIA- PRINCIPIOS E TECNOLOGIA**S: LEUCÓCITOS, ERITRÓCITOS E PLAQUETAS- WBCS, RBCS E PLTS SÃO ANALISADOS PELO METODO DE IMPEDANCIA COM DISCRIMINIDORES AUTOMATICOS QUE SEPARAM CORRETAMENTE AS POPULAÇÕES DE CELULAS. A INTENSIDADAE DO PULSO ELETRICO E PROPORCIONAL AO SEU VOLUME. O HEMATÓCRITO E DETERMINADO A PARTIR DA ANALISE DOS ERITRÓCITOS. **DETERMINAÇÃO DA HEMOGLOBINA-** A ANALISE DA HEMOGLOBINA DEVE SER REALIZADA POR UM METODO DE FERRAMENTA LIVRE DE CIANETO. **PARAMETROS MINIMOS**: HB, HC, HCT, VCM, HCM, CHCM, PLT, LYM%, MXD%, NEUT%, LYM#, MXD3, NEUT#, RDW, MPV, PDW, PLCR, PCT E WBC. **HISTOGRAMA -** WBC (3 DIFF), RBC E PLT; **VELOCIDADE:** mínima60 amostras/hora s; **VOLUME DE ASPIRAÇÃO DE AMOSTRAS:** Máximo de 50 UL (microlitros) **MEMORIA:** Mínima de39.000 resultados com histogramas; **IMPRESSORA:** Interna térmica; **IDIOMAS E MANUAL:** Português; Acompanhada de nobreak compatível com autonomia de no mínimo 15 min na falta de energia. Catálogo Descritivo ou Manual Técnico que comprove as especificações solicitadas.

As modificações do referido edital, estão disponíveis no site do município (www.pedrapreta.mt.gov.br).

III – Os demais itens permanecem como no edital, permanecendo inalterada a data de abertura do certame **21 de Agosto de 2018, às 09h00-min,** Local: Sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT, situada na Av. Fernando Corrêa da Costa nº 940, Centro, Pedra Preta/MT. Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (066) 3486-4400/4416.

Pedra Preta, 07 de Agosto de 2018.

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

Chefe do Departamento de Licitação

DECRETO N.º 086/2018- CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO N° 086/2018

DE 25 DE JULHO DE 2018

"Autoriza o Poder Legislativo Municipal a realizar abertura de Crédito Adicional Suplementar para Câmara Municipal de Pedra Preta".

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei.

Artigo 1º - Fica o **Poder Legislativo Municipal** autorizado a proceder, no orçamento vigente, abertura de **CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**

até o montante de R$. 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais), conforme a Lei N° 1.019/2017 e parágrafo único do art. 5° da Lei n° 1.020/2017, segue dotação orçamentária abaixo:

Suplementar

Código Descrição Valor

01.002.01.031.0001.2003-3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo R$ 20. 000,00

01.002.01.031.0001.2003-3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Ter. P. Jurídica R$ 10.000,00

01.002.01.031.0001.2003-3.3.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições R$ 14.500,00

Total a Suplementar R$ 44.500,00

Reduzir

Código Descrição Valor

01.002.01.031.001.2003 – 3.1.90.94.00.00 – Indenizações e rest. Trabalhistas R$ 3.900,00

01.002.01.031.001.2003 – 3.3.50.41.00.00 – Contribuições R$ 600,00

01.002.01.031.0001.2057 – 3.2.90.21.00.00 – Juros sobre a dívida por contrato R$10.000,00

01.002.01.031.0001.0001.2057 – 4.6.90.71.00.00 – Principal da Dívida Contratual Resgatado R$30.000,00

Total a Reduzir R$ 44.500,00

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA - MT

AOS VINTE E CINCO DIAS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZOITO

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

LEI N.º 1.062/2018- CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

LEI Nº 1.062-2018

DE 19 DE JULHO DE 2018

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar abertura de Crédito Adicional Especial com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores".

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei.

Artigo 1º - Fica o **Poder Executivo Municipal** autorizado a proceder, no orçamento vigente, abertura de **CREDITO ADICIONAL ESPECIAL até o montante de R$. 802.058,32 (oitocentos e dois mil cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos),** inserindo na LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1020/2017, combinado com os arts. 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado à criação da **atividade: 2251 – Conservar/Reformar Escolas Municipais;** utilizando a fonte de recurso do FUNDEB do superávit financeiro de exercícios anteriores; e, **2252 – Realizar Recadastramento dos Imóveis Urbanos,** com a fonte de recursos ordinários do superávit financeiro de exercícios anteriores; nas seguintes dotações:

03 – SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRATIVA

001 - SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRATIVA

041270003.2252 – REALIZAR RECADASTRAMENTO DOS IMOVEIS URBANOS

3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$. 250. 000,00

Fr: 03000000000 – Recursos de Exercícios Anteriores

TOTAL R$. 250.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

003 – FUNDO DE MANUT. E DESEENV.DA EDUC. BÁSICA - FUNDEB

123610013.2251 – CONSERVAR/REFORMAR ESCOLAS MUNICIPAIS – 40%

3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$. 552. 058,32

Fr: 03190000000 – Recursos de Exercícios Anteriores – FUNDEB

TOTAL R$. 552.058,32

TOTAL GERAL R$. 802.058,32

Artigo 2º - Para cobertura do crédito referido no artigo anterior será utilizado recursos do saldo do FUNDEB, proveniente do superávit financeiro de exercícios anteriores no valor de R$. 552.058,32 (quinhentos e cinquenta e dois mil cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos), e, recursos ordinários de exercícios anteriores no valor de R$. 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); de acordo com o disposto no art. 42 e art. 43; § 1º - Consideram-se recursos para fim deste artigo, desde que não comprometidos: I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; § 2º - Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas;

§ 1º - Em anexo a esse projeto segue:

I – Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício de 2017; e,

II – Demonstrativo das Contas Bancarias em 31/12/2017.

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a inserir no Anexo I da Lei n°. 1018/2017 do Plano Plurianual; Lei n°. 1019/2017 de Diretrizes Orçamentárias e da Lei nº. 1020/2017 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2018, as atividades: 2251 – CONSERVAR/REFORMAR ESCOLAS MUNICIPAIS – 40%; e, 2252 – REALIZAR RECADASTRAMENTO DOS IMOVEIS URBANOS.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA - MT

AOS DEZENOVE DIAS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZOITO

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 084/2018- CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO N° 084/2018

DE 24 DE JULHO DE 2018

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar abertura de Crédito Adicional Suplementar com Recurso de Proposta de Convênios para Pavimentação Asfáltica e Drenagem".

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - **Fica o Poder Executivo Municipal**, autorizado a proceder no orçamento vigente, abertura de CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR **até o montante de R$. 2.244.914,29 (dois milhões duzentos e quarenta e quatro mil e novecentos e quatorze reais e vinte e nove centavos)**, inserindo na LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1020/2017, combinado com os arts. 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado à suplementação na natureza de despesa de Obras e Instalações, para Pavimentação Asfáltica e Drenagem; na fonte de recurso de Transferências de Convênios da União através das propostas cadastradas no portal dos convênios do Governo Federal, na seguinte dotação:

05– SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

154510009.1015 – PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE VIAS PÚBLICAS

(098) 4490510000 – Obras e Instalações R$. 2.244.914,29

Fr: 0124054000 – Transferências de Convênios da União

TOTAL GERAL R$. 2.244.914,29

Artigo 2º - Para cobertura do crédito referido no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes: a) dos Repasses do GOVERNO FEDERAL – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL; proposta nº 100012/2017 no valor de R$. 1.485.000,00 (um milhão quatrocentos e oitenta e cinco mil reais); priorização/indicação do dep. Federal Carlos Bezerra; b) GOVERNO FEDERAL – MINISTERIO DAS CIDADES; proposta nº 015358/2017 no valor de R$. 394.200,00 (trezentos e noventa e quatro mil e duzentos reais); priorização/indicação do senador Cidinho Santos; e c) GOVERNO FEDERAL – MINISTÉRIO DAS CIDADES; proposta nº 033137/2018 no valor de R$. 365.714,29 (trezentos e sessenta e cinco mil e setecentos e quatorze reais e vinte e nove centavos); priorização/indicação do dep. Federal Valtenir; de acordo com a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1020/2017, combinado com os arts. 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado à suplementação na dotação acima descrita.

TOTAL DAS PROPOSTAS R$. 2.244.914,29

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA - MT,

AOS VINTE E QUATRO DE JULHO DE DOIS MIL E DEZOITO

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

DECRETO N.º 088/2018- CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

DECRETO N° 088/2018

DE 30 DE JULHO DE 2018

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar abertura de Crédito Adicional Especial com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores".

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1.064/2018 e em consonância com a Lei Federal n.º 4320/64.

Artigo 1º - Fica o **Poder Executivo Municipal** autorizado a proceder, no orçamento vigente, abertura de **CREDITO ADICIONAL ESPECIAL até o montante de R$. 835.805,16 (oitocentos e trinta e cinco mil oitocentos e cinco reais e dezesseis centavos),** inserindo na LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1020/2017, combinado com os arts. 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado à inclusão da fonte de recurso do FUNDEB do superávit financeiro de exercícios anteriores; na seguinte dotação:

0

7 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

003 – FUNDO DE MANUT. E DESEENV.DA EDUC. BÁSICA - FUNDEB

123610013.2122 – REMUN.DOS PROF.DO MAGIST.FUNDAMENTAL 60%

276 - 3190040000 – Contratação por Tempo Determinado R$. 596.000,00

277 – 3190110000 – Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$. 92.805,16

279 – 3190130000 – Obrigações Patronais R$. 147.000,00

Fr: 03180000000 – Recursos de Exercícios Anteriores – FUNDEB 60%

TOTAL GERAL R$. 835.805,16

Artigo 2º - Para cobertura do crédito referido no artigo anterior será utilizado recursos do saldo do FUNDEB, proveniente do superávit financeiro de exercícios anteriores no valor de R$. 835.805,16 (oitocentos e trinta e cinco mil oitocentos e cinco reais e dezesseis centavos), de acordo com o disposto no art. 42 e art. 43; § 1º - Consideram-se recursos para fim deste artigo, desde que não comprometidos: I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; § 2º - Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas;

§ 1º - Em anexo a esse projeto segue:

I – Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício de 2017; e,

II – Demonstrativo do Saldo da Conta Bancaria do FUNDEB em 31/12/2017.

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a inserir no Anexo I da Lei n°. 1018/2017 do Plano Plurianual; Lei n°. 1019/2017 de Diretrizes Orçamentárias e da Lei nº. 1020/2017 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2018, a fonte 0318000000 - Recursos de Exercícios Anteriores atividade 2122 – Remuneração dos Prof. Do Magistério Fundamental – 60%.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – MT

AOS TRINTA DIAS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZOITO

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 1264, DE 31 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 1264, DE 31 DE JULHO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARINELZA SILVA ZARK ORTEGA,** matricula funcional nº 254,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 179 (cento e setenta e nove) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 26.07.2018 à 21.01.2019, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 26 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 31 de Julho de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1263, DE 31 DE JULHO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **REGINALDO LEANDRO DOS SANTOS,** matricula funcional nº 6950,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 01 (um) dia de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 21.06.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21 de Junho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 31 de Julho de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

ATA APRESENTADA AO EDITAL DA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018

Às **08:00** horas do dia **07 de agosto de 2018**, na sede da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT, REUNIU-SE a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria Municipal nº 001, de 10 de Janeiro de 2018, constituída pelos senhores: **ALINE VANESSA MOCHI** – Presidente; **LELIA LAURA DA SILVA** – Secretária Suplente e **EMERSON NUNES FREITAS** – Membro. Estes incumbidos de procederem ao julgamento dos envelopes da Tomada de Preços nº 001/2018, objetivando a escolha da proposta mais vantajosa para o Município de Peixoto de Azevedo-MT, para a "**CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE/PROPAGANDA A FIM DE PRODUZIR E DIVULGAR MATERIAIS DE INTERESSE DA MUNICIPALIDADE, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".** A Presidente da Comissão Permanente de Licitação declara instalada a sessão tendo a presença dos representantes legais das empresas participantes: **IDEAL AGENCIA DE PUBLICIDADES EIRELI - ME**, com o **CNPJ N° 26.206.127/0001-55**, representado pelo Senhor **Alex Salin Minatti**, portador do RG N° 17601290 SSP/MT e CPF N° 020.124.391-10 e a empresa **M. VITORINO DA SILVA – ME**, com o **CNPJ N° 06.851.416/0001-08**, representado pelo Senhor **Marcos Rogerio Cabral**, portador do RG N° 11352108 SJ/MT e CPF N° 978.477.391-00. Nesta ocasião serão abertos para identificação os envelopes contendo os planos de comunicação identificados para comparar com os envelopes contendo os planos de comunicação não identificados que foram analisados pela Subcomissão Técnica para a obtenção da nota da Avaliação Técnica. A presidente disse também que na presente sessão que a nota será obtida pela soma total da avaliação. Passou-se então a abertura dos envelopes 02 Plano de Comunicação (identificado), onde os envelopes já estavam de posse da CPL lacrados e vistados, teve seus lacres conferidos e após aberto os documentos também foram rubricados pelos presentes. A empresa **IDEAL AGENCIA DE PUBLICIDADES EIRELI – ME,** foi identificada com o envelope 2 analisado pela Comissão Técnica obtendo a nota de 45,09 que somada com a nota da Capacidade de Atendimento 20,96 totalizou a nota de 66,05 e a empresa **M. VITORINO DA SILVA – ME** foi identificada com o envelope 1 analisado pela Comissão Técnica obtendo a nota de 39,91 que somada com a nota da Capacidade de Atendimento 27,78 totalizou a nota de 67,69. A presidente passou então a relatar que após a somatória das avaliações das propostas ficou em primeiro lugar a empresa **M. VITORINO DA SILVA – ME** com 67,69 pontos e em segundo lugar a empresa **IDEAL AGENCIA DE PUBLICIDADES EIRELI – ME** com 66,05 pontos. A Presidente da CPL concede prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação das razões do recurso conforme Art. 109 da Lei nº 8.666/93. Nada mais havendo a tratar foi lavrado a presente Ata que vai assinada pelos presentes. =======

ALINE VANESSA MOCHI	**LELIA LAURA DA SILVA**
Presidente – CPL	Secretária Suplente – CPL

EMERSON NUNES FREITAS Membro da Equipe	**IIDEAL AGENCIA DE PUBLICIDADES EIRELI- ME Repres. legal – Emp. Alex Salin Minatti**

M. VITORINO DA SILVA – ME

Repres. legal – Emp. Marcos Rogerio Cabral

Alex Salin Minatti

Representante da IDEAL AGENCIA DE PUBLICIDADES EIRELI- ME

ideal@idealpublicidades.com.br

mídia@idealpublicidades.com.br

Marcos Rogerio Cabral

Representante da M. VITORINO DA SILVA – ME

mbpropagandasinop@gmail.com

contato@mbpropagandasinop.com.br

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018 - AVISO DE SUSPENSÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria Municipal nº 001/2018, faz saber que na licitação modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018**, cujo objeto é **"REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA E ALIENAÇÃO DE UM TERRENO PÚBLICO DENOMINADO LOTE Nº 01 DA QUADRA Nº 01, COM AREA DE 45.853,00M2 (QUARENTA E CINCO MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA E TRÊS METROS QUADRADO) SITUADO NO BAIRRO DENOMINADO "ACRIVALE" PERÍMETRO URBANO DA COMARCA DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, REGISTRADO SOB MATRICULA MUNICIPAL DO IMOVEL N° 9270, EM CUMPRIMENTO A LEI FEDERAL Nº 11.952/2009 E A LEI MUNICIPAL Nº 813/2011, CONFORME CROQUI E DEMAIS DOCUMENTOS EM ANEXO",** Considerando a NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA n° 67/2018 expedido em 06 de Agosto de 2018 pelo Excelentíssimo Senhor Promotor Marcelo Montovanni Beato fica **SUSPENSA** por tempo indeter-

minado a licitação da Concorrência Pública 002/2018. Peixoto de Azevedo, 07 de Agosto de 2018.

Aline Vanessa Mochi

Presidente da CPL

PORTARIA Nº 1265, DE 31 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 1265, DE 31 de JULHO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARGARIDA QUEIROZ DE CARVALHO**, matrícula funcional nº 1716, ocupante do cargo efetivo de AAE Agente de Nutrição Escolar Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 30 (trinta) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 1º.07.2018 à 30.07.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 31 de Julho de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

DECRETO N.º 026/2018/GPM

"DISPÕE SOBRE AS TABELAS DE AVALIAÇÃO DE VALOR DE TERRA NUA (VTN) POR HECTARE DE TERRA E POR APTIDÃO, SUBMETIDAS À RECEITA FEDERAL DO BRASIL PARA ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DE PREÇOS DE TERRA-SIPT, PARA FINS DE LANÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO E COBRANÇA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (ITR) DO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Rosimar Alves Pereira, Prefeito Interino do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o disposto no §8º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003;

Considerando o disposto no §12 do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998;

Considerando o disposto na Portaria Ministerial MF nº 15, DE 16 de Janeiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecida a avaliação do Valor da Terra Nua (VTN) por hectare e aptidão (capacidade potencial da terra/qualificação do solo) aos imóveis rurais do Município de Planalto da Serra, para fins de lançamento, fiscalização e cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), nos valores constantes do Anexo Único desse Decreto.

Art. 2º. Os valores constantes da tabela referida no artigo primeiro serão remetidos à Receita Federal do Brasil para armazenamento do Sistema de Preços de Terra – SIPT.

Art.3º.Esse decreto entraem vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Planalto da Serra-MT, em 02 de agosto de 2018.

Rosimar Alves Pereira

Prefeito Interino Municipal

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 026/2018.

TABELA DE REFERÊNCIA DE VALOR DE TERRA NUA (VTN) MÉDIO (Me) E APTIDÃO DA TERRA, PARA FINS DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL-ITR SOBRE IMÓVEIS DO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT.

ANO	LAVOURA APTIDÃO BOA	LAVOURA APTIDÃO REGULAR	LAVOURA APTIDÃO RESTRITA	PASTAGEM PLANTADA	SIVICULTURA OU PASTAGEM NATURAL	PRESERVAÇÃO DA FAUNA OU FLORA
2018	R$ 7.850,00	R$ 6.400,00	R$ 4.300,00	R$ 4.000,00	R$ 2.280,00	R$ 840,00

Gabinete do Prefeito de Planalto da Serra-MT, em 02 de agosto de 2018.

Rosimar Alves Pereira

Prefeito Interino Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE CANCELAMENTO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO 026/2018

Ao analisar detidamente os autos do Processo Administrativo Nº 1173/2018, do Pregão Presencial 026/2018, que diz respeito a CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA COM SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DIÁRIO DOS PROJETOS NA GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA E ESPECIALIZADA EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POCONÉ-MT, foi detectado a ocorrência de um erro, no referido Edital e no Termo de Referência, onde ambos não se referem ao mesmo objeto e valores publicados. Diante do exposto com base no princípio Administrativo da autotutela resolvo, para evitar possíveis prejuízos ao erário público ou a particulares, cancelar o presente processo Licitatório.

Poconé-MT., 07 de Agosto de 2018.

Erasmo Paulo de Lima

Pregoeiro

Membros:

Lociney Francisca de Paula

João Edemir de Arruda Pereira

Luiz Fernando Lima da Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER OS PROGRAMAS SOCIAIS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2018

Tipo: Menor Preço por Item

O Município de Pontal do Araguaia-MT, através de sua Pregoeira Municipal nomeada pela Portaria nº 004/GP/2018, de 03 de janeiro de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL-SRP nº 026/2018**, que teve por Objeto: **AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER OS PROGRAMAS SOCIAIS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Sagrou-se vencedora da presente licitação a seguinte Empresa:

1-JOAQUIM DA SILVA REGO- COMÉRCIO ME, inscrita no CNPJ 21.168.953/0001-33, situada a Rua Joaquim Correia nº 12, bairro João Rocha, na cidade de Pontal do Araguaia-MT, nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82 e 83, valor total de **R$ 295.087,00 (duzentos e noventa e cinco mil e oitenta e sete reais).** Os itens 60, 74, 79, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102 e 103 foram declarados fracassados.

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, 07 de agosto de 2018.

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

Pregoeira Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 32/2018

Processo Administrativo nº 78/2018

O prefeito municipal de Porto Alegre do Norte – MT, Respaldado Art. 24 **II** - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998) **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE A CADEIA PUBLICA ATE A MARGEM DO RIO TAPIRAPÉ, E SERVIÇOS DE MARCAÇÃO DE RUAS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE 20 A 20M 40.000M² NAS RUAS E AVENIDAS DO SETOR BURITI.**

Favorecido: VALADARES DIAS E LIMA LTDA CNPJ: 18.158.358/0001-02

Valor R$ 17.800,00 (Dezessete Mil e Oitocentos Reais)

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios AMM, para que produza os efeitos legais.

Porto Alegre do Norte – MT, 07 de Agosto de 2018.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 004/2018.

A Prefeitura Municipal de PORTO ESTRELA/MT, faz saber aos interessados que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual contratação de ônibus para a execução do transporte escolar, menor preço por quilometro rodado, incluindo motorista e combustível, **acontecerá no dia 20 de Agosto de 2018, as 09:00h**, o edital completo, suas alterações e demais informações poderão ser obtido por meio do endereço eletrônico: www.portoestrela.mt.gov.br, ou através do Departamento de Licitações desta prefeitura, no horário de funcionamento das 07:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 17:00 hs.

Porto Estrela – MT, 07 de Agosto de 2018.

Roosevelt da Guia Ortega

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº. 011/2018

Pelo presente instrumento particular e melhor forma de direito, a Prefeitura Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, cadastrada no CNPJ nº - 24.740.268/0001-28, com sede na Avenida Jose Antônio de Faria nº 2.035, centro, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal Sr. **Eugênio Pelachim**, portador da cédula de Identidade **RG nº 1323121 SSP/PR e CPF nº 424930999-15,** residente e domiciliado neste Município, Av. Hitler Sansão – Centro – Porto Estrela/MT, neste ato denominado o **LOCATÁRIO**. De outro lado, **DARLETE RAMOS DE OLIVEIRA**, pessoa física portadora da cédula de Identidade nº 2117916-6 SSP/MT e CPF nº 038.135.381-84, residente e domiciliado na Comunidade Salobra Grande – Porto Estrela - MT, denominada **LOCADORA**, as partes acima qualificadas, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DO CONTRATO, regida sob a égide da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, pelo qual o LOCATÁRIO e LOCADORA se obriga a cumprir as seguintes cláusulas e condições abaixo descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O objeto do presente termo, consiste na Prorrogação do prazo do contrato original nº 011/2018, conforme relatos da lei 8.666/93 e alterações posteriores.

PARAGRAFO ÚNICO – Fica prorrogado o Contrato Original pelo prazo de mais 5 (Cinco) meses, com termino previsto para 31/12/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O Valor do Presente Aditivo de Contrato é de R$ 6.000,00 (Seis Mil) reais, divididos em 5 (Cinco) Parcelas de R$ 1.200,00 (Hum Mil e Duzentos Reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente termo aditivo, está em conformidade com o Art. 57, § 4° do mesmo Artigo, constante da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

Fica ratificadas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original nº 011/2018.

E, Assim por estarem justos e acordados, assinam o Presente Termo Aditivo de Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram.

Porto Estrela – MT, 31 de Julho de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM DARLETE RAMOS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal CPF nº 038.135.381-84

LOCATÁRIO LOCADORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL N.º 028, DE 27 DE JULHO DE 2018

Exercício: 2018

Decreto nº 28/2018 de 27/07/2018

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhes foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1887/2017 de 06/12/2017.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 873.003,54 (oitocentos e setenta e três mil e três reais e cinquenta e quatro centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

02.000.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO

02.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Prefeito

02.001.04.000.0000.0.000. Administração

02.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

02.001.04.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

02.001.04.122.0003.2.003. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM GABINETE DO PREFEITO

6-3.3.90.30.00.00 1100 MATERIAL DE CONSUMO 9.488,25

03.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Administração

03.001.04.000.0000.0.000. Administração

03.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

03.001.04.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.001.04.122.0003.2.007. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

27-3.3.90.39.00.00 1100 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 19.758,33

03.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Administração

03.001.04.000.0000.0.000. Administração

03.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

03.001.04.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.001.04.122.0003.2.007. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

28-3.3.90.93.00.00 1100 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 977,00

04.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

04.001.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

04.001.12.000.0000.0.000. Educação

04.001.12.122.0000.0.000. Administração Geral

04.001.12.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

04.001.12.122.0003.2.039. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA

40-3.3.90.39.00.00 1101 OUTROS SERVIÇOS DE TERCIROS – PESSOA JURÍDICA 13.204,28

04.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

04.001.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

04.001.12.000.0000.0.000. Educação

04.001.12.361.0000.0.000. Ensino Fundamental

04.001.12.361.0040.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA ENSINO FUNDAMENTAL

04.001.12.361.0040.2.042. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR

48-3.3.90.30.00.00 1100 MATERIAL DE CONSUMO 74.017,00

49-3.3.90.30.00.00 1106 MATERIAL DE CONSUMO 4.912,00

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.001.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Saúde

05.001.10.000.0000.0.000. Saúde

05.001.10.122.0000.0.000. Administração Geral

05.001.10.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

05.001.10.122.0003.2.020. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE SAÚDE

106-3.3.90.30.00.00 1100 MATERIAL DE CONSUMO 621.704,00

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.001.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Saúde

05.001.10.000.0000.0.000. Saúde

05.001.10.122.0000.0.000. Administração Geral

05.001.10.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

05.001.10.122.0003.2.020. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE SAÚDE

110-3.3.90.39.00.00 1102 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 76.808,00

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.001.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Saúde

05.001.10.000.0000.0.000. Saúde

05.001.10.122.0000.0.000. Administração Geral

05.001.10.122.0092.0.000. CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DE SAÚDE

05.001.10.122.0092.1.013. CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DE SAÚDE

112-4.4.90.51.00.00 1103 OBRAS E INSTALAÇÕES 14.942,69

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.002.00.000.0000.0.000. Fundo Municipal de Saúde

05.002.10.000.0000.0.000. Saúde

05.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

05.002.10.301.0078.0.000. ATENÇÃO BÁSICA

05.002.10.301.0078.2.022. PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF

123-3.3.90.39.00.00 1126 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 1.876,99

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

06.001.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Assistência Social

06.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

06.001.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

06.001.08.244.0090.0.000. ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL

06.001.08.244.0090.2.060. ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA – IGDBF

250-3.3.90.30.00.00 1115 MATERIAL DE CONSUMO 4.185,37

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Viação e Obras Públicas

07.001.04.000.0000.0.000. Administração

07.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

07.001.04.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

07.001.04.122.0003.2.053. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA

289-3.3.90.30.00.00 1100 MATERIAL DE CONSUMO 17.689,50

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Viação e Obras Públicas

07.001.04.000.0000.0.000. Administração

07.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

07.001.04.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

07.001.04.122.0003.2.053. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA

291-3.3.90.39.00.00 1100 OUTROS SERVIÇOS DE TERCIROS – PESSOA JURÍDICA 12.945,64

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Viação e Obras Públicas

07.001.04.000.0000.0.000. Administração

07.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

07.001.04.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

07.001.04.122.0003.2.054. MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS

294-3.3.90.30.00.00 1127 MATERIAL DE CONSUMO 494,49

Total Suplementação: 873.003,54

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, do § 1.º, Inciso II da Lei Federal n.º 4.320/64.

Redução

02.000.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO

02.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Prefeito

02.001.04.000.0000.0.000. Administração

02.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

02.001.04.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

02.001.04.122.0003.2.003. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM GABINETE DO PREFEITO

1-3.1.90.04.00.00 1100 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 50.000,00

03.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Administração

03.001.04.000.0000.0.000. Administração

03.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

03.001.04.122.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.001.04.122.0003.2.007. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

19-3.1.90.04.00.00 1100 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 55.000,00

04.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

04.001.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

04.001.12.000.0000.0.000. Educação

04.001.12.361.0000.0.000. Ensino Fundamental

04.001.12.361.0040.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA ENSINO FUNDAMENTAL

04.001.12.361.0040.2.096. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL

62-3.1.90.04.00.00 1100 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 20.000,00

04.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

04.001.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

04.001.12.000.0000.0.000. Educação

04.001.12.365.0000.0.000. Educação Infantil

04.001.12.365.0039.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL

04.001.12.365.0039.2.097. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO INFANTIL

74-3.1.90.04.00.00 1101 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 40.000,00

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.002.00.000.0000.0.000. Fundo Municipal de Saúde

05.002.10.000.0000.0.000. Saúde

05.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

05.002.10.301.0078.0.000. ATENÇÃO BÁSICA

05.002.10.301.0078.2.022. PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF

113-3.1.90.04.00.00 1102 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 90.000,00

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.002.00.000.0000.0.000. Fundo Municipal de Saúde

05.002.10.000.0000.0.000. Saúde

05.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

05.002.10.301.0078.0.000. ATENÇÃO BÁSICA

05.002.10.301.0078.2.026. PISO DE ATENÇÃO BÁSICA – PAB

125-3.1.90.04.00.00 1102 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 40.000,00

126-3.1.90.04.00.00 1131 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 169.000,00

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.002.00.000.0000.0.000. Fundo Municipal de Saúde

05.002.10.000.0000.0.000. Saúde

05.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

05.002.10.301.0078.0.000. ATENÇÃO BÁSICA

05.002.10.301.0078.2.026. PISO DE ATENÇÃO BÁSICA – PAB

130-3.1.91.13.00.00 1102 OBRIGAÇÕES PATRONAIS – POXORÉU-PREV 14.741,00

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.002.00.000.0000.0.000. Fundo Municipal de Saúde

05.002.10.000.0000.0.000. Saúde

05.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

05.002.10.302.0097.0.000. ATENDIMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

05.002.10.302.0097.2.032. MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – MAC

159-3.3.90.30.00.00 1102 MATERIAL DE CONSUMO 100.000,00

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.002.00.000.0000.0.000. Fundo Municipal de Saúde

05.002.10.000.0000.0.000. Saúde

05.002.10.305.0000.0.000. Vigilância Epidemiológica

05.002.10.305.0095.0.000. VIGILÂNCIA EM SAÚDE

05.002.10.305.0095.2.024. VIGILÂNCIA EM SAÚDE

172-3.1.90.04.00.00 1102 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 3.909,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

06.001.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Assistência Social

06.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

06.001.08.241.0000.0.000. Assistência ao Idoso

06.001.08.241.0081.0.000. ASSISTÊNCIA

06.001.08.241.0081.2.115. CASA LAR ABRIGO DOS IDOSOS

214-3.1.90.04.00.00 1100 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 144.701,05

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

06.001.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Assistência Social

06.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

06.001.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

06.001.08.244.0090.0.000. ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL

06.001.08.244.0090.2.062. PISO DE ALTA COMPLEXIDADE – CRIANÇA/ADOLESCENTE

255-3.1.90.04.00.00 1100 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 83.661,49

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

06.001.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Assistência Social

06.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

06.001.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

06.001.08.244.0090.0.000. ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL

06.001.08.244.0090.2.064. PISO BÁSICO FIXO

265-3.1.90.04.00.00 1129 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 11.991,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

06.001.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Assistência Social

06.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

06.001.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

06.001.08.244.0090.0.000. ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL

06.001.08.244.0090.2.064. PISO BÁSICO FIXO

266-3.1.90.11.00.00 1100 VENCIMENTOS E VANTAGENS PESSOAL CIVIL 50.000,00

Total Redução: 873.003,54

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de POXOREU, Estado de Mato Grosso, em 27/07/2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Decreto foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 27/07/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

Eu, Willian Xavier Soares, Advogado Público Municipal - OAB/MT n.º 18.249/O, certifico que apenas faço a publicação do presente Decreto nesta data, no Diário Oficial Eletrônico do Município de Poxoréu/MT, por conta de apenas hoje, 07/08/2018, ter recebido o texto, via e-mail, do setor de contabilidade municipal.

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL N.º 027, DE 20 DE JULHO DE 2018

DECRETO N.º 27/2018 Em, 20 de julho de 2018.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE **R$ 1.162.000,00 (um milhão cento e sessenta e dois mil reais)** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Poxoréu Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, de acordo a Lei Municipal nº 1.887/2017, datada de: 06/12/2017.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no Corrente Exercício um Crédito Suplementar no valor de **R$ 1.162.000,00 (um milhão cento e sessenta e dois mil reais).**

Artigo 2º - O Crédito citado no artigo anterior servirá para reforçar a seguintes dotações orçamentárias**:**

Proj. /Ativ. 2.077 MANUTENÇÃO COM APOSENTADORIAS, PENSÕES E OUTROS

	Dotação	Discriminação	Acrescentar
12	3.1.90.01.00.00.00.00.0003	Aposentadorias e Reformas	1.146.000,00

Proj. /Ativ. 2.079 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O PASEP

	Dotação	Discriminação	Acrescentar
16	3.3.90.47.00.00.00.00. 0003	Obrigações Tributárias e Contributivas	16.000,00

Total .....
..... R$ 1.162.000,00

Artigo 3º - *Para cobertura do Crédito citado no artigo anterior, serão utilizados recursos do cancelamento parcial ou total das seguintes dotações orçamentária relacionadas:*

Proj. /Ativ. 2.074- MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O POXOREU PREVI

	Dotação	Discriminação	Reduzir
08	3.3.90.39.00.00.00.00.0000	Reserva do RPPS	17.000,00

Proj. /Ativ. 2.075 MANUTENÇÃO COM CUSTÓDIA DE TÍTULOS PÚBLICOS

	Dotação	Discriminação	Acrescentar
10	3.3.90.39.00.00.00.00. 0003	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	15.000,00

Proj. /Ativ. 2.077 MANUTENÇÃO COM APOSENTADORIAS, PENSÕES E OUTROS

	Dotação	Discriminação	Acrescentar
14	3.1.90.05.00.00.00.00.0003	Outros Benefícios Previdenciários	100.000,00

Proj. /Ativ. 2.078- RESERVA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

	Dotação	Discriminação	Reduzir
15	9.9.99.99.00.00.00.00.0000	Reserva do RPPS	859.000,00

Proj. /Ativ. 2.080- AMPLIAÇÃO E REFORMA DO POXOREÚ PREVI

	Dotação	Discriminação	Reduzir
17	4.4.90.51.00.00.00.00.0000	Reserva do RPPS	171.000,00

Total .....
.....R$ 1.162.000,00

Paço Municipal Drº Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu - MT em, 20 de julho de 2018.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Este Decreto foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, em 20 de julho de 2018, no Jornal Oficial dos Municípios e no site oficial do município, de conformidade com o art. 108 da Lei orgânica de Poxoréu e Lei nº 1.041/2006.

Eu, Willian Xavier Soares - Advogado Público Municipal - OAB/MT n.º 18.249/O, certifico que apenas nesta data realizo a publicação deste Decreto no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios Matogrossenses, ante o fato que apenas hoje, dia 07/08/2018, recebi o texto em epígrafe do Instituto Previdenciário POXORÉU-PREVI, responsável pela redação do mesmo.

LICITAÇÃO
4º EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo n° 004 docontrato nº 027/2014, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA, QUE POSSIBILITE O GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA APURAÇÃO DO INDICE DE PARTICIPAÇÃO - IPM. Decorrente do Pregão Presencial n° 016/2014, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE POXOREU e a empresa GEXTEC GESTÃO EM TECNOLOGIA LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob nº. 04.240.771/0001-07. Aditivam o contrato com término em 06/08/2019. As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93. POXOREU 03 de agosto de 2018.
NELSON ANTÔNIO PAIM
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

GABINETE
RESULTADO FINAL DO 1° PROCESSO SELETIVO PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – 2018.

1º Processo Seletivo Público para

Agentes Comunitários de Saúde – 2018

RESULTADO FINAL

1 - Área de abrangência da UBSF II – Jardim Alvorada – Cadastro Reserva

N.	NOME	SITUAÇÃO
01	Fabiana de Aguiar Cardoso	CLASSIFICADO
02	Mylena Cristina da Silva Campos	CLASSIFICADO
03	Rosinéia Alves Pereira Coelho Sales	CLASSIFICADO
04	Joiciely Batista dos Santos	CLASSIFICADO
05	Divina Figueira de Jesus Queiroz	CLASSIFICADO
06	William Hilário Pereira	CLASSIFICADO
07	Rosenira Ribeiro Batista	CLASSIFICADO
08	Elisangela Garcia	DESCLASSIFICADO
09	Marcelo Henrique Rodrigues dos Santos	DESCLASSIFICADO
10	Marilene Rodrigues Araújo	DESCLASSIFICADO

2 – Área de abrangência da UBSF I – Jardim Tangará - Cadastro Reserva

N.	NOME	SITUAÇÃO
01	Dayana Marques de Macedo	CLASSIFICADO
02	Regilane Vieira Rodrigues	CLASSIFICADO
03	Eliana Oliveira do Vale	CLASSIFICADO
04	Janaina Castro Belem	DESCLASSIFICADO

03 – Micro-área 12 – PA Santa Lúcia – Cadastro Reserva

NÃO HOUVE INSCRITOS

04 - Micro-área 13 – PA Maria Tereza/Cruzeiro do Norte

N.	NOME	SITUAÇÃO
01	Sonilda Martins Ferreira Silva	APROVADO

05 – Micro-área 14 – PA Primorosa

N.	NOME	SITUAÇÃO
01	Luiz Carlos Pereira dos Santos	APROVADO
02	Maria José da Hora	CLASSIFICADO
03	Marcos Barbosa de Souza	CLASSIFICADO
04	Edison de Souza da Silva	CLASSIFICADO

06 – Micro-área 15 – Novo Paraíso – Correntinho

N.	NOME	SITUAÇÃO
01	Nubia Dias Pimentel	APROVADO
02	Wilson Noleto de Souza	CLASSIFICADO

07 – Micro-área 16 – Novo Paraíso – Vila - Cadastro Reserva

N.	NOME	SITUAÇÃO
01	Mariana Pereira Lucena	CLASSIFICADO

08 – Micro-área 19 – Gengibre - Cadastro Reserva

N.	NOME	SITUAÇÃO

01	Luciana Alves Guimarães	CLASSIFICADO
02	Wesley de Souza Silveira	CLASSIFICADO
03	Lais Clara da Rocha	DESCLASSIFICADO

09 – Micro-área 20 – Piabanha

NÃO HOUVE INSCRITOS

10 – Micro-área 22 – Novo Paraíso – Guerreiro

N.	NOME	SITUAÇÃO
01	Sandra Pereira da Silva	APROVADO
02	Tomaz Brito de Oliveira	CLASSIFICADO
03	Telma Ferreira Timo	CLASSIFICADO
04	Ruth Moreira Brito	CLASSIFICADO

11 – Micro-área 24 – PA Santa Rita

N.	NOME	SITUAÇÃO
01	Ediglene Pereira dos Santos Silva	APROVADO
02	Rosangela Cardozo da Silva	CLASSIFICADO
03	Daisa Santos Moreira	DESCLASSIFICADO

12 – Micro-área 25 – Barra do Brejo

NÃO HOUVE INSCRITOS

13 – Micro-área 26 – Comunidade Berrante

N.	NOME	SITUAÇÃO
01	Selma Costa de Sousa	APROVADO
02	Janaina Belem Marinho	CLASSIFICADO

_____

Antônio de Morais Pinto Júnior

Presidente da Comissão Processo Seletivo

Portaria nº 025/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 01.2739/GP/PMR/18 DE 07 DE AGOSTO DE 2018

*NOMEIA– **CIRLEI MANTOVANELLI** para responder como chefe de seção de educação ambiental CDS-2* ,

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE: Art. 1º - NOMEIA– ***CIRLEI MANTOVANELLI*** *para responder como chefe de seção de educação ambiental CDS-2* ,

,junto da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01/08/2018.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 07/08/2018.*

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 01.2737/GP/PMR/18 DE 07 DE AGOSTO DE 2018

Nomeia -LUCIENE LOPES DE SOUZA no cargo em comissão de Diretor Geral do Centro de Saúde, CDS-10.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear – *LUCIENE LOPES DE SOUZA* no cargo em comissão de DIRETOR GERAL DO CENTRO DE SAÚDE, CDS-10 junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01/08/2018.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 07/08/2018.*

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 01.2742/GP/PMR/18 DE 07 DE AGOSTO DE 2018

*Nomeia- **Diego Pereira Soares** no cargo em comissão ASSESSOR Especial de Gabinete I,CDs-13.*

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear – **DIEGO PEREIRA SOARES** no cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE NÍVEL I, CDS-13, junto do GABINETE DO PREFEITO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 07/08/2018.*

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 01.2738/GP/PMR/18 DE 07 DE AGOSTO DE 2018

NOMEIA- RISOUMAR SEVERO DE JESUS No cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ESPECIAL DE MEIO AMBIENTE, CDS-6.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal Em Exercício de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear – *RISOUMAR SEVERO DE JESUS* No cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ESPECIAL DE MEIO AMBIENTE, CDS-6 junto DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo ao dia 01/08/2018.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 07/08/2018.*

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 01.2741/GP/PMR/18 DE 07 DE AGOSTO DE 2018

*Nomeia- **ALBINA MENDES DE BRITO** no cargo em comissão Diretor de Departamento Especial de Saúde Oral CDS-6.*

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear – **ALBINA MENDES DE BRITO** no cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ESPECIAL DE SAÚDE ORAL, CDS-6 , junto da SECRETARIA DE SAÚDE.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01/08/2018.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 07/08/2018.*

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 01.2740/GP/PMR/18 DE 07 DE AGOSTO DE 2018

Nomeia- DARIO ANDRE NETO PESSOA no cargo em comissão chefe de seção indígena– CDS – 2,

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear – *DARIO ANDRE NETO PESSOA no cargo em comissão chefe de seção indígena*– CDS – 2, junto da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01/08/2018.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 07/08/2018.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 166/2018

AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT..

EMPRESA : **ROCHA MOREIRA EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI-ME,** inscrita no **CNPJ Nº 26.342.270/0001-74**

AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES

NO VALOR de **R$ 15.400,00 (QUINZE MIL E QUATROCENTOS REAIS**)

ROSÁRIO OESTE,21 de Junho de 2018

RENAN A. F. GIRALDO

PREGOEIRO

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 059/2018

PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 059/2018

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT E A EMPRESA SAGA COM. E SERV. TEC. E INFORMATICA LTDA.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO**, inscrita no CNPJ sob nº. 03.180.924.001-05 com sede á Av. Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antonio, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o **SRº. JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1.068.015-2 SSP/MT, e CPF: 823.357.531-34, residente domiciliado na BR 163/364 KM 116 – Bairro Santo Antônio, neste município, denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e a empresa **SAGA COM. E SERV. TEC. E INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 05.870.713/0001-*20*, domiciliada na **Rua Oriente Tenuta**, s/n – Alvorada – Cuiabá/MT, representado neste ato pela a Sr. Eleide Maria Correa RG nº 0607983-0 SSP/MT CPF nº 317.873.121-00**, brasileir**a**, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá**/MT, , considerando o julgamento da licitação **MENOR PREÇO,** na modalidade de Pregão Presencial Nº 005/2018**,** devidamente publicado,bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 7.892 de 23 de Janeiro de 2013 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Licitação tem por objeto o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO (PREVENTIVA E CORRETIVA) POR MEIO DE UTILIZAÇÃO DE SISTEMA VIA WEB DA PRÓPRIA CONTRATADA, COMPREENDENDO ORÇAMENTO DOS MATERIAIS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS ATRAVÉS DE OFICINAS CREDENCIADAS PELA CONTRATADA PARA ATENDER À FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE**, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO PRESENTE CONTRATO

2.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos objetos descritos na cláusula primeira, O PERCENTUAL DE DESCONTO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO -14,20% no valor de **Valor: R$ 3.750,00** (três mil setecentos e cinqüenta reais) que serão pagos em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal.

2.2. O presente contrato terá validade até dia 31/12/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA- DOS RECURSOS ORÇAMENÁRIO E FINANCEIRO

3.1 – Os recursos orçamentários para cobertura de despesas decorrentes do presente contrato, onerando o exercício de 2018, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Assistencial Social

Elemento de Despesas: 0471-09.001.08.244.0090.2101.339039000000

Valor: R$ 3.750,00

Rosário Oeste - MT, 16 de Julho de 2018.

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal De Rosário Oeste

CONTRATANTE

SAGA COM. E SERV. TEC. E INFORMATICA LTDA

CNPJ. Nº 05.870.713/0001-20

Eleide Maria Correa

RG nº 0607983-0 SSP/MT CPF nº 317.873.121-00

CONTRATADA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 160/2018

AQUISIÇÕES DE VEICULO PICK-UP CABINE DUPLA 4 X 4 (DIESEL) PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

EMPRESA :RODA BRASIL REPRESENTAÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP . inscrita no CNPJ sob o nº 15.332.890/0001-06

AQUISIÇÕES DE VEICULOS

NO VALOR **R$ 125.000,00 (Cento e Vinte e cinco Mil Reais)**

ROSÁRIO OESTE,21 de Junho de 2018

RENAN A. F. GIRALDO

PREGOEIRO

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 114/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO CUJO O OBJETO; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NOSSA SENHORA APARECIDA NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE, INCLUSÃO DE ILUMINAÇÃO .

VALOR:de **R$ 25.000,03 (Vinte e Cinco Mil e Três Centavos),**

Empresa: DIVALDO BISPO DA CRUZ - EPP, CNPJ Nº 26.971.596/0001-60,

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

ROSÁRIO OESTE 31 de Julho de 2018.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 161/2018

AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

EMPRESA : **M.S DIAGNÓSTICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.970.175/0003-93

AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES

NO VALOR de **R$ 26.000,00 (VINTE E SEIS MIL REAIS),**

ROSÁRIO OESTE,21 de Junho de 2018

RENAN A. F. GIRALDO

PREGOEIRO

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 167/2018

AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT,.

EMPRESA :**ALFA MED SISTEMAS MÉDICOS LTDA,** inscrita no CNPJ Nº 11.405.384/0001-49

AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES

NO VALOR de R$ **R$ 45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS),**

ROSÁRIO OESTE,21 de Junho de 2018

RENAN A. F. GIRALDO

PREGOEIRO

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 165/2018

AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

EMPRESA : **CASA DO COMPUTADOR LTDA - EPP,**inscrita no CNPJ Nº 10.199.390/0001-24

AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES

NO VALOR de **R$ 1.960,00 (HUM MIL NOVECENTOS E SESSENTA REAIS),**

ROSÁRIO OESTE,21 de Junho de 2018

RENAN A. F. GIRALDO

PREGOEIRO

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 164/2018

AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

EMPRESA : **ORTONUTRE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME,** inscrita no CNPJ Nº 11.541.499/0001-60,

AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES

NO VALOR de **R$ 499,00 (QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS),**

ROSÁRIO OESTE,21 de Junho de 2018

RENAN A. F. GIRALDO

PREGOEIRO

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 162/2018

AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

EMPRESA :**FANEM LTDA,** inscrita no **CNPJ Nº 61.100.244/0001-30**

AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES

NO VALOR de **R$ 930,00 (NOVECENTOS E TRINTA REAIS),**

ROSÁRIO OESTE,21 de Junho de 2018

RENAN A. F. GIRALDO

PREGOEIRO

LICITAÇÃO
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 36/2018

AVISO DE ANULAÇÃO DE PREGÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2018

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a Prestação de Serviço de Radiologia no Município de Rosário Oeste/MT.

A Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, em estrita observância aos princípios da legalidade, da eficiência e da supremacia do interesse público fica anulado o Pregão Presencial supramencionado que tem por objeto a , com base na Sumula 473 do STF e justificativa fundamentada no processo. Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas junto ao Setor de Licitação.

Renan Atila Ferreira Giraldo - Pregoeiro

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 114/2018

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NOSSA SENHORA APARECIDA NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.

EMPRESA: **DIVALDO BISPO DA CRUZ - EPP**, CNPJ Nº 26.971.596/0001-60

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

NO VALOR de **R$ 100.215,74 (Cem Mil e Duzentos e Quinze Reais e Setenta e Quatro centavos)**.

ROSÁRIO OESTE, 22 de Maio de 2018

RENAN A. F. GIRALDO

PREGOEIRO

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 163/2018

AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

EMPRESA : **K.O.A DREHMER ME,** inscrita no **CNPJ Nº 26.897.644/0001-18**

AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES

NO VALOR de **R$ 370,00 (TREZENTOS E SETENTA REAIS),**

ROSÁRIO OESTE,21 de Junho de 2018

RENAN A. F. GIRALDO

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2017 – Seleção de MELHOR PROPOSTA objetivandoa **"REFORMA e AMPLIAÇÃO do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, no município de Salto do Céu – MT",** conforme Memorial Descritivo, Projeto Básico, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, Cronograma Físico-Financeiro, BDI e Minuta de Contrato em anexo. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do PRAZO DE EXECUÇÃO ao Contrato 039/2017, este estabelecido nos Itens 4.1 e 4.2 da cláusula quarta do contrato original. **CONTRATADA: MIRASSOL CONSTRUTORA EIRELI-ME CNPJ: 27.885.794/0001-74.** Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014-2017

CONTRATANTE: Município de Santa Cruz do Xingu – MT. CONTRATADA: Construtora Juruena LTDA, CNPJ nº 04.292.274/0001-52.

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DA ESCOLA ESTADUAL SANTA CRUZ, NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT.

DA SUPRESSÃO E ACRÉSCIMOS DE ITENS E VALORES: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar a clausula 6ª, referente ao PREÇO embasando-se na clausula 7ª, referente ao REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS, a fim de suprimir R$ 40.088,49, o que representa 10,13% e acrescentar R$ 33.786,54 referente a 8,54% ao valor do contrato original.. Fundamentação legal: artigo 65, alínea "b" do inciso I c/c os §§ 1º e 6º do mesmo artigo, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. As demais cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo ratificadas.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2018

CONTRATANTE: Município de Santa Cruz do Xingu-MT. CONTRATADA: D.A. DE OLIVEIRA, CNPJ nº 30.399.381/0001-94. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços farmacêuticos para atendimento na farmácia básica, junto a Secretaria Municipal de Saúde de Santa Cruz do Xingu - MT. Valor global: R$ 11.753,36. Vigência: de 09 de julho de 2018 até o dia 28 de setembro de 2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2018

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Licitação

Pregão Presencial n° 016/2018

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos, hidráulicos e de manutenção geral dos prédios públicos do Município de Santa Cruz do Xingu-MT. Modalidade Pregão presencial n° 016/2018, na forma Presencial, tipo: Menor Preço por Item. A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos, do dia 23 de Agosto de 2018. O Edital poderá ser adquirido no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 3594-1000, pelo e-mail: scxlicitacao@gmail.com ou pelo site: http://www.santacruzdoxingu.mt.gov.br/portal/estrutura/transparencia/.

Santa Cruz do Xingu – MT, 07 de Agosto de 2018. **Astor Albrecht -** Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITACAO
AVISO DE PUBLICAÇÃO- DISPENSA DE LICITAÇÃO 023/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2018

RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, Sr. Egon Hoepers, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas nos autos, bem como em consideração ao parecer jurídico emitido no **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MUDAS DE ESPECIES NATIVAS NECESSARIAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PRAD DO CORREGO MUTUM, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E MEIO AMBIENTE**, junto à empresa **KASPRZAK & STRALIOTTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 13.153.881/0001-22,no valor de R$ 11.520,00 (onze mil quinhentos e vinte reais), a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com art. 24, inc. II, da Lei 8.666/93, atualizado pelo art. 1°, da Lei Municipal nº 494/2014, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26, da Lei nº 8.666/93.

Santa Rita do Trivelato - MT, 07 de Agosto de 2018.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA Nº 023/2018

Objeto: **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MUDAS DE ESPECIES NATIVAS NECESSARIAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PRAD DO CORREGO MUTUM, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E MEIO AMBIENTE.**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93, atualizado pelo Artigo 1°, da Lei Municipal n° 494/2014.

CONTRATADO: **KASPRZAK & STRALIOTTO LTDA**

CNPJ sob nº 13.153.881/0001-22

VALOR GLOBAL: R$ 11.520,00 (onze mil quinhentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2018.

HOMOLOGO.

Santa Rita do Trivelato – MT, 07 de Agosto de 2018.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 090/2018 DE 7 DE AGOSTO DE 2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ÁREA INDUSTRIAL I, AUTORIZA O LOTEAMENTO E A ALIENAÇÃO DOS LOTES PARA FINS DE INSTALAÇÃO DE UNIDADES INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E DE PRESTADORES DE SERVIÇOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Muncipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica criada a Área Industrial I, que será composta pelos imóveis de propriedade do Município de Santa Rita do Trivelato – MT, a seguir relacionados:

I - Chácara 37, de propriedade do Município de Santa Rita do Trivelato, com área de 9.000,00 m² (nove mil metros quadrados) situada no Loteamento denominado “Loteamento Urbano de Santa Rita do Trivelato, matriculado sob nº 7.491, Livro 2, no 1º Serviço Registral de Nova Mutum – MT”;

II - Chácara 38, de propriedade do Município de Santa Rita do Trivelato, com área de 9.000,00 m² (nove mil metros quadrados) situada no Loteamento denominado “Loteamento Urbano de Santa Rita do Trivelato, matriculado sob nº 7.492, Livro 2, no 1º Serviço Registral de Nova Mutum – MT;

III - Chácara 39, de propriedade do Município de Santa Rita do Trivelato, com área de 9.000,00 m² (nove mil metros quadrados) situada no Loteamento denominado “Loteamento Urbano de Santa Rita do Trivelato, matriculado sob nº 7.493, Livro 2, no 1º Serviço Registral de Nova Mutum – MT”.

§ 1º – Os imóveis destacados nos incisos do *caput* deste artigo serão objeto de parcelamento em lotes industriais de 900 m² e de 810,26 m², conforme Projeto Básico em anexo, que é parte integrante desta Lei.

§ 2º – A Área Industrial I tem por objetivo promover o desenvolvimento industrial, comercial e de prestadores de serviços no Município e, consequentemente, a geração de empregos e renda.

Art. 2º. O Município executará a infraestrutura da Área Industrial I, que compreenderá a abertura de ruas e sua pavimentação, instalação de meio-fio, instalação de redes de energia elétrica de alta e baixa-tensão, hidráulica, pluvial, cloacal e demais obras e serviços necessários a seu adequado funcionamento, obedecidas as disponibilidades financeiras e as prioridades administrativas.

§ 1º - Terão execução prioritária as obras e infraestrutura básica exigíveis nos termos da legislação Federal, Estadual e Municipal aplicável.

§ 2º - O Poder Executivo providenciará nos atos necessários à legalização da Área Industrial I junto aos Órgãos Públicos competentes, com vistas ao registro no Cartório de Registro de Imóveis competente.

§ 3º - Fica autorizado o Município a celebrar convênio com o Governo do Estado ou Governo Federal, com a finalidade de receber recursos para execução das obras previstas no *caput* deste artigo.

Art. 3º. Nos limites dos recursos alocados no orçamento e das disponibilidades financeiras, o Poder Executivo executará a política de incentivos a instalação de novas indústrias no Município, nos termos da presente Lei.

Art. 4º. A organização e coordenação da utilização, funcionamento e desenvolvimento da Área Industrial I, obedecerá a legislação municipal aplicável e as normas Federais e Estaduais incidentes, cabendo ao Poder Executivo adotar as medidas necessárias a consecução dos objetivos expressos no artigo 2º, desta Lei.

Art. 5º. O Município poderá conceder os seguintes incentivos destinados à criação de novas indústrias, empresas comerciais ou prestadoras de serviços, e ao fomento de suas atividades:

I – alienação de forma gratuita, dos lotes industriais de propriedade do Município;

II – concessão de uso de módulos para instalação e funcionamento de micro e pequenas indústrias em Berçário Industrial de propriedade do Município;

III – isenção de tributos e taxas municipais por prazo determinado;

IV – terraplanagem necessária para instalação de indústrias suas ampliações e benfeitorias;

V – colaboração, mediante convênio, com órgãos ou instituições Federais, Estaduais e Entidades Privadas de pesquisa, assessoramento técnico e empresarial;

VI – colaboração na capacitação de trabalhadores, mediante convênio com empresas interessadas e entes públicos ou privados de aprendizagem industrial e formação técnica;

VII – colaboração na execução de Projetos de proteção ambiental, mediante convênio de mútua colaboração com órgãos Federais e Estaduais, empresas e entidades ou instituições universitárias.

Art. 6º. A alienação de forma gratuita dos lotes industriais formalizar-se-á por meio de escritura pública, com as cláusulas e condições constantes nos artigos seguintes desta Lei.

§ 1º - Após a seleção das empresas, poderá ser formalizado um termo administrativo entre o Município e a beneficiária para regular temporariamente as obrigações decorrentes da utilização da área a ser alienada de forma gratuita.

§ 2º - As despesas notariais com escritura e registro serão de responsabilidade da beneficiária.

Art. 7º. A alienação dos lotes industriais, conforme previsto no artigo 5º, desta Lei, ficará condicionada ao cumprimento, pelas beneficiárias, das seguintes condições:

I – obrigação de iniciar a construção do prédio industrial no prazo máximo de um ano e dar início as atividades produtivas no prazo máximo de dois anos, a contar da data da escritura;

II – obrigação de manter permanentemente a destinação do imóvel do desenvolvimento da atividade industrial, comercial ou de prestação de serviço inicialmente prevista, salvo na hipótese de alteração previamente autorizada pelo Poder Público Municipal;

III – indisponibilidade do bem para alienação ou oneração pelo prazo de dez anos, contados da data da lavratura da escritura, salvo a hipótese prevista no inciso I do artigo seguinte;

IV – indisponibilidade do bem para arrendamento mercantil ou qualquer outra figura jurídica que importe a transferência de domínio ou de posse do imóvel para terceiros, salvo quando for previamente autorizado pelo Poder Público Municipal.

Art. 8º. A escritura pública conterá, obrigatoriamente, cláusula resolutória do contrato e do domínio do imóvel, caso haja descumprimento pela beneficiária de qualquer das condições estabelecidas no artigo antecedente, devendo conter, ainda, a seguinte condição:

I – a possibilidade de oneração, hipotecária ou outra, do imóvel recebido, em garantia do financiamento para edificação ou instalação do estabelecimento, vinculando-se o credor a manutenção da destinação do imóvel, sob pena de incidência da cláusula resolutória.

§ 1º - No caso de resolução da alienação nos termos deste artigo e a reincorporação do imóvel ao patrimônio do Município, a empresa inadimplente não terá direito a qualquer indenização das benfeitorias realizadas no imóvel.

§ 2º - No caso de alienação do imóvel à terceiro ou de sucessão comercial, os sucessores ficarão sujeitos às condições previstas nesta Lei.

Art. 9º. A alienação de forma gratuita dos lotes industriais, será procedida de processo seletivo com chamamento público, que compreenderá as fases de inscrição, habilitação e classificação, a iniciar-se com a publicação de edital nele constando as normas relativas as condições de participação dos interessados, as exigências para a habilitação, a relação dos lotes oferecidos, a área máxima para cada empresa, os critérios de seleção dos inscritos habilitados, e demais normas pertinentes.

Parágrafo Único – O edital será publicado na integra no quadro de avisos da Prefeitura e no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, mantido pela Associação Mato-Grossense dos Municípios.

Art. 10º. A inscrição dos interessados será formalizada através de preenchimento de ficha de inscrição no prazo definido no edital, com todos os dados necessários à seleção, alem da apresentação dos documentos exigidos no instrumento convocatório, dentre os quais, necessariamente:

I – Registro comercial, em se tratando de empresa individual;

II – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, e suas alterações devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhados no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores;

III – Balanço do último exercício exigível nos termos da legislação Federal no caso de empresas em funcionamento;

IV – Relatório ou memorial identificando e descrevendo o empreendimento a ser implantado no imóvel pretendido;

V – projeto básico do empreendimento com a indicação da área necessária à atividade empresarial proposta, no caso de oferta pelo Município de vários lotes industriais.

Art. 11. A habilitação das empresas inscritas resultará do atendimento dos pré-requisitos exigidos no edital e da apresentação da documentação solicitada, nos termos do artigo anterior, constituindo-se em pré-condição para participar da fase de classificação.

Art. 12. A classificação das empresas inscritas e habilitadas dar-se-á em função da pontuação alcançada de conformidade com os critérios de seleção que considerem a função social e a importância econômica do empreendimento, atribuindo-se a pontuação de acordo com o Anexo I.

Parágrafo Único - O enquadramento nas atividades industriais tomará por base a atividade industrial preponderante do empreendimento a ser realizado pela empresa, o qual deverá estar contemplado no objeto social da mesma.

Art. 13. A classificação obedecerá a pontuação obtida por cada uma das inscritas, partindo da que obtiver o maior número de pontos.

Parágrafo Único - As empresas serão classificadas até o número de lotes oferecidos no processo seletivo, figurando as demais como suplentes.

Art. 14. O julgamento das fases de habilitação e classificação ficará a cargo de Comissão Especial, designada pelo Prefeito Municipal, que se pautara pelos critérios definidos no edital do processo seletivo.

Parágrafo Único – A habilitação, inabilitação e classificação das empresas inscritas no processo seletivo serão publicadas através de aviso, na forma prevista no Parágrafo Único do Artigo 9 desta Lei, assegurada às interessadas a apresentação de recurso, na forma e prazo previstos na Lei Federal nº 8.666/93, e pela Lei Federal nº 8.883/94 e suas alterações.

Art. 15. A beneficiária da alienação de forma gratuita de lote industrial não estará excluída dos demais incentivos previstos no artigo 5º desta Lei, desde que observada as exigências legais.

Art. 16. A empresa classificada poderá ser beneficiada com até 06 (seis) lotes industriais, desde que seja comprovada a sua necessidade por meio do projeto básico do empreendimento.

Art. 17. A adjudicação do lote ou área às empresas classificadas, na hipótese de serem oferecidos vários lotes no processo seletivo, será procedida mediante sorteio.

Art. 18. A escritura de alienação somente será assinada após fornecimento de licença prévia dos órgãos competentes, relativa ao empreendimento.

Art. 19. Fica desde já o Prefeito Municipal autorizado a proceder a alienação de forma gratuita dos lotes industriais da Área Industrial I, nos termos desta Lei.

Parágrafo Único – O Prefeito Municipal submeterá a Câmara Municipal, caso a caso, a alienação de lotes industriais em condições diversas das estabelecidas nesta Lei.

Art. 20. As empresas instaladas na Área Industrial I, após o início das operações, gozarão dos benefícios de redução sobre o IPTU e ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, nas proporções abaixo:

I - 1º ano de funcionamento - 100% (cem por cento);

II - 2º ano de funcionamento – 60 % (sessenta por cento);

III - 3º ano de funcionamento - 50% (cinquenta por cento);

IV - 4º ano de funcionamento - 40% (quarenta por cento).

Art. 21. A distribuição dos setores por atividades afins dentro da Área Industrial I, será regulamentado por Decreto do Poder Executivo Municipal, conforme os interesses para desenvolvimento da economia local e convivência harmoniosa entre os diversos empreendimentos.

Art. 22. É parte integrante desta Lei, o Anexo I.

Art. 23. Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação, revogando as deposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 7 DE AGOSTO DE 2018.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se na data supra

ANEXO I

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

CRITÉRIO I – POR RAMO DE ATIVIDADES:

ATIVIDADE EMPRESARIAL	DESCRIÇÃO DA EMPRESA	PONTUAÇÃO
a) INDÚSTRIAS DE PRODUTOS ALIMENTARES	Indústria de derivados de matéria prima industrializável de origem local, milho, soja, arroz, leite, hortifrutigranjeiros, aves, suínos, bovinos.	30 pontos

b) INDÚSTRIA TEXTIL, VESTUÁRIO E ARTEFATOS DE TECIDOS	Indústria dedicada à fabricação de calçados, vestuários e confecções.	25 pontos
c) OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS NÃO COMPREENIDAS ACIMA	Empresa dedicada a outras atividades industriais que não as compreendidas acima.	20 pontos
d) COMÉRCIO DE SEMENTES E/OU DEFENSIVOS AGRÍCOLA	Empresa dedicada à comercialização de sementes e/ou defensivos agrícolas.	15 pontos
e) COMÉRCIO DE CALCÁRIO E/OU FERTILIZANTES	Empresa dedicada à comercialização de calcário e/ou fertilizantes.	15 pontos
f) COMÉRCIO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	Empresa dedicada à comercialização de máquinas e implementos agrícolas.	15 pontos
g) COMÉRCIO EM GERAL	Empresa dedicada a outras atividades comerciais que não as compreendidas acima.	8 pontos
h) PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS DE MAQUINÁRIOS AGRÍCOLAS	Empresa dedicada à prestação de serviços de manutenção e reparos de maquinários e implementos agrícolas.	15 pontos
i) PRESTADORA DE SERVIÇOS DE REPAROS DE AUTOMÓVEIS, CAMINHÕES E VEÍCULOS PESADOS	Empresa dedicada à prestação de serviços de reparos de automóveis, caminhões e veículos pesados.	15 pontos
j) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL	Empresa dedicada à prestação de serviços de construção de armazéns gerais, casas residenciais e/ou prédios comerciais e industriais.	8 pontos

CRITÉRIO II - POR NÚMERO DE EMPREGOS GERADOS:

NÚMERO DE EMPREGOS GERADOS	PONTUAÇÃO
a) acima de 50 (cinquenta) empregos gerados.	30 pontos
b) de 20 (vinte) a 50 (cinquenta) empregos gerados.	25 pontos
c) de 10 (dez) a 20 (vinte) empregos gerados.	15 pontos
d) até 10 (dez) empregos gerados.	8 pontos

CRITÉRIO III - QUANTO A ORIGEM DA MATÉRIA-PRIMA:

ORIGEM DA MATÉRIA-PRIMA UTILIZADA PELA EMPRESA	PONTUAÇÃO
a) que utilizam matéria prima exclusivamente local.	10 pontos
b) que utilizam preponderadamente matéria prima local.	8 pontos
c) que utilizam matéria prima local, mas prepondere a utilização de matéria prima de outras áreas/municípios.	5 pontos
d) que utilizem matéria prima exclusivamente de outras áreas/municípios.	2 pontos

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2018 - REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2018 - REGISTRO DE PREÇOS

Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UMA VAN/MICROÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20+1 LUGARES (PASSAGEIROS + MOTORISTA), VISANDO ATENDER A NECESSIDADE DE LOCOMOÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT,** conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo. A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT**, torna público que no dia 22 de agosto de 2018, estará recebendo propostas, para abertura às 09h00min, do Pregão Presencial**, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161. Santa Rita do Trivelato/MT, 07 de agosto de 2018.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

LEI COMPLEMENTAR Nº 091/2018 DE 7 DE AGOSTO DE 2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Muncipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I DA POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS, CONCEITOS, OBJETIVOS NORTEADORES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL SEÇÃO I DO OBJETIVO E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º. A Política Municipal de Proteção Ambiental do Município de Santa Rita do Trivelato – MT tem como objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, manter o Meio Ambiente equilibrado buscando o desenvolvimento sustentável e fornecer diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, conservação e utilização racional dos recursos naturais para as presentes e futuras gerações cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido.

§ 1º. Esta lei regula os direitos e obrigações concernentes à proteção, controle, preservação e recuperação do Meio Ambiente no Município integrando-o ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Art. 2º. Para o estabelecimento da Política Municipal de Proteção Ambiental serão observados os seguintes princípios:

I. A prevalência do interesse público.

II. A melhoria contínua da qualidade ambiental.

III. A multidisciplinariedade no trato das questões ambientais.

IV. A participação efetiva da sociedade nos processos de decisão e na defesa do meio ambiente.

V. A integração com as políticas de meio ambiente nas esferas de competência da União, Estado e dos demais municípios em consórcio ou não e com as demais ações de governo.

VI. O uso racional dos recursos naturais.

VII. A educação ambiental como mobilizadora da sociedade, incluindo a educação da comunidade.

VIII. O incentivo à pesquisa científica e tecnológica direcionada para o uso, proteção, monitoramento e recuperação dos recursos ambientais e dos níveis adequados de salubridade ambiental.

IX. O estímulo à produção responsável.

X. A recuperação do dano ambiental.

XI. O uso de recursos financeiros administrados pelo Município que se fará segundo critérios de melhoria da saúde pública e do meio ambiente.

XII. O disciplinamento dos serviços de saneamento ambiental.

XIII. O controle e zoneamento das atividades de pequeno e médio impacto.

XIV. A proteção dos ecossistemas, com preservação e manutenção de áreas e espécies representativas.

SEÇÃO II DOS CONCEITOS NORTEADORES DA POLÍTICA AMBIENTAL

Art. 3º. Para os efeitos desta lei entende por:

I. **Meio ambiente:** o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. II. **Licenciamento ambiental:** instrumento da política municipal de meio ambiente, decorrente do exercício do poder de polí-

cia ambiental, cuja natureza jurídica é de autorização. III. **Patrimônio ambiental:** o conjunto dos objetos, processos, condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica e social, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas, dentro do território municipal. IV. **Impacto ambiental:** é a alteração no meio ou em algum de seus componentes por determinada ação ou atividade. V. **Desenvolvimento sustentável:** o desenvolvimento que pode ser considerado socialmente includente, ecologicamente sustentável e economicamente viável, garantindo igual direito para as futuras gerações. VI. **Degradação da qualidade ambiental:** a alteração adversa das características do meio ambiente. VII. **Infração administrativa:** toda ação ou omissão, que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente ou que importe em inobservância das normas previstas nesta lei e demais atos normativos, incluída a legislação federal e estadual pertinente e ainda nas ações ou omissões resultantes de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população. b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas. c) afetem desfavoravelmente a biota. d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente. e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos. VIII. **Poluidor:** pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental. IX. **Recursos ambientais:** a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora. X. **Unidade de conservação:** espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. XI. **Parques Municipais:** são áreas geográficas extensas estabelecidas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos, sendo proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais. XII. **Áreas de Preservação Permanente ou reservas ecológicas:** são as florestas e demais formas de vegetação natural com a finalidade de proteção integral, amparadas pela legislação ambiental vigente, consideradas totalmente vedadas a qualquer regime de exploração direta ou indireta dos recursos naturais, com exceção de atividades de interesse local, definidas por lei federal. XIII. **Fauna:** É o conjunto de espécies animais próprios de uma região ou de um período geológico e dividem-se em: a) **Fauna Silvestre:** Conjunto de animais que vivem livres em seu ambiente natural, em qualquer fase do desenvolvimento e que se encontram nos ambientes naturais ou em qualquer outro. b) **Animais Nativos:** são originários do país. c) **Animais Autóctones:** são aqueles que se encontram em áreas de distribuição natural. d) **Fauna Aquática:** são aqueles adaptados biologicamente à sobrevivência, de forma total ou parcial na hidrosfera. XIV. **Jardim Zoológico:** é qualquer coleção de animais silvestres mantidos vivos em cativeiro ou em semiliberdade e exposto à visitação pública, desde que tratados dignamente. XV. **Flora:** conjunto de espécies vegetais as florestas e demais formas de vegetação que compõem um ecossistema. XVI. **Árvore Imune de Corte:** são árvores preservadas devido à sua raridade e/ou beleza e/ou porta sementes, com a finalidade de perpetuação da espécie. XVII. **Arborização Pública:** toda vegetação localizada em vias e logradouros públicos, com finalidade ornamental, amenizadora climática, purificadora do ar, amortizadora da poluição sonora e atrativa para a fauna local. XVIII. **Poluente:** toda e qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, cause ou possa causar poluição do meio ambiente. XIX. **Nascente:** ponto ou área, no solo ou na rocha, de onde a água flui naturalmente para a superfície do terreno ou para um corpo d'água. XXIV -Poluição sonora: toda emissão de som que, direta e indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e o bem-estar da coletividade ou transgrida as disposições desta lei. XX. **Vereda:** caracteriza como formas ligeiramente deprimidas dentro das chapadas, ocupadas principalmente por nascentes de pequenos cursos d'água. **SEÇÃO III DO INTERESSE LOCAL**

Art. 4º. Para o cumprimento do disposto no artigo 30 da Constituição Federal, no que concerne ao meio ambiente, considerar-se-á como interesse local:

I. O incentivo à adoção de posturas e práticas sociais e econômicas ambientalmente sustentáveis. II. A adequação das atividades e ações econômicas, sociais, urbanas e do Poder Público, às imposições do equilíbrio ambiental. III. A busca permanente de soluções negociadas entre o Poder Público, a iniciativa privada e sociedade civil para a redução dos impactos ambientais. IV. A adoção no processo de planejamento, de normas relativas ao desenvolvimento urbano e econômico que priorizem a proteção ambiental, a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos naturais e que possibilitem novas oportunidades de geração de emprego e renda. V. A ação na defesa e conservação ambiental no âmbito regional e dos demais municípios vizinhos, mediante convênios e consórcios. VI. A defesa e conservação das áreas de mananciais, das reservas florestais e demais áreas de interesse ambiental definidas em legislação municipal complementar. VII. O licenciamento e fiscalização ambiental com o controle das atividades de pequeno e médio impacto e monitoramento das atividades potencial ou efetivamente degradadoras do meio ambiente. VIII. A melhoria constante da qualidade do ar, da água, do solo, da paisagem e dos níveis de ruído e vibrações, mantendo-os dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas legislações de controle de poluição ambiental federal, estadual e municipal no que couber. IX. O acondicionamento, armazenamento, a coleta, o transporte, a reciclagem, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos. X. O cumprimento de normas de segurança no tocante à manipulação, armazenagem e transporte de produtos, substâncias, materiais e resíduos perigosos ou tóxicos incluindo os agrotóxicos, seus componentes e afins. XI. A conservação e recuperação dos rios, córregos e matas ciliares e áreas florestadas. XII. A garantia de crescentes níveis de salubridade ambiental, através do provimento de infraestrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, ruas e logradouros públicos. XIII. Monitoramento de águas subterrâneas visando a manutenção dos recursos hídricos para as atuais e futuras gerações, exigindo o cumprimento da legislação. XIV. A criação de parques, reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e de relevante interesse ecológico e turístico, dentre outros. XV. A proteção do patrimônio artístico, histórico, estético, arqueológico, paleontológico e paisagístico do Município. XVI. O incentivo a estudos visando a conhecer o ambiente, seus problemas e soluções, a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, processos, modelos, sistemas e técnicas de significativo interesse ecológico. **SEÇÃO IV DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO**

Art. 5º. Ao Município de Santa Rita do Trivelato – MT, no exercício de sua competência constitucional, cabe mobilizar e coordenar ações, recursos humanos, financeiros, materiais técnicos e científicos e a participação da população na execução dos objetivos e interesses estabelecidos nessa lei, devendo para tanto:

I. Planejar, desenvolver estudos e ações visando à promoção, proteção,conservação, preservação, recuperação, vigilância e melhoria da qualidade e da salubridade ambientais. II. Definir, controlar e ordenar a ocupação e uso dos espaços territoriais de acordo com suas limitações e condicionantes ambientais. III. Elaborar e implementar programas, planos e projetos de saneamento básico e de conservação e proteção ao meio ambiente. IV. Planejar, projetar, executar, operar e manter os serviços de abastecimento de água para quaisquer finalidades, esgotamento sanitário, drenagem de águas e coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos domiciliares. V. Elaborar e coordenar a implementação de programas de educação ambiental. VI. Editar normas e padrões de controle ambiental e de saneamento básico, buscando compatibilizar qualidade e salubridade ambientais e desenvolvimento econômico. VII. Exercer o controle da poluição ambiental nas suas diferentes formas. VIII. Definir

áreas prioritárias de ação governamental visando à melhoria da qualidade e salubridade ambientais. IX. Identificar, criar e administrar unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos, do patrimônio cultural e áreas de interesse turístico. X. Estabelecer diretrizes específicas para a proteção de recursos hídricos, através de planos de uso e ocupação de áreas de drenagem de bacias e sub-bacias hidrográficas. XI. Estabelecer formas de cooperação com outros municípios da Região, com o Estado ou demais entidades do governo para o planejamento, execução e operação de ações em saneamento ambiental de interesse comum a essas esferas. XII. Identificar, criar e administrar unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, recursos genéticos e outros bens, estabelecendo normas de sua competência a serem nelas observadas. **CAPÍTULO II SISTEMA MUNICIPAL DE GESTÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL (SIMGEPA) SEÇÃO I DA ESTRUTURA**

Art. 6º. Para organizar e coordenar as ações da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental fica instituído o Sistema Municipal de Gestão e Proteção Ambiental (SIMGEPA).

§ 1º. O Sistema Municipal de Gestão e Proteção Ambiental (SIMGEPA) fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento ambiental.

§ 2º. O Sistema Municipal de Gestão e Proteção Ambiental (SIMGEPA) concorrerá para garantir a todos, níveis crescentes de qualidade ambiental, tendo o dever de defender, proteger e conservar os recursos naturais para o benefício das gerações atuais e futuras.

§ 3º. O Sistema Municipal de Gestão e Proteção Ambiental (SIMGEPA) será coordenado pelo Prefeito Municipal e composto pelos seguintes órgãos:

I. O Conselho Municipal de Gestão e Proteção Ambiental (COMDEMA) como órgão consultivo e deliberativo. II. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA), como órgão gestor do meio ambiente municipal. III. A Procuradoria Jurídica Municipal, aSecretaria Municipal de Finanças (SEFIN), a Secretaria Municipal de Administração (SEMAD), a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), aSecretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMEL) e a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP).

§ 4º. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA) é o órgão municipal parte integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, em conformidade com o Artigo 6º da Lei Federal nº 6. 938 de 31 de agosto de 1981.

SEÇÃO II DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

Art. 7º São instrumentos da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental:

I. O COMDEMA, como órgão consultivo e deliberativo. II. O Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA), como instrumento de gestão financeira. III. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA) como órgão técnico e executivo. IV. O estabelecimento de normas, padrões, critérios e parâmetros de qualidade e ambiental. V. A fiscalização de quaisquer atividades de uso e exploração, inclusive comercial, dos recursos naturais. VI. O Plano Diretor, as leis de parcelamento, uso e ocupação do solo e demais instrumentos de controle do desenvolvimento urbano a ser regulamentado. VII. O licenciamento ambiental de atividades de impacto local, o controle e a adequação de atividades degradadoras ou poluidoras de baixo e médio impacto. VIII. A fiscalização ambiental e as penalidades administrativas. IX. A avaliação de impactos ambientais e as análises de riscos quando necessários individualmente ou através do Consórcio Intermunicipal Nascentes do Araguaia. X. Os programas e projetos de controle de impacto ambiental realizados pelo Poder Público em parceria com a iniciativa privada ou sociedade civil organizada. XI. Os incentivos à criação ou absorção e desenvolvimento de novas tecnologias voltadas à melhoria da qualidade ambiental. XII. A criação de Unidades de Conservação. XIII. A educação ambiental. XIV. O cadastro técnico de atividades e o Sistema de Informações Ambientais. XV. As taxas ambientais.

§ 1º. Torna-se obrigatório o cadastro nos termos do inciso XIV do *caput* e atualização periódica junto ao Sistema Municipal de Meio Ambiente:

I. Órgãos, entidades e pessoas jurídicas, de caráter privado ou público, com atuação no território do Município, com ação na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente. II. Pessoa jurídica ou pessoa física que atuem na área ambiental na prestação de serviços de consultoria, assessoria, elaboração de projetos. III. Todos os empreendimentos, obras e atividades sujeitas a licenciamento ambiental Federal, Estadual ou Municipal, implantados ou que venham a se implantar no Município.

§ 2º. Os cadastros descritos nos incisos I e III do § 1º são gratuitos.

SEÇÃO III DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE (SEDEMA)

Art. 8º Cabe à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA) implementar os objetivos e instrumentos da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental, em complemento ao disposto na presente Lei Complementar, competindo-lhe:

I. Propor, executar e coordenar, direta ou indiretamente, a Política de Gestão e Política Ambiental do Município de Santa Rita do Trivelato – MT. II. Planejar, projetar, executar, operar e manter os serviços ambientais propostos nesta Lei Complementar. III. Promover pesquisas e estudos sobre a gestão ambiental do Município. IV. Estabelecer normas para a exploração e o uso de qualquer natureza dos recursos naturais. V. Fiscalizar projetos, processos de licenças ambientais, atividades e empreendimentos de acordo com critérios técnicos, de instalação e operaçãode atividades de pequeno e médio impacto no âmbito municipal delegadas pelo Estado. VI. Estabelecer normas, critérios e padrões de qualidade ambiental e emissão de poluentes relativos à poluição atmosférica, hídrica, sonora, visual e do solo. VII. Realizar o licenciamento ambiental, bem como a renovação das mesmas das atividades de impacto local nos termos da Resolução nº 85, de 24 de setembro de 2014 do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), controlar sua instalação e funcionamento, exercer o controle e a fiscalização. VIII. Incentivar, colaborar e participar de estudos e planos de ações de interesse ambiental em nível Federal, Estadual e Regional, através de ações comuns, convênios e consórcios. IX. Desenvolver atividades de fomento da melhoria contínua da qualidade ambiental, por meio de estabelecimento de políticas de cooperação com a iniciativa privada, particularmente com os empreendedores que utilizam os recursos naturais, com as organizações não governamentais e instituições de ensino e pesquisa. X. Acionar órgãos estaduais ou federais de controle ambiental quando for necessário, bem como o Ministério Público. XI. Normatizar o uso e manejo dos recursos naturais e estabelecer normas e regulamentos para a gestão das unidades de conservação e outras áreas protegidas. XII. Promover a conscientização para a proteção do meio ambiente e da qualidade de vida, através da educação ambiental. XIII. Elaborar e coordenar as ações de educação ambiental em todas as instâncias. XIV. Estimular a participação comunitária no planejamento, implementação e vigilância das atividades que visem a proteção, recuperação e melhoria da qualidade ambiental. XV. incentivar o desenvolvimento, a criação, absorção e difusão de tecnologias compatíveis com a melhoria da qualidade ambiental. XVI. Realizar auditorias ambientais. XVII. Coordenar a elaboração e revisão de Planos Diretores relacionados a sua esfera de competência. XVIII. Celebrar convênios, contratos ou acordos específicos com entidades públicas ou privadas para desenvolver as atividades sob sua responsabilidade de maneira a atender às demandas da comunidade. XIX. Calcular, definir e cobrar tarifas, taxas, contribuições de melhoria e preços públicos referen-

tes à prestação dos serviços sob sua esfera de competência, bem como arrecadar e contabilizar as receitas provenientes dessas cobranças. XX. Gerenciar os recursos provenientes do ICMS ecológico a ser destinado ao Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA). XXI. Gerenciar os recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA). XXII. Realizar operações financeiras, incluindo a contratação de empréstimos, das quais os recursos obtidos sejam destinados à realização de obras e prestação de serviços exclusivos a sua esfera de competência. XXIII. Elaborar e publicar anualmente os balanços financeiro e patrimonial, bem como, a demonstração da conta patrimonial. XXIV. Organizar e manter atualizado o cadastro de seus bens. XXV. Aplicar as penalidades previstas nesta Lei e em seus regulamentos. XXVI. Elaborar projetos que enfoquem a formação de consciência ecológica do cidadão. **SEÇÃO IV DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (CONSEMMA)**

Art. 9º Compete ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONSEMMA), criado pela Lei Municipal nº 315, de 13 de abril de 2009, como parte integrante do Sistema Municipal de Gestão e Proteção Ambiental (SIMGEPA), em caráter permanente, deliberativo, consultivo e recursal, além das atribuições auferidas pela respectiva lei e concomitância ao art. 6º, inciso II da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e Portaria do Ministério do Meio Ambiente – MMA nº 452, de 17 de novembro de 2011 possui a finalidade de estudar, propor, deliberar e fiscalizar no âmbito de sua competência a implementação de diretrizes das políticas governamentais para o meio ambiente municipal e sobre o licenciamento ambiental de atividades de impacto local, os recursos em processos administrativos e normas e padrões relativos a gestão e proteção do meio ambiente.

Art. 10. Compete ainda ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONSEMMA):

I. Propor diretrizes, avaliar e acompanhar a implementação da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental. II. Deliberar sobre programas anuais de ações e investimentos com base na previsão orçamentária elaborada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA). III. Fiscalizar a correta aplicação dos recursos financeiros e a qualidade dos serviços prestados à população pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA). IV. Estudar os problemas ligados ao meio ambiente municipal e propor ações destinadas à preservação e melhoria da qualidade ambiental. V. Colaborar na elaboração dos planos e programas de desenvolvimento municipal e em projetos de lei que serão suporte da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental. VI. Estudar e propor normas técnicas e legais e procedimentos visando a proteção, conservação e recuperação do meio ambiente. VII. Opinar nas questões de uso e ocupação dos espaços territoriais de acordo com limitações e condicionantes ambientais, visando a preservação e melhoria da qualidade ambiental. VIII. Avaliar as solicitações de licenciamento para as atividades definidas nessa lei. IX. Propor a criação de Unidades de Conservação, bem como diretrizes de sua preservação. X. Articular a integração das ações de interesse ambiental desempenhadas por órgãos de caráter regional. XI. Opinar sobre os planos e projetos públicos e privados que, direta ou indiretamente afetem o meio ambiente, podendo solicitar, sempre que necessário, maiores informações dos interessados. XII. Propor e acompanhar os programas de educação ambiental. XIII. Publicar os relatórios sobre a situação de salubridade ambiental do Município. XIV. Elaborar e fazer cumprir seu estatuto e seu regimento interno. XV. Propor auditorias ambientais.

Parágrafo Único. Fica garantido ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONSEMMA) o acesso a todas as informações necessárias ao desempenho de suas funções que deverão ser fornecidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA) sempre que solicitadas.

Art. 11. O Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONSEMMA) tem a composição estabelecida na Lei Municipal nº 315, de 13 de abril de 2009.

SEÇÃO V DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (FMMA)

Art. 12. O Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA), criado pela Lei Municipal nº 349, de 25 de maio de 2010, vinculado ao orçamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA), possui como objetivo concentrar recursos para projetos de interesse ambiental.

Art. 13. Constituem receitas do Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA):

I. Arrecadação pelos agentes públicos competentes municipais, estaduais ou federais de multas previstas em leis e regulamentos provenientes da degradação do meio ambiente local a ser destinada a projetos de recuperação, proteção e educação ambiental a serem elaborados e definidos pelos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONSEMMA). II. Contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado, do Município e Consórcio e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações. III. Parte dos recursos provenientes da cobrança de tarifas, taxas, contribuições de melhoria e preços públicos cobrados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA) para remunerar os investimentos e os custos de operação e manutenção dos serviços sob sua esfera de competência. IV. As arrecadações resultantes de consórcios, convênios, contratos e acordos específicos celebrados entre o Município e instituições públicas ou privadas, cuja execução seja de competência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA), observadas as obrigações contidas nos respectivos instrumentos. V. As contribuições resultantes de doações de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos e privados, nacionais ou internacionais. VI. Rendimento de qualquer natureza que venha auferir como remuneração decorrente de aplicação do seu patrimônio. VII. Arrecadação resultante do ICMS ecológico nos termos da Lei Complementar Estadual nº 73 de 07 de dezembro de 2000 e Decreto Estadual nº 2.758 de 16 de julho de 2001. VIII. Outros rendimentos que, por sua natureza, possam ser destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA) deverá sempre que solicitado dar ciência ao COMDEMA das receitas destinadas ao Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA).

Art. 14. A gestão do Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA) será realizada por um Conselho Gestor que terá como finalidade a aplicação dos recursos e prestação de contas.

Art. 15. Compõem o Conselho Gestor do Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA):

I. O Secretário de Meio Ambiente, como seu Presidente. II. Um membro do Departamento Financeiro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA) ou da Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN). III. Um representante do COMDEMA escolhido entre os representantes da sociedade civil.

Art. 16. É competência do Conselho Gestor do Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA):

I. Estabelecer normas e diretrizes para gestão do Fundo. II. Aprovar operações de financiamento. III. Encaminhar o relatório anual de atividades desenvolvidas ao Prefeito. IV. Prestar contas da Gestão do Fundo ao CONSEMMA, na forma prevista em leis e regulamentos.

Art. 17 . Os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA) serão aplicados no desenvolvimento, remuneração e fomento de:

I. Programas de proteção, conservação, manutenção e recuperação da qualidade ambiental. II. Atividades ligadas à defesa do Meio Ambiente. III. Ações que visem proporcionar saneamento básico à população. IV. Pesquisas de processos tecnológicos destinados a melhoria da qualidade ambiental. V. Atividades educativas e de mobilização da sociedade civil organizada no processo de defesa do meio ambiente e da salubridade ambi-

ental. VI. Proteção e conservação dos recursos naturais. VII. Capacitação técnica dos agentes públicos integrantes do Sistema Municipal de Gestão e Proteção Ambiental (SIMGEPA). VIII. Investimentos e custos de operação e manutenção das atividades de gestão ambiental. IX. Serviços de assessoria técnica para a implementação de programas ambientais e sanitários. **SEÇÃO VI DAS TAXAS AMBIENTAIS MUNICIPAIS**

Art. 18. Fica instituída a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) no Município de Santa Rita do Trivelato – MT, cujo fato gerador é o exercício regulador do poder de polícia conferido à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA), para controle e fiscalização das atividades poluidoras utilizadoras dos recursos naturais de âmbito local.

Parágrafo Único. Esta lei deverá ser regulamentada normatizando, os valores da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), os sujeitos passivos, os casos de isenção, o prazo de recolhimento, as sanções aplicáveis no caso de mora, a destinação, dentre outras especificidades necessárias para o regular exercício da cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA).

SEÇÃO VII DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 19. A localização, concepção, instalação, construção, ampliação, modificação, operação e desativação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais ou consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como aquelas capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do Município de Santa Rita do Trivelato – MT, sem prejuízo de outras licenças ou autorizações legalmente exigíveis.

§ 1º. Compete ao Município o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local de pequeno e médio impacto, conforme as atividades dispostas no Anexo Único deste Código e da Resolução nº 85, de 24 de setembro de 2014 do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA).

§ 2º. Os pedidos de licenciamento serão objeto de publicação resumida no quadro de editais da Prefeitura e da Câmara Municipal e na imprensa local ou regional.

Art. 20. O Município, no exercício de sua competência, expedirá as seguintes licenças, de caráter obrigatório, respeitadas as competências estadual e federal:

I. **Licença Prévia (LP):** será concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental, devendo ser observados os planos municipais, estaduais e federais de uso dos recursos naturais e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação. II. **Licença de Instalação (LI):** autorizará a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes. III. **Licença de Operação (LO):** será concedida depois de cumpridas todas as exigências feitas por ocasião da expedição da LI, autorizando o início do empreendimento ou atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle ambiental, de acordo com o previsto nas Licenças Prévias (LP) e de Instalação (LI). IV. **Licença de Operação Provisória (LOP):** será concedida, na forma do regulamento, estabelecendo as condições de realização ou operação de empreendimentos, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou para execução de obras que não caracterizem instalações permanentes. Caso o empreendimento, atividade, pesquisa, serviço ou obra de caráter temporário, passe a configurar situação permanente, será exigido o licenciamento ambiental correspondente. V. **Licença Especial (LE):** Destina-se a permitir a ocorrência de Eventos Especiais assim considerados: o corte de árvores, a utilização de explosivos na construção civil e na extração de minerais, festejos populares, serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e líquidos industriais, colocação de veículos de propaganda e/ou publicidade, entre outros.

§ 1º. Os prazos de validade de cada tipo de licença ou autorização ambiental, observado o cronograma apresentado pelo empreendedor, serão observados os limites máximos de até:

I. Licença Prévia: dois anos. II. Licença de Instalação: três anos. III. Licença de Operação: dois anos. IV. Licença de Operação Provisória: dois anos. V. Licença Especial: apenas para a data do evento.

§ 2º. As atividades e empreendimentos passível de licenciamento ambiental municipal, nos termos da Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) nº 85, de 24 de setembro de 2014, ou daquela que a suceder, e já em funcionamento na data de publicação desta Lei deverão requerer, mediante cadastro do empreendimento a ser instruído com o termo de responsabilidade assinado pelo titular do empreendimento e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou equivalente do profissional responsável, a Licença de Operação (LO), no prazo de noventa dias.

§ 3º. Poderá ser concedida a título precário, autorização para teste, previamente à concessão das respectivas licenças de operação, mediante o pagamento da taxa correspondente a trinta por cento do valor da Licença de Operação (LO) e sem prejuízo das demais licenças necessárias ao funcionamento do empreendimento, em caráter excepcional e devidamente fundamentado pelo órgão licenciador, que será estabelecido em razão de necessidade temporária de avaliação da eficiência das condições, restrições e medidas de controle ambiental impostos à atividade ou empreendimento, não podendo, em qualquer hipótese, a autorização exceder o prazo de cento e oitenta dias.

§ 4º. A renovação da Licença de Operação deverá ser requerida com antecedência mínima de noventa dias, contados da data de expiração de seu prazo de validade, que ficará automaticamente prorrogada até manifestação definitiva do órgão competente pelo Licenciamento Ambiental.

§ 5º. O Município, através de seu órgão competente, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar qualquer licença expedida, quando ocorrer:

I. Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais. II. Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiariam a expedição da licença. III. Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

§ 6º. No Licenciamento Ambiental em áreas de posse será exigida a certidão administrativa fornecida pelo órgão competente ou escritura possessória lavrada em cartório reconhecida pelos confinantes, juntamente com a comprovação do pedido de regularização fundiária, junto ao órgão estadual.

§ 7º. Quando a expedição de Licença de Instalação envolver a supressão da cobertura vegetal e remoção da fauna, a Autorização de Desmatamento e de Resgate da fauna serão concedidas pelo órgão responsável pela expedição da respectiva licença.

§ 8º. Os responsáveis pelas atividades previstas no *caput* do artigo anterior são obrigados a implantar sistema de tratamento de efluentes e a promover todas as medidas necessárias para prevenir ou corrigir os inconvenientes e danos decorrentes da poluição.

§ 9º. A expedição das licenças previstas nesta seção deverá atender a previsão constante no art. 19. da presente Lei Complementar Municipal e do previsto no Decreto Estadual nº 7.007 de 09 de fevereiro de 2006.

§ 1º. Nos processos de licenciamento ambiental estabelecidos no Anexo Único deste Código e da Resolução nº 85, de 24 de setembro de 2014 do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), não sujeitos ao EIA/RIMA, nos termos da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 428, de 17 de dezembro de 2010, o órgão licenciador de-

verá dar ciência ao órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação que existir, quando o empreendimento:

I. Puder causar impacto direto em Unidade de Conservação – UC. II. Estiver localizado na sua Zona de Amortecimento – ZA. III. Estiver localizado no limite de até dois mil metros da Unidade de Conservação – UC, cuja Zona de Amortecimento – ZA não tenha sido estabelecida no prazo de até cinco anos a partir da publicação da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 473, de 11 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 238, de 14 de dezembro de 2015, Seção 1, página 121 e Retificada no Diário Oficial da União nº 241, de 17 de dezembro de 2015, Seção 1, página 61.

Art. 21. O Município de Santa Rita do Trivelato – MT condicionará a expedição de licença, Autorização ou Alvará de funcionamento e sua renovação à apresentação de Licença de Operação expedida pelo órgão ambiental competente.

Art. 22. Os cartórios de registro de imóveis deverão exigir a apresentação da Licença de Operação (LO) emitida pelo órgão ambiental competente, antes de efetuar o registro de loteamento.

Parágrafo Único. Para fins de registro de loteamento será exigida a averbação de, no mínimo, dez porcento de área verde, incluindo praças públicas, parques e canteiros centrais.

Art. 23. O Município, por meio de seus agentes ambientais capacitados, terá competência para fiscalizar as atividades industriais, comerciais, rurais e de prestação de serviços, tanto públicas como privadas, caracterizadas como fontes fixas de poluição ambiental.

Art. 24. Os empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental deverão comunicar ao órgão ambiental competente municipal a suspensão ou o encerramento das suas atividades.

§ 1º. A comunicação a que se refere o *caput* deverá ser acompanhada de um Plano de Desativação que contemple a situação ambiental existente e, se for o caso, informe a implementação das medidas de restauração e de recuperação da qualidade ambiental das áreas que serão desativadas ou desocupadas.

§ 2º. O órgão competente deverá analisar o Plano de Desativação, verificando a adequação das propostas apresentadas.

§ 3º. Após a restauração e/ou recuperação da qualidade ambiental, o empreendedor deverá apresentar relatório final, acompanhado das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica, atestando o cumprimento das normas estabelecidas no Plano de Desativação.

§ 4º. A Autorização Ambiental (AA), aplicar-se-á a empreendimentos ou atividades de caráter temporário (despesca em atividade de piscicultura, transporte de produtos perigosos, pesquisa científica, festival de pesca, desmatamento, exploração florestal, resgate de fauna, uso do fogo controlado, etc.). Caso o empreendimento, atividade, pesquisa, serviço ou obra de caráter temporário, exceda o prazo estabelecido de modo a configurar situação permanente, serão exigidas as licenças ambientais correspondentes, em substituição à Autorização Ambiental expedida.

§ 5º. As Licenças/Autorizações Ambientais poderão ser transferidas para outro proprietário, desde que as mesmas estejam dentro do prazo de validade e não haja mudança na atividade inicial.

§ 6º. As Licenças Ambientais serão concedidas somente mediante Parecer Técnico (PT) favorável elaborado e assinado por pelo menos dois técnicos de Meio Ambiente do quadro funcional da Prefeitura ou à disposição desta.

§ 7º. A Licença Prévia somente poderá ser renovada uma única vez.

§ 8º. As atividades de fiscalização ambiental somente poderão ser exercidas por Agente de Fiscalização Ambiental investido em cargo público de provimento efetivo do quadro de servidores de Município de Santa Rita do Trivelato – MT, ressalvado o disposto na Seção XIII deste Capítulo.

SEÇÃO X DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 25. Entende-se por Educação Ambiental o processo que visa conscientizar a população acerca das questões inerentes ao meio ambiente, criando condições para a preservação, planejamento e uso racional dos recursos naturais, desenvolvendo uma postura ética e ideológica voltada à vida.

Art. 26. A Educação Ambiental prevê atuação em nível escolar (formal) e não escolar, (informal) junto a toda comunidade, num processo permanente e participativo, de explicitação de valores, instrução sobre problemas específicos relacionados com o gerenciamento do meio ambiente, formação de conceitos e aquisição de competências que resultem no planejamento, preservação, defesa e melhoria do ambiente.

Art. 27. A Educação Ambiental no âmbito escolar será desenvolvida na rede de ensino de todos os níveis, de forma interdisciplinar e multidisciplinar, de acordo com a filosofia educacional do País e em conjunto com as Secretarias de Educação do Município, do Estado, Ministério da Educação e com as Diretorias das Escolas e Universidades.

Art. 28. A Educação Ambiental informal atenderá a comunidade fora do contexto escolar e terá característica popular e institucionalizada feita através de:

I. Campanhas de esclarecimento. II. Palestras. III. Debates. IV. Cursos de capacitação e/ou reciclagem. V. Desenvolvimento de programas de preservação ambiental envolvendo associações comunitárias. VI. Comemoração de datas referenciais e outras datas significativas para o andamento do processo educativo. VII. Qualquer outro meio eficaz para proporcionar a conscientização e educação ambiental dos alunos.

Art. 29. A Educação Ambiental informal será promovida junto à comunidade em geral, através de atividades dos órgãos e entidades responsáveis pelo programa no Município e em parceria com Organizações não governamentais e sem fins lucrativos, sob a coordenação da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA)**, juntamente com a Secretaria de Educação.

Art. 30. A Educação Ambiental precederá as fases de criação e implantação de Unidades de Conservação em programas direcionados às diferentes comunidades a serem envolvidas e ao corpo funcional destas unidades.

Art. 31. A Educação Ambiental formal será promovida pela Secretaria de Educação do Município, do Estado, Ministério da Educação, Diretoria das Escolas e Universidades, visando capacitar os corpos docente e discente das escolas, com apoio da Secretaria Municipal Meio Ambiente.

Art. 32. A educação Ambiental terá como um dos instrumentos de suporte a pesquisa sócio ambiental em nível científico.

Art. 33. Fica instituída a Semana do Meio Ambiente, que será comemorada nas escolas, estabelecimentos públicos e por meio de campanhas junto à comunidade, através de programações educativas, na primeira semana do mês de junho de cada ano.

SEÇÃO XI DOS INCENTIVOS FINANCEIROS E FISCAIS

Art. 34. O Município de Alto Araguaia, mediante convênio ou consórcio, e desde que autorizada pelo Poder Legislativo, poderá repassar ou conceder auxílio financeiro a instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, para execução de serviços de relevante interesse ambiental.

Parágrafo Único. Poderá ser instituído prêmio de mérito ambiental para incentivar a pesquisa e apoiar os inventores e introdutores de inovações tecnológicas que visem a proteger o meio ambiente, em homenagem àqueles que se destacarem em defesa da ecologia.

Art. 35. Os proprietários de imóveis que contenham árvores ou associações vegetais relevantes poderão a título de estímulo e preservação, receber benefício fiscal, na forma de lei específica.

Parágrafo Único. Para ter direito ao benefício fiscal, o proprietário de imóvel a que se refere o *caput* deste artigo, deverá firmar, perante o órgão competente, termo de compromisso de preservação.

SEÇÃO XII DA PROCURADORIA AMBIENTAL

Art. 36. O órgão municipal de meio ambiente, em consonância com a Procuradoria Jurídica do Município, poderá manter setor especializado em tutela ambiental, defesa de interesses difusos, do patrimônio histórico, cultural, paisagístico, arquitetônico e urbanístico, como forma de apoio técnico-jurídico à implementação dos objetivos desta Lei e demais normas ambientais vigentes, respeitadas as funções institucionais do Ministério Público, em especial o disposto no inciso III do *caput* do artigo 129 da Constituição Federal.

SEÇÃO XIII DA FISCALIZAÇÃO, CONTROLE, MONITORAMENTO, INFRAÇÃO E PENALIDADES SUBSEÇÃO I DO CONTROLE, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

Art. 37. Para o controle, monitoramento e fiscalização das atividades decorrentes do disposto nesta Lei Complementar e em seus regulamentos, o órgão municipal de meio ambiente poderá utilizar-se, além dos recursos técnicos e humanos de que dispõe, do concurso de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas e por meio de consórcios públicos.

Art. 38. O cargo de Agente de Fiscalização Ambiental, com exigência de formação técnica e treinamento especial.

§ 1º. Caberá ao órgão gestor de Meio Ambiente providenciar o treinamento do Agente de Fiscalização Ambiental, que receberá Certificação de Aptidão para o exercício das funções de fiscalização descritas nesta Lei Complementar.

§ 2º. A atividade de fiscalização e o treinamento do Agente de Fiscalização Ambiental poderá ser objeto de convênios, acordos de cooperação com outros municípios, com consórcios públicos, com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) e instituições de ensino de nível superior que tenham cursos nas áreas das chamadas ciências da terra e na área jurídica.

§ 3º. O Agente de Fiscalização Ambiental atuará na fiscalização de atividades industriais, serviços, comerciais, agrícolas e pastoris, passíveis de licenciamento ambiental municipal.

Art. 39. São atribuições dos servidores municipais encarregados da fiscalização ambiental:

I. Realizar levantamentos, vistorias e avaliações. II. Efetuar medições e coletas de amostras para análises técnicas de controle. III. Proceder a inspeções e visitas de rotina, bem como para apuração de irregularidades e infrações. IV. Verificar a observância das normas e padrões ambientais vigentes. V. Lavrar auto de notificação e auto de infração, interdição e embargo.

§ 1º. O infrator receberá cópia do auto de infração, em caso de recusa de recebimento, ser-lhe-á enviado por via postal, com Aviso de Recebimento (AR), que será anexado ao procedimento, ou por edital.

§ 2º. No exercício da ação fiscalizadora, os técnicos terão a entrada franqueada nas dependências das fontes poluidoras localizadas ou que se instalarem no Município, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessário e terão livre acesso a informações, visitas a projetos, instalações, dependências ou produtos sob inspeção.

§ 3º. Qualquer pessoa poderá denunciar a prática de infração ambiental cuja procedência será verificada pelo Agente de Fiscalização Ambiental.

Art. 40. Nos casos de embaraço à ação fiscalizadora, as autoridades policiais deverão prestar auxílio aos agentes fiscalizadores para a execução da medida ordenada.

SUBSEÇÃO II DAS INFRAÇÕES AMBIENTAIS

Art. 41. Para efeitos desta Lei, considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente ou que importe em inobservância dos preceitos desta Lei, seus regulamentos, decretos, normas técnicas e resoluções, bem como, das leis estaduais e federais, resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e outros dispositivos legais.

Art. 42. Respondem pela infração, conjunta ou separadamente, todo aquele que, de qualquer forma, concorrerem para sua prática ou deixarem de adotar medidas preventivas destinadas a evitar a sua ocorrência.

Parágrafo Único. O infrator, seja pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, é responsável, independentemente de culpa ou dolo, pelo dano que sua atividade causar ao meio ambiente e a outrem.

Art. 43. São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os agentes ambientais do órgão municipal do meio ambiente e da polícia militar especializada.

Art. 44. A autoridade ambiental que tiver ciência ou notícia de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de corresponsabilidade.

§ 1º. Qualquer pessoa que tiver conhecimento ou notícia da ocorrência de infração ambiental deverá noticiar as autoridades relacionadas no artigo anterior, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§ 2º. A autoridade ambiental notificará o Ministério Público, obrigatoriamente, sempre que a infração for classificada como “gravíssima” e a seu critério, nos demais casos.

Art. 45. Os autos de infração ambientais serão processados junto ao órgão ambiental municipal competente, incluindo aqueles lavrados pelos agentes do Batalhão da Polícia Militar de Proteção Ambiental.

Art. 46. Nos casos em que a infração administrativa configurar crime incumbe ao agente de fiscalização levar ao conhecimento da autoridade policial.

SUBSEÇÃO III DAS PENALIDADES

Art. 47. Os infratores dos dispositivos da presente Lei, de seus regulamentos e do estabelecido pelas demais normas atinentes à matéria, ficam sujeitos às seguintes penalidades que poderão ser aplicadas cumulativamente, além das demais sanções civis ou penais, previstas pela legislação federal ou estadual:

I. Advertência por escrito, em que o infrator será notificado para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções previstas nesta Lei.

II. Multa simples no valor de 50 (cinquenta) até 85.000 (oitenta e cinco mil) Unidades Fiscais Municipal (UFM).

III. Multa diária.

IV. Apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração.

V. Destruição ou inutilização do produto.

VI. Suspensão de venda e fabricação do produto.

VII. Embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas.

VIII. Demolição de obra.

IX. Suspensão parcial ou total das atividades.

X. Restritiva de direitos.

XI. Interdição parcial ou total do estabelecimento ou atividade.

XII. Cassação de alvará de licenciamento da atividade ou empreendimento.

§ 1º. Os valores estabelecidos das multas nesta Lei, quando não disposto de forma diferente, referem-se à multa simples e não impedem a aplicação cumulativa das demais sanções.

§ 2º. A caracterização de negligência ou dolo será exigível nas hipóteses previstas nos incisos I e II do § 3º do art. 72 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 48. A pena de multa consiste no pagamento de importância equivalente a:

I. Nas infrações leves, 50 até 500 Unidades Fiscais Municipal (UFM). II. Nas infrações graves, 500 até 10.000 Unidades Fiscais Municipal (UFM). III. Nas infrações muito graves, 10.000 até 20.000 Unidades Fiscais Municipal (UFM). IV. Nas infrações gravíssimas, 20.000 até 85.000 Unidades Fiscais Municipal (UFM).

Art. 49. A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Parágrafo Único. O órgão ou entidade ambiental poderá especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Art. 50. A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§ 1º. Constatada a situação prevista no *caput*, o agente autuante lavrará auto de infração, indicando a conduta e o valor da multa-dia.

§ 2º. O valor da multa-dia deverá ser fixado de acordo com os critérios estabelecidos nesta Lei, não podendo ser inferior ao mínimo aqui estabelecido, nem superior a dez por cento do valor da multa simples máxima cominada para a infração.

§ 3º. A multa diária deixará de ser aplicada a partir da data em que o autuado apresentar ao órgão ambiental documentos que comprovem a regularização da situação que deu causa à lavratura do auto de infração.

§ 4º. Caso o agente autuante ou a autoridade competente verifique que a situação que deu causa à lavratura do auto de infração não foi regularizada, a multa diária voltará a ser imposta desde a data em que deixou de ser aplicada, sendo notificado o autuado, sem prejuízo da adoção de outras sanções previstas nesta Lei.

§ 5º. Por ocasião do julgamento do auto de infração, a autoridade ambiental deverá, em caso de procedência da autuação, confirmar ou modificar o valor da multa-dia, decidir o período de sua aplicação e consolidar o montante devido pelo autuado para posterior execução.

§ 6º. O valor da multa será consolidado e executado periodicamente após o julgamento final, nos casos em que a infração não tenha cessado.

§ 7º. A celebração de termo de compromisso de reparação ou cessação dos danos encerrará a contagem da multa diária.

Art. 51. Quanto ao dano ambiental, as infrações serão classificadas levando-se em consideração:

I. A escala e a intensidade do dano.

II. O dano à saúde e à segurança pública.

III. Se o dano é temporário ou permanente, recuperável ou irrecuperável.

IV. O local da infração.

V. As circunstâncias atenuantes e agravantes da infração.

Parágrafo Único. As sanções aplicadas pelo agente autuante estarão sujeitas à confirmação pela autoridade julgadora.

Art. 52. São circunstâncias atenuantes:

I. Menor grau de compreensão e escolaridade do infrator. II. Arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação da agressão ambiental causada. III. Comunicação prévia, pelo infrator, às autoridades competentes, de perigo iminente de degradação ambiental. IV. Colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental. V. Ser primário o infrator, e de natureza leve a falta por ele cometida. VI. Comunicação da infração acidental pelo próprio infrator.

Art. 53. São circunstâncias agravantes:

I. Ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma continuada.

II. Ter o agente cometido a infração para obter vantagem pecuniária.

III. O infrator coagir outrem para a execução material da infração.

IV. Ter a infração consequências danosas à saúde pública.

V. Se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública e ao meio ambiente, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada para evitalo.

VI. Ter o infrator agido com dolo direto ou eventual.

VII. Não ter o infrator comunicado a infração ambiental autoridade competente.

VIII. A ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia.

IX. A infração atingir áreas sob proteção legal.

X. O emprego de métodos cruéis no abate ou captura de animais.

XI. Decorrer a infração de omissão ou má-fé na operação de sistemas de tratamento de emissões.

§ 1º. A reincidência ocorrerá quando o mesmo agente cometer nova infração ambiental no período de 3 anos, classificada como:

a) específica: cometimento de infração da mesma natureza.

b) genérica: o cometimento de infração ambiental de natureza diversa.

§ 2º. No caso de infração, caracterizada pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, ou da flagrante omissão diante de uma notificação da autoridade competente, a penalidade de multa poderá ser aplicada de forma continuada, por tantos dias quantos sejam os da resistência do infrator a corrigi-la.

Art. 54. A sanção de advertência poderá ser aplicada, mediante a lavratura de auto de infração, para as infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º. Consideram-se infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente aquelas em que a multa máxima cominada não ultrapasse o valor de R$ 1.000,00 (mil reais), ou que, no caso de multa por unidade de medida, a multa aplicável não exceda o valor referido.

§ 2º. Sem prejuízo do disposto no *caput*, caso o agente autuante constate a existência de irregularidades a serem sanadas, lavrará o auto de infração com a indicação da respectiva sanção de advertência, ocasião em que estabelecerá prazo para que o infrator sane tais irregularidades.

§ 3º. Sanadas as irregularidades no prazo concedido, o agente autuante certificará o ocorrido nos autos e dará seguimento ao processo administrativo.

§ 4º. Caso o autuado, por negligência ou dolo, deixe de sanar as irregularidades, o agente autuante certificará o ocorrido e aplicará a sanção de multa relativa à infração praticada, independentemente da advertência.

Art. 55. A sanção de advertência não excluirá a aplicação de outras sanções.

Art. 56. Fica vedada a aplicação de nova sanção de advertência no período de três anos contados do julgamento da defesa da última advertência ou de outra penalidade aplicada.

Art. 57. São infrações ambientais, não excluindo as indicadas nos artigos 73 a 93 do Decreto Federal nº 6.514 de 22 de julho de 2008, atualizado pelo Decreto Federal nº 6.686 de 10 de dezembro de 2008 e art. 41 desta Lei:

I. Construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território do município, estabelecimentos, obras, atividades ou serviços submetidos ao regime desta Lei, sem licença exigida por Lei ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei.

II. Praticar atos de comércio e indústria ou serviços, compreendendo substâncias, produtos e artigos de interesse para a saúde ambiental, sem a necessária licença ou autorização dos órgãos competentes ou contrariando o disposto nesta Lei e na legislação estadual e federal pertinente.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VIII e IX do art. 47 desta Lei.

III. Deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar qualquer fato relevante do ponto de vista ecológico e ambiental, de acordo com o disposto nesta Lei Complementar, no seu regulamento e normas técnicas.

Pena: Incisos I e II do art. 47 desta Lei.

IV. Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de interesse ambiental.

Pena: Incisos I e II do art. 47 desta Lei.

V. Opor-se à exigência de exames técnicos de laboratórios, à realização de auditorias técnicas ou à execução dessas ações pelas autoridades competentes.

Pena: Incisos I e II do art. 47 desta Lei.

VI. Utilizar, aplicar, comercializar, manipular, ou armazenar pesticidas, raticidas, fungicidas, inseticidas, herbicidas, e outros congêneres, pondo em risco a saúde ambiental, individual ou coletiva, em virtude de uso inadequado ou inobservância das normas legais, regulamentares ou técnicas aprovadas pelos órgãos competentes ou em desacordo com os receituários e registros pertinentes.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei.

VII. Descumprir, as empresas de transporte, seus agentes e consignatários, comandantes e responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, trens, veículos terrestres, nacionais e estrangeiros, normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências ambientais.

Pena: Incisos I, II, III, IV, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei.

VIII. Entregar ao consumo, desviar, alterar ou substituir, total ou parcialmente, produto interditado por aplicação dos dispositivos desta Lei.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei.

IX. Dar início, de qualquer modo, ou efetuar parcelamento do solo sem aprovação dos órgãos competentes ou em desacordo com a mesma ou com inobservância das normas ou diretrizes pertinentes.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei.

X. Contribuir para que a água ou o ar atinjam níveis ou categorias de qualidade inferior aos fixados em normas oficiais.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei.

XI. Emitir ou despejar efluentes ou resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido na legislação.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei.

XII. Exercer atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente, sem licença do órgão ambiental competente ou em desacordo com a mesma.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei.

XIII. Causar a poluição das águas superficiais e do subsolo, particularmente os mananciais e as águas dos serviços públicos de abastecimento das comunidades.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei.

XIV. Causar incômodo por emissões de substâncias odoríferas acima dos limites de percepção e além dos limites da propriedade em que se localiza a fonte emissora.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei.

XV. Causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea dos habitantes de zonas urbanas.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei.

XVI. Desrespeitar interdições de uso, de passagens e outras restrições estabelecidas administrativamente para a proteção contra a degradação ambiental ou, nesses casos, impedir ou dificultar a atuação de agentes do Poder Público.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei.

XVII. Causar poluição do solo tornando qualquer área urbana ou rural imprópria para ocupação e uso.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei.

XVIII. Causar poluição de qualquer natureza que possa trazer danos à saúde ou ameaçar o bem-estar do indivíduo ou da coletividade.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei.

XIX. Desenvolver atividades ou causar poluição de qualquer natureza, que provoque mortandade de mamíferos, aves, répteis, anfíbia ou peixes ou a destruição de plantas cultivadas ou silvestres.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei.

XX. Desrespeitar as proibições ou restrições estabelecidas pelo Poder Público em Unidades de Conservação ou áreas protegidas por esta Lei Complementar.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei.

XXI. Obstar ou dificultar a ação das autoridades ambientais competentes no exercício de suas funções.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei.

XXII. Descumprir atos emanados da autoridade ambiental, visando à aplicação da legislação vigente.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei.

XXIII. Transgredir outras normas, diretrizes, padrões ou parâmetros federais, estaduais ou locais, legais ou regulamentares à proteção da saúde ambiental ou do meio ambiente.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei.

XXIV. Praticar maus tratos em animais.

Pena: Incisos I, II, III e IX do art. 47 desta Lei.

XXV. Destruir ou causar danos à vegetação arbórea urbana e às de preservação permanente, inclusive àquelas associadas aos sítios arqueológicos.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei.

XXVI. Emitir sons, ruídos ou vibrações, em desacordo com os limites estabelecidos nesta Lei e legislação estadual ou federal pertinente.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei.

Art. 58. As sanções restritivas de direito aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas são:

I. Suspensão de registro, licença ou autorização.

II. Cancelamento de registro, licença ou autorização.

III. Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais.

IV. Perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.

V. Proibição de contratar com a administração pública.

§ 1º. A autoridade ambiental fixará o período de vigência das sanções previstas neste artigo, observando os seguintes prazos:

I. Até três anos para a sanção prevista no inciso V do *caput* do presente artigo.

II. Até um ano para as demais sanções previstas no *caput* do presente artigo.

§ 2º. Em qualquer caso, a extinção da sanção fica condicionada à regularização da conduta que deu origem ao auto de infração.

Art. 59. Em caso de aplicação de penalidade concomitante pelo Estado e Município, prevalecerá a que primeiro tiver sido imposta.

SEÇÃO XIV DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 60. As infrações à legislação ambiental serão apuradas em procedimento administrativo próprio e sua instauração dar-se-á com a lavratura de auto de infração, em 3 (três) vias, devendo a segunda via ser destinada a formalização do procedimento.

Art. 61. Os agentes devem, no exercício de suas funções fiscalizadoras, ao constatarem a ocorrência de infração ao disposto nesta Lei, lavrar os seguintes instrumentos legais do exercício da atividade, de acordo com a necessidade estabelecida:

I. Auto de Notificação. II. Auto de Infração. III. Termo de Embargo e/ou Interdição. IV. Termo de Apreensão e Notificação.

Art. 62. Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

I. Apreensão. II. Embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas. III. Suspensão de venda ou fabricação de produto. IV. Suspensão parcial ou total de atividades. V. Destruição ou inutilização dos produtos, subprodutos e instrumentos da infração. VI. Demolição.

§ 1º. As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

§ 2º. A aplicação de tais medidas será lavrada em formulário próprio, sem emendas ou rasuras que comprometam sua validade, e deverá conter, além da indicação dos respectivos dispositivos legais e regulamentares infringidos, os motivos que ensejaram o agente autuante a assim proceder.

§ 3º. A administração ambiental estabelecerá os formulários específicos a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4º. O embargo de obra ou atividade restringe-se aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, não alcançando as demais atividades realizadas em áreas não embargadas da propriedade ou posse ou não correlacionadas com a infração.

Art. 63. A suspensão de venda ou fabricação de produto constitui medida que visa a evitar a colocação no mercado de produtos e subprodutos oriundos de infração administrativa ao meio ambiente ou que tenha como objetivo interromper o uso contínuo de matéria-prima e subprodutos de origem ilegal.

Art. 64. A suspensão parcial ou total de atividades constitui medida que visa a impedir a continuidade de processos produtivos em desacordo com a legislação ambiental.

Art. 65. O ato administrativo que instaura o procedimento administrativo de apuração das infrações ambientais ou o auto de notificação deverá conter:

I. O nome do infrator e sua qualificação nos termos da lei.

II. Local, data e hora da infração.

III. Descrição da infração e menção ao disposto legal ou regulamentar transgredido.

IV. Ciência pelo autuado, de que responderá pelo fato em processo administrativo.

V. Assinatura do autuado ou, na ausência ou recusa, de duas testemunhas e do autuante.

VI. Nome do agente fiscal e assinatura.

VII. No caso de aplicação das penalidades de embargo, apreensão e de suspensão de venda do produto, do auto de notificação deve constar ainda, a natureza, quantidade, nome e/ou marca, procedência, local onde o produto ficará depositado e seu fiel depositário.

§ 1º. Os produtos perecíveis, se próprios para o consumo humano, serão doados imediatamente para entidades filantrópicas.

§ 2º. A notificação/intimação dar-se-á sucessivamente, da seguinte forma:

I. Pessoalmente.

II. Pelo representante legal do infrator.

III. Por carta registrada com ávido de recebimento.

IV. Por edital, se estiver o infrator em lugar incerto e não sabido ou não for encontrado no endereço indicado.

V. Por outros meios admitidos pela legislação em vigor.

§ 3º. Se o infrator for notificado pessoalmente e se recusar a exarar ciência, deverá essa circunstância ser expressamente mencionada pela autoridade que efetuou a notificação na presença de duas testemunhas que assinarão o Auto e o entregará ao autuado.

§ 4º. Nos casos de evasão ou ausência do responsável pela infração administrativa, e inexistindo preposto identificado, o agente autuante encaminhará o auto de infração por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a sua ciência.

§ 5º. O edital referido no inciso III, do Parágrafo 2º deste artigo, será publicado uma única vez, pela imprensa oficial do Município, ou por diário de grande circulação local, considerando-se efetuada a notificação cinco dias após a publicação.

Art. 66. Os agentes e/ou fiscais ficam responsáveis pelas declarações que fizerem nos autos da infração, sendo passíveis de punição, por falta grave, em caso de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 67. O infrator poderá apresentar defesa prévia, pessoalmente ou por meio de advogado, no prazo de quinze dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação.

§ 1º. A defesa prévia é o momento em que o infrator poderá confessar-se responsável, considerando-se essa confissão inicial como atenuante.

§ 2º. O infrator poderá apresentar os documentos que tiver para a sua defesa, sendo facultado, também, se pertinente, o pedido de realização de prova pericial.

§ 3º. A apresentação de defesa prévia não terá efeito suspensivo no concernente às penalidades de apreensão, interdição e suspensão de atividades.

§ 4º. O órgão ambiental municipal responsável aplicará o desconto de trinta por cento de que trata o art. 3º da Lei Federal nº 8.005, de 22 de março de 1990, sempre que o autuado decidir efetuar o pagamento da penalidade no prazo previsto no *caput*.

§ 5º. O órgão ambiental municipal responsável concederá desconto de trinta por cento do valor corrigido da penalidade, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 8.005, de 22 de março de 1990, para os pagamentos realizados após o prazo do *caput* e no curso do processo pendente de julgamento.

Art. 68. Decorrido o prazo ora estabelecido sem apresentação de defesa, será o autuado considerado revel, caso em que os prazos, a partir daí, correrão independentemente de intimação, salvo se, posteriormente, habilitar-se regularmente nos autos, quando então será intimado dos atos verificados após essa habilitação.

Parágrafo Único. Requerimentos formulados fora do prazo de defesa não serão conhecidos, podendo ser desentranhados dos autos conforme decisão da autoridade ambiental competente.

Art. 69. O servidor que presidir o procedimento administrativo analisará a defesa prévia, e requisitará emissão de parecer do departamento jurídico do município, deferindo ou indeferindo motivadamente os pedidos.

§ 1º. Os exames periciais fornecidos, ou que possam ser fornecidos normalmente pelos órgãos públicos, sem despesas extraordinárias, serão anexados ao procedimento.

§ 2º. Quando houver deferimento do pedido de prova pericial solicitada pelo infrator, caberá ao mesmo depositar os honorários dessa prova no prazo de três dias, sob pena do indeferimento automático do pedido de prova.

§ 3º. A oitiva das testemunhas, quando houver, deverá ser marcada no prazo máximo de vinte dias, a contar da data da notificação do infrator.

Art. 70. As provas propostas pelo autuado, quando impertinentes, desnecessárias ou protelatórias, poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada da autoridade julgadora competente.

Art. 71. Encerrada a instrução, o autuado terá o direito de manifestar-se em alegações finais, no prazo máximo de dez dias úteis.

§ 1º. A autoridade julgadora publicará em sua sede administrativa a relação dos processos que entrarão na pauta de julgamento, para fins de apresentação de alegações finais pelos interessados.

Art. 72. Terminada a produção das provas, o servidor competente do quadro da assessoria jurídica municipal proferirá decisão, concluindo pela aplicação ou não das penalidades correspondentes às infrações apontadas no procedimento, conforme decidir pela procedência ou improcedência dos pedidos, devendo esta decisão ser homologada pelo Prefeito ou pelo Secretário da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA).

§ 1º. O infrator será intimado por via postal, com aviso de recebimento, ou pessoalmente, por servidor designado.

§ 2º. Não tendo sido encontrado nesta fase ou nas fases anteriores do procedimento, a intimação será feita pela imprensa oficial do Município, ou por diário de grande circulação local.

Art. 73. Julgado o auto de infração, o autuado será notificado por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a certeza de sua ciência para pagar a multa no prazo de cinco dias, a partir do recebimento da notificação, ou para apresentar recurso.

Parágrafo Único. O pagamento realizado no prazo disposto no *caput* contará com o desconto de trinta por cento do valor corrigido da penalidade, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 8.005, de 22 de março de 1990.

Art. 74. Da decisão proferida e homologada pelo órgão Municipal competente, caberá recurso, no prazo de vinte dias, a contar da data da intimação da decisão proferida, ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONSEMMA).

§ 1º. O recurso administrativo previsto no *caput* deste artigo será encaminhado ao COMSEMMA, que poderá propor a redução da intensidade ou o cancelamento das penalidades impostas, a partir de julgamento na câmara técnica pertinente.

§ 2º. Ao recurso, deverá ser juntado o parecer emitido pelo setor jurídico do município.

Art. 75. Transitada em julgado a decisão administrativa será o infrator notificado a recolher, no prazo de trinta dias, a multa.

§ 1º. O valor da multa poderá ser parcelado, na forma do regulamento.

§ 2º. Os valores arrecadados em pagamentos de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMA.

§ 3º. Verificado o não recolhimento da multa no prazo estabelecido a autoridade administrativa providenciará o encaminhamento do processo para inscrição em Dívida Ativa e cobrança judicial.

SEÇÃO XV DO PROCEDIMENTO DE CONVERSÃO DE MULTA SIMPLES EM SERVIÇOS DE PRESERVAÇÃO, MELHORIA E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE

Art. 76. A autoridade ambiental poderá, nos termos do que dispõe o § 4º do art. 72 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Art. 77. São considerados serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente:

I. Execução de obras ou atividades de recuperação de danos decorrentes da própria infração. II. Implementação de obras ou atividades de recuperação de áreas degradadas, bem como de preservação e melhoria da qualidade do meio ambiente. III. Custeio ou execução de programas e de projetos ambientais desenvolvidos por entidades públicas de proteção e conservação do meio ambiente. IV. Manutenção de espaços públicos que tenham como objetivo a preservação do meio ambiente.

Art. 78. Não será concedida a conversão de multa para reparação de danos de que trata o inciso I do artigo anterior, quando:

I. Não se caracterizar dano direto ao meio ambiente. II. A recuperação da área degradada puder ser realizada pela simples regeneração natural.

Parágrafo Único. Na hipótese do *caput*, a multa poderá ser convertida nos serviços descritos nos incisos II, III e IV do art. XXX, sem prejuízo da reparação dos danos praticados pelo infrator.

Art. 79. O autuado poderá requerer a conversão de multa de que trata esta Seção por ocasião da apresentação da defesa.

Art. 80. O valor dos custos dos serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente não poderá ser inferior ao valor da multa convertida.

§ 1º. Independentemente do valor da multa aplicada, fica o autuado obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causado.

§ 2º. A autoridade ambiental aplicará o desconto de quarenta por cento sobre o valor da multa consolidada.

Art. 81. A conversão de multa destinada à reparação de danos ou recuperação das áreas degradadas pressupõe que o autuado apresente pré-projeto acompanhando o requerimento.

§ 1º. Caso o autuado ainda não disponha de pré-projeto na data de apresentação do requerimento, a autoridade ambiental, se provocada, poderá conceder o prazo de até trinta dias para que ele proceda à juntada aos autos do referido documento.

§ 2º. A autoridade ambiental poderá dispensar o projeto de recuperação ambiental ou autorizar a substituição por projeto simplificado quando a recuperação ambiental for de menor complexidade.

§ 3º. Antes de decidir o pedido de conversão da multa, a autoridade ambiental poderá determinar ao autuado que proceda a emendas, revisões e ajustes no pré-projeto.

§ 4º. O não atendimento por parte do autuado de qualquer das situações previstas neste artigo importará no pronto indeferimento do pedido de conversão de multa.

Art. 82. Por ocasião do julgamento da defesa, a autoridade julgadora deverá, numa única decisão, julgar o auto de infração e o pedido de conversão da multa.

§ 1º. A decisão sobre o pedido de conversão é discricionária, podendo a administração, em decisão motivada, deferir ou não o pedido formulado.

§ 2º. Em caso de acatamento do pedido de conversão, deverá a autoridade julgadora notificar o autuado para que compareça à sede da respectiva unidade administrativa para a assinatura de termo de compromisso.

§ 3º. O deferimento do pedido de conversão suspende o prazo para a interposição de recurso durante o prazo definido pelo órgão ou entidade ambiental para a celebração do termo de compromisso.

Art. 83. Havendo decisão favorável ao pedido de conversão de multa, as partes celebrarão termo de compromisso, que deverá conter as seguintes cláusulas obrigatórias:

I. Nome e sobrenome seguido da qualificação completa com estado civil, profissão, número do documento de identificação e órgão expedidor e número no Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal do Brasil, endereço físico e eletrônico e número de telefone das partes compromissadas e, se houver, dos respectivos representantes legais. II. Prazo de vigência do compromisso, que, em função da complexidade das obrigações nele fixadas, poderá variar entre o mínimo de noventa dias e o máximo de três anos, com possibilidade de prorrogação por igual período. III. Descrição detalhada de seu objeto, valor do investimento previsto e cronograma físico de execução e de implantação das obras e serviços exigidos, com metas a serem atingidas. IV. Multa a ser aplicada em decorrência do não-cumprimento das obrigações nele pactuadas, que não poderá ser inferior ao valor da multa convertida, nem superior ao dobro desse valor. V. Foro competente para dirimir litígios entre as partes que será sempre o da comarca a que pertencer o município, salvo disposição em contrário na Lei Processual vigente.

§ 1º. A assinatura do termo de compromisso implicará renúncia ao direito de recorrer administrativamente.

§ 2º. A celebração do termo de compromisso não põe fim ao processo administrativo, devendo a autoridade competente monitorar e avaliar, no máximo a cada dois anos, se as obrigações assumidas estão sendo cumpridas.

§ 3º. O termo de compromisso terá efeitos na esfera Civil e Administrativa.

§ 4º. O descumprimento do termo de compromisso implica:

I. na esfera Administrativa, a imediata inscrição do débito em Dívida Ativa para cobrança da multa resultante do Auto de Infração em seu valor integral. II. Na esfera Civil, a imediata execução judicial das obrigações assumidas, tendo em vista seu caráter de título executivo extrajudicial.

§ 5º. O termo de compromisso poderá conter cláusulas relativas às demais sanções aplicadas em decorrência do julgamento do auto de infração.

§ 6º. A assinatura do termo de compromisso tratado neste artigo suspende a exigibilidade da multa aplicada.

Art. 84. Os termos de compromisso deverão ser publicados no diário oficial, mediante extrato.

Art. 85. A conversão da multa não poderá ser concedida novamente ao mesmo infrator durante o período de cinco anos, contados da data da assinatura do termo de compromisso.

CAPÍTULO III DA PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO AMBIENTAL SEÇÃO I DO SOLO

Art. 86. Compete ao Poder Público Municipal:

I. Garantir a adequada utilização do solo, minimizando os processos físicos, químicos e biológicos de degradação, pelo adequado planejamento, desenvolvimento, fomento e disseminação de tecnologia apropriadas e manejo. II. Promover, no que couber, ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano. III. Garantir como prioridade o controle da erosão, especialmente do manejo integrado de solo e água. IV. Adotar medidas mitigadoras que evitem desertificação e favoreçam a recuperação das áreas degradadas. V. Regulamentar o uso e a ocupação do solo nas porções do território de marcante energia de relevo. VI. Proteger e regulamentar o uso das principais linhas orográficas definidoras das paisagens municipais. VII. Elaborar, nos termos da Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos.

§ 1º. O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos poderá ser realizado pelo Município ou em Consórcio com outros Municípios, aplicando-se o disposto no inciso III, § 3º do artigo 19 da Lei Federal nº 12. 305, de 02 de agosto de 2010, e em consonância às Unidades de Conservação de Uso Sustentável Estaduais números 13 e 14.

§ 2º. Os planos ou projetos públicos ou privados de uso de recursos naturais no Município de Santa Rita do Trivelato – MT, bem como os de uso, ocupação e parcelamento do solo, devem respeitar as necessidades do equilíbrio ecológico e as diretrizes e normas de proteção ambiental.

§ 3º. Na análise dos projetos de uso e ocupação do solo ou loteamentos, o órgão ambiental municipal, no âmbito de sua competência, deverá manifestar-se, dentre outros, necessariamente sobre os seguintes aspectos:

I. Reserva de áreas verdes e proteção de interesses paisagísticos e ecológicos. II. Utilização de áreas com terrenos alagadiços ou sujeitos a inundações. III. Ocupação de áreas onde o nível de poluição local impeça condições sanitárias mínimas. IV. Sistema de abastecimento de água.

V. Coleta, tratamento e disposição final de esgotos e resíduos sólidos.

VI. Ocupação de áreas aterradas com material nocivo à saúde.

VII. Ocupação de áreas de média a alta fragilidade sujeita a processos erosivos.

§ 4º. Os loteamentos urbanos em áreas de solos arenosos com declividade acima de 10% deverão conter sistemas de drenagem de águas pluviais, de modo a minimizar os processos erosivos e assoreamento dos corpos de água.

SUBSEÇÃO I DO ATERRO SANITÁRIO

Art. 87. A implantação do aterro sanitário municipal deverá seguir as regras específicas do Plano Diretor, do uso e ocupação do solo, bem como do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Municipal ou mediante Plano Consorcial.

Art. 88. Nos termos da Lei Federal nº 12.305, de 20 de agosto de 2010, a implantação do aterro sanitário deverá ser regulamentada.

SUBSEÇÃO II DOS ASSENTAMENTOS URBANOS

Art. 89. Os assentamentos urbanos ficam sujeitos, dentre outras, às seguintes normas:

I. É vedado a urbanização das áreas de contribuição imediata dos mananciais destinados ao abastecimento urbano. II. É vedado o lançamento de esgotos domésticos "*in natura*" nos cursos d'água. III. Será coibida a expansão urbana em áreas (de elevado índices de relevo) de relevo acima de trinta porcento de declividade e de média a alta fragilidade, obedecida a legislação federal em vigor. IV. Nas áreas de relevante interesse turístico e paisagístico, os padrões de urbanização e as dimensões das edificações devem guardar relações de harmonia e proporção com as linhas orográficas definidoras da paisagem local. V. Proibir os processos urbanísticos em áreas sujeitas a inundações, no intuito de proteger as populações de eventuais catástrofes. VI. A expansão urbana deverá se desenvolver de forma a minimizar os impactos sobre as associações vegetais relevantes e remanescentes de cobertura vegetal primitiva. VII. Zelar pela manutenção da capacidade de infiltração do solo, principalmente nas áreas de recarga de aquíferos subterrâneos, mediante medidas específicas. VIII. Obedecer aos critérios técnicos de elegibilidade para as áreas destinadas aos assentamentos urbanos e facultar necessidade de licenciamento prévio. **SUBSEÇÃO III DOS ASSENTAMENTOS RURAIS**

Art. 90. Os assentamentos rurais deverão obedecer, dentre outras, as seguintes normas:

I. Os projetos de assentamentos deverão ser desenvolvidos de forma a estabelecer módulos compatíveis com a capacidade de uso do solo, traçados de maneira a minimizar a erosão, protegendo as áreas com limitação natural à exploração agrícola. II. Através de seus mecanismos de fomento e de zoneamento agrícola, parte do antrópico-ambiental, deverão ser estabelecidas políticas destinadas a compatibilizar o potencial agrícola dos solos e a dimensão das unidades produtivas de forma a otimizar seu rendimento econômico e a proteção do meio ambiente, de conformidade com o zoneamento estadual e suas políticas. III. Os módulos rurais mínimos, o parcelamento do solo rural e os projetos de assentamentos deverão assegurar áreas mínimas que garantam a compatibilização entre as necessidades de produção e manutenção dos sistemas florísticos da região, bem como das áreas de preservação permanente de interesse local. **SUBSEÇÃO IV DO USO DO SOLO**

Art. 91. Na análise de projetos de ocupação, uso e parcelamento do solo, o Município em consonância com os órgãos estaduais e federais pertinentes, manifestar-se-á de forma orientativa em relação aos aspectos de proteção do solo, da fauna, da cobertura vegetal e das águas superficiais, subterrâneas, fluentes, emergentes e reservadas, sempre que os projetos:

I. Exijam práticas conservacionistas de controle de erosão, de recuperação ou manutenção das condições físicas, químicas e biológicas do solo e de adequação da operacionalização da propriedade rural, com base em conhecimentos técnico-científicos disponíveis. II. Necessitem da construção ou manutenção de estradas e carreadores, devendo ser precedidos de estudos prévios pelos quais serão definidos os cuidados e os tratamentos conservacionistas adequados a fim de evitar a erosão ou eliminá-la, quando já existente. III. Tenham interferência sobre reservas de áreas verdes e sobre a proteção de interesses arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos, históricos, arqueológicos, culturais, espeleológicos e ecológicos.

§ 1º. Consideram-se tratamentos conservacionistas as medidas e procedimentos adequados que evitem ou solucionem problemas de erosão, nos leitos das estradas, taludes e faixas de domínio, bem como seus efeitos nas propriedades adjacentes.

§ 2º. As propriedades adjacentes não poderão utilizar-se do leito das estradas para canalizar as águas das chuvas oriundas da própria propriedade.

§ 3º. Os proprietários rurais deverão, a qualquer época, permitir o desbarrancamento para viabilizar a correção e contenção das águas pluviais do leito das estradas e para a construção de passadores, na distância equivalente a até três vezes a largura das estradas, em cada margem.

Art. 92. Os projetos de controle de erosão, realizados pelos órgãos municipais competentes nas áreas urbana e rural, deverão ser compatibilizados às áreas limítrofes do perímetro urbano, considerando a existência de pontos comuns de superposição de espaços.

Art. 93. A conservação do solo e dos recursos naturais deverá fazer parte obrigatória do currículo básico de ensino das redes pública e privada, integrando-os nos termos transversais desenvolvidos através de projetos interdisciplinares.

Art. 94. Nas estradas rurais particulares e de acesso às propriedades, deve o proprietário rural manter e conservar a mesma, criando mecanismos de contenção de águas pluviais, de forma a evitar arraste, carregamento e erosão de solo, sob pena de aplicação de sanções previstas nesta lei.

SUBSEÇÃO V DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DAS EDIFICAÇÕES

Art. 95. O Município exigirá adequação às normas municipais, estaduais ou federais relacionadas à construção civil, para aprovação de projetos de edificações públicas e privadas, objetivando economia de energia elétrica destinada à climatização, à iluminação e aquecimento da água.

Art. 96. Sem prejuízo de outras licenças exigidas em lei, estão sujeitos à aprovação do Município, o projeto de construção, reconstrução, reforma e ampliação de edificações destinadas a:

I. manipulação, industrialização, armazenagem e comercialização de produtos químicos e farmacêuticos. II. atividades que produzam elementos poluentes que possam contaminar pessoas ou degradar o meio ambiente. III. indústrias de qualquer natureza. IV. espetáculos ou diversões públicas, quando potenciais produtores de ruídos.

Art. 97. Os proprietários e/ou usuários de edificações, ficam obrigados a cumprir as normas determinadas pelas autoridades ambientais e sanitárias.

Art. 98. Os cemitérios e crematórios obedecerão às normas ambientais e outras necessárias aprovadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) ou outra específica por Lei no que se refere à localização, construção, instalação e funcionamento.

SEÇÃO II DO AR

Art. 99. Compete ao Poder Público Municipal:

I. Garantir padrões de qualidade do ar, consentâneos com as necessidades de saúde pública, assim como controlar a poluição sonora em áreas urbanas em conformidade com a lei de uso, ocupação e parcelamento do solo e outra legislação pertinente à matéria. II. Garantir o monitoramento da qualidade do ar com especial atenção para aglomerados urbanos, distritos e zonas industriais. III. Fiscalizar os padrões de emissão de gases e ruídos dos veículos automotores de acordo com as normas estabelecidas a nível federal e estadual. IV. Estimular o desenvolvimento e aplicação de processos tecnológicos que minimizem a geração da poluição atmosférica.

Art. 100. Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidade que possam ser perceptíveis fora dos limites da área de propriedade da fonte emissora.

§ 1º. A constatação de percepção de que trata este artigo será efetuada por técnicos credenciados do órgão competente municipal.

§ 2º. Toda fonte de poluição do ar deverá ser provida de ventilação local exaustora e o lançamento de efluentes na atmosfera somente poderá ser realizado após tratamento, conforme a legislação pertinente.

§ 3º. O transporte coletivo da frota pública ou sob concessão, deverá implantar sistema de catalizadores para diminuir a poluição atmosférica nos termos da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

§ 4º. O desprendimento de odores desagradáveis, incômodos ou prejudiciais à saúde e ao bem-estar da comunidade não deverá ser percebido além dos limites da propriedade da fonte geradora.

§ 5º. Fica proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecida pelo órgão competente.

§ 6º. Somente será permitida a execução de fogueira por ocasião de festas juninas em locais que não interfiram com o transito e nem apresentem perigo ao bem-estar da população.

§ 7º. O lançamento de emissões provenientes de queima de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos deverá ser realizado através de chaminé.

Art. 101. O armazenamento de material fragmentado ou particulado deverá ser feito em silos adequadamente vedados ou em outro sistema de controle da poluição do ar de eficiência igual ou superior, de modo a impedir o arraste, pela ação dos ventos, do respectivo material.

Art. 102. As operações de cobertura de superfícies realizadas por aspersão, tais como pintura ou aplicação de verniz a revólver, deverão ser realizadas em compartimento próprio provido de sistemas de ventilação local e de equipamentos eficientes para a retenção de material particulado e odor.

Art. 103. As pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, são obrigadas a auto monitorar suas atividades quanto a emissão de gases, partículas e ruídos.

SEÇÃO III DA ÁGUA

Art. 104. As ações do Município no sentido da gestão, uso, proteção, conservação, recuperação e preservação dos recursos hídricos estão calcadas na legislação federal e estadual pertinente, colaborando na implantação da Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei Estadual nº 6.945, de 05 de novembro de 1997).

Art. 105. Na gestão dos recursos hídricos, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA) deverá desenvolver programas de monitoramento da qualidade das águas.

Art. 106. Visando apoiar os proprietários no reflorestamento das Áreas de Preservação Permanente, o Executivo Municipal poderá firmar convênios de cooperação técnica e financeira com órgãos estaduais e federais, bem como manter estrutura adequada e viveiro de espécies nativas.

Art. 107. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA) deverá proceder ao cadastramento de todas as captações de água para irrigação ou abastecimento urbano e industrial, caracterizando as condições de uso.

Art. 108. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA), considerando o que determina as Resoluções do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO nsº 18, 27 e 29, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) deve:

I. Exercer controle sobre as formas de captação e exploração, através do cadastramento, licenciamento e autorização dos poços situados no Município que atinjam, tanto o nível freático como o profundo, inclusive cisternas.

II. Realizar programas permanentes de detecção e controle quantitativo de perdas no sistema público de abastecimento de água.

III. Estabelecer critérios e executar programas de controle das fontes poluidoras e controlar e recuperar as áreas degradadas.

IV. Estabelecer critérios para a localização industrial, baseados nos princípios de que o seu abastecimento industrial deverá ser feito preferencialmente através de águas de superfície devidamente tratadas com esgotos lançados no mesmo corpo de abastecimento.

V. Promover incentivos para reuso e recirculação de águas nas indústrias e outras atividades.

VI. Licenciar a operação dos poços na forma de licença ambiental.

Art. 109. Todos os proprietários, urbanos ou rurais, que dispuserem de poços rasos ou profundos deverão cadastrá-los na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA) dentro do prazo de 180 dias contados da data de publicação do presente código, fornecendo os dados solicitados pela Prefeitura.

Art. 110. Para efeito do disposto deste artigo, entende-se por derivação qualquer utilização ou obra em recursos hídricos, bem como os lançamentos efluentes líquidos em cursos d'água.

§ 1º. O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios com o Estado ou com a União para a outorga de concessão, permissão ou autorização para o uso e derivação das águas públicas, nos termos e condições da legislação pertinente.

§ 2º. Nos convênios referidos no parágrafo anterior, serão definidas as formas e as condições da outorga de concessões, permissões ou autorizações para o uso e derivação de águas, bem como os limites, condições técnicas e poderes de controle atribuídos por delegação ao Município.

Art. 111. Ocorrendo à delegação referida no Art. 112, a Administração Pública deverá exigir que as obras necessárias à derivação sejam projetadas e executadas sob responsabilidade de profissional habilitado, devidamente registrado no CREA, devendo qualquer alteração no projeto, ou modificação da vazão captada ou lançada ser previamente aprovada pelo órgão competente.

Art. 112. É proibido manter águas estagnadas em terrenos urbanos, ficando seus proprietários, ou possuidores a qualquer título, obrigados a drenálos.

Art. 113. Outras medidas de restrição de uso e ocupação do solo urbano e rural, que visem à proteção dos corpos d'água, ou seja, massa de água subterrânea ou de superfície cuja quantidade pode variar ao longo do tempo, compreendendo cursos d`água, aquíferos e reservatórios naturais ou artificiais, poderão ser tomadas por lei.

SUBSEÇÃO III DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 114. A promoção de medidas de saneamento básico, residencial, comercial e industrial, essenciais à proteção do meio ambiente, constitui obrigação do poder público, da coletividade e dos detentores dos meios de produção, cabendo-lhes, no exercício da atividade, cumprir determinações legais regulamentares, bem como atender às recomendações, vedações e interdições ditadas pelas autoridades ambientais e sanitárias competentes.

Art. 115. Os serviços de saneamento básico, tais como os de abastecimento de água, coleta, tratamento e disposição final de esgotos e de lixo, operados por órgãos e entidades de qualquer natureza, estão sujeitos ao controle do órgão municipal competente, sem prejuízo daquele exercido por outros órgãos nas esferas estadual e federal, observado o disposto neste código, no seu regulamento e nas demais normas técnicas correlatas.

Parágrafo Único. A construção, reconstrução, reforma, ampliação e operação de sistemas de saneamento básico, bem como a perfuração e a operação de poços tubulares profundos e/ou artesianos, deverá ter seus respectivos projetos aprovados previamente pelos órgãos ambientais competentes, observados o disposto pela legislação Federal, Estadual e Municipal, especialmente o Plano Municipal de Saneamento Básico vigente.

Art. 116. Os órgãos e entidades responsáveis pela operação do sistema de abastecimento público de água deverão adotar as normas e o padrão de potabilidade do produto, estabelecidos pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA) e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA).

Art. 117. Os órgãos e entidades a que se refere o artigo anterior estão obrigados a adotar as medidas técnicas corretivas destinadas a sanar, de imediato, as falhas que impliquem inobservância das normas e do padrão de potabilidade da água.

Art. 118. O município garantirá o acesso público ao registro permanente de informações sobre a qualidade da água fornecida pelos sistemas de abastecimento público.

Art. 119. É obrigação do proprietário ou do usuário do imóvel a construção de adequadas instalações domiciliares de abastecimento, armazenamento, distribuição e esgotamento de água, cabendo-lhes a necessária conservação, sendo que, todo projeto de sistema de tratamento e destinação final de efluentes deverá ser aprovado pelo órgão ambiental competente, sem prejuízo das competências de outros órgãos.

Art. 120. No município serão instaladas pelo poder público, diretamente ou em regime de concessão, estações de tratamento, elevatórias, rede coletora e emissários de esgotos sanitários.

Art. 121. É obrigatória a existência de instalações sanitárias adequadas nas edificações e a sua ligação à rede pública coletora quando devidamente instalada no Município.

§ 1º. Enquanto não existir rede coletora de esgoto, as medidas adequadas ficam sujeitas à aprovação do órgão ambiental competente, sem prejuízo

das competências de outros órgãos, que fiscalizará a sua execução e manutenção, sendo vedado o lançamento de esgotos "*in natura*" a céu aberto ou na rede de águas pluviais.

§ 2º. Quando o esgoto doméstico for lançado em galeria pluvial em função da inexistência de rede coletora de esgoto, o mesmo deve receber tratamento adequado, inclusive desinfecção, a nível tal que não provoque qualquer dano a coletividade, cabendo à municipalidade, através do órgão municipal competente, cobrar relatórios e análises periódicas de qualidade do efluente final a ser providenciado pelo responsável gerador do despejo.

§ 3º. Por notificação do órgão municipal competente, a concessionária dos serviços de saneamento básico fará as ligações de prédios servidos pela rede coletora de esgotos sanitários, lançando os valores à conta do beneficiário ou outra forma, nos moldes do estabelecido nos termos da concessão.

Art. 122. A coleta, o transporte, tratamento e disposição final do lixo processar-se-ão em condições que não tragam malefícios ou inconvenientes à saúde, ao bem-estar público ou ao meio ambiente.

Parágrafo Único. A Prefeitura Municipal fará o monitoramento dos líquidos percolados dos aterros de lixo urbano e industrial do município, fornecendo à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA) as informações e os dados resultantes dessa atividade.

Art. 123. Fica expressamente proibido:

I. Deposição indiscriminada de lixo em locais inapropriados, tanto em áreas urbanas como rurais. II. A incineração e a disposição final de lixo a céu aberto. III. O lançamento de lixo em água de superfície, sistemas de drenagem de águas pluviais, poços, cacimbas e áreas erodidas.

Parágrafo Único. É obrigatória a desinfecção do lixo dos serviços de saúde, bem como sua adequada coleta e transporte e disposição final adequada, sempre obedecidas às normas técnicas pertinentes.

Art.124. Fica proibido o despejo de efluentes líquidos residenciais, comerciais e indústrias diretamente nos corpos d'água ou bueiros, sem o devido tratamento.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos comerciais, industriais e residenciais, que lançam efluentes sem prévio tratamento nos corpos de água terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da sanção desta Lei para regularização, com a implantação de pelo menos de sistema fossa séptica e sumidouro, nos locais onde não existe rede de coleta de esgoto. Neste caso, será vedada a construção de sistema de tratamento de efluentes em locais onde o lençol freático se encontrar aflorante ou semi-aflorante, áreas úmidas, Áreas de Preservação Permanente – APP e veredas.

SEÇÃO IV DA FLORA

Art. 125. As florestas e as demais formas de vegetação existente no território municipal, reconhecidas de utilidade para as terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

Parágrafo Único. As ações que contrariem o disposto neste Código, relativamente à utilização e exploração das florestas e demais formas de vegetação, são consideradas uso nocivo da propriedade.

Art. 126. Consideram-se de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

I. as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) De trinta metros para os cursos d'água de menos de dez metros de largura. b) De cinquenta metros para os cursos d'água que tenham de dez metros até cinquenta metros de largura. c) De cem metros para os cursos d'água que tenham de cinquenta metros a duzentos metros de largura. d) De duzentos metros, para os cursos d'água que tenham de duzentos metros até seiscentos metros de largura. e) De quinhentos metros para os cursos d'água que tenham largura superior a seiscentos metros.

II. As áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

a) De cem metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até vinte hectares de superfície, cuja faixa marginal será de cinquenta metros. b) De trinta metros, em zonas urbanas.

III. As áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento.

IV. As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de cinquenta metros.

V. As encostas ou partes destas com declividade superior a quarenta e cinco graus, equivalente a cem porcento na linha de maior declive.

VI. As restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues.

VII. Os manguezais, em toda a sua extensão.

VIII. As bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a cem metros em projeções horizontais.

IX. No topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de cem metros e inclinação média maior que vinte e cinco graus, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação.

X. As áreas em altitude superior a um mil e oitocentos metros, qualquer que seja a vegetação.

XI. Em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de cinquenta metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado.

§ 1º. O acesso a corpos d'água protegidos por este artigo e seu uso eventual e específico deverá ser requerido a critério da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) e em obediência a Legislação Federal e Estadual pertinentes.

§ 2º. Para a definição das demais áreas de preservação permanente, serão adotados os conceitos estabelecidos pela correspondente Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Art. 127. Fica proibido a confecção, comercialização, transporte e a prática de soltar balões com tochas de fogo, capazes de provocar incêndios em propriedades urbanas e áreas florestais.

Art. 128. As empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria-prima vegetal, são obrigadas a manter florestas próprias para exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento.

Art. 129. É proibida a prática de queimadas nas florestas e demais formas de vegetação, exceto em condições especiais, tecnicamente recomendadas.

Art. 130. Nas áreas urbanas do Município, é proibido atear fogo às palhadas ou matos, mesmo em terrenos baldios.

Art. 131. A exploração de florestas e de formações sucessoras, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de aprovação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forma.

Parágrafo Único. No caso de reposição florestal, deverão ser priorizados projetos que contemplem a utilização de espécies nativas.

Art. 132. Ficam obrigados a apresentar o comprovante de registro no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA ou na Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), no ato de obtenção do alvará de funcionamento, os estabelecimentos responsáveis pela comercialização de moto serras, bem como os adquirentes desses equipamentos.

Art. 133. O Município promoverá direta ou indiretamente o reflorestamento ecológico em áreas degradadas, objetivando especialmente a proteção de encostas e dos recursos hídricos, bem como a consecução de índices razoáveis de cobertura vegetal, de acordo com a legislação vigente.

Art. 134. O Poder Público incentivará tecnicamente reflorestamentos de espécies nativas nas suas propriedades, podendo manter para tal objetivo viveiros de mudas, que suprirão também, dentro de suas possibilidades as demandas da população interessada.

SUBSEÇÃO I DA ARBORIZAÇÃO URBANA

Art. 135. Por arborização urbana, entende-se qualquer tipo de árvore, de porte adulto ou em formação, existentes em logradouros públicos ou em propriedades privadas.

Art. 136. A fiscalização da arborização urbana será exercida por Agente de Fiscalização Ambiental do Município, respeitada a competência dos órgãos estaduais e federais, com os quais poderá firmar convênios para atendimento dessa finalidade.

Art. 137. A vistoria para autorização do corte de árvores será feita por fiscal do quadro de servidores do Município, devendo este ser capacitado e credenciado para tal função.

§ 1º. Da credencial deverão constar os seguintes dados:

I. Nome do Funcionário.

II. Número de sua matrícula junto à Prefeitura Municipal.

III. Número do Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF/MF).

IV. Data do início e término da validade da credencial.

V. Título do cargo ou função exercida.

VI. Assinatura do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA).

§ 2º. A credencial será válida pelo período máximo de dois anos, podendo ser cassada a qualquer momento pelo órgão municipal competente ou renovada ao final do período.

Art. 138. A autorização para corte de árvores, deverá ser feita mediante o preenchimento de um requerimento, onde deverá conter no mínimo as seguintes informações:

I. Nome e sobrenome, número do Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF/MF) ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) proprietário do imóvel.

II. Nome, endereço e número do Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF/MF) do solicitante.

III. Endereço completo do imóvel.

IV. Croqui de localização do imóvel.

V. Número de árvores ou área a serem derrubadas.

VI. Motivo da derrubada.

VII. Assinatura do proprietário do imóvel e do solicitante.

Art. 139. A solicitação de corte de árvore, sem prejuízo do disposto no artigo anterior, deverá ser acompanhada do respectivo título de domínio imobiliário do proprietário interessado na derrubada.

Art. 140. A autorização de corte expedida pelo órgão municipal competente, deverá conter os seguintes elementos:

I. Nome do proprietário.

II. Endereço do imóvel.

III. Número da matrícula do imóvel, no Cartório de Registro de Imóveis.

IV. Especificações das árvores cujo corte é autorizado.

V. Número e espécie de árvores para a correspondente reposição.

Art. 141. É expressamente proibido pintar, caiar, e pichar as árvores da arborização pública e as pertencentes à Zona de Áreas Verdes, com intuito de promoção, divulgação ou propaganda.

Art. 142. É expressamente proibido prender animais nos troncos da arborização urbana e jogar água servida ou água de lavagem de substâncias nocivas, em locais com árvores e plantas.

Art. 143. É expressamente proibido podar, cortar, derrubar, remover ou sacrificar as árvores da arborização pública, sendo estes serviços de atribuição específica da Prefeitura Municipal.

§ 1º. A proibição contida neste artigo é extensiva às concessionárias de serviços públicos, ou de utilidade pública, ressalvados os casos de autorizações específicas da Prefeitura.

§ 2º. Qualquer árvore ou planta poderá ser considerada imune de corte por motivo de originalidade, idade, localização, beleza, interesse histórico ou condição de porta-sementes, mesmo estando em terreno particular, observadas as disposições da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 – Código Florestal Brasileiro.

Art. 144. Não será permitida a utilização de árvores da arborização pública para colocar cartazes ou anúncios, fixar cabos e fios, nem para suporte ou apoio para instalações de qualquer natureza ou finalidade.

§ 1º. A proibição contida neste artigo não se aplica nos casos de instalação de iluminação decorativa, promovida pela Prefeitura Municipal ou por ela autorizada.

§ 2º. A instalação prevista no parágrafo anterior poderá ser efetuada desde que não cause qualquer tipo de dano na arborização, tais como perfurações, cortes, estrangulamentos e outros.

§ 3º. Após a retirada da iluminação decorativa deverão ser retirados todos os dispositivos de fixação estranhos às árvores, tais como arames e outros.

SEÇÃO V DA FAUNA

Art. 145. Acham-se sob proteção do Poder Público os animais de qualquer espécie, em qualquer fase de seu desenvolvimento, que vivam fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, sendo proibida a sua utilização, destruição, perseguição, caça, apanha ou aprisionamento, salvo nas condições autorizadas pela Lei.

Art. 146. É proibida a prática de maus tratos em animais, considerando-se como tal:

I. Praticar ato de abuso ou crueldade em qualquer animal.

II. Manter animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou descanso, ou os privem de ar ou luz.

III. Adestrar animais com maus tratos físicos.

IV. Transportar, negociar ou caçar, em qualquer época do ano, aves e animais silvestres.

Art. 147. As pessoas físicas ou jurídicas, que negociem com animais silvestres e seus produtos, deverão possuir o competente registro no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, nos moldes do art. 16, da Lei Federal nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967.

SUBSEÇÃO I DA ATIVIDADE PESQUEIRA

Art. 148. Para os efeitos desta Lei Complementar define-se por pesca todos os atos tendentes a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida.

Art. 149. A atividade pesqueira pode efetuar-se:

I. Com fins comerciais, quando tem por finalidade realizar atos de comércio na forma da legislação em vigor.

II. Com fins desportivos ou de lazer, quando praticada com caniço, linha de mão, aparelhos de mergulho ou com quaisquer outros permitidos pela autoridade competente e que, em nenhuma hipótese, venha a importar em atividade comercial.

III. Com fins científicos, quando exercida unicamente com vistas à pesquisa, realizados por instituições ou pessoas devidamente habilitadas para este fim.

Parágrafo Único. Fica vedada a pesca predatória em toda a sua forma, cabendo aos infratores as sanções previstas na lei pertinente.

Art. 150. São de domínio público todos os animais e vegetais que se encontrem nas águas dominiais.

Art. 151. A pesca pode ser exercida, obedecidos aos atos emanados do órgão Estadual e Federal.

Art. 152. É proibido pescar:

I. Nos lugares e épocas interditados pelo órgão competente.

II. Em locais onde o exercício da pesca cause embaraço a navegação.

III. Com dinamite e outros explosivos comuns ou com substâncias que, em contato com a água, possam agir de forma explosiva.

IV. Com substâncias tóxicas.

V. A menos de quinhentos metros das saídas de esgotos.

VI. Em águas poluídas.

VII. Em cursos d'água, nos períodos em que ocorrem fenômenos migratórios para reprodução e em água parada, nos períodos de desova, reprodução ou defeso.

Art. 153. O proprietário ou concessionário de represas em cursos d'água além de outras disposições legais é obrigado a tomar medidas de proteção à fauna.

Art. 154. Serão determinadas medidas de proteção à fauna em quaisquer obras que importem na alteração do regime dos cursos d'água, mesmo quando ordenados pelo Poder Público.

CAPÍTULO IV DA PROTEÇÃO CONTRA A POLUIÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL MUNICIPAL SEÇÃO I DO CONTROLE DA POLUIÇÃO

Art. 155. O lançamento no meio ambiente de qualquer forma de matéria, energia ou substância, em qualquer estado físico, prejudicial ao ar, ao solo, ao subsolo, às águas, à fauna e à flora, deverá obedecer às normas estabelecidas, visando a reduzir, previamente, os efeitos:

I. Impróprios, nocivos ou ofensivos à saúde. II. Inconvenientes, inoportunos ou incômodos ao bem-estar público. III. Danosos aos materiais, prejudiciais ao uso, gozo e segurança da coletividade.

Art. 156. Caberá ao órgão municipal de meio ambiente, conjuntamente com os órgãos federais e estaduais, exigir, na forma da legislação vigente, a realização de estudo prévio de impacto ou análise de risco para instalação, operação e desenvolvimento de atividades efetiva e potencialmente impactantes ao meio ambiente.

Parágrafo Único. O estudo referido no *caput* deste artigo deverá ser efetuado por equipe multidisciplinar, de acordo com as características da atividade licenciada.

Art. 157. A construção, instalação, ampliação ou funcionamento de qualquer atividade utilizadora de recursos ambientais, realizadas por pessoas físicas ou jurídicas, inclusive os órgãos e entidades da administração pública, consideradas de baixo e médio impacto, assim como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerá do prévio licenciamento do órgão ambiental municipal, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Art. 158. As fontes móveis de poluição serão controladas, conforme legislação estadual e federal, no que couber pelo Município.

SUBSEÇÃO I DA POLUIÇÃO DO SOLO

Art. 159. É proibido depositar, dispor, descarregar, enterrar, infiltrar ou acumular no solo, resíduos em qualquer estado de matéria, de natureza poluente, nos termos da legislação em vigor.

Art. 160. O solo somente poderá ser utilizado para destino final de resíduos poluentes de qualquer natureza se sua disposição for feita de forma adequada, estabelecidos em projetos específicos, sob orientação de profissional devidamente habilitado, vedando-se a simples descarga ou depósito, seja em propriedade pública ou particular.

Parágrafo Único. Quando a disposição final, mencionada neste artigo, exigir a execução de aterros sanitários, deverão ser tomadas medidas adequadas para a proteção das águas superficiais e subterrâneas.

Art. 161. Os resíduos de produtos químicos e farmacêuticos e de reativos biológicos deverão receber tratamento que eliminem riscos ambientais, antes que lhes sejam dados a destinação final.

Art. 162. A acumulação de resíduos de qualquer natureza será tolerada pelo prazo máximo de um ano e desde que o responsável comprove que não há risco à saúde pública e ao meio ambiente.

Art. 163. O tratamento, quando for o caso, o transporte e à disposição final de resíduos de qualquer natureza de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, que não sejam de responsabilidade do Município, deverão ser feitas pela própria fonte de poluição e às suas custas.

§ 1º. A execução pelo Município, dos serviços mencionados neste artigo, não eximem de responsabilidade o responsável pela fonte de poluição, quanto a eventual transgressão de dispositivos desta Lei Complementar.

§ 2º. O disposto neste artigo aplica-se também aos lodos digeridos ou não, sistemas de tratamento de resíduos e de outros materiais.

§ 3º. A disposição final dos resíduos de qual trata este artigo, somente poderá ser feita em locais aprovados pelo órgão municipal competente.

Art. 164. Os resíduos de qualquer natureza, portadores de patogênicos ou de alta toxicidade, bem como inflamáveis, explosivos, radioativos e outros assemelhados, deverão sofrer, antes de sua disposição final no solo, tratamento e/ou acondicionamento adequados, estabelecidos através de projetos específicos, que atendam aos requisitos de proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

§ 1º. Os resíduos provenientes do tratamento de enfermidades infectocontagiosas, bem como os animais mortos que tenham sido usados para experiências, deverão ser coletados separadamente dos demais resíduos, submetidos a imediato tratamento adequado e acondicionados em recipientes apropriados até a sua posterior destinação final.

§ 2º. Os órgãos municipais de defesa civil deverão ser informados quanto à localização dos pontos de destinação final dos resíduos de que trata este artigo.

Art. 165. É expressamente proibido as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos:

I. O lançamento "*in natura*" a céu aberto. II. A queima a céu aberto. III. O lançamento em cursos d`água, áreas de várzea, poços e cacimbas em mananciais e suas áreas de drenagem. IV. A disposição em terrenos baldios, áreas erodidas e outros locais impróprios. V. O lançamento em sistemas de rede de drenagem de águas pluviais, de esgotos, bueiros e asse-

melhados. VI. O armazenamento em edificação inadequada. VII. A utilização para alimentação humana. VIII. A utilização para alimentação animal e adubação orgânica em desacordo com a regulamentação específica.

§ 1º. Ficam os estabelecimentos geradores de resíduos de serviços de saúde, responsáveis pelo correto gerenciamento dos seus resíduos, no que se refere a acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

§ 2º. Ficam os estabelecimentos geradores de resíduos industriais, responsáveis pelo correto gerenciamento dos seus resíduos, no que se refere a acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

Art. 166. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA), poderá estabelecer zonas urbanas, onde a separação e seleção de resíduos sólidos deverá ser efetuada em nível residencial, comercial ou de prestação de serviços, para posterior coleta seletiva.

Art. 167. Os resíduos sólidos perigosos, a critério da Secretaria Municipal, deverão sofrer acondicionamento, transporte e tratamento adequados antes de sua disposição final, fixados em projetos específicos que atendam aos requisitos de proteção ambiental.

Parágrafo Único. O transporte de resíduos sólidos perigosos deverá obedecer às exigências e determinações das legislações estadual e federal pertinentes.

SEÇÃO II DA POLUIÇÃO DAS ÁGUAS

Art. 168. A classificação das águas interiores situadas no território do município, para os efeitos deste código, será aquela adotada pela correspondente Resolução nº 357, de 17 de março de 2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) ou a que vier a sucedê-la, e no que couber, pela legislação estadual.

Art. 169. É proibido o lançamento, direto ou indireto em corpos d'água, de qualquer resíduo, sólido, líquido ou pastoso em desacordo com os parâmetros definidos nos instrumentos normativos do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e da legislação estadual aplicável.

Art. 170. Todo e qualquer estabelecimento industrial ou de prestação de serviços potencialmente poluidor de águas, deverá possuir sistema de tratamento de efluentes líquidos que garanta a qualidade final dos despejos de forma a não provocar danos ao meio ambiente, dentro dos parâmetros de qualidade definidos nos instrumentos normativos do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e da legislação estadual.

Art. 171. As construções de unidades industriais, de estruturas ou de depósitos de armazenagem de substâncias capazes de causar riscos aos recursos hídricos, deverão localizar-se a uma distância mínima de duzentos metros dos corpos d'água no perímetro urbano e de trezentos metros em zona rural, e devem ser dotados de dispositivos de segurança e prevenção de acidentes.

Art. 172. Toda empresa ou instituição, responsável por fonte de poluição das águas deverá tratar adequadamente seu esgoto sanitário, sempre que não existir sistema público de coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos.

Art. 173 Os padrões de qualidade das águas e as concentrações de poluentes ficam restritos, até posterior regulamentação municipal, aos termos e parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e pela legislação estadual.

Art. 174. Fica conferido ao Município o gerenciamento qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos municipais, respeitadas as competências estaduais e federais.

Art. 175. É proibido desviar o leito das águas correntes, bem como obstruir, de qualquer forma, o seu curso, salvo mediante licença expedida pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo Único. As águas correntes, nascidas no limite de um terreno e que têm curso por ele, poderão ser reguladas, dentro dos limites do mesmo, mas nunca desviadas de seu escoamento natural ou represadas, em prejuízo dos vizinhos ou das vias públicas, observados o que estabelece a Resolução nº 369, de 28 de março de 2006 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), ou a que vier a sucedê-la.

Art. 176. Todo e qualquer uso de águas superficiais e de subsolo será objeto de licenciamento pelo órgão competente que levará em conta a política de usos múltiplos da água, respeitadas as demais competências.

SEÇÃO III DA POLUIÇÃO DO AR

Art. 177. Todo ambiente fechado com fonte de poluição do ar deverá ser provido de sistema de ventilação local exaustora, que deve receber tratamento adequado com sistema de filtros, de forma que o lançamento atenda plenamente o que estabelece a Resolução nº 003, de 28 de junho de 1990 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que trata de padrões de qualidade do ar ou a que vier a sucedê-la.

Parágrafo Único. O lançamento de efluentes na atmosfera somente poderá ser realizado através de chaminé e nos limites de toxicidade que não afetam a saúde da população, atendendo o que estabelece o *caput* do artigo.

Art. 178. Em ambiente climatizado deve ser observado o que estabelece a Norma da ABNT NBR 6401 que trata de Instalações centrais de ar condicionado para conforto – parâmetros básicos de projetos da ABNT, e a Resolução ANVISA RE 09 de 16 de janeiro de 2003 ou as que vierem a sucedê-las.

Parágrafo Único. Nas operações de britagem, moagem, transporte, manipulação, carga, descarga de material fragmentado ou particulado, poderão ser dispensadas das exigências referidas neste artigo, desde que realizadas mediante processo de umidificação permanente.

Art. 179. O armazenamento de material fragmentado ou particulado deverá ser feito em silos adequadamente vedados ou em outros sistemas de controle de poluição do ar, de eficiência igual ou superior, de modo a impedir o arraste, pela ação dos ventos, do respectivo material.

Art. 180. É proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos ou de qualquer outro material combustível.

Art. 181. É proibida a instalação e o funcionamento de incineradores de lixo residenciais.

Parágrafo Único. A incineração de resíduos de serviços de saúde, bem como de resíduos industriais ou comerciais, fica condicionada à aprovação do projeto e respectivo Estudo de Impacto Ambiental – EIA pelo Município e pelos demais órgãos estaduais e federais competentes.

Art. 182. Os padrões de qualidade do ar e as concentrações de poluentes atmosféricos ficam restritos, até posterior regulamentação municipal, aos termos e parâmetros estabelecidos pela legislação federal e estadual.

SEÇÃO IV DA POLUIÇÃO SONORA

Art. 183. Considera-se poluição sonora a emissão de sons, ruídos e vibrações em decorrência de atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços, domésticas, sociais, de trânsito e de obras públicas ou privadas que causem desconforto ou excedam os limites estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, pelas posturas municipais, pelas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e demais dispositivos legais em vigor, no interesse da saúde, da segurança e do sossego público.

Art. 184 A emissão de sons, ruídos e vibrações produzidos por veículos automotores e os produzidos nos interiores dos ambientes de trabalho, obedecerão às normas expedidas, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Art. 185. É vedada a emissão de sons de quaisquer espécies, produzidos por quaisquer meios, que perturbem o bem-estar e sossego público, a ser obedecido os parâmetros da Norma da ABNT NBR 10151, que fixa as condições exigíveis para avaliação da aceitabilidade do ruído em comunidades, ou a norma que vier a sucedê-la.

Art. 186. Quando da realização de eventos que utilizem equipamentos sonoros, tais como eventos culturais, carnaval, pré-carnaval e similares, os responsáveis estão obrigados a acordarem, previamente com o órgão relacionado à política municipal do meio ambiente quanto aos limites de emissão de sons.

§ 1º. A desobediência do disposto no *caput* deste artigo implicará na cominação das penalidades previstas pela legislação.

§ 2º. O horário máximo de realização das atividades que utilizem equipamentos sonoros, com seus respectivos parâmetros de emissão sonora, será até às vinte e duas horas, sendo obrigada à realização de consulta à população da área nos casos em que for necessária ultrapassar o limite de horário fixado e mediante obtenção de alvará de licença especial com discriminação de horários.

Art. 187. Para prevenir a poluição sonora, o município disciplinará o horário de funcionamento noturno das construções, condicionando a admissão de obras de construção civil aos domingos e feriados desde que satisfeitos as seguintes condições:

I. Obtenção de alvará de licença especial, com discriminação de horários e tipos de serviços que poderão ser executados.

II. Observância dos níveis de som estabelecidos nesta lei.

Art. 188. Não será expedido Alvará de Funcionamento sem que seja realizada vistoria no estabelecimento pelo órgão municipal responsável pela política de meio ambiente, para que fique registrada sua adequação para emissão de sons provenientes de quaisquer fontes, limitando a passagem sonora para o exterior.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos vistoriados e considerados adequados receberão autorização especial de utilização sonora.

Art. 189. A autorização especial de utilização sonora será emitida pelo órgão responsável pela política de meio ambiente, e terá prazo de validade de dois anos, podendo ser renovado se atendidos os requisitos legais.

Art. 190. Qualquer munícipe poderá formular ao órgão responsável pela política do meio ambiente denúncia de desatendimento às normas da legislação do combate à poluição sonora.

Parágrafo Único. Recebida à informação, o órgão responsável pela política do meio ambiente deverá tomar providências necessárias para a sua imediata apuração e aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 191. As medições deverão ser efetuadas pelo poder público municipal, com aparelho medidor de nível de som que atenda às recomendações da ABNT, com a finalidade de impedir ou reduzir a poluição proveniente de sons e ruídos excessivos, adotando para tanto as seguintes medidas:

I. Disciplinar a instalação de estabelecimentos de industriais, comerciais e prestadores de serviço que produzam ruídos ou sons excessivos ou incômodos em bairros residenciais e comerciais, além dos limites permitidos fixados nesta Lei. II. Disciplinar e controlar a execução do serviço de propaganda falada por meio de alto-falantes, amplificadores de som e equipamentos eletroacústicos em geral. III. Sinalizar convenientemente as áreas próximas a hospitais, casas de saúde, maternidades e, sempre que possível, disciplinar o trânsito de modo a permitir a redução ou eliminação de tráfego nestas áreas. IV. Impedir a instalação em bairros residenciais, de casas de divertimentos públicos que, pela natureza de suas atividades, possam produzir ruídos incômodos, tanto pela atividade como pela eventual aglomeração de pessoas e veículos por ela provocada. **SUBSEÇÃO V DA POLUIÇÃO RURAL**

Art. 192. Consideram-se dano ambiental de natureza rural todos os efeitos adversos ao meio ambiente decorrentes da prática de atividades rurais, tais como:

I. Contaminação do solo, das águas, dos produtos agropecuários, das pessoas e dos animais, devido ao uso e a manipulação inadequados de agrotóxicos e/ou fertilizantes. II. Disposição de embalagem de agrotóxicos sobre o solo, deixando de fazer a entrega ao sistema de coleta junto a Central de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos. III. Lavagem de recipientes, utensílios e máquinas contaminadas com agrotóxicos, com a disposição das águas contaminadas em rios, lagos ou sobre o solo em concentrações fora dos padrões estabelecidos pela legislação. IV. Disposição de resíduos orgânicos de animais, sobre o solo, exceto através de técnicas adequadas aprovadas pelo Município ou demais órgãos competentes Federal e Estadual obedecendo sempre as normas pertinentes, precedidas de digestão e estabilização em instalações apropriadas.

Art. 193. É vedada sob qualquer hipótese a disposição de resíduos orgânicos de animais em cursos d'água, ou nascentes.

Art. 194. Os estábulos, estrebarias, pocilgas, aviários e currais, bem como esterqueiras e depósitos de lixo, deverão ser localizados a uma distância mínima de cinquenta metros das habitações.

Art. 195. Compete, também, ao proprietário rural manter:

I. A arborização junto às margens das estradas municipais. II. A limpeza da testada de seu imóvel e das respectivas margens das estradas. III. As práticas mecânicas conservacionistas, de forma a não comprometer o sistema previamente implantado.

Art. 196. O Município, articulado com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) e com os demais órgãos estaduais e federais afins, desenvolverá programas de extensão rural e conscientização específica para o controle dos danos ambientais de natureza rural.

CAPÍTULO VI DOS ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS SEÇÃO I DA CRIAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS

Art. 197. Compete ao Poder Público municipal instituir, implantar, promover a gestão, espaços especialmente protegidos e seus componentes representativos dos ecossistemas que ocorrem no território municipal, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade de seus atributos que justifiquem sua proteção.

Parágrafo Único. A criação de espaços especialmente protegidos justifica-se em face de aspectos científicos, relevância do ecossistema, manutenção do equilíbrio ecológico, beleza cênica, contemplativo, aspectos histórico, cultural, educacional e/ou turístico.

Art. 198. São espaços territoriais especialmente protegidos:

I. As áreas de preservação permanente (APP), conforme estabelece a legislação estadual. II. As áreas de reserva legal, instituídas pela Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 – Código Florestal Brasileiro. III. As unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, criadas na esfera estadual, federal e municipal que ocorrem no território do município. IV. As áreas de proteção especial estabelecidas pela Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano. V. As áreas que abriguem exemplares de espécies raras da fauna e da flora, ameaçados de extinção e endêmicos, bem como aquelas que sirvam como local de pouso ou reprodução de espécies migratórias devidamente identificadas e previamente declaradas por ato do Poder Público. VI. As reservas da flora apícola, compreendendo suas espécies vegetais e enxames silvestres, quando estabelecidas pelo Poder Público, nelas vedados o uso de agrotóxicos, a supressão da vegetação e a prática da queimada.

VII. As cavidades naturais subterrâneas e cavernas, onde são permitidas visitação turística, contemplativa e atividades científicas, além daquelas previstas em zoneamento específico.

VIII. Outras áreas instituídas pelo Município.

SEÇÃO II DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 199. O Poder Público poderá instituir, implantar e administrar Unidades de Conservação.

§ 1º. Unidade de Conservação é o espaço territorial e seus componentes que contenham características naturais relevantes, com o objetivo de conservação ambiental, subordinada a um regime especial de administração e restrição de uso dentro de seu limite definido, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção dos seus recursos naturais e paisagísticos.

§ 2º. As Unidades de Conservação serão criadas por decreto que deverão explicitar a delimitação, os critérios para a determinação da Unidade de Conservação, as características ambientais e de apropriação dos recursos naturais.

§ 3º. As Unidades de Conservação deverão dispor de um Plano de Manejo onde se definirá o zoneamento de acordo com as características naturais e o objetivo do manejo da unidade que se cria, com revisão no prazo máximo de cinco anos.

Art. 200. São Unidades de Conservação Municipais:

I. Área de Relevante Interesse Ecológico, com características naturais extraordinárias ou por abrigarem exemplares raros da biota regional exigindo cuidados especiais de proteção. II. Área Especial de Interesse Turístico, com a finalidade de proteção dos recursos naturais renováveis e valorização e preservação das manifestações culturais destinadas ao desenvolvimento turístico local. III. Monumento Natural, destinado a proteger e preservar ambientes naturais em razão de seu interesse especial ou características ímpares, tais como, quedas de água, cavernas, formações rochosas e espécies únicas de flora e fauna, possibilitando atividades educacionais, de interpretação da natureza, pesquisa e turismo. IV. Parque Municipal, com a finalidade de resguardar os atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com atividades culturais, recreativas, educacionais e de pesquisa científica. V. Reserva Particular de Patrimônio Natural, área de domínio particular, cujo manejo é disciplinado por práticas conservacionistas com o objetivo de assegurar o bem-estar da população e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais.

§ 1º. Categorias de Unidades de Conservação podem ser criadas de acordo com a necessidade de conservação de áreas no Município.

SEÇÃO III DA VEGETAÇÃO PÚBLICA URBANA

Art. 201. A implantação, manutenção, reforma e supressão de canteiros, praças e jardins em espaços públicos será gerenciada e realizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA).

Parágrafo Único. Sob autorização e acompanhamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA), a implantação, manutenção e reforma de canteiros poderão ser realizadas pela iniciativa privada ou pela sociedade civil organizada, em forma de parceria, com a possibilidade de exploração de mensagens comerciais cujo formato será regulamentado.

Art. 202. O manejo da vegetação de porte arbóreo das áreas públicas será gerenciado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA).

§ 1º. A poda ou remoção da vegetação de porte arbóreo de que trata o *caput* deste Artigo será permitida de forma a garantir a sanidade vegetal, a segurança da população e o interesse público, de acordo com orientação técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA).

§ 2º. A remoção ou poda de árvores em áreas públicas será realizada pelo órgão competente, ou, sob sua orientação e acompanhamento técnico por: I. Empresas concessionárias de serviços públicos ou autarquias, desde que autorizados pelo órgão municipal. II. Corpo de bombeiros nos casos de emergência, em que haja risco iminente à vida ou ao patrimônio público ou privado. III. Particulares treinados e cadastrados junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA).

§ 3º. A vegetação de porte arbóreo removida deverá ser reposta em área pública adequada, o mais próximo possível do local removido e respeitando as características da vegetação arbórea, no menor prazo possível.

SEÇÃO IV DOS FUNDOS DE VALE E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Art. 203. São considerados de interesse ambiental os fundos de vale e as demais Áreas de Preservação Permanente definidas na Lei Federal nº 12. 651, de 25 de maio de 2012 – Código Florestal Brasileiro, particularmente aqueles sujeitos à inundação, erosão ou que possam acarretar transtornos à coletividade e prejuízos ambientais, através de uso inadequado.

Art. 204. É competência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEMA), em conjunto com a Prefeitura, observando as demais legislações incidentes sobre o assunto:

I. Examinar e propor o uso mais adequado para os fundos de vale, priorizando a recomposição das matas ciliares, a drenagem, a preservação de áreas críticas e a implantação de áreas de recreação. II. Normatizar o uso e a ocupação do solo dos Fundos de Vale de interesse ambiental, os quais serão aprovados por decreto. III. Garantir a proteção a faixa de preservação permanente. IV. Manifestar-se sobre a viabilidade técnica de obras viárias e implantação de demais infraestruturas urbanas. V. Incentivar a recuperação dos fundos de vale e outras áreas de preservação permanente.

Art. 205. O Plano de Drenagem deverá prever a adoção de mecanismos de diminuição dos picos de cheias em locais de contribuição acentuada de águas pluviais nas várzeas dos rios e córregos e soluções alternativas.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 206. O Município promoverá ampla divulgação de sua legislação ambiental, especialmente deste Código, que será distribuído nas instituições de ensino públicas e privadas.

Art. 207. As atividades econômicas em funcionamento a contar da data de publicação desta lei, sujeitas ao licenciamento ambiental, poderão requerer Licença de Operação, independentemente de possuírem Licença Prévia ou Licença de Instalação, desde que adequadas a legislação ambiental.

Parágrafo Único. O município, através do órgão ambiental, promoverá dentro de um ano após a aprovação desta lei, a identificação de diques, aterros e, mesmo, barragens e outros empreendimentos sujeito ao licenciamento ambiental municipal, dentro do perímetro urbano ou na zona rural, fixando, aos proprietários, prazo para a remoção se deles resultem significativos danos ambientais, ou se não, que sejam licenciados nos moldes do *caput*. deste artigo.

Art. 208. As atividades sujeitas ao licenciamento ambiental que estiverem com processo de licenciamento ambiental junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), que passarem a ser licenciados junto ao município, devem apresentar cópia do processo de licenciamento para devida regularização junto ao município, sem prejuízo financeiro ao interessado.

Art. 209. O Município promoverá anualmente cursos de atualização na área de proteção ao meio ambiente, e poderá enviar membros da equipe técnica a outras localidades objetivando a capacitação do seu quadro técnico, dos agentes de fiscalização e demais agentes que comporão seu corpo organizacional e administrativo.

SEÇÃO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 210. As atribuições conferidas ao município, através da presente Lei, somente passarão a ter efeito após a celebração dos convênios com os respectivos órgãos estaduais e federais.

Art. 211. O Município em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), receberá de forma gradativa e regulamentada por instrumento normativo, as atribuições de licenciamento em âmbito municipal das atividades potencialmente poluidoras, sempre respeitando as limitações técnicas do Município.

Parágrafo Único. Inicialmente, o município licenciará apenas as atividades consideradas capazes de causar impacto ambiental de âmbito local, conforme Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) nº 85, de 24 de setembro de 2014.

Art. 212. Fica o Poder Executivo autorizado a determinar medidas de emergência, a fim de evitar episódios críticos de poluição ambiental ou impedir sua continuidade em caso de grave ou iminente risco para vidas humanas ou recursos ambientais.

Parágrafo Único. Para execução das medidas de emergência de que trata este artigo, poderá ser reduzida ou impedida, durante o período crítico, a atividade de qualquer fonte poluidora na área atingida pela ocorrência, respeitadas as competências da União e do Estado.

Art. 213. O Poder Executivo, mediante decreto, regulamentará os procedimentos fiscalizatórios necessários à aplicação desta Lei e das demais normas pertinentes, num prazo de cento e vinte dias contados de sua publicação.

Art. 214. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 7 DE AGOSTO DE 2018.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se na data supra

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DE ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS PASSÍVEIS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PELAS PREFEITURAS MUNICIPAIS E CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO.

AGROPECUÁRIA

TIPOLOGIA	UNIDADE DE MEDIDA	PORTE	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR.
Criação de suínos -Terminação (regime de confinamento) - Com sistema de manejo de dejetos líquidos	Nº de cabeças	< = 750	Alto
Criação de suínos - Ciclo completo (regime de confinamento) - Com sistema de manejo de dejetos líquidos	Nº de matrizes	< = 200	Alto
Criação de suínos - Unidade de produção de leitões (regime de confinamento) - Com sistema de manejo de dejetos líquidos	Nº de matrizes	< = 300	Alto
Criação de frangos para corte (regime de confinamento)	Nº de cabeças	< = 140.000	Médio
Criação de pintos de um dia (incubatório)	Pintos/Mês	< = 600.000	Médio
Granja para produção de ovos	Nº de matrizes	< = 5.000	Médio
Criação de outras aves (regime de confinamento)	Nº cabeças	< = 110.000	Médio
Criação de bovinos confinados	Nº de cabeças	< = 500	Alto
Criação de outros animais de grande porte confinados	Nº de cabeças	< = 500	Alto
Apicultura	Nº de colmeias.	Todo	Baixo
Piscicultura em tanque escavado ou represa	Área inundada (ha)	> 5 até 15	Baixo
Piscicultura em tanque rede	Volume do tanque (m³)	> 10.000 até 30.000	Médio
Piscicultura tipo pesque & pague ou pesque & solte	Área inundada (ha)	> 5 até 15	Baixo
Criação de peixes ornamentais e camarões de água doce	Área inundada (ha)	< = 5	Baixo
Ranicultura	Área total (ha)	Todo	Baixo
Atividade de silvicultura	Área total (ha)	< =100	Baixo
Cultivo de mudas em viveiros florestais	Área total (ha)	Todo	Baixo

MINERAÇÃO

TIPOLOGIA	UNIDADE DE MEDIDA	PORTE	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR.
Jazidas de empréstimo para obras civis públicas	Área total (ha)	< = 5	Alto

INFRAESTRUTURA (Construção Civil/Parcelamento do solo)

TIPOLOGIA	UNIDADE DE MEDIDA	PORTE	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR.
Condomínio Vertical plurifamiliar (apartamentos)	Nº apartamentos	< = 100	Médio
Condomínio Vertical comercial (escritórios).	Área útil (m²)	< = 5.000	Médio
Condomínio unifamiliar ou conjuntos habitacionais;	Área total (ha)	< = 10	Médio
Loteamentos para fins residenciais ou comerciais	Área total (ha)	< = 10	Médio
Loteamentos rurais e sítios de lazer	Área total (ha)	< = 50	Médio
Autódromos	Área total (ha)	< = 5	Médio
Kartódromos	Área total (ha)	< = 5	Médio
Pista de motocross	Área total (ha)	< = 5	Médio
Pista de pouso civil	Área total (ha)	< = 30	Médio
Heliportos	Área útil (m²)	Todo	Médio
Torre meteorológica, televisão e de telefonia móvel	Nº de torres	Todo	Baixo
Reservatórios artificiais para múltiplos usos (menos para piscicultura) fora de APP	Área inundada (ha)	< = 10	Médio
Construção de rede telefônica	Comprimento (km)	Todo	Baixo
Construção e reformas de prédios e espaços publicos fora de APP (quadra poliesportiva, praça, calçadão, creche, escola, centro de atendimento ao turista, asilo, centro de referência da assistência social, pista de caminhada, terminal rodoviário de passageiros, etc.)	Área útil (m²)	Todo	Médio
Construção e restauração de forma individual de pontes, viadutos e passarelas em vias municipais.	Comprimento (km)	< = 0,1	Médio
Construção de estradas municipais, incluídas todas as suas obras de arte.	Comprimento (km)	< = 10	Médio
Restauração e manutenção de estradas municipais, incluídas todas as suas obras de arte.	Comprimento (km)	Todo	Médio
Construção, pavimentação, conservação de vias públicas e/ou drenagem urbana (galerias de águas pluviais subterrâneas e/ou superficiais)	Comprimento (km)	< = 20	Alto
Canalização de cursos d'água em área urbana.	Comprimento (km)	< = 2	Alto

COMERCIAIS E DE SERVIÇOS

TIPOLOGIA	UNIDADE DE MEDIDA	PORTE	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR.

Atividades de Clínicas Médica e Odontológica (clínicas, consultórios e ambulatórios).	Área útil (m²)	< = 500	Médio
Serviços de coleta e transporte de efluentes de fossas sépticas (limpa fossa)	Número de veículos	< = 5	Alto
Armazéns Gerais para depósito de produtos não perigosos	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Comércio atacadista de defensivos agrícolas, Adubos, Fertilizantes e corretivos de solo	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Comércio varejista de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP.	Capacidade de armazenamento (kg)	< = 6. 240	Médio
Atividades de imunização e controle de pragas urbanas e empresas de limpeza	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de anatomia patologia; laboratório: de análises clínicas, serviços de raio-x, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviço de banco de sangue, etc.	Área útil (m²)	< = 1. 000	Médio
Atividade de Clínica Odontológica	Área útil (m²)	=500	Médio
Camping	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Complexos turísticos e de lazer fora de APP	Área total (ha)	< = 2	Médio
Meios de hospedagem (hotéis, pousadas, etc) localizados fora de APP e Unidades de Conservação.	Área útil (m²)	Todo	Médio
Padaria com forno a lenha	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Lavagem de veículos	Área útil (m²)	Todo	Médio
Manutenção e reparação de veículos automotores (automóveis, caminhonetes, ônibus, caminhões, tratores e motocicletas, etc.)	Área útil (m²)	Todo	Médio
Feira de pequenos produtores ou de artesanato	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Lavanderia e tinturaria para roupas e artefatos de uso doméstico	Área útil (m²)	< = 250	Alto

INDÚSTRIAS DIVERSAS

TIPOLOGIA	UNIDADE DE MEDIDA	PORTE	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR.
Lavanderia industrial para roupas e artefatos industriais	Área útil (m²)	< = 250	Alto
Usina de asfalto	Área útil (m²)	< = 1. 000	Alto
Usina de produção de concreto	Área útil (m²)	< = 1. 000	Médio
Posto de resfriamento de leite	Área construída (m²)	= 300	Médio
Processamento, preservação e produção de conservas de frutas.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Processamento, preservação e produção de conservas de legumes e outros vegetais.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Produção de sucos de frutas e de legumes	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Preparação do leite (resfriamento e pasteurização) e fabricação de queijos	Área útil (m²)	< = 250	Médio
Fabricação de sorvetes/bolos e tortas geladas/coberturas	Área útil (m²)	< = 300	Médio
Beneficiamento de arroz	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de produtos do arroz	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de farinha de milho e derivados - exceto óleo	Área útil (m²)	Todo	Médio
Fábrica de farinha de mandioca	Kg/mês	< = 22. 500	Médio
Fabricação de rações balanceadas para animais (somente mistura)	Área útil (m²)	< = 500	Médio
Beneficiamento, moagem e preparação de outros produtos de origem vegetal.	Área útil (m²)	< = 500	Médio
Fabricação de açúcar de Stévia	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de açúcar mascavo e rapadura	Kg de cana de açúcar/ mês	< = 100. 000	Médio
Beneficiamento de café	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Torrefação e moagem de café	Área útil (m²)	< = 500	Médio
Fabricação de pães, bolos e equivalentes industrializados.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria - exceto industrializados.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de doces em pasta, cristalizados, em barras.	Área útil (m²)	Todo	Médio
Fabricação de biscoitos e bolachas	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Produção de derivados do cacau e elaboração de chocolates	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de balas, caramelos, pastilhas, drops, bombons, chocolates, gomas e frutas cristalizadas.	Área útil (m²)	Todo	Médio
Fabricação de massas alimentícias	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Preparação de especiarias, molhos, temperos e condimentos.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Preparação de produtos dietéticos, alimentos para crianças e outros alimentos conservados.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de vinagres	Área útil (m²)	< = 300	Médio
Matadouro/abatedouro de bovinos e suínos com ou sem fabricação de embutidos ou industrialização de carnes	Área útil (m²)	< = 250	Alto
Matadouro/abatedouro de outros animais com ou sem fabricação de embutidos ou industrialização de carnes	Área útil (m²)	< = 250	Alto
Unidade de processamento de peixe	Área útil (m²)	< = 250	Médio
Fabricação de pós-alimentícios	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de fermentos, leveduras e coalhos.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de gelo comum	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Beneficiamento de chá, mate e outras ervas para infusão	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de outros produtos alimentícios	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação, retificação, homogeneização e mistura de aguardente de cana de açúcar.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação, retificação, homogeneização e mistura de outras aguardentes e bebidas destiladas.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de vinho	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Engarrafamento e gaseificação de águas minerais	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de refrescos, xaropes e pós para refrescos.	Área útil (m²)	Todo	Médio
Fabricação de fumo em rolo, em corda e outros produtos do fumo - exceto cigarros, cigarrilhas e charutos.	Área útil (m²)	< = 500	Baixo
Fabricação de filtros para cigarros	Área útil (m²)	Todo	Médio
Beneficiamento de algodão	Área útil (m²)	< = 1. 000	Médio
Beneficiamento de outras fibras têxteis naturais - exceto algodão	Área útil (m²)	< = 1. 000	Médio
Fabricação de linhas e fios para costurar e bordar	Área útil (m²)	Todo	Médio
Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais - exceto algodão.	Área útil (m²)	< = 500	Médio
Fabricação de artigos de tecido de uso doméstico, incluindo tecelagem.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de outros artefatos têxteis, incluindo tecelagem.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Estamparia e texturização em fios, tecidos e artigos têxteis, inclusive em peças do vestário	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos e artigos têxteis, inclusive em peças do vestuário.	Área útil (m²)	< = 500	Médio
Outros serviços de acabamento em fios, tecidos e artigos têxteis, inclusive em peças do vestuário.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos - exceto vestuário	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de artefatos de tapeçaria	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de artefatos de cordoaria	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de tecidos especiais - inclusive artefatos	Área útil (m²)	Todo	Baixo

Fabricação de outros artigos têxteis - exceto vestuário	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de meias	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de outros artigos do vestuário produzidos em malharias (tricotagens)	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Confecção de roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes - exceto sob medida.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Confecção, sob medida, de roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Confecção de peças de vestuário - exceto roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes e as confeccionadas sob medida.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Confecção, sob medida, de outras peças do vestuário - exceto roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Confecção de roupas profissionais - exceto sob medida	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Confecção, sob medida, de roupas profissionais.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de acessórios do vestuário	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de acessórios para segurança industrial e pessoal	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de malas, bolsas, valises e outros artefatos para viagem, de qualquer material.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de outros artefatos de couro	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de calçados de couro	Área útil (m²)	Todo	Médio
Serviço de corte e acabamento de calçados	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de tênis de qualquer material	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de calçados de plástico	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de calçados de outros materiais	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Produção de casas de madeira pré-fabricadas	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de esquadrias de madeira, venezianas e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de outros artigos de carpintaria	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de artefatos de tanoaria e embalagens de madeira	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de artefatos diversos de bambu, palha, vime, cortiça e materiais trançados - exceto móveis.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de embalagens de papelão inclusive a fabricação de papelão corrugado	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina e cartão para escritório.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Edição de discos, fitas e outros materiais gravados.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Edição de livros, jornais e revistas.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Edição e impressão de livros.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Edição e impressão de jornais.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Edição e impressão de revistas	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Impressão de jornais, revistas e livros	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Impressão de material para uso escolar	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Impressão de material para uso industrial, comercial e publicitário.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Impressão de material de segurança	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de fibras, fios, cabos e filamentos contínuos artificiais.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de fibras, fios, cabos e filamentos contínuos sintéticos.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de sabões, sabonetes e detergentes sintéticos.	Área útil (m²)	< = 1. 000	Médio
Fabricação de produtos de limpeza e polimento	Área útil (m²)	< = 1. 000	Médio
Fabricação de artigos de perfumaria e cosméticos	Área útil (m²)	< = 1. 000	Médio
Fabricação de adesivos e selantes.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Recondicionamento de pneumáticos	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de artefatos diversos de borracha	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de laminados planos e tubulares de plástico	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de embalagem de plástico	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico, reforçados ou não com fibra de vidro.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais - exceto na indústria da construção civil	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção civil	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de artefatos de plástico para outros usos	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de embalagens de vidro	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de artigos de vidro	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série ou sob encomenda.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção civil	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção civil	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de casas pré-moldadas de concreto	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Preparação de massa de concreto e argamassa para construção	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de outros artefatos ou produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e estuque.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Aparelhamento de pedras para construção (não associado à extração)	Área útil (m²)	< = 1. 000	Médio
Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras.	Área útil (m²)	< = 1. 000	Médio
Metalurgia dos metais preciosos	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de estruturas metálicas para edifícios, pontes, torres de transmissão, andaimes e outros fins, inclusive sob encomenda.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de esquadrias de metal	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de artigos de cutelaria	Área útil (m²)	Todo	Médio
Fabricação de artigos de serralheria - exceto esquadrias	Área útil (m²)	Todo	Médio
Fabricação de ferramentas manuais	Área útil (m²)	Todo	Médio
Fabricação de embalagens metálicas	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de artigos de funilaria e de artigos de metal para usos doméstico e pessoal	Área útil (m²)	Todo	Médio
Fabricação de outros produtos elaborados de metal	Área útil (m²)	< = 1. 000	Médio
Fabricação de equipamentos periféricos para máquinas eletrônicas para tratamento de informações	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de cronômetros e relógios	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de móveis e outros artefatos com predominância de madeira	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de móveis com predominância de metal	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de móveis de outros materiais	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de colchões	Área útil (m²)	< = 1. 000	Médio
A fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de artefatos para caça, pesca e esporte	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de mesas de bilhar, de snooker e acessórios, não associada à locação.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de mesas de bilhar, de snooker e acessórios associada à locação.	Área útil (m²)	Todo	Baixo

Fabricação de brinquedos e de outros jogos recreativos	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de canetas, lápis, fitas impressoras para máquinas e outros artigos para escritório.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de aviamentos para costura	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Fabricação de escovas, pincéis e vassouras.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Decoração, lapidação, gravação, espelhação, bisotagem, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro ou cristal.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de formulas.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Comércio varejista de produtos farmacêuticos com manipulação de formulas	Área útil (m²)	< = 500	Médio
Comércio, armazenamento e/ou processamento de materiais recicláveis sem geração de efluentes líquidos.	Área útil (m²)	< = 500	Baixo
Armazenamento temporário de pneumáticos inservíveis em consonância com a Resolução CONAMA nº 416/2009.	Área útil (m²)	Todo	Médio
Armazenamento de resíduos de aparelhos elétricos e eletrônicos.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Comércio e/ou armazenamento de sucatas metálicas.	Área útil (m²)	< = 500	Baixo
Atividade de trituração e/ou secagem de biomassa.	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Demolição de edifícios e outras estruturas que não se configure como material ou resíduo perigoso	Área útil (m²)	Todo	Baixo
Preparação de carne, banha e produtos de salsicharia não associados ao abate.	Área útil (m²)	< = 250	Médio
Atividades médicas veterinárias (clínicas, consultórios e laboratórios de análises).	Área útil (m²)	< = 500	Médio
Beneficiamento de Milho	Área útil (m²)	< = 1000	Médio

Obs.: Considera-se área útil, a área total usada pelo empreendimento, incluindo-se a área construída e a não construída, porém com utilização (por exemplo: pátio de estocagem, depósito, energia, garagem, curral, etc.).

COMPRAS E LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO - AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2018

OBJETO: **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS PARA LABORATORIO, PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT.**

Comunicamos que conforme Aviso de Resultado, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM, nº. 3.037, do dia 07 de Agosto de 2018, paginas 442 a 446. Onde se lê:

ITEM 24 - Uréia Cinetica					
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**Valor Adj.**		
M.S Diagnostica	**R$ 90,00**	**R$ 85,00**	**R$ 85,00**	4	R$ 340,00
Objetiva Prod. E Serv. p/labor.	**R$ 117,36**	s/lance			
ITEM 25 - Ureia					
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**Valor Adj.**		
M.S Diagnostica	**n/cotou**				
Objetiva Prod. E Serv. p/labor.	**R$ 100,98**	R$ 84,05	**R$ 84,05**	8	R$ 672,40
ITEM 45 -Lâmina de vidro ponta lisa (cx com 50 lâminas)					
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**Valor Adj.**		
M.S Diagnostica	**R$ 4,20**	R$ 3,70	**R$ 7,70**	30	R$ 231,00
Objetiva Prod. E Serv. p/labor.	**R$ 3,77**	S/LANCE			

Leia-se :

ITEM 24 - Uréia					
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**Valor Adj.**		
M.S Diagnostica	**R$ 90,00**	**R$ 85,00**	**R$ 85,00**	4	R$ 340,00
Objetiva Prod. E Serv. p/labor.	**R$ 117,36**	s/lance			
ITEM 25 – TGO CINETICO					
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**Valor Adj.**		
M.S Diagnostica	**n/cotou**				
Objetiva Prod. E Serv. p/labor.	**R$ 100,98**	R$ 84,05	**R$ 84,05**	8	R$ 672,40
ITEM 45 -Lâmina de vidro ponta lisa (cx com 50 lâminas)					
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**Valor Adj.**		
M.S Diagnostica	**R$ 4,20**	R$ 3,70	**R$ 3,70**	30	R$ 111,00
Objetiva Prod. E Serv. p/labor.	**R$ 3,77**	S/LANCE			

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 07 de AGOSTO de 2018.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PP-010 E PP 011-2018

EXTRATO DAATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 041/2018 PREGÃO PRESENCIAL 010-2018–SRP-**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU EVENTUALREGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU EVENTUAL PARA AQUISIÇÃO DE AGUA MINERAL, GELO, CHÁ, CAFÉ E AÇÚCAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER-MT, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS**, nas condições estabelecidas no ato convocatório**.**Vigência: 31/07/2018 á 31/07/2019. Espécie: Ata de Registro de Preços nº **013/2018.** Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal Santo Antônio de Leverger MT. Fornecedor/ Detentora:**MERCADO BOA COMPRA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o n°: 07.010.186/0001-09O inteiro teor na integra desta Ata de Registro de Preços nº **013/**

2018 encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.leverger.mt.gov.br.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 041/2018 PREGÃO PRESENCIAL 010-2018–SRP-**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU EVENTUALREGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU EVENTUAL PARA AQUISIÇÃO DE AGUA MINERAL, GELO, CHÁ, CAFÉ E AÇÚCAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER-MT, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS**, nas condições estabelecidas no ato convocatório**.**Vigência: 31/07/2018 á 31/07/2019. Espécie: Ata de Registro de Preços nº **014/2018.** Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal Santo Antônio de Leverger MT. Fornecedor/ Detentora:**COMERCIO LUAR LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o n°: 02.545.577/0001-33 O inteiro teor na integra desta Ata de Registro de Preços nº **014/2018** encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.leverger.mt.gov.br.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 041/2018 PREGÃO PRESENCIAL 010-2018–SRP-**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU EVENTUALREGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU EVENTUAL PARA AQUISIÇÃO DE AGUA MINERAL, GELO, CHÁ, CAFÉ E AÇÚCAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER-MT, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS**, nas condições estabelecidas no ato convocatório**.**Vigência: 31/07/2018 á 31/07/2019. Espécie: Ata de Registro de Preços nº **015/2018.** Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal Santo Antônio de Leverger MT. Fornecedor/ Detentora:**ATIVA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o n°: 10.469.118/0001-17.O inteiro teor na integra desta Ata de Registro de Preços nº **015/2018** encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.leverger.mt.gov.br.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 041/2018 PREGÃO PRESENCIAL 010-2018–SRP-**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU EVENTUALREGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU EVENTUAL PARA AQUISIÇÃO DE AGUA MINERAL, GELO, CHÁ, CAFÉ E AÇÚCAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER-MT, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS**, nas condições estabelecidas no ato convocatório**.**Vigência: 31/07/2018 á 31/07/2019. Espécie: Ata de Registro de Preços nº **016/2018.** Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal Santo Antônio de Leverger MT. Fornecedor/ Detentora:**WANDERLEI BOSCO RIBEIRO & CIA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o n°: 01.020.481/0001-60.O inteiro teor na integra desta Ata de Registro de Preços nº **016/2018** encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.leverger.mt.gov.br.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 042/2018 PREGÃO PRESENCIAL 011-2018–SRP-**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU EVENTUALREGISTRADO A SEGUIR RELACIONADO, OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE MANUTENÇÃO HIDRÁULICA, SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER-MT, OBSERVADO AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS**, nas condições estabelecidas no ato convocatório**.**Vigência: 18/07/2018 á 18/07/2019. Espécie: Ata de Registro de Preços nº **017/2018.** Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal Santo Antônio de Leverger MT. Fornecedor/ Detentora:**MUDAR COMÉRCIO DE MATÉRIAS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o n°: 14.888.303/0001-05.O inteiro teor na integra desta Ata de Registro de Preços nº **017/2018** encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.leverger.mt.gov.br.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 042/2018 PREGÃO PRESENCIAL 011-2018–SRP-**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU EVENTUALREGISTRADO A SEGUIR RELACIONADO, OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE MANUTENÇÃO HIDRÁULICA, SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER-MT, OBSERVADO AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS**, nas condições estabelecidas no ato convocatório**.**Vigência: 18/07/2018 á 18/07/2019. Espécie: Ata de Registro de Preços nº **018/2018.** Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal Santo Antônio de Leverger MT. Fornecedor/ Detentora:**SOLUÇÕES PRÁTICAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EPP**, inscrita no CNPJ sob o n°: 27.222.285/0001-61.O inteiro teor na integra desta Ata de Registro de Preços nº **018/2018** encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.leverger.mt.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2018

A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, por intermédio de seu representante legal, Sr. MIGUEL JOSÉ BRUNETTA – Prefeito Municipal, **CONVOCA** os candidatos relacionados no anexo I deste Edital, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, realizado em 03/06/2018, tendo o resultado sido homologado em 25/06/2018, para comparecerem na **COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS** desta Prefeitura, no prazo de **até 03 (três) dias úteis** nos horários de expediente (08h às 11h e 14h às 17h), munidos de todos os documentos constantes no mesmo item do Edital e relacionado no Anexo II deste edital, para tomarem posse em seus respectivos cargos.

Será considerado desistente e, portanto eliminado do processo seletivo simplificado, o(s) candidato(s) convocado(s) que não comparecer (em) até a data estabelecida e munido dos documentos exigidos, podendo a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT convocar o(s) o(s) próximo(s) candidato(s) aprovados, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura em horário de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, aos 07dias do mês de Agosto de 2018.

MIGUEL BRUNETTA ***Prefeito Municipal***

ANEXO I

Nº	ENFERMEIRO PADRÃO
01	JULIANO MALACARNE MARTINI

ANEXO II

DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2018.

1. - Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação (original ou fotocópia autenticada) que comprove:

a) Comprovante de Escolaridade/Pré-Requisitos exigidos para o cargo, apresentado em via original e fotocopia ou cópia autenticada em cartório;

b) Comprovante de Residência;

c) Fotocópia legível da Certidão de Nascimento ou Casamento,

d) Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e Carteira de vacina dos filhos até 05 anos de idade (se houver);

e) Fotocópia do Titulo de eleitor e Certidão que comprove não ter sofrido punição política – certidão original emitida pela justiça eleitoral;

f) Fotocópia do Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;

g) Fotocópia do RG e CPF do candidato e do cônjuge (se casado);

h) Fotocópia da Carteira de Trabalho e comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

i) Fotocópia legível da CNH se for o caso;

j) Comprovante de exame de saúde física e mental (exame médico) necessário ao desempenho das funções inerentes ao cargo pretendido;

k) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

l) Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal (declarado pelo próprio candidato e com firma reconhecida);

m) Declaração, de próprio punho, de não ter sido demitido do serviço público por motivo justo, ou de não ter sido exonerado a bem do serviço publico, nos últimos 05 (cinco) anos.

n) Declaração de Bens;

o) Comprovante de abertura de conta, em agência bancária na qual a Prefeitura de Santo Antonio do Leste mantém convênio para recebimento de créditos salariais; e

p) Não Registrar antecedentes criminais ou estar respondendo pelos crimes conta: o Patrimônio, Administração, Fé Pública, os costumes e os previstos na Lei nº 1.343 de 23/08/2006 (trafico de entorpecentes), comprovado através de Certidão Civil e Criminal.

q) Outros documentos que a Administração julgar necessário;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 414/2018. DE: 06 DE AGOSTO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Designa os seguintes servidores como responsáveis pela abertura e movimentação financeira de contas **do Banco do Brasil** vinculada ao CNPJ nº 30.983.986/0001-28 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relacionadas no parágrafo primeiro deste artigo.

Claudilene Oliveira dos Santos – Secretária de Educação e Cultura, brasileira, casada, servidora pública, portadora do RG nº 10484345 SJ/MT, inscrito no CPF/MF nº 879.768.201-25, residente na Avenida Porto Alegre, nº 252, centro, Santo Antônio do Leste, MT.

Lailton Paulo Soares – Secretário Municipal de Economia e Finanças, brasileiro, casado, servidor público, portador do RG nº 06231217 SSP/MT, inscrito no CPF/MF nº 427.712.771-15, residente na Rua Salgado Filho, nº 575, centro, Santo Antônio do Leste, MT.

David Paulo Correa da Silva - Assessor Especial do Gabinete do Prefeito, brasileiro, casado, servidor publico, portador do RG nº 1087942817 SJS/RS, inscrito no CPF/MF 008.529.950-24, Rua Porto Alegre, quadra 13 lote 17, bairro Jardim Bem Viver, Santo Antonio do Leste, MT

Parágrafo Único - A conta bancária será movimentada em conjunto pelos responsáveis acima descritos, devendo conter assinaturas de Claudilene Oliveira dos Santos **e Lailton Paulo Soares ou** David Paulo Correa da Silva, podendo movimentá-las, inclusive por meio do gerenciador financeiro, requererem, retirarem, emitirem, assinarem e endossarem cheques, extratos bancários e comprovantes de pagamentos, efetuarem transferências bancárias e pagamento via oficio, cadastrarem e alterarem senhas.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 06 DE AGOSTO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 417/2018. DE: 07 DE AGOSTO DE 2018.

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR JOAO GUILHERME MIRANDA MARIANO A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando requerimento do servidor em que apresenta atestado médico e solicita licença para tratamento de saúde;

Considerando o teor de Laudo Médico Pericial expedido pela Junta Médica em 07/08/2018 que atesta que o referido servidor está apto para exercer atividades laborais a partir do dia 18/08/2018

Com fundamento nos artigos 81 e 87 da Lei Municipal n°055/2001 e 157/2005 de 29/07/2005 e no Laudo Médico Pericial,

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público estável **JOAO GUILHERME MIRANDA MARIANO** nos termos do Laudo Médico Pericial expedido em 07/08/2018, no período de 07/08/2018 a 17/08/2018.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 07 DE AGOSTO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 416/2018. DE: 07 DE AGOSTO DE 2018.

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR ALBERTO LUCAS NOGUEIRA PEREIRA A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando requerimento do servidor em que apresenta atestado médico e solicita licença para tratamento de saúde;

Considerando o teor de Laudo Médico Pericial expedido pela Junta Médica em 07/08/2018 que atesta que o referido servidor está apto para exercer atividades laborais a partir do dia 18/08/2018;

Com fundamento nos artigos 81 e 87 da Lei Municipal n°055/2001 e 157/2005 de 29/07/2005 e no Laudo Médico Pericial,

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público estável **ALBERTO LUCAS NOGUEIRA PEREIRA** nos termos do Laudo Médico Pericial expedido em 07/08/2018, no período de 03/08/2018 a 17/08/2018.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 07 DE AGOSTO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 415/2018. DE: 07 DE AGOSTO DE 2018.

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR SEBASTIAO VANDERLEI DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando requerimento do servidor em que apresenta atestado médico e solicita licença para tratamento de saúde;

Considerando o teor de Laudo Médico Pericial expedido pela Junta Médica em 07/08/2018 que atesta que o referido servidor está apto para exercer atividades laborais a partir do dia 31/08/2018

Com fundamento nos artigos 81 e 87 da Lei Municipal n°055/2001 e 157/2005 de 29/07/2005 e no Laudo Médico Pericial,

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público estável **SEBASTIAO VANDERLEI DE SOUZA** nos termos do Laudo Médico Pericial expedido em 07/08/2018, no período de 01/08/2018 30/08/2018.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 07 DE AGOSTO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

AVISO DE LICITAÇAO - PREGAO PRESENCIAL 022/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 022/2018

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 090/2018/CPL/PP

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório, **Pregão presencial Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços por hora trabalhada em parte elétrica geral de veículos e maquinários da frota desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT, conforme termo de referência anexo I do edital.** Poderá participar do certame pessoa jurídica que tenham adquirido edital e que são cadastrados no setor competente desta Prefeitura.

A abertura dos processos dar-se-á às **08*:00 horas do dia 30 de agosto de 2018***, em sala designada pelo pregoeiro na Sede da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 12:00 horas ás 18:00 horas, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste situado a rua A, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 3488-1080 – 3488-1459 – 3488-1292 ou pelo E-mail: **(licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br),** ou (www.santoantoniodoleste.mt.gov.br)**.**

Santo Antonio do Leste – MT, 07 de agosto de 2018.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PREGOEIRO

Portaria Nº. 142/2018

De 05 de fevereiro de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO 12- PREGÃO PRESENCIAL N.º 33/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA TORNA PÚBLICO QUE ESTARÁ REALIZANDO **PROCESSO LICITATÓRIO** MODALIDADE**: 12- PREGÃO PRESENCIAL N.º 33/2018** REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2014, SUBSIDIADA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DE CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO DOS PROFISSIONAIS DO PSF E DO CENTRO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JO-**

SE DO POVO-MT, CONFORME TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL, ANEXO I.

NO Dia 20 de Agosto de 2018 às 13h30min. HORAS (HORÁRIO LOCAL). LOCAL SALA DE LICITAÇÃO DA ***SALMEN HANZE, n.º 914, CENTRO. RUA SALMEM HANZE***, SÃO JOSÉ DO POVO - MT CEP 78. 773-000, RETIRADA DO EDITAL NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVOOU ATRAVÉS DO SITE http://www.saojosedopovo.mt.gov.br,ou/ WWW.SAOJOSED... OU PELO EMAIL: irandiduarte@bol.com.br, MAIS INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (66) 34941137 OU NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO - SITUADA À RUA SALMEM HANZE, 924, DURANTE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO no horário das 12:00 às 17:00 horas.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT07/08/2018.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

MARIA IRANDI DUARTE
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO MÊS 07/2018

DÉCIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE DE VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 046/2017. ASS: 11/06/2018. VCT: 17/08/2018. Contratado: **AUTO POSTO VILLA LTDA.** Objeto: Fica ajustado entre as partes que o item **ÓLEO DIESEL COMUM** sofrerá o reajuste de **0,8%** (Zero vírgula oito por cento) passando de **R$ 3,73** (Três reais e setenta e três centavos) para **R$ 3,76** (Três reais e setenta e seis centavos) por litro do **ÓLEO DIESEL COMUM** e o item **ÓLEO DIESEL S10** sofrerá reajuste de **0,8%** (Zero vírgula oito por cento) passando de **R$ 3,78** (Três reais e setenta e oito centavos) para **R$ 3,81** (Três reais e oitenta e um centavos) por litro de **ÓLEO DIESEL S10**.

QUINTO TERMO ADITIVO DE VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 035/2017. ASS: 10/07/2018. VCT: 21/07/2018. Contratado: **EMAM – EMULSOES E TRANSPORTES LTDA** Objeto: Fica ajustado entre as partes que o produto Asfalto Diluído CM-30, item do Pregão Presencial 022/2017 e Ata de Registro de Preço 035/2017, sofrerá reajuste de valor de 8% (Oito por cento) passando de R$ 4.444,26 (Quatro mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos) para R$ 4.799,80 (Quatro mil setecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos) por tonelada do ASFALTO DILUÍDO CM-30.

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 019/2017. ASS: 03/07/2018; VCT: 04/07/2019, Contratado: **EDER CARLOS CELLONI-MASTER INFORMÁTICA.** Objeto:Contratação de empresa para fornecimento de Link de 25 Mbps dedicado de Internet com IP válido e com fornecimento dos equipamentos necessários para perfeita conexão do serviço.Valor: R$ 181.800,00.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO MÊS 07/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 046/2018. ASS: 05/07/2018, VCT: 05/07/2018, Contratado:**C.RODRIGUES PEREIRA PRESTADORA DE SERVIÇOS ME**. Objeto:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO DE PONTES DE MADEIRA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT. Valor: R$ 40.074,00.

CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 047/2018. ASS: 16/07/2018, VCT: 31/12/2018, Contratado:**EMAM – EMULSOES E TRANSPORTES LTDA.** Objeto:Aquisição Asfalto Diluído CM-30, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de InfraestruturaValor: R$162.377,23

CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 048/2018. ASS: 16/07/2018, VCT: 31/12/2018, Contratado:**CENTRO OESTE ASFALTOS S/A**. Objeto:**Aquisição de Emulsão Asfáltica RR-2C, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.** Valor: R$165.968,63.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 049/2018. ASS: 20/07/2018, VCT: 31/12/2018, Contratado:**CENTRO OESTE RECUPERADORA DE PNEUS LTDA-ME.** Objeto:Aquisição de prestação de serviços de conserto, montagem, desmontagem, vulcanização, rodízio troca e remendo de pneus, para atender as necessidades do Município de São José do Rio Claro-MT.Valor: R$ 155.963,00.

CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 050/2018. ASS: 23/07/2018, VCT: 31/12/2018, Contratado:**TRICATE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA EPP.** Objeto:Aquisição de peças para máquinas pesadas**.** Valor: R$300.000,00

CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 051/2018. ASS: 25/07/2018, VCT: 31/12/2018, Contratado:**COPACEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALCARIO E CEREAIS LTDA.** Objeto: Aquisição de Pedra Brita n° 0, Pedra Brita n° 1 e Pó de Pedra para atender as necessidades do Município de São José do Rio Claro – MT**.** Valor: R$ 8.600,00

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 052/2018. ASS: 26/07/2018, VCT: 31/12/2018, Contratado:**APUI CONSTRUTORA DE OBRA LTDA**.Objeto**:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORA MÁQUINAS PESADA E CAMINHÕES, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE LEITOS DE ESTRADAS VICINAIS, E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TERRAPLENAGEM NA ZONA RURAL E URBANA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MT. Valor: R$ 209.559,60

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 053/2018. ASS: 26/07/2018, VCT: 31/12/2018, Contratado:**APUI CONSTRUTORA DE OBRA LTDA**.Objeto**:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORA MÁQUINAS PESADA E CAMINHÕES, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE LEITOS DE ESTRADAS VICINAIS, E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TERRAPLENAGEM NA ZONA RURAL E URBANA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MT. Valor: R$ 93. 420,00

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 054/2018. ASS: 26/07/2018, VCT: 30/10/2018, Contratado:**ROBERTO DE LIMA-MEI.** Objeto:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATUALIZAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – PLDO E ORÇAMENTO ANUAL PLOA, AMBOS PARA O EXERCÍCIO DE 2019 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT. Valor: R$ 19.980,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

DECRETO N° 075/2018

DECRETO Nº 075/2018.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 06 DE AGOSTO DE 2018.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerado o Senhor **FERNANDO NASCIMENTO TULHA FILHO** do cargo em Comissão de Secretário Municipal de Agricultura de prestar serviços junto a Secretaria Municipal de Agricultura do município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 06 de agosto de 2018.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 072, DE 07 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe sobre luto oficial no município em razão do falecimento do Prof. Orivaldo de Paula Chagas.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, **Sr. RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**,de acordo com as atribuições legais que lhe são atribuídas,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica decretado luto oficial no município de São José dos Quatro Marcos, de 03 (três) dias – 07, 08 e 09 de agosto de 2018, em razão do falecimento do Prof. Orivaldo de Paula Chagas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, aos 07 dias do mês de agosto de 2018.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

RETIFICAÇÃO: A publicação da matéria Publicada no Diário Oficial da AMM na Quinta-Feira dia 02 de Agosto de 2018, na página nº 223 Extrato do Contrato Nº 40/2018 onde se lê **Fiscal de Contrato:** JEUSILENE CRISTINA VOLPATO DA SILVA Leia – se **Fiscal de Contrato:** RODRIGO DA SILVA SOUZA.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA PRIMEIRA NOTIFICAÇÃO CONTRA A EMPRESA RODRIGUES DOS SANTOS & ABREU SANTOS LTDA ME REFERENTE AO CONTRATO 23/2015

Extrato da Primeira Notificação contra a Empresa Rodrigues dos Santos & Abreu Santos Ltda ME referente ao contrato 23/2015

São José dos Quatro Marcos-MT, 07 de Julho de 2018.

Prezado Senhor,

Tendo em vista que as obras relativas ao Contrato n. 23/2015, cujo objeto é "**Construção de uma Academia de Saúde"** situada na Rua Zeferino Jose de Matos esquina com a Rua Marechal Castelo Branco - Bairro Jardim Zeferino II no Município de São Jose dos Quatro Marcos-MT, encontram-se parada. Tendo em vista que esta sendo notificada pela primeira vez, absoluta necessidade de retomar a obra para conclusão da mesma. **NOTIFICO** Vossa Senhoria para que no prazo máximo de **02 (dois) dias** após o recebimento desta, retome a obra citada ou apresentação de justificativa aplausível, sob pena de cancelamento contratual previstas no citado contrato, além de possível rescisão do mesmo. NEGATIVAÇÃO de vossa empresa junto ao TCE-MT,

Aproveito a oportunidade para renovar meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Ronaldo Floreano dos Santos

Prefeito Municipal

Ao Ilustríssimo Senhor

Gilson Rodrigues dos Santos

MD. Responsável pela empresa

Rodrigues dos Santos & Abreu Santos Ltda ME

São José dos Quatro Marcos **- MT**

EXTRATO DA TERCEIRA NOTIFICAÇÃO CONTRA A EMPRESA CONSTRUTORA UNIVERSO LTDA REFERENTE AO CONTRATO 63/2011

Extrato da Terceira Notificação contra a Empresa Construtora Universo Ltda referente ao contrato 63/2011

São José dos Quatro Marcos-MT, 13 de Julho de 2018.

Prezado Senhor,

Tendo em vista que as obras relativas ao Contrato n. 63/2011, cujo objeto é **"Execução da Obra Construção do Centro de Educação Infantil"** situado na Rua Cezar Lattes, S/N, no Bairro Jardim Popular no Município de São Jose dos Quatro Marcos-MT, encontram-se parada. Tendo em vista que esta sendo notificada pela terceira vez, absoluta necessidade de retomar a obra para conclusão da mesma. **NOTIFICO** Vossa Senhoria para que no prazo máximo de **05 (cinco) dias uteis** após o recebimento desta, retome a obra citada ou apresentação de justificativa aplausível, sob pena de cancelamento contratual previstas no citado contrato, além de possível rescisão do mesmo. NEGATIVAÇÃO de vossa empresa junto ao TCE-MT,

Aproveito a oportunidade para renovar meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Ronaldo Floreano dos Santos

Prefeito Municipal

Ao Ilustríssimo Senhor

Carlos Roberto Bianchi

MD. Responsável pela empresa

Construtora Universo Ltda

São José dos Quatro Marcos **- MT**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

PORTARIA Nº 044/2018 "DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO PARA O CARGO EM COMISSÃO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, FISCALIZAÇÃO E DEFESA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Portaria nº 044/2018

"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO PARA O CARGO EM COMISSÃO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, FISCALIZAÇÃO E DEFESA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Nomear **EDMUNDO ALVES DA LUZ,** CPF: 569.032.431-00 e RG2287445-3 SSPMT, para ocupar o cargo, em **Comissão Departamento de Agricultura, Fiscalização e Defesa de Serra Nova Dourada MT.**

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada - MT 01 de Agosto de 2018.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 043/2018 "DISPÕE SOBRE A DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIDOR, É DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Portaria nº 043/2018

"DISPÕE SOBRE A DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIDOR, É DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Disponibilizar ao **INDEA/MT** o servidor administrativo **CHARLEY BATISTA DE SOUZA, CPF: 893.647.751-04**, devendo arcar com todo o ônus decorrente dessa disponibilização, ficando expresso que o vinculo trabalhista de tal servidor é exclusivamente do município.

Artigo II – Do Prazo: O presente Termo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá **Vigência até 14 de maio de 2019**, podendo será prorrogado através de termos aditivos.

Artigo III – Da Modificação: O presente Termo poderá ser modificado, através de Termo Aditivo, com exceção de seu objeto.

Artigo IV – Da Rescisão: Este Convênio poderá ser rescindido de comum acordo ou unilateralmente por descumprimento das cláusulas acima ou ainda por força de normas legais que impeçam a sua execução.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas

disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada - MT 14 de Maio de 2018.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 1.136 DE 07 DE AGOSTO DE 2018

Súmula : - Autoriza o Poder Executivo Municipal a transformar em área urbana e a criar Núcleo Industrial no Imóvel Rural Fazenda Trevo II-A.

Sirineu Moleta, PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e EU sanciono a seguinte Lei**:**

Art. 1°. Fica transformada em área urbana e criado o Núcleo Industrial I, composto por 01 (um) lote com área individual de 6,8173 (seis hectares, oitenta e um ares e setenta e três centiares), denominado de Fazenda Trevo II-A, situado neste município e comarca de Tabaporã-MT, matriculado no registro de imóveis desta comarca sob o n° 4709, conforme a planta anexa que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. O lote componente do Núcleo Industrial I, localizado no Trevo de Tabaporã-MT, destina-se a instalação de quaisquer empresa no Município, como forma de incentivo ao crescimento econômico municipal.

Art. 3º. Fica o proprietário do imóvel autorizado a promover o desmembramento e averbações necessários ao cumprimento dos ditames da presente Lei.

Art. 4º . Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Lei n° 246/00, de 10 de Outubro de 2000 e, as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, em 07 de Agosto de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORA

DECRETO Nº. 3.651/2018

Dispõe sobre a adesão do Município de Tabaporã à I Conferência Intermunicipal de Cultura de Juína, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

O Prefeito Municipal Sirineu Moleta do Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e

Considerando a necessidade de atender a **PORTARIA SEC Nº 119/SEC/2018** que estabelece as diretrizes para a realização das Conferências Municipais/Intermunicipais/Regionais/Setoriais de Cultura como etapa preparatória da IV Conferência Estadual de Cultura.

DECRETA

Artigo 1º - Fica o Município de Tabaporã autorizado a aderir à I Conferência Intermunicipal de Cultura que será realizada nos dias 24 e 25 de Agosto, em Juína/MT, conforme o Decreto Municipal 203/2018 do Município de Juína/MT.

Art. 2º - O tema central da I Conferência Intermunicipal de Cultura é **"A CULTURA COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL".**

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer fica autorizada a realizar reunião ou encontro prévio para escolha dos delegados/representantes do município de Tabaporã.

Paragrafo Único: As despesas com alimentação, hospedagem e transporte dos representantes do município de Tabaporã correrão por conta da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 08 de Agosto de 2018.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº Nº 1135 DE 07 AGOSTO DE 2018.

SUMULA: Institui e Regulamenta a Gratificação de Metas ao Agente Comunitário de Saúde - ACS.

O Sr. Sirineu Moleta, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições autorizadas por Lei, encaminha para Deliberação na Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

rt Artigo 1º - Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Metas (GDM), no valor de até R$ 1.014,00 (hum mil e quatorze reais) anual, devida aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que estejam no exercício de suas atribuições, em função do desempenho individual e do alcance das metas de desempenho estabelecidas nesta Lei. **Art. AºP Artigo 2º** - GDM será paga ao ACS que cumprir as metas estabelecidas nesta Lei, a serem apuradas por meio do instrumento de Avaliação de Produção e Alcance de Metas, cuja pontuação será atribuída em face dos indicadores constantes no Anexo I da presente Lei, conforme Portaria Ministerial nº 2. 488/2011. Parágrafo único. Além de atingir as metas referidas no caput deste artigo, para ter direito à percepção da GDM, o ACS deverá realizar outras ações e atividades que vierem a ser instituídas pela Secretaria Mu-

nicipal de Saúde, de acordo com as prioridades locais ou pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, desde que acompanhem a Política Nacional de Atenção Básica para a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e a Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde (EACS). **Art. 3 r rt Artigo 3º** - A GDM corresponderá ao desempenho individual de cada ACS, conforme cumprimento dos indicadores constantes no Anexo I desta Lei, nos seguintes termos: I - de 0 (zero) até 5 (cinco) pontos, não fará jus à gratificação e estará sujeito à apuração de responsabilidade administrativa, por meio de processo administrativo disciplinar, nos termos do disposto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Tabaporã; II - 6 (seis) pontos, fará jus a 50% (cinquenta por cento) da gratificação; III – 7 (sete) a 10 (dez) fará jus a 100% (cem por cento) da gratificação. Parágrafo Único - Não será aplicada a sanção prevista no inciso primeiro deste artigo, aos novos servidores nos 03 (três) primeiros meses de exercício de suas atribuições, prazo este destinado ao conhecimento da micro área e cadastramento das famílias adstritas. **Art. rt Artigo 4º** - A Avaliação de Produção e Alcance de Metas será efetuada por meio de relatório individual de produção que deverá ser entregue pelo ACS, exclusivamente, ao Enfermeiro de sua respectiva Equipe de Estratégia em Saúde da Família (ESF) ao qual esteja vinculado, até o quinto dia util de cada mês.

§ 1º Na ausência do Enfermeiro, o ACS entregará o relatório mencionado no caput deste artigo ao coordenador da Atenção Básica, e na falta deste, à pessoa designada pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º O enfermeiro responsável pela equipe efetuará a conferência direta dos relatórios e após sua avaliação os encaminhará, junto com o Boletim de Frequência, ao Departamento de Administração da Secretaria de Saúde. § 3º Os relatórios deverão estar em conformidade com o modelo constante no Anexo I desta Lei, para que seja realizada a devida avaliação. § 4º O período de avaliação da produção será do primeiro ao último dia de cada mês. § 5º Os relatórios estarão sujeitos, aleatoriamente, à auditoria por parte da Secretaria Municipal de Saúde, atraves de um supervisor de campo;

§ 6º Após análise dos relatórios, pela Secretaria Municipal de Saúde juntamente com a coordenação de Atenção Básica e as Enfermeiras das Equipes de Saúde da Família, as notas de avaliação serão contabilizadas sendo repassados os respectivos valores aos ACS, no mês de Janeiro do ano subsequente. **Art. 7º rt Artigo 5º** - **-**O ACS perderá o valor da GDM anual, proporcionalmente aos dias que ultrapassarem a 15 (quinze) dias de afastamento ou licença médica, interpolados ou não, durante o ano em exercício. § 1º - Em caso de licença médica para tratamento de saúde, decorrente de procedimento cirúrgico, a perda do valor da GDM mensal ocorrerá somente em relação aos dias que ultrapassarem a 30 (trinta) dias, interpolados ou não, durante o ano em exercício. § 2º - Não se aplica o disposto neste artigo aos casos de licença gestante, maternidade, adotante e paternidade e atestado medico . § 3º - Em caso de fracionamento de fruição de férias devem ser cumpridas as metas estabelecidas na presente Lei. **Art. 8º rt Artigo 6º -** A gratificação prevista nesta Lei não será incorporada, em nenhuma hipótese, aos vencimentos do ocupante do cargo de ACS. **rt Artigo 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, em 07 de Agosto de 2018.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018/ SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que foi declarado **DESERTO** o Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2018/SAMAE**, referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE GRAMA INCLUINDO PLANTIO E MANUTENÇÃO A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SAMAE.**

Tangará da Serra/MT, 07 de Agosto de 2018.

Edinéia Gonçalves de Souza Vieira

Membro de Apoio/Licitação/SAMAE

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR 099/2018 - P.S.003/2017

EDITAL COMPLEMENTAR 099/2018

PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para CONVOCAR os candidatos classificados e/ou aprovados no Processo Seletivo nº 003/2017**, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Administração.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no Departamento de Gestão de Pessoas e Processos (DGPP), situada a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados para **atribuição de local de trabalho e atribuição de horas aulas**:

1.1 – Para Atribuição: Dia 08/08/2018 às 08h00min para atribuição de local de trabalho e/ou atribuição de horas aulas para todos os cargos relacionados abaixo:

Cargo.:	790 -AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC					
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Resultado
89	3368	SHIRLEY MARIA DA CRUZ SILVA	26/11/1984	18	61	Classificado
90	5601	GERUZA DE SOUZA SILVA	05/05/1993	18	61	Classificado
91	1325	HELENI CLAUDIO DA SILVA	17/09/1976	18	60	Classificado
92	2998	MARIA APARECIDA DA SILVA	08/12/1979	18	60	Classificado
93	4462	VANESSA MARTINS PEREIRA	03/07/1995	18	60	Classificado
94	5026	ANDERSONIA BATISTA DE LIMA	25/09/1974	17	58	Classificado
95	4268	SILVANA DE ARAUJO DA SILVA	03/06/1982	16	58	Classificado
96	4170	DANIELE FRANÇA CHAVES	08/12/1987	17	58	Classificado

97	2942	TAINARA GABRIELE LIMA DE OLIVEIRA	16/09/1999	17	58	Classificado
98	5504	MOACIR RODRIGHERO	02/02/1962	17	57	Classificado
99	4650	EDNALDO DA SILVA VICENTE	03/03/1975	17	57	Classificado
100	1048	ELIZABETHE BARRETO	05/07/1980	17	57	Classificado
101	2768	APARECIDAN DA CONCEIÇÃO COSTA	24/03/1981	17	57	Classificado
102	434	ROSIMEIRE BETANIN SANTOS	22/08/1986	17	57	Classificado
103	4850	LARISSA KATIELLE QUEIROZ LIMA	20/02/1996	19	57	Classificado
104	4721	IZABEL CRISTINA CASTRO NASCIMENTO	28/01/1971	17	56	Classificado
105	4440	CLAUDINEA GONCALVES DE OLIVEIRA	12/08/1972	16	56	Classificado
106	71	JOSE JANES CLEIDSON DE SOUSA	12/07/1977	16	56	Classificado
107	3863	LUZIANE DA SILVA OLIVEIRA	05/02/1985	16	56	Classificado
108	369	LEDA MARIA APARECIDA PEREIRA	26/08/1987	16	56	Classificado
109	5372	LAISE TAIANE LIMA COELHO	19/10/1987	16	56	Classificado
110	390	VANIA REGINA DALOCO TEIXEIRA	30/01/1973	16	55	Classificado
111	4412	THAYLA LARISSA DE SOUZA DOS SANTOS	04/03/1999	16	54	Classificado
112	4194	LUIZ CARLOS SCHULTZ	14/03/1962	16	53	Classificado
113	4619	ALZIRA DOS SANTOS	22/06/1972	15	53	Classificado
114	3894	CRISTIANE EMILIA LOPES DA SILVA	26/02/1992	15	51	Classificado
115	4298	TATIANE ANTONIA DIOGO LIMA	18/07/1989	15	50	Classificado
116	3032	SELMA ALVES CORREA DA SILVA	01/10/1968	15	49	Classificado

2. Para entrega de documentos: Dia 08/08/2018 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00 e no dia 09/08/2018 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00.

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** dos documentos abaixo relacionados:

2.2 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) possuir curso de transporte de passageiros (Movimento Operações de Produtor Especiais – MOPE) e Transporte Escolar;

h.4) não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses.

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangarada-serra.mt.gov.br**;

s) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2017/Ano - Calendário 2016 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

3. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 07 de agosto de 2018

Prof. Fabio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

ADRIANO ALVES FERNANDES

Secretário Municipal de Educação e Cultura

UNIDADE PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO A ADMINISTRATIVO
EDITAL - AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE – EMPRESA INFRATORA: CRM MULTIELÉTRICA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - CNPJ N.º 05.208.559/0001-25

EDITAL - AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE – Empresa Infratora: CRM MULTIELÉTRICA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - CNPJ n.º 05.208.559/0001-25 - O Município de Tangará da Serra, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Prof. Fábio Martins Junqueira, por meio da Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar-UPSPA, torna público para conhecimento de quem possa interessar que aplicou à empresa acima citada, a **PENALIDADE DE MULTA DE 0,5% (ZERO VÍRGULA CINCO PORCENTO) POR DIA DE ATRASO, SOBRE O VALOR INADIMPLIDO, no importe de R$1.112,30 (Hum Mil Cento e Doze Reais e Trinta Centavos),** à empresa já devidamente qualificada nos autos do **Processo Administrativo para Apuração de Infrações Administrativas Cometidas por Licitantes e Contratadas nº 003/PAILC/2016**, em virtude do descumprimento da Cláusula Décima Primeira, item 11.5 da Ata de Registro de Preços n° 040/2015, extraída do Pregão Presencial n° 37/2015, Referente ao Processo Administrativo do Departamento de Licitações n° 090/2015, com fulcro no artigo 87, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, c/c o item 15.2, inciso IV da Cláusula Décima Quinta- Das Penalidades da já referida Ata de Registro de Preços. Tangará da Serra- MT, 07 de Agosto de 2018.Sandra Aparecida dos Santos Caparroz– Gestora da UPSPA.

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL 024/2018/SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2018/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA OS DEPARTAMENTOS DO SAMAE**. A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 20 de Agosto de 2018**.O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 07 de Agosto de 2018.

EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA - Setor de Licitação - SAMAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 170/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 170/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO:FARMACIA SUPER POPULAR LTDA –EPP

OBJETO: AQUISIÇAO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA O HOSPITAL E PSFs DO MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE.

VALOR: R$ 1.568,00

VIGÊNCIA: 07/08/2018 até 31/12/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 333/397/579

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL N.º 61, 01 DE AGOSTO DE 2018.

"INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALTER KUHN, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída e nomeada a Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

I – Membros:

I. PRESIDENTE (A): PAULO VICENTE DA SILVA, Matrícula nº 137, portador do RG nº 163818 SSP/MS, e inscrito no CPF nº 403.629.731-72;

II. SECRETÁRIO (A): PAULA ZANTEDESCHI GOULART, portadora do RG nº. 2488494-4 SSP/MT, e inscrita no CPF 722.251.651.49;

III. MEMBRO(A): TANIA DA SILVA CARDOSO, Matrícula nº 33, portadora do RG nº 837272 SSP/MT, e inscrita no CPF sob nº 855.603.081-53

Art. 2º A Comissão terá como atribuição apurar responsabilidades de servidores por infrações praticadas no exercício de suas atribuições ou que tenham relação com as atribuições dos cargos em que se encontrem respectivamente investidos, nos termos da Lei Municipal nº 128/1990 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à investigação e instrução processual.

Art. 4º Os membros da Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar desempenharão suas atribuições concomitantemente com as de seus respectivos cargos e funções.

Parágrafo Único. Os membros integrantes desta Comissão prestarão serviço público relevantes, sem ônus para o Município.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Terra Nova do Norte/MT, em 01/08/2018.

VALTER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

EXTRATO AO 01 ADITIVO AO CONTRATO 63/2018

EXTRATO AO 01 ADITIVO AO CONTRATO 63/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: ANTÔNIO DALMIR PEREIRA PAIS ME

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO REAJUSTE DE VALOR.

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

PREVITER
PORTARIA N.º 052/2018.

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez ao servidor **Sr. Ari Hoffmann de Lima"***

O Prefeito do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto art. 40, § 1º, I da CF/88 com redação da EC 41/2003 c/c art. 12, I, da Lei Municipal n.º 876 de 31 de março de 2009, que rege a previdência municipal, art. 73 da Lei Municipal n.º 079/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos do município, Lei Complementar nº 30 de 31 de dezembro de 2013 que altera em seu inteiro teor a Lei Complementar nº 26 de 06 de dezembro de 2011, que dispõem sobre o Plano de Cargos e Salários da Carreira Instrumental dos servidores pertencentes à área meio da Administração do Poder Executivo do Município de Terra Nova do Norte, e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria por Invalidez ao servidor **Sr. Ari Hoffmann de Lima**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 3073908-0 SESP/MT e CPF n.º 435.138.329-15, efetivo no cargo de Motorista, Classe "A", Nível "03", lotada na Secretaria de Municipal de Agricultura, com carga horária de 40 horas semanais, matriculada sob nº 2489, contando com 11 (onze) anos, 08 (oito) meses e 22 (vinte e dois) dias de tempo de contribuição, com proventos proporcionais, conforme processo administrativo do **PREVITER, n.º 2018.03.00039P**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **06 de junho de 2018**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Terra Nova do Norte/MT, 03 de agosto de 2018.

_____

MARCILENE GUARIENTE

Diretora Executiva PREVITER

Homologo:

_____

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 168/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 168/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO:DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO DE ELENCO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA.

VALOR: R$ 13.766,10

VIGÊNCIA: 07/08/ 2018 até 31/12/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 397/579

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

PREVITER
PORTARIA N.º 051//2018

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição a servidora **Srª. Maria da Luz Almeida**."*

O Prefeito do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos estatuídos no art. art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional n.º 41/2003 c/c art. 89, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 1.386 de 15 de maio de 2018, que rege a previdência municipal, Lei Complementar n.º 32 de 31 de dezembro de

2013, que altera em seu inteiro teor a Lei Complementar 024/2011 e a Lei 1.086/2013 que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica e ultimo reajuste concedido pelo Decreto nº 001/2018 que regulamenta a Lei complementar n. 057 de 29 de dezembro de 2017, a qual autoriza o reajuste geral anual – RGA aos profissionais de do Município de Terra Nova do Norte e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, à servidora Srª **Maria da Luz Almeida**, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade RG n.º 06.879.885-9 SEDEC/RJ, inscrita no CPF sob o n.º 792.843.887-91, servidora efetiva no cargo de Professora Pós Graduação, Classe "C", Nível "08", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, matriculada sob nº 119, contando com 25 (vinte e seis) anos, 06 (seis) meses e 14 (quatorze) dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais**, conforme processo administrativo do **PREVITER, n.º 2018.04.00031P**, **a partir de 01 de agosto de 2018**, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de agosto de 2018, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Terra Nova do Norte - MT, 03 de agosto de 2018.

_____

MARCILENE GUARIENTE

Diretora Executiva PREVITER

Homologo:

_____

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL N.º 60, 01 DE AGOSTO DE 2018.

"INSTITUI A COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALTER KUHN, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída e nomeada a Comissão Permanente Processante para Apuração de Responsabilidade, por período de um ano, com atribuição de conduzir processos administrativos referentes às possíveis infrações contratuais praticadas por contratados no âmbito do Poder Executivo Municipal, composta pelos seguintes servidores:

I – Membros Titulares:

a) **Elizane Ribeiro Rosa**, portadora do RG nº. 001921511 SEJSP/MS, inscrita no CPF sob o nº 046.452.331.14, **Presidente**;

b) **Elizangela de Oliveira de Azevedo dos Santos,** portadora do RG nº. 1160892-7 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o nº. 834.987.291-87 – **Secretária**;

c) **Juliana Pasa Woloszin,** portadora do RG nº. 17217938 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o nº. 027.361.531-97 – **Membro**;

d) **Jeferson Cachone dos Anjos,** portador do RG nº. 1586963-6 SSP/MT, e inscrito no CPF sob o nº. 002.322.361.86– **Membro**.

II – Membros Suplentes:

a) **Paula Zantedeschi Goulart**, portadora do RG nº. 2488494-4 SSP/MT, e inscrita no CPF 722.251.651.49;

b) **Luciano de Abreu,** portador do RG nº 24531294 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 048.358.681.10.

c) **Elaine Maisa Maciel**, portadora do RG nº 4052226075 SSP/RS e inscrita no CPF 581.769.181-72.

d) **Talita Candiotti,** portadora do RG nº. 11501588 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 001.654.571-04;

Art. 2º A Comissão terá como atribuição apurar responsabilidades de empresas por descumprimento de cláusulas contratuais e/ou imposições da Lei Federal 8.666/93.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º Os membros titulares da Comissão Permanente Processante para Apuração de Responsabilidade desempenharão suas atribuições concomitantemente com as de seus respectivos cargos e funções.

Parágrafo Único. Os membros integrantes desta Comissão prestarão serviço público relevantes, sem ônus para o Município.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Terra Nova do Norte, em 01/08/2018.

VALTER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 169/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 169/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO:J D DE ANDRADE DROGARIA

OBJETO: A AQUISIÇÃO DE ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO NUTRICIONAL E MEDICAMENTOS DO ELENCO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA, DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

VALOR: R$ 2.838,9

VIGÊNCIA: 07/08/2018 até 31/12/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 333/579/397

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40-2018

Extrato de Contrato: 40/2018
Contratantes: PMT/ MANOEL BERNARDO DE SOUZA-ME
Objeto: Contratação de Empresa especializada no Transporte de alunos do Distrito do Batovi da linha Batovi/Água Tonica/Batovi.
Vigência: 02/08/2018 a 08/02/2019
Valor Global: R$: 52.743,60
Data da Assinatura: 02/08/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PORTARIA Nº 129/2018

Concede Licença Prêmio ao servidor que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; observan-

do o disposto no art. 126, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); e

Considerando o teor do requerimento subscrito pela servidora abaixo identificada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio por assiduidade à servidora efetiva ARISVALDO MESSIAS DE SOUZA – *Condutor de Veículo Emergencial,* vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, portador do RG nº 1.572.912-5 SSP/MT e CPF nº 477.689.839-04, por um período de 30 (trinta) dias, de 01 de agosto de 2018 até 30 de agosto de 2018, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - A licença prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 01 de agosto de 2018.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 17/2018

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento dos interessados o **resultado** das seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10520: MODALIDADE: Pregão Presencial Registro de Preço de nº. 17/2018, com objetivo "FUTURA E AQUISIÇÃO DE PNEUS CAMARAS DE AR E PROTETORES PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT.". teve como "VENCEDORES", as empresas PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA, inscrito no CNPJ: 03.532.991/0001-41, vencedora do itens, 2, 4, 6, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31 e 32 no valor global de R$ 225.260,00. e a Empresa PNEUS VIA NOBRE LTDA, inscrito no CNPJ: 01.976.860/0048-91, vencedora do itens, 1, 3, 5, 7, 8, 9, 12, 19 e 28 no valor global de R$ 298.618,00. Vale de São Domingos – MT, 07 de Agosto de 2018. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº 812/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 426209/2017 e 515377/2018,

RESOLVE:

Reconhecer em favor da servidora **MARIA CLEIDE BARRETO**, Matrícula 32043, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Técnico Administrativo Educacional/Agente Administrativo, o Tempo de Serviço prestado ao Município de Várzea Grande-MT, constante na Certidão de Tempo de Serviço da SAD/VG, no cargo de Agente Administrativo Nível 35, no período compreendido entre **26.08.1991 a 03.09.1993,** no total de **740 (setecentos e quarenta) dias líquidos, correspondendo 02 (dois) anos, 00 (zero) meses e 10 (dez) dias, para todos os Efeitos legais.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 06 de agosto de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 811/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 515377/2018,

RESOLVE:

Revogar a Portaria n° 305/2017, que averbou e reconheceu em favor da servidora, **MARIA CLEIDE BARRETO**, matrícula 32043, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Agente Administrativo, o tempo de contribuição constante na Certidão de Tempo de Contribuição do INSS n° 10001100.1.00041/12-6**,** na iniciativa Privada, Empresas (NIZ Camargo ME; Calçados e Confecções Dany Ltda; Itau Unibanco S/A; Cintia Modas S/A; Conservadora Rondonopolitana Ltda.)**,** nos períodos respectivamente de 01.06.1988 a 09.09.1989, 01.12.1989 a 25.08.1991; 02.04.1986 a 11.07.1986; 10.11.1986 a 18.12.1986; 16.08.1980 a 31.01.1986, correspondendo **a 3.227 (três mil, duzentos e vinte e sete) dias líquidos,** no total de **08 (oito) anos, 10 (dez) meses e 07 (sete) dias líquidos, para efeitos de Aposentadoria e Disponibilidade.**

E ainda, **revogar** o reconhecimento do tempo de serviço prestado ao Município de Várzea Grande-MT, constante na Certidão de Tempo de Serviço da SAD/VG, no cargo de Agente Administrativo Nível 35, no período compreendido entre **26.08.1991 a 03.09.1993,** no total de **740 (setecentos e quarenta) dias líquidos, correspondendo 02 (dois) anos, 00 (zero) meses e 10 (dez) dias, para todos os Efeitos legais**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 06 de agosto de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 813/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 533440/2018,

RESOLVE:

Reconhecer em favor da servidora **TANIA MARIA MARTINS**, Matrícula 100881 – 2ª Cadeira, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Professor, o Tempo de Serviço prestado ao Município de Várzea Grande-MT, conforme consta na Certidão de Tempo de Contribuição nº 270/2001 do Estado de Mato Grosso, nos períodos, **06.03.1989 a 02.08.1989 e 05.03.1990 a 02.06.1990,** num total de **240 (duzentos e quarenta) dias líquidos, correspondendo 08 (oito) meses, para todos os Efeitos legais.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 06 de agosto de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 869/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 533440/2018,

RESOLVE:

Averbar em favor da servidora, **TANIA MARIA MARTINS**, matrícula 100881 – 2ª Cadeira – lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Professor, o Tempo de Serviço prestado junto á iniciativa privada, conforme consta na Certidão de Tempo de Contribuição Nº 10001100.1.00151/17-7 emitida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, o período de 23.08.1984 a 14.12.1984, totalizado **114 (cento e quatorze) dias líquidos**, correspondendo a **03 (três) meses e 24 (vinte e quatro) dias, para efeitos de Aposentadoria e disponibilidade.**

E ainda, **reconhecer** em favor da servidora, o Tempo de Serviço prestado ao Município de Várzea Grande-MT, conforme consta na Certidão de Tempo de Contribuição do INSS Nº 10001100.1.00151/17-7, os períodos, 21.09.2003 a 20.12.2003; 04.10.2004 a 13.12.2004; 31.03.2005 a 31.12.2005; 15.02.2006 a 20.03.2006; 01.03.2007 a 30.06.2007; 01.07.2007 a 21.12.2007; 15.02.2008 a 30.06.2008; 01.07.2008 a 23.12.2008; 02.03.2009 a 30.06.2009; 01.07.2009 a 18.12.2009; 22.02.2010 a 30.06.2010; 01.07.2010 a 22.12.2010; 28.02.2011 a 23.12.2011; 01.03.2012 a 21.12.2012; 25.02.2013 a 10.04.2013 e 11.04.2013 a 20.12.2013**,** num total de **2.571 (dois mil quinhentos e setenta e um) dias líquidos, correspondendo 07 (sete) anos e 16 (dezesseis) dias, para todos os Efeitos legais.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 06 de agosto de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 870/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 532709/2018,

RESOLVE:

Reconhecer em favor da servidora **VANDA MARTINS DE LIMA**, Matrícula 46077, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de Agente Técnico do SUS/Técnico em Enfermagem, o Tempo de Serviço prestado ao Município de Várzea Grande-MT, no período compreendido entre **05.07.1994 a 30.04.2002,** totalizando **2.857 (dois mil oitocentos e cinqüenta e sete) dias líquidos, ou 07 (sete) anos, 10 (dez) meses e 02 (dois) dias, para todos os Efeitos legais.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 06 de agosto de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA/SAD Nº 868/2018

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do **Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 076/2016**, firmado pelo Município de Várzea Grande.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

CONSIDERANDO a cláusula terceira do **Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 076/2016** de 19 de julho de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **Cadilce Benta da Silva Carvalho** brasileira, ocupando o cargo de **Assistente Técnico**, lotada na **Secretaria Municipal de Administração**, portadora da Cédula de Identidade RG nº **19413602 SSP/MT** e inscrita no CPF sob nº **035.406.681-10**, Matrícula nº **121446**, para, sem prejuízo das atividades normalmente desenvolvidas e com observância às disposições no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, Instrução Normativa nº. 02-03 e Orientação Técnica nº. 02/CGM/2015 ambas expedidas pela Controladoria Geral do Município, atuar como Fiscal, competindo-lhe o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 076/2016, e de outro lado a **União**, representada pela **IMPRENSA NACIONAL,** inscrita no **CNPJ** sob **nº 04.196.645/0001-00**; por se tratar de contratação com órgão cuja competência é **publicar e divulgar atos oficiais da Administração Pública Federal, para atender as Secretarias da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT. Art. 2º.** Caberá ao Fiscal ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido Contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato**,** e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo duvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII - ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande. **Art. 4º.** Dê ciência formal ao servidor designado. **Art. 5º.** Esta portaria entra em vigor com efeito retroativo a partir de 25 de julho de 2018.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande – MT, 06 de agosto de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 871/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 533888/2018,

RESOLVE:

Revogar a Portaria n° 412/2010, que averbou em favor da servidora, **IVANILDE ARAUJO SANTANA DE CARVALHO**, matrícula 20381, lotado na

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Merendeira, o tempo de Serviço prestado conforme Certidão expedida pelo Instituto do Seguro Social - INSS**,** o período compreendido de **2.044 (dois mil e quarenta e quatro) dias**, correspondendo a **05 (cinco) anos, 07 (sete) meses e 09 (nove) dias, para efeitos de Aposentadoria e Disponibilidade.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 06 de agosto de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – SEMMADRS

COORDENADORIA DE GESTÃO DO MEIO AMBIENTE – CGMA

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEMMADRS, torna público a emissão das Licenças Ambientais do Mês de Julho/2018 do Município de Várzea Grande-MT.

PROTOCOLO	INTERESSADO	PT	LICENÇA EMITIDA	LE	LOP	LL	LP	LI	LO	DATA VALIDADE
404/14	RECIVAG PROCESSAMENTO DE INSUMOS	2037/18	LO						271/18	03/07/2018
7992/18	G K F LTDA – DITADO POPULAR	2033/18	LE	418/18						07/07/2018
8042/18	ESCOLA ESTADUAL JERCY JACOB	2034/18	LE	419/18						07/07/2018
8024/18	SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E OBRAS	2035/18	LI – LP				436/18	370/18		09/07/2020
4769/17	MARIA M. COSTA EIRELI-ME	2030/18	PT							
5024/17	CIDINHA MODAS FASHION	2031/18	LL			806/18				
4223/18	TITANIUM ENGENHARIA LTDA	2039/18	LL			810/18				
4215/17	ANTONIO SIMPLICIO DE OLIVEIRA	2038/18	LL-LP-LI			807/18	435/18	369/18		LP – 06/07/19 LI – 05/07/19
4403/17	CARLOS PINTO JUNIOR EIRELI	2042/18	LL			812/18				
4135/17	NICOLA TRATOR PEÇAS LTDA	2040/18	LL			811/18				
8023/18	WR CERQUEIRA ENGENHARIA	2032/18	LL			808/18				
4302/17	EDGAR MELLIM GABRIEL	2036/18	PT							
1615/15	ANA TERESA MACHADO BERNADINO	2041/18	PT							
7761/18	DARCY JOSE DA SILVA	2046/18	LE	420/18						12/10/2018
4592/17	JOAIR TEIXEIRA DA SILVA – ME	2047/18	PT							
7943/18	MITRA ARQUIDIOCESANA DE CUIABA	2044/18	LE	410/18						14/07/2018 15/07/2018
4671/18	OTICA E RELOJOARIA MILLENNIUM LTDA EPP	2023/18	LL			803/18				
284/11	ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE VG – MT	2050/18	LO						238/18	19/01/2018
8093/18	MARINO BRADÃO BARBOSA	2049/18	LE	421/18						14/07/2018
7049/18	JOSE LUIZ GONÇALVES	2048/18	PT							
8085/18	JOAQUIM NERES DA SILVA	2056/18	LE	411/18						03/04/2018 05/08/2018
8072/18	NITRA ARQUIDIOCESANA DE CUIABÁ	2055/18	LE	422/18						21/07/2018
6927/18	JJT CONSTRUTORA E INCORP. LTDA	2051/18	LI - LP							17/07/2020
4554/17	OITO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1929/18	LL			745/18				
4672/17	NORTÃO COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS	2057/18	LL			813/18				
4434/17	COMERCIAL DE ALIMENTOS GROSO LTDA	2053/18	LI – LO					373/18	274/18	18/07/2020
3455/16	IMOBILIÁRIA PAIAGUAS LTDA	2062/18	LO						270/18	23/07/2020
4595/17	TODIMO MATERIAL P/ CONSTRUÇÃO S/A	2024/18	LL			804/18				
4556/17	PALUSA DIST. AUTO PEÇAS LTDA	1930/18	PT							
4492/17	SUSPENFIX DIST. DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA	1928/18	PT							
1909/15	MARIA JUCELIA DA SILVA MOURA ME	2058/18	PT							
4558/17	BATISTA DE ASSIS & COSTA LTDA-ME	1902/18	LL			816/18				
3942/17	SANNO ALIMENTOS EIRELI-ME	2063/18	LO						276/18	20/17/2020
4656/17	R.I DO ESPIRITO SANTO – ME	2064/18	PT							

2036/15	P.R DE ALMEIDA E CIA LTDA – ME	2065/18	LL –LO			128/16			277/18	30/07/2020
1453/15	MAURICIO LUCIO NANTES	2059/18	PT							
7925/18	MARAZUL VEICULOS COM. IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA-ME	2066/18	LL			817/18				

AVISO DE REABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2018 - REGISTRO DE PREÇOS/ AMPLA CONCORRÊNCIA/ MENOR PREÇO POR ITEM.

PROCESSO Nº 527600/2018.Objeto: FUTURA E EVENTUAL **AQUISIÇÃO DE LEITES MATERNIZADOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES**, PARA ATENDER O SAE/CTA, HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE E DEMANDAS DE PROCESSOS JUDICIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE-MT. A realização do certame esta previsto para **dia 21 de agosto de 2018**, **às 10hs00min.** – horário de Brasília DF. O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande - Superintendência de Gestão (Secretaria de Saúde), mediante a taxa de recolhimento de R$ 0,13 (treze) centavos por impressão - não restituível e gratuitamente no sitio: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 07 de agosto de 2018. **Diógenes Marcondes. Secretario Municipal de Saúde /SMSVG.**

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2018

Pelo presente instrumento, o **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, DAE/VG**, inscrito no CNPJ sob o nº 02.555.079/0001-42, estabelecido na Av. Governador Júlio Campos, 2.599, Bairro Jardim dos Estados, Várzea Grande/MT, CEP 78.150-000**, representado pelo Sr. RICARDO AZEVEDO ARAÚJO,** portador do CPF n.º 165.914.158-31, e portador do RG nº 27889981 SSP/SP, residente e domiciliado nesta cidade, na qualidade de Diretor Presidente da Autarquia Municipal, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/2002, e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 007/2018/DAE-VG** - Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço e necessária homologação devidamente publicada, conforme consta nos autos do respectivo processo licitatório e a empresa: **EBARA INDÚSTRIAS MECÂNICAS E COMÉRCIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 46.138.319/0001-89, estabelecida na rua. Joaquim Marques de Figueiredo nº 2-31, Dist. Industrial – CEP: 17034-290, Bauru São Paulo, neste ato representado pelo seu representante Sr. **NELSON REGINATO DO CANTO JÚNIOR**, **inscrito no CPF nº: 015.481.268-45 portador do RG nº: 8.548.764-8–SSP/SP,** doravante denominada CONTRATADA, **e demais empresas relacionadas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada no fornecimento de material permanente, (conjunto motor-bomba submersa, aeradores e quadros de comando para poços tubular profundo e estações de tratamento de esgoto), para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO REGISTRADO

2.1. Os preços dos bens, produtos e serviços estão registrados nos termos da proposta vencedora do Pregão Presencial nº 007/2018/DAE-VG - Sistema de Registro de Preços, conforme o tabela(s) abaixo:

2.1.1. Dados da 1ª Classificada/Vencedora:

Nome: **EBARA INDÚSTRIAS MECÂNICAS E COMÉRCIO LTDA.**	
CNPJ nº **46.138.319/0001-89.**	
Endereço: **Rua. Joaquim Marques de Figueiredo nº 2-31, Distrito Industrial.**	
CEP: **17.034-290.**	Cidade: **Bauru** Estado: **São Paulo.**
Telefones: **(14) 4009-0074.**	
Representante Legal: **NELSON REGINATO DO CANTO JÚNIOR.**	
RG: **8.548.764-8–SSP/SP.**	CPF: **015.481.268-45**

2.1.2 Especificação e Quantitativo:

ITENS					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO ITEM**	**MARCA**	**QUANT**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL**
01	Conjunto moto bomba submersa para instalação em poço tubular profundo, com potência de 03 HP/CV (com tolerância na variação da potencia em até no máximo 15% para + ou para -).	Ebara	06	R$ 3. 500,00	R$ 21. 000,00
02	Conjunto moto bomba submersa para instalação em poço tubular profundo, com potência de 05 HP/CV (com tolerância na variação da potencia em até no máximo 15% para + ou para -).	Ebara	06	R$4. 000,00	R$ 24. 000,00
03	Conjunto moto bomba submersa para instalação em poço tubular profundo, com potência de 11 HP/CV (com tolerância na variação da potencia em até no máximo 15% para + ou para -).	Ebara	06	R$5. 000,00	R$30. 000,00
04	Conjunto moto bomba submersa para instalação em poço tubular profundo, com potência de 15 HP/CV (com tolerância na variação da potencia em até no máximo 15% para + ou para -).	Ebara	08	R$6. 900,00	R$55. 200,00
05	Conjunto moto bomba submersa para instalação em poço tubular profundo, com potência de 20 HP/CV (com tolerância na variação da potencia em até no máximo 15% para + ou para -).	Ebara	08	R$7. 500,00	R$60. 000,00

06	Conjunto moto bomba submersa para instalação em poço tubular profundo, com potência de 22 HP/CV (com tolerância na variação da potencia em até no máximo 15% para + ou para -).	Ebara	08	R$9.500,00	R$76.000,00
07	Conjunto moto bomba submersa para instalação em poço tubular profundo, com potência de 25 HP/CV (com tolerância na variação da potencia em até no máximo 15% para + ou para -).	Ebara	06	R$10.000,00	R$60.000,00
08	Conjunto moto bomba submersa para instalação em poço tubular profundo, com potência de 30 HP/CV (com tolerância na variação da potencia em até no máximo 15% para + ou para -).	Ebara	06	R$12.000,00	R$72.000,00
09	Conjunto moto bomba submersa para instalação em poço tubular profundo, com potência de 40 HP/CV (com tolerância na variação da potencia em até no máximo 15% para + ou para -).	Ebara	06	R$17.000,00	R$102.000,00
15	Quadro de Comando de Partida Direta, com Potencia de 3 CV/HP.	Ebara	01	R$950,00	R$950,00
17	Quadro de Comando de Partida Indireta, com Potencia de 12 CV/HP.	Ebara	03	R$4.000,00	R$12.000,00
18	Quadro de Comando de Partida Indireta, com Potencia de 15 CV/HP.	Ebara	03	R$4.500,00	R$13.500,00
19	Quadro de Comando de Partida Indireta, com Potencia de 20 CV/HP.	Ebara	03	R$5.000,00	R$15.000,00
20	Quadro de Comando de Partida Indireta, com Potencia de 22 CV/HP.	Ebara	03	R$5.000,00	R$15.000,00
21	Quadro de Comando de Partida Indireta, com Potencia de 25 CV/HP.	Ebara	03	R$5.000,00	R$15.000,00
22	Quadro de Comando de Partida Indireta, com Potencia de 30 CV/HP.	Ebara	03	R$6.100,00	R$18.300,00
23	Quadro de Comando de Partida Indireta, com Potencia de 40 CV/HP.	Ebara	03	R$7.700,00	R$23.100,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o serviço, em estrita observância dos termos e condições constantes no Edital do Pregão Presencial **007/2018/DAE-VG**, do Termo de Referência e anexos que integram a presente Ata de Registro de Preços.

3.2. A contratação decorrente desta Ata será formalizada após a assinatura da Ata de Registro de Preços, por meio de Contrato e/ou documento equivalente, o qual deverá ser assinado e retirado pelo Fornecedor no prazo máximo de 03 (três) dias a contar da comunicação, observando-se as condições estabelecidas, legislação vigente e na proposta vencedora.

3.3. Mediante a assinatura desta Ata de Registro de Preços estará caracterizado o compromisso de execução dos serviços objeto do Pregão, por todos os signatários.

3.4. O fornecedor que se recusar a executar o objeto, não aceitar ou não retirar a nota de empenho ou assinar o respectivo contrato de fornecimento no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeita à aplicação das penalidades estabelecidas neste instrumento, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades fixadas no edital e seus anexos.

3.5. Os materiais objetos da licitação deverão ser entregues de acordo com o edital, com a proposta vencedora da licitação, bem como as cláusulas da presente Ata.

3.6. A Administração Pública não está obrigada a contratar o objeto desta licitação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços, preferência, em igualdade de condições

3.7. O prazo de realização dos serviços será sob demanda conforme a necessidades da Contratante, da notificação da respectiva Ordem de Fornecimento, ou Nota de Empenho ou documento equivalente nos endereços e horários descritos no Termo de Referência *deste edital;*

3.8. A contratada poderá solicitar, por uma única vez, prorrogação do prazo que se refere o subitem anteriormediante justificativa a ser analisada pela administração pública, sem prejuízo de aplicação da respectiva sanção administrativa.

3.9. Os serviços serão recebidos em definitivo, por servidor responsável da administração pública, após a verificação de que as qualidades do serviços estão de acordo com as especificações técnicas solicitadas, devendo a unidade solicitante emitir um termo de recebimento definitivo do objeto.

3.9.1. Se, mesmo após o recebimento definitivo do serviço, a qualidade ou características dos serviços entregues não corresponderem às especificações exigidas no Termo de Referência, as adequações/substituições necessárias deverão ser feitas, pelo contratado/fornecedor, no prazo máximo de até 48h, a partir do recebimento da solicitação, às suas expensas, independentemente da aplicação das sanções legais.

3.10. O recebimento provisório ou definitivo do serviço não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata e/ou do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados, após apresentação da nota fiscal ou documento equivalente, em conformidade com as quantidades e qualidades contratadas no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo e aceitação dos objetos pela administração pública.

4.2. A contratada deverá apresentar ainda os documentos a seguir discriminados, para verificação do cumprimento dos deveres trabalhistas e previdenciários, pela mesma:

4.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

4.2.2. Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a qual engloba também os tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social;

4.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

4.2.4. Certidão Negativa de Débito junto à Fazendas Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora.

4.2.5. Certidão Negativa de Débito Trabalhista, emitida pelo Superior Tribunal do Trabalho (www.tst.jus.br);

4.2.6. Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicilio Tributário.

Parágrafo Único: Inclusive as certidões negativas constantes nos artigos 74 (se for o caso) e 75 do Decreto Municipal nº 09/2010 do Município de Várzea Grande.

4.3. Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da licitante fornecedora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

4.4. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, em conta indicada pela contratada.

4.5. Em caso de dúvida ou divergência, o gestor do contrato liberará para pagamento a parte inconteste dos serviços.

4.6. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços prestados a este Departamento de Água e Esgoto, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

4.6.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

4.6.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do objeto entregue ou serviços executados.

4.7. O Departamento de Água e Esgoto não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

4.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

DA VALIDADE - DO CONTROLE DOS PREÇOS

5.1. O registro formalizado na ata a ser firmada entre a Administração Pública e os fornecedores classificados, observado o disposto no item 16 deste edital, terá validade não superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata no respectivo Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do parágrafo 3° do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

5.2. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração Publica não ficará obrigada a comprar os serviços objeto deste pregão exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida à legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do Registro à preferência em igualdade de condições.

5.3. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do Registro de Preços quando a Autarquia Municipal, optar pela aquisição do objeto por meio legalmente permitido e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

5.4. O gerenciador da Ata de Registro de Preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Municipal de Administração.

5.5. Caso seja constatado que o preço registrado na Ata seja superior a média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, deforma a adequá-los aos níveis definidos no subitem anterior.

5.6. Caso o fornecedor não possa reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento/serviço, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados pelo gerenciador da ata que poderão convocar, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.7. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que trata nos subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da ata, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.8. O registro de preços terá validade não superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços no Jornal Oficial dos Municípios de Mato Grosso, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do parágrafo 3° do art. 15 da Lei n. 8.666/93.

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1° do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

5.10. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput, do art. 65, da Lei n. 8666/93.

5.11. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticados no mercado o órgão gerenciador deverá:

5.11.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.11.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

5.11.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.12. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, poderá:

5.12.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do Pedido de Serviço; e

5.12.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.13. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.14. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.15. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento/prestação de serviço nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

5.15.1. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

5.16. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.17. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

5.18. As convocações de que tratam os itens anteriores deverão ser atendidas no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 64, da Lei federal nº 8.666/93.

5.19. O registro de preços terá validade não superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do parágrafo 3° do art. 15 da Lei n. 8.666/93.

5.20. A Adjudicatária que se recusar a executar o objeto, não aceitar ou não retirar a Nota de Empenho/ordem de Serviço no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeita à aplicação das penalidades descritas neste Edital.

5.21. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

5.22. O órgão gerenciador somente autorizará a adesão à ata, após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata.

5.23. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverá manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

5.24. Caberá ao prestador de serviço beneficiário da Ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.25. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços, para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.26. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo e vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues e/ou realizados os objetos.

6.2. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas às normas de segurança;

6.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos.

6.4. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Parágrafo único: caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias de até 25% (vinte e cinco por cento) conforme trata o § 1º do art.65, da Lei nº. 8.666/93.

7.2. Uma vez comunicadas de que o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer até **03 (três) dias úteis seguintes à comunicação**, para assinatura do contrato e/ou retirada da Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste termo. Assinado o contrato e/ou recebida a Ordem de Fornecimento, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

7.3. Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

7.4. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.5. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências, do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande e transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

7.6. Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem. qualquer ônus para o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, e manter as condições de Habilitação e Qualificação exigidas para a sua contratação.

7.7. Manter um estoque mínimo de 10% do quantitativo de cada item do contrato, durante sua vigência.

7.8. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

7.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

7.10. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

7.11. É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seus produtos/equipamentos ou serviço atenda as condições exigidas.

7.12. Todos os itens objetos do presente contrato e descritos no respectivo Termo de Referência n.º 009/2018 devem estar em perfeitas condições para o uso e consumo, devendo, ainda, ser novos, de primeira linha e primeiro uso, bem como deverão possuir a devida avaliação de conformidade ou certificação de aprovação registrado ou autorizado pelo órgão competente, quando as normas pertinentes assim lhe obrigarem.

7.13. A CONTRATADA respeitará a garantia legal estipulada no art. 26 da Lei nº 8.078/1990, devendo ser resguardado, ainda, a garantia de prazo maior eventualmente estipulada pelo fabricante ou fornecedor.

7.14. A CONTRATADA deverá substituir imediatamente eventuais produtos com defeitos, vícios ou com condição que o torne impróprio ao consumo, na forma da lei e do Edital e Termo de Referência.

7.15. As obrigações descritas no Termo de Referência nº 009/2018 também deverão ser cumpridas, por fazerem parte do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - **DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

8.1.1. Pelo Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, quando:

8.1.1.1. A(s) detentora(s) não cumprir (em) as obrigações dela constantes;

8.1.1.2. A(s) detentora(s) não cumprir (em) os prazo estabelecido no edital e documentos que o integram, desde que não seja aceita sua(s) justificativa(s);

8.1.1.3. A(s) detentora(s) der (em) causa a rescisão administrativa de contrato decorrente deste instrumento de Registro de Preços, em algumas hipóteses previstas no artigo 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

8.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;

8.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.2. Pela(s) detentora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar (em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no artigo 78, incisos XIV e XVI, da Lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores.

8.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida a Administração Pública, facultada a ele a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

8.3. Ocorrendo o cancelamento do Registro de Preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo ser anexado ao processo que tiver dado origem ao Registro de Preços.

8.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) detentora(s), a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

8.3.2. Fica estabelecido que as detentoras da Ata deverão comunicar imediatamente a Administração Pública, qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência e outros documentos.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

9.1. Além das penalidades constantes da Minuta do Contrato - AnexoX, e sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, a adjudicatária estará sujeita às penalidades abaixo estipuladas, que só deixarão de ser aplicadas em caso de comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

9.2. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis, a licitante que deixar de entregar documentação exigida na licitação, ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta ou lance, não assinar o Contrato, não retirar a Nota de Empenho, faltar ou fraudar na execução das obrigações assumidas para execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Autarquia Municipal e com a Prefeitura do Município de Várzea Grande pelo prazo de até 02 (dois) anos.

9.3. Ficará também impedido de licitar ou contratar com a Autarquia Municipal e com a Prefeitura do Município de Várzea Grande pelo prazo de até 05 (cinco) anos aquele que praticar quaisquer dos atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

9.4. A inabilitação da licitante classificada, independentemente da declaração prevista no Anexo III deste edital, implicará a aplicação de multa correspondente a 2% do valor da proposta, sem embargo da imposição das demais sanções cabíveis.

9.5. Será devido multa de 20% sobre o valor estimado para a execução do objeto, no período de 12 meses, pela recusa da assinatura do Contrato ou pela falta da apresentação da documentação necessária para tal.

9.6. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada.

9.6.1. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da Contratante.

9.6.2. Em não ocorrendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo de execução fiscal.

9.7. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

9.8. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 109 da Lei federal nº 8.666/93, observados os prazos ali fixados.

9.8.1. Recursos contra decisões de aplicação de penalidade deverão ser dirigidos a Secretaria Municipal de Educação, após o recolhimento em agência bancária dos emolumentos devidos.

9.9. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO CADASTRO RESERVA

11.1. Para fins de cadastro reserva, em atendimento ao disposto no artigo 10 do Decreto 7.892/2013, tendo aceitado as fornecedoras a redução dos lances ao preço da oferta melhor classificada, registra os preços e a classificação das empresas conforme quadro a seguir:

OBJETOS LICITADO - ITENS				
Item	**Descrição**	**Qtd.**	**Preço Un.**	**Preço Total**
CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA / LANCE				
Posição: 2ª Classificada	Empresa:			
Posição: 3ª Classificada	Empresa:			
Posição: 4ª Classificada	Empresa:			

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no *Jornal Oficial* Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

12.2. Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as propostas, condições, Edital, Anexos, Termo de Referência e respectivos atos do Pregão Presencial nº 007/2018/DAE-VG - Sistema de Registro de Preços.

12.3. A autoridade competente designará o gestor da Ata de Registro de Preços através de Portaria.

12.4. Aos casos omissos, aplicarão as demais disposições do Decreto Federal 7.892/2013 e Lei Federal n° 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes.

12.5. Fica eleito o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem às partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata de Registro de Preço, em 02 (duas) vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Várzea Grande - MT, 01 de agosto de 2018.

_____

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE/DAE-VG

_____

NELSON REGINATO DO CANTO JÚNIOR

EBARA INDÚSTRIAS MECÂNICAS E COMÉRCIO LTDA

AVISO DE RESULTADO DA ANALISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 13/2018

Processo: 517746/2018. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a Execução das Obras de pavimentação e Drenagem das Ruas: Travessa Jaime Veríssimo de Campos Junior, Antônio Lino, Espírito Santo, Mário Antunes de Almeida, João Maia e Rua Paulo Silva, perfazendo 1. 349,86 metros no Bairro Alameda conforme projeto e planilhas anexo a este Projeto Básico. A CPL também **ACATA** o relatório da Equipe técnica da Secretaria Municipal de Viação e Obras/VG, e **DECLARA HABILITADAS** as licitantes **Leao Marcondes – Construcoes, Locacao e Manutencao de Maquinas Pesadas LTDA – EPP, Construtora Tripolo LTDA, Agrimat Engenharia e Empreendimentos LTDA** e **Construtora Nhambiquaras LTDA.** A ata da presente sessão esta disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br. A CPL abre prazo para interposição de recurso, contra a decisão proferida, em conformidade com a Lei 8.666/93 e o edital no item 12.1. Várzea Grande-MT, 07 de Agosto de 2018. ALINE ARANTES CORREA – PRESIDENTE CPL.

EXTRATO CONTRATO N. 093/2018

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande e a Empresa MARIA JOSÉ DOS REIS NETO – EPP, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 10.226.940/0001-57, FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado a Adesão na Ata de Registro de Preços nº. 036/2017, vinculado ao procedimento licitatório da modalidade Pregão Presencial nº. 040/2017 do Município de Tangará da Serra/MT, pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Municipal nº. 258/2003, e subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93, e alterações posteriores, firmar a presente Contrato nº. 093/2018, cuja minuta foi examinada pela Procuradoria Geral do Município de Tangará da Serra, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38, da Lei nº. 8.666/93, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes. OBJETO: Tem por objeto aquisição de materiais de consumo (utensílios de cozinha, descartáveis, utilidades, dentre outros), para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e da Secretaria de Assistência Social do Município de Várzea Grande-MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global estimado de R$ 304.395,30 (trezentos e quatro mil, trezentos e noventa e cinco reais e trinta centavos). UO: SECRETARIA EDUCAÇÃO DO: 35.01.12.122.0002. P/

A: 2.165. ND: 3.3.90.30.00.00.00 –MAT. CONSUMO. FONTE: 0101. DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.087. ND: 3.3.90.30.00.00.00 –MAT. CONSUMO. FONTE: 0101. DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.088. ND: 3.3.90.30.00.00.00 –MAT. CONSUMO. FONTE: 0101. DO: 35.03.12.365.0104. P/A: 2.089. ND: 3.3.90.30.00.00.00 –MAT. CONSUMO. FONTE: 0101. UO: SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.244.0042. P/A: 1.087. ND: 3.3.90.30.00.00.00 –MAT. CONSUMO. FONTE: 0129/0127. DO: 11.02.08.244.0041. P/A: 2.112. ND: 3.3.90.30.00.00.00 –MAT. CONSUMO. FONTE: 0127/0129. DO: 11.02.08.244.0041. P/A: 1.511. ND: 3.3.90.30.00.00.00 –MAT. CONSUMO. FONTE: 0121. DO: 11.03.08.243.0041. P/A: 1.546. ND: 3.3.90.30.00.00.00 –MAT. CONSUMO. FONTE: 0121. DO: 11.02.08.243.0042. P/A: 2.290. ND: 3.3.90.30.00.00.00 –MAT. CONSUMO. FONTE: 0129. DO: 11.02.08.244.0042. P/A: 2.113. ND: 3.3.90.30.00.00.00 –MAT. CONSUMO. FONTE: 0127/0129. DO: 11.01.08.122.0002. P/A: 2.234. ND: 3.3.90.30.00.00.00 –MAT. CONSUMO. FONTE: 0129/0127. DO: 11.02.08.244.0041. P/A: 1.303. ND: 3.3.90.30.00.00.00 –MAT. CONSUMO. FONTE: 0143. VIGÊNCIA: Terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura. FISCAL DE CONTRATO: Fica designada pela Secretaria de Assistência Social, a servidora LUCILENE DA COSTA, portadora do RG n. 297.253 SSP/MT e inscrita no CPF sob n. 654.794.081-00; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer , a servidora GISLENE KELLY DE MAGALHÃES, portadora do RG n. 1541681-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob n. 003.721.921-90.

DATA DE ASSINATURA: 07.08.2018.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – PMVG/MT

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES

Secretário Municipal de Assistência Social – PMVG/MT

MARIA JOSÉ DOS REIS NETO - EPP

Contratada

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 096/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa MUNDIAL TERCERIZADORA LTDA EPP, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 03.890.146/0001-48. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentado legal no Art. 57, inciso II, da Lei de Licitações nº. 8.666/93 e suas alterações, na justificativa da Secretaria Gestora, nos termos e condições do Contrato nº. 096/2017, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº 521349/2018. OBJETO: Tem por objeto aditar o item 3.1 e 3.2 da CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, o item 4.1 da CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, e o item 12.3 da CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, referente a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de locação de veículos automotores: veículo leve, veículo utilitário tipo pick-up leve, veículo utilitário tipo pick-up caminhonete a diesel, veículo Kombi ou similar e veículo van 14 lugares, sem motorista, equipados com sistema específico de monitoramento de veículo em tempo real, seguro de veículo e manutenção preventiva e corretiva, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, em dias úteis ou não, no entorno e em viagens intermunicipais, conforme condições especificadas neste termo de referência. UO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO: 04.01.04.122.0101 – P/A: 2.281. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST – PJ. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE SAÚDE DO**: 09.02.10.122.0015 – P/A: 2.305. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST - PJ FONTE: 0114/0102. D**O**: 09.02.10.122.0015 – P/A: 2.304. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST - PJ FONTE: 0114/0142.** DO: 09.02.10.122.0015 – P/A: 2.303. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST - PJ FONTE: 0114. DO**: 09.02.10.122.0015 – P/A: 2.308. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST - PJ FONTE: 0114.** UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO: 35.03.12.361.0103.000 – P/A: 2.209. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST – PJ. FONTE: 0101. UO: SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO: 38.01.04.122.0002 – P/A: 2.282. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST – PJ. FONTE: 0100. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 06 (seis) meses, o prazo de vigência do contrato principal, contado a partir da data de sua assinatura. VALOR: Fica mantido para o pagamento desta contratação o valor estimado global de R$ 201.204,00 (duzentos e um mil duzentos e quatro reais). FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos para este ato, o servidor EDUARDO HENRIQUE DE BARROS PROVATTI, portadora da cédula de identidade RG n°. 1021428 SSP/MT, inscrita no CPF n°. 857.002.311-15; Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que designa neste ato, o servidor JOSÉ AUGUSTO DE CAMPOS, portador da Cédula de Identidade RG nº. 879523 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 615.720.391-91; a Secretaria de Saúde, que designa neste ato, o servidor JOÃO BATISTA MATOS DE OLIVIERA, portador da cédula de identidade RG n°. 00224655 SSP/MT, inscrita no CPF n°. 325.469.741-68;

DATA DE ASSINATURA: 1º.08.2018

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretária Municipal de Administração– PMVG/MT

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer– PMVG/MT

DIÓGENES MARCONDES

Secretária Municipal de Saúde– PMVG/MT

MUNDIAL TERCERIZADORA LTDA – EPP

Contratada

PORTARIA/SAD Nº. 867/2018

Dispõe sobre a composição da **Equipe Técnica do Pregão** e suas atribuições no Município de Várzea Grande.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA, Secretário Municipal de Administração de Várzea Grande/MT, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores, abaixo relacionados para exercerem a função de Pregoeiro:

Aline Arantes Correa – Matrícula 124.833

Carlino Benedito Custodio Araujo Agostinho – Matrícula 121.592

Elizangela Batista de Oliveira – Matrícula 100.772

Art. 2º As atribuições do Pregoeiro incluem:

I- A coordenação dos trabalhos da equipe de apoio e a condução do procedimento licitatório;

II- Elaborar as minutas dos editais, tendo com base a justificativa, o termo de referência e demais informações constantes nos processos;

III- Encaminhar processos a Procuradoria Geral do Município para análise e parecer;

IV- O credenciamento dos interessados, mediante a verificação dos documentos que comprovem a existência de poderes para formulação de propostas, e os demais atos inerentes ao certame;

V- O recebimento da declaração dos licitantes do pleno atendimento aos requisitos de habilitação, bem como dos envelopes/proposta de preços e dos envelopes- documentos de habilitação;

VI- A abertura dos envelopes/proposta, a análise e desclassificação das propostas cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no edital;

VII- A seleção e a ordenação das propostas não desclassificadas, observado o disposto nos incisos VIII e IX, do artigo 4º, Lei nº 10.520/2002;

VIII- A classificação das ofertas, conjugadas as propostas e os lances, e a decisão motivada a respeito de aceitabilidade do menor preço;

IX- A negociação do preço com vistas a sua redução;

X- A análise dos documentos de habilitação do autor da oferta de melhor preço;

XI- A adjudicação do objeto ao licitante vencedor, se não tiver havido manifestação de recorrer por parte de algum licitante;

XII- A elaboração da ata de sessão pública, que conterá, sem prejuízo de outros elementos, o registro;

a) do credenciamento dos representantes dos proponentes presentes na sessão;

b) das propostas apresentadas, das desclassificadas e das selecionadas para a etapa de lances;

c) dos lances e da classificação das ofertas;

d) da decisão a respeito da aceitabilidade do menor preço;

e) da negociação do preço;

f) da análise dos documentos de habilitação;

g) da manifestação de intenção do licitante interessado em recorrer, se houver, com a correspondente motivação;

XIII- O encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, a autoridade competente, visando a homologação do certame e a contratação;

XIV- Propor a revogação ou anulação do processo licitatório a autoridade competente;

XV- Encaminhar processos a Procuradoria Geral do Município para análise e homologação.

Art. 3º Designar os servidores abaixo para compor a Equipe de Apoio, de acordo com outras atribuições listadas na Lei Federal n°. 10.520/2002.

Equipe de Apoio:

Helena Silva de França – Matrícula 86.720

Jonas Ulisses Ribeiro Macedo – Matrícula 23.157

Daniel Aparecido Lima de Oliveira – Matrícula 130787

Art. 4º As atribuições da Equipe de Apoio, incluem:

I- Auxiliar na elaboração das minutas dos editais, tendo como base a justificativa, o termo de referencia e demais informações constantes nos processos;

II- Auxiliar o Pregoeiro em todas as fases do processo licitatório, bem como elaboração de edital, dentre outros;

III- Auxiliar nas análises de encaminhamento dos processos das fases interna e externa dos pregões;

IV- Auxiliar o Pregoeiro nas fases de abertura, julgamento, encerramento das sessões públicas;

V- Auxiliar nos serviços inerentes a recursos interpostos.

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de 01 de agosto de 2018, revogadas as disposições contrárias.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande – MT, 07 de agosto de 2018.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 016/SEGEFAZ/VG_MT

Dispõe sobre a constituição de comissão especial, com as prerrogativas e atribuições necessárias, com a finalidade de promover o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, referente ao Exercício de 2019, e da demais providencias.

LUCINÉIA DOS SANTOS RIBEIRO, Secretária Municipal de Gestão Fazendária do município de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e:

CONSIDERANDO que a Base de Cálculo (BC) para o lançamento do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) é o valor venal do imóvel;

CONSIDERANDO que em conformidade com o Código Tributário Municipal, o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU é lançado anualmente, tendo como fato gerador a data de 1º de janeiro de cada exercício;

CONSIDERANDO que a Planta Genérica de Valores (PGV) determina o valor venal de imóveis, podendo ser atualizada, de forma parcial e pontual, tendo como objetivo corrigir ou incluir situações novas;

CONSIDERANDO que os valores fixados por trecho de logradouro devem ser condizentes com a realidade econômica do mercado imobiliário do município, podendo sofrer flutuação e alterações isoladas em decorrência de eventos e investimentos realizados públicos ou privados;

CONSIDERANDO que os valores venais dos imóveis constantes atualmente decorrem da Planta Genérica de Valores (PVG) instituída pela Lei Municipal n.º 3.349/2.009, com as alterações introduzidas pela Lei Municipal n.º 3.948/2.013 que definiram os valores de trecho de logradouro para composição e apuração do valor venal;

CONSIDERANDO q*ue de forma subsidiária para o lançamento do* Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU devem ser observadas as legislações correlacionadas, ao meio ambiente, plano diretor, perímetro urbano, zoneamento, dentre outras; e

CONSIDERANDO que de forma conjunta com o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e realizada a cobrança da Taxa de Limpeza Publica, prevista na Lei Municipal n.º 3.350/2.009 e legislações correlatas.

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a comissão responsável pela coordenação e acompanhamento do lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU Exercício 2019, podendo nos moldes legais, promover avaliação e revisão, quando for o caso, de trechos de logradouros de forma especifica, com as inclusões e alterações necessárias, para apuração do valor venal, que servirá de base de calculo e apuração do imposto, em atendimento a legislação municipal.

Art. 2º A comissão é composta pelos seguintes membros, a saber:

S E R V I D O R	**Cargo e/ou Função:**
Stefania Borges da Silva	Superintendente de Receita
Vicente Gomes Lacerda	Assistente Técnico
Rafael Odílio Ramos dos Santos	Coordenador de Cadastro e Geo Processamento
Vanessa A. Costa. Montes	Auditor Tributário II/Assistente Técnico
Marineia Fatima de Queiroz	Assessor Técnico
Marcelo Fernandes Rosa	Assessor Técnico
Lucas Scheid dos Santos	Técnico de Desenvolvimento Econômico Social
Elaine Terezinha Souza Lobo	Assessora de Gestão
João Paulo Alves de Araújo	Assessor Especial
Juarez Antonio Ribeiro Bueno	Assistente Técnico

§ 1º Fica designado como presidente desta comissão a servidora: Stefania Borges da Silva, atualmente exercendo a função de Superintendente de Receita.

§ 2º Fica designado para exercer a função de secretário desta comissão o servidor: Vicente Gomes Lacerda, sem prejuízo de suas demais funções e atribuições.

Art. 3º Compete à Comissão:

I – assegurar o regular e eficiente desenvolvimento das atividades inerentes ao lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU 2019, podendo a qualquer tempo, solicitar documentos, requisitar informações necessárias a sua instrução, apresentar questionamentos diretamente aos prestadores de serviços relacionados direta ou indiretamente aos trabalhos a serem desenvolvidos;

II – gerenciar os módulos que compõe o sistema de informações, controlando e disciplinando a utilização de dados e informações cadastrais e se disponíveis cartográficas, que são utilizadas como base de cálculo, para o lançamento de Imposto Predial e Territorial Urbana - IPTU;

III – verificar a correta aplicação da legislação tributária, com a validação e conferência dos cálculos e demais informações necessárias ao lançamento;

IV – promover as adequações e/ou ajustes dos dados que servem de base de cálculo, procedendo às recomendações que se façam necessárias para esclarecer e/ou orientar os demais órgãos da administração e/ou os contribuintes e demais servidores, assegurando o fiel cumprimento da legislação municipal e o acesso às informações inerentes ao lançamento;

V – divulgar ao público em geral as atividades realizadas pela Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, relacionadas ao lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbana – Exercício 2019;

VI – organizar e acompanhar os trabalhos de confecção, emissão e distribuição das DAM´s – Documento de Arrecadação Municipal, bem como, as respectivas Notificações, Termos e demais documentos afins, para cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbana – Exercício 2019;

VII – criar metodologia para o acompanhamento do comportamento cadastral dos contribuintes, capaz de permitir a identificação de padrões de comportamento destoantes do comportamento modal, e que possam indicar irregularidade ou falta de idoneidade da informação;

VIII – inventariar e produzir toda e qualquer informação necessária à fiscalização da receita imobiliária, assegurando a sua consistência, regularidade, idoneidade, integridade, normalidade e confiabilidade;

IX – evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação destinada a criar condições artificiais de demanda;

X – fixar para os logradouros ou trechos de logradouros os valores unitários, quando não constarem da listagem de valores (tabela XIX – PGV), de forma a adequar com o comportamento do mercado imobiliário; e

XI – realizar outras atividades correlatas.

Art. 4º Caberá à comissão apresentação para análise e conhecimento do gestor desta pasta, observando o prazo e forma legal, de sugestões e propostas para inclusão, fixação e correção de valores de trecho de logradouros, que se façam necessárias, com a finalidade de corrigir as distorções e lacunas por ventura encontradas na legislação vigente.

Art. 5º Poderá o Presidente desta comissão, visando a cumprir com sua finalidade, bem como reunir as condições necessárias para o trabalho, requisitar equipamentos e apoio dos servidores municipais lotados nos diversos órgãos do município, que tenham afinidades com atividade a serem desenvolvidas, mediante solicitação e anuência do gestor da respectiva pasta.

Parágrafo único: A comissão se auto-regulamentará quanto ao seu funcionamento e demais deliberações.

Art. 6º Fica facultado a Secretária Municipal de Gestão Fazendária, se necessário for, ou em decorrência de demanda de atividade, substituir excluir ou incluir novos membros a essa comissão visando garantir a conclusão dos trabalhos dentro do prazo e de forma eficiente.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogando-se disposições em contrario.

Praça dos Três Poderes, “Paço Municipal Couto Magalhães”, Várzea Grande, 07 de Agosto de 2018.

LUCINÉIA DOS SANTOS RIBEIRO

Secretária Interina Municipal de Gestão Fazendária

PORTARIA Nº 140/2018

“Dispõe sobre a concessão do Benefício SALÁRIO MATERNIDADE”.

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT - PREVIVAG,**JUAREZ TOLEDO PIZZA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei n.º 2.719/04, que rege a Previdência Municipal, resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício Salário Maternidade às servidoras abaixo citadas, com base no Art. 22 da Lei nº 2.719/2004.

FABIANA PATRICIA RONDON ALVES, efetiva no cargo de TDE, lotada na Sec. Mun. de Educação, de 04.05.2018 até 30.10.2018;

KELLY PATRÍCIA OJEDA DE ARAUJO REVELES, efetiva no cargo de Enfermeira, lotada na Sec. De Saúde, de 09.06.2018 até 05.12.2018;

GONÇALINA DA GUIA SILVA, efetiva no cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Sec. De Saúde, de 11.05.2018 até 06.11.2018;

EVANILDES BRAS DE FRANÇA, efetiva no cargo de TSAE – Agente de Segurança e Manutenção, lotada na Sec. De Educação, de 13.06.2018 até 09.12.2018;

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir da sua concessão.

Várzea Grande-MT, 06 de agosto de 2018.

Juarez Toledo Pizza

Presidente do PREVIVAG

PORTARIA Nº 139/2018

“Dispõe sobre a concessão do benefício”

“AUXÍLIO-DOENÇA”

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT - PREVIVAG, **JUAREZ TOLEDO PIZZA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2.719/04, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Auxílio Doença, com base no Art. 15 da Lei 2.719/04, aos seguintes servidores:

ALBERTO RAMOS DE ASSUNÇÃO, efetivo no cargo de Motorista, lotado na Sec. Da Saúde, de 18/06/2018 até 17/07/2018;

ALESSANDRA APARECIDA BRUSTOLON NUNES, efetivo no cargo de Professora V a VIII, lotado na Sec. De Educação, de 11/05/2018 até 08/08/2018;

APARECIDA SILVANA GONÇALVES DE ALMEIDA, efetivo no cargo de Professora I a IV, lotado na Sec. De Educação, de 15/05/2018 até 13/06/2018;

ALDO EDUCARDO DE ALMEIDA PORTELA, efetivo no cargo de Agente de Saúde Municipal, lotado na Sec. Da Saúde, de 21/05/2018 até 19/06/2018;

BERNADETE DE ALMEIDA SALES DUTRA, efetiva no cargo de Tec. Suporte Adm. Educacional, lotada na Sec. De Educação, de 07/06/2018 até 04/09/2018;

BEATRIZ ROSALIA LEIVA DO PRADO, efetiva no cargo de Guarda Municipal, lotada na Sec. De Defesa Social, de 20/05/2018 até 03/06/2018;

BENEDITA BULHÕES DE FIGUEIREDO, efetiva no cargo de Auxiliar de Serv. Gerais, lotada na Sec. De Educação, de 06/06/2018 até 04/08/2018;

CIRLENE PEREIRA DA SILVA, efetiva no cargo de Professora, matrícula 086672, lotada na Sec. De Educação, de 17/06/2018 até 15/08/2018;

CRISTIANO VALÉRIO TAVEIRA CORDEIRO, efetivo no cargo de Guarda Municipal, na Sec. De Defesa Social, de 08/06/2018 até 05/09/2018;

CLEMILDA MOREIRA DE SOUZA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, lotada na Sec. De Defesa Social, de 04/06/2018 até 03/07/2018;

CRISTIANE LARA GOMES, efetiva no cargo de Tec. Suporte Adm. Educacional, lotada na Sec. De Educação, de 24/05/2018 até 22/06/2018;

CILENE CÁSSIA DA SILVA, efetiva no cargo de Professora, matrícula 082046, lotada na Sec. De Educação, de 24/05/2018 até 22/07/2018;

DUCARMA DE CAMPOS, efetiva no cargo de Tec. Adm. Educacional, lotada na Sec. De Educação, de 15/05/2018 até 10/11/2018;

ELIANE RIBEIRO DA SILVA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, lotada na Sec. De Saúde, de 28/05/2018 até 24/09/2018;

ELEDI MATOS DE MOURA SODRE, efetiva no cargo de Professora I a IV, matrícula 012920, lotada na Sec. De Educação, de 18/05/2018 até 16/06/2018;

ELEDI MATOS DE MOURA SODRE, efetiva no cargo de Professora I a IV, matrícula 012920, lotada na Sec. De Educação, de 17/06/2018 até 07/07/2018;

EROISA DE MELLO SCHAUSTZ, efetiva no cargo de Tec. De Enfermagem, lotada na Sec. De Saúde, de 28/05/2018 até 25/08/2018;

ELZA DIAS DE SOUZA, efetiva no cargo de Auxiliar de Serv. Gerais, lotada na Sec. De Controle Interno, de 25/04/2018 até 23/07/2018;

FABIANE VIEIRA LOPES, efetiva no cargo de Professora I a IV, matrícula 015922, lotada na Sec. De Educação, de 28/05/2018 até 26/06/2018;

FRANCISCO CARLOS DOS SANTOS, efetivo no cargo de Médico Ortopedista, lotado na Sec. De Saúde, de 29/05/2018 até 27/07/2018;

GIZELY SALINAS EL HAGE, efetiva no cargo de Tec. Adm. Educacional, lotada na Sec. De Educação, de 16/05/2018 até 14/07/2018;

HELENA GRAZIELA BARBIERO AMARAL, efetiva no cargo de Professora I a IV, lotada na Sec. De Educação, de 15/05/2018 até 12/08/2018;

JACKSON MERCADO FREITAS, efetivo no cargo de Aux. De Serviços Gerais, lotada na Sec. De Educação, de 22/05/2018 até 19/08/2018;

JOACY MARIA DE FREITAS SILVA, efetiva no cargo de Agente de Saúde, lotada na Sec. De Saúde, de 16/05/2018 até 14/06/2018;

JUAREZ FERREIRA DA SILVA, efetivo no cargo de Agente de Combate a Endemias, lotado na Sec. De Saúde, de 29/05/2018 até 26/08/2018;

KATIANE FERREIRA LOPES, efetiva no cargo de Técnico de Desenvolvimento Infantil – TDI, lotada na Sec. De Educação, de 25/05/2018 até 22/08/2018;

LAURA DO CARMO BERTULIO, efetiva no cargo de Professor Nível Superior, lotada na Sec. De Educação, de 16/05/2018 até 14/06/2018;

LEONICE NERY MORAES, efetiva no cargo de Tec. Des. Educacional, lotada na Sec. De Educação, de 06/06/2018 até 04/08/2018;

LENIL JOANA DA SILVA, efetiva no cargo de Professora I a IV, matrícula 027130, lotada na Sec. De Educação, de 28/05/2018 até 26/06/2018;

LAURINEI TADDEU MACHADO PESSOA DOS SANTOS, efetivo no cargo de Guarda Municipal, lotado na Sec. De Defesa Social, de 13/05/2018 até 10/08/2018;

LENIL JOANA LOPES DA SILVA, efetiva no cargo de Professora I a IV, matrícula 086682, lotada na Sec. De Educação, de 28/05/2018 até 26/06/2018;

MARIA FRANCISCA MODTKOWSKI, efetiva no cargo de Merendeira, lotada na Sec. De Educação, de 01/06/2018 até 27/11/2018;

MARIA ELBA DE SOUZA, efetiva no cargo de Supervisor Escolar, lotada na Sec. De Educação, de 30/05/2018 até 28/06/2018;

MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA DE OLIVEIRA FROTA, efetiva no cargo de Professora I a IV, matrícula 032557, lotada na Sec. De Educação, de 23/05/2018 até 17/01/2018;

MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS MOREIRA, efetiva no cargo de Professora, matrícula 082018, lotada na Sec. De Educação, de 27/05/2018 até 23/09/2018;

MARIA ALVES DE OLIVEIRA, efetiva no cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Sec. De Saúde, de 09/05/2018 até 22/07/2018;

MARIA DE LOURDES INES BRITO, efetiva no cargo de TDI, lotada na Sec. De Educação, de 17/05/2018 até 12/11/2018;

NAIR GONÇALVES DA SILVA, efetiva no cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Sec. De Saúde, de 18/05/2018 até 16/06/2018;

NILZA RODRIGUES DA SILVA, efetiva no cargo de TDI, lotada na Sec. De Educação, de 22/05/2018 até 18/09/2018;

ROBERTO OLIVEIRA SOUZA, efetivo no cargo de Professor V a VIII, matrícula 040168, lotado na Sec. De Educação, de 01/06/2018 até 30/07/2018;

ROSYLENE APARECIDA MORAES FERRI, efetiva no cargo de Professora I a IV, matrícula 041885, lotada na Sec. De Educação, de 30/05/2018 até 27/08/2018;

ROSYLENE APARECIDA MORAES FERRI, efetiva no cargo de Professora I a IV, matrícula 041884, lotada na Sec. De Educação, de 30/05/2018 até 27/08/2018;

ROSEMARY SILVEIRA BARBOSA, efetiva no cargo de Professora I a IV, matrícula 041347, lotada na Sec. De Educação, de 09/06/2018 até 06/09/2018;

ROSANE MARIA W. DE MACEDO, efetiva no cargo de Médica, lotada na Sec. De Saúde, de 29/05/2018 até 27/06/2018;

SIMONE MARIA DA SILVA, efetiva no cargo de Agente de Apoio do SUS, lotada na Sec. De Saúde, de 11/06/2018 até 08/09/2018;

SÉRGIO DE ANDRADE GUIMARÃES, efetivo no cargo de Médico, lotado na Sec. De Saúde, de 23/05/2018 até 18/11/2018;

SANDRA MARA CLEMENTE COURA, efetiva no cargo de Médica, lotada na Sec. De Saúde, de 26/05/2018 até 09/07/2018;

SILVIO NEVES DOS SANTOS, efetivo no cargo de Agente de Apoio dos Serviços dos SUS, lotado na Sec. De Saúde, de 15/05/2018 até 13/07/2018;

ZILDA APARECIDA MARIA RODRIGUES, efetiva no cargo de Aux. Desenv. Econ. E Social, lotada na Sec. De Serv. Públicos, de 04/06/2018 até 02/08/2018;

VILMA FERNANDES DE OLIVEIRA NUNES, efetiva no cargo de Professora I a IV, matrícula 046866, lotada na Sec. De Educação, de 01/06/2018 até 30/06/2018;

VINICIUS FERNANDES MONFORT LEÃO, efetivo no cargo de Tec. Adm. Educacional, lotado na Sec. De Educação, de 12/05/2018 até 10/06/2018;

VINICIUS FERNANDES MONFORT LEÃO, efetivo no cargo de Tec. Adm. Educacional, lotado na Sec. De Educação, de 18/06/2018 até 16/08/2018;

WELLER ESTEVES FERREIRA, efetivo no cargo de Guarda Municipal, lotado na Sec. De Defesa Social, de 17/04/2018 até 12/11/2018;

ZENAIDE DE SOUZA, efetiva no cargo de Recepcionista, lotada na Sec. De Saúde, de 18/06/2018 até 16/08/2018.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir da sua concessão.

Várzea Grande-MT, 06 de Agosto de 2018.

Juarez Toledo Pizza

Presidente do PREVIVAG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N.220/2018

"DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - **Designar** a servidora FRANCISCA ANA DA SILVA, brasileira, residente e domiciliada no município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade RG: n. 161669-2 SSP/MT e CPF nº 826. 591.094-00, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade N. 113/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS OITO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 061/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria n. 004, de 09 de janeiro de 2018 e alterações, tendo como objeto a **aquisição de motor completo para manutenção do veículo Fiat doblô Ambulância de placa NJH - 1571,** opina em efetuar a contratação da empresa: **MASTER PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS EIRELI, CNPJ: 03.141.960/0001-60**, com valor de: **R$ 14.975,32** (quatorze mil, novecentos e setenta e cinco reais e trinta e dois centavos) nos termos do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, com suas alterações posteriores. Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 07 de agosto de 2018 – ROSEMAR DA SILVA - PRESIDENTE C.P.L.

PORTARIA N.219/2018

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **CRISTIANE SCATOLIN,** brasileira, residente e domiciliado a Rua Conde de Azambuja, s/n., Centro, município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, Auxiliar Administrativo na Secretaria de Educação portadora da Cédula de Identidade **RG: n. 14273683 SSP/MT** e **CPF n. 950.582.571-49,** para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade de **N.112/ 2018.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SETE DIAS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PORTARIA N.º 272/2018. DE 06 DE AGOSTO DE 2018.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- **Nomear** a Sra. RITA GLECIA ALMEIDA BISPO, inscrita no CPF nº 006.194.371-11 e portadora do RG nº 17253608 SSP/MT, para o cargo de **Chefe de Seção de Controle do Patrimônio Público,** em substituição à servidora SILVANA AVELAR MINELI, que se encontra em gozo de férias, **no período de** 07/08/2018 a 06/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

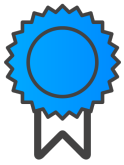
C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Aug 07 22:32:02 UTC 2018
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)